

Sociedade de Bairro  
Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural

## Do mesmo autor

- António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição, Inês Pereira, Pedro Abrantes e Maria do Carmo Gomes, *Cultura Científica e Movimento Social. Contributos para a Análise do Programa Ciência Viva*
- Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*
- João Ferreira de Almeida, Patrícia Ávila, José Luís Casanova, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Susana da Cruz Martins e Rosário Mauritti, *Diversidade na Universidade. Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*
- João Ferreira de Almeida, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Isabel Nicolau e Elizabeth Reis, *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*
- Jorge Correia Jesuino (coord.), Lígia Amâncio, Patrícia Ávila, Graça Carapinheiro, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Maria Teresa Patrício, Alan Stoleroff e Jorge Vala, *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX. Comportamentos, Atitudes e Expectativas*
- José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*

## Outros títulos

- Anália Cardoso Torres, *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica.*
- Anália Cardoso Torres, *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos*
- Anália Cardoso Torres, *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina.*
- Fernando Farelo Lopes e André Freire, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais.*
- Fernando Luís Machado, *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal.*
- João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos*
- João Freire, *Homens em Fundo Azul Marinho. Ensaio de Observação Sociológica sobre Uma Corporação nos Meados do Século XX: a Armada Portuguesa.*
- João Freire (org.), *Associações Profissionais em Portugal.*
- José Manuel Leite Viegas, *Nacionalizações e Privatizações.*
- José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização.*
- José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria, *As Mulheres na Política.*
- Juan Mozzicafreddo, *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*
- Maria das Dores Guerreiro, *Famílias na Actividade Empresarial*
- Maria de Lurdes Rodrigues, *Os Engenheiros em Portugal.*
- Maria de Lurdes Rodrigues, *Sociologia das Profissões*
- Rui Pena Pires, *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa.*

António Firmino da Costa

# Sociedade de Bairro

Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural

2.<sup>a</sup> Edição

CELTA EDITORA Lisboa | 2008

© 1999, António Firmino da Costa

António Firmino da Costa (n. 1950)

**Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural**

Primeira edição: Março de 1999

Tiragem: 1500 exemplares

Segunda edição: Janeiro de 2008

Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-972-774-249-3

Depósito legal:

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora

Capa: Mário Vaz | Arranjo: Celta Editora

Impressão e acabamentos: Publidisa, Espanha

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

**Celta Editora**, Av. de Berna, 11, 3.º, 1050-036 Lisboa, Portugal

Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal

Tel.: (+351) 214 417 433

Fax: (+351) 214 467 304

E-mail: [mail@celtaeditora.pt](mailto:mail@celtaeditora.pt)

Página: [www.celtaeditora.pt](http://www.celtaeditora.pt)

# Índice

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Índice de figuras e quadros .....</b>                           | <b>ix</b> |
| <b>Introdução .....</b>  | <b>1</b>  |
| Um encadeamento de problemas .....                                 | 3         |
| Uma estratégia de investigação .....                               | 7         |
| Uma exposição em três andamentos .....                             | 12        |
| Um processo partilhado .....                                       | 13        |
| <br>   |           |
| <b>Parte I   EXTERIOR E INTERIOR</b>                               |           |
| <br>   |           |
| <b>1 Um objecto de pesquisa com excesso de visibilidade? .....</b> | <b>19</b> |
| O discurso olisipográfico .....                                    | 20        |
| Construção da memória social .....                                 | 26        |
| Património e invenção do património .....                          | 31        |
| O tempo e o espaço da cidade: uma articulação simbólica .....      | 39        |
| Marcas físicas, transmissão e dominação .....                      | 43        |
| Visibilidade e visitabilidade .....                                | 51        |
| A visibilidade de Alfama como facto social .....                   | 57        |
| <br>   |           |
| <b>2 Identidade cultural e relações sociais locais .....</b>       | <b>61</b> |
| Observação e delimitação .....                                     | 62        |
| Limites: primeiras aproximações .....                              | 66        |
| Configuração morfológica e populacional .....                      | 71        |
| Sobreposições e singularidade .....                                | 77        |
| Comunidade e sociedade .....                                       | 82        |
| Contornos, núcleos e demarcações .....                             | 92        |
| Identidade de bairro .....   | 108       |

**Parte II | PADRÕES CULTURAIS E RELAÇÕES SOCIAIS**

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| <b>3</b> | <b>Formas de cultura popular urbana e práticas identitárias .....</b>    | <b>117</b> |
|          | Práticas do fado e identidade local .....                                | 118        |
|          | Contraste social: estrutura e cultura .....                              | 126        |
|          | A emergência local do trágico .....                                      | 135        |
|          | Protagonismo cultural, música e sociedade .....                          | 143        |
|          | Marchas populares: representação e prática identitária .....             | 151        |
|          | Festa, ritual e competição social .....                                  | 159        |
|          | Modos de cultura, formas simbólicas, dinâmicas culturais .....           | 169        |
| <b>4</b> | <b>Classes sociais e trajectórias de mobilidade num bairro popular .</b> | <b>187</b> |
|          | Composição social da população local .....                               | 190        |
|          | Classes sociais e relações de classe .....                               | 205        |
|          | Protagonistas sociais e indicadores de classe social .....               | 223        |
|          | Estratégias migrantes: um xadrez em dois tabuleiros .....                | 241        |
|          | Trajectórias sociais num entreposto de mobilidade social .....           | 261        |
|          | Modos de vida em meio social popular urbano .....                        | 271        |
|          | Estruturação social e identidade cultural .....                          | 280        |
| <b>5</b> | <b>Quadros de interação e identidade de bairro .....</b>                 | <b>285</b> |
|          | Um enigma sociocultural? .....   | 287        |
|          | O bairro como quadro de interação .....                                  | 292        |
|          | Malha urbana, vizinhança e redes sociais .....                           | 302        |
|          | Sítios, colectividades e rivalidades .....                               | 314        |
|          | Interações locais e instituições supralocais .....                       | 322        |
|          | Cultura, comunicação e interação .....                                   | 331        |
|          | Quadros de interação e processos identitários .....                      | 337        |

**Parte III | PERMANÊNCIA E MUDANÇA**

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| <b>6</b> | <b>Processos endógenos e exógenos de reconfiguração sociocultural</b>   | <b>349</b> |
|          | O mundo da estiva e as suas transformações .....                        | 352        |
|          | Oscilação de dinâmicas económicas .....                                 | 364        |
|          | O processo de reabilitação urbana .....                                 | 372        |
|          | Dinâmicas de recomposição social .....                                  | 377        |
|          | Cultura mediática e estilos de vida .....                               | 389        |
|          | Formas culturais e mudança social .....                                 | 399        |
|          | Dinâmicas identitárias num bairro em transformação .....                | 405        |
| <b>7</b> | <b>Reabilitação urbana: identidade cultural e acção colectiva .....</b> | <b>409</b> |
|          | Construção social de um objecto de reabilitação urbana .....            | 413        |

|   |            |
|---|------------|
| Identidade cultural e tematização social .....                              | 418        |
| Actores em presença e processo de reabilitação .....                        | 422        |
| Intervenção, técnicos e organização .....                                   | 434        |
| Disposições em relação à casa e ao bairro .....                             | 443        |
| Políticas, projectos, avaliações .....                                      | 450        |
| Estratégias identitárias, estrutura e acção .....                           | 460        |
| <b>Conclusão .....</b>  | <b>473</b> |
| Debates teóricos e modelos de análise .....                                 | 473        |
| Sociedade de bairro: problemas de contextualização e descontextualização .. | 483        |
| Sentidos da identidade cultural .....                                       | 486        |
| <b>Referências bibliográficas .....</b>                                     | <b>497</b> |



# Índice de figuras e quadros

## Figuras

|     |  |     |
|-----|--|-----|
| 4.1 | Matriz de construção do indicador socioprofissional individual de classe (Ispi) .....  | 228 |
| 4.2 | Matriz de construção do indicador socioprofissional familiar de classe (Ispf) .....  | 235 |
| 6.1 | População residente em Alfama, 1990: recomposição de classe segundo a antiguidade residencial (membros dos núcleos conjugais principais) ..... | 380 |
| 6.2 | População residente em Alfama, 1990: mudança nas origens geográficas segundo as idades .....   | 382 |
| 6.3 | Homens residentes em Alfama com 20 ou mais anos, 1990: recomposição de classe segundo as idades .....  | 384 |
| 6.4 | Mulheres residentes em Alfama com 20 ou mais anos, 1990: recomposição de classe segundo as idades .....  | 385 |
| 6.5 | Homens residentes em Alfama com 20 ou mais anos, 1990: evolução geracional dos níveis de escolaridade .....                                    | 388 |
| 6.6 | Mulheres residentes em Alfama com 20 ou mais anos, 1990: evolução geracional dos níveis de escolaridade .....                                  | 388 |
| 7.1 | Perspectivas sobre a reabilitação urbana do bairro .....   | 458 |

## Quadros

|     |  |     |
|-----|--|-----|
| 2.1 | Evolução da população de Alfama, 1864-1991 .....                           | 73  |
| 3.1 | Participação de Alfama nas Marchas Populares de Lisboa, 1932 a 1997 .....  | 156 |
| 4.1 | População residente em Alfama por grupo etário, segundo o sexo, 1990 ..... | 194 |

|      |  |     |
|------|--|-----|
| 4.2  | População residente em Alfama com 6 ou mais anos por nível de ensino frequentado, segundo o sexo, 1990 .....   | 198 |
| 4.3  | População residente em Alfama por condição perante o trabalho, segundo o sexo, 1990 .....  | 199 |
| 4.4  | População residente em Alfama por profissão principal (actual ou última), segundo o sexo, 1990 .....   | 203 |
| 4.5  | População residente em Alfama por classe social (Ispi), segundo o sexo, 1990 .....   | 225 |
| 4.6  | População residente em Alfama por sexo e classe social (Ispi), segundo o nível de ensino frequentado (em percentagem), 1990 .....                                      | 230 |
| 4.7  | Grupos domésticos residentes em Alfama por classe social (Ispf), 1990 .....  | 236 |
| 4.8  | População residente em Alfama por classe social (Ispf), 1990 .....   | 238 |
| 4.9  | População residente em Alfama por sexo e classe social dos indivíduos (Ispi), 1990, segundo a classe social dos grupos domésticos (Ispf), 1990 (em percentagem) .....  | 240 |
| 4.10 | População residente em Alfama por naturalidade, segundo o sexo, 1990 .....   | 246 |
| 4.11 | População residente em Alfama nascida fora de Lisboa por concelho de origem (cinco mais frequentes), segundo o sexo, 1990 (em percentagem do total de migrantes) ..... | 246 |
| 4.12 | População inquirida migrante residente em Alfama por frequência de deslocação à terra de origem, segundo o sexo, 1986 (em percentagem) .....                           | 248 |
| 4.13 | População inquirida residente em Alfama por modo de obtenção de emprego, segundo a naturalidade, 1986 (em percentagem) .....   | 252 |
| 4.14 | População residente em Alfama por época de fixação no bairro dos representantes das famílias, segundo a naturalidade, 1990 (em percentagem) .....                      | 262 |
| 4.15 | População residente em Alfama por classe social (Ispi), segundo a naturalidade e o sexo, 1990 (em percentagem) .....   | 264 |
| 4.16 | Mobilidade social intergeracional da população inquirida residente em Alfama, 1986 (em percentagem) .....  | 264 |
| 4.17 | Mobilidade social intergeracional da população inquirida residente em Alfama por naturalidade e sexo, 1986 (em percentagem) .....                                      | 266 |
| 5.1  | População residente em Alfama por tipo de família, 1990 .....  | 312 |
| 5.2  | População residente em Alfama por redes familiares, 1990 .....   | 312 |
| 5.3  | População inquirida residente em Alfama por relação de naturalidades dos cônjuges, 1986 (em percentagem) .....   | 314 |
| 5.4  | População residente em Alfama por local de trabalho, 1990 .....  | 329 |
| 6.1  | População residente em Alfama por tempo de residência no bairro dos membros dos núcleos conjugais principais, 1990 .....   | 378 |

|     |  |     |
|-----|--|-----|
| 7.1 | Famílias residentes em Alfama por tipo de família, segundo o número de divisões do alojamento, 1990 (em percentagem) .....   | 416 |
| 7.2 | Tipos de disposições em relação à casa dos núcleos conjugais principais residentes em Alfama, 1990 (em percentagem) .....    | 446 |
| 7.3 | Tipos de disposições em relação ao bairro dos núcleos conjugais principais residentes em Alfama, 1990 (em percentagem) ..... | 448 |



## Introdução

Este trabalho resulta de uma investigação sociológica de duração prolongada, desenvolvida no decurso de quase duas décadas, tendo como terreno de observação o bairro de Alfama, situado no núcleo histórico da cidade de Lisboa.

A análise aqui apresentada, tomando como referente empírico o bairro, tem como principal fio condutor teórico a discussão, sob vários ângulos, do problema da identidade cultural.

Os materiais empíricos recolhidos ao longo da pesquisa e o conjunto de análises realizadas a propósito deles foram suficientemente diversificados para constituírem matéria-prima passível de outras problematizações. Houve, no entanto, duas razões importantes, complementares entre si, para que aquela, a da identidade cultural, se impusesse como instância privilegiada de questionamento interpretativo e articulação conceptual, atravessando a teia de análises a seguir desenvolvidas.

Por um lado, cedo se verificou que, ao procurar-se caracterizar e elucidar os mais diversos aspectos da vida social local e das manifestações culturais do bairro, muitas das relações que nele se estabelecem e das dinâmicas que por ele passam, se ia parar quase sempre a questões de identidade cultural. Não só a essas, claro está. Mas, de cada vez que se enfrentava um qualquer enigma interessante relativo aos processos sociais e às dinâmicas culturais de Alfama, ou se examinava uma das múltiplas facetas do quadro sociocultural local, o tema reaparecia, de uma ou de outra maneira. A análise de cada um desses tópicos ficaria seriamente truncada se se contornasse a questão.

Por outro lado, a problemática da identidade cultural, e da identidade em geral, tornou-se invasora nos últimos tempos, quer no âmbito das ciências sociais, quer em círculos de produção intelectual erudita e em boa parte dos discursos correntes do quotidiano. Aparece um pouco por todo o lado como justificação de estilos, razão de preferências, critério de valorizações, instrumento de activismos, fundamentação de políticas, tendo-se mesmo constituído em vocábulo central de diversos léxicos profissionais ou paraprofissionais.

Em muitos destes casos, faz-se dele uma utilização expedita, apriorística e reificada, como se tivesse significado evidente, inequívoco e partilhado, e como se a expressão fosse em si mesma auto-explicativa, bastando introduzi-la num argumento para produzir de imediato elucidação de qualquer coisa.

Preferiu-se aqui partir de uma posição contrária, isto é, da de que o conceito de identidade cultural tem um estatuto ambíguo e significados múltiplos, e de que falar-se de identidade cultural corresponde, em geral, mais a levantar um problema do que a fornecer uma solução.

Deste ponto de vista, a pesquisa em Alfama permitia rediscutir o conceito, não só de maneira abstracta, mas confrontando-o de maneira sistemática com material empírico abundante em articulações possíveis com ele e com análises teoricamente integradas dessa informação observacional. O bairro era assim constituído, para usar o conceito processual de Merton, num *lugar estratégico de investigação* da problemática da identidade cultural.<sup>1</sup>

Com o centro de gravidade referido, a análise aqui apresentada desdobra-se numa série de problemas mais delimitados que estiveram na origem de sucessivas fases da investigação ou que no seu decurso ela veio a suscitar. É em torno de tais problemas que se apresenta a informação empírica pertinente, recolhida através da pesquisa realizada. Procedeu-se do mesmo modo na convocação, para o texto, de elementos teóricos e metodológicos.

A análise desenvolvida não dispensa, como em qualquer investigação científica, a discussão de um conjunto de questões de teoria e de método. Mas procura-se fazê-la ao longo dos diversos capítulos, tanto quanto possível à medida que tais questões se vão tornando directamente relevantes para o exame dos problemas de investigação seleccionados, tratando-as de maneira integrada com a informação empírica carreada a propósito de cada um dos sucessivos temas substantivos em que se desdobrou a análise e se organizou a exposição.

Nestas condições, procurou-se reduzir ao mínimo as considerações preliminares antecedendo o trabalho de análise propriamente dito, ou seja, aquele que, decorrente da investigação, se realizou acerca do seu objecto de estudo.

Não se pretende, em particular, levantar desde já o véu sobre o que se quer dizer com *sociedade de bairro*, nem proceder a uma definição abstracta inicial, prévia à análise substantiva apoiada neste estudo de caso, do conceito de *identidade cultural*. Tanto a propósito de uma como de outra, o que há para

---

1 Robert K. Merton, "Three fragments from a sociologist's notebooks: establishing the phenomenon, specified ignorance, and strategic research materials", *Annual Review of Sociology*, XIII, 1987. Os "locais estratégicos de pesquisa", tal como os "acontecimentos estratégicos de pesquisa", são dois dos principais tipos de "materiais estratégicos de pesquisa", no sentido proposto por Merton, isto é, casos empíricos particularmente favoráveis ao estudo de determinados fenómenos complexos, difíceis de abordar, casos esses susceptíveis de proporcionar análises frutuozas e integradas dos fenómenos em causa e a descoberta de novos problemas merecedores de investigação ulterior.

expor, ao longo do texto, tem menos o carácter de ponto de partida e mais o de resultado de investigação — precário e provisório, como todos os produtos da actividade científica.

Segue-se, de imediato, em registo introdutório, um conjunto de indicações muito sintéticas acerca do que este trabalho constitui, de como foi feito e das perspectivas genéricas que a ele presidiram enquanto investigação sociológica.

### Um encadeamento de problemas

A pesquisa realizada em Alfama teve o seu início muito antes de se ter pensado que pudesse vir a tornar-se no suporte do presente trabalho. Começou, como pesquisa de terreno, em finais de 1979 e, na altura, o objectivo era estudar o fado amador num dos bairros populares de Lisboa, contextos sociais por excelência com que ele tende a ser conotado.

O facto de esta primeira fase de pesquisa em Alfama ter sido desencadeada em resposta a um desafio de Joaquim Pais de Brito, no âmbito mais vasto de um programa de investigação por ele concebido sobre o fado, deixou marcas importantes no tipo de abordagem praticado, no plano teórico e no do trabalho de campo.<sup>2</sup> Em especial, constituiu oportunidade para enriquecer um referencial disciplinar de base, sobretudo sociológico, com sensibilidades, estilos de pesquisa e contributos conceptuais provenientes da antropologia.

No conjunto, a perspectiva analítica adoptada levou a estudar aquela forma musical procurando compreendê-la enquadrada na configuração cultural e no tecido social do bairro. Passou-se assim à investigação dos padrões culturais nele vigentes e das formas de cultura popular localmente produzidas, das relações de vizinhança e outras redes sociais constituídas naquele espaço urbano, dos códigos de comunicação e dos modos de interacção que ali impregnam as práticas da vida quotidiana.

Era o próprio bairro que se convertia de algum modo não só em terreno de pesquisa mas também em objecto de estudo, implicando contemplar um novo conjunto de dimensões de observação e análise e, ao mesmo tempo, suscitando toda uma série de novos problemas de investigação.

A par disso, visando explorar as potencialidades cognitivas de uma conexão analítica com bases sólidas na tradição sociológica, procurava-se caracterizar as localizações estruturais e os percursos de vida dos protagonistas

---

2 Para além das investigações que coordenou e orientou sobre o tema, constituem marcos do trabalho de longo fôlego do autor neste domínio: Joaquim Pais de Brito, "Sobre o fado e a *História do Fado*", introdução à reedição de Pinto de Carvalho (Tinop), *História do Fado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982 (1903); e "Fado: vozes e sombras", in Joaquim Pais de Brito (org.), *Fado: Vozes e Sombras*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia / Lisboa 94, 1994.

das relações sociais e práticas culturais observáveis em Alfama. A composição de classe e as trajectórias sociais da população local constituíram-se também, assim, em alvo de pesquisa sistemática.

Mas, se até então a *pesquisa de terreno*, com presença continuada junto de pessoas, contextos e situações, recorrendo sobretudo à observação directa e à conversa informal, complementadas por entrevistas biográficas e análise documental, tinha sido procedimento metodológico principal, os últimos focos de atenção analítica referidos ficavam muito insuficientemente elucidados apenas com tal abordagem. Apelando as teorias disponíveis, a este respeito, para uma análise das distribuições de atributos sociais caracterizadores de posições relativas no espaço das relações estruturais, e reportando-se, neste caso, a alguns milhares de pessoas, a aplicação de *procedimentos de investigação extensiva e quantitativa* parecia incontornável.

Desta vez eram as análises de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, desenvolvidas a propósito de um contexto local do Noroeste rural, que surgiam como referência inspiradora, com a articulação por eles estabelecida entre estruturas de classe e configurações simbólicas, e com a utilização integradora por eles feita de *uma pluralidade de métodos de pesquisa*, intensivos e extensivos, qualitativos e quantitativos.<sup>3</sup> Surgiam também como desafio comparativo. Seria possível proceder a uma investigação daquele tipo em contexto urbano?

Entretanto, um facto surpreendente, já entrevisto antes, mas que só se tinha tornado avaliável em toda a sua amplitude após um primeiro tratamento quantitativo dos recenseamentos eleitorais, implicou a abertura de nova frente pesquisa.

O facto surpreendente consistia em, afinal, os produtores locais de cultura popular urbana serem, em grande parte, migrantes rurais. A nova frente de investigação conduziu, por um lado, à deslocação de temporadas de trabalho de campo para as áreas montanhosas da Cordilheira Central, origem principal desses fluxos migratórios. Por outro lado, vinha reforçar o interesse de, em conjugação com a pesquisa de terreno, conseguir elementos de quantificação de trajectórias migrantes e laços urbano-rurais.

A par de tudo isto, quando se acabava de publicar um livro acerca do fado em Alfama, um artigo sobre o bairro enquanto configuração cultural e tecido social, e dois outros que incluíam resultados de uma primeira aproximação quantificada aos fluxos migratórios referidos, um conjunto de processos desencadeados no local veio colocar novos problemas de pesquisa.<sup>4</sup> Um deles solicitava, também, um certo nível de envolvimento pessoal no que se estava a passar.

---

3 João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986 (2.<sup>a</sup> edição, 1999, Oeiras, Celta Editora); José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Edições Afrontamento, 1985.

Gerou-se no bairro, por meados da década de 80, um movimento colectivo pela recuperação das muitas casas degradadas ali existentes, e por outros objectivos interligados com este. Eram protagonistas centrais desse movimento membros das juntas de freguesia locais, dirigentes de colectividades associativas e diversos outros residentes, com quem se tinham estabelecido, no decurso da pesquisa de terreno, contactos regulares, relações de confiança ou de amizade, conversas frequentes sobre as situações e as dinâmicas com que o bairro se via confrontado.

No plano cognitivo, o tratamento de parte dos temas de investigação atrás mencionados impunha a continuidade da presença no terreno e o desenvolvimento de operações de pesquisa adicionais, algumas de grande envergadura. Ao mesmo tempo, as mudanças sociais e os movimentos colectivos agora observáveis no bairro sugeriam novo tipo de problemas a investigar, com a possibilidade de articular a respectiva análise à dos anteriores, mas exigindo também, para que tal se pudesse concretizar, o prolongamento no tempo da pesquisa.

Tudo isto conduzia, em termos metodológicos, a constituir no bairro, através dos laços sociais nele estabelecidos, dos locais frequentados com assiduidade e das actividades em que ali se participava, o que caberia apelidar de uma *plataforma de observação* continuada. Poder-se-ia assim acompanhar de perto um conjunto de facetas e processos sociais, quer na configuração específica que ganhavam no bairro, quer na ilustração que representavam de aspectos mais gerais da sociedade portuguesa contemporânea ou, até, de temas de análise sociológica de grande generalidade.

O trabalho de campo de longa duração tornava-se indispensável, em especial, para o desenvolvimento de uma *pesquisa intensiva de processos*, por acompanhamento directo das mudanças que iam reconfigurando o bairro e dos episódios sucessivos das dinâmicas relacionais em que se iam envolvendo os actores sociais em presença.

Às razões cognitivas para o prolongamento da pesquisa, tanto substantivas como metodológicas, vinham somar-se razões éticas. Não pareceu justo deixar de corresponder a solicitações de colaboração no movimento pela reabilitação urbana de Alfama, solicitações endereçadas também, aliás, a vários outros especialistas de diversas áreas com algum tipo de ligação ao bairro. Além do mais, como se poderia permanecer em contacto directo com as pessoas e as situações, pedir em permanência as mais diversas informações e os

---

4 As publicações mencionadas são: António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste: O Fado no Bairro de Alfama*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984; António Firmino da Costa, "Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido social inegalitário", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 14, 1984; "Alfama: entreposto de mobilidade social", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 2, 1984; "Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros", *Análise Social*, n.º 87-88-89, 1985.

mais variados acessos, e recusar por sua vez qualquer forma de cooperação e participação?

Em todo o caso, optou-se por um modo de envolvimento que ocorresse sempre a solicitação de actores sociais locais, e não por iniciativa do investigador ou por imposição da sua própria agenda de “causas”, procurando-se tão-só dar contributos a dinâmicas que tivessem enraizamento significativo no tecido social local e cujo protagonismo central pertencesse claramente a actores sociais do bairro — e desde que, como é evidente, fossem compatíveis com as convicções pessoais do investigador.

Ou seja, pretendeu-se neste caso conduzir a pesquisa mais nos moldes da observação participante do que nos de outras formas de implicação forte no terreno, fossem elas quer as da investigação-acção, quer as da intervenção sociológica, quer ainda as da actividade técnica ou do investimento militante sociologicamente informados.

Não que se tivesse qualquer oposição de princípio a essas outras modalidades de trabalho sociológico ou de convocação da sociologia, mas por ser aquele o tipo de pesquisa que se tinha desenvolvido e se queria continuar a desenvolver no bairro, bem como por coerência com a natureza do inter-relacionamento já estabelecido com ele e susceptível de se manter no futuro. No entanto, com os limites auto-impostos referidos, as componentes de solidariedade interpessoal e de acção cívica assumida estiveram efectivamente presentes.

Alguns pequenos mas muito úteis apoios da Fundação Calouste Gulbenkian, do Instituto Nacional de Investigação Científica, extinto pouco depois, e da Comissão Nacional da Unesco, permitiram a realização, na segunda metade dos anos 80, de um levantamento de práticas culturais locais centrado nas festividades e nas associações, de um inquérito extensivo por questionário à mobilidade geográfica e social das famílias residentes em Alfama, e de vários períodos de trabalho de campo num conjunto alargado de aldeias beirãs ligadas ao bairro por laços migratórios.

Entre finais dos anos 80 e princípios dos anos 90 surgiu a possibilidade de colaborar com a Câmara Municipal de Lisboa na realização de um inquérito extensivo por questionário à composição social e às condições de habitação do bairro.

Outras colaborações com a CML, ao longo da década de 90, resultaram, primeiro, num conjunto de pequenos estudos intensivos sobre aspectos de mudança nas actividades económicas com significativa incidência local. Levaram, depois, em vários anos sucessivos, ao acompanhamento das Festas de Lisboa e, muito em especial, dos arraiais e das marchas populares, possibilitando análises comparativas e acesso a aspectos simbólicos, relacionais e institucionais de conjunto, relativos à cidade e aos seus bairros. Conduziram, ainda, a seguir especialmente de perto, no âmbito das intervenções de reabilitação urbana, o ciclo de lançamento de projectos integrados em torno de determinados espaços circunscritos e equipamentos colectivos de bairros históricos e populares de Lisboa.

Em qualquer das vertentes anteriores, tomou-se sempre Alfama como local privilegiado de acompanhamento dos processos sociais em causa e de recolha intensiva de informação sobre eles, articulando as novas observações com as que se vinham acumulando acerca das outras dimensões atrás referidas, constitutivas da configuração social e cultural do bairro.

A pesquisa foi-se desenvolvendo, deste modo, como *um encadeamento de problemas de investigação*, abordados a partir de uma plataforma de observação construída de maneira continuada, sucessivamente renovada ao longo dos anos e, de cada vez, ajustada às mudanças ocorridas e às novas dimensões de análise.

Tais problemas foram sendo suscitados, por assim dizer, tanto pelo sujeito como pelo objecto da investigação. Do lado do primeiro provinham quer dos desdobramentos analíticos e reequacionamentos teóricos que se iam realizando, quer da acumulação de observações efectuadas, por vezes de teor inesperado. Do lado do segundo — e para além da complexidade de partida da sua constituição e das suas múltiplas vertentes — as dinâmicas de mudança social que iam atravessando o bairro, bem como as solicitações provenientes de actores sociais locais envolvidos em movimentos colectivos, desenrolando-se ambas em simultâneo com o próprio processo de pesquisa, iam-no colocando perante sucessivos novos temas de questionamento, a articular analiticamente com os anteriores.

### Uma estratégia de investigação

O que aqui se pretende apresentar é, pois, antes de mais, um conjunto articulado de análises resultantes de investigação sociológica, entendida como *investigação empírica teoricamente orientada*.

Tal concepção supõe, do princípio ao fim, o comando conceptual e problematizador da teoria, e o objectivo de conduzir em permanência, como um dos seus principais resultados, ao questionamento, reelaboração ou produção de teoria.<sup>5</sup>

Mas supõe também, com o mesmo carácter de componente constitutivo intrínseco, a realização de pesquisa empírica, ou pesquisa observacional, em sentido lato, implicando recolha e análise de informação sobre o objecto de estudo — recolha e análise essas efectuadas de maneira teoricamente informada e metodologicamente reflectida, e utilizando de forma controlada instrumentos técnicos e procedimentos operatórios apropriados.

Em termos gerais, a concepção referida corresponde ao entendimento da prática de investigação científica como actividade de produção de enunciados

---

5 Acerca da “função de comando da teoria”, a referência clássica, na bibliografia portuguesa em ciências sociais, é a de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1976.

cognitivos sobre um certo domínio de fenómenos, mas enunciados cognitivos de um género particular, o daqueles que se faz questão de elaborar pelo accionamento conjunto, e de sujeitar ao duplo crivo, da *teoria* e da *observação*.

Por outras palavras, sendo já hoje geralmente aceite, no debate epistemológico, e em certa medida na actividade de produção científica, que todos os enunciados, incluindo os das ciências, são enunciados interpretativos, logo, passe a redundância, susceptíveis de múltiplas interpretações, a investigação científica caracteriza-se por se propor produzir enunciados cognitivos sujeitos a certos “limites à interpretação”.<sup>6</sup> Limites esses que são precisamente, afinal, os decorrentes do confronto cruzado desses enunciados com quadros teóricos sempre em reconstrução e com produtos empíricos permanentemente actualizáveis da observação realizada sob regulação metodológica.

Trata-se, pois, de “limites construtivos”, ou regras de construção. Ou seja, teoria e observação constituem as ferramentas próprias da produção de conhecimentos sociológicos, sobretudo quando accionadas, na prática de investigação, em diálogo criativo mas ao mesmo tempo intransigente uma com a outra — e é nesse sentido que tomam também o carácter de limites constitutivos auto-assumidos da interpretação sociológica.

Os enunciados cognitivos, nomeadamente sobre o domínio social, não são de modo nenhum exclusivos das ciências, concretizando-se também noutros espaços e noutros regimes de produção de saberes.<sup>7</sup> Mas os de carácter científico caracterizam-se pela sua produção segundo essas “regras do jogo”, as do confronto sistemático cruzado com teoria e observação. É daí, aliás, desse tipo de desafio específico, das práticas a ele inerentes e dos resultados correlativos, que deriva boa parte do interesse objectivo e do prazer intelectual que a investigação científica suscita.

Foi, pois, uma concepção de investigação sociológica deste tipo, como investigação empírica teoricamente orientada (no duplo sentido, quanto ao segundo aspecto, de orientada pela teoria e orientada para a teoria), que se procurou pôr em prática e da qual decorrem as análises aqui apresentadas.

Em todo o caso, as modalidades de articulação entre teoria e observação não são sempre exactamente as mesmas, variando consoante as finalidades cognitivas principais atribuídas à pesquisa e as estratégias de investigação adoptadas.

---

6 A expressão é retomada da proposta, em sentido mais vasto, por Umberto Eco em *Os Limites da Interpretação*, Lisboa, Difel, 1992 (1990).

7 Veja-se José Madureira Pinto, “Tópicos para uma análise da produção de saberes sobre o social”, in AA.VV., *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares* (Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais), vol. I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, onde o autor analisa as relações entre quatro espaços de produção de saberes sobre o social: o mítico-profético, o mediático-político, o das ciências sociais e o da prática social corrente.

Percorrendo a bibliografia de investigação sociológica, no sentido referido, é possível encontrar, numa sistematização necessariamente esquemática, três tipos principais de estratégias metodológicas, com finalidades analíticas diferenciadas, géneros de resultados distintos e modos específicos de conduzir a pesquisa.<sup>8</sup>

Um deles corresponde às que se podem chamar, fazendo apelo à tradição terminológica corrente na metodologia das ciências sociais, *estratégias de investigação extensivas-quantitativas*. O inquérito por questionário é a modalidade mais comum de procedimento observacional nestas pesquisas. Implica a construção de instrumentos de recolha de informação estandardizada (os questionários, tanto quanto possível de perguntas fechadas), possibilitando a medida segundo parâmetros homogéneos, e a respectiva aplicação extensiva, por contacto pontual com um grande número de indivíduos respondentes, abrangendo todos os elementos do universo a estudar ou amostras apropriadas dele.

Seja como for, concretize-se a pesquisa observacional pela aplicação directa de questionários, ou por tratamento de fontes estatísticas previamente constituídas de maneira semelhante, ou ainda através de outros procedimentos extensivos, o que importa salientar é que os resultados que se espera obter através de tal tipo de estratégia de pesquisa têm sempre, basicamente, a forma de *relações quantificadas entre variáveis*.<sup>9</sup>

Uma segunda categoria engloba as *estratégias de investigação comparativas-tipológicas*. Em geral debruçam-se sobre um número bastante mais pequeno, mas ainda assim significativo, de unidades de análise, utilizando instrumentos de pesquisa mais flexíveis e procedimentos de recolha de informação de média intensidade. A técnica mais corrente é a das entrevistas, nas diversas variantes que elas podem assumir, complementadas eventualmente por levantamentos documentais ou períodos limitados de observação directa.

A finalidade principal é conseguir captar a diversidade constitutiva de um determinado fenómeno social, à partida apenas conhecido de maneira vaga e indiferenciada. Os resultados mais importantes a que se chega condensam-se, na

---

8 A tipologia que se segue retoma, com pequenos ajustamentos, a sugerida por Charles C. Ragin em *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method*, Thousand Oaks (Cal.), Pine Forge Press, 1994.

9 Na investigação sociológica portuguesa podem mencionar-se, como ilustrações dos já muitos estudos realizados, por exemplo o resultante de um inquérito extensivo aos investigadores científicos portugueses (Jorge Correia Jesuino, Lígia Amâncio, Patrícia Ávila, Graça Carapinheiro, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Maria Teresa Patrício, Alan Stoleroff e Jorge Vala, *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX: Comportamentos, Atitudes e Expectativas*, Oeiras, Celta Editora, 1995) ou a componente extensiva de um estudo sobre a literacia em Portugal, nomeadamente a análise das distribuições sociais de competências de leitura, escrita e cálculo (Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996).

maioria das vezes, em torno de uma *tipologia*, a das principais modalidades que tal fenómeno assume. A lógica analítica desenvolvida é a da comparação entre as unidades estudadas, procurando-se organizá-las por tipos, de acordo com a maneira como se situam numa série de atributos dimensionais, ao mesmo tempo que se afina o conjunto das dimensões pertinentes, tomando em conta as configurações tipológicas a que se vai chegando.<sup>10</sup>

Um terceiro conjunto é agrupável sob a designação genérica de *estratégias de investigação intensivas-qualitativas*. Realizam-se tomando como terreno de pesquisa uma unidade social singular — como uma aldeia ou um bairro, um grupo ou uma organização, um espaço público ou um movimento colectivo, entre várias outras possibilidades — ou, eventualmente, um pequeno número delas. Recorrem sobretudo à observação directa, por vezes participante, de carácter intensivo e multifacetado, em interacção continuada e informal com as pessoas integrantes dessa unidade social. Com frequência são accionadas, de forma complementar, outras técnicas de recolha de informação.

O resultado toma, em geral, a forma de um *estudo de caso*.<sup>11</sup> Neste tipo de pesquisa, os objectivos concentram-se na descrição densa e na análise integrada de um caso, procurando caracterizar a articulação específica que nele se estabelece entre múltiplas facetas da sua constituição. Visa-se, assim, contribuir para a elucidação daquilo em que consiste a singularidade do caso, em especial do que nela decorre daquela articulação específica de dimensões, mas, também, para o esclarecimento dos modos como, em algumas dessas dimensões, ele se relaciona com domínios sociais mais vastos.<sup>12</sup>

Talvez fosse dispensável acrescentar que esta “arrumação” das estratégias de investigação sociológica mais praticadas é de natureza ideal-típica, tendo apenas intuítos clarificadores genéricos. É raro cada pesquisa concreta apresentar as características de um “tipo puro”. Muitas, estruturando-se de maneira privilegiada segundo um deles, do qual retiram coerência metodológica,

10 Dois exemplos são os da produção de uma tipologia de modos de vida dos pobres (João Ferreira de Almeida, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Isabel Nicolau e Elizabeth Reis, *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1994 (1992)) e de uma tipologia dos modos de relação entre família e empresa no universo dos empresários de PME (Maria das Dores Guerreiro, *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1996).

11 Um conjunto de reflexões recentes sobre a utilização dos conceitos de “caso” e “estudos de caso” na investigação sociológica encontram-se em Jacques Hamel (org.), *The Case Method in Sociology*, Londres, International Sociological Association e Sage Publications, 1992 (número temático da revista *Current Sociology*, vol. 40, n.º 1, 1992), e em Charles C. Ragin e Howard S. Becker (orgs.), *What is a Case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995 (1992).

12 Vejam-se, nomeadamente, os estudos atrás mencionados de João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, op. cit., e de José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, op. cit.

contêm também aspectos de outros. Algumas dificilmente seriam classificáveis numa dessas três variantes básicas da investigação sociológica.

O interesse da tipologia está sobretudo na evidenciação das articulações lógicas (“método-lógicas”) entre tipos de objectivos, tipos de procedimentos e tipos de resultados. A procura de coerência metodológica no desenvolvimento da investigação em sociologia pode encontrar aqui pontos de referência.

O presente trabalho insere-se, no fundamental, na terceira das modalidades de investigação sociológica inventariadas. A estratégia de investigação seguida foi, antes de mais, de tipo intensivo-qualitativo, e os resultados de que aqui se dá conta assumem a forma de um estudo de caso.

No entanto, a estruturação da pesquisa em torno de uma estratégia metodológica central não significou qualquer forma de restritividade apriorística quanto às técnicas de recolha e análise da informação empírica a utilizar. Pelo contrário, recorreu-se a um leque muito diversificado de técnicas, desde as de observação directa até às do inquérito por questionário, passando pelas entrevistas e pela análise documental, embora integradas de maneira específica numa estratégia metodológica de base com as características referidas.

Em termos mais operatórios, isto significa que todos os instrumentos e procedimentos de recolha e análise de informação foram accionados sob a égide da *pesquisa de terreno*, enquanto método principal seguido na investigação.

O método da pesquisa de terreno assenta na *presença prolongada* do investigador nos contextos sociais em estudo, em *contacto directo* com as pessoas e as situações. Nesse sentido, pode dizer-se que o principal instrumento da pesquisa é o próprio investigador, através das observações “de primeiro grau”, a que vai procedendo, de pessoas e grupos, gestos e verbalizações, comportamentos e situações, símbolos e objectos, actividades e processos, e através das observações “de segundo grau” que continuamente faz dos modos de relacionamento que os membros da unidade social em estudo com ele vão estabelecendo.

A articulação estreita entre observação e interpretação, a centralidade analítica dos processos conjugados de familiarização e distanciamento, a regulação contínua dos procedimentos de pesquisa a partir de uma teoria do objecto em permanente reformulação através da integração nela das análises sucessivamente realizadas no decurso da pesquisa — tudo isso tornou indispensável a presença directa e continuada do investigador no terreno.<sup>13</sup>

Presença essa requerida, também, pelos laços relacionais estabelecidos no bairro, pelas dinâmicas da interacção com actores sociais locais e pelo envolvimento controlado em processos ali em curso, eles próprios por sua vez incluídos no objecto de estudo. Prolongamento incentivado, ainda, pela possibilidade de analisar, com base em informação recolhida por acompanhamento directo, lógicas de permanência e mudança relativas a diversas dimensões de estruturação social, profundamente entrelaçadas entre si no

contexto social local mas, em alguns aspectos decisivos, parecendo desenrolar-se ali a ritmos muito dessincronizados uns dos outros.

### Uma exposição em três andamentos

Deste modo, no decurso da pesquisa foi-se confrontando teoria com empiria, colocando interrogações, formulando hipóteses, revendo análises, elaborando sínteses. Alguns conceitos vinham já com importância adquirida, outros foram ganhando centralidade, constituindo-se em nós organizadores da rede de questionamentos e interpretações progressivamente construída.

Um destes é, como se disse, o conceito de identidade cultural. Pelas razões enunciadas de início, está presente ao longo de todo o texto, como fio condutor ou, talvez melhor, como problema sucessivamente recolocado e examinado de vários ângulos. Com ele entrecruzam-se vários outros que vão sendo objecto de discussão nos diversos capítulos.

A exposição está organizada em três partes. Cada uma delas forma uma unidade, retomando à sua maneira um conjunto integrado de aspectos concernentes às dinâmicas sociais da identidade cultural que se podem analisar tomando o bairro de Alfama como horizonte empírico de referência.

Na primeira parte, composta por dois capítulos, a perspectiva privilegiada é a das relações entre interior e exterior na produção da identidade cultural de Alfama. São tratados temas como os mecanismos envolvidos na visibilidade social do bairro e as imagens acerca dele construídas a partir do exterior, ou como a sobreposição de dimensões de estruturação das relações sociais locais e os componentes da relação identitária com o bairro por parte da população residente. O capítulo inicial concentra-se nas dinâmicas exógenas e o seguinte nas endógenas, mas procura-se desenvolver a análise de modo a mostrar as respectivas interligações.

A segunda parte explora as potencialidades, para a abordagem de um objecto de estudo como o que está aqui em causa, de um modelo analítico articulando três conceitos fundamentais, o de padrões culturais, o de classes

---

13 Para um maior desenvolvimento acerca da pesquisa de terreno, em boa parte elaborado a partir da experiência dos primeiros anos de trabalho de campo em Alfama, veja-se António Firmino da Costa, "A pesquisa de terreno em sociologia", in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986. Algumas referências decisivas a este respeito são as de Gilberto Velho, "Observando o familiar", in *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, de William Foote Whyte, *Learning From the Field: A Guide From Experience*, Beverly Hills (Cal.), Sage Publications, 1984, de Stéphane Dufour, Dominc Fortin e Jacques Hamel, *L'Enquête de Terrain en Sciences Sociales: L'Approche Monographique et les Méthodes Qualitatives*, Montréal, Les Éditions Saint-Martin, 1991, e de Robert G. Burgess, *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1984).

sociais e o de quadros de interacção. Cada um deles remete para um domínio teórico vasto e permite desenvolvimentos pormenorizados integrando corpos específicos de informação empírica sobre o bairro com perspectivas importantes de problematização da identidade cultural.

Os três capítulos desta parte ocupam-se, um a um, desses diferentes desenvolvimentos especializados. Mas o mais importante, de novo, reside no accionamento do modelo analítico no seu conjunto, isto é, nos ganhos cognitivos que se conseguem quando se interligam aquelas três grandes dimensões de estruturação social — exercício que, apesar da ênfase temática de cada capítulo, se vai procurando pôr em prática ao longo de todos eles.

A terceira parte volta a ter dois capítulos e, nela, a identidade cultural de Alfama é investigada sob o ponto de vista das dinâmicas de permanência e mudança. No capítulo que abre esta última parte traça-se uma panorâmica dos processos de transformação mais importantes que atravessaram o bairro nas duas décadas em que se desenvolveu a pesquisa e confrontam-se essas mudanças com as permanências, problematizando-se em especial o que parece ser a sobreposição de alterações sociais rápidas e profundas com continuidades culturais não menos acentuadas, nomeadamente no plano identitário. O último capítulo ocupa-se de um processo particular, mas com múltiplas incidências no bairro, o processo de reabilitação urbana, a propósito do qual foi possível examinar as articulações entre identidade cultural e acção colectiva.

### **Um processo partilhado**

Resta acrescentar que esta pesquisa foi um processo largamente partilhado. A redacção do texto que se segue é de um só autor, mas o percurso que conduziu ao respectivo conteúdo envolveu um número muito grande de pessoas.

Como fazer justiça, no plano ético, a esse leque alargado de contributos, e como evidenciá-los adequadamente, no plano cognitivo?

Infelizmente, não parece ser este o meio mais propício para uma resposta satisfatória a tal preocupação. Os elementos que a esse respeito foram integrados no texto estão, em regra, nele expressos de maneira bastante abstracta, subordinada ao regime discursivo adoptado para as finalidades analíticas prosseguidas. Outras maneiras de explicitar tais contributos, já concretizadas ou a concretizar, remetem para contextos diferentes deste.

Ainda assim, apesar das limitações, não se quis perder por completo a possibilidade de deixar registado um conjunto mínimo de referências.

As primeiras vão para as pessoas de Alfama. Ao longo de todo o tempo de pesquisa foram muitas as que se dispuseram a falar de si e do bairro, dar acolhimento e acesso, partilhar vivências, fornecer informações, responder a entrevistas e questionários, aceitar a participação do investigador em actividades locais. Várias foram, também, aquelas com que se estabeleceram laços de amizade.

Seria redutor tomar tudo isso apenas como matéria-prima observacional ou fonte informativa — o que, em todo o caso, tem já um valor inestimável. Mas, para além disso, as pessoas em causa fazem também, de maneiras variadas, as suas próprias interpretações acerca dos fenómenos sociais, quer dos relativos ao bairro, quer de outros, incluindo o investigador e as suas práticas de investigação sociológica.

Deste modo, a discussão de interpretações com os interlocutores locais, reiteradamente estabelecida, constituiu inspiração importante para as análises realizadas e, em diversos casos, as hipóteses e os conceitos desenvolvidos no presente trabalho resultaram de reelaboração específica, pela utilização das ferramentas teóricas da sociologia, de sugestões deles provenientes.

Não sendo viável enumerar aqui todas essas pessoas, nem sequer as muitas com quem as deambulações da pesquisa se cruzaram com mais frequência ao longo dos anos, é indispensável a referência, pelo menos, a Carlos Alberto Gonçalves, à mulher e aos dois filhos, a Sílvia, o Nuno e a Marisa, amigos calorosos, inteligentes e divertidos que, de algum modo, “adoptaram” no terreno o autor deste texto, tendo-se tornado, desde o início, em porto de ancoragem sempre disponível das estadias em Alfama e fonte inesgotável de ensinamentos acerca do bairro.

A par deles, é de elementar justiça, ainda, destacar João Constantino e Florinda António, presidentes das juntas de freguesia de Santo Estêvão e São Miguel, respectivamente, durante quase todo o período temporal a que este trabalho se reporta. Autarcas notáveis, de responsabilidade, convicção e lucidez, encararam sempre a pesquisa no bairro com total abertura e interesse, tendo-lhe proporcionado indicações e reflexões variadíssimas. Para além do mais, foram também os protagonistas centrais de um importante processo aqui analisado, o movimento social pela reabilitação urbana.

Este último processo estabeleceu uma relação muito particular entre a Câmara Municipal de Lisboa e o bairro, nomeadamente através da instalação nele de um Gabinete Técnico Local. Os temas, actores e dinâmicas deste processo acabaram por se constituir, como se disse, num dos objectos de investigação. Os vereadores responsáveis pelo pelouro da reabilitação urbana durante a fase da pesquisa de terreno desenvolvida nos anos 90, abrangendo aproximadamente dois terços da década, Rui Godinho, primeiro, e Vítor Costa, depois, tiveram sempre a melhor relação com este esforço de investigação, devendo-se-lhes, inclusivamente, o acesso a dados, situações e projectos de que resultou significativo enriquecimento da análise. Foi uma disponibilidade e uma abertura que encontraram prolongamento incondicional, aliás, por parte do vereador que lhes sucedeu no pelouro, António Abreu, a quem cabe agradecer o apoio prestado pela CML à publicação deste livro.

Quanto ao Gabinete Técnico Local, apesar de variados outros contactos, cabe fazer uma menção muito especial a Manuel João Ribeiro, durante vários anos sociólogo do gabinete, com quem foi possível colaborar em

diversos trabalhos de levantamento e análise sobre o bairro, e que foi sempre inexcedível na disponibilidade pessoal, na amizade afável e na valia das indicações fornecidas. Uma palavra também para a socióloga que lhe sucedeu no gabinete, Cristina Santos Silva.

Outros sociólogos, jovens recém-licenciados ou ainda estudantes de sociologia (um ou outro de áreas próximas), colaboraram em diversas operações de pesquisa. Também aqui não tem viabilidade uma enumeração completa. Mas seria de todo em todo impossível não salientar as colaborações de Isabel Delgado no inquérito à mobilidade social e geográfica, de Isabel Valente no inquérito à população e à habitação, de Patrícia Ávila na análise de dados e de João Emílio Alves na avaliação dos projectos integrados.

Ligados de outro modo a esta investigação — a montante dela, em certo sentido — estão aqueles que têm constituído referências decisivas para o autor na sua formação sociológica. As dificuldades aqui não são menores. Toda a aprendizagem com professores, colegas e alunos, antes e ao longo destas quase duas décadas de pesquisa, se projectou de alguma maneira no trabalho aqui apresentado.

Duas referências muito particulares, no entanto, são as devidas a Joaquim Pais de Brito, cujo papel na iniciação à pesquisa de terreno em Alfama foi já assinalado, e a João Ferreira de Almeida que, para além de todas as outras ocasiões de trabalho em conjunto há praticamente tanto tempo quanto o que desde então decorreu, anuiu ainda a acompanhar de perto a elaboração do presente estudo, permitindo que ele usufruísse de um sem-número de sugestões e comentários.

Compreender-se-á a menção, ainda, a Fernando Luís Machado, à permanente troca de ideias com ele e à construção comum de uma maneira de estar na sociologia, através de múltiplos projectos de investigação, ensino e associativismo científico-profissional; e a Rui Pena Pires, não só interlocutor frequente em reflexões teóricas e afinação de conceitos sociológicos como, também, editor de competência e compreensão inexcedíveis, designadamente no caso deste livro.

A última palavra ficou guardada, como não podia deixar de ser, para a Maria das Dores Guerreiro. A razão é simples: todo este percurso foi feito com ela.



## **Parte I | EXTERIOR E INTERIOR**



## **Um objecto de pesquisa com excesso de visibilidade?**

Alfama tem uma característica que surge de imediato como incontornável a quem pretenda abordar este bairro de Lisboa, numa perspectiva sociológica, enquanto objecto de análise e terreno de observação. Essa característica é a *visibilidade social do bairro*.

Dito de outra maneira, mostrou-se indispensável ao desenvolvimento da pesquisa que serviu de base ao presente trabalho colocar e examinar, antes de mais, a questão da visibilidade do bairro como facto social e da construção social das imagens que preenchem tal visibilidade.

A esta questão prende-se logo uma outra, a da própria pertinência da delimitação de uma unidade de análise reportável ao que se costuma designar por Alfama. Mas o tratamento específico deste segundo aspecto, que não é apenas de ordem metodológica mas também substantivamente sociológico, terá de deixar-se para o capítulo seguinte.

A colocação da visibilidade social de Alfama como problema analítico conduziu à investigação de um conjunto de traços implícitos nas representações simbólicas que circulam acerca do bairro, localizáveis num leque diversificado de registos — do erudito ao da vida quotidiana, do mítico ao propagandístico, do literário ao iconográfico, do jornalístico ao científico. Registos que demonstram, aliás, a este respeito, como se poderá verificar, particular tendência para a contaminação recíproca, em modos e graus variáveis.

Em termos mais englobantes, vejamos como, com o equacionamento desta questão — a da particular visibilidade social do bairro — se abriu uma via de acesso para a análise de um conjunto de processos sociais que se revelaram decisivamente operantes na constituição da identidade cultural de Alfama: aqueles que a produzem basicamente a partir do exterior ao bairro, embora em inter-relação com ele, de diversas formas.

## O discurso olisipográfico

Uma das razões que fazem de Alfama um objecto de pesquisa singular é o facto de se tratar de uma referência urbana extremamente conhecida. É possível, desde logo, encontrá-la numa grande variedade de discursos. Praticamente não têm conta os textos que fazem menção a Alfama, sejam eles análises históricas, estudos geográficos, recolhas etnográficas, ensaios elaborados numa perspectiva arquitectónica ou patrimonial, artigos jornalísticos publicados na imprensa diária ou em revistas da mais diversa natureza. Em muitos deles, o objecto é Alfama, ela própria, ou então alguns dos seus aspectos constitutivos. Noutros, que incidem globalmente sobre Lisboa, o bairro surge por norma assinalado como um dos elementos mais notáveis da cidade.

Além disso, Alfama aparece frequentemente na literatura, na pintura, no desenho, na música e no cinema. Nos últimos anos tem mesmo vindo a ser utilizada como cenário favorito de *video-clips* musicais e livros de banda desenhada. Isto, para não falar das múltiplas maneiras como é permanentemente referenciada, evocada e retratada numa quantidade inumerável de guias urbanos, álbuns fotográficos, documentários televisivos, folhetos turísticos, mapas, roteiros, cartazes e postais.

Na maioria destes documentos, o tom dominante é de cariz histórico-patrimonial. Caso paradigmático é o da *olisipografia*, género composto de apontamentos históricos e míticos, arquitectónicos e urbanísticos, etnográficos e jornalísticos acerca da cidade de Lisboa, muito em especial dos seus aspectos mais antigos ou considerados tradicionais. Algumas obras olisipográficas vieram a constituir-se no principal acervo de referências históricas e patrimoniais a Alfama, consecutivamente reutilizadas pelos mais diversos tipos de estudos e notícias, textos de divulgação e suportes de promoção turística.

Refira-se, de passagem, adiantando considerações a desenvolver mais à frente, que os próprios habitantes de Alfama, em especial aqueles que se assumem, de algum modo, como “conhecedores do bairro”, veiculam no contacto com os forasteiros, de maneira mais ou menos fragmentária, passagens longamente decantadas deste “saber olisipográfico”. Ter-se-á ocasião, adiante, de voltar à análise dos ciclos complexos de hermenêutica social que se estabelecem entre saberes formalmente codificados no discurso escrito de carácter erudito e saberes oralmente reproduzidos a nível local, acerca de Alfama. Trata-se, aliás, de uma análise de grande importância, não só para a compreensão dos mecanismos relacionais e simbólicos envolvidos na construção da visibilidade social do bairro e das imagens identitárias que compõem os respectivos conteúdos mas, também, de forma mais ampla, para a decifração sociológica das relações entre o bairro e os contextos sociais envolventes.

Mas, reatando com as considerações anteriores, o que é que, no essencial, dizem do bairro aqueles discursos, de tom histórico-patrimonial

predominante, que se podem encontrar nos textos, de géneros variados, que vínhamos a referir?<sup>1</sup>

Em síntese, localizam Alfama na encosta que desce do Castelo até ao Tejo, em pleno núcleo do primeiro povoamento de Lisboa. O estabelecimento duradouro de populações no sítio de Lisboa é muito anterior à ocupação romana. Poderá, em todo o caso, datar desta última época (do século II a.C. ao século V d.C.) a urbanização da vertente virada a sul da colina, tendo constituído factor importante de atracção as águas termais com nascentes junto à praia.

A abundância das águas e as suas alegadas virtudes terapêuticas mantiveram-se, aliás, permanentemente associadas à história do bairro, ressurgindo, por várias vezes, a pontuar as referências descritivas e as construções do imaginário colectivo relativas a Alfama. O próprio topónimo Alfama é usualmente atribuído à evolução do árabe *Al-hama*, que significaria águas quentes ou fonte termal — embora na olisipografia haja alguma controvérsia etimológica a este respeito.

Depois da presença sueva e visigótica, e a partir das fortificações então erguidas, as muralhas do Castelo e a chamada “Cerca Moura”, ou “Cerca Velha”, foram reconstruídas pelos muçulmanos, após a conquista da cidade nos inícios do século VIII. A permanência muçulmana decorreu durante mais de quatrocentos anos. De acordo com Alexandre Herculano — que quase todos os textos citam — Alfama constituiu-se durante esse período como um nobre bairro arrabaldino, em desenvolvimento do lado de fora da cerca de muralhas que, descendo do Castelo até à zona ribeirinha, envolvia a parte central da encosta urbanizada. Nas palavras de Herculano, “Alfama fora no tempo

---

1 De entre as referências olisipográficas mais usadas acerca de Alfama, salientam-se: Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais* (2.<sup>a</sup> ed.) (vols. I, II, III, IV, VII e VIII), Lisboa, CML, 1935-39 (1884-89) e *A Ribeira de Lisboa* (3.<sup>a</sup> ed.) (vols. I e II), Lisboa, CML, 1948 (1893); Luís Chaves, “Alfama de ontem e Alfama de hoje: aspectos históricos e etnográficos” (1936), in *Lisboa nas Auras do Povo e da História* (vol. I), Lisboa, CML, 1961; Augusto Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa* (3.<sup>a</sup> ed.), Lisboa, CML, 1987 (1899), *As Muralhas da Ribeira de Lisboa* (3.<sup>a</sup> ed.) (2 vols.), Lisboa, CML, 1987 (1900), *As Freguesias de Lisboa: Estudo Histórico*, Lisboa, CML, 1943 e *A Cerca Fernandina de Lisboa* (2.<sup>a</sup> ed.) (2 vols.), Lisboa, CML, 1987 (1948-49); Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa* (2.<sup>a</sup> ed.) (livros I, II, VIII, X e XV), Lisboa, Vega, 1992-93 (1938-39). É também elucidativa a consulta de várias entradas incluídas em Francisco Santana e Eduardo Sucena (orgs.), *Dicionário da História de Lisboa*, Sacavém, Carlos Quintas e Associados, 1994, onde, a par de outros contributos, se inventariam as principais aquisições e propostas da olisipografia anterior. Dos trabalhos mais recentes assinala-se, quanto ao bairro em particular, o panorama histórico apresentado nos guias da autoria de Maria Calado e Vítor Matias Ferreira, *Lisboa: Freguesia de S. Miguel (Alfama)* e *Lisboa: Freguesia de Santo Estêvão (Alfama)*, Lisboa, Contexto, 1992 e, para um enquadramento na história da cidade, o conjunto de estudos publicados em Irisalva Moita (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Expo 98 / Lisboa 94 / Livros Horizonte, 1994. Para um enquadramento das relações entre a olisipografia mais antiga e a historiografia actual relativa a Lisboa ver, de Manuel C. Teixeira, “A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes”, *Análise Social*, n.º 121, 1993.

do domínio sarraceno o arrabalde da Lisboa gótica; fora o bairro casquilho, aristocrático, alindado, culto”.<sup>2</sup>

Em 1147 Lisboa é cercada, assaltada e tomada pelos exércitos do primeiro rei português e dos cruzados nórdicos seus aliados. No terceiro quartel do século XII são construídas as primeiras igrejas de São Miguel e de Santo Estêvão. Envolve-as o tecido urbano denso e tortuoso da área hoje abrangida pelas duas freguesias — de São Miguel e Santo Estêvão, precisamente — que constituem Alfama ou, pelo menos, aquilo que é comum ser tido como o seu núcleo fundamental.

O espaço de Alfama foi ficando, assim, estruturado por dois eixos e dois núcleos. O primeiro eixo, longitudinal, desce ao longo da encosta, entre as duas freguesias, pelo vale que acabou por se transformar na actual Rua da Regueira. Ligava, no alto, ao sítio onde veio a instalar-se o Convento do Salvador, no lugar do que, no século XIII, começou por ser um recolhimento de mulheres e, a partir do século XIV, um convento de freiras dominicanas. Um pouco mais acima, sobranceira ao bairro, junto da muralha, às Portas do Sol — de onde se avistaria, como hoje, a paisagem magnífica da encosta a encontrar-se com o rio — era construída, entre o século XII e o século XIII, a primeira igreja de Santa Luzia.

A regueira desembocava, em baixo, junto à praia. Datando pelo menos do século XIII, foi aí construído o Chafariz dos Cavalos ou Chafariz de Dentro. O primeiro nome proviria dos cavalos de bronze que, durante um período bastante considerável, estiveram instalados nas saídas de água. Ainda no século XVI Damião de Góis referia que, “para os lados da Porta da Cruz, emerge uma outra fonte, ou, para melhor dizer, um tanque chamado *dos Cavalos*, isto porque tem umas esculturas de cavalos cujos focinhos de bronze deitam jorros de água, formando, ao sair do tanque, uma espécie de riachos”.<sup>3</sup> Em todo o caso, depois da inclusão dos arrabaldes orientais da cidade dentro da nova linha de muralhas construída no século XIV, a “Cerca Fernandina” ou “Cerca Nova”, a fonte passou a ser também chamada Chafariz de Dentro, designação que se mantém.

O segundo eixo, transversal, acompanha a margem ribeirinha. Por ele passavam as pessoas e as mercadorias, chegando ou partindo nas embarcações, circulando também por via terrestre entre o centro urbano fortificado e o termo oriental da cidade. Nele se localizavam os arcos que abriam as muralhas ao rio — alguns dos quais ainda lá estão. Aí se situam as nascentes de água que atraíram o povoamento do sítio desde tempos imemoriais e originaram chafarizes, banhos e alcaçarias, de importância decisiva na história de Alfama e nas imagens que dela se foram simbolicamente construindo.

2 Alexandre Herculano, *O Monge de Cister*, Lisboa, Bertrand, 22.<sup>a</sup> edição, s/d (1848), pp. 148.

3 Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988 (1554), p. 49.

Na confluência destes eixos, assumiu particular importância o Largo do Chafariz de Dentro, autêntico “Rossio de Alfama”, no dizer de Norberto de Araújo.<sup>4</sup> Urbanizado posteriormente, no século XVII, tinha-se já muito antes, nos tempos da primeira dinastia, tornado o centro da vida do bairro e da respectiva articulação com os espaços envolventes e com as populações vizinhas ou forasteiras. Espaço público intensamente frequentado, para ele davam já, igualmente, duas outras vias estruturantes do bairro: a Rua de São Pedro, a penetrar na freguesia de São Miguel, para onde se prolongava o mercado de rua (que ainda tem correspondência actual, nomeadamente nas vendas de peixe, frutos e legumes), e a Rua das Portas da Cruz, mais tarde Rua dos Remédios, a atravessar a freguesia de Santo Estêvão, até à então entrada na urbe pelas Portas da Cruz, na Cerca Fernandina, por onde chegavam as pessoas e os produtos agrícolas provenientes das áreas rurais a oriente de Lisboa.

Os dois núcleos são polarizados, como referido, pelas igrejas de São Miguel e Santo Estêvão, em torno das quais se foi desenvolvendo e adensando a malha urbana de matriz muçulmana e medieval cujo traçado labiríntico, que se manteve no essencial até ao presente, constitui, porventura, uma das marcas mais salientes das imagens com que se vai reproduzindo a visibilidade social do bairro.

Os séculos XIII e XIV são tempos de expansão da população e das actividades no espaço de Alfama. Alguns textos, seguindo Herculano, salientam, por contraste com o que teria sido o perfil social mais elevado do bairro no período muçulmano, o novo carácter popular das gentes que afluem a Alfama após a conquista cristã. Muitas delas, envolvidas em actividades artesanais, comerciais, fluviais e marítimas, com particular destaque para os pescadores, seriam compostas por uma população mista, de cristãos e mouros. É também então localizada em Alfama uma das judiarias de Lisboa, numa pequena área englobando a ainda actualmente chamada Rua da Judiaria. Diz a este respeito Alexandre Herculano: “quando, porém, no século XII a população cristã, alargando-se para ocidente, veio a expulsar os judeus do seu bairro primitivo, situado na actual cidade baixa, e os encantoou para a parte sul da catedral, a Alfama foi perdendo gradualmente a sua importância, e converteu-se afinal num bairro de gente miúda e, sobretudo, de pescadores”.<sup>5</sup>

No entanto, por outro lado, desde finais do século XII, instala-se, numa zona da parte alta de Alfama — designada, até hoje, por Escolas Gerais — a residência dos estudantes universitários, o “bairro dos escolares”, que haveria de manter-se ali até ao século XVI, aquando da transferência definitiva da universidade para Coimbra. Aliás, no Pátio do Quintalinhos, à Rua das Escolas Gerais, e no sítio da Cruz, junto à actual Rua dos Remédios, terão estado

---

4 Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, livro X, *op. cit.*, p. 66.

5 Alexandre Herculano, *O Monge de Cister*, *op. cit.*, pp. 148-149.

sediadas instalações da universidade. Além disso, a construção do já referido Convento do Salvador, bem como de solares e palácios como os que, posteriormente ampliados e remodelados, viriam a ser dos Azevedo Coutinho e dos Condes dos Arcos (depois, dos Condes de São Miguel), para já não falar do que terá sido o Paço Real de Alfama ou Paço das Galés, indicia também que a composição social do bairro não seria, afinal, nos séculos XIII e XIV, tão homogeneamente popular como é por vezes dado a entender.

A conotação ambivalentemente aristocrática e popular, presente nas imagens mais divulgadas de Alfama, tem prováveis raízes, entre outras, na própria estrutura da urbanização medieval, fisicamente observável no bairro e objecto de referências em variados estudos olisipográficos, ainda que por vezes de forma algo inconsistente. Nessa estrutura urbana, em lugar de uma segregação espacial classista do tipo da que se desenvolveu nas cidades modernas mais características da industrialização capitalista, tendia a verificar-se uma proximidade residencial específica entre famílias com posição social diferente ou até claramente polarizada, com edifícios nobres e ricos rodeados pelas habitações da plebe urbana, constituindo um sistema de vizinhança propiciador do estabelecimento de laços mais ou menos densos de dependências estatutárias e prestação de serviços variados.

Seja como for, vale talvez a pena sublinhar aqui — tendo em vista a importância de que o ponto se reveste para uma avaliação dos conteúdos mais correntemente inscritos nas imagens divulgadas acerca do bairro — que, nos seus traços fundamentais, o tecido urbano de Alfama, e grande parte dos seus elementos estruturantes mais destacados, estavam já definidos por altura dos séculos XIII-XIV, designadamente na materialidade do espaço construído e, até, na própria toponímia. A estas vêm juntar-se algumas outras referências, a que é também por hábito concedido lugar de relevo, reportadas a períodos posteriores da história do bairro. Vejamos as mais destacadas.

Com o enorme surto do comércio e, em particular, do tráfego marítimo na época dos Descobrimentos, nobres e ricos mercadores vieram instalar-se no bairro ribeirinho. A famosa “Casa dos Bicos”, mandada edificar por um filho de Afonso de Albuquerque, vice-rei da Índia, é disso ilustrativa. O crescimento da cidade e as viagens marítimas geravam uma actividade fervilhante. Mercadorias de toda a sorte chegavam às praias e, cada vez mais, às infra-estruturas portuárias que iam sendo construídas ao longo da margem. O Terreiro do Trigo e o Jardim do Tabaco, que dão nome aos segmentos ocidental e oriental do eixo viário que, paralelamente ao rio, passa pelo Largo do Chafariz de Dentro, constituem reveladoras referências toponímicas às actividades desenvolvidas no local a partir dessa época, e às construções, de grande envergadura, que ali se fizeram — e se reconstruíram, remodelaram e reafectaram, por várias vezes, desde então.

As nascentes de água ganham ainda maior importância para o abastecimento de residentes e embarcações. O Chafariz de Dentro e o Chafariz

d'El-Rei, nomeadamente, são remodelados e é regulamentada a sua utilização. Grande parte dos textos gosta de se referir, em especial, à postura camarária que, para o Chafariz d'El-Rei, “ordenava que na 1.<sup>a</sup> bica, do lado poente, só pudessem encher pretos forros e cativos, mulatos, índios, e outros cativos do sexo masculino; na 2.<sup>a</sup>, moiros das galés; e tomada nos barris a sua aguada, retirariam, podendo esta bica ser ocupada pelos da 1.<sup>a</sup>; na 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> encheriam homens e moços brancos; na 5.<sup>a</sup> mulheres pretas, mulatas, índias forras e cativas; na 6.<sup>a</sup> enfim, a última para a banda de Alfama, mulheres e moças brancas”.<sup>6</sup> No século XVII é construído o Chafariz da Praia, no lugar de uma antiga fonte junto ao rio, e onde posteriormente, nos finais do século XIX, veio a ser erguido o Edifício das Águas, com a sua estação elevatória, hoje desactivada. Actualmente o edifício, recuperado para fins culturais, é conhecido como “Recinto da Praia”.

As gentes do mar — e, em particular, os pescadores — tiveram ao longo dos séculos uma presença muito forte na vida do bairro, que só recentemente decaiu. Um das manifestações dessa importância, na época dos Descobrimentos, foi a constituição, no século XV, pelos “pescadores linhéus” (pesca à linha), da Irmandade do Espírito Santo, com sede na Igreja de São Miguel e um pequeno hospital às Portas da Cruz. No século XVI, formou-se outra irmandade, dos “pescadores chinchéus” (pesca à rede), que fez construir a Ermida de Nossa Senhora dos Remédios e um hospital anexo. As duas juntaram-se, no início do século XVII, tendo-se instalado na que ficou conhecida tanto por Ermida dos Remédios como por Ermida do Espírito Santo.

O terramoto de 1755 e o incêndio que se lhe seguiu destruíram quase todo o bairro. Não tendo sido, em geral, abrangida pelos modernos e geométricos planos urbanísticos pombalinos, Alfama foi reconstruída por antigos e novos habitantes, mantendo, no essencial, a malha urbana labiríntica anterior, de apertados becos, vielas e escadinhas. As igrejas e ermidas, bastante danificadas, sofreram importantes obras de restauro e significativas modificações. Palácios como os dos Condes dos Arcos, dos Azevedo Coutinho, dos Sequeira, dos Teles de Melo, dos Albergaria, dos Maiorga e o de Dona Rosa foram também reconstruídos pelos seus proprietários e, nalguns casos, parcialmente desmembrados. Na capela do último acabou mesmo por, já em finais do século XIX, vir a instalar-se uma pitoresca taberna, há pouco tempo transformada em restaurante.

A frente ribeirinha foi alvo de uma intervenção mais planificada, incluindo o alinhamento das fachadas e a remoção de restos da muralha. Em 1775 as Portas da Cruz foram também demolidas para deixar passar a estátua de

---

6 Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, vol. II, *op. cit.*, pp.18-19. Castilho data a postura de 1551, tal como, por exemplo, Luís Chaves, em “Os Chafarizes de Lisboa” (1943), in *Lisboa nas Auras do Povo e da História*, *op. cit.*, pp.79-80. Maria Calado e Vítor Matias Ferreira atribuem-lhe a data de 1604 (*Lisboa: Freguesia de S. Miguel (Alfama)*, *op. cit.*, p. 46).

D. José, no seu caminho da fundição para a Praça do Comércio. Ficou assim traçada a Rua Nova, actualmente Rua do Museu de Artilharia. A mais importante construção da altura foi o Celeiro Público, edifício pombalino de grande porte, erguido ao Terreiro do Trigo. Depois de ter albergado o Mercado Central de Produtos Agrícolas passou por várias utilizações, até se tornar em imponente instalação da Alfândega, a que ainda hoje está afectada.

### Construção da memória social

É curioso notar que, à medida que nos aproximamos do presente, as referências habitualmente assinaladas e valorizadas como significativas do património de Alfama vão-se rarefazendo e diluindo. É o que acontece, em concreto, na generalidade do discurso olisipográfico, seja ele de recorte mais erudito, seja em versões de divulgação escolar ou turística. Sem se pretender mais do que utilizar uma metáfora, poder-se-ia dizer que se verifica relativamente a Alfama, como para muitos outros contextos, uma espécie de *efeito Doppler invertido* na estruturação da memória social. O físico austríaco Doppler estudou, no século XIX, um intrigante fenómeno acústico: quando uma fonte de ondas sonoras em movimento rápido se aproxima — um comboio a apitar, por exemplo — a frequência das vibrações aumenta e o som percebido torna-se mais agudo. No domínio da memória social, constata-se não raramente um fenómeno inverso: o valor atribuído às obras humanas, o interesse que despertam e, mesmo, a sua percepção explícita enquanto algo digno de nota, tendem muitas vezes a aumentar com o afastamento histórico.

O caso de Alfama é exemplar deste efeito da memória social. Nomeadamente as principais referências histórico-patrimoniais registadas na olisipografia — e divulgadas numa enorme multiplicidade de textos jornalísticos, folhetos turísticos e ensaios com intuítos didácticos — reportam-se sobretudo aos períodos árabe e medieval. A jusante, prolongam-se no essencial à época dos Descobrimentos e, a montante, aos mitos de fundação relativos à lenda de que a cidade teria sido ali fundada por Ulisses e seus companheiros de aventuras, seduzidos pela qualidade do sítio e pelas virtudes das suas águas. Daí derivaria o próprio nome de Ulisipo, depois Olisipo.<sup>7</sup> O tema das águas, das actividades fluviais e das navegações marítimas aparece como traço unificador deste leque de referências, assumindo importância nuclear na memória social e no imaginário colectivo relativos a Alfama.

Em termos genéricos, a sociologia — bem como outras ciências sociais, nomeadamente a antropologia — tem-se ocupado bastante dos efeitos de

7 A questão é discutida em tom irónico pelo “patriarca” da olisipografia, Júlio de Castilho, em *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. I, *op. cit.*, pp. 53-68.

*familiaridade social* e, inversamente, de *exotismo cultural* no esbatimento ou na acentuação, respectivamente, da percepção e valorização explícitas de aspectos dos contextos sociais e das configurações culturais com que as pessoas lidam no decurso da sua experiência de vida em sociedade. A adjectivação habitualmente preferida de “social” no primeiro caso e de “cultural” no segundo aponta já, aliás, para pistas de reflexão interessantes, mas que se deixarão para outra altura.

Também não será necessário retomar aqui desenvolvimentos conhecidos, nomeadamente nas versões com cunho predominante de proposta teórico-paradigmática, de que são exemplo as abordagens que as sociologias de tipo fenomenológico e etnometodológico fazem do mundo da experiência vivida quotidianamente.<sup>8</sup> Nem naquelas, de orientação sobretudo sócio-epistemológica, em que é dada particular ênfase ao princípio da ruptura com o senso comum na análise sociológica.<sup>9</sup> Ou ainda, acrescente-se, nas que se ocupam da investigação substantiva das configurações culturais.<sup>10</sup>

- 
- 8 Figuras de referência destas formas de análise sociológica são, nomeadamente, Alfred Schutz, *Fenomenologia e Relações Sociais* (colectânea de textos organizada por Helmut R. Wagner), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, e Harold Garfinkel, *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, Inc., 1967. Vários dos mais importantes quadros teóricos desenvolvidos nas últimas décadas no campo da sociologia procuraram incorporar estas perspectivas, cada um à sua maneira, nomeadamente: Peter L. Berger e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Editora Vozes, 1976 (1966); Pierre Bourdieu, *Esquisse d'une Théorie de la Pratique: Précédée de Trois Études d'Ethnologie Kabyle*, Genebra, Librairie Droz, 1972 ou *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980; Anthony Giddens, *New Rules of Sociological Method* (2.<sup>a</sup> ed.), Cambridge, Polity Press, 1993 (1976) ou *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984; Jurgen Habermas, *Théorie de l'Agir Communicationnel* (2 vols.), Paris, Fayard, 1987 (1981); Norbert Elias, *The Symbol Theory*, Londres, Sage Publications, 1991.
- 9 É o caso, por excelência, de Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron, *Le Métier de Sociologue: Préalables Épistémologiques*, Paris, Mouton Éditeur, 1983 (1968), pp. 27-49. Na produção sociológica portuguesa a questão tem sido tema de reflexão analítica, com tonalidades variáveis, que não excluem significativas linhas de continuidade na respectiva problematização. Veja-se, nomeadamente, A. Sedas Nunes, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1977 (1972), pp. 34-40; João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1976, pp. 9-32; António Teixeira Fernandes, *O Conhecimento Sociológico: A Espiral Teórica*, Porto, Brasília Editora, 1983, pp. 165-213; António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste: O Fado no Bairro de Alfama*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, pp. 255-270; Augusto Santos Silva, “A ruptura com o senso comum nas ciências sociais”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986; Boaventura de Sousa Santos, *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1989, pp. 33-49; António Firmino da Costa, *Sociologia*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992, pp. 15-22; José Madureira Pinto, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 113-138.
- 10 Às abordagens que, nos campos da sociologia e da antropologia têm vindo a ocupar-se do “senso comum”, não só como “obstáculo epistemológico”, mas enquanto objecto de estudo substantivo, incorporando perspectivas diversas — tais como as de raiz marxista, em

De momento, basta lembrar que, embrenhadas no fluir corrente da vida quotidiana, as pessoas usualmente não prestam particular atenção aos elementos do quadro sociocultural em que se movem nem é habitual que se detenham a apreciá-los como valores patrimoniais. Em certo sentido, pois, a antiguidade histórica funcionaria como dispositivo de distanciamento, originando uma espécie de exotismo temporal favorecedor da visibilidade ostensiva e do sentimento de valia que recaem sobre determinadas marcas do passado, ingredientes banais do quotidiano “no seu tempo”, mas agora elementos destacados da memória social.

No entanto, por válido que o argumento possa ser, não explica senão em parte o perfil de referências histórico-patrimoniais dominantes acerca de Alfama. A questão complica-se, em particular, quando essas referências históricas de algum modo fazem parte do presente, tanto no cenário físico e simbólico do próprio contexto de vida local como nas memórias ali transmitidas ou assimiladas. Memórias essas que, no entanto, têm em grande medida, por agentes produtores fundamentais, determinadas entidades externas.

O problema das relações entre construção da memória social e formação de identidades culturais é extremamente complexo. Um conjunto de trabalhos recentes, designadamente nos campos da análise histórica e antropológica, tem vindo a recolocar a questão e a renovar o fundo disponível de reflexões teóricas sobre ela.<sup>11</sup> Em certo sentido, trata-se mais de procurar

---

particular na análise das ideologias, as culturalistas, de diversos tipos de inspiração, designadamente durkheimiana e weberiana, as fenomenológicas ou as estruturalistas — vieram juntar-se outros contributos disciplinares relevantes. Um deles é a análise das representações sociais desenvolvida pela psicologia social. Ver, por exemplo, Serge Moscovici, “Des représentations collectives aux représentations sociales”, in Denise Jodelet (org.), *Les Représentations Sociales*, Paris, Presses Universitaires de France, 1989 (1984); Denise Jodelet, “Représentations sociales: un domaine en expansion”, in Denise Jodelet (org.), *Les Représentations Sociales*, op. cit.; Willem Doise, “Les représentations sociales: définition d’un concept”, in Willem Doise e Augusto Palmonari (orgs.), *L’Étude des Représentations Sociales*, Neuchâtel, Delachaux & Niestlé, 1986; Jorge Vala, “Representações sociais: para uma psicologia do pensamento social”, in Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (co-ords.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. Outros contributos têm vindo a ser desenvolvidos pela história das mentalidades e pela história cultural. Veja-se, por exemplo: Emmanuel Le Roy Ladurie, *Montaillou: Cátaros e Católicos numa Aldeia Francesa, 1294-1324*, Lisboa, Edições 70, s/d (1975); Michel Vovelle, *Idéologies et Mentalités*, Paris, Gallimard, 1992 (1982); Carlo Ginzburg, *O Queijo e os Vermes: O Quotidiano e as Ideias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987 (1976); Roger Chartier, *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988. Um valioso balanço crítico de um conjunto de abordagens históricas desta área encontra-se em José Manuel Sobral, “Mentalidade, acção, racionalidade: uma leitura crítica da história das mentalidades”, *Análise Social*, n.º 95, 1987.

11 Por exemplo, Paul Connerton, *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993 (1989) ou James Fentress e Chris Wickham, *Memória Social*, Lisboa, Editorial Teorema, 1994 (1992). Referência fundamental a processos de construção ou reconstrução social das memórias históricas é Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.), *A Invenção das Tradições*,

fazer uma sociologia histórica da memória colectiva, enquanto configuração cultural e processo social, do que de estabelecer uma memória da história, na acção convencional.

Uma das facetas decisivas do problema é a da selecção das memórias. Que recordações, de entre as inúmeras possíveis, vão sendo seleccionadas por determinados grupos sociais? Que aspectos são prioritariamente recordados e porquê? Segundo os autores referidos, uma das respostas está, precisamente, na importância relativa assumida por certas memórias partilhadas na construção de formas de identidade cultural de tais colectivos e, correlativamente, na construção das relações sociais que lhe estão ligadas.

Contudo, quando se foca a questão no caso em análise, os elementos já avançados e a perspectiva desenvolvida ao longo do presente capítulo não podem deixar de suscitar uma interrogação prévia: que colectivos sociais estão afinal aqui em causa? Os exemplos mais habituais na bibliografia mencionada reportam-se sobretudo a identidades de classe social, a identidades de género, a identidades étnicas, a identidades regionais ou a identidades nacionais.<sup>12</sup> Um pressuposto comum, muitas vezes implícito nestas análises, é o de que há um sujeito colectivo que é produtor tanto de memórias partilhadas como de formas de identidade cultural, ambas referentes a si próprio. Ele é, simultaneamente, sujeito e objecto dessas memórias sociais e dessas representações identitárias. Trata-se, então, de examinar as articulações entre dois aspectos da actividade simbólica do grupo ou categoria social em estudo: a elaboração das suas memórias sociais e a construção da sua identidade colectiva.

Mas, no caso vertente, poder-se-á tomar, como protagonista colectivo do processo de construção selectiva da memória social referida, a população residente no bairro? Ou não se tratará antes de uma selecção de referências histórico-patrimoniais realizada por olisipógrafos de várias extracções, de perfil profissional ou amador ilustrado? Foi destes, com efeito, que se recolheu o conjunto de discursos acerca de Alfama atrás brevemente sumariado.

---

Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1984 (1983). Na sociologia são de apontar as obras precursoras, e bastante esquecidas, de Maurice Halbwachs, *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994 (1925) e *La Mémoire Collective*, Paris, Albin Michel, 1997 (1950); veja-se, a propósito, Amparo Lasén Díaz, “Nota de introducción al texto de Maurice Halbwachs (‘Memoria colectiva y memoria histórica’)”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.º 69, 1995.

12 Quanto a estas últimas, veja-se a problematização exemplarmente desenvolvida por José Mattoso na sua “Apresentação” da *História de Portugal* (1º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp. 9-17, e, noutros termos, em *Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998. Ver também, do mesmo autor, *Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)* (2 vols.), Lisboa, Editorial Estampa, 1985 e, de Francisco Bethencourt, “A sociogénese do sentimento nacional”, in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (orgs.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991. Na bibliografia internacional não se poderia deixar de referir, de Fernand Braudel, *L’Identité de la France* (3 vols.), Paris, Arthaud-Flammarion, 1986.

A maioria deles não se pode dizer que “seja do bairro” ou a ele “pertença” (tenha pertencido), no sentido que eles próprios atribuiriam a essa relação de pertença: não nasceram lá, não viveram lá habitualmente, não tinham o seu modo de vida tipicamente inscrito na trama da vida social local, não se identificavam como sendo de Alfama. O que não impede, como é evidente, que tenham tido algum tipo de envolvimento intelectual e afectivo com o bairro — sem o que não teriam escrito sobre Alfama — e, nalguns casos, estabelecido relacionamentos sociais mais ou menos intensos com ele.

Desemboca-se, assim, noutro dos temas-chave na discussão teórica e na análise histórica dos mecanismos de construção da memória social, e da respectiva relação com a produção de identidades culturais. Especificamente, o do papel activo, e por vezes profundamente ambíguo, que nesses processos desempenham os próprios historiadores, em termos latos. Esta linha de análise tem incidido, sobretudo, sobre os modos como os profissionais da história estiveram envolvidos na elaboração de memórias nacionais, em diversos períodos. Surgem, nesse sentido, como protagonistas, mais ou menos relevantes, dos processos de produção de identidades nacionais.<sup>13</sup> Poder-se-ão transpor, com as devidas ressalvas, análises desenvolvidas nesta perspectiva para um contexto, bastante mais circunscrito, como o de Alfama?

Dois aspectos, de ordem geral, contam-se entre aqueles que se torna necessário ter em conta, analiticamente, para que tal procedimento de transposição tenha pertinência ou, de modo mais geral, para que o reaproveitamento crítico, relativamente a um quadro social local como Alfama, de linhas interpretativas como as acima mencionadas, não seja espúrio mas se adequa à especificidade do objecto de estudo: o das *relações entre interior e exterior* — ao bairro, neste caso — e o das *relações de dominação cultural* — que nele e a propósito dele se manifestam.<sup>14</sup>

São dois aspectos aqui intimamente entrelaçados. Em que medida, tal como se tem verificado em muitos outros contextos e face a grupos sociais os mais diversos, também a elaboração selectiva de memórias históricas e a correspondente construção de imagens identitárias relativas a Alfama são realizadas a

---

13 Vejam-se, por exemplo, as considerações a este respeito de James Fentress e Chris Wickham, *Memória Social*, *op. cit.*, pp. 156-168 ou de Peter Burke, “French historians and their cultural identities”, in Elizabeth Tonkin, Maryon McDonald e Malcolm Chapman (org.), *History and Ethnicity*, Londres, Routledge, 1989, ou ainda de Anthony D. Smith, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997 (1991), em especial pp. 94-124.

14 De entre os vários casos ilustrativos de estudos sobre processos de construção da memória social local pode mencionar-se, a título de exemplo, o trabalho pioneiro de Carmelo Lisbon-Tolosana, *Belmonte de los Caballeros: A Sociological Study of a Spanish Town*, Oxford, Clarendon Press, 1966, o de Ana Collard, “Investigating ‘social memory’ in a greek context”, in Elizabeth Tonkin, Maryon McDonald e Malcolm Chapman (orgs.), *op. cit.*, e mais recentemente, o de José Manuel Sobral, “Memória e identidades sociais: dados de um estudo de caso num espaço rural”, *Análise Social*, n.º 131-132, 1995.

partir do exterior ao bairro e à sua população? Até que ponto será a identidade cultural de Alfama produto das construções simbólicas dos olisipógrafos e outros agentes culturais mais ou menos eruditos, localizados socialmente em posições estruturais e institucionais dominantes relativamente às populações locais? Não estará aqui em jogo, de forma decisiva, a lógica da dominação simbólica, nomeadamente quanto aos processos de imposição de critérios e modelos culturais, em geral não percebidos de forma explícita, enquanto tais, embora em simultâneo, e em boa parte por isso mesmo, implicitamente aceites, ou reconhecidos como legítimos, pelos que são deles objecto?<sup>15</sup>

### Património e invenção do património

Um tema concreto no qual os mecanismos sociais referidos se manifestam de forma exemplarmente ilustrativa é o dos debates — recorrentes em contextos académicos, didácticos, jornalísticos, técnicos e políticos — sobre as influências, na identidade cultural de Alfama, da política cultural do Estado Novo.

Em geral, tais debates desenrolam-se em torno de duas posições polarizadas. De um lado, é possível referenciar a que assenta na assunção do carácter “genuíno” da identidade cultural do bairro, sendo essa genuinidade concebida basicamente, da forma que se viu atrás, em termos históricos e patrimoniais. Resumindo, nessa ordem de ideias Alfama tem uma identidade genuína e notável porque é antiga, porque se encontra historicamente ligada ao nascimento e desenvolvimento inicial da cidade, e porque conserva importantes marcas visíveis dessa antiguidade — aquilo que constitui o seu (e a constitui em) património arqueológico e urbanístico. Para efeitos de comodidade expositiva, pode chamar-se-lhe *tese patrimonialista*.

A referência à política cultural do Estado Novo não tem nela grande destaque, pelo menos nas versões, bastante correntes e relativamente pouco

---

15 A análise da problemática para que esta questão remete acompanhou os desenvolvimentos do pensamento científico sobre o social, em algumas das suas principais correntes fundadoras, logo desde o século XIX e princípios do século XX. Os termos da questão, como é aqui colocada, são tributários, antes de mais (mas não sem posterior desenvolvimento crítico), de Pierre Bourdieu e de Norbert Elias. Na sociologia contemporânea, o trabalho de Pierre Bourdieu constitui uma referência incontornável na análise do poder simbólico e dos modos de dominação cultural. Toda a sua obra se debruça sobre o assunto, articulando sistematicamente elaboração teórica com investigação empírica. A ter de fazer-se alguma menção particular, poderá salientar-se, pelo seu carácter sintético, “Sobre o poder simbólico”, in *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, e, pela exemplaridade (e exaustividade) da análise, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979, em especial pp. 365-431 e 433-461. Numa perspectiva mais de processo social (histórico) do que de lógica estrutural, Norbert Elias tinha já desenvolvido uma análise sobre o tema em *O Processo Civilizacional* (2 vols.), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989-90 (1939); veja-se em especial, no 2º volume, as pp. 240-253.

elaboradas, que se podem encontrar, por exemplo, em trabalhos de alunos de vários graus de ensino, em conversas com habitantes locais, em certas peças de divulgação jornalística, em intervenções de guias-intérpretes de percursos turísticos ou em materiais impressos de promoção turística da cidade.

No pólo oposto encontra-se a que se pode designar por *tese da manipulação*. Segundo ela, a identidade cultural de Alfama, tal como veio a tornar-se nos visível e conhecida, é em larga medida uma invenção dos agentes intelectuais e artísticos, municipais e turísticos ao serviço da propaganda ideológica do regime ditatorial do Estado Novo, ou mantendo com ele proximidades e alianças de vária ordem.

O argumento reporta-se, em primeiro lugar, à fase ascendente de afirmação do Estado Novo, nos anos 30 e 40, à figura de António Ferro e à acção do Secretariado de Propaganda Nacional, mais tarde Secretariado Nacional de Informação. É lembrado, designadamente, que, a par do lançamento de grandes operações emblemáticas como a Exposição do Mundo Português de 1940, e enquanto, relativamente aos espaços rurais, se faziam proliferar “ranchos folclóricos” e se encenava “a aldeia mais portuguesa de Portugal”, também o espaço urbano da capital era investido por um conjunto de actividades de manipulação simbólica.<sup>16</sup>

Tal como as outras operações referidas, componentes do conjunto mais vasto em que se desdobrava a “política do espírito” promovida pela ditadura, também as últimas procuravam contribuir para a legitimação do regime através, em particular, do fabrico sistemático e da inculcação alargada de uma configuração ideológico-cultural alicerçada em dois pilares: uma visão da “História de Portugal” e uma imagem do “povo português”, confeccionadas à medida dos objectivos propagandísticos visados.<sup>17</sup>

No que aqui está mais directamente em causa, Alfama surge tomada como palco por excelência desta vertente urbana da política cultural do Estado Novo. Aí se fez convergir, em diversos ciclos, desde as décadas de 30 e 40, mas com importantes prolongamentos posteriores, nomeadamente nos anos 60, toda uma panóplia de instrumentos e manifestações dessa estratégia simbólico-ideológica. Quanto à respectiva vertente etnográfico-folclorizante, faz-se menção, em geral, às marchas populares, aos arraiais e “retiros” das festas dos santos populares, aos concursos de decoração de ruas e janelas, às

16 Sobre estes vários aspectos pode consultar-se Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes, “A arquitectura do fascismo em Portugal”, in AA.VV., *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982; Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 377-379; Joaquim Pais de Brito, “O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal”, in AA.VV., *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982; Ruben de Carvalho, “A vertente política e a vertente popular das Festas de Lisboa”, in AA.VV., *Festas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

17 Ver, por exemplo, de Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, (7º volume da *História de Portugal*, dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 291-295.

“casas típicas” de fado. Em paralelo, no âmbito de uma vertente histórico-patrimonializante, aponta-se sobretudo um conjunto de “arranjos” realizados no bairro e que incluíram calcetamento de ruas, construção de escadinhas de pedra, aplicação de painéis de azulejos e remodelação de outros elementos de fachadas, levantamento de arcos, demolição de certas casas para proporcionar ângulos paisagísticos mais favoráveis, construção de miradouros, fontes e chafarizes — toda uma série de elementos que depressa passaram a ser tidos, de forma corrente, por traços típicos do perfil do bairro e constitutivos do seu património histórico. Os diversos filmes então realizados com Alfama por cenário, por um lado, e a promoção turística, por outro, fizeram o resto.

Pode, pois, dizer-se que, para a versão canónica da tese da manipulação — defendida sobretudo por escritores, artistas e outros intelectuais de orientação política frontalmente crítica do fascismo, bem como por diversos especialistas em ciências sociais, entre os quais alguns historiadores, antropólogos e sociólogos (par de atributos que, claro está, não é mutuamente exclusivo) — tudo se passa como se à *invenção da tradição* se tivesse somado uma espécie de *invenção do património*.<sup>18</sup>

As duas teses que acabam de ser brevemente caracterizadas, em termos de esquematização ideal-típica, constituem-se como balizas de um campo dinâmico de representações controversas, no qual se cruza todo um conjunto de posições híbridas, intermédias ou dialecticamente alternativas. Na maior parte destas concepções, às intervenções locais desenvolvidas no quadro da política cultural do Estado Novo são apontadas algumas insuficiências ou deturpações, tanto na análise histórica como na intervenção urbanística. Isto, em versões de pendor crítico. Ou então, nas versões apologéticas, hoje em dia mais ou menos discretas, faz-se uma avaliação positiva daquela política, quanto à valorização promocional (propaganda turística, divulgação histórica) e quanto à valorização patrimonial (“arranjos” de espaços e edifícios).

Em todo o caso, ambas têm encontrado os seus protagonistas habituais, em termos de análise erudita e parecer profissional, em sectores, com sensibilidades políticas contrapostas, de uma constelação específica de especialistas: arquitectos e arqueólogos, jornalistas de divulgação cultural e profissionais do turismo urbano, professores e animadores culturais. E, em ambas, as referências à política cultural do Estado Novo, surgindo com maior ou menor destaque, não deixam de ocupar um lugar relativamente secundário, subordinado em última instância à perspectiva patrimonialista. Ou se critica as

---

18 A teorização do primeiro conceito encontra-se em Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.), *A Invenção das Tradições*, op. cit. Sobre a “invenção do património urbano”, em sentido mais amplo (mas que engloba o aqui referido), como perspectiva urbanística e processo social que se desenvolvem na Europa a partir da segunda metade do século XIX, ver Françoise Choay, *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris Éditions du Seuil, 1996 (1992), em especial pp. 130-151.

intervensões ocorridas durante o regime ditatorial, condenando-se a desvirtuação, assim promovida, de património a elas anterior e, por isso mesmo, considerado “autêntico”. Ou se defende a recriação, mesmo que à custa de alguma invenção factual, de um “espírito do lugar” supostamente típico, vagamente situado algures em épocas passadas.

No entanto, os referentes particulares mencionados como património “genuíno” não deixam, como é evidente, de ser seleccionados de entre os inúmeros possíveis, focalizando de maneira privilegiada esta ou aquela época, este ou aquele elemento arquitectónico ou urbanístico, no conjunto virtualmente inesgotável de todos os que foram sendo construídos e destruídos, refeitos e modificados, num processo permanente, ao longo da história. É característico das representações sociais patrimonialistas — tanto nas versões extremas como nas híbridas ou mitigadas — não se darem conta das operações de selecção por elas próprias praticadas, entendendo de maneira reificante como propriedades intrínsecas a certos objectos aquilo que é atribuição de sentido elaborada de modo selectivo, segundo critérios simbólicos socialmente enraizados mas, em geral, não assumidos enquanto tal.

Esses critérios, aliás, são tudo menos consensuais. Mas, com o patrimonialismo como pano de fundo partilhado, a controvérsia que se estabelece toma uma forma específica. De entre as sucessivas camadas da longa e continuada produção do espaço urbano local, são seleccionados certos elementos a que se atribui um carácter mais “autêntico” do que aos outros. E os critérios de selecção, que são eminentemente de significado social, e que radicam, portanto, nos sujeitos que os accionam, são concebidos como emanando de uma supostamente intrínseca genuinidade diferencial dos objectos — como se certas obras da acção humana, ou certas épocas, fossem portadoras de uma essencialidade ontológica maior do que outras.

As disputas tendem, assim, a assumir a forma manifesta de discordâncias sobre aquilo que é autêntico — ocultando muitas vezes, inclusive aos próprios protagonistas directos, que o que está de facto em jogo é o destaque diferencial atribuído a determinadas marcas do processo social; e ignorando que essa atribuição diferencial de destaque assenta em fundamentos sociais (interesses e valores distintos ou contrapostos, nomeadamente), estando nela com frequência envolvido o enfrentamento de estratégias identitárias, formuladas de modo explícito ou apenas inscritas objectivamente nas práticas desenvolvidas por cada grupo de agentes sociais implicados.

A tese da manipulação tem, por conseguinte, o seu quinhão de pertinência. Mas contém também aspectos equívocos e redutores. Em primeiro lugar, quando acaba por remeter para um patrimonialismo selectivo: o verdadeiro património seria apenas o anterior às intervenções do Estado Novo, sendo todas as outras intervenções, ocorridas de forma continuada ao longo do tempo, como que diluídas numa grande e indefinida aura de “autenticidade histórica”. Em segundo lugar, quando exagera a capacidade instituinte,

ou construtora da realidade social, da política cultural do Estado Novo, nomeadamente tal como se manifestou em Alfama.

Não há dúvida que o espaço local foi parcialmente reconstruído em termos cénicos. Foram implantados no bairro elementos físicos a fazer-se passar por arcaicos, incluindo chafarizes e pedras gravadas, painéis de azulejo e arcos de rua, grades e corrimãos de ferro, muros e lajedos, telhas mouriscas e vasos de flores.<sup>19</sup> Foram também promovidas actividades festivas, e outras práticas culturais, com objectivos folclorizantes de incidência conjugadamente político-ideológica e turística.

Alfama foi alvo, desde os primeiros tempos da política cultural do Estado Novo, do processo de redobrimento simbólico que João Ferreira de Almeida, a propósito de outro meio social, caracteriza da seguinte maneira: “Quando se vão perdendo nas formações sociais industrializadas os mecanismos de coesão e renovação para que algumas cerimónias festivas contribuam, tendem a surgir tentativas de certas fracções das classes dominantes no sentido de restaurar, tecnicizar e massificar a festa tradicional, por forma a repor em seu proveito esses mecanismos”.<sup>20</sup> O mesmo se poderia dizer das casas de fado e outros restaurantes “típicos”, das marchas populares, dos arraiais de Santo António. Tudo isto, e a respectiva exposição — turística, jornalística e cinematográfica —, acabou por se tornar um dos vectores de produção da identidade cultural do bairro.

Mas não é menos certo que nem as intervenções do Estado Novo esgotam as dinâmicas sociais de produção dessa identidade, nem é esclarecedor exagerar a sua auto-suficiência em termos de construção social da realidade. Tal exagero pode ser tributário, aliás, do prolongamento sofisticado de preconceitos habituais nas culturas dominantes, ou nos agentes sociais ocupantes de posições de dominação cultural no campo das relações sociais, quanto à incapacidade dos meios populares para a produção cultural própria.

Nesse sentido, algumas análises, ao criticarem, de forma por vezes teoricamente muito elaborada e com grande potencialidade de decifração sociológica dos meandros complexos da dominação simbólica, as visões folclorizantes da cultura popular, não deixam de cair ainda, elas próprias, numa postura subordinada, de algum modo, a critérios que fazem parte das definições dominantes de cultura — em especial no que concerne às hierarquizações de legitimidade cultural e às concepções de produção cultural específicas da cultura

---

19 São elucidativas, a este respeito, as listas de obras incluídas nos Relatórios da “Comissão Executiva da Valorização e Conservação do Carácter Tradicional e Secular do Bairro de Alfama”, designação que traduz, ela própria, toda uma concepção ideológica e programática. A comissão foi nomeada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1959 e os relatórios aqui referidos foram publicados em 1963 e 1964.

20 João Ferreira de Almeida, “Quem faz o arraial é o povo’: mudança social e mudança cultural”, *Análise Social*, n.º 64, 1980, p. 697.

erudita.<sup>21</sup> Procurar-se-á, noutros capítulos, examinar vários aspectos desta questão. De momento, e concretamente a respeito das influências da política cultural da ditadura na identidade cultural de Alfama, importa chamar atenção para os pontos seguintes.

Antes de mais, estava longe de haver consenso quanto ao destino a dar ao bairro. A referida estratégia de investimento simbólico, de carácter patrimonializante e folclorizante, teve de se confrontar, no seio dos elementos afectos ao Estado Novo, com outras perspectivas, mais viradas para a demolição do bairro e conseqüente renovação urbana no local. A posição de aparente oscilação do próprio Duarte Pacheco a este respeito é exemplarmente sintomática desta coexistência, nos meios ligados ao regime, de opiniões divergentes face a Alfama e a como intervir nela.

Como mostra Vítor Matias Ferreira, a “urbanização de Alfama” foi alvo do processo de expropriações que decorreu entre 1938 e 1949, aparecendo assim incluída no “projecto de reestruturação fundiária” que Duarte Pacheco tinha concebido como base do seu “modelo de ordenamento urbano” para Lisboa.<sup>22</sup> Segundo o autor, as expropriações na área então considerada “densamente construída”, foram minoritárias — e de certo modo atípicas — no conjunto das que abrangeram o perímetro administrativo da cidade e, para além de certos casos de ligação imediata à Exposição do Mundo Português de 1940, tiveram “quase sempre em vista a realização de operações de renovação urbana, argumentando-se, então, quer com a existência de situações urbanas ‘degradadas’, quer em nome de determinados ‘problemas urbanos’”.<sup>23</sup>

A manifestação de preocupações, por parte das autoridades municipais ou de técnicos e intelectuais com elas de algum modo relacionados, tanto com a imagem física do bairro como com problemas sociais atribuídos às suas populações, foi, aliás, recorrente, pelo menos desde meados do século XIX. Júlio de Castilho, contestando propostas e pareceres apresentados por alguns vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, em 1852, declara enfaticamente: “não admito

- 
- 21 As análises de Pierre Bourdieu, sem embargo da sua reconhecida capacidade de discernimento sociológico, têm sido criticadas por adoptarem uma postura deste tipo, nomeadamente em textos como “Vous avez dit ‘populaire’?”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 46, 1983. Quanto às considerações (parcialmente) críticas, ver, por exemplo, cada um a seu modo, Michel de Certeau, *L’Invention du Quotidien. Arts de Faire*, Paris, Union Générale d’Éditions, 1980, pp. 55-94 e 108-123, Maria de Lourdes Lima dos Santos, “Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular e a cultura de massas)”, *Análise Social*, n.º 101-102, 1988, Claude Grignon e Jean-Claude Passeron, *Le Savant et le Populaire: Misérabilisme et Populisme en Sociologie et Littérature*, Paris, Éditions du Seuil, 1989, ou Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, *op. cit.*, pp. 113-130.
- 22 Vítor Matias Ferreira, *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, pp. 147-185.
- 23 *Idem*, p. 181.

(salvo o devido respeito) que melhorar Alfama seja cortá-la de avenidas e alastrá-la de largos”.<sup>24</sup> Por essa altura, como referem Maria Calado e Vítor Matias Ferreira, um arquitecto municipal, Pedro José Pizarat, “constatando não só a ruína do bairro mas também a existência de focos de agitação social”, tinha chegado a “lançar a proposta de destruição total de Alfama para implementação dum traçado urbanístico moderno, racional e higienista”.<sup>25</sup>

Sem se pretender fazer aqui a cronologia das discussões municipais a este respeito nem desenvolver o conteúdo das posições em confronto, bastará assinalar que, daí em diante, o debate reemerge periodicamente. O próprio Júlio de Castilho assinala, sobre o tema, a proposta de outro vereador, esta datada de 1879.<sup>26</sup> Mais tarde, em conferência de 1944, Norberto de Araújo conta como terá sido decisiva a sua intervenção junto de Duarte Pacheco, que anteriormente “não conhecia Alfama, nem tinha dela boa impressão”, para o fazer ver o bairro de outra maneira e para inflectir os seus desígnios acerca dele.<sup>27</sup> Mas é também Norberto Araújo que, nessa mesma conferência, um ano após a morte de Duarte Pacheco, se queixa de não ver avançar os projectos de revalorização de Alfama a que ele teria aderido.

A intervenção do Estado Novo em Alfama, mesmo na sua fase inicial, não foi, pois, um processo unificado e consistente. Pelo contrário, a respeito dela confrontaram-se posições diferentes, por vezes diametralmente opostas, tendo a sequência das acções desenvolvidas — apesar de afinal alinhadas, na resultante global, sobretudo pela tónica patrimonialista, folclorizante e turística que ficou como traço característico da política cultural do Estado Novo — sofrido oscilações importantes, nomeadamente quanto à ênfase posta na intervenção urbanística. Assim, só nos anos 60 as obras vieram a atingir importância significativa, apesar de, entretanto, não terem estado ausentes outros vectores, como os dirigidos às festas, ao fado e à promoção turística em geral.

Com este aspecto, do carácter contraditório, limitado e oscilante da intervenção do Estado Novo em Alfama, entrecruza-se um outro, já aflorado: o de que, afinal, as intervenções dos poderes públicos — estatal e municipal — no bairro, com repercussões de vária ordem na produção da identidade cultural de Alfama, e as posições em confronto a tal respeito, têm antecedentes directos noutras desenvolvidas desde o século XIX. Pelo seu lado, na actualidade, também lhes sucederam acções e tomadas de posição cujo campo de incidência é o mesmo, desde as variadas formas de patrimonialismo folclorizante, atrás referidas, de carácter didáctico, turístico ou mediático, correntes ao longo das últimas décadas, até a movimentos mais recentes — correlativos

---

24 Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, vol. I, *op. cit.*, p. 206.

25 Maria Calado e Vítor Matias Ferreira, *Lisboa: Freguesia de S. Miguel (Alfama)*, *op. cit.*, p. 42.

26 Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, vol. I, *op. cit.*, p. 206.

27 Norberto de Araújo, “Alfama como eu não a vejo”, *Olisipo*, n.º 29, 1945, p. 17.

de sensibilidades culturais emergentes, principalmente em camadas sociais jovens e escolarizadas — onde se destacam temas como o da importância das memórias históricas, o do significado das identidades culturais ou o da qualidade de vida urbana e se revelam processos (umas vezes convergentes entre si, outras não) como o da gentrificação ou o da reabilitação urbana dos centros históricos.

Um terceiro aspecto que impõe uma certa relativização à tese da manipulação ou, por outras palavras, que coloca algumas reticências ao exagero da capacidade instituinte da política cultural do Estado Novo na fabricação da identidade do bairro, prende-se directamente com aquele que é, neste trabalho, um dos principais objectos de pesquisa e análise: as articulações entre vectores externos e vectores internos na produção da identidade cultural de Alfama. Não é ainda possível, nesta altura da exposição, apresentar um tratamento desenvolvido e integrado desta questão de fundo. Em certa medida, cada um dos pontos que se elaboram ao longo de todo o texto — e, desde logo, neste capítulo e no seguinte — contribui, a seu modo, para o exame desse tópico geral. Mas, quanto ao aspecto mais restrito que de momento está aqui em causa, é talvez para já suficiente deixar um conjunto de interrogações.

Por que teria sido precisamente Alfama, ao contrário de muitos outros espaços urbanos, a ser tomada como um dos alvos preferenciais da política cultural do Estado Novo? Será a identidade cultural de Alfama fruto apenas de um discurso externo e de uma intervenção manipulatória? Não constituiriam as características locais do bairro pré-condições particularmente favoráveis? Por mais que o bairro tenha sido objecto de construções identitárias artefactuais — físicas e simbólicas, discursivas e rituais — teria sido possível a visibilidade marcante de Alfama, e a reprodução continuada da sua identidade cultural nos moldes que tem assumido, sem o entrelaçamento dessas dinâmicas de origem exterior com traços morfológicos singulares, marcas históricas notáveis, redes sociais específicas e formas culturais localmente enraizadas?

Isto, por assim dizer, a montante da intervenção institucional. Por outro lado, a jusante, a população local não ficou imune nem alheia aos discursos identitários de origem erudita, às intervenções urbanísticas, culturais e turísticas em Alfama. A par da reconstrução das representações localmente partilhadas acerca do próprio bairro, assistiu-se, como se terá ocasião de examinar adiante, ao desenvolvimento, por parte dessa população, de estratégias de reutilização das solicitações externas, envolvendo o afeiçoamento e a reelaboração, face àquelas dinâmicas de origem exterior e em interacção com elas, de tácticas relacionais, de práticas quotidianas e de formas de expressão cultural.

Não será na articulação deste conjunto plurifacetado de níveis e influências recíprocas que se poderá encontrar uma das chaves decisivas para a decifração das dinâmicas de produção social da identidade cultural de Alfama? Boa parte dos desenvolvimentos analíticos posteriores procura trazer

elementos de esclarecimento a esta série de questões. Para já, uma coisa é certa. Não só as intervenções enquadráveis na chamada política cultural do Estado Novo exemplificam a importância dos vectores externos, e das relações de dominação simbólica a eles associadas, na produção da identidade cultural de Alfama, como os próprios debates a esse respeito — igualmente gerados sobretudo em meios exteriores ao bairro e nos quais se cruza e se confronta uma diversidade de posições gravitando em torno do que chamámos a tese patrimonialista e a tese da manipulação — fazem parte dos processos identificáveis de construção social da visibilidade de Alfama e, do mesmo passo, de construção social do conteúdo, afinal controverso, das imagens que preenchem tal visibilidade.

### **O tempo e o espaço da cidade: uma articulação simbólica**

Polémicas como a acima referida alimentam, pois, a visibilidade social de Alfama e contribuem para reproduzir e reelaborar, continuamente, as representações simbólicas que tendem a circular acerca do bairro. Para além disso, subjacente ao campo de controvérsias, consegue descortinar-se um conjunto de elementos transversais, decisivamente estruturantes das imagens identitárias habituais relativas a Alfama.

Um desses eixos de travejamento simbólico, foi já possível localizá-lo. Nas representações sociais correntes na maior parte dos discursos externos acerca de Alfama predominam — como se tem vindo a verificar, nomeadamente no discurso olisipográfico — concepções de tipo patrimonialista, mesmo nas modalidades em que se critica um património considerado falso, fruto de determinadas intervenções no bairro, a favor de outros aspectos a que se atribui maior autenticidade.

Mas pode aprofundar-se a indagação. Onde é que tende a ancorar essa atribuição de autenticidade? Um dos mais importantes mecanismos de produção da visibilidade social de Alfama decorre daquela que parece ser a forma típica de articulação espaço-tempo implícita nas imagens mais frequentemente difundidas acerca de Lisboa. Nessas representações sociais, que estabelecem uma articulação simbólica entre espaço urbano e história da cidade, é identificável com clareza uma lógica geral. Em termos esquemáticos, a apresentação de uma sucessão de épocas em que se desdobra a história de Lisboa é paradigmaticamente associada a um conjunto de zonas também sucessivas no espaço urbano.

A estrutura de alguns dos mais influentes textos sobre Lisboa é reveladora a este respeito. Por exemplo, o conhecidíssimo livro de José Augusto França, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, desdobra-se nos seguintes capítulos: A Cidade Medieval, A Cidade Manuelina e Filipina, A Cidade Joanina, A Cidade Pombalina, A Cidade Romântica, A Cidade Capitalista, A Cidade

Modernista, A Cidade do Estado Novo.<sup>28</sup> Cada nova época remete, no essencial, para uma nova área de urbanização. Claro está que são mencionadas intervenções, nomeadamente monumentais, em áreas já anteriormente urbanizadas. Mas, basicamente, a história apresentada é uma história de expansão urbanística para novas zonas, permanecendo cada uma delas emblemática de uma época. Mesmo o caso notável da reconstrução pombalina da Baixa, após o terramoto de 1755, encaixa perfeitamente neste esquema, uma vez que se tratou de refazer de raiz uma zona arrasada da cidade, a qual, de aí em diante, passa a ser, ao mesmo título que as outras, representativa de uma fase histórica do urbanismo lisboeta. Deste modo, cada uma destas zonas urbanas é investida de uma identidade específica, simbolicamente definida em termos, precisamente, da época que surge como característica da sua produção enquanto espaço urbano de algum modo acrescentado à cidade.

Um fio condutor análogo encontra-se em muitas outras obras de análise científica e ensaísmo erudito ou em trabalhos de divulgação sobre Lisboa. É o caso do *Atlas de Lisboa: A Cidade no Espaço e no Tempo*, coordenado cientificamente por Maria Calado.<sup>29</sup> Tanto no texto introdutório como nas secções seguintes, preenchidas de forma predominante por elementos iconográficos, a sequência é organizada da seguinte maneira: A Cidade Antiga, A Cidade Medieval, A Cidade dos Descobrimentos, A Cidade Barroca, A Cidade Pombalina, A Cidade Romântica, A Cidade Burguesa, A Cidade do Estado Novo, A Cidade Contemporânea. São assim referidas e ilustradas — através de reproduções de cartografia, desenho, pintura, gravura e fotografia — diferentes imagens de Lisboa, as quais tendem a identificar zonas da cidade sucessivas no espaço através da sua relação constituinte essencial com épocas sucessivas no tempo.

Para dar apenas mais um exemplo, dos muitos possíveis, pode referir-se a obra colectiva coordenada por Irisalva Moita, *O Livro de Lisboa*.<sup>30</sup> Embora aqui a nitidez seja um pouco menor, por efeito da diversidade de ângulos de abordagem, carreados por cada um dos autores das várias contribuições, e por combinar capítulos genericamente referentes a épocas sucessivas com análises sobre objectos mais restritos e especializados, nomeadamente determinados edifícios ou bairros, a estrutura global revela-se semelhante às anteriores.

Aliás, o primeiro capítulo, da autoria de Jorge Gaspar, intitulado “O desenvolvimento do sítio de Lisboa”, oferece logo uma versão sintética bem ilustrativa desta articulação histórico-geográfica característica. Se, numa visão de conjunto, Lisboa à data do terramoto de 1755 é descrita como

28 José Augusto França, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

29 *Atlas de Lisboa: A Cidade no Espaço e no Tempo*, Lisboa, Contexto Editora, 1993.

30 Irisalva Moita (coord.), *O Livro de Lisboa*, op. cit.

uma cidade em cujo núcleo “se encavalitavam as diferentes épocas históricas”, o autor não deixa de localizar antes, no interior do perímetro referido, seqüências de crescimento urbano identificadas através de marcas físicas particulares e de, a partir desse período, estabelecer ainda mais nitidamente correspondência entre as sucessivas fases temporais e vagas sucessivas de expansão territorial. Resulta que as diversas zonas aparecem como portadoras de identidades representadas, no fundamental, em termos de determinadas particularidades urbanísticas e patrimoniais associadas de forma emblemática às épocas em que cada uma foi produzida como espaço cidadão.<sup>31</sup>

Textos como estes, e muitos outros, anteriores ou contemporâneos, tendem, assim, a construir imagens identitárias de diferentes zonas de Lisboa em termos de uma relação privilegiada, quase biunívoca, de cada uma delas com determinadas épocas da história urbana da capital. As representações sociais prevalentes acerca de Lisboa são profundamente marcadas por esta configuração.

Os exemplos referidos reportam-se a trabalhos relativamente recentes de autores conceituados no panorama intelectual e científico do país. Mas mesmo neles perpassa, de maneira mais ou menos vincada, aquela forma característica de articulação simbólica entre espaço urbano e história da cidade. São autores insuspeitos de não saberem muito bem que a cidade está em permanente processo de reconstituição social, em toda a sua espessura e dimensão. Mas não deixa de se verificar um assinalável efeito de conjunto das sínteses narrativas por eles apresentadas e, por maioria de razão, dos textos os mais diversos sobre a cidade a que presidiu uma produção menos fundamentada.

Que efeito é esse? Como se viu, sobretudo para as leituras mais correntes, é como se nada de relevante — implicitamente entendido como nada de “historicamente genuíno”, ou com “sentido histórico-patrimonial” — tivesse existido antes ou tivesse acontecido depois da sua época “própria”, em cada uma dessas zonas. Pelo menos é este entendimento que tem propensão a ocorrer na maneira como produções eruditas do tipo das referidas circulam para o senso comum, para as representações sociais acerca de Lisboa e, em particular, do bairro de Alfama — que é o que aqui mais directamente nos ocupa.

Não pode deixar de se reconhecer neste caso a manifestação, em formas particularmente interpeladoras da reflexão sociológica, de um certo tipo de processos gerais que têm estado no centro de alguns dos mais importantes desenvolvimentos teóricos nas ciências sociais contemporâneas. Anthony Giddens, um dos sociólogos que mais tem elaborado sobre o tema, refere-se-lhes utilizando o conceito de *dupla hermenêutica*.

---

31 Jorge Gaspar, “O desenvolvimento do sítio de Lisboa”, in Irisalva Moita (coord.), *O Livro de Lisboa, op. cit.*, p. 18.

Segundo o autor, se bem que cada vez mais se reconheça que todas as ciências, naturais e sociais, possuem uma dimensão interpretativa, as segundas têm uma diferença importante em relação às primeiras: ocupam-se de um domínio ele próprio impregnado de interpretações, formas de sentido intrínsecas ao relacionamento humano, geradas em permanência pelos actores sociais. Por outro lado, um dos traços característicos da modernidade é o facto de as práticas sociais tenderem a ser constantemente examinadas e reformuladas à luz de conhecimentos que se vão produzindo acerca delas. A sociologia e, em geral, as ciências sociais estão, assim, implicadas de maneira profunda, enquanto meios de reflexividade social, na constituição das sociedades contemporâneas.

Estabelece-se, deste modo, um duplo ciclo interpretativo. Nas suas operações cognitivas, as ciências sociais estão continuamente a extrair elementos simbólicos do conhecimento comum e a reinterpretá-los nos termos das metalinguagens por elas construídas. Mas, em sentido inverso, as análises científicas sobre os fenómenos sociais também se difundem socialmente, embora de maneiras desiguais, com maiores ou menores simplismos e distorções. Nas sociedades contemporâneas, os produtos das análises sobre o social tendem a reintegrá-lo, influenciando no pensamento e na acção dos indivíduos em sociedade, tornando-se elementos constitutivos dos processos de estruturação social e cultural.<sup>32</sup>

Vários outros desenvolvimentos teóricos, embora não exactamente sobreponíveis ao de Giddens, são com ele de algum modo convergentes, podendo ser mobilizados em conjunto na elucidação de processos como os que se têm estado a analisar a propósito de Alfama. É o caso das referências de Pierre Bourdieu ao que ele designa por *efeito de teoria*, isto é, a capacidade que por vezes certas teorias produzidas em sede intelectual e científica têm de produzir efeitos de constituição do social.<sup>33</sup> O efeito de teoria surge, afinal, como um caso particular das manifestações do poder simbólico, isto é, nas palavras do autor, do “poder de agir sobre o mundo agindo sobre a representação do mundo”.<sup>34</sup>

É o caso também das análises, desenvolvidas pelos psicólogos sociais da escola europeia inspirada por Serge Moscovici, sobre os *processos socio-cognitivos* presentes na formação das representações sociais.<sup>35</sup> De particular importância são os processos de objectivação e de ancoragem, através dos

32 Anthony Giddens, *New Rules of Sociological Method*, op. cit., pp. 1-15 e 163-170; “Nine theses on the future of sociology”, in *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987, pp. 29-32; *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (1990), pp. 28-34.

33 Pierre Bourdieu, “Espace social et pouvoir symbolique”, in *Choses Dites*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1987, pp. 154 e 164.

34 Pierre Bourdieu, “Les fins de la sociologie reflexive”, in Pierre Bourdieu e Loic J. D. Wacquant, *Réponses*, Paris, Éditions du Seuil, 1992, p. 123.

quais enunciados conceptuais produzidos segundo um modo de conhecimento de tipo científico, ao serem reciclados para os modos de conhecimento sobre o real prevalentes na vida quotidiana, tendem a ser selectivamente simplificados, esquematizados e naturalizados, reinserindo-se nas redes de significados e nos sistemas de categorias previamente estabelecidos, ajustando-se a eles ao mesmo tempo que os vão reconfigurando.

Deste modo, o “senso comum” contemporâneo é constituído não só por saberes “em primeira mão”, gerados na experiência da vida prática e do relacionamento social corrente, mas também por formas de conhecimento “em segunda mão”, provenientes da divulgação social das produções científicas. Os processos de comunicação mais característicos dos primeiros são de índole informal e oral. Na difusão das segundas têm lugar decisivo vias mais formalizadas, impressas e mediáticas.<sup>36</sup>

Ora, parece poder dizer-se que, na construção das imagens correntes sobre Alfama, entram precisamente em jogo, de maneira crucial, processos do tipo dos que estas abordagens sociológicas e psicossociológicas propõem. Em concreto, as representações sociais sobre o bairro são marcadas em profundidade por uma articulação simbólica característica entre o espaço e o tempo da cidade de Lisboa, difundida a partir de um conjunto significativo e variado de trabalhos eruditos relativos à capital.

Neste quadro, Alfama surge identificada primordialmente, de forma emblemática, com a cidade muçulmana e medieval, e, complementarmente, muitas vezes num sincretismo ambíguo de referências, com a cidade dos Descobrimentos. As referidas atribuições de autenticidade diferencial a elementos arquitectónicos e urbanísticos do bairro, e as correspondentes representações simbólicas da identidade cultural de Alfama, de cunho patrimonialista, tendem espontaneamente a aferir-se por referência a esta localização de Alfama no espaço-tempo simbólico da cidade.

### **Marcas físicas, transmissão e dominação**

Reencontra-se assim a questão dos modos, complexos, como os vectores de produção externa da identidade cultural do bairro se interligam com os vectores internos e de como essa interligação é entretecida de relações de comunicação

---

35 O trabalho fundador neste domínio é de Serge Moscovici, *La Psychanalyse, son Image et son Public*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976 (1961). Para uma síntese ver Jorge Vala, “Representações sociais: para uma psicologia do pensamento social”, *op. cit.*, designadamente pp. 360-364.

36 Serge Moscovici e Miles Hewstone, “De la science au sens commun”, in Serge Moscovici (org.) *Psychologie Sociale*, Paris, Presses Universitaires de France, 1984, em especial pp. 541-546.

simbólica que são, também, relações de dominação simbólica. Nestas articulações, os operadores espaciotemporais surgem com importância decisiva. Um deles, como se viu, consiste na forma típica de posicionamento histórico-geográfico de Alfama na cidade. Um outro, complementar do anterior, tem a ver com as chamadas “marcas físicas” da história no bairro.

Dito de outra maneira, este segundo operador reporta-se directamente ao “património”, nos termos em que de modo mais específico os discursos que se têm vindo a analisar se lhe referem, isto é, enquanto edifícios e espaços urbanizados considerados de valor assinalável, no duplo registo do testemunho histórico e do interesse estético. Os dois atributos costumam estar explícita ou implicitamente presentes, nestas atribuições de estatuto patrimonial, mesmo se em graus variáveis, consoante os objectos e consoante, também, os sujeitos enunciadores da atribuição. Como seria de esperar, onde predominam perspectivas arqueológicas, ou históricas em sentido lato, o primeiro atributo tende a sobrepor-se; já o segundo atributo é mais acentuado em meios ligados à arquitectura ou às artes plásticas.

Mas as distinções não são lineares nem em geral muito acentuadas e, a propósito de Alfama, foi-se desenvolvendo um tipo de discurso em que ambos os critérios são ajustados de forma convergente, assumindo uma versão particular. Segundo esses discursos, o valor patrimonial de Alfama está mais no conjunto urbano do que em monumentos ou edifícios individualizados. É a malha urbana labiríntica, de traçado mais ou menos espontâneo e tortuoso, de raiz moura e medieval; é o perfil das casas, de construção antiga, algumas mesmo anteriores ao terramoto de 1755 e muitas outras datando da reconstrução então efectuada ou pouco mais recentes; é a mistura do nobre (os palácios e as casas senhoriais) e do popular (a generalidade das habitações), do militar (as muralhas e os torreões) e do religioso (as igrejas e as capelas), do funcional e do decorativo (dos chafarizes aos painéis de azulejos); é a espectacular paisagem de encosta urbana subindo para o castelo e descendo para o rio.

Neste tipo de concepção, o mais corrente hoje em dia — por exemplo em variadíssimos documentos camarários, de políticos ou de arquitectos, urbanistas e outros técnicos, sobre a reabilitação urbana do centro histórico de Lisboa —, mas cujos antecedentes remontam a Júlio de Castilho ou a Norberto de Araújo, o que surge como verdadeiro objecto de valor patrimonial é o “conjunto urbano” enquanto tal.<sup>37</sup> Ou, para recorrer à palavra mais usada, e que aqui adquire um significado crucial, o que importa é *o bairro*.

Está-se, assim, perante mais um dos vectores de constituição das representações sociais que preenchem de conteúdo a visibilidade de Alfama. Verifica-se que a sua caracterização como bairro não corresponde apenas à utilização de

---

37 Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, vol. I, *op. cit.*, pp. 199-209; Norberto de Araújo, “Alfama como eu não a vejo”, *op. cit.*, pp. 15-16.

uma noção descritiva pragmática. Pelo contrário, neste caso a expressão é investida de forte carga simbólica referida nomeadamente — embora não só, como se verá adiante — às atribuições de valor patrimonial.

Nos discursos correntes, eruditos e populares, quando se diz “o bairro de Alfama”, é tão importante, para os processos de construção simbólica de identidade cultural que lhe estão associados, “bairro” como “Alfama”. É neste contexto que as muralhas e os arcos que nelas se abrem, as igrejas e as capelas centenárias, os palácios e os chafarizes, o casario antigo e o tecido apertado de becos, ruelas e escadinhas, são tomados como marcas físicas salientes da identidade cultural do bairro, tematizados como testemunhos visíveis de um passado histórico longínquo e como depositários de um particular valor patrimonial.

A importância das marcas físicas na produção e transmissão das memórias sociais e na constituição das identidades colectivas é um dos aspectos mais salientados por um conjunto de análises recentes, algumas das quais já atrás referidas, que convocam a este respeito referências sociológicas, históricas e antropológicas. Partindo nomeadamente das propostas fundadoras sobre a memória social desenvolvidas por Halbwachs, que por sua vez se reporta a Comte e a Durkheim, autores como Paul Connerton, como James Fentress e Chris Wickham ou como José Manuel Sobral sublinham o papel dos quadros espaciais na produção da memória colectiva dos grupos sociais que os ocupam, salientando a importância da geografia local como estrutura de memorização e de produção identitária.

Segundo Connerton, “as nossas imagens dos espaços sociais, devido à sua estabilidade relativa, dão-nos a ilusão de não mudarem e de redescobrirem o passado no presente”.<sup>38</sup> Na análise das relações entre formas da memória local e identidades sociais num espaço rural, José Manuel Sobral evidencia o modo como a paisagem e as construções se constituem em “suportes mnésicos” de narrativas mais ou menos lendárias que ali circulam oralmente.<sup>39</sup> Mas este tipo de considerações pode prolongar-se aos contextos sociais urbanos. Para Fentress e Wickham, os contextos socioespaciais funcionam como “auxiliares de memória” nos processos da respectiva transmissão e da correlativa formação de identidades colectivas; em concreto, “a gente das cidades localiza as suas memórias no espaço, tal como os camponeses, com as ruas e as praças no lugar dos campos e das colinas”.<sup>40</sup>

Estas abordagens, centrando-se no tema da memória social, analisam outros mecanismos da respectiva produção e transmissão, para além dos especificamente referentes às marcas físicas, tais como as celebrações e os

---

38 Paul Connerton, *Como as Sociedades Recordam*, *op. cit.*, p. 45.

39 José Manuel Sobral, “Memória e identidades sociais: dados de um estudo de caso num espaço rural”, *op. cit.*, p. 308.

40 James Fentress e Chris Wickham, *Memória Social*, *op. cit.*, p. 151.

rituais, as narrativas e as práticas corporais. Ter-se-á ocasião adiante de voltar a estes aspectos. Mas, por agora, importa aprofundar um pouco mais as relações que, na estruturação das representações sociais relativas a Alfama, são ambigualmente estabelecidas entre aquelas marcas físicas com conotação histórico-patrimonial e um triângulo categorial que engloba população local, memória social e identidade cultural. Tais relações revelam-se, quando examinadas cuidadosamente, mais problemáticas do que possa parecer à primeira vista.

Tanto as análises sobre a memória social que se tem vindo a acompanhar como outras que se debruçam sobre as representações simbólicas que ligam os colectivos sociais aos respectivos quadros espaciais de existência e de referência, fazendo das identidades socioespaciais o seu principal objecto, tendem a assumir, pelo menos de modo implícito, o que se pode designar por *hipótese do grupo portador*.<sup>41</sup>

Em termos muito esquemáticos, de acordo com esta hipótese, os grupos sociais constroem as suas identidades colectivas segundo processos que têm como vectores de estruturação fundamental as respectivas formas de memória social. Pelo seu lado, é por relação à sua relevância para aquelas identidades colectivas que tende a processar-se a elaboração selectiva das memórias sociais. Estas apoiam-se usualmente, de maneira significativa, em marcas físicas do espaço de existência social de determinados conjuntos populacionais. Conjuntos esses que os referidos processos mnésicos e identitários contribuem de modo decisivo para constituir e reproduzir enquanto, precisamente, grupos sociais.

---

41 Sem qualquer pretensão de exaustividade, veja-se, por exemplo, o panorama de referências sintetizado por P. Pellegrino, "Epistémologie de l'espace et sociologie des lieux. Espace social, représentations des lieux et transformations contemporaines de l'espace", *Espaces et Sociétés*, n.º 48-49, 1987. Não ficam prisioneiras do pressuposto referido no texto concepções como, por exemplo, as de uma proposta de quadro analítico para o estudo das identidades socioespaciais urbanas, desenvolvido a propósito de Lisboa, que se pode encontrar em Vítor Matias Ferreira e Isabel Guerra, "Identidades sociais e estratégias locais", in AA.VV., *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (Actas do Encontro de Vila do Conde), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994; do desenvolvimentos de um modelo de análise das identidades socioespaciais, a diferentes escalas, de Filomena Silvano, "Os lugares da cidade: multiplicidade de escalas de representação do espaço e papel da cidade nas estratégias de organização do espaço local", in AA.VV., *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (Actas do 1º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, "Gérer la distance: les sauts d'échelle dans les relations sociales", *Espaces et Sociétés*, n.º 79, 1995 e *Territórios da Identidade: Representações do Espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Oeiras, Celta Editora, 1997; de uma abordagem sociológica mais global das relações entre espaço e sociedade, de António Teixeira Fernandes, "Espaço social e suas representações", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.º 2, 1992; ou, especificamente sobre o espaço urbano, de Paula Guerra, "Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade?", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.º 2, 1992.

Ou, dizendo de outra maneira, os grupos sociais elaboram memórias colectivas e constroem identidades culturais segundo processos em que ambas se determinam reciprocamente, contribuindo por sua vez, de maneira crucial, para a constituição dos grupos portadores dessas memórias e dessas formas identitárias. Os espaços territoriais de relacionamento social e, em particular, certas marcas físicas que neles vão sendo destacadas, constituem elementos fundamentais de ancoragem simbólica e relacional desta triangulação entre as identidades culturais, as memórias colectivas e os grupos sociais que as elaboram e transmitem, ao mesmo tempo que, através delas, se produzem e reproduzem enquanto tais.

Temos, pois, no centro destes processos, um “grupo portador”, portador de práticas relacionais e de experiências locais e, correlativamente, portador de memórias sociais e de formas de identidade colectiva.

Não se nega a importância deste tipo de processos nem a pertinência de análises como as que se acabam de sintetizar. Mas o que um caso como o de Alfama mostra bem é que pode haver uma dissociação de protagonismos entre a vivência social do espaço local e a produção de imagens patrimoniais relativas a esse espaço.

Revelam-se então dois modos de existência da identidade cultural. Ou melhor, em situações como a aqui estudada podem tornar-se mais facilmente distinguíveis duas modalidades diferenciadas dos fenómenos simbólicos e relacionais que se tornou corrente englobar sob a mesma designação de “identidade cultural”. Mais ainda, a coexistência dos dois tipos de processos em casos como o de Alfama torna premente o interesse analítico em examinar como é que eles se relacionam um com o outro.

Por vezes, as duas modalidades referidas de processos identitários podem coincidir completamente, como nas situações em que se verifica de forma estrita a hipótese do grupo portador. Mas, noutras situações, as coisas são mais complicadas. Como se se tratasse de duas imagens diferentes que, ao serem sobrepostas, se fundem parcialmente, reaparecendo à primeira vista como uma só, mas deixando ao mesmo tempo uma sensação de miscelânea incongruente ou de que algo está desfocado. Poderia chamar-se-lhe o *efeito de sobreposição desfocada* das imagens identitárias. É o que se passa relativamente a Alfama.

É claro que os habitantes do bairro elaboram representações sociais, memórias partilhadas e referências identitárias a partir das suas próprias experiências de vida quotidiana e do seu quadro de existência social. A relação com o espaço é também aqui, na linha da hipótese do grupo portador, componente importantíssima. Mas não assume, em primeiro plano, uma configuração de tipo patrimonial. Trata-se, sim, de representações cognitivas e referências afectivas do espaço local enquanto território de práticas quotidianas, palco de existência corrente, cenário de familiaridade, fonte de recursos tácticos, sede de estratégias sociais, referência de episódios vividos ou narrados, lugar de experiências partilhadas e de sentimentos de pertença.

Por muito que possa surpreender quem aborda o bairro a partir de fora — como turista ou visitante, estudioso ou militante do património — a maneira como a população local vê o bairro é, antes de mais, como quadro de vida, análogo nesse sentido geral a qualquer outro, embora com um conjunto muito específico de particularidades ligadas, como se verá, não tanto a passados históricos longínquos, mas sobretudo às características do tecido social local contemporâneo.

Mas, sendo estas características também muito especiais, e ganhando facilmente uma conotação de exotismo aos olhos dos visitantes oriundos de outros meios sociais, é frequente as representações sociais destes últimos estabelecerem um curto-circuito entre duas vertentes distintas: por um lado, as imagens patrimonialistas que trazem consigo acerca de Alfama, marcadas em geral por mecanismos como os atrás analisados; por outro, os estereótipos habitualmente divulgados acerca dos habitantes do bairro, dos modos de vida e dos padrões socioculturais hoje em dia ali observáveis. Tais modos de vida e padrões socioculturais tendem assim a ser imputados, explícita ou implicitamente, a uma suposta continuidade histórica milenar da população local. O que está longe de ser o caso.

Coexistem, pois, nas imagens correntes que preenchem a visibilidade social de Alfama, dois modos de representação da identidade cultural do bairro, um de tipo histórico-patrimonial e outro de tipo socioetnográfico, em regra também eles mais ou menos desfocadamente sobrepostos.

Acresce, num segundo plano, que os habitantes locais são eles próprios sujeitos aos discursos patrimonialistas sobre Alfama, a ritmo praticamente quotidiano e através de uma multiplicidade de formas: das divulgações jornalísticas de obras olisipográficas e das acções de didactismo histórico aos contactos com agentes turísticos ou com os turistas eles próprios, passando por filmes e documentários, folhetos e encenações de todo o género. Deste modo, a sobreposição simbólica torna-se ainda mais emaranhada, na medida em que as representações sociais sobre Alfama, de que a própria população local é portadora, para além dos aspectos que emergem directamente das experiências de vida quotidiana no bairro, incorporam elementos inculcados a partir dos discursos externos, por norma de tipo patrimonialista.

A transmissão de memórias sociais interna às redes de relacionamento locais veicula, em articulações sincréticas, componentes de um e de outro tipo. E os actores sociais que, vindos de fora, estabelecem contacto directo com o bairro e os seus moradores, podem muito bem reforçar imagens pré-construídas tomando como informação profundamente enraizada no corpo social local aquilo que são, afinal, fragmentos reciclados de imagens e discursos produzidos a partir do exterior.

Em certo sentido, é como se se assistisse aqui a uma completa inversão de posições quando, muitas vezes, são os habitantes do bairro, os “locais”, a ficarem colocados na posição de observadores alheios perante marcas patrimoniais

“exóticas” de um passado de que são outros, vindos de fora, os principais conhecedores — e com o qual, de facto, não têm directamente grande coisa a ver. Ou melhor, o que têm a ver é o que se vem procurando analisar, isto é, tudo aquilo que decorre da sobreposição entre o seu quadro local de vida e o local de implantação daquelas marcas físicas patrimoniais.

Talvez em parte nenhuma se observem tão bem, hoje em dia, os mecanismos de dominação simbólica, a seu modo paradoxais, inerentes à produção de algumas das formas mais correntes de identidade cultural patrimonialista, do que nas acções pedagógicas que diversos tipos de agentes — professores e estudantes, técnicos camarários e olisipógrafos mais ou menos eruditos, animadores culturais e activistas associativos, nomeadamente — desenvolvem com o intuito de, nos termos por eles próprios habitualmente utilizados, “dar a conhecer à população do bairro as suas memórias” ou “permitir que essa população se aproprie do seu passado histórico”.

O que releva aqui da dominação simbólica, mais do que a acção informativa em si, feita por vezes de maneira esforçada e quase sempre na melhor das intenções, é a suposição de continuidade histórica entre os objectos patrimoniais assinalados e a população actual. E, sobretudo, o pressuposto, muitas vezes implicitamente subjacente, de que tal população não tem outra base relevante ou outro conteúdo possível para uma identidade cultural própria que não seja essa referência a um passado local longínquo, apreendida por transmissão didáctica. As elaborações simbólicas inscritas nos padrões de conduta actuais, as manifestações de criatividade individual e as modalidades de expressão colectiva presentes nas relações de sociabilidade, nas práticas rituais e festivas, nas formas culturais localmente produzidas — são ignoradas de maneira pura e simples, ou então são desqualificadas de forma tácita como culturalmente subalternas e desinteressantes, ou são mesmo enfrentadas como condenáveis.

Em síntese, os agentes sociais que constroem as representações simbólicas dominantes da identidade cultural de Alfama (de tipo patrimonialista) não são as populações protagonistas da vida social local. E, por seu turno, as formas de identidade cultural que estas produzem, a partir da vivência própria dos quadros de relacionamento social em que estão inseridas, tendem, na maioria dos casos, a ser desvalorizadas ou folclorizadas por aqueles agentes externos.

Poder-se-ia, em certa medida, transpor para aqui as observações de Pierre Bourdieu acerca dos ajustamentos e tensões entre a “história reificada”, isto é, no estado de monumentos, máquinas, livros, instituições, ideologias, etc., e a “história incorporada”, enquanto sistemas de disposições de indivíduos e grupos interiorizadas a partir das suas condições sociais de existência.<sup>42</sup> Mas apenas na condição de sublinhar que podem verificar-se desfaseamentos, não só entre estes dois estados da história de uma colectividade social, mas também, como em Alfama, entre os modos históricos de existência

social próprios de um colectivo local e as formas de identidade histórica que são externamente atribuídas ao sítio onde ele vive, segundo mecanismos de dominação simbólica característicos das relações entre formas de cultura erudita e formas de cultura popular (digamos por agora assim, de maneira simplificada) e segundo processos sociocognitivos de objectivação e ancoragem de feição patrimonialista.

Ajuda também à inteligibilidade dos processos que estamos a analisar a distinção que Marc Augé propõe entre “lugar antropológico” e “lugar de memória”.<sup>43</sup> O primeiro é o espaço de vida delimitado de um colectivo social, tal como ele foi construído como objecto de estudo tradicional dos antropólogos, lugar de continuidade existencial, de identidades partilhadas, de relações densas. Como diz o autor, “o habitante do lugar antropológico vive na história, não faz história”.<sup>44</sup> Pelo contrário, o espaço de memória é aquele que, investido de um discurso externo de registo histórico, é constituído em sinal de algo que socialmente já não existe, sendo assinalado, classificado e exposto ao olhar do visitante que, assim, como que é solicitado a viajar não só no espaço mas também no tempo, distanciando-se do seu quadro de existência social corrente.

Também, perante esta distinção conceptual, vale a pena salientar, tendo em conta o caso de Alfama, a possibilidade de os dois tipos de lugares se encontrarem fisicamente sobrepostos, embora descoincidindo quanto aos sujeitos preferenciais de cada um dos modos de relação com o lugar que assim se estabelecem. O que não deixa, como se viu, de dar origem a uma relação muito especial entre os habitantes de um lugar antropológico e o lugar de memória que ele é também, mas que se vê constituído nesta segunda condição basicamente a partir da acção simbólica de ocupantes de outros lugares sociais, entendendo estes últimos no duplo sentido de posições na estrutura social e de territórios de pertença.

Alfama constitui, pois, um exemplo bem ilustrativo de que determinadas representações simbólicas acerca de um sítio, aquelas que lhe dão visibilidade social alargada, não são no essencial elaboradas pelos colectivos sociais nele localmente inseridos, mas sim por agentes e processos exógenos.

Nele se pode ver o que acontece quando a elaboração das memórias sociais referenciadas aos espaços construídos e às marcas físicas notáveis, constitutivas da identidade cultural de um sítio, não assenta no fundamental nos grupos sociais locais, nos seus modos de vida, nos seus padrões de conduta e nas suas estratégias sociais, mas sim num olhar exterior, capaz de construir

---

42 Pierre Bourdieu, “*Le mort saisit le vif*. As relações entre a história reificada e a história incorporada”, in *O Poder Simbólico*, op. cit., pp. 75-106.

43 Marc Augé, *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1994 (1992), pp. 49-80.

44 Idem, p. 61.

simbolicamente os modos de visibilidade e os critérios de valoração dominantes. E nele se ilustra o que se passa quando os processos de transmissão dessas memórias sociais não são tanto protagonizados pelos grupos sociais com inserção local, no fluxo do seu inter-relacionamento quotidiano, como, sobretudo, por agentes sociais exteriores ao quadro de vida local, possuidores de estatutos sociais a que são por norma reconhecidos atributos de legitimidade cultural nitidamente superiores aos da generalidade dos residentes no bairro, com o qual se relacionam no decurso de actividades de produção simbólica com orientações diversas: políticas, comerciais, turísticas, técnicas, científicas, artísticas ou pedagógicas.

Um caso como o de Alfama obriga a colocar em questão a aplicabilidade genérica e exclusiva de um conjunto de hipóteses teóricas acerca das dinâmicas sociais da identidade cultural: a hipótese de que as formas de identidade cultural de um grupo coincidem necessariamente com as formas de identidade cultural relativas aos espaços em que ele vive; a hipótese de que as relações entre identidade cultural e memórias sociais se estabelecem necessariamente com base num grupo produtor e portador das duas; a hipótese de que a transmissão cultural se faz necessariamente por continuidade social, de geração em geração, nesses grupos portadores de memórias e identidades partilhadas.

A questão não está em que estes processos não se verifiquem. Pelo contrário, eles revelam-se extremamente importantes em muitas situações, incluindo na de Alfama. O que não se confirma é que tenham um carácter necessário e suficiente. Há outros processos que se mostra indispensável considerar, de outros tipos, alternativos ou complementares àqueles. Em Alfama, como se viu, é possível descortinar um certo número de mecanismos sociais de natureza diversa, endógenos e exógenos, de comunicação e de dominação, que se entrecruzam na construção das formas de identidade cultural relativas ao bairro. São mecanismos que se encontram articulados entre si na produção social da visibilidade de Alfama e na configuração social dos conteúdos simbólicos dessa visibilidade.

### **Visibilidade e visitabilidade**

Mas não são apenas os discursos — basicamente os discursos olisipográficos e os seus derivados mais correntes, como os turísticos e os escolares — que constroem a visibilidade social de Alfama a partir do exterior. Outras práticas, para além das discursivas, têm também um papel relevante. Aliás, os “derivados discursivos” referidos apontam logo para dois dos tipos fundamentais dessas práticas: as visitas turísticas e as visitas escolares. A estas podemos acrescentar um terceiro género importantíssimo: as visitas festivas.

As visitas turísticas fazem parte, de uma maneira decisiva, do quotidiano do bairro. Correlativamente acabam, de forma algo paradoxal, por se

tornar em vectores fundamentais de formação das imagens que a população local tem acerca dele, sendo embora decorrentes de agentes externos, precisamente os turistas e os profissionais diversos de algum modo intervenientes no turismo urbano que passa por Lisboa.

Todos os dias (e noites), ao longo de todo o ano, Alfama é procurada como objecto turístico por inúmeros visitantes, nacionais e estrangeiros. Os turistas estrangeiros são talvez os mais numerosos, pelo menos na modalidade das excursões organizadas. A região de Lisboa, a par do Algarve e da Madeira, é um dos principais destinos de turismo no país.<sup>45</sup> Os circuitos organizados pelos operadores turísticos na área de Lisboa incluem, de forma quase inevitável, um percurso por Alfama.

Uma das modalidades que diariamente mais forasteiros leva ao bairro é a dos grupos de turistas que ali se deslocam em regime de visita guiada. Chegam em autocarro, em geral ao cimo do bairro. Depois de contemplarem, nos miradouros de Santa Luzia ou das Portas do Sol, a paisagem, com o Tejo ao fundo, do casario encavalitado pela encosta abaixo, com os telhados vermelhos de tal maneira sobrepostos que não deixam senão adivinhar o traçado das ruas, embrenham-se pelo labirinto das escadinhas, dos becos, das travessas estreitas, olham para troços de muralhas, igrejas e palácios de que lhes contam a história ou a lenda, observam azulejos e chafarizes, param eventualmente numa ou noutra loja de recordações, sentam-se por vezes numa esplanada ou num restaurante.

Alguns percursos optam por começar na parte de baixo do bairro, no largo do Chafariz de Dentro. Mas os que se iniciam no alto dos miradouros tendem a ser hoje em dia mais correntes. Uma das razões tem a ver com a logística dos transportes: é ali que, numa urbanização apertada, se encontram locais mais favoráveis para o estacionamento dos autocarros. Outra razão decorre da proximidade do Castelo de São Jorge, também ele incluído em grande parte dos trajectos turísticos na zona. Há ainda razões ligadas ao doseamento do esforço físico necessário a percorrer um traçado muito íngreme, de vielas inclinadas e lanços consecutivos de escadinhas, privilegiando-se, sempre que possível, o sentido descendente. Aliás, o traçado e a duração dos percursos, sendo variáveis, não deixam de tomar em conta os condicionalismos físicos postos pelo facto de grande parte destas excursões serem constituídas por grupos de europeus e norte-americanos mais idosos do que jovens, com frequência reformados.

Na organização dos trajectos, na selecção de motivos e chamadas de atenção, nos esclarecimentos e informações, o papel dos guias-intérpretes é, claro está, de grande importância. O discurso por eles veiculado tem uma

---

45 José Luís Casanova, "Turismo e território. Alguns apontamentos", *Sociedade e Território*, n.º 13, 1991.

tonalidade histórico-patrimonialista bastante vincada, em consonância com a dos documentos turísticos e da literatura olisipográfica. Por outro lado, depende dos operadores turísticos a programação de estadias mais ou menos prolongadas no bairro, envolvendo ou não, nomeadamente, refeições no local. As opções não são alheias a redes de interesses, a contratos formais ou informais envolvendo operadores turísticos e estabelecimentos locais (restaurantes, lojas), bem como um conjunto variável e mutável de intermediários de todo o tipo, com ligações a serviços públicos estatais e municipais, a hotéis e publicações, a actividades de transportes e meios publicitários.

Em todo o caso, as actividades económicas assim dinamizadas no bairro e os recursos financeiros nele introduzidos são bastante diminutos comparativamente com o volume de negócios turísticos que por ali passam. Os percursos turísticos em geral não demoram muito tempo no interior de Alfama e grande parte deles não inclui paragens significativas que se possam traduzir em consumos e aquisições. É comum ouvir-se os comerciantes locais, e os habitantes em geral, queixarem-se deste regime de passagem sem consequências económicas relevantes.

Aliás, no bairro é bastante generalizada uma atitude em relação aos turistas feita de um misto de ironia mordaz e hospitalidade lúdica, aproveitamento económico e condescendência protectora. Os visitantes são, com frequência, objecto de crítica e de gozo entre os moradores, na maioria das vezes em regime de bastidores, através de formas de comunicação dificilmente perceptíveis pelos forasteiros, em práticas de cumplicidade cultural velada, mas que por vezes também se tornam explícitas ou mesmo agressivas, nomeadamente por parte de sectores jovens (sobretudo masculinos) ou então de sectores profissionais específicos (sobretudo femininos), como é o caso das vendeiras de peixe da rua de São Pedro.

Mas esta relação facilmente é substituída ou acompanhada por uma enorme disponibilidade lúdica, de incorporação do visitante em práticas de diversão e de convívio, de jogo e de festividade, em que a ambivalência entre a hospitalidade e a derisão é permanente. Não raramente é a própria presença do forasteiro que desencadeia a performance histriónica, a circulação da piada, a improvisação festiva, a refeição convivial, a bebida que se toma em conjunto, desde a senhora idosa que convida para tomar um chá ou um porto lá em casa até aos copos de vinho, de cerveja ou de um qualquer álcool mais forte que os homens insistem em partilhar nas colectividades, tabernas ou cafés.

A parcela de residentes locais envolvida em actividades voltadas para o turismo, nomeadamente restaurantes e lojas, é significativa mas não enorme. Em contrapartida, o sentimento — ou o ressentimento — de que os turistas invadem o bairro, de certo modo se aproveitam dele, sem deixar nada em troca, é bastante generalizado. E há um período em que muito mais moradores se implicam em iniciativas de que um dos objectivos explícitos, tal como se expressam entre eles, é o de extrair aos visitantes alguns recursos económicos, destinem-se

estes a causas colectivas, como o financiamento das colectividades recreativas e desportivas locais, ou a um certo alargamento dos rendimentos pessoais, em geral de nível relativamente baixo ou mesmo bastante exíguo.

Esse período são as festas dos santos populares e as iniciativas referidas consistem basicamente na organização de “retiros” de venda de sardinhas e febras, caldo verde e arroz doce, vinho e cerveja, em mesas improvisadas em certos locais ao ar livre, nas ruas e becos do bairro. Fica sempre em aberto, no entanto, o que é que afinal serve de pretexto a quê: se principalmente as práticas festivas e conviviais são instrumentais a algum negócio ou se, afinal, é sobretudo a angariação de recursos económicos que acaba por funcionar como pretexto autojustificativo, ou como motivação auto-administrada, para o dispêndio de energias organizativas, o exacerbamento da criatividade lúdica e a fruição da sociabilidade festiva que assim se desencadeia, não raramente com resultados económicos duvidosos.

No dia-a-dia, ao longo do ano, se por vezes acontecem alguns assaltos a turistas que circulam mais isolados, muito mais frequentes, ao ponto de fazerem parte de um certo folclore local auto-assumido, são as advertências que, das janelas, as velhotas do bairro gostam de fazer às visitantes: “Ó menina, cuidado com a carteira! Olhe que eles andam por aí!” O que não quer dizer que, noutras circunstâncias, não possam colaborar na protecção de jovens do bairro que se vejam a contas com ocasionais problemas com as autoridades policiais. Mas a este respeito, como a outros, a rede densa dos relacionamentos no bairro não é homogénea, nem estática, nem isenta de conflitualidades internas, assunto a que se voltará adiante.

Muitos são também, como a referência anterior pressupõe, os turistas que se deslocam a Alfama não enquadrados em excursões, mas em visitas feitas a sós, aos pares ou em pequenos grupos. Armados em geral de mapas, folhetos e guias turísticos, percorrem o bairro ao seu próprio ritmo. Uns seguem mais estritamente as indicações de percursos pré-definidos, outros preferem deambular de maneira mais solta.<sup>46</sup> A interação com os habitantes do bairro, na maioria das vezes, é diminuta. Uns e outros não deixam, de um modo geral, de ter as suas práticas de visita informadas pelas representações sociais patrimonialistas veiculadas pelo discurso turístico. Ao mesmo tempo, contribuem, através das práticas de visita ao local e das suas repercussões narrativas perante terceiros, para reproduzir de forma alargada a visibilidade social de Alfama, visibilidade essa

---

46 Sobre os modos de turismo urbano contemporâneo, tomando como objecto a relação dos turistas com os centros históricos, as ruínas e os monumentos, embora sem contemplar a triangulação destes dois elementos (turistas e objectos urbanos) com o terceiro aqui analisado (as populações locais) ver Carlos Fortuna, “As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais”, in Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Cultura e Economia*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, e “Turismo, autenticidade e cultura urbana: percurso teórico com breves paragens por Évora e Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 43, 1995.

preenchida por conteúdos que, com toda a probabilidade, acabam por centrar-se no modo de relação, predominantemente patrimonialista, que tiveram com o bairro no decurso da visita.

Quando a visita ocorre à noite, a imagem recolhida pode ser diferente. Já se mencionaram, embora de passagem, as festas de Junho. Aí, mais do que o cenário físico, o que sobressai é o cenário humano. Nas ruas o que se vê é a multidão, a música, os bailes, a sardinha a assar, as mesas cheias de gente, o vinho e a cerveja a correr, a decoração do espaço com luzes coloridas e festão, os tronos de Santo António, o ambiente festivo. Por outro lado, ao longo de todo o ano, estão abertas à noite as casas de fado, também elas frequentadas por turistas — embora igualmente, em certa medida, por um público nacional de apreciadores. Neste caso e no anterior, as imagens construídas pelos visitantes tendem a incorporar uma vertente de cariz folclorizante, e não só, ou nem sequer dominantemente, uma vertente histórico-patrimonialista — se bem que ambas tendam, como se viu, a encontrar uma articulação característica nas representações sociais correntes acerca do bairro.

Tanto na frequência nocturna das casas de fado como nos percursos diurnos não guiados por Alfama, para além das agências de viagens e da literatura de promoção turística, têm papel destacado, no encaminhamento dos turistas, no fornecimento de informações e na inculcação de imagens sobre o bairro, dois tipos de personagens: os recepcionistas dos hotéis e os motoristas de táxi. Eles acabam por ser, assim, propagadores da visibilidade social de Alfama e divulgadores de conteúdos específicos das imagens associadas a essa visibilidade, atribuindo saliência a determinados aspectos — locais a visitar, referências histórico-patrimoniais, interesse emblemático da prática artística fadista, advertências quanto a perigos e precauções. São mais alguns dos elos, porventura inesperados, da teia de agentes da continuada produção externa da identidade cultural de Alfama.

Não será necessário tanto pormenor quanto aos outros tipos de visitas. Um dos que também dão um contributo significativo para a visibilidade social de Alfama é o das visitas escolares. Cada vez mais turmas de alunos do ensino primário e secundário são levadas pelos seus professores a visitar o bairro. O registo aqui é, tal como outros já referidos, de dominante histórico-patrimonial.

Diferente é a tónica das visitas festivas. Nestas, pelos santos populares e, sobretudo, na noite de Santo António, de 12 para 13 de Junho, multidões compactas de lisboetas, sobretudo jovens, a par de alguns turistas, invadem literalmente Alfama, fazendo dela cenário urbano privilegiado da festa, no seu sentido mais efervescente e identitário, tal como teorizado por Durkheim.<sup>47</sup> É uma prática directamente experimentada por milhares e milhares de pessoas — e, ainda por cima, com grande repercussão mediática — realimentando ciclicamente os discursos turísticos, etnográficos, artísticos e patrimoniais acerca do bairro.

Embora diferentes nas conotações simbólicas de cada um, em ambos os casos — visitas escolares e visitas festivas — produzem-se práticas de relação com o bairro a partir do exterior que constituem vectores poderosíssimos de produção e difusão da sua singular visibilidade social.

Um apontamento ainda. Tanto nas visitas turísticas como nas escolares, em certa medida nas festivas — e, ainda, nas visitas de carácter híbrido, que combinam aspectos das anteriores, realizadas por grupos profissionais ou associativos, num intuito a um tempo convivial e didáctico — um elemento crucial são os percursos. Pode mesmo dizer-se que os percursos acabaram por se constituir, relativamente a Alfama, numa autêntica especialidade, um género muito cultivado, com modalidades diferenciadas e rivais.

Há os percursos “clássicos”, dos velhos olisipógrafos, os inscritos em azulejos no próprio bairro, os divulgados nos folhetos turísticos, os que certos agentes turísticos especialmente desenvolveram; há os que as escolas utilizam, recorrendo a bibliografia histórica ou a conhecimento directo do local pelos professores; há os percursos conceptuais, preferidos por determinados especialistas, nomeadamente arquitectos, arqueólogos ou geógrafos, segundo critérios disciplinares; há os que alguns eruditos, reivindicando-se de verdadeiros conhecedores, fazem questão de distinguir dos banais percursos turísticos, bem como os que certos frequentadores ou residentes do bairro gostam de mostrar como percursos alternativos e desconhecidos do comum dos guias e visitantes, de certo modo percursos “secretos”; há, por fim, os que alguns elementos idosos da população local — que com o tempo construíram para si próprios o estatuto de eruditos locais, combinando familiaridade directa com incorporação autodidacta de saberes olisipográficos — se predis põem amavelmente a percorrer com o visitante interessado.

Alfama é um local que se visita — desde há bastante tempo e por uma grande diversidade de pessoas, com diferentes perfis sociais. A visitabilidade do bairro é um dos vectores decisivos da sua visibilidade social: visita-se porque é visível (num sentido que apela a essa visita) e torna-se visível (conhecido de um certo modo) através, não só de imagens e discursos, mas de práticas localmente realizadas por agentes sociais que ali chegam do exterior, as práticas de visita turística, escolar ou festiva.

A visitabilidade alargada tornou-se, assim, profundamente constitutiva da configuração social do bairro e passou a fazer parte intrínseca dos jogos de sentido envolvidos nas dinâmicas da identidade cultural que a seu respeito se desenrolam. A presença quotidiana de visitantes é um aspecto importante das actividades económicas e dos quadros relacionais locais. A maneira como a população local vê o bairro, a noção da sua valia patrimonial e do seu

---

47 Émile Durkheim, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979 (1912).

recorte identitário, é-lhes, em certa medida, permanentemente induzida pelo olhar dos visitantes, pelas representações que transportam com eles acerca do bairro. Turista ou, mais latamente, visitante, é uma categoria local importante, faz parte do quotidiano do bairro e das representações sobre o bairro dos seus próprios habitantes. Este é um dos aspectos que distingue Alfama de muitos outros contextos locais da cidade: a sua visibilidade e a sua visitabilidade.

### **A visibilidade de Alfama como facto social**

O que é que se fez ao longo deste capítulo? Antes de mais, verificou-se que a visibilidade de Alfama é um facto social. Não uma característica social qualquer, mas um facto social em sentido forte. É produzida socialmente, através de um conjunto de processos desenvolvidos, em grande medida, a partir do exterior ao bairro. Produz efeitos sociais significativos, em particular no plano da identidade cultural. Desdobra-se em múltiplas vertentes; é construída e veiculada por imagens, discursos e práticas; materializa-se em conteúdos claramente identificáveis.

Na análise desta muito particular visibilidade externa foi possível dar conta das concepções de dominante patrimonialista que polarizam as representações sociais relativas ao bairro, das articulações simbólicas entre o espaço e o tempo da cidade que prevalecem nessas representações, de mecanismos como os que se manifestam na elaboração de memórias sociais e referências identitárias por relação a marcas físicas da história localmente implantadas ou como os implicados nas práticas de visita ao bairro, de carácter turístico, escolar ou festivo.

Vários outros domínios e processos relevantes poderiam ter sido convocados, desde os discursos e as imagens produzidas acerca do bairro pela literatura e pela pintura, pelo cinema e pela fotografia, até ao lugar de destaque atribuído ao bairro nas “imagens de marca” e nas orientações estratégicas para a cidade promovidas pela actual política municipal, passando pelas modalidades de presença no bairro de um conjunto variado de entidades supralocais concentradas num espaço relativamente exíguo, entre as quais se incluem serviços portuários e alfandegários, sedes de sindicatos e cooperativas, instalações de universidades e outros estabelecimentos de ensino superior, técnico e artístico.<sup>48</sup> A alguns destes temas, ainda se voltará. Mas, quanto aos contornos e significado da visibilidade social de Alfama, o respectivo exame não acrescentaria muito mais. Os aspectos analisados são suficientes para evidenciar o essencial.

---

48 Sobre as “imagens de marca” urbanas ver Alain Mons, *La Métaphore Sociale. Image, Territoire, Communication*, Paris, Presses Universitaires de France, 1992.

Da análise empreendida sobressai um traço porventura menos tido em conta em muitos dos classicamente chamados “estudos de comunidade”: a presença decisiva de dinâmicas exógenas e de agentes externos, bem como de alguns dos modos de dominação associados a essa presença, na vida social do bairro e nas representações simbólicas a ele referentes.<sup>49</sup>

Ou, dizendo de maneira talvez um pouco mais precisa, procurou-se desvendar, em Alfama e a propósito dela, um certo número de domínios e processos de interligação entre o exterior e o interior, nomeadamente no que eles têm de formas simbólicas e mecanismos de poder. E começou a analisar-se o respectivo impacto na vida do bairro — questão que, no entanto, teve de se deixar, em muitos dos seus desenvolvimentos, para capítulos seguintes. Para já, em particular, foi possível captar algumas das mais significativas dinâmicas de produção da identidade cultural de Alfama que se geram predominantemente a partir do exterior.

Do ponto de vista teórico-metodológico, valerá a pena salientar que, na abordagem desenvolvida, a noção de identidade cultural foi tomada, a um primeiro nível, mais como objecto de estudo, enquanto categoria presente nas representações sociais — e accionada em estratégias culturais, institucionais e quotidianas — do que como ferramenta conceptual susceptível de produzir explicações ou interpretações sociológicas acerca de determinados fenómenos sociais; mais como algo a decifrar do que como operador de decifração.

Mas, sem pôr em causa esta distinção fundamental, importa deixar presente também uma ressalva. É que, nas ciências sociais, a dicotomia entre noção a analisar, enquanto parte dos fenómenos sociais em estudo, e conceito analisador, pertencente ao discurso científico, embora incontornável do ponto de vista teórico e na maior parte dos casos heurísticamente poderosa, corre sempre o risco de assentar em bases moveáveis. O que se deve a um conjunto de factores, tais como a intersecção de linguagens e horizontes de sentido, como a circulação de terminologias e significados entre a esfera científica e os outros planos de constituição cultural das sociedades. Neste caso particular, a dicotomia, não perdendo pertinência, não deixa também de conter um certo

---

49 Pelo contrário, algumas das pesquisas mais relevantes da sociologia portuguesa contemporânea, incidindo sobre quadros sociais locais, são exemplares na ultrapassagem da “ilusão paroquialista”, analisando em profundidade importantes dimensões de articulação entre as colectividades estudadas e os contextos sociais envolventes. Refira-se, nomeadamente, José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Edições Afrontamento, 1985; João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986; Afonso de Barros, *Do Latifundismo à Reforma Agrária: O Caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986; e Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

grau de ambiguidade. A questão, que não se esgota aqui, vai de algum modo estar presente até ao fim do presente trabalho.

Porquê, como se titula este capítulo, “excesso de visibilidade”? É uma força de expressão, uma maneira de colocar um problema a um tempo de foro substantivo e de foro metodológico. No que se poderia caracterizar como um modo de reflexividade sociológica centrada no objecto, *a análise dos processos de análise*, em vez de se afastar dos temas substantivos, em direcção a desenvolvimentos situados em primeiro lugar no plano da metodologia, pode articular-se directamente com *a análise do objecto de estudo* ele próprio, procurando extrair daí pistas significativas de inteligibilidade sociológica a respeito desse objecto.

Não que a reflexão crítica de carácter epistemológico e metodológico — centrada, portanto, no sujeito do conhecimento e nas suas práticas de investigação — não tenha a maior pertinência, nomeadamente quando se articula com uma análise sociológica das relações sociais de observação e, mais globalmente, da prática científica enquanto prática social.<sup>50</sup> Mas o cotejo de segundo grau entre a pesquisa e o objecto sobre o qual ela incide, tal como a análise reflexiva dos processos de investigação, é susceptível de proporcionar, também se pode fazer reverter, de modo específico, para a elucidação acrescida desse objecto.

O “excesso de visibilidade” com que o investigador sociologicamente atento não pode deixar de se confrontar na abordagem de Alfama coloca desde logo a questão de haver algo ainda a estudar. Uma primeira resposta é que haveria, pelo menos, que analisar as razões sociais dessa visibilidade exacerbada, a qual não se verifica de modo nenhum da mesma maneira para a maioria dos contextos sociais e que, por conseguinte, atribui logo singularidade específica a este, a solicitar explicação.

Numa segunda ordem de considerações, o “excesso” refere-se ao facto de a visibilidade de Alfama, ao ser socialmente construída como se viu, tender a ofuscar, na maneira como é tematizada, outros aspectos do bairro, do seu tecido social e da sua configuração cultural, não menos interessantes. E, ainda — ligando esta anotação à anterior — indicia que tendem assim a ser

---

50 Referências fundamentais a respeito deste conjunto de aspectos são: de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, *A Investigação nas Ciências Sociais*, op. cit., em especial pp. 9-32 e 61-92, e “Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, op. cit. E ainda, de José Madureira Pinto, “Questões de metodologia sociológica (I), (II) e (III)”, *Cadernos de Ciências Sociais*, n.ºs. 1,2 e 3, 1984-85 e *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, op. cit., particularmente pp. 59-109. Refira-se também António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste: O Fado no Bairro de Alfama*, op. cit., pp. 255-270, António Firmino da Costa, “A pesquisa de terreno em sociologia”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, op. cit., e António Firmino da Costa, *Sociologia*, op. cit., pp. 15-20 e 34-39.

ofuscadas, antes de mais, as dinâmicas de construção social desse próprio modo de visibilidade específico ou, por outras palavras, desse tipo de identidade cultural.

A visibilidade de Alfama é, pois, um facto social. É uma visibilidade socialmente construída, nas imagens que preenchem o seu conteúdo e nos seus processos de produção social; construída em grande medida a partir do exterior, por e para gente de outras paragens. Tem também, no entanto, repercussões junto da população do bairro, entrecruzando-se com dinâmicas internas das relações sociais locais. Já se referiu alguma coisa a este último respeito mas o assunto precisa de ser retomado de forma mais desenvolvida. É o que se começa a fazer já de seguida.

## Identidade cultural e relações sociais locais

Alfama, como se examinou no capítulo precedente, é um bairro muito conhecido do núcleo histórico da cidade de Lisboa. A sua malha urbana data do período de dominação muçulmana. Embora destruído em grande parte pelo terramoto de 1755, voltou a erguer-se segundo o tipo de traçado original de becos, travessas e escadinhas que ainda hoje possui. Situa-se na encosta que desce do Castelo até ao Tejo. Fica junto a um troço da zona ribeirinha da capital. Esteve marcado, ao longo dos tempos, por um conjunto de actividades marítimas, portuárias, alfandegárias, e por outras de carácter mais ou menos marginal.

O bairro povoa os folhetos de propaganda turística e o imaginário colectivo dos portugueses. É a Alfama que grande parte dos lisboetas vai passar, de doze para treze de Junho, a noite de Santo António, festa por excelência da cidade, feriado municipal. É também um dos locais onde se situam as “casas de fado”, ou “restaurantes típicos”, onde, à noite, se interpreta essa canção, a um tempo popular e comercial, tomada frequentemente como símbolo da “cultura do povo português”, mas símbolo sobretudo da sua expressão urbana, e de Lisboa em particular. É igualmente, este bairro, como se viu atrás, lugar obrigatório de passagem dos percursos turísticos pela cidade, aparecendo continuamente nos cartazes e desdobráveis publicitários que convidam a visitar o país.

Quem diz Alfama, diz bairros populares, velha Lisboa, património histórico e urbanístico, festas dos santos populares, diz fado. Alfama conota turismo, cultura popular, raízes da identidade nacional. De maneira intensa, diversificada nas formas e prolongada no tempo, o bairro tem sido investido por discursos e práticas de origem externa que o constituem em objecto típico e patrimonial. Foi, no fundamental, o que se analisou no capítulo precedente.

Mas quer isto dizer que a identidade cultural de Alfama é produzida apenas, ou sobretudo, a partir do exterior? Ou será que existem no bairro processos endógenos de produção e representação de identidade, fundados nos meandros da rede em que se entretecem localmente as suas relações sociais? Neste recanto

da velha Lisboa, que articulações se podem detectar entre identidade cultural e textura das relações sociais? Pondo a questão de forma mais precisa, como é que vectores internos e externos se intersectam e se combinam em processos de produção continuada de formas de identidade cultural reportadas a Alfama, examinando agora estas formas e aqueles processos segundo uma perspectiva analítica focada centralmente nas relações sociais locais?

### Observação e delimitação

Ora, uma perspectiva analítica como a referida não pode deixar de colocar, antes de mais, um problema de pesquisa: o de se localizar melhor Alfama, de se delimitar com a precisão possível esse quadro social a partir de onde, e relativamente ao qual, se pretende investigar os processos de produção de identidade cultural.

Pode parecer, à primeira vista, uma falsa questão. Pois não se sabe bem o que é o bairro de Alfama e onde é que ele está? A própria visibilidade social do bairro, analisada no capítulo precedente, não torna descabida a dúvida?

No entanto, a uma segunda reflexão, os problemas regressam, num encaadamento complexo. Sabe-se, com efeito, que um conjunto de discursos externos fala de Alfama, dá-lhe visibilidade social. Mas o que agora se quer é confrontar essa imagem construída do exterior, essas formas de identidade cultural externamente produzidas, com uma análise sociológica das relações sociais locais e das eventuais produções identitárias nelas de algum modo enraizadas. Estas últimas, a existirem, suscitam ainda a necessidade de se investigar os respectivos modos de articulação com as primeiras. Tudo isto obriga, como é evidente, a não aceitar aprioristicamente as construções identitárias externas — mesmo admitindo que fossem unívocas e estabelecessem contornos nítidos, o que não se verifica — como adequadas, de forma inquestionável, à delimitação pertinente do objecto de estudo ou, pelo menos, do campo de observação para a análise das construções identitárias internas.

Não se assumir este cepticismo metodológico de partida equivaleria a pretender chegar a conclusões antes de se proceder à análise; equivaleria a adoptar, como suficientemente elucidativas, do ponto de vista sociológico, as representações sociais mais comuns sobre o bairro, confundindo o estatuto de objecto a investigar que têm para a pesquisa com o de instrumentos conceptuais ou de resultados cognitivos da investigação.

As próprias noções de “interior” e “exterior” — ao bairro — correm o risco de estar eivadas de pressupostos mal controlados e de lhe “naturalizarem” as fronteiras. Ou mesmo, antes disso, podem fazer aceitar sem exame, como se fosse analiticamente incontroversa, a aplicabilidade da noção de “fronteira” ao bairro, a pressuposição de que este teria um “limite” identificável com nitidez e — gesto de objectivação por excelência — desenhável no mapa.

As representações gráficas deste tipo não passam, com frequência, de representações sociais em modo gráfico — materialização, mediada por uma técnica específica, de formas de senso comum ou de discursos institucionais. O que não quer dizer, bem pelo contrário, que não produzam efeitos sociais, designadamente no plano da construção social de identidades culturais. Mas, para ter valor conceptual, e não só o de matéria-prima informativa (de natureza documental), o desenho cartográfico não pode deixar de ser, ele próprio, teoricamente orientado e, insista-se de novo, resultado de análise prévia.

De modo análogo, as noções de interior e exterior ao bairro têm vindo aqui a ser, gradualmente, sujeitas a problematização e reconstrução conceptual, numa linha que, iniciada no capítulo anterior, atravessa toda a pesquisa. Ao fim e ao cabo, o questionamento da identidade não pode manter-se alheio a tais noções, antes necessitando de se relacionar criticamente com elas.

O prosseguimento da investigação, na perspectiva das interrogações colocadas acima, acerca da produção de formas de identidade cultural no quadro das relações sociais locais que se estabelecem em Alfama, implicou a respectiva operacionalização através de procedimentos apropriados de pesquisa observacional. No capítulo anterior, a análise da visibilidade social do bairro apoiou-se empiricamente, de modo predominante embora não exclusivo, em fontes documentais. Aqui, os objectivos analíticos requeriam, como estratégia metodológica de base, a pesquisa de terreno, com presença prolongada no bairro e contacto directo com as pessoas e as situações, recorrendo à observação directa e à conversa informal, à frequência repetida de pessoas e lugares ou, ainda, à participação controlada em certas actividades locais.<sup>1</sup>

Deste modo, no desencadeamento da pesquisa, considerações de ordem teórica e de ordem metodológica conduziram, de forma convergente, a procurar delimitar *o objecto de observação* ou, como se poderia dizer num registo um tanto diferente, a identificar *a unidade de análise* pertinente.

Os dois conceitos não são estritamente equivalentes, nem gozam de idêntica preferência nas diversas ciências sociais. Para mencionar apenas duas destas, o primeiro, designado através da terminologia referida ou de outra semelhante, é mais comum na sociologia, com um estatuto sobretudo processual, enquanto o segundo é usado com maior centralidade na antropologia, onde tende a assumir conotações mais substantivas. No entanto, ambos têm curso em qualquer das disciplinas e, embora com implicações não completamente sobreponíveis, apontam para problemas de investigação semelhantes ou, pelo menos, interligados.

---

1 Para além das considerações a este respeito inseridas ao longo da presente exposição, podem consultar-se as contidas em António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste: O Fado no Bairro de Alfama*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984 e António Firmino da Costa, "A pesquisa de terreno em sociologia", in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986.

Seja como for, colocada a questão nos termos referidos, a análise pode parecer correr o risco, como se assinalou, de se ver arrastada para um círculo vicioso. Pretende-se investigar fenómenos de identidade relativos a determinada unidade social; a pesquisa passa, decisivamente, por analisá-los nesse próprio contexto social de referência; para o fazer, torna-se necessário começar por uma identificação prévia dessa unidade social. Estar-se-á a tomar como ponto de partida aquilo que deveria constituir um ponto de chegada?

Em concreto: pretende-se estudar a identidade cultural de Alfama tal como pode ser apreendida no próprio bairro enquanto quadro específico de relações sociais. Para isso, entre outras coisas, tem de se lá ir, de se observar localmente. Para o fazer, não se pode deixar de partir já com alguma identificação prévia do bairro de Alfama. Mas, sendo assim, o desenvolvimento da pesquisa e os seus resultados não ficam eles, desde logo, enviesados de maneira irremediável, como que “curto-circuitados” pela assunção apriorística da existência de uma unidade social delimitada e com identidade própria, o bairro de Alfama? Até que ponto a pesquisa e as suas conclusões não se vêm, assim, condicionadas pelas pré-definições acerca do bairro de Alfama transportadas do exterior, nomeadamente por aquilo que elas assumem quanto ao seu carácter “delimitado” e quanto ao seu atributo de “bairro”?

Este conjunto de considerações poderá parecer excessivo, como se se quisesse erigir em obstáculo intransponível algo que não passa da diferença — inerente a qualquer processo de investigação científica — entre o estabelecimento de um campo analítico, provisória e precariamente circunscrito para viabilizar o subsequente processo de pesquisa, e a caracterização reelaborada do objecto de estudo a que se chega uma vez realizada a análise.

Mas há três razões que aconselham a explicitar com algum pormenor o problema. Desde logo, não se pode descurar o facto de a questão das “unidades de análise pertinentes” ter um lugar importante nas ciências sociais, da sociologia e da antropologia à geografia e à história, onde tem vindo a surgir como tema frequente de reflexão e controvérsia, marcando orientações paradigmáticas, constituindo-se em elemento estruturador de opções teóricas, informando estratégias metodológicas de investigação, por vezes de forma produtiva, pela clarificação analítica conseguida e pelos filões de pesquisa abertos, outras vezes com consequências bloqueadoras, pela reificação de certas categorias conceptuais ou pela absolutização de alguns tipos particulares de objecto de estudo.

A par das sobreposições, cada uma das disciplinas referidas manifesta modos específicos de abordar a questão. Na geografia, para além da presença central e permanente do problema das escalas de análise e representação do território, pode referir-se, em especial, todo o trabalho sobre e com o conceito de região, desde as versões mais clássicas até às mais recentes.<sup>2</sup> Na história, a presença da questão é porventura mais difusa, o que não quer dizer que esteja menos ligada a opções fundamentais no modo de praticar a

disciplina, surgindo muitas vezes associada à selecção dos tipos de fenómenos, dos planos de análise e dos âmbitos socioterritoriais constituídos em objecto de estudo.<sup>3</sup>

Talvez seja na antropologia, no entanto, que a questão tenha adquirido um cunho mais intrinsecamente constitutivo, uma vez que, em termos gerais, todo o desenvolvimento da disciplina foi acompanhado pela discussão do modelo canónico, a um tempo metodológico e teórico, do trabalho de campo etnográfico realizado, através de observação participante, numa unidade social/cultural claramente delimitada e suficientemente autocontida. Deste modo, “tribos”, “aldeias” e “bairros” foram-se sucedendo como unidades de análise, num percurso que foi colocando dificuldades crescentes aos pressupostos clássicos da antropologia acerca do seu estatuto e da sua pertinência enquanto tais, isto é, enquanto unidades de análise possíveis ou mesmo preferenciais.

Os questionamentos assim suscitados, desenvolvendo-se em direcções variadas, não deixam em grande parte dos casos de manter um forte cordão umbilical com a agenda da tradição disciplinar, mesmo quando se contra-põem com veemência a alguns dos fundamentos das soluções anteriores ou quando inovam propondo outras como, por exemplo, a consideração da cidade enquanto “rede social total” ou a concepção como “não-lugares” de determinados quadros de relacionamento pessoal e efémero característicos das sociedades contemporâneas.<sup>4</sup>

- 
- 2 Paradigmático das primeiras é, entre nós, Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1986 (1945). Quanto às segundas, refira-se, por exemplo, as que aparecem propostas em João Ferrão e Chris Jensen-Butler, “Existem ‘regiões periféricas’ em Portugal?”, *Análise Social*, n.º 100, 1988 ou em Georges Benko e Alain Lipietz (orgs.), *As Regiões Ganadoras: Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*, Oeiras, Celta Editora, 1994 (1992).
  - 3 Entre inúmeros exemplos possíveis, pode referir-se, como emblemática das elaborações explícitas sobre o assunto, a problematização desenvolvida por José Mattoso sobre a unidade de análise nacional na “Apresentação” da *História de Portugal* (1º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, 1992. Mas, mesmo quando a reflexão teórico-metodológica não é explícita, o problema tem com frequência um carácter estruturante; é o que acontece, em particular, nos trabalhos em que está mais ou menos directamente presente uma questão identitária, como o também de José Mattoso, *Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)* (2 vols.), Lisboa, Editorial Estampa, 1985 ou, para referir apenas um outro autor de grande destaque, os de Fernand Braudel, *L’Identité de la France* (3 vols.), Paris, Arthaud-Flammarion, 1986 e *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II* (2 vols.), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983-84 (1949, 1966).
  - 4 Conceitos propostos respectivamente por Ulf Hannerz, *Explorer la Ville: Éléments d’Anthropologie Urbaine*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1983 (1980) e por Marc Augé, *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1994 (1992). Cabe aqui referir, em particular, um estudo antropológico recente sobre um outro bairro de Lisboa, no qual a autora faz precisamente da discussão dos respectivos limites e da sua pertinência enquanto unidade de análise um tema saliente: Graça Índias Cordeiro, *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

Quanto à sociologia, pode talvez dizer-se que as diversas perspectivas prevalecentes na disciplina — das holistas às individualistas, das estruturais às interaccionais, das mais economicistas às de dominante culturalista — tendem a configurar-se teoricamente em termos que, de modo geral, retiram à questão implicações substantivas fortes, projectando-a sobretudo no plano metodológico, no problema da delimitação dos horizontes de observáveis.

No entanto, as duas ordens de questões — construção do objecto teórico e delimitação do objecto empírico — não são em regra consideradas alheias uma à outra. E é possível referir conhecidos desenvolvimentos teóricos na sociologia contemporânea com implicações directas no estabelecimento das unidades de análise apropriadas. É o caso, entre vários outros, do conceito de “campos” de relações sociais tal como elaborado e utilizado por Pierre Bourdieu, com a exigência analítica dele decorrente de ajustamento dos objectos de estudo aos contornos dos espaços relacionais pertinentes, ou das considerações de Anthony Giddens sobre a necessidade de ultrapassar a equivalência apriorística estabelecida com alguma frequência entre os estados-nação e as “sociedades” tomadas como principais unidades de referência por boa parte da análise sociológica.<sup>5</sup>

A segunda razão por que vale a pena ponderar um pouco mais o problema decorre de ele se tornar sobremaneira relevante, e melindroso do ponto de vista analítico, quando estão em estudo configurações e processos identitários, uma vez que, nestes casos, o próprio objecto central de estudo, em sentido teórico, redobra simbolicamente o terreno de pesquisa observacional; o que implica que a delimitação do objecto faça parte, em simultâneo e de modo nuclear, das operações metodológicas e dos conteúdos substantivos da pesquisa; ou, ainda, que tal identificação assuma, de maneira não trivial, o estatuto de condição de partida e de ponto de chegada da análise.

Por fim, é de salientar que se pode, por esta via, continuar a explorar em termos cognitivos o que se chamou atrás uma reflexividade sociológica centrada no objecto, fazendo reverter a análise dos processos de análise para a análise do objecto de estudo propriamente dito.

### Limites: primeiras aproximações

Deste modo, é-se conduzido, ainda uma vez, a começar de fora, agora no sentido do percurso de investigação — percurso tanto de elaboração conceptual

---

5 Ver, por exemplo, “A génese dos conceitos de *habitus* e de campo”, in Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, e “Nine theses on the future of sociology”, in Anthony Giddens, *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987.

como de pesquisa no terreno — procurando localizar o campo de observação pertinente e analisar os limites do objecto de estudo.

Fora do bairro encontra-se um conjunto de sinais da existência de Alfama, uma série de marcas simbólicas, de variados tipos. Por exemplo, se se tomar uma vulgar carta da cidade, daquelas que fornecem localização de ruas e informações sobre serviços, se se consultar um qualquer dos inúmeros mapas turísticos de Lisboa, lá aparece Alfama. Mas, curiosamente, os limites são sempre indeterminados, nunca é apresentado um perímetro nítido. A palavra Alfama aparece inscrita sobre o desenho, mais ou menos minucioso, da malha urbana apertada que se estende entre o Castelo de São Jorge e a margem do Tejo. Não faz mais do que assinalar vagamente um local, sem qualquer contorno definido.

Em todo o caso, se, orientados por uma informação aproximativa desse tipo acerca da área da cidade em que Alfama genericamente se inscreve, nos pusermos ao caminho, começamos a encontrar nas ruas, a partir das imediações orientais da Baixa pombalina ou, do lado oposto, a ocidente da estação ferroviária de Santa Apolónia, tabuletas sinalizadoras que apontam a direcção de Alfama. Segui-las permite-nos aproximarmo-nos dela. A importância especial atribuída ao sítio manifesta-se, de novo, por este destaque na sinalética da cidade, realçando-lhe o valor simbólico e a visibilidade externa. No entanto, também por esta via não se consegue mais do que uma ideia vaga de localização.

Por outro lado, uma das primeiras verificações a que depressa se chega, quando se começa a abordar o bairro numa perspectiva sociológica como a que aqui se procura desenvolver, é a de que Alfama não constitui uma circunscrição administrativa. A cidade de Lisboa — ou, do ponto de vista administrativo, o concelho de Lisboa — está dividida em cinquenta e três freguesias e nenhuma delas se chama Alfama. Também não é designação de bairro fiscal, nem de zona postal, nem de paróquia eclesial. Para um espaço social urbano tão conhecido e referenciado, esta é uma das observações iniciais que se perfilam como um tanto surpreendentes. Administrativamente Alfama não existe. É inútil procurá-la nas compartimentações institucionais do território urbano de Lisboa.

Poder-se-ia assinalar uma excepção importante: o Gabinete Local de Alfama, da Câmara Municipal de Lisboa, com incumbência de proceder à reabilitação urbana da “área crítica” de Alfama. Mas, em comparação com um horizonte praticamente milenar de alusões ao bairro, a criação deste organismo é muito recente, de meados dos anos 80, tal como, aliás, a demarcação da sua área de intervenção, ela própria sujeita, desde então, a controvérsias e redefinições. São entidades que surgiram já bastante depois de iniciada a presente pesquisa e, em certa medida, em interligação com ela. Compreende-se assim que, quando se examina o processo de primeira aproximação ao terreno, não se possa entrar ainda em consideração com tais aspectos.

Além disso, num plano mais de fundo, claro está que terão sido em primeiro lugar as definições identitárias pré-existentes acerca de Alfama, com toda a antiguidade das referências ao bairro que se conhecem, a influenciar o estabelecimento do raio de acção do gabinete técnico camarário, antes de ser este a contribuir para o desenho — em sentido tanto técnico como simbólico — de limites relativos ao bairro. Isto, sem embargo de ser ainda necessário investigar os efeitos que, por sua vez, as operações de reabilitação urbana local tiveram ultimamente na identidade cultural de Alfama. Nos últimos capítulos examinam-se estes temas, reintegrando-os então na análise dos contornos identitários do bairro e dos processos sociais que lhe estão associados.

Assim, no essencial, a verificação da inexistência administrativa de Alfama permanece um elemento decisivo da aproximação ao bairro. Significativo que tende a ser, em maior ou menor medida, o efeito constituinte da institucionalização administrativa dos espaços sociais — nos planos dos recursos, dos poderes e dos símbolos —, a não ocorrência desta dimensão de estruturação social num conjunto urbano com o grau de visibilidade assinalado para Alfama, e com a intensidade dos processos de identidade cultural que relativamente a ele se observam, levanta interrogações e alerta para a capacidade de ancoragem identitária atribuível a outros factores.<sup>6</sup>

Em todo o caso, a própria dimensão administrativa não deixa de estar presente, embora de formas mais indirectas. Desde logo porque, como a olisipografia refere, Alfama foi, durante um certo período histórico, designação administrativa, com amplitude territorial variável. Em concreto, por meados do século XVIII, um dos doze bairros administrativos então criados em Lisboa foi, precisamente, o Bairro de Alfama.<sup>7</sup> De 1833 a 1867, Alfama constituiu mesmo um dos quatro distritos em que a cidade se dividia administrativamente.<sup>8</sup> A partir daquela última data, desaparece da terminologia institucional.

Mas, no discurso corrente, Alfama era uma designação muito anterior. E, após o período referido, perdurou até hoje, como referência a um espaço

---

6 Para uma análise sobre as descoincidências entre circunscrições político-administrativas e níveis de estruturação do território, relativamente a Lisboa, ver Vítor Matias Ferreira, *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987. Se bem que toda a obra seja, de algum modo, atravessada por esta problemática, ver em especial, para uma síntese acerca das contradições entre a lógica urbano-metropolitana e a lógica institucional, e acerca da especificidade dos níveis metropolitano e local, as pp. 311-315.

7 Eduardo Sucena, "Alfama (bairro de)", in Francisco Santana e Eduardo Sucena (org.), *Dicionário da História de Lisboa*, Sacavém, Carlos Quintas e Associados, 1994, p. 40.

8 Além do texto referido na nota anterior, ver também Maria Calado e Vítor Matias Ferreira, *Lisboa: Freguesia de S. Miguel (Alfama)* e *Lisboa: Freguesia de Santo Estêvão (Alfama)*, Lisboa, Contexto, 1992, p. 19 em ambos os casos. Norberto de Araújo, nas suas *Peregrinações em Lisboa* (2.<sup>a</sup> ed.), livro X, Lisboa, Vega, 1993 (1939), pp. 32-33, discute os limites de Alfama, e a sua relativa indeterminação, referindo sucessivas alterações, entre os séculos XVI a XIX, das circunscrições administrativas que se lhe reportam.

urbano que, apesar das imprecisões de limites mencionadas, parece inequívoco ter como núcleo as freguesias de São Miguel e Santo Estêvão. Para isso aponta uma série de factores, como se terá oportunidade de verificar.

As duas freguesias referidas, abrangendo a área urbana que se organiza em torno das igrejas do mesmo nome, são, como estas, muito antigas. A freguesia de São Miguel tem 1180 como data de criação formal e a de Santo Estêvão 1295.<sup>9</sup> Apesar de o perímetro espacial correspondente a estas designações não ter sido sempre exactamente o mesmo — tendo as alterações acompanhado, numa primeira fase, o processo de povoamento e expansão da cidade e, depois, um conjunto de reorganizações parciais de ordem administrativa — o quadro urbano de referência pouco mudou.

Para além de outros pequenos ajustamentos de limites, incluindo a absorção de parte da pré-existente freguesia do Salvador (formada em 1209), no essencial o que aconteceu foi o englobamento da antiga freguesia de São Pedro (criada em 1175) na freguesia de São Miguel, no terceiro quartel do século XVIII. Pela mesma altura, também a freguesia de Santo Estêvão cresceu um pouco, tendo passado a incluir outra parte da freguesia do Salvador e um sector da de São Vicente de Fora. Hoje em dia, sítios como o de São Pedro ou o do Salvador são elementos fundamentais da paisagem física e simbólica de Alfama, permanecendo claramente assinalados na toponímia local.

As freguesias constituem, assim, outra forma de presença de vectores de carácter administrativo na configuração de Alfama. São aspectos indirectos quanto à designação, mas decisivamente estruturantes, quer em termos de profundidade histórica, quer no modo como nas freguesias de São Miguel e Santo Estêvão tende a sobrepor-se todo um conjunto de dimensões convergentes nos processos sociais de produção da identidade cultural de Alfama, como se verá a seguir.

Em certo sentido, os problemas que se têm estado a levantar a propósito da localização de Alfama podem ser, numa analogia formal, comparados aos paradoxos de Zenão. Apesar de, segundo estes, parecer ser logicamente impossível que a seta chegue ao alvo ou que Aquiles ultrapasse a tartaruga, a verdade é que não são considerações desse tipo que nos impedem, na vida real, de atingir um objecto com um projectil ou de deixar para trás outros caminhanes. Do mesmo modo, apesar de todas as reticências reflexivas acima expostas, não custa nada chegar a Alfama.

Tal como nos referidos exercícios filosóficos da antiguidade clássica, também aqui o interesse das considerações apresentadas não é tanto de ordem pragmática como de carácter analítico. Destinam-se a questionar pressupostos inconsistentes ou mal esclarecidos, a abrir novos domínios

---

9 Sobre estas datas e os elementos cronológicos seguintes, ver Maria Calado e Vítor Matias Ferreira, *Lisboa: Freguesia de S. Miguel (Alfama)*, op. cit., pp. 8-23 e pp. 25-42 e *Lisboa: Freguesia de Santo Estêvão (Alfama)*, op. cit., pp. 8-25 e pp. 27-40.

de investigação, a explorar vias aprofundadas de inteligibilidade dos fenómenos.

Podemos dirigir-nos a Alfama recorrendo a qualquer uma das indicações aproximativas de localização atrás referidas — da literatura olisipográfica aos folhetos turísticos, dos mapas da cidade às placas sinalizadoras implantadas nas ruas. Em última análise, basta apanhar um táxi e pedir: “Por favor, leve-me a Alfama!” A aura romântica de expedição penosa ao território inóspito de uma cultura exótica fica assim irremediavelmente comprometida; mas pode sempre justificar-se o procedimento a título de mais uma verificação da visibilidade social de Alfama e de uma observação quase experimental das representações sociais correntes acerca da sua localização.

O expediente, com efeito, fornece indicações úteis. O taxista vai deixar-nos, com toda a probabilidade, no miradouro de Santa Luzia ou no das Portas do Sol, ao cimo do bairro, ou então no Largo do Chafariz de Dentro, no seu extremo inferior. Pode também conduzir-nos até às suas imediações, perto da Sé ou de São João da Praça, a ocidente, ou, do outro lado, junto à estação ferroviária de Santa Apolónia, ou, ainda, entre uma e outra, mais acima na encosta, pelas bandas da igreja de São Vicente e do Campo de Santa Clara, onde se realiza a Feira da Ladra.

Repetindo algumas vezes a operação, é possível chegar-se, de modo aproximativo, a um conjunto de pontos balizadores do perímetro do bairro, tal como veiculados por agentes sociais que, em geral, são portadores privilegiados de mapas cognitivos da cidade e dos seus lugares. São mapas cognitivos profissionalmente sedimentados no decurso de actividades quotidianas que apelam a um regime específico de relação com o espaço — regime esse no qual estão precisamente implicados, de forma explícita e permanente, procedimentos de localização, neste caso referente quer ao transporte de quem reside no bairro ou de quem o frequenta com regularidade, quer à condução ao local de turistas ou outros visitantes mais esporádicos. Trata-se ainda, por consequência, de mapas cognitivos nos quais se incrustam, de maneira específica, as representações simbólicas acerca do lugar correntes numa pluralidade de meios sociais.

Não surpreenderá, por isso, que a localização genérica assim obtida acabe por ser mais ou menos a mesma que se consegue por consulta da abundante documentação olisipográfica, por trajecto pedestre orientado por sinais colocados nas ruas, por via cartográfica, ou de outra maneira qualquer. As representações externas sobre os contornos genéricos do bairro — embora não isentas de discrepâncias pontuais ou até alvo de polémica entre especialistas que absolutizam um determinado critério da respectiva área disciplinar, tal como acontece com alguns historiadores ou certos arquitectos — revelam-se, pois, predominantemente convergentes, constituindo um dos elementos relevantes da construção da identidade cultural de Alfama.

## Configuração morfológica e populacional

Mas, se é fácil ficar com uma noção de que se chegou aos limiões de Alfama, outra coisa é chegar a conclusões sobre o que é que a constitui como entidade diferenciada do tecido social e urbano envolvente, por que é que lhe estão associadas formas de identidade cultural tão marcantes, em que bases assentam e como é que se constituem essas formas de identidade cultural.

Seja como for, qualquer que seja o meio de acesso, a partir de pontos como os acima referidos o percurso terá, quase que inevitavelmente, de continuar a pé. Trata-se de uma nova indicação significativa; tem a ver com a especificidade da malha urbana do bairro. O traçado é íngreme e labiríntico, as ruas estreitas e irregulares. Becos, travessas, calçadas e escadinhas sucedem-se a cada passo, encadeando-se num tecido denso e variado, dando forma característica ao espaço físico. A utilização repetida dessas designações — becos, travessas, calçadas e escadinhas — na toponímia local contribui, pelo seu lado, para a construção da correspondente atmosfera simbólica.

As casas são antigas e de poucos andares, embora muitas vezes com assimetrias de altura bastante acentuadas, decorrentes da sua implantação na encosta inclinada. A diversidade paradoxalmente caótica e harmoniosa dos elementos construídos, a variedade de motivos, a multiplicação de vistas ora estreitas, ora amplas sobre o Tejo, o casario popular envolvendo, numa teia apertada, grandes edifícios senhoriais e religiosos — palácios, mansões, conventos, igrejas — tudo isto configura um conjunto urbanístico singular.

No essencial, este quadro urbano de características muito próprias organiza-se em torno das igrejas de São Miguel e de Santo Estêvão, abrangendo, como se disse, a área das freguesias do mesmo nome. Refira-se, no entanto, que, do ponto de vista da morfologia urbanística, e apesar da unidade de conjunto, é possível assinalar uma certa diferença interna entre as duas freguesias, prevalecendo em São Miguel, de localização mais ribeirinha e povoamento anterior, uma malha ainda mais apertada do que a de Santo Estêvão.

Por outro lado, este tipo específico de tecido urbano não se interrompe sempre, de maneira exacta, nas fronteiras administrativas das freguesias. Prolonga-se um pouco em três direcções: a ocidente, para parte da vizinha freguesia da Sé (basicamente o sítio de São João da Praça, antiga freguesia que remonta a 1209), sendo que a outra parte já integra muito mais a construção de maior porte e o traçado rectilíneo das ruas que caracterizam a baixa pombalina; a norte e oriente, para um sector contíguo da também vizinha freguesia de São Vicente; e, ainda, subindo a encosta, para certos segmentos da terceira freguesia vizinha, a de Santiago, apesar de, neste último caso, o espaço aberto dos miradouros e a linha do eléctrico que por ali passa produzirem nalguns troços um efeito de descontinuidade mais saliente.

A observação directa e continuada da vida social que decorre neste espaço urbano de invulgar visibilidade externa e características morfológicas

muito particulares revela que nele tende a sobrepor-se, de modo convergente, toda uma série de dimensões relevantes de estruturação social.

Uma das particularidades deste quadro social urbano é a altíssima densidade populacional que nele se verifica. Apesar de os prédios serem na generalidade baixos e antigos, e embora se tenha assistido nas últimas décadas a um gradual decréscimo do número de residentes — tal como tem vindo a ocorrer na cidade em geral, considerada no seu todo concelhio, e, em especial, no seu núcleo central mais antigo — continua a observar-se em Alfama uma das mais elevadas densidades populacionais de Lisboa.<sup>10</sup>

As freguesias de São Miguel e de Santo Estêvão tinham, segundo o Recenseamento Geral da População de 1991, respectivamente 2613 e 3192 habitantes. A área dessas freguesias é, pela mesma ordem, cerca de 5 hectares e de 21 hectares; no entanto, o espaço atribuído em termos administrativos à freguesia de Santo Estêvão inclui uma faixa periférica, comparativamente vasta à escala local, preenchida, no eixo ribeirinho, por edificações portuárias e alfandegárias e, a oriente, pelo Museu de Artilharia; se for descontada para o efeito destes cálculos, a área residencial da freguesia fica em 7 hectares, aproximadamente.<sup>11</sup> As correspondentes densidades populacionais situam-se, pois, com base nestes números, na ordem dos 520 habitantes por hectare para São Miguel e dos 460 habitantes por hectare para Santo Estêvão.<sup>12</sup>

Assim, se se quiser considerar Alfama, na sua delimitação nuclear aproximada, como constituída pelo espaço habitado das duas freguesias referidas, tem-se, de acordo com os dados censitários, um bairro com cerca de 6 mil habitantes e com uma densidade populacional de perto de 500 habitantes por hectare.

---

10 A respeito da evolução demográfica de Lisboa pode ver-se, por exemplo, o *Plano Estratégico de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1992, pp. 20-21.

11 Ver António Firmino da Costa, Maria das Dores Guerreiro, Manuel João Ribeiro e Isabel Valente, *Alfama: Caracterização Sociológica da Habitação*, Lisboa, DMRU/Câmara Municipal de Lisboa, 1991, p. 14. De momento, retoma-se no texto o valor aproximado da área das freguesias indicado na publicação referida, segundo dados fornecidos pelo Gabinete Técnico Local de Alfama, mas não os valores da população e, consequentemente, das densidades populacionais mencionados nessa publicação. Usam-se aqui, para já, os dados da população residente registados pelo Censo 91, enquanto naquela publicação se utilizam os resultados de um inquérito realizado em 1989/90 por uma equipa de que fez parte o autor, em colaboração com o Gabinete Técnico Local de Alfama. Embora as diferenças entre os dois conjuntos de dados atinjam uma certa dimensão, conduzindo à necessidade de repensar o seu significado nos planos metodológico e sociológico, não são de molde a alterar as ilações retiráveis nesta fase da argumentação. Adiante serão indicados e comentados os resultados do referido inquérito, relativamente aos efectivos populacionais do bairro e a outras variáveis pertinentes para a análise aqui desenvolvida.

12 A densidade populacional do concelho de Lisboa, no seu conjunto, calculada com base nos dados do Censo de 1991, é cerca de 80 hab./ha. Ver *Os Números de Lisboa*, Lisboa, Ambelis. Agência para a Modernização Económica de Lisboa, 1995, pp. 1 e 10-11.

**Quadro 2.1** Evolução da população de Alfama, 1864-1991

| Freguesias    | 1864 | 1878 | 1890 | 1900 | 1911 | 1920 | 1930 | 1940 | 1950 | 1960  | 1970 | 1981 | 1991 |
|---------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|------|------|------|
| São Miguel    | 2256 | 2824 | 3299 | 3274 | 3696 | 3908 | 3457 | 3594 | 3550 | 5614  | 4030 | 3522 | 2613 |
| Santo Estevão | 3505 | 4129 | 4909 | 5345 | 5943 | 6139 | 5784 | 5721 | 4808 | 7395  | 5353 | 4610 | 3192 |
| Total         | 5761 | 6963 | 8202 | 8619 | 9637 | 9947 | 9241 | 9315 | 8358 | 13009 | 9383 | 8135 | 5805 |

Fonte: INE, recenseamentos gerais da população.

Está-se, pois, com esta elevada densidade populacional, perante uma das consequências da especificidade da configuração morfológica do bairro, com a sua apertadíssima malha urbana e a reduzida dimensão de grande parte dos alojamentos. E, ao mesmo tempo, está-se face a um importante parâmetro estruturante da vida social de Alfama, com efeitos não menosprezáveis — em si próprio e em conjugação com outros factores, de natureza física, social e simbólica — nos modos de relacionamento e nos padrões culturais locais.

A morfologia física do bairro, na sua permanência histórica, é um factor explicativo do facto de, ao longo dos séculos, o volume de população não ter sofrido uma variação gradual e contínua, mas sim flutuações diversas, relacionadas sobretudo com ciclos ou episódios externamente determinados: transferências de populações no espaço da cidade, períodos de florescimento ou de declínio económico, catástrofes sísmicas ou epidemias, recepção de fluxos migratórios ou processos de envelhecimento demográfico.<sup>13</sup>

Assim, Maria José Paixão refere, por exemplo, que a freguesia de Santo Estêvão teria, no início do século XIV, cerca de 3600 pessoas, valor pouco diferente do actual.<sup>14</sup> Maria Calado e Vítor Matias Ferreira indicam números de população residente para esta freguesia que, do século XVI ao século XVIII, oscilam entre os três e os seis milhares, aumentando e diminuindo por diversas vezes. O mesmo acontece com a freguesia de São Miguel — considerando-a nesse período, para efeitos de comparação aproximada, em conjunto com a antiga freguesia de São Pedro — flutuando também o número de residentes entre aquelas duas ordens de valores.

Nos séculos XIX e XX os volumes populacionais do bairro continuam a situar-se dentro de limites de oscilação semelhantes aos anteriores, como se vê no quadro 2.1, ficando para já em aberto saber se a tendência de diminuição acentuada que se regista desde os anos 60 conduzirá ou não a um abaixamento mais pronunciado do número de residentes. Nos capítulos finais

13 Uma cronologia e uma análise histórica sintética destas oscilações, com indicações quanto à sucessão de valores da população das freguesias, encontra-se nos trabalhos já por diversas vezes citados de Maria Calado e Vítor Matias Ferreira, *Lisboa: Freguesia de S. Miguel (Alfama)*, op. cit., pp. 9-45 e *Lisboa: Freguesia de Santo Estêvão (Alfama)*, op. cit., pp. 9-44.

14 Maria José de Carvalho Paixão, *Alfama: Contribuição para o Estudo de uma Área Natural de Lisboa*, Lisboa, ISCSPU, 1972, pp. 16-18.

voltar-se-á a este assunto, analisando algumas das principais dinâmicas contemporâneas com incidência local que podem influenciar desenvolvimentos futuros, nomeadamente as que se relacionam com o processo de reabilitação urbana que decorre desde há alguns anos no bairro.

Em todo o caso, os valores apresentados têm que se lhes diga, não podem tomar-se pura e simplesmente sem mais, requerem análise adicional. Desde logo, convém não perder de vista aspectos metodológicos com incidência nas comparações diacrónicas, relativos à conhecida diferença de procedimentos seguidos pelo INE nos censos das últimas décadas, nomeadamente desde 1960, o que não deixará de ter contribuído, por exemplo, para a amplitude da distância registada entre a população residente no bairro nesse ano e dez anos depois.<sup>15</sup>

Para além disso, num inquérito realizado em data não muito distante da do Censo de 1991, concretamente em 1989/90, os valores encontrados para a população residente foram significativamente superiores.<sup>16</sup> Em São Miguel registaram-se 3310 pessoas e em Santo Estêvão 4163. O que perfaz um total de perto de 7,5 milhares de habitantes. Comparando com os cerca de 6 milhares obtidos pelo Censo, a diferença é muito grande, na casa dos vinte por cento. O cálculo da densidade populacional conduz também, deste modo, a valores ainda mais elevados do que os anteriormente referidos, para cima dos 600 hab./ha.

Estes desfasamentos não podem deixar de colocar interrogações, contribuindo para suscitar importantes pistas de análise sociológica. Não é crível, pela observação directa da vida social local, que a população tivesse diminuído tanto no intervalo de tempo de escassos dois anos. Não se regista, por essa altura, nenhum acontecimento de tal modo drástico que pudesse ter produzido efeitos desse tipo.

A observação directa e continuada da vida social local, embora permita dar conta de uma certa tendência, nas últimas duas décadas, para alguma diminuição gradual da população — dinâmica, aliás, com oscilações e contratendências parciais, uma vez que continuaram a aparecer novos habitantes, de diversos perfis e trajectos sociais — não indicia que naquele momento se tivesse dado um tal decréscimo súbito de residentes. Mas aponta para outros aspectos.

Um é a sobrelocação de bastantes alojamentos e o regime de subaluguer em que uma parte deles se encontra, situações muitas vezes objecto de alguma ocultação, nomeadamente perante os agentes recenseadores. Outro, tem

---

15 Podem apontar-se, nomeadamente, as diferenças entre a reputação do Censo de 60 quanto à minuciosa recolha de informação que nele se teria praticado e as insuficiências com que se viu confrontado o Censo de 70.

16 António Firmino da Costa, Maria das Dores Guerreiro, Manuel João Ribeiro e Isabel Valente, *Alfama: Caracterização Sociológica da População*, Lisboa, DMRU/Câmara Municipal de Lisboa, 1991, pp. 13-14.

a ver com o facto de uma fracção significativa da população de Alfama ter raízes rurais. Nos últimos vinte anos, sobretudo, tornou-se frequente muitas destas pessoas, ao atingirem idades mais avançadas, ou ao verem-se em situação de reforma, mesmo que antecipada, passarem largas temporadas nas casas que em geral possuem nas terras de origem, sem que, no entanto, isso signifique um abandono definitivo do seu alojamento no bairro, a que regressam de tempos a tempos, ou que é por vezes efectivamente utilizado por parentes, de forma mais eventual ou mais continuada.

Começam a aflorar aqui, a propósito de algo aparentemente tão elementar quanto a contagem da população residente, aqueles que acabaram por revelar-se, à luz da investigação sociológica, como dois dos traços mais interessantes do bairro e que contribuem, de forma convergente com outros, para o configurar na sua singularidade: *as tácticas de ocultação* que, a par da visibilidade social de Alfama, e em articulação subtil com ela, impregnam a vida social e os padrões culturais locais; e o facto, em certo sentido surpreendente, de um dos mais emblemáticos espaços citadinos, um dos que mais se vêem associados às formas de cultura popular urbana tidas por profundamente lisboetas — como o fado ou como as marchas populares — se revelar, afinal, como lugar de passagem e de fixação de *importantes fluxos de migrantes rurais*.

Mas a análise aprofundada destes componentes decisivos da sociedade de bairro alfamista, aliás com ligações entre si, apela para todo um conjunto de desenvolvimentos só possíveis de realizar ao longo dos capítulos seguintes. Por ora, importa apenas avançar uma primeira enumeração de aspectos que se sobrepõem enquanto constitutivos da específica configuração socio-cultural de Alfama.

Regressando ainda, por alguns momentos, ao volume de população e à densidade populacional, tem interesse referir que, aquando da elaboração do inquérito de 1989/90 — realizado em colaboração entre uma equipa do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, e o Gabinete Técnico Local de Alfama, da Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do processo de reabilitação urbana em curso no bairro — já a pesquisa prolongada em que o presente trabalho se apoia tinha percorrido um certo número de fases anteriores, nas quais as indicações a respeito de uma muito provável subavaliação da população local pelos dados censitários oficiais tinham aparecido por diversas vezes e a partir de variadas fontes: comparação com os recenseamentos eleitorais, opinião dos autarcas locais (das juntas de freguesia), observação directa de um conjunto alargado de casos e situações. A pesquisa tinha já permitido, também, captar um conjunto de facetas dos modos de vida, dos padrões de conduta e dos mecanismos sociais localmente existentes, entre os quais se contam os aspectos acima referidos, relativos às tácticas de ocultação, ou camuflagem, e aos processos de migração interna.

Foi possível, assim, delinear uma estratégia de recolha de informação que tomasse em conta essas e outras facetas do tecido social local, o que ocorreu na selecção das variáveis, e no modo como cada uma delas foi construída, e se traduziu em toda uma série de procedimentos, desde a escolha do período do ano mais propício para a realização do inquérito, bem como das horas do dia a privilegiar nos contactos com os residentes, até aos tópicos de conversação a accionar e a evitar, ao modo de lidar com as relações entre vizinhos, aos avisos prévios e às formas de legitimação da operação, entre outros.

Com a colaboração do Gabinete Técnico Local e das juntas de freguesia de São Miguel e de Santo Estêvão, foi possível montar um dispositivo bastante satisfatório, nas suas componentes logísticas, organizativas e institucionais. No trabalho de campo, recorreu-se a um conjunto de sociólogos ou estudantes dos últimos anos do curso de sociologia, com formação teórica e metodológica não só apropriada à aplicação, em termos genéricos, de inquéritos por questionário, mas também capazes de mobilizar, na relação de entrevista e no registo da informação, as chamadas de atenção prévias que lhes foram feitas acerca das especificidades sociais do bairro.

Além da qualidade por eles conseguida na aplicação dos questionários, em sentido estrito, estes entrevistadores puderam ser igualmente veículo de captação de um conjunto enorme de observações complementares, de carácter qualitativo, acerca das relações sociais locais, acabando por conduzir a uma confirmação alargada de hipóteses anteriormente formuladas a partir da pesquisa por observação directa, mais prolongada e intensiva, mas também de amplitude muito menor quanto ao número de pessoas contactadas. No conjunto, não admirará que uma operação de recolha de informação assim conduzida tenha conseguido, em particular num tecido social deste tipo, inventariar um quantitativo de população consideravelmente maior do que o apurado pelo Censo.

Tudo isto se prende com uma das estratégias analíticas que se tenta aqui aplicar: a *reflexividade sociológica centrada no objecto*, como atrás se lhe chamou, ligando considerações metodológicas e análises substantivas, procurando, sempre que possível, fazer reverter a ponderação crítica do que se passa nos processos de investigação a favor de uma elucidação acrescida do objecto de estudo.

Nomeadamente, a inclusão das *relações sociais de observação* no horizonte de atenção reflexiva da investigação sociológica ganha, deste modo, um duplo sentido. Por um lado, contribui em segundo grau, como tem sido assinado, para a *regulação das práticas de pesquisa*, domínio de incidência específico da metodologia.<sup>17</sup> Por outro lado, o exame dos resultados que a observação de um determinado tecido social vai produzindo ao desenvolver-se um conjunto de práticas de pesquisa, elas próprias susceptíveis de caracterização não só metodológica mas também sociológica, permite chegar ao que se poderia chamar *observações de segundo grau acerca das relações sociais sob investigação*, possibilitando novos ângulos de decifração desse tecido social e de interpretação dos processos que nele ocorrem.

A teoria do objecto contribui para orientar a pesquisa observacional e, por seu turno, a análise sociológica dos processos sociais emergentes da interacção do investigador com o terreno, no decurso da observação, pode contribuir, de maneira significativa, para o conhecimento aprofundado do objecto de estudo. Sem isso, alguns dos aspectos que o configuram mais decisivamente têm grande probabilidade de ser apreendidos de maneira equivocada ou de nem sequer se dar por eles.

### Sobreposições e singularidade

Sem deixar de ter presentes questões de reflexividade sociológica como as referidas, importa de momento prosseguir um pouco mais, embora de maneira para já muito concisa, nesta primeira inventariação de um conjunto de dimensões de estruturação social que tendem a sobrepor-se no bairro e que, ao convergirem entre si, com as particularidades que nele assumem, lhe conferem contornos singulares. Para além da morfologia física apertada e labiríntica, da visibilidade social e das imagens patrimonialistas que lhe estão usualmente associadas, da elevada densidade populacional e da importante mas em geral insuspeitada presença de migrantes rurais, podem apontar-se várias outras que ali se interligam de modo específico com estas.

Grande parte da população trabalha ou trabalhou em actividades ligadas ao porto. Nos anos mais recentes, as transformações dos sectores portuário e alfandegário induziram bastantes reformas antecipadas e algumas reconversões profissionais. No entanto, a vida em Alfama sempre esteve, e em certa medida ainda está, fortemente marcada pelas actividades marítimas e portuárias.

Marinheiros e fragateiros havia-os até há poucas décadas. Mas havia também — e é ainda o caso hoje em dia, apesar dos decréscimos referidos — estivadores de navios, trabalhadores do cais e conferentes de mercadorias, funcionários da alfândega e da administração do porto de Lisboa, empregados de despachantes e de agências de navegação. Encontra-se ali igualmente um número considerável de homens que são operários industriais ou oficinais, enquanto bastantes outros são empregados administrativos, do comércio e dos serviços, em geral pouco qualificados. As mulheres trabalham sobretudo nos serviços domésticos e de limpeza, mas também no comércio e na indústria. Algumas vendem peixe e hortaliças no mercado de rua, em Alfama.

---

17 José Madureira Pinto, "Questões de metodologia sociológica (I, II e III)", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.ºs 1, 2 e 3, 1984-85; João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, "Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais", in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, op. cit.; José Madureira Pinto, "Da teoria à observação em ciências sociais", in *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

Uma fracção apreciável da população residente trabalha no bairro ou nas imediações. Para além de segmentos dos sectores profissionais já referidos, contam-se aqui também proprietários e empregados de tascas, restaurantes, leitarias, cafés e outro pequeno comércio local; e, ainda, alguns daqueles que estão envolvidos em actividades mais ou menos marginais: contrabando, roubo, prostituição, intimidação-protecção e, mais recentemente, tráfico de droga.

A organização da estiva, e do trabalho portuário em geral, era, e ainda é, embora com modificações significativas, uma complicada organização hierárquica, um meio social de acesso restrito, uma rede de influências que se desdobrava, e ainda desdobra, em múltiplas direcções. Vive-se actualmente uma situação de transição, em que interferências institucionais provenientes do Estado, das empresas e dos sindicatos, têm vindo a introduzir novas lógicas que se entrelaçam de maneira complexa, umas vezes em confronto e alternativa, outras vezes em continuidade e aliança com as práticas tradicionais e com as correspondentes cristalizações de relações de dominação e subordinação. Mas é entretanto bastante claro que, ao longo das quase duas décadas em que a pesquisa decorreu, muitas das linhas de força deste universo social se mantiveram actantes.

Para se arranjar casa, para se entrar na estiva, para se ser chamado ao trabalho de forma mais vantajosa, para se ter acesso à variedade de locais e situações que permitem a sobrevivência diária e um mínimo de desafogo económico, para tudo isto é preciso — ou, pelo menos, conveniente — estar integrado em redes de interconhecimento e influência, muitas vezes densas e emaranhadas. Estas mergulhavam e mergulham ainda as suas raízes em círculos como o da actividade portuária, em estreita e intrincada articulação com os grupos de familiares e conterrâneos, e encontram prolongamentos nas mais variadas áreas, desde as relações entre vizinhos à acção das colectividades associativas, passando pelo desenvolvimento de certos expedientes e pelas mais diversas práticas socioculturais, das actividades desportivas à frequência de cafés, tabernas e colectividades, das festas dos santos populares ao fado.

De maneira mais geral, as actividades económicas e as situações profissionais predominantes entre a população local envolvem regras de recrutamento, de cooptação, de lealdade, de funcionamento e de recompensa muito frequentemente baseadas nos valores e nas redes de conterraneidade e parentesco, de vizinhança e clientelismo. De forma convergente, os relacionamentos quotidianos no bairro pautam-se pela proximidade, pela intensidade, pela repetição e pelo entrelaçamento. A tudo isto junta-se um leque de práticas culturais de recorte bem nítido e forte expressão identitária.

Uma das formas culturais mais implantadas é o fado. Em Alfama, muitas são as pessoas que cantam ou cantaram o fado, numa ou noutra circunstância, melhor ou pior, de maneira mais formal ou mais informal, com maior ou menor frequência. A grande maioria é conhecedora, está familiarizada

com músicas, poemas e artistas, tem preferências, emite apreciações e julgamentos. Não são raros os que se sentem como secretos ou declarados intérpretes de eleição. E não é difícil encontrar os que compuseram a sua letra.

Mas, de maneira ainda mais decisiva e generalizada, praticamente todos o têm presente na ideia, vivem com o imaginário povoado dos textos, dos sentimentos, das melodias e dos rituais fadistas, reportam-se-lhe de forma explícita ou implícita nos padrões de conduta que presidem à sua vida quotidiana, quer nos momentos em que flui tranquilamente, quer nos episódios de perplexidade ou encruzilhada, de dificuldade ou sofrimento, de conflito ou ambivalência.

No fado em Alfama encontram-se, para além da frequente tematização identitária do próprio bairro, as dimensões do trágico e do contraste. O trágico remete para aspectos primordiais da experiência existencial, da vida e da morte, da paixão e do imprevisto, combinando significações de determinismo inelutável e de responsabilidade individual. No contraste está presente a expressão cultural de uma relação ambivalente — com traços de oposição de classe e de simbiose clientelista — entre ricos e pobres, poderosos e dominados, elites e plebe. É uma relação que apresenta afinidades sintomáticas com a descrita a respeito da plebe urbana de cidades importantes e antigas, comerciais e marítimas, sedes de poder político, em processo de integração específica no capitalismo moderno, em particular na Europa meridional.<sup>18</sup>

Outra forma cultural decisiva localmente são as festas dos santos populares. Em particular, a noite de Santo António tem, em Lisboa, Alfama por cenário de eleição. O bairro é então autenticamente invadido por multidões de forasteiros, lisboetas e turistas, que ali vão comer caldo verde, sardinha assada, febras e arroz doce, beber vinho tinto ou cerveja, comprar manjericos com quadras populares em tiras de papel, dançar ao som de um gira-discos, de um conjunto musical ou, embora já menos frequentemente, de um “cavalinho”, nome por que são conhecidas as pequenas bandas tradicionais, de cuja composição fazem parte alguns instrumentos de sopro e um de percussão, que também acompanham as marchas populares. A maior parte dos visitantes acaba por não fazer nada disto e limita-se a ser arrastada, na noite quente de Verão, pelas filas compactas de pessoas que circulam com dificuldade pelas vielas apertadas.

Os de Alfama instalam, pelas ruas e becos, os “retiros” onde vendem as comidas e bebidas. Algumas colectividades armam “tronos de Santo António”. As ruas estão enfeitadas com lâmpadas e balões, com festão, tiras de papel ou de plástico de variadas cores. Do Santo António em diante, a festa prolonga-se até ao fim do mês, tornando-se mais movimentada sobretudo nas noites de sextas-feiras e de sábados, bem como pelo São João e pelo São Pedro.

---

18 Eric J. Hobsbawm, *Rebeldes Primitivos: Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1959), pp. 112-128.

Elemento central das festas são as marchas populares. A marcha de Alfama, preparada ao longo de meses por uma das colectividades do bairro, actualmente o Centro Cultural Magalhães de Lima, mobiliza as atenções da população local. Alguns participam activamente nos ensaios e outros preparativos; muitos apoiam-na de maneira entusiástica nas exibições no Pavilhão Carlos Lopes, ponto alto de performance festiva, competição entre bairros e afirmação identitária; quase todos acompanham, em presença ou através da televisão, o desfile pela Avenida da Liberdade, na noite de Santo António.

Outro momento do ciclo festivo com particular destaque é o carnaval. Quem organiza as festas são as colectividades. Além dos bailes e dos concursos de máscaras, das mesas postas com doces e das bebidas que circulam em profusão, realizam o enterro do entrudo, à meia-noite de terça-feira de carnaval. A cerimónia é bastante ritualizada, duma simbologia jocosa e transgressora, com personagens como o morto e a viúva, o padre e o sacristão, com a leitura do testamento e com o cortejo que sai à rua e se confronta com as pessoas às janelas, no meio de grande gritaria, risos, projecteis variados e água lançada sobre os circunstantes.

No reduzido espaço urbano de Alfama há cerca de uma dezena de colectividades associativas — “colectividades de cultura e recreio”, segundo a terminologia oficial.<sup>19</sup> A vida colectiva do bairro processa-se em grande medida em seu redor. Prestam alguns serviços fundamentais, como por exemplo os banhos, para os quais parte significativa das habitações não possui instalações ou as que possui são exíguas e precárias. São pontos de encontro e de convívio dos sócios que, no dia-a-dia, aí tomam a bica e o bagaço, bebem vinho e cerveja, jogam cartas e dominó, bilhar e ténis de mesa, conversam e vêem televisão. Algumas promovem teatro e projecções de filmes, mantêm bibliotecas e acolhem grupos musicais juvenis. Quase todas organizam festas, sessões de fado e práticas desportivas.

As colectividades contam-se entre as mais importantes formas institucionais do relacionamento social e da vida quotidiana do bairro. Polarizam sociabilidades, em articulação ou concorrência com outros elementos fulcrais de condensação das interações locais: as tascas e os cafés, as mercearias e as leitarias. E constituem sedes de estruturação e afirmação de grupos locais e redes de amizade, pontos de apoio para modos de vida e estratégias de influência — em complementaridade ou rivalidade com outras fontes relacionais de recursos e poderes a nível local: actividades económicas e círculos profissionais, afinidades de origem geográfica e laços de parentesco, organizações políticas e grupos de pares com potencial de intimidação.

---

19 Uma problematização de conjunto sobre o associativismo cultural popular encontra-se em José Manuel Leite Viegas, “Associativismo e dinâmica cultural”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 1, 1986.

Importância muito especial, nos planos da sociabilidade e das redes sociais, têm também os troços de rua — becos ou pequenos largos, esquinas ou patamares de escadinhas — que, de forma mais ou menos duradoura, são constituídos em pontos habituais de permanência, encontro e interacção de certos círculos de residentes, por vezes praticamente só vizinhos muito próximos, outras vezes com afinidades de tipo mais diversificado.

São frequentes os que se estabelecem segundo uma determinada predominância de composição em termos de sexo ou idade — congregando uns preferencialmente homens e outros mulheres, uns jovens e outros velhos — de acordo com um padrão sociocultural de relevância dos grupos de pares encontrado em muitos contextos sociais, nomeadamente por parte de alguns dos mais conhecidos estudos sociológicos sobre tecidos sociais e padrões culturais de características populares urbanas.<sup>20</sup>

Estes aspectos de Alfama, e outros com eles relacionados, serão objecto de análise mais aprofundada em capítulos seguintes. Mas, aqui, o que se pretende é extrair ilações de uma primeira visão de conjunto. Com efeito, verifica-se que, não só esta unidade sócio-urbanística da cidade de Lisboa é investida por uma notável visibilidade social e pelas imagens patrimonialistas e folclorizantes que lhe são habitualmente associadas, como a sua especialíssima morfologia física é redobrada, e aquelas imagens externas pelo seu lado redobram, um leque integrado de dimensões da vida social local que apresentam igualmente recorte bastante específico.

A densidade populacional e a composição social dos residentes, as actividades predominantes no bairro e as instituições nele situadas, as redes de relacionamento social e os padrões de interacção locais, as estratégias de vida e as tácticas do quotidiano, as práticas culturais e, de modo mais geral, as dimensões culturais das práticas sociais produzidas em regime contínuo, cíclico ou esporádico neste quadro de relações sociais, os sentimentos de pertença e as representações de identidade bairristas, todos estes aspectos evidenciam ali particularidades assinaláveis e uma lógica de articulação recíproca.

No conjunto, na sua peculiar sobreposição local, estas dimensões de estruturação social emprestam a Alfama uma configuração singular — de um tipo a que se pode chamar *sociedade de bairro*, no sentido que assim se começa a explicitar —, na qual se geram formas de *identidade cultural* especificamente assentes nas relações sociais locais e inscritas no cerne dos padrões culturais que, impregnando de modo constitutivo essas relações sociais, em toda a sua espessura, delas continuamente emergem.

---

20 Por exemplo, para citar apenas duas pesquisas célebres, William Foote Whyte, *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum*, Chicago, The University of Chicago Press, 1981 (1943) e Herbert J. Gans, *The Urban Villagers: Group and Class in the Life of Italian-Americans*, Nova Iorque, The Free Press, 1982 (1962).

## Comunidade e sociedade

Mas, importa acentuá-lo, identidade cultural não implica homogeneidade social; nem quer dizer que não existam em Alfama hierarquias sociais, relações de dominação, conflitos de interesses. E sociedade de bairro não significa isolamento social, ausência de ligações profundas e permanentes aos contextos sociais que a envolvem, de âmbitos mais restritos e mais alargados; ligações essas que se processam através de um conjunto diversificado de dinâmicas estruturais, redes de relacionamento e práticas sociais.

Naquele que terá sido o primeiro estudo propriamente sociológico sobre Alfama, com todo o interesse informativo e analítico que lhe foi imprimido pela autora, defendia-se contudo a tese de que a identidade cultural do bairro se explicaria por uma homogeneidade social na composição de classe da sua população, vista essencialmente como população operária. Situando-se na perspectiva da abordagem ecológica clássica de sociologia urbana da Escola de Chicago, o estudo atribuía a Alfama o carácter de “área natural” da cidade de Lisboa, considerando-a parte da “zona de transição” entre a área central (a Baixa) e as zonas residenciais dos anéis seguintes.<sup>21</sup>

A composição social popular teria origens históricas profundas, em especial subsequentes ao terramoto de 1755. Diz a autora: “Depois da catástrofe a população ficou reduzida a metade e, dessa metade, as pessoas com mais possibilidades económicas deslocaram-se para outras zonas de Lisboa, pelo facto de as melhores casas terem ficado completamente arruinadas, deixando Alfama desabitada. Pensamos pois que Alfama actual, com todas as características populares, teve a sua origem neste acidente. Com efeito, gente humilde veio habitar este bairro de Lisboa, depois de o ter pobremente reparado”.<sup>22</sup>

Ora, não pondo em causa que este seja um dos aspectos importantes da história do bairro, a tese referida suscita algumas reticências; e a respectiva crítica proporciona a elaboração de um conjunto de desenvolvimentos analíticos. Desde logo, como compreender a quantidade de palacetes, casas senhoriais e grandes mansões que por todo o lado polvilham Alfama? Norberto de Araújo, por exemplo, nas suas *Peregrinações em Lisboa*, referencia e descreve grande quantidade destes edifícios e historia-lhes os proprietários, nobres fidalgos e abastados burgueses que aí se instalaram ao longo dos tempos, nomeadamente ainda no século XIX, localizando-se mesmo alguns casos de permanência dessas famílias em pleno século XX.<sup>23</sup>

Não obstante o perfil popular de grande parte da população, no bairro residem também quadros, técnicos e profissionais liberais, artistas, jornalistas e

21 Maria José de Carvalho Paixão, *Alfama: Contribuição para o Estudo de uma Área Natural de Lisboa*, op. cit., pp. 68-78.

22 Maria José de Carvalho Paixão, op. cit., pp. 10-11.

23 Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa* (2.<sup>a</sup> ed.), livro X, Lisboa, Vega, 1993 (1939).

professores. Alguns são jovens com elevados níveis de escolaridade, em início de vida profissional, portadores de estilos de vida claramente distintos dos da maioria dos habitantes, com passagem mais ou menos efémera pelo local; outros pertencem a famílias com ligações antigas ao bairro, algumas delas com pergaminhos aristocráticos; um certo número de personalidades do mundo político e intelectual também nele têm residência; há ainda os estrangeiros que ali passam um ou outro período do ano.

Acresce que, se uma vasta maioria dos habitantes de Alfama se pode caracterizar, em termos genéricos, como possuindo um perfil popular, mesmo ela é composta, como se viu atrás, por segmentos significativamente diferenciados do ponto de vista socioprofissional — não correspondendo grande parte deles, aliás, à noção habitual de operariado industrial. Isto para já não falar dos diferentes tipos de origens geográficas e de percursos sociais presentes na estruturação do tecido social local.

Além disso, nas actividades económicas, nas relações de vizinhança, nas colectividades associativas e, de um modo geral, nas várias redes entrecruzadas de relacionamento social que atravessam o bairro, constituem-se, como igualmente já se referenciou, situações de assimetria de recursos e poderes, lugares de dominação e subordinação, relações de patrocínio e clientelismo, dinâmicas de concorrência social e de oposição.

Alfama é não só local de residência de uma população socialmente mais heterogénea do que possa parecer à primeira vista, sede de hierarquias sociais específicas, palco de trajectórias sociais de origens diversas e diferentes sentidos, como nela se têm vindo a verificar — nos moldes que se terá ocasião de analisar mais detidamente em capítulos seguintes — processos de substituição dos grupos sociais ocupantes dos lugares de poder e de alteração da própria natureza das relações sociais de dominação.

A compreensão das relações e das práticas sociais de Alfama sugere, assim, dois planos de análise e a sua articulação.

Por um lado, o bairro é, e sempre foi, uma realidade social urbana, relacionada com o conjunto da cidade de Lisboa, inserida nas relações sociais que prevalecem, hoje em dia, na sociedade portuguesa, atravessada pelos processos que nesta ocorrem.

Em Alfama a vida está, também ali, estruturada pelas classes e categorias sociais, e pelas relações de interdependência e conflito que permanentemente se estabelecem entre elas. Em Alfama manifestam-se as repercussões das conjunturas, dos ciclos e das alterações estruturais da economia, dos regimes de funcionamento, das crises e das mudanças institucionais, observam-se os prolongamentos das lutas políticas e dos movimentos sociais, constata-se a presença, mais ou menos acentuada, das ideologias, dos estilos de vida, dos modos e correntes culturais que vão preenchendo o panorama societal.

Alfama participa das estruturas e das dinâmicas da sociedade em que

se inscreve; e isto a diferentes níveis, do cidadão ao metropolitano, do regional ao nacional, do europeu ao mais globalmente planetário.

Mas, ao mesmo tempo, Alfama é um espaço social extremamente fechado sobre si próprio, para o que contribuem desde factores de ordem urbanística, a própria configuração física do bairro, a sua malha urbana apertada, o seu aspecto materialmente fechado, de mundo à parte, até à natureza demarcada das actividades que aí se exercem, passando pelas redes e hierarquias sociais locais e pelo carácter muito próprio e vincado de formas culturais que constituem e exprimem, nos planos do quotidiano e das práticas simbólicas, a vida colectiva do bairro.

Alfama possui, pois, um tecido social específico, uma estrutura e uma dinâmica próprias, através de cuja mediação necessária as forças da vida social englobante são obrigadas a filtrar-se, modificando-se.

Estes dois aspectos analiticamente destrincháveis no bairro podem designar-se por *dimensão societária* e *dimensão comunitária*, retomando um par conceptual dos mais clássicos nas teorias sociológicas — e, em geral, nas ciências sociais — e dos que mais equívocos têm suscitado. Mas, sob uma ou outra designação, o continuado reaparecimento deste par de noções não é já significativo de que remetem para algo que dificilmente se pode ignorar na constituição das formas de relacionamento social?

Que traduz esse par de noções? Tipos diferentes de formas sociais? A prevalência de uma sobre a outra, no plano da valoração moral ou no plano da análise das tendências históricas? Ou a coexistência e sobreposição, a articulação complexa e tensional entre ambas, em graus e modalidades variáveis?

Se se substantiva *sociedade* em confronto com *comunidade*, como tipos globais de organização social, o par conceptual torna-se provavelmente indefensável. Mas se se trata de distinguir os efeitos de componentes ou lógicas sobrepostas e entrecruzadas de grande parte das configurações que adquirem as relações sociais, então é bem possível que pelo menos sirva de chamada de atenção para que muitas vezes a construção do objecto teórico pertinente às problemáticas, hipóteses e materiais empíricos a analisar precisa de incluir a explicitação destas duas dimensões e só ganha em ocupar-se com a determinação dos modos específicos da sua articulação.

Logo nas primeiras propostas teóricas clássicas a este respeito verifica-se alguma oscilação na maneira de entender o par de conceitos. Numas, o pendor mais acentuado vai para as contraposições dicotómicas entre formas globais de organização social — entre “comunidade” (*Gemeinschaft*) e “sociedade” (*Gesellschaft*), como propunha Ferdinand Tonnies, ou entre “solidariedade mecânica” e “solidariedade orgânica”, segundo a teorização de Émile Durkheim.<sup>24</sup> Já

---

24 Ferdinand Tonnies, *Community and Society*, East Lansing, Michigan State University Press, 1957 (1887); Émile Durkheim, *A Divisão do Trabalho Social* (2 vols.), Lisboa, Editorial Presença, 1977 (1893).

Max Weber punha maior ênfase na concepção de que as relações sociais “comunitárias” e “associativas” não são mais do que tipos ideais, estando ambas presentes, em graus variáveis, na grande maioria das relações sociais concretas, enquanto dimensões delas simultaneamente constitutivas.<sup>25</sup>

Para além dos problemas que, nalgumas das versões mais conhecidas, a dicotomia coloca, do par de conceitos implicado aquele que tem sido sobretudo objecto de desconfiança, questionamento ou rejeição é, sem dúvida, o de comunidade. Poucos conceitos terão sido mais objecto de crítica no âmbito das ciências sociais ao longo das últimas décadas. Mas também poucos se terão mostrado mais vivazes, reaparecendo teimosamente uma e outra vez, em variados campos disciplinares e distintas orientações paradigmáticas, com estatutos teóricos diversos, em análises duma pluralidade de perfis metodológicos e, de modo mais genérico, em diferentes contextos de utilização — da linguagem corrente à terminologia científica, passando por formas de discurso mais ou menos erudito vagamente referenciadas a esta última.

Este surgimento recorrente, não sendo, como é óbvio, garantia de pertinência teórica, não deixa de suscitar reflexão. Tal como se interrogava atrás, a propósito do par conceptual referido, não apontará a noção de comunidade para uma dimensão relevante das relações sociais? Ou para um nível de análise pertinente, complementar doutros? Prescindir dessa dimensão ou desse nível — sob uma ou outra designação, segundo um ou outro enquadramento conceptual — na análise de muitos objectos de estudo sociológico, não conduzirá a amputá-los de forma indevida, comprometendo a inteligibilidade dos processos e configurações sociais que se pretende investigar?

Na sociologia, em particular, criticou-se à exaustão o carácter idílico, simplificador e normativo das primeiras formulações do conceito de comunidade, do género da de Tonnies, bem como a rigidez dos modelos dicotómicos em que ele aparece, como o deste autor ou o de Durkheim.

Pelo seu lado, os chamados “estudos de comunidade” foram também alvo de crítica cerrada, com base não só nas fragilidades teóricas atribuídas ao conceito, mas também pelos contestáveis pressupostos metodológicos e pelo subdesenvolvimento teórico de muitos desses estudos, realizados com certa profusão, sobretudo pela sociologia e pela antropologia anglo-saxónicas, em contextos rurais e urbanos europeus ou americanos ao longo dos segundo e terceiro quartéis do século XX.

Mas, neste como noutros casos semelhantes, é sempre um problema avaliar as potencialidades de um conceito pelas suas versões mais redutoras ou equivocadas, pondo-o expeditamente de lado sem ter alternativas teóricas convincentes para a análise das formas ou dimensões da realidade social

---

25 Max Weber, *Economy and Society*, (2 vols.) Berkeley, University of California Press, 1978 (1922, 1956), pp. 40-43.

sobre as quais ele pode lançar alguma luz e para os enfoques de pesquisa que ele de algum modo consegue propiciar.

Em certa medida, foi isso mesmo que aconteceu. Howard Newby, um dos organizadores da obra que terá ficado como o mais importante balanço crítico então feito sobre os “estudos de comunidade”, afirmava recentemente que um certo declínio por que eles passaram, desde meados dos anos 70 até há pouco tempo, constituiu uma grave perda para as ciências sociais.<sup>26</sup> Reconhecia ainda que o livro organizado por ele próprio e Colin Bell teria tido de algum modo a consequência por eles inesperada, e indesejada, de para tal ter contribuído.<sup>27</sup>

Pode questionar-se, porém, se o que terá tendido a desaparecer não terá sido sobretudo a designação de “estudos de comunidade”, bem como um conjunto de insuficiências teóricas e metodológicas justamente criticadas a boa parte dos trabalhos anteriores desse tipo.<sup>28</sup>

Na sociologia portuguesa, por exemplo, já desde a segunda metade dos anos 70 se realizavam pesquisas que, tomando como horizonte principal de observação determinados contextos circunscritos situados em espaços rurais, superavam de maneira concludente, a vários títulos, as limitações de um entendimento isolacionista, homogeneizante e unilateralmente consensualista dos quadros sociais locais.<sup>29</sup>

A nível internacional, tem-se vindo também a verificar, nos últimos anos, um renovado interesse por esse tipo de investigação sociológica, realizada em contextos sociais diversificados, nomeadamente em meios urbanos, e recorrendo a modos actualizados de problematização teórica e orientação metodológica.<sup>30</sup>

Nos debates teóricos e nas investigações empíricas em sociologia, o conceito de comunidade tem vindo a ser utilizado basicamente em dois sentidos: em sentido socioespacial, reportando-se a unidades sociais locais — como uma aldeia ou um bairro, por exemplo; em sentido sociocultural,

---

26 O livro era, coordenado por Colin Bell e Howard Newby (orgs.), *The Sociology of Community*, Londres, Frank Cass and Co., Ltd., 1974.

27 Howard Newby, “Foreword”, in Graham Crow e Graham Allan, *Community Life: An Introduction to Local Social Relations*, Hemel Hempstead, Harvester Wheatsheaf, 1994, pp. xi-xii.

28 Uma avaliação crítica, relativa a estudos de várias sedes disciplinares com incidência empírica no espaço rural, encontra-se em João Ferreira de Almeida, “Sobre a monografia rural”, *Análise Social*, n.º 52, 1977. Um balanço dos estudos de comunidade em meio urbano, representativo das críticas que deles se fizeram na época, encontra-se em Sophie Tiévant, “Les études de ‘communauté’ et la ville: héritage et problèmes”, *Sociologie du Travail*, n.º 2, 1983.

29 José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Edições Afrontamento, 1985; João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986; Afonso de Barros, *Do Latifundismo à Reforma Agrária: O Caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

referindo-se a sentimentos de pertença comum, isto é, a um dos componentes decisivos das identidades colectivas.

De um certo ponto de vista, as críticas a muitas das utilizações anteriores ou correntes do conceito equivalem a contestar o pressuposto incontroado de que um dos sentidos implique automática e necessariamente o outro. Nem todas as unidades socioespaciais locais são socialmente constituídas em referentes significativos de sentimentos de identidade colectiva; e nem sempre os sentimentos de pertença comum envolvem atributos sociais reportados ao território, nomeadamente de vizinhança residencial.

O referido pressuposto pode, no entanto, não estar presente. É o que acontece em muita da actual bibliografia, em particular anglo-saxónica, quando se recorre à noção de comunidade de forma a um tempo descritiva e analítica, situando com ela, enquanto observáveis, determinadas unidades sociais locais de vizinhança residencial, como bairros ou aldeias, e servindo-se dela para suscitar um conjunto de interrogações a enfrentar pela pesquisa sociológica.<sup>31</sup>

Esta utilização, em vez de pressupor que determinadas características — como a densidade das redes, a intensidade das interacções, a homogeneidade populacional, a coesão social, a saliência identitária, a permanência dos laços sociais, ou outras — são aprioristicamente inerentes ao quadro social em estudo, considera-as antes como variáveis a analisar, podendo a investigação empírica vir a verificar ou não a sua manifestação local, ou encontrá-la aí em diferentes graus e combinações.

É claro que se podem usar outros conceitos, como o de localidade ou o de sistema social local, propostos no decurso dos debates atrás mencionados dos anos 60 e 70 como melhores alternativas conceptuais.<sup>32</sup> Mas também estes não deixam de apresentar alguns problemas, quer por correrem igualmente o risco de ser portadores de um certo número de pressupostos rigidificados quanto às características das unidades sociais em estudo, obstaculizando a investigação, quer por não permitirem enquadrar uma possível conexão teórica entre configurações sociais diversas, nem todas localmente estabelecidas, mas contendo

---

30 Sintoma desse interesse e actualização é o surgimento de obras de balanço e síntese, quer de incidência antes de mais substantiva, quer de enfoque sobretudo metodológico, como, respectivamente, a de Graham Crow e Graham Allan, *Community Life: An Introduction to Local Social Relations*, *op. cit.*, ou a de Stéphane Dufour, Dominic Fortin e Jacques Hamel, *L'Enquête de Terrain en Sciences Sociales: L'Approche Monographique et les Méthodes Qualitatives*, Montréal, Les Éditions Saint-Martin, 1991.

31 Exemplo esclarecedor é o do já mencionado trabalho de Graham Crow e Graham Allan, *op. cit.*, bem como de muitas das pesquisas por eles recenseadas.

32 Ver, respectivamente, por exemplo, Anthony Leeds, "Locality power in relation to supra-local power institutions", in Aidan Southall (org.), *Urban Anthropology: Cross-Cultural Studies of Urbanization*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1973, e Margaret Stacey, "The myth of community studies" (1969), in Colin Bell e Howard Newby (org.), *The Sociology of Community*, *op. cit.*, pp. 13-26.

determinadas dimensões de relacionamento humano a elas transversais e referenciáveis sob a noção de comunidade.<sup>33</sup>

Uma das versões mais conhecidas deste último entendimento de comunidade é a de Max Weber. Para ele, “uma relação social é designável por ‘comunal’ se, e na medida em que, a orientação da acção social dos participantes — seja num caso individual, em média ou no tipo puro — se basear num sentimento subjectivo, de carácter afectivo ou tradicional, de pertença comum”.<sup>34</sup> Isto é, noutra linguagem, pode estudar-se a comunidade sob a óptica privilegiada dos fenómenos de *identidade colectiva*.

O que não quer dizer, como Weber também já acentuava — ao contrário dos pressupostos das iniciais versões organicistas atrás referenciadas e, sobretudo, do que teve tendência a propagar-se na maioria dos entendimentos correntes, dos quotidianos e jornalísticos aos técnicos e políticos, passando mesmo por alguns sectores científicos — que não haja nesta dimensão das relações sociais aspectos de desigualdade, hierarquia e dominação, para além dos de relacionamento próximo, interacção densa e sentimento identitário que lhe são mais habitualmente reconhecidos.

Os sentimentos de pertença comum e as representações sociais de identidade colectiva podem ter referentes diversos, não só territoriais mas também étnicos ou nacionais, etários ou sexuais, profissionais ou de classe, políticos ou religiosos, clubistas ou associativos, de status ou de estilo de vida, e muitos outros. Nalguns casos, cada um desses atributos é tomado isoladamente, pelos protagonistas sociais implicados, como referente de sentimentos de pertença e identidades colectivas; em muitos outros casos, verifica-se a mobilização de vários deles, em sobreposição.

Neste sentido, a dimensão identitária está presente, pelo menos de forma implícita ou latente, na utilização da terminologia da comunidade em análises sociológicas de categorias ou grupos sociais os mais diversos das sociedades contemporâneas.

Entre inúmeros outros exemplos, bastará mencionar, a título ilustrativo, o de comunidade científica, tal como elaborado, nomeadamente, por Warren Hagstrom.<sup>35</sup> Em casos como estes, o recurso à noção de comunidade oscila entre uma utilização à partida apenas descritiva, de delimitação de um determinado colectivo social caracterizado por atributos específicos partilhados, na circunstância de carácter profissional, e a admissão de que tais atributos sejam base de interesses comuns, práticas semelhantes e graus

33 Sobre as possíveis limitações da substituição pura e simples do conceito de comunidade pelo de localidade, e sobre as vantagens de utilizar articuladamente os dois conceitos, ver por exemplo Graham Day e Jonathan Murdoch, “Locality and community: coming to terms with place”, *The Sociological Review*, vol. 41, n.º 1, 1993.

34 Max Weber, *Economy and Society*, op. cit., p. 40.

35 Warren O. Hagstrom, *The Scientific Community*, Nova Iorque, Basic Books, 1965.

significativos de interação, ou ainda de formas mais ou menos salientes de reconhecimento identitário e sentimento de pertença, podendo ir mesmo até algum grau de auto-organização e de acção colectiva.<sup>36</sup>

Em algumas destas utilizações levam-se longe de mais supostas analogias com formas de relacionamento social das comunidades de tipo tribal, como faz Hagstrom, tendo sido por isso, aliás, repetidamente criticado.<sup>37</sup> Mas é em geral claro que se está a tratar de envolvimento parciais em algum dos múltiplos círculos a que cada indivíduo pertence no contexto das sociedades contemporâneas.

São configurações relacionais sectoriais às quais as pessoas se vão ligando, de maneira mais profunda ou mais superficial, mais permanente ou mais efémera, no entrecruzamento de círculos sociais, de que falava Simmel, característico da forma de existência social dos indivíduos na modernidade.<sup>38</sup> Nestas condições, esses diversos grupos de pertença, incluindo as próprias unidades de vizinhança residencial, não são susceptíveis de constituir mais, quando ocorrem, do que “comunidades de responsabilidade limitada”, na formulação expressiva de Morris Janowitz.<sup>39</sup>

Alguns outros contributos importantes para uma teoria sociológica das comunidades nas sociedades contemporâneas complementam os já referidos, embora a partir de perspectivas por vezes acentuadamente distintas.

Barry Wellman e Barry Leighton, por exemplo, apoiam-se eles próprios num reexame do que consideram ser as principais teses em presença na sociologia acerca das relações entre bairro e comunidade.<sup>40</sup>

A tese da “comunidade perdida”, tomando como pano de fundo as profundas transformações sociais da modernidade, em particular no decurso deste século, deduz que o novo modo de vida urbano — cujo cenário paradigmático são as grandes metrópoles mas que tende a universalizar-se — dissolve as comunidades tradicionais, nomeadamente as de bairro. Em contraposição, a tese da “comunidade protegida”, apoiando-se mais em pesquisas intensivas de terreno, chama a atenção para que as referidas transformações sociais não

- 
- 36 É no primeiro sentido que se usa, à partida, o conceito em Jorge Correia Jesuino, Lígia Amâncio, Patrícia Ávila, Graça Carapinheiro, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Maria Teresa Patrício, Alan Stoleroff e Jorge Vala, *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX: Comportamentos, Atitudes e Expectativas*, Oeiras, Celta Editora, 1995, deixando os outros para objecto de investigação empírica.
- 37 Uma síntese e avaliação dessas críticas encontra-se em Jorge Correia Jesuino, “Comunidade científica: dinâmicas e fronteiras”, in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.
- 38 Georg Simmel, “El cruce de los círculos sociales”, in *Sociología. Estudios sobre las Formas de Socialización* (vol. 2), Madrid, Alianza Editorial, 1986 (1908).
- 39 Morris Janowitz, *The Community Press in an Urban Setting*, Chicago, Chicago University Press, 1967 (1952).
- 40 Barry Wellman e Barry Leighton, “Réseau, quartier, communauté: préliminaire à l'étude de la question communautaire”, *Espaces et Sociétés*, n.º 38-39, 1981 (1979).

implicaram o desaparecimento das redes de interconhecimento, das interações próximas e das relações de sociabilidade, inclusivamente, em variados casos, a nível de bairro. A tese da “comunidade emancipada” sustenta que as relações de comunidade se estabelecem agora em forma de redes diversas e ramificadas, tendo deixado de ter como base o bairro ou, de facto, qualquer outro círculo de proximidade, libertando-se do enraizamento espacial.

Mais do que subscrever uma das teses, os referidos autores acabam por se pronunciar pela possibilidade de se encontrarem os três tipos de comunidades nas sociedades actuais. E salientam, sobretudo, que cada indivíduo pode envolver-se em formas diferenciadas de relacionamento social, sendo frequente inserir-se em interações ou em redes de mais do que um dos tipos considerados, constituindo aquilo que designam, de forma um tanto paradoxal, por “comunidades pessoais”.

Norbert Elias, pelo seu lado, ao comentar sugestões de diversos autores para não confinar os estudos de comunidade a agrupamentos de pessoas residentes num mesmo espaço local, adianta que, ainda assim, para se obter alguma clareza teórica, seria necessário distinguir entre comunidades residenciais e não residenciais, locais e não locais.<sup>41</sup> É no primeiro sentido que propõe uma teoria geral da comunidade, conceptualizada como nível específico de integração social, no qual se estabelecem laços sociais de interdependência entre vizinhos, laços de carácter múltiplo, com dimensões de cooperação e conflito, de simetria e assimetria de poderes, mas em geral laços mais estreitos do que os do mesmo tipo que ocorram com outras pessoas da sociedade envolvente.

Na perspectiva da sua teoria sociológica sobre os processos sociais de longo prazo, Elias avança que, com o processo de alargamento das redes de interdependências sociais, com o desenvolvimento da diferenciação e complexificação das sociedades, a hierarquia de níveis de integração social tende também a aumentar. Muitas das decisões que se tomavam e das funções que se realizavam, em sociedades menos diferenciadas, ao nível das comunidades, têm agora lugar noutros níveis de integração. Com o desenvolvimento destes, as comunidades locais foram tendendo a perder funções.

Subsistem sobretudo — e em diversos casos com efectiva relevância — um conjunto de relações de sociabilidade e certas formas de controlo social, para além das de âmbito estritamente familiar, ligadas ao interconhecimento local. Como Elias diz lapidarmente, embora advertindo do risco de simplificação do enunciado, “à medida que as sociedades se tornam mais diferenciadas, as comunidades tornam-se menos diferenciadas”.<sup>42</sup> O que, para além do mais, sublinha que as comunidades contemporâneas não podem, de

---

41 Norbert Elias, “Towards a theory of communities”, in Colin Bell e Howard Newby (orgs.), *The Sociology of Community*, *op. cit.*

42 Norbert Elias, *op. cit.*, p. xxxii.

modo algum, ser estudadas isoladamente, sem atenção ao contexto social em que se inserem, ao tecido de laços sociais, internos e externos, que as atravessam e aos processos de fundo que vão transformando as sociedades.

Outras propostas teóricas, ainda, acentuam o carácter socialmente construído das comunidades. Nesse sentido, o enfoque analítico é dirigido para as dimensões e os processos de construção social, seja em versões que os abordam sobretudo em termos de movimentos sociais, acção política e colectivos organizados, seja nas que se debruçam predominantemente sobre a construção simbólica das comunidades.<sup>43</sup>

Não se pretende aqui, naturalmente, proceder a uma análise sistemática do conceito de comunidade, nem a um inventário exaustivo dos seus usos na pesquisa sociológica. Mas, do breve percurso bibliográfico e conceptual atrás realizado poder-se-ão tirar pelo menos duas consequências.

Uma delas é a de deixar para trás, na investigação dos parâmetros sociais da identidade cultural de Alfama, concepções redutoras, essencialistas e normativas de comunidade, muitas vezes presentes no discurso técnico, militante ou jornalístico acerca do bairro. Concepções essas que também se encontram em diversos trabalhos de carácter científico, porventura carenciados de uma base teórica mais consolidada a este respeito.

Depois do conjunto de elaborações teóricas apontadas, as noções reificadas, totalizantes e idealizadas de comunidade deixam de poder ser aceites como instrumento conceptual pertinente. E o mesmo acontece com eventuais hipóteses delas derivadas acerca de uma suposta comunidade de bairro isolada, homogénea e fusional que caracterizaria, ou teria caracterizado num passado mais ou menos recente, o bairro de Alfama.

A outra consequência vai de algum modo em sentido oposto. Isto é, no de não se poder deixar de incluir na investigação sobre variados tipos de configurações e processos sociais — e, muito em especial, os que incluem formas e dinâmicas identitárias — uma articulação de níveis de análise do tipo da referenciável, pelo menos em primeira aproximação, pelo par conceptual “comunidade” e “sociedade”.

A breve discussão anterior de um conjunto de propostas e de críticas a este respeito não deixa dúvidas sobre a necessidade de reconsiderar cuidadosamente tais conceitos e as teorias em que eles se inserem, submetendo-os a reelaboração profunda — e até, o que em todo o caso é secundário, modificando a própria terminologia. Em capítulos subsequentes apresentar-se-ão algumas propostas neste sentido. Mas é possível desde já, embora em formulação provisória, chegar a enunciados teóricos de síntese a respeito do presente objecto de estudo — no sentido em que Norbert Elias fala de “síntese”,

---

43 Por exemplo, respectivamente, Gerald D. Suttles, *The Social Construction of Communities*, Chicago, The University of Chicago Press, 1972, e Anthony P. Cohen, *The Symbolic Construction of Community*, Milton Keynes, The Open University, 1989 (1985).

referindo-se aos conceitos mais ricos de conteúdo, englobantes de múltiplas determinações, segundo ele muitas vezes equivocadamente tomados como resultado de “abstracção”.<sup>44</sup>

O mais importante será talvez o de que, como a análise da informação recolhida sobre o bairro, atrás brevemente sumariada, permite dar conta, na produção da identidade cultural de Alfama se combinam, de maneira singular, *vectores comunitários* e *vectores societários*, com todo o desdobramento e complexa articulação de dimensões e dinâmicas para que, como se viu, esses vectores apontam.

### Contornos, núcleos e demarcações

Ora, precisamente, um problema que não pode deixar de se colocar na análise da identidade cultural de Alfama é o da delimitação do respectivo referente ou, noutros termos, o da identificação do âmbito e contornos do bairro tal como eles se configuram segundo as referidas perspectivas societária e comunitária, ou melhor, segundo as dimensões analíticas que, de alguma maneira, essa dupla conceptual sintetiza e agrega.

A identificação de Alfama é uma questão que, nos seus aspectos substantivos e metodológicos, tem vindo a atravessar os dois capítulos que constituem esta primeira parte da análise. Em particular, a procura dos limites do bairro, a par da observação do modo como eles aparecem inscritos nos discursos externos ou da maneira como eles emergem analiticamente da sobreposição singular que ali assume uma pluralidade de dimensões de estruturação do tecido social local, não pode prescindir também da pesquisa, em articulação com esses aspectos, de eventuais fronteiras simbólicas, tais como produzidas e experimentadas pelos próprios habitantes de Alfama.

Em termos mais englobantes, a investigação dos modos como se configura a identidade cultural de Alfama, *na perspectiva das pessoas que ali vivem*, suscita um conjunto de interrogações a operacionalizar na pesquisa de terreno.

Verifica-se, entre os habitantes de Alfama, um sentimento de pertença ao bairro? Com que intensidade? Com que importância relativa face a outros sentimentos de pertença? Em que circunstâncias se manifesta? E em que circunstâncias variam aquela intensidade e aquela importância relativa? Têm esses sentimentos de pertença uma valoração positiva ou negativa? Variarão tais valorações consoante os tipos de interacções ou estratégias sociais desenvolvidas ou consoante as diferentes facetas da experiência social predominantemente associadas com os sentimentos de pertença em causa?

---

44 Norbert Elias, *The Symbol Theory*, Londres, Sage Publications, 1991, nomeadamente pp. 54-64.

Em conexão com os aspectos anteriormente referidos — afinal, os sentimentos de pertença não podem deixar de remeter sempre para objectos de experiência cognitiva e prática social — como é que as pessoas ali residentes se representam cognitivamente os contornos de Alfama? Quais as representações simbólicas de identidade socioespacial correntes no bairro? Que comportamentos correntes ou excepcionais, que tácticas do quotidiano e estratégias de vida, exprimem e transportam, constituem e actualizam, reproduzem e transformam essas representações e aqueles sentimentos? Que dimensões espaciais e que outras dimensões estruturais, relacionais e simbólicas são convocadas nas representações locais de identidade cultural referentes a Alfama?

No conjunto, como é que tais sentimentos de pertença colectiva e as valorizações a ela associadas, como é que tais representações e práticas identitárias dependem das inserções sociais dos agentes, dos tipos de acções, dos contextos interactivos e das situações de relacionamento social? Como é que as formas locais de identidade cultural alfamista variam com os quadros e processos sociais em que se formam e são accionadas?

A formulação destas questões de pesquisa tem uma base teórica. Ou melhor, a elas subjaz a convergência de toda uma multiplicidade de perspectivas teóricas, desenvolvidas, aliás, em sedes disciplinares variadas. Para além de tudo o já assinalado atrás na discussão do conceito de comunidade, é importante salientar aqui outros filões fundamentais desenvolvidos pela sociologia, nomeadamente, mas também pela antropologia e pela psicologia social, segundo percursos que, apesar dos desconhecimentos recíprocos, se têm vindo a cruzar com alguma frequência na história destas disciplinas, e logo desde os seus passos iniciais.

Com efeito, no âmbito da sociologia, *uma concepção relacional das identidades* como aquela que organiza as interrogações acima colocadas, entronca de imediato na obra de Georg Simmel, na sua produção teórica em torno das formas do relacionamento social (ou “formas de sociação”) e, em particular, na sua elaboração do conceito de sociabilidade enquanto forma relacional por excelência.<sup>45</sup> Entronca, também, nas perspectivas do interaccionismo simbólico, tal como inicialmente desenvolvido por figuras como Charles H. Cooley, William I. Thomas ou George H. Mead, com conceitos como o de eu-espelho, o de definição da situação ou, mais em geral, o da dinâmica profundamente constituinte, nos planos pessoal, social e cultural, da interacção simbólica.<sup>46</sup>

---

45 Georg Simmel, “Sociability” (1917), in Kurt H. Wolff (org.), *The Sociology of Georg Simmel*, Londres, The Free Press of Glencoe, 1964.

46 Charles H. Cooley, “The looking-glass self” (excerto de *Human Nature and the Social Order*, 1902), in Charles Lemert (org.), *Social Theory: The Multicultural and Classical Readings*, Boulder, Westview Press, 1993, pp. 204-205; William I. Thomas e Florian Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America*, Nova Iorque, Octagon Books, 1974 (1918-20), nomeadamente pp. 68-74; George H. Mead, *Mind, Self and Society*, Chicago, The University of Chicago Press, 1962 (1934).

De entre as inúmeras referências posteriores pode destacar-se o monumental trabalho de Robert Merton sobre a teoria dos grupos de referência e dos grupos de pertença, as elaborações teóricas de Norbert Elias sobre as configurações relacionais de carácter identitário, apoiadas numa pesquisa paradigmática sobre grupos sociais vizinhos, ou a análise de Alain Touraine sobre as dinâmicas relacionais da identidade colectiva nos movimentos sociais contemporâneos, para dar só alguns exemplos particularmente conhecidos e importantes.<sup>47</sup>

Se a perspectiva relacional da sociologia contribui para ultrapassar as concepções essencialistas das identidades, encontram-se do mesmo modo nas teorias sociológicas, e logo desde algumas das suas primeiras formulações sistemáticas, bases decisivas para o reconhecimento da *dimensão simbólica dos processos identitários*, enquanto dimensão também ela intrinsecamente constitutiva das identidades e, portanto, indispensável de contemplar na análise destas. Para já não falar nas considerações de Karl Marx sobre as formas de consciência de classe e os processos sociais a ela relativos, nem nas já referidas propostas teóricas de Max Weber acerca dos sentimentos de pertença colectiva, enquadradas na sua análise sociológica do sentido da acção social, é de salientar a importância que neste domínio veio a ter a obra de Émile Durkheim sobre as representações colectivas.<sup>48</sup>

De maneira explicitada ou não, numerosos trabalhos sociológicos posteriores de algum modo nela se filiam.<sup>49</sup> Muitas vezes fazem-no através de percursos que passam por outras disciplinas — tais como a linguística (com a emergência da linguística estrutural, a partir de Saussure), a antropologia (tanto nas correntes francesas, com Mauss e, mais tarde, com Lévi-Strauss, como nas anglo-saxónicas, desde Malinowski e Radcliffe-Brown), a história (em particular através da Escola dos *Annales* e dos desenvolvimentos subsequentes da história das mentalidades e da história cultural) ou a psicologia social (com a análise das representações sociais, tal como proposta por Moscovici) — antes

47 Robert K. Merton, *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (1949, 1968), pp. 305-478; Norbert Elias e John L. Scotson, *The Established and the Outsiders: A Sociological Enquiry into Community Problems*, Londres, Sage Publications, 1994 (1965), em especial a nova introdução de Norbert Elias, publicada pela primeira vez em 1977 (pp. xv-liii); Alain Touraine, *Production de la Société*, Paris, Éditions du Seuil, 1973 pp. 347-431.

48 No conjunto da obra do autor destaca-se, a este respeito, o texto fundador de Émile Durkheim e Marcel Mauss, "De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives" (1903), in Marcel Mauss, *Oeuvres*, vol. 2, Paris, Les Éditions de Minuit, 1974, pp. 13-89, e Émile Durkheim, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979 (1912).

49 A análise das representações simbólicas na sociologia de Pierre Bourdieu é um dos exemplos contemporâneos mais influentes desta filiação, no caso retrabalhada em profundidade em conjugação e confronto com outras referências paradigmáticas. Ver, nomeadamente, Pierre Bourdieu, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979.

de regressarem à sociologia, onde estas referências diversificadas se entrecruzam e combinam com os contributos de outras correntes sociológicas, designadamente as interaccionistas simbólicas e as de influência fenomenológica, na esteira de Alfred Schütz.<sup>50</sup>

É o caso dos desenvolvimentos de Peter Berger e Thomas Luckmann sobre a construção social da realidade, nas suas duas inseparáveis faces de realidade social objectiva e subjectiva, da teoria da etiquetagem social de Howard S. Becker ou do interaccionismo simbólico micro-estrutural de Erving Goffman, para mencionar apenas algumas destacadas análises sociológicas com incidência directa na problemática das identidades.<sup>51</sup>

Grande parte da melhor análise sociológica recente sobre processos identitários é, explícita ou implicitamente, de algum modo tributária de fundamentos como estes.<sup>52</sup> E recorre também, como referido, a uma maior ou menor incorporação de contributos oriundos de outras áreas, em especial da história, da antropologia e da psicologia social.<sup>53</sup>

Neste sentido, portanto, pode dizer-se, a título de síntese, que os processos identitários incluem, em articulação complexa e variável, dimensões afectivas e valorativas, de representação cognitiva e de prática social.

A formação de identidades é, sempre, um processo relacional e cultural. Processo relacional, porque é resultado e componente das relações sociais e porque, do ponto de vista das identidades colectivas, a definição de cada “nós” só se faz por demarcação face a “outros”, de quem se distinguem ou a quem se contrapõem. Processo cultural, porque envolve imagens e categorizações do universo social, sentimentos e valorações a respeito dos seus

- 
- 50 Alfred Schütz, *Fenomenologia e Relações Sociais*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- 51 Peter L. Berger e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Editora Vozes, 1976 (1966); Howard S. Becker, *Outsiders: Études de Sociologie de la Déviance*, Paris, Éditions A. M. Métailié, 1985 (1963); Erving Goffman, *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1963).
- 52 A bibliografia a este respeito é hoje praticamente inesgotável. Uma ilustração particularmente esclarecedora, no plano teórico, é a de José Madureira Pinto, “Considerações sobre a produção social de identidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, 1991.
- 53 Nesta última, em particular, as concepções de identidade social construídas com base na referida dupla dimensão relacional e simbólica têm vindo a ser objecto de extensa investigação e formulação conceptual precisa. É o caso de pesquisas que se situam na confluência entre a linha de propostas de Henri Tajfel acerca das relações intergrupos (ver, nomeadamente, Henri Tajfel, *Grupos Humanos e Categorias Sociais* (2 vols.) Lisboa, Livros Horizonte, 1982 (1981)) e a de Serge Moscovici, atrás referenciada, sobre as representações sociais, repensando-as de forma criativa e atenta aos contributos da sociologia. É o que faz Lígia Amâncio em *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, nomeadamente ao assinalar as insuficiências do paradigma dos “grupos mínimos” e ao fazer apelo, para superá-las, a dimensões analíticas relativas a ideologias e estruturas sociais (ver, designadamente, pp. 137-178). Ver também, de Lígia Amâncio, “Identidade social e relações intergrupais” in Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (coords.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

componentes, formas de expressão e códigos comunicacionais, elaboração de memórias e de projectos, símbolos de identificação e práticas carregadas de simbolismo identitário — sejam essas práticas interações quotidianas, rituais comunitários, acções estratégicas, mobilizações colectivas, ou outras.

É, pois, nesta perspectiva que interessa retomar, ainda uma vez, a análise da delimitação do bairro, por onde se começou este capítulo, mas agora na perspectiva da população local, muito em especial dos residentes. Como, a respeito de que aspectos e com que âmbito — espacial e social, nomeadamente — desenvolvem eles representações cognitivas e sentimentos de pertença relativos a Alfama?

A resposta a esta pergunta é muito mais complicada do que poderia parecer à primeira vista. Implica, designadamente, o seu enquadramento e desdobramento num conjunto mais vasto e sistemático de interrogações, tais como as que se enunciaram um pouco atrás, operacionalizando em termos de questões para a pesquisa observacional um problema central da investigação: o dos modos como se configura, do ponto de vista da população local, a identidade cultural de Alfama. De certo modo, todo o presente trabalho se esforça por, ao longo dos diversos capítulos, fornecer alguns elementos a tal respeito.

Em termos muito globais, uma primeira conclusão foi-se impondo de forma nítida e incontornável no decurso do trabalho de campo: a identidade alfamista é experimentada pela população local de modo bastante intenso e generalizado, reconstruindo-se continuamente no decurso do relacionamento social que essa população ali protagoniza. A pesquisa de terreno levada a cabo com presença prolongada e repetida no bairro, em períodos sucessivos e em variadíssimas circunstâncias, através do contacto directo com as pessoas e as situações, de longas conversas e da participação em múltiplas actividades, não só não deixa dúvidas a tal respeito como suscita o imperativo de tentar compreender, nos seus significados e enquadramentos, nas suas condições, dinâmicas e consequências, essa forte identidade cultural local.

Tal construção social — interactiva e estratégica, afectiva e simbólica — de uma identidade alfamista localmente partilhada associa referentes de pertença de vários tipos. O bairro tende a ser vivido e entendido como sítio específico, diferenciado da cidade envolvente, como cenário profundamente conhecido, nos seus meandros, e reconhecido, nos elementos físicos alvo de valorização patrimonial externa, como palco de episódios quotidianos, banais ou excepcionais, mas, em todo o caso, intimamente constitutivos da experiência existencial de cada um.

Além disso, o bairro é sentido e referido como meio social de carácter popular, onde se vive de maneira especial, para o melhor e para o pior, com os seus laços entrecruzados de parentes, conterrâneos e amigos, sócios de colectividades locais e simpatizantes de clubes desportivos, colegas de trabalho e camaradas de partido. Meio social onde se vive, também, com as entreajudas,

as formas de convívio e os conflitos entre vizinhos, com as maneiras de ser e de agir, os expedientes e as astúcias, as capacidades instrumentais e expressivas que, em geral, os habitantes de Alfama atribuem a si próprios: desenracados e habilidosos, valentes e brigões, solidários e hospitaleiros, críticos e temperamentais, de palavra fácil e ironia subtil, argutos no trato com os outros e realisticamente cépticos quanto às suas intenções, capazes como poucos de se divertir, de fazer a festa, de improvisar convívios, de cantar o fado. E onde se pode contar, em circunstâncias variadas do quotidiano, com subentendidos partilhados, conviências implícitas, ocultações tácitas perante os de fora, em registo de defesa mútua, de desfrute trocista, de expediente económico ou de iniciativa social.

Nessas representações e nesses sentimentos de identidade colectiva tendem pois a sobrepor-se, de modo explícito ou implícito, referentes *espaciais* (o bairro como sítio, com a sua localização e a sua morfologia), *sociais* (composição predominantemente popular da população, redes densas de interconhecimento, formas de organização associativa) e *culturais* (padrões de conduta específicos, práticas culturais com forte expressividade, referências histórico-patrimoniais). Todos estes elementos aparecem, de uma forma ou de outra, nas manifestações de identidade da população local.

Para além da *intensidade*, *generalidade* e *multidimensionalidade* referidas, a identidade cultural de Alfama, tal como ela se configura na perspectiva da população local, apresenta ainda um outro conjunto de propriedades, ou características, algumas das quais convém desde já enumerar, mesmo que se tenham de deixar para capítulos posteriores ilustrações empíricas e elaborações analíticas mais desenvolvidas.

Uma delas é que a identidade alfamista se constitui, para os residentes no bairro, quer como *identidade positiva*, quer como *identidade negativa*, de maneira intrinsecamente ambivalente.

Nos contactos com a população local e na observação das suas práticas no bairro sobressai, antes de mais, o primeiro aspecto. A postura e a imagem cultivadas são sobretudo as de uma espécie de autoconfiança nas particularíssimas competências relacionais que caracterizariam “os de Alfama”: expeditos e corajosos, talentosos e sedutores, hábeis no trato com as pessoas, nas mais diversas facetas da vida, peritos na exploração das redes de interconhecimento, nas artes e manhas da existência relacional, nas tácticas do quotidiano e, de maneira destacada, na inventividade convivial, na prática lúdica, na capacidade expressiva.

Estes traços auto-atribuídos de identidade cultural alfamista são, em geral, muito espontaneamente reportados pelos próprios habitantes às suas experiências de vida no bairro, às atitudes e aos saberes ali adquiridos com grupos de pares, círculos de vizinhos, redes de parentes e conterrâneos, colegas de trabalho e membros de associações comuns — pertenças estas que tendem, aliás, a sobrepor-se bastante no quadro social local de Alfama.

Nas práticas e nas estratégias sociais desenvolvidas, nos discursos emitidos em diversas situações da interação social corrente, e também nos suscitados directamente pela interpelação do sociólogo, os habitantes do bairro deixam transparecer a saliência que para eles assume a identidade alfamista, com os seus atributos específicos de autovalorização. É manifesta à observação no terreno a importância conferida pelas gentes de Alfama às aprendizagens fruto da experiência quotidiana nesse contexto social particular, sentido e referido por elas como efectivamente muito especial.

A este orgulho numa certa “maneira de ser” alfamista, e nos que ali tendem a ser considerados os seus traços característicos, juntam-se mais alguns aspectos, entre os quais uma afirmação competitiva de primazia face a outros bairros com uma imagem de algum modo equivalente no que toca a perfil social e estilos de conduta, os chamados “bairros populares de Lisboa”, e um sentimento de afectividade por Alfama enquanto materialidade e memória, enquanto entidade de algum modo mitificada e, mesmo, enquanto nome portador, para as gentes locais, de especial carga emocional e simbólica — o que se vê bem, por exemplo, através das letras de alguns dos fados ali mais cantados, ouvidos e apreciados, tendo Alfama como tema.

Junta-se também uma apropriação mais elaborada ou mais fragmentária e difusa da noção de que o bairro tem um importante valor histórico e patrimonial, assim como alguma vaidade na permanente procura turística, embora esta seja também objecto de atitudes ambivalentes por parte da população local.

Claro está que os habitantes de Alfama sabem muito bem que entre eles não abundam as situações de abundância económica ou status social elevado, que são maioritariamente trabalhadores assalariados da indústria e dos serviços situados na base das hierarquias ocupacionais e organizacionais, que há bastantes situações de pobreza, insucesso escolar, marginalidade, más condições habitacionais.

Mas a identidade alfamista por eles realçada tem muito mais a ver com os traços antes assinalados, centrados nas redes sociais locais, no espaço referencial de Alfama, nos sentimentos de afinidade ali sedimentados, nas cumplicidades forjadas em múltiplas circunstâncias de confronto com o exterior, nas capacidades relacionais, nas competências expressivas e nas formas-estilo de conduta ali aprendidas, vivenciadas e praticadas. Traços estes tomados, de modo predominante, como atributos de positividade identitária.

No entanto, com esses atributos de identidade positiva vêm em geral juntos outros, muitas vezes interligados com os primeiros de maneira difícil de desenredar, em certos casos autênticas outras faces da mesma moeda. São dimensões de identidade negativa, também ela reportada a Alfama. No essencial, tudo se pode resumir numa expressão localmente usada e comentada com muita frequência: é a “má fama de Alfama”.

Os residentes locais sentem-na como uma reputação depreciativa que lhes é imposta do exterior e que acaba por se repercutir em várias situações e num conjunto de aspectos da sua existência social, causando-lhes desagrado, sensação de injustiça e diversos tipos de dificuldades. Em certo sentido, como que se lhes cola à pele na interacção com meios sociais externos ao bairro e com o universo das instituições.

É preocupação recorrente e generalizada dos residentes contestar com veemência a “ideia errada” que no exterior, dizem, se tem sobre a vida do bairro, rebatendo a alegada e, segundo eles, injusta “má fama” de Alfama. Acusam certos agentes — recepcionistas de hotéis, operadores turísticos, taxistas e outros — de, desde a chegada, logo no próprio aeroporto, começarem a criar essa imagem junto dos turistas estrangeiros, com as exageradas advertências que lhes fazem quanto aos perigos que os espreitariam no bairro, nomeadamente as tentativas de roubo.

Mas não só. É uma imagem mais difundida, um preconceito que as gentes de Alfama afirmam encontrar, no quotidiano, no contacto, por exemplo, com serviços camarários ou outras instituições públicas, com professores e colegas de escola, com potenciais empregadores ou entidades bancárias. Quando se quer arranjar um emprego, contrair um empréstimo, estabelecer um contrato, solicitar apoio institucional, ou qualquer outra coisa deste tipo, a indicação de se ser de Alfama pode trazer desconfianças, dificuldades, rejeições. Há, pois, que combater a má fama.

Em Alfama há roubos? Não são tantos assim, e na maior parte dos casos são praticados por jovens delinquentes que vêm de fora. Droga, prostituição, brigas, marginalidade? Não mais do que o comum, menos do que em outros bairros, como por exemplo a Mouraria ou o Bairro Alto, esses sim, locais de marginalidade, perigo e maus costumes. As gentes de Alfama não seriam de confiança? Isso são invejas, as pessoas do bairro são sérias; o que são também é habilidosas, divertidas, atrevidas, criativas, críticas, não se deixam facilmente enganar, não admitem que lhes ponham o pé em cima, não têm medo de ninguém. E isso, claro, pode incomodar.

É este o tipo de discurso que em regra se encontra no bairro quando a questão vem à baila. Não parece, assim, ser tanto a auto-imagem e a auto-estima, enquanto alfamistas, a resultarem afectadas de conotação negativa, pelo menos de forma directa. O que tende a verificar-se, sobretudo, é a geração e interiorização de um sentimento de injustiça, de se ser vítima de preconceito ou de agressão provenientes do exterior ou, pura e simplesmente, de ser desse modo colocado em posição de desvantagem relativa.

Por outro lado, de maneira mais indirecta, é também frequente muitos dos residentes avançarem acusações de má conduta a outros habitantes do bairro, a determinados indivíduos ou a certos sectores locais, considerando que são esses, apontados em todo o caso como minoritários, que dão pretexto à má imagem externa. Trata-se, de algum modo, de uma forma indirecta de

endogeneização e corroboração dos referidos traços de identidade negativa, embora sem a assunção dessa negatividade para os próprios que dela falam ou para o bairro no seu conjunto.

Por sua vez, outros membros da população local, eventualmente alguns daqueles que são acusados pelos primeiros (mas estas compartimentações nunca são muito nítidas e há frequente troca de posições, sobreposição de posturas e reciprocidade de acusações), cientes das atribuições de que são alvo, e de que o são em modo estigmatizante, assumem — em geral de forma explícita entre si e camuflada perante os de fora — esses mesmos traços como qualidades e não como defeitos. Fazem-no, no entanto, com a noção de que são atributos condenados por uma moralidade e uma normatividade externas, tidas como ingênuas ou como hipócritas ou, ainda, como imposição de poderosos.

Além disso, quando são outros membros da população de Alfama a veicular tais atribuições, tomam perante eles atitudes ora de escarnecimento, num misto de desdém trocista e aceitação condescendente entre vizinhos, alfamistas como eles, ora de respeito apreciativo, num reconhecimento implícito ou explícito, mas sempre precário, das razões que lhes podem assistir; e, sobretudo, num reconhecimento dos méritos pessoais evidenciados na assunção de uma postura de “seriedade”, quando ela é efectivamente praticada, com força de carácter, perante condições difíceis, e quando é conjugada com uma demonstração de lealdade bairrista também inquestionável.

Caso a caso, nunca se fica bem a saber quando é que a contestação prevalecente no bairro daquela má reputação hetero-atribuída é feita com convicção profunda do seu não fundamento ou quando é que se desenvolve como tática relacional que procura contrariar os efeitos negativos, intuídos de forma vaga ou factualmente sofridos, da estigmatização. Mas pode afirmar-se que, no conjunto, os dois processos estão presentes, se bem que em combinações variáveis, numa sobreposição íntima que torna difícil destrinchá-los um do outro.

Em termos teóricos, está-se, pois, perante uma dialéctica complexa entre identidade local afirmativa, rejeição da estigmatização externa e contra-afirmação de certos traços, estigmatizados por outros, como elementos de positividade identitária. Está-se, também, perante a dinâmica cruzada entre uma identidade colectiva bairrista, com forte potencialidade integradora, e uma identificação selectiva de minorias representadas paradoxalmente como típicas e desviantes, isto é, como as mais típicas das imagens estereotipadas acerca da população local e, ao mesmo tempo, desviantes da auto-imagem defendida pela maioria dessa população. E perante, ainda, uma situação de intrincada ambivalência normativa nos parâmetros socioculturais locais de referenciação identitária.

São características que ecoam um conjunto de temas abordados em algumas das mais interessantes análises sociológicas, ao longo do último meio

século.<sup>54</sup> Nem por isso, contudo, são temas que se possam considerar perto de elucidação suficiente, cada um deles, de articulação englobante, no seu conjunto, e de incorporação alargada na disciplina, tanto nas elaborações teóricas gerais como nas práticas de investigação.

Em Alfama, as *ambivalências* que atravessam as formas de identidade cultural localmente experimentadas — poder-se-ia talvez mesmo dizer que são delas intrinsecamente constitutivas — não se traduzem apenas nos sentimentos, representações e padrões de normatividade. Manifestam-se, também, nas acções, em particular naquelas que tomam por objecto específico essa mesma identidade. É assim que se observam, por parte da população do bairro — no seu quotidiano local, nos episódios que envolvem relacionamento com os de fora, em certos posicionamentos adoptados por sistema perante entidades externas — práticas e estratégias tanto de *exibição* como de *ocultação* da identidade alfamista.

A identidade cultural alfamista é não só afirmada como ostensivamente exibida em diversas circunstâncias, algumas delas já referidas. É-o no quotidiano do bairro, em muitas situações. As pessoas, na interacção local, referem-na com frequência, como maneira de salientarem atributos pessoais (daqueles nos quais ali se tendem a considerar os alfamistas como particularmente dotados), de apelarem à confiança ou ao respeito recíprocos, de se entenderem quanto a expectativas comportamentais mútuas. E, ainda, como modo de reivindicarem uma pertença que, em algumas das suas implicações mais significativas, nomeadamente de acesso a recursos e actividades, de inclusão em redes e círculos, de partilha de códigos e entendimentos, não é

---

54 Para anotar aqui apenas alguns dos autores e dos trabalhos mais significativos, refira-se, por exemplo: acerca de grupos de referência e ambivalência normativa, Robert K. Merton, *Sociologia: Teoria e Estrutura*, op. cit. e *A Ambivalência Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979 (1976); acerca de identidades, estigmatizações e normatividades contrapostas, Howard S. Becker, *Outsiders: Études de Sociologie de la Déviance*, op. cit.; acerca da identidade cultural enquanto objecto de dinâmicas de dominação simbólica e de lutas de classificação e, em particular, de estratégias de auto-afirmação dos estigmatizados face à estigmatização, Pierre Bourdieu, "L'identité et la représentation: éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 35, 1980 ou "Vous avez dit 'populaire'?", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 46, 1983; acerca destes tópicos mas em concreto a respeito da sociodinâmica das identidades locais, das segmentações internas às populações residentes, das identificações e demarcações, valorizações e estigmatizações recíprocas e assimétricas que em certos contextos sociais locais se podem observar, Herbert J. Gans, *The Urban Villagers: Group and Class in the Life of Italian-Americans*, op. cit., ou Norbert Elias e John L. Scotson, *The Established and the Outsiders: A Sociological Enquiry into Community Problems*, op. cit.; refira-se também, acerca das dinâmicas sociais das acusações, enquanto categorias culturais estigmatizantes, tal como elas são teorizadas por uma antropologia das sociedades contemporâneas assumidamente interligada com a sociologia, Gilberto Velho, "Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea" e "Parentesco, individualismo e acusações", in *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

sempre automaticamente reconhecida a qualquer residente só pelo facto de ali residir.

Com efeito, certos estrangeiros com casa no bairro, alguns dos membros das classes médias intelectualizadas que ali habitam, em geral durante períodos não muito longos do seu início de carreira profissional ou, ainda, uma parte dos migrantes rurais que em grande número povoam este espaço urbano, podem muito bem ser ali considerados, de um modo geral, mais como pessoas de fora do que como gente de Alfama. Ou, pelo menos, isso tende a acontecer a respeito de um conjunto de aspectos relevantes de atribuição de identidade, expressando-se nas representações simbólicas prevaletentes no bairro e manifestando-se no relacionamento social local.

Note-se, no entanto, que estes atributos de status social ou origem geográfica também não excluem, por si, o reconhecimento local de identidade alfamista. Em boa parte dos casos esta acaba por ser efectivamente reconhecida, podendo, aliás, recair também sobre pessoas que já lá não residem em regime habitual mas que viveram no bairro experiências bastantes e nele teceram laços sociais suficientes para, quando ali voltam, de maneira mais ou menos esporádica, serem incluídas, em medida mais ou menos significativa, consoante os trajectos de vida e as circunstâncias relacionais, nas formas de categorização e nos modos de interacção correspondentes a tal pertença identitária.

A exibição da identidade alfamista perante o exterior, por outro lado, torna-se particularmente notória num certo número de práticas específicas, de onde sobressaem as relações com os turistas, a participação nas festas da cidade e os movimentos de pressão junto da Câmara Municipal para a reabilitação urbana do bairro. São três situações de natureza diferente, todas elas ilustrativas a seu modo dessa manifestação exuberante e altamente afirmativa de uma identidade cultural própria, assumida e valorizada face a terceiros.

As atitudes e os processos de relacionamento com os turistas são, como já se assinalou, de carácter ambivalente. Um dos tipos de conversa que os residentes se comprazem em retomar entre si, com bastante frequência, consiste na troca de apreciações sarcásticas, de humor mordaz, acerca dos turistas, caricaturados nos seus tiques e incompreensões ou, então, acusados de usufruírem do local e de interferirem com a vida dos moradores, em geral a troco de praticamente nada que reverta para o bairro.

Mas, por outro lado, são os mesmos membros da população local que estão, por norma, prontos a dar informações e, muitas vezes, a praticar uma hospitalidade calorosa em relação ao visitante. Esta pode, com alguma facilidade, atingir o desencadeamento de práticas conviviais e o convite à participação em espaços e formas de sociabilidade locais — sem que, no entanto, deixe de permanecer, em tais ocasiões, um duplo registo de relacionamento, mesmo que discreta e subtilmente dissimulado perante os de fora, reservando esferas de

comunicação restrita, zonas de acesso limitado e formas de cumplicidade implícita para os do bairro.

Além disso, os habitantes de Alfama apreciam o facto de o bairro ser célebre e procurado por tanta gente e, em certos casos, estão envolvidos em actividades económicas dirigidas, pelo menos em parte, aos turistas: restaurantes, casas de fado e comércio variado, incluindo lojas de lembranças e antiguidades. Em todas estas circunstâncias, fazem questão de ostentar a identidade alfamista, procurando evidenciá-la como especial, nomeadamente como portadora daquelas virtudes hospitaleiras, lúdicas e expressivas.

Quanto aos outros dois aspectos, eles são objecto de desenvolvimento analítico específico em capítulos seguintes, o que dispensa para já menção mais alongada. Basta referir aqui, em primeiro lugar, que porventura em nenhuma outra situação a identidade cultural de Alfama é manifestada pela população local de forma tão veemente, afirmativa e simbolicamente elaborada como nas festas da cidade, em Junho. Alfama é constituída em palco cidadão por excelência dos festejos da noite de Santo António e as gentes do bairro assumem-no por completo, reivindicam para si esse estatuto de destaque, protagonizam activamente a festa, de diversas maneiras. A participação da marcha de Alfama nas exposições das marchas populares, com a sua dimensão de festa, ritual e competição identitárias, com o envolvimento directo de uns, o apoio de retaguarda de muitos e o acompanhamento entusiástico e ferrenho de quase todos, a nível local, é um ponto alto de produção e exposição ostensiva da identidade cultural do bairro.

Em segundo lugar, num domínio bastante diverso do anterior, a afirmação manifesta da identidade cultural de Alfama aparece como uma componente fundamental de estratégias implícitas e formas explícitas de acção colectiva — e designadamente dos discursos que as integram — relativas à reabilitação urbana do bairro. O progressivo agravamento da degradação de grande parte das casas de Alfama, ao longo de décadas, a carência em muitas delas de condições habitacionais minimamente compatíveis com os padrões contemporâneos correntes de qualidade residencial, os impasses sucessivos do apelo e do protesto individuais, conduziram, em meados da década de 80, a um movimento social de reivindicação de uma intervenção pública, à escala do bairro, com vista à sua reabilitação.

Um dos fundamentos decisivos em que se sustentou esse movimento foi precisamente a identidade cultural do bairro e da sua população. Em termos gerais, constituiu vector importante do estabelecimento de objectivos comuns, da activação de solidariedades, da capacidade de mobilização que deram corpo ao movimento. De maneira mais específica, foi avançada como argumento justificativo quer da necessidade de uma intervenção reabilitadora, da sua pertinência e do seu carácter prioritário, quer da orientação preconizada para esse processo de reabilitação urbana, isto é, a de se considerar a população local, na sua maioria de classes populares, como o seu primeiro

destinatário, recuperando-se as casas e modernizando-se os interiores mas evitando-se que as obras e a melhoria de qualidade das habitações pudessem levar a uma expulsão forçada e generalizada dos residentes, em boa parte idosos e com fracos recursos económicos, vulneráveis em vários planos aos realojamentos e à subida das rendas.

Neste último caso importa assinalar a passagem de um relacionamento individualizado com as instituições, a propósito das condições residenciais, no qual a referência a Alfama não é invocada ou é até, tanto quanto possível, deliberadamente omitida, para um outro tipo de relacionamento, recorrendo a formas de acção colectiva, em que a identidade cultural do bairro e da sua população é por esta invocada de forma explícita, como atributo valioso e trunfo reivindicativo, colocando-a no centro dos argumentos e das acções.

Trata-se, afinal, de mais um exemplo da sobreposição ambivalente de dinâmicas de exibição e ocultação identitárias que se tem vindo a assinalar. Se nos *processos de acção colectiva* e, muito em especial, nos *actos rituais e festivos*, a identidade cultural local parece ser por excelência exibida, assumindo formas particularmente afirmativas e exuberantes, já nas *práticas do quotidiano* e, sobretudo, nas *táticas interactivas* de relacionamento mais individualizado e disperso com entidades externas — pessoas, grupos e instituições — tende a verificar-se uma maior oscilação entre exibição e ocultação, ostentação e camuflagem da identidade alfamista.

Consoante as circunstâncias, como se viu, a população do bairro recorre alternativamente a estes dois modos de relação com a identidade cultural local. Trata-se de uma das dimensões de um mecanismo mais englobante, o do *carácter situacional, contextual e estratégico* que muitas vezes assume o accionamento das identidades sociais, mecanismo esse observável com muita clareza e frequência em Alfama. Para além das já referenciadas, outra das suas manifestações incide precisamente sobre um aspecto a que já se teve de voltar em diversas ocasiões: o dos limites espaciais do bairro.

Que representação simbólica é que os habitantes de Alfama têm dos limites espaciais do bairro? Até onde é que eles consideram que Alfama se estende? Que mapa cognitivo prevalece entre a população local acerca das fronteiras físicas do seu bairro? Curiosamente, talvez o principal resultado da pesquisa de terreno, a este respeito, seja o de que estas interrogações não estão tão bem formuladas como poderia parecer. Ou que as respostas não são tão lineares quanto se poderia pensar.

Com efeito, no decurso da investigação, foram colocadas perguntas aos moradores incidindo de forma directa sobre o assunto. O processo foi repetido bastantes vezes, com pessoas muito diversas, e com a preocupação de, a partir de determinados núcleos considerados por praticamente todos como de pertença inequívoca a Alfama, ir alargando com cuidadosa gradualidade o âmbito espacial de residência dos inquiridos.

Tanto ou mais elucidativa, ainda, revelou-se a observação das maneiras como a questão se manifesta, e de como a população lida com ela, em múltiplas circunstâncias, desde as do quotidiano relacional, envolvendo interação quer apenas entre gentes locais, quer com pessoas de fora, até a acontecimentos muito especiais, relativos por exemplo à representação institucionalizada do bairro nas festas de Lisboa através da respectiva “marcha” ou à delimitação administrativa de áreas de intervenção urbanística.

Estes últimos aspectos, de carácter excepcional, levantam problemas específicos, convindo deixar a respectiva análise para capítulos seguintes. Pode, no entanto, adiantar-se desde já que ela corrobora, acrescentando-lhe novas vertentes, o sentido geral das conclusões que se retiram quer da inquirição directa aos residentes com vista a captar as suas representações cognitivas relativamente à delimitação espacial do bairro, quer da observação das tácticas relacionais quotidianas por eles praticadas a tal respeito.

O que se verifica, antes de mais, é que os residentes na zona central das duas freguesias atrás referenciadas, São Miguel e Santo Estêvão, não têm dúvidas em considerar que o local onde moram — o prédio que habitam e o tecido urbano imediatamente vizinho — se situa em Alfama. Além disso, se interrogados nesse sentido, também tendem a admitir que as duas freguesias, no seu todo, pertencem a Alfama, ou constituem Alfama. Mas, neste plano, as coisas começam a complicar-se. As representações simbólicas de identidade espacial parecem ser mais precisas quando se trata da pertença própria, em termos de localização residencial, do que quando se referem a uma área mais vasta. A representação espacializada de um conjunto urbano identificado como Alfama tende a mostrar-se difusa.

Note-se que Alfama, enquanto entidade colectiva e referente identitário, é algo de muito nítido e saliente para a população local; está presente de maneira muito forte e transversal, como se tem vindo a examinar, nos padrões culturais por ela partilhados. Mas isso não quer dizer que possua, nesses sistemas simbólicos locais, um desenho espacial nítido, não implica que exista em forma de mapa com fronteiras precisas nas representações mentais dos moradores.<sup>55</sup>

Tais quadros de representações simbólicas não parecem tender a constituir-se no modo de delimitação gráfica dos espaços corrente nas linguagens

---

55 Outro caso em que se verifica algo de muito semelhante, é o do bairro da Bica, em Lisboa, segundo uma pesquisa, nele realizada, na qual a autora desenvolve um conjunto de análises de grande interesse a respeito de uma problemática convergente com a aqui abordada. Ver Graça Índias Cordeiro, *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, *op. cit.*, em especial, pp. 83-127. O carácter elástico dos limites dos bairros, nas representações dos seus habitantes, e o uso estratégico que estes fazem dos discursos de pertença aos bairros, têm sido assinalados noutras paragens; por exemplo, a respeito dos bairros do Norte de Marselha, ver Claire Bidart, “Sociabilités: quelques variables”, *Revue Française de Sociologie*, vol. XXIX, n.º 4, 1988.

geométricas, cartográficas e administrativas. É indispensável relativizar os pressupostos dessas representações eruditas, ou melhor, dar conta de que não são universalmente partilhados, de que não estão “naturalmente” presentes em todas as culturas, em todos os meios sociais e em todas as situações de interação, ou de que não o estão sempre com o mesmo grau de importância, para se conseguir compreender as configurações culturais locais a este respeito.

Entre a população local, as representações espaciais de Alfama mais comuns abrangem aproximativamente as freguesias de São Miguel e Santo Estêvão, podendo estender-se um pouco na direcção de algum ou alguns dos tecidos urbanos semelhantes e contíguos, atrás já referenciados, os quais, do ponto de vista administrativo, constituem partes das vizinhas freguesias da Sé, Santiago e São Vicente. Por vezes, podem mesmo alongar-se mais, por exemplo quando se é alvo de procura turística.

Se um turista ou outro visitante procura saber se está em Alfama, porque não anuir, mesmo que se esteja já um tanto afastado do seu núcleo localmente mais incontroverso, usufruindo assim da gratificação simbólica desse reconhecimento identitário? Ou, até, aumentando com isso a probabilidade de eventual vantagem económica, no caso de se estar ligado a restaurantes, lojas, associações locais, ou outras actividades?

O que está subjacente é um sistema de representações que não se estrutura em termos de delimitações fronteiriças rígidas e a intuição de que, para o forasteiro, de modo geral, também não é tanto isso que interessa mas sim o percurso turístico por uma zona antiga da cidade, valorizada patrimonialmente, e da qual Alfama é a designação emblemática mais conhecida. E está subjacente, em simultâneo, um modo de relação com as referências identitárias, incluindo as espaciais, que predispõe a usá-las de maneira plástica, contextual e estratégica.

Também acontece com frequência, noutras circunstâncias, que certas pessoas, ou até as mesmas, residentes em faixas periféricas em relação ao núcleo central do bairro, façam questão de se distinguir com clareza “dos de Alfama”, por exemplo quando são questões de má reputação, de estereótipo social negativo, que estão em jogo. Ou quando se referem a episódios de rivalidade e conflito com aqueles, tanto em relações interpessoais como intergrupais, tanto no relacionamento social quotidiano como em momentos de especial significado, como os das festas dos santos populares, particularmente sensíveis à representação simbólica de identidades colectivas. A identificação de Alfama pode chegar mesmo a ser restringida, grosso modo, ao miolo do triângulo que, já bem para o interior das duas freguesias, une, a meio da encosta, as principais igrejas, de São Miguel e Santo Estêvão, e liga, em baixo, ao Largo do Chafariz de Dentro.

O que fica dito afigura-se suficiente para uma primeira fundamentação observacional de mais um conjunto de propriedades da identidade cultural alfamista, tal como ela é sentida e percebida pela população local, tal como se

inscreve nos seus quadros mentais e é accionada nas suas práticas sociais. Uma dessas características consiste, como se tem vindo a analisar, no *carácter plástico dos seus contornos*, nomeadamente dos espaciais, sujeitos em permanência a disputa e manipulação, a modos de activação, accionamento e utilização contextuais e estratégicos. Outra, é o facto de essas representações identitárias de Alfama, tanto nas suas dimensões propriamente espaciais como em geral, aliás, nas dimensões sociais e culturais que as constituem, se estruturarem mais por *núcleos* e *demarcações* do que pelo desenho de limites e fronteiras como nas representações técnicas, administrativas ou eruditas.

Por um lado, constroem-se por demarcações face a outros bairros ou a outros elementos destacados da cidade, dos quais a população de Alfama distingue frontal e inequivocamente o bairro a que pertence, num processo fundamental de constituição da identidade cultural de Alfama dentro do quadro mais amplo da pertença a Lisboa; e por demarcações de vizinhança, como se acabou de ver, de dinâmica mais fluida, táctica ou ocasional.

Por outro lado, sedimenta-se por ancoragem em núcleos de referência identitária, de que fazem parte marcos físicos já por diversas vezes assinalados, como as igrejas de São Miguel e de Santo Estêvão, o Largo do Chafariz de Dentro, a íngreme e labiríntica malha urbana que se desenvolve em torno desses elementos; mas também vários outros, espaciais, sociais e culturais, incluindo certos arcos e muralhas, um ângulo muito especial de visão sobre o rio, os rituais festivos, as práticas fadistas, o estilo relacional, o perfil popular da maioria dos habitantes e da vida do bairro.

Resta sublinhar, por agora, uma outra característica das dinâmicas locais da identidade cultural alfamista: *a transitividade dos atributos identitários* que ali se pode observar no agenciamento diversificado, para diferentes pessoas e diferentes circunstâncias, de subconjuntos da constelação multidimensional e articulada de traços que constituem o reportório local de referências àquela identidade cultural.

Desde logo, como se viu, as demarcações, os contornos e os núcleos identitários não são só de natureza física e espacial. A marcha de Alfama, as festas dos santos populares como ali se praticam, os fados que falam do bairro, as colectividades associativas, certas actividades profissionais, os perfis sociais de classe predominantes na população residente e os estilos de conduta cultivados como emblemáticos, os grupos de pertença, as redes de interconhecimento e os círculos de cumplicidade locais: tudo isso são atributos susceptíveis de ser mobilizados como referentes de identidade alfamista.

Mas não têm de ser todos ao mesmo tempo. Nem existe nenhum que necessariamente tenha de estar sempre presente. A identidade cultural auto-atribuída pela população do bairro é construída com base numa constelação de elementos, os quais se interligam de forma densa e consistente, mas de que em geral são apenas convocados certos subconjuntos, relativamente a cada pessoa, em cada situação, no desenrolar de cada processo interaccional.

Assim, num caso a identidade alfamista pode ser afirmada ou reconhecida sobretudo pela residência num local nuclear do bairro, pela rede de familiares que também nele mora, por uma profissão portuária, pela pertença a colectividades locais e respectiva frequência diária; noutro caso, o mais saliente pode ser também a residência e a ligação a certas colectividades, mas porque acompanhadas de um estilo, localmente reconhecido como típico, de gestualidade e verbalização, de comportamento lúdico e de saber relacional. Pode ser relevante, num caso diferente, não tanto o local de habitação, por si só, sobretudo se situado em áreas mais distantes do núcleo central do bairro, mas sim uma certa notoriedade local, devida por exemplo a cargos ali desempenhados, envolvimento intenso em actividades públicas e dinâmicas colectivas que lá se processam, influência pessoal alargada junto de diversas redes locais; noutro caso, ainda, o que conta é ter nascido no bairro e, embora nele já não se resida, ter aí familiares e amigos, voltar lá com frequência, participar em convívios, organizar actividades, cantar o fado.

São apenas alguns exemplos, apresentados em forma ideal-típica. Muitos outros se poderiam dar. Mas o que importa registar é o seguinte. Em primeira instância, a afirmação própria e o reconhecimento pelos outros da identidade alfamista apoia-se sempre, no bairro, na evidenciação de uma parte significativa dos atributos incluídos na referida constelação de elementos a que é ali imputado sentido identitário.

Depois, essa parte varia de caso para caso, gerando uma importante margem de flexibilidade classificatória e, portanto, relacional. As possibilidades de inclusão ou exclusão da identidade alfamista, e de ampliação ou contracção do âmbito desta, no decurso dos processos sociais, passam também por aqui.

Por fim, o que se observa são sobreposições parcelares mas significativas de cada perfil de traços identitários com vários outros, mesmo que não com todos, variando também para cada um a saliência dos diversos atributos. Ao limite não há nenhum denominador comum indispensável. Mas propaga-se entre os diversos casos, por este mecanismo de transitividade simbólica, uma marca nítida de afinidade identitária.

### **Identidade de bairro**

Na população de Alfama manifesta-se, pois, uma *identidade de bairro*, com as características que se tem vindo a inventariar, assente em condições e processos sociais endógenos e exógenos que ali se entrecruzam de maneira complexa e singular, atravessada por dinâmicas também elas susceptíveis de caracterização analítica. Procurou-se atrás percorrer este conjunto de aspectos com alguma sistematicidade, embora abordando alguns deles de maneira apenas inicial. Nos capítulos seguintes regressar-se-á a estes últimos com maior desenvolvimento.

Mas, a concluir esta primeira parte, convém chamar a atenção para mais alguns pontos, não só em termos de síntese mas também de reexame do que fica exposto.

Um aspecto que vale a pena salientar de imediato é que esta identidade de bairro, de que a população local é produtora e portadora, surge aqui como uma *identidade colectiva*, em dois sentidos diferentes. A identidade cultural al-famista aparece enquanto atributo identitário de cada um de um conjunto de indivíduos residentes no bairro, ou melhor, enquanto perfil de atributos identitários de cada uma dessas pessoas — perfil variável, mas dentro de um leque de configurações afins.

É um perfil identitário que cada indivíduo vai incorporando, no contexto social local e no decurso das experiências e aprendizagens aí efectuadas, e que é por ele accionado, de maneira mais espontânea ou mais estudada e estratégica, em variadíssimas circunstâncias da sua vida social e num amplo espectro de modalidades de relacionamento humano. Neste sentido, constitui uma identidade colectiva na medida em que se trata de um perfil identitário pessoal partilhado por um colectivo de indivíduos.

Em todo o caso, em Alfama, mesmo nesta dimensão, a identidade colectiva não se pode reduzir a uma mera adição de indivíduos com atributos identitários semelhantes. Os habitantes do bairro não vivem dispersos, não se desconhecem entre si, não estão isolados uns dos outros. Pelo contrário. É fundamental, para a sua existência social e, muito em particular, para a formação e para a activação da sua identidade al-famista, a teia relacional densa que se tece entre eles, o quadro de interacção local, as formas culturais que ali criam e recriam, os processos sociais que protagonizam em conjunto.

Mas, relativamente ainda à população local, a identidade cultural de Alfama aparece como identidade colectiva num outro sentido. É que faz parte dos padrões culturais dessa população, e parte decisiva, a representação simbólica do bairro como entidade colectiva: o bairro de Alfama, com todas as conotações que ele ali tem, enquanto local físico, conjunto populacional e quadro social, enquanto palco de experiências de vida e cenário emblemático de formas culturais, enquanto referente mitificado de afectividade, memória e valor patrimonial.

Neste sentido, trata-se de uma identidade colectiva, não só porque se inscreve nas representações simbólicas partilhadas por um conjunto de indivíduos, mas especificamente na medida em que se reporta a algo que, nos padrões culturais prevalecentes entre eles, é representado como uma entidade colectiva singular; aqui, em concreto, o bairro de Alfama.

Estas duas formas de identidade colectiva estão, em Alfama, profundamente ligadas entre si. O que as articula são, com efeito, as representações e os sentimentos de pertença ao bairro, que atrás se analisaram.

É claro que não acontece o mesmo em muitos outros casos. Pode muito bem verificar-se a partilha de um conjunto de traços identitários pessoais

sem que tal se sobreponha a uma imagem socialmente construída de determinada entidade colectiva. E vice-versa. As situações em que ocorre um tal redobramento de níveis de constituição das identidades culturais apresentam características bastante específicas, com repercussões significativas em termos de estruturação social e de dinâmicas de acção. É o que se pode observar em Alfama.

Refira-se, a propósito, que a discussão sobre se é ou não pertinente usar categorias colectivas em casos como este tem longa tradição nas ciências sociais, embora esteja já um tanto gasta e ultrapassada. Só os fundamentalistas do reducionismo holista considerariam ainda poder desprezar a constituição da sociedade por indivíduos humanos, actuantes e reflexivos, com toda a gama de implicações que isso comporta, e só os fundamentalistas do reducionismo individualista se permitiriam ainda teimar em ignorar as propriedades específicas das configurações de conjunto, das relações instituídas, das disposições estruturadas, das obras materiais e culturais, simultaneamente resultado e condição da actividade humana e dos processos sociais.

Se conduz aos piores equívocos analíticos reificar os simples agregados de indivíduos ou de propriedades destes, concebendo-os como essências ou atribuindo-lhes características antropomórficas, não é menos prejudicial ignorar a especificidade das formas de sociedade e dos sistemas de disposições emergentes das interdependências e das inter-relações entre pessoas, e que constituem, por sua vez, meios da acção social e condicionantes desta. Do mesmo modo, arrisca-se a truncar de maneira irremediável um largo conjunto de objectos de estudo sociológico não dar conta da presença das entidades colectivas tais como elas são simbolicamente construídas nas representações sociais dos grupos, omitindo da análise todo o significado cultural e toda a força performativa que elas podem ter em diversos contextos e processos sociais.

Outro ponto que importa sublinhar é que a estes dois planos, diferentes mas articulados, de constituição da identidade cultural de Alfama, como identidade colectiva construída endogenamente pela população local, se junta ainda, como se examinou com algum desenvolvimento, sobretudo no capítulo anterior, um terceiro plano: o da construção exógena da identidade cultural de Alfama. Uma série de discursos exteriores representam-na, também eles, como entidade colectiva, como conjunto urbano a que é atribuído valor histórico-patrimonial notável, bem como, embora de maneira mais circunscrita, um certo valor socioetnográfico. E, a esse título, vê-se constituída em objecto de visibilidade social alargada.

Temos, assim, a identidade cultural de Alfama em três dimensões diferentes, se bem que interligadas e, até, parcialmente sobrepostas, segundo diversos tipos de articulações complexas. Sem se pretender repetir aqui a análise de algumas dessas articulações, tal como foi desenvolvida ao longo destes primeiros capítulos, nem tão-pouco antecipar os seguintes, importa não deixar de referir a este respeito alguns pontos, ainda que de forma muito breve.

Em qualquer das dimensões mencionadas, embora de maneiras diversas e com pesos diferentes para cada uma delas, as representações da identidade cultural de Alfama tendem a incluir um conjunto básico de determinações: Alfama como *bairro*, como bairro *histórico* e como bairro *popular*. Estes três significados articulam-se entre si, mas pode ser dado mais relevo a uns ou a outros consoante os agentes e os processos sociais.

Para boa parte dos turistas, por exemplo, é o significado histórico que em regra assume maior destaque, por vezes quase exclusivo. Para certos técnicos de intervenção urbanística ou de intervenção social que ali actuam, destaca-se a determinação de “bairro” mas, no primeiro caso, mais associada à de “histórico” e, no segundo, à de “popular”. Já para a maioria da população residente é a combinação “bairro popular” a que tem em geral maior saliência; mas a componente histórica não deixa de estar presente, mais em circunstâncias de interacção com pessoas de fora do que no quotidiano local. E outros exemplos se poderiam dar, de processos sociais diversos com implicações no bairro e na sua população, em que as referidas determinações identitárias se sobrepõem, ora de modo convergente, ora de forma conflitual.

Por agora basta acrescentar que cada uma destas determinações-chave do conteúdo significativo atribuído à identidade cultural de Alfama tende a ser veiculada, não em exclusivo nem sem ambiguidades, mas de maneira privilegiada, por diferentes tipos de processos sociais.

De modo muito esquemático, mas com vista a ir fornecendo elementos de construção progressiva de um modelo interpretativo da identidade cultural de Alfama e das dinâmicas sociais que lhes estão ligadas, pode dizer-se que a sobrelevação do carácter “histórico” decorre sobretudo de *processos exógenos* de construção simbólica da identidade cultural de Alfama; que é em *processos endógenos* que a dimensão “popular” dessa identidade cultural mais enraíza; e que “bairro” é uma caracterização identitária que, presente nesses dois tipos de processos — remetendo eventualmente, aliás, para significados algo diferenciados, de registo prevalecte técnico-urbanístico, no primeiro caso, e sociocultural, no segundo —, tem propensão a gerar-se, de forma muito especial, em processos não propriamente de dominante exógena ou endógena, mas no que se poderia chamar processos de relação interlocal.

Estes *processos interlocais* são aqueles que estabelecem relações entre subconjuntos populacionais e espaciais da cidade (e também outras, a maior distância ou de formatos mais reticulares, que deixaremos por agora), no caso vertente segundo dinâmicas de constituição recíproca de identidades colectivas enquanto “bairros”. E, isto, no quadro da relação mais abrangente, simbolicamente representada nos mapas cognitivos da população, de tais subconjuntos com a cidade no seu todo, num jogo de demarcações e inclusões identitárias. Isto é, num processo que os constitui identitariamente enquanto bairros de Lisboa, do mesmo passo que constitui identitariamente Lisboa enquanto espaço de representação e integração desses bairros.

Insista-se ainda um pouco nas implicações teóricas. Quando se analisam as relações entre exterior e interior, para retomar a terminologia que, com reserva, se tem vindo a usar, não se trata apenas de inserir o quadro social local de Alfama no contexto da sociedade envolvente, nem tão só de reportar as relações sociais locais, as interações quotidianas e as formas culturais que se produzem no bairro àquilo que nelas é tributário de estruturas e dinâmicas sociais de nível mais englobante. Claro que tudo isso está presente na análise, nas modalidades aqui especificamente pertinentes, e é fundamental. Mas há mais.

As relações entre o exterior e o interior ao bairro não são apenas relações entre diferentes níveis de estruturação social. São também relações entre protagonistas sociais situados dentro e fora do bairro, práticas de circulação entre ele e outros espaços, processos de comunicação e de formação de representações simbólicas efectuados através de formas diversas de contacto interactivo entre população residente e outros agentes sociais. São, igualmente, redes interpessoais com ramificações dentro e fora de Alfama, acções organizacionais de sede externa, abrangendo o bairro ou sectores dele, acções colectivas de origem local com repercussões exteriores. São, ainda, quanto ao que se estava mais directamente a referir, processos de categorização comparativa, de demarcação recíproca, de competição ritualizada, em suma, processos interlocais de relação identitária cruzada.

Processos exógenos, endógenos e interlocais de construção social da identidade cultural de Alfama: volta-se, assim, de novo, às sobreposições e convergências que contribuem para fazer de Alfama uma configuração social de características singulares, a que se chamou *sociedade de bairro*.

Os bairros têm sido, desde há muito, objecto de análise na sociologia.<sup>56</sup> A investigação sociológica realizada em Portugal, nomeadamente, tem vindo a

---

56 Na sociologia, a grande tradição clássica a este respeito é norte-americana, da chamada Escola de Chicago; a seu respeito veja-se, por exemplo, de Yves Grafmeyer e Isaac Joseph (orgs.), *L'École de Chicago*, Paris, Éditions du Champ Urban, 1979. Mas também se poderiam referir outras, como a inglesa, remontando aos finais do século XIX, com os inquéritos de Charles Booth, e passando por investigações tão conhecidas, de meados do século XX, como a de Michael Young e Peter Willmott, *Family and Kinship in East London*, Harmondsworth, Penguin Books, 1980 (1957) ou a de Richard Hoggart, *The Uses of Literacy: Aspects of Working-Class Life with Special Reference to Publications and Entertainments*, Harmondsworth, Penguin Books, 1981 (1957); veja-se o balanço feito por François Bédarida, "La vie de quartier en Angleterre: enquêtes empiriques et approches théoriques", *Le Mouvement Social*, n.º 118, 1982. Na sociologia francófona, para dar só mais um exemplo, as análises sobre bairros são também muito numerosas; pode encontrar-se uma abordagem de síntese recente em Jean Rémy e Liliane Voyé, *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?*, Porto, Edições Afrontamento, 1994 (1992), em especial pp. 98-111 e 131-134. Na antropologia urbana a Escola de Chicago foi também adoptada como referência fundamental no estudo de bairros; veja-se, por exemplo, o que diz a esse respeito Ulf Hannerz, *Explorer la Ville: Éléments de Anthropologie Urbaine*, op. cit., nomeadamente nas pp. 36-83. Uma abordagem oriunda da psicologia que estabelece articulações analíticas com a sociologia e a antropologia é a de Kaj Noschis, *Signification Affective du Quartier*, Paris, Librairie des Méridiens, 1984.

produzir um conjunto de trabalhos que, de várias maneiras, incidem sobre bairros, mas segundo perspectivas diversas e com diferentes objectivos.<sup>57</sup>

Com o conceito de sociedade de bairro não se pretende nesta pesquisa retomar simplesmente a noção de “bairro” tal como ela se inscreve nas representações sociais correntes; nem, tão-pouco, usá-la da maneira empirista como muitas vezes ocorre na bibliografia disponível, oriunda de diversas ciências sociais, quando é assumida como noção auto-evidente, enquanto designação de uma unidade urbana não problemática em si própria para a análise, sociológica ou outra; nem, ainda, recorrer a ela apenas como noção descritiva e preliminar, a partir da qual se procede à análise propriamente dita dos aspectos sociais envolvidos.

---

57 Sem qualquer intuito de exaustividade mas apenas de ilustração, podem apontar-se, por exemplo: Adriano Zilhão Nogueira e Maria Isabel Duarte, “Bairro Alto: contribuição para o estudo de uma comunidade em transformação”, *Sociedade e Território*, n.º 2, 1985; Fernando Luís Machado, “Práticas de sociabilidade em Queluz Ocidental”, *Sociedade e Território*, n.º 3, 1985; Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (1987), em especial “Os meios populares no bairro da Ajuda”, pp. 155-162; Ana Cardoso e Manuel Pimenta, “A pobreza nos bairros degradados de Lisboa: alguns elementos de caracterização”, *Sociedade e Território*, n.º 10-11, 1989; António Fonseca Ferreira, “Uso e apropriação do alojamento em Telheiras”, in AA.VV., *Viver (n)a Cidade*, Lisboa, GEC/LNEC e CET/ISCTE, 1990; Luís V. Batista, “Os tempos da cidade, as gerações do edificado local”, in AA. VV., *Viver (n)a Cidade*, Lisboa, GEC/LNEC e CET/ISCTE, 1990; Luís Capucha, *Problemas da Pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida*, Lisboa, ISCTE, 1992 (tese de mestrado), em especial “Modos de vida num bairro de habitação social”, pp. 129-207; Maria João Freitas e Paula Castro, “Vale do Areiro: reflexões acerca de uma realidade multiétnica”, in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993; José Paulo de Sousa, “O caso da Rua do Cruzeiro (antiga): contribuições para um projecto de intervenção na cidade existente”, in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993; João Lutas Craveiro e Marluci Menezes, “Ecologia social de um bairro degradado de Lisboa: a Quinta da Casquinha nas vésperas da mudança”, in AAVV, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993; David Tavares e Graça Joaquim, “Identidade cultural e relações de sociabilidade na área do Castelo”, in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993; Marluci Menezes, “Casal Ventoso: apropriação do espaço e cenários comportamentais”, in AA.VV., *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994; Marielle Christine Gross, “Estratégias identitárias num território desqualificado”, in AA.VV., *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994; Helena Seita Gonçalves, “Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 19, 1994; Teresa Costa Pinto, “A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro”, *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994; Virgílio Borges Pereira, “Os índios e a vida selvagem: modalidades de (re)produção de sociabilidades no núcleo antigo da freguesia da Vitória”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.º 4, 1994. Na área vizinha da antropologia urbana há a assinalar, em especial, os trabalhos de Graça Índias Cordeiro, nomeadamente, *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, op. cit.

O conceito de sociedade de bairro não é um ponto de partida mas um ponto de chegada da pesquisa. Refere-se a um tipo específico de configuração social, como a que se pôde observar em Alfama, com as características que neste trabalho se procura examinar. Como se viu, à invulgar visibilidade social externa de Alfama, com as imagens patrimonialistas que lhe estão associadas, e à especificidade da sua morfologia física, sobrepõe-se, neste quadro urbano, um conjunto vasto e integrado de outras dimensões de estruturação social, com as particularidades que ali assumem e as interligações que se estabelecem entre elas. E a todas estas sobrepõe-se, ainda, a identidade cultural do bairro, nas várias vertentes assinaladas.

Esta redundância estruturante faz de Alfama um caso, não único, mas bastante especial. Repare-se que não é sempre necessariamente assim. Por exemplo, nem todos os espaços históricos da cidade têm a conotação de populares e nem todos os bairros populares possuem o atributo de históricos; são comuns os locais de habitação que não correspondem a redes densas e multidimensionais de relações sociais locais; em muitos espaços residenciais não se forma uma identidade de bairro ou, de maneira mais genérica, uma identidade cultural, no conjunto dos sentidos acima inventariados. As representações simbólicas identitárias dependem, em cada caso, dos modos de articulação de um grande número de factores e dinâmicas de estruturação (de “estrutura-acção”) social e cultural.

Muitos destes aspectos, relativos ao objecto aqui em estudo, são desenvolvidos nos capítulos seguintes. O que se pretendeu até agora foi apenas percorrê-los analiticamente uma primeira vez, focalizando-os no essencial segundo a perspectiva da dupla determinação, interna e externa, da identidade cultural de Alfama; ou, dizendo de outra maneira, procurando convocá-los para a análise da articulação entre as dinâmicas sociais internas e externas de constituição da identidade cultural de Alfama.

## **Parte II | PADRÕES CULTURAIS E RELAÇÕES SOCIAIS**



## **Formas de cultura popular urbana e práticas identitárias**

A análise desenvolvida até agora evidencia que, quando a respeito de Alfama se fala de identidade cultural, a noção recobre pelo menos três sentidos diferentes.

Pode referir-se à imagem social do bairro, tal como ela tende a incrustar-se nas representações sociais correntes no exterior, traduzida por exemplo em discursos como o turístico, o jornalístico, o olisipográfico ou o escolar.

Por outro lado, pode reportar-se, também, aos sentimentos afectivos e às representações cognitivas que, no decurso do relacionamento social quotidiano, a população local vai desenvolvendo relativamente ao bairro em que reside.

É susceptível, ainda, de ser usada, em registo analítico, como maneira de conceptualizar o perfil específico de dimensões relacionais e simbólicas articuladas, a configuração sociocultural singular que a pesquisa sociológica permite identificar nesse quadro social urbano. Mas — é essa a concepção aqui defendida — apenas porque, e na medida em que, tal configuração é simbolicamente redobrada pelas representações de identidade que se referem nas duas especificações anteriores.

Cada um destes três significados tem conteúdos complexos e especificações diversas, como em parte já se viu. Além disso, nenhum é opaco aos outros; pelo contrário, estabelecem-se entre eles vectores de comunicação recíproca, com implicações a vários níveis, algumas delas já examinadas. E, por fim, transportam consigo uma dose importante de ambiguidade quanto ao respectivo estatuto conceptual. Os dois primeiros, sobretudo, situam-se algures entre a designação descritiva de um objecto a analisar e o conceito analisador de carácter propriamente teórico; ou, talvez melhor, sobrepõem-se neles estas duas qualidades.

Isto para já não falar de “identidade cultural” como noção de forte carga mítica ou ideológica, usada cada vez com maior frequência nos discursos profissional ou activista, erudito ou mediático. Nesta acepção, tem vindo a

tornar-se, sobretudo desde os anos 70, expressão a que se recorre a propósito de tudo e de nada e a que, entendendo-a as mais das vezes em sentido essencialista, se atribuem, de maneira implícita, valorações positivas incondicionais ou virtualidades explicativas apriorísticas.

Acaba assim, muitas vezes, por conduzir ao efeito perverso de, em vez de promover a reflexão problematizadora e o aprofundamento analítico, funcionar como rótulo pré-fabricado que inibe a análise, ou elide a sua necessidade, ao fazer supor que a mera aplicação da expressão é auto-suficiente, isto é, que produz, por si mesma, efeitos interpretativos ou explicativos relevantes.

Os processos de circulação de categorias entre as linguagens das ciências sociais e as linguagens do quotidiano, e as suas potenciais ambivalências, têm aqui um exemplo flagrante. E, a esse título, importa ainda, na análise sociológica, não deixar de ter em conta a presença, ou os impactos sociais, no objecto em estudo, dessas utilizações da noção de identidade cultural. Foi o que se observou a propósito dos modos de constituição da visibilidade social do bairro, tendo-se sublinhado na altura as concepções patrimonialistas aí implicadas. Mas algo de semelhante se passa, embora de maneira porventura um tanto mais restrita, a respeito das formas de cultura popular urbana especialmente associadas a Alfama.

### Práticas do fado e identidade local

Uma dessas formas culturais é o fado. Em Portugal, toda a gente conhece o fado. Uns gostam, outros não, mas é sem dúvida um dos elementos culturais mais familiares aos portugueses. Qual a imagem que habitualmente se tem dele?

Desde logo a de que é, com efeito, uma das formas musicais mais divulgadas no país e, em primeiro lugar, em Lisboa. Ouve-se nos discos e na rádio, vê-se nos filmes e na televisão, faz parte de vários tipos de espectáculos. Os apreciadores vão ouvi-lo, ao vivo, nas “casas de fado”, restaurantes especializados também muito procurados por turistas. As casas de fado são particularmente numerosas em certos lugares da vida nocturna lisboeta, localizando-se a maioria delas nos chamados “bairros populares” de Lisboa.<sup>1</sup> Um inquérito recente às práticas culturais dos residentes na capital e concelhos vizinhos confirma, aliás, o grau de difusão e popularidade de que o fado desfruta: aparece como o segundo género musical que os inquiridos declararam mais ouvir, logo a seguir à outra “música ligeira portuguesa”.<sup>2</sup>

---

1 Sobre as casas de fado de Lisboa pode consultar-se, de Alexandra Naia Klein e Vera Marques Alves, “Casas do Fado”, in Joaquim Pais de Brito (org.), *Fado: Vozes e Sombras*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia / Lisboa 94, 1994.

Acresce que o fado é reconhecido, de modo generalizado, como uma forma cultural caracteristicamente portuguesa. À imagem mais divulgada do fado ficou associada desde há muito a designação de “canção nacional”, de uso bastante vulgar e alargado, como se sabe, apesar de objecto de também já longa controvérsia erudita e política.<sup>3</sup> O fado é veículo de turismo, presença constante nos meios da emigração, e aparece com frequência, em vários tipos de discursos apologéticos ou promocionais, como emblemático da “identidade nacional” ou da “cultura do povo português”.

Na imagem corrente o fado possui ainda outras facetas bem conhecidas. Toca-se à guitarra e à viola. Fala da saudade e do destino, do infortúnio e da paixão, e também do próprio fado. Já foi mais puro e mais autêntico, mais castiço do que agora é: também de si próprio tem saudades. Mas o que interessa sobretudo aqui salientar é que, no imaginário social português, o fado, sendo de algum modo nacional, é considerado em primeiro lugar lisboeta. E, antes de mais, aparece como profundamente ligado à velha Lisboa, aos bairros populares “alfacinhas”.

A pesquisa que está na base deste trabalho começou exactamente por aqui. Partindo das representações do fado no “imaginário colectivo” dos portugueses, tal como, em termos muito genéricos, se delineiam hoje em dia, numa época de prevalência da face profissionalizada, comercial e mediaticamente difundida desta forma musical, colocava-se a seguinte questão: que terão a ver com essas representações simbólicas as actuais formas de existência do fado nos contextos sociais a que se reporta o núcleo daquelas imagens, contextos onde se cruzam as determinações de “lisboeta” e “popular”? Ou seja, a aposta analítica era a de investigar o fado nos chamados bairros populares de Lisboa, no centro histórico da cidade.

Uma convicção inicial, ou pressuposto teórico traduzido em hipótese de trabalho, levou a pensar que seria particularmente proveitoso estudar essa forma cultural procurando compreendê-la integrada no conjunto dos actos quotidianos, das vivências, das práticas e representações culturais partilhadas por uma determinada população, em relação à qual fosse também possível estudar o quadro de inserção urbanístico e relacional, a composição social, os fenómenos de poder, a dinâmica histórica. Por razões na altura um pouco fortuitas, em concreto a existência de conhecimentos pessoais facilitadores de um primeiro contacto, de entre os “bairros populares” lisboetas,

---

2 Ver José Machado Pais, João Sedas Nunes, Maria Paula Duarte e Fernando Luís Mendes, *Práticas Culturais dos Lisboaetas: Resultados do Inquérito Realizado em 1994 aos Habitantes da Grande Lisboa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994, pp. 150-162.

3 A este respeito ver, por exemplo, Joaquim Pais de Brito, “Sobre o fado e a *História do Fado*”, introdução à reedição da obra de Pinto de Carvalho (Tinop), *História do Fado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982 (1903).

considerados locais de inserção por excelência do fenómeno fadista, escolheu-se o bairro de Alfama.<sup>4</sup>

A pesquisa de terreno, desenvolvida em Alfama ao longo das últimas duas décadas, permitiu verificar o lugar importantíssimo que o fado ocupa na configuração dos padrões culturais locais, bem como a persistência dessa presença estruturante.

Basta caminhar um pouco pelo bairro para, aqui e ali, ao subir umas escadinhas, passar por um beco ou dobrar a esquina de uma viela, se ser surpreendido pelo som de um fado, vindo de algures, não se consegue muitas vezes perceber bem de onde, talvez de alguma janela entreaberta ou de trás de algum muro, difundindo-se por entre as ruas estreitas, de paredes apertadas, e transformando-se num ambiente sonoro ao mesmo tempo frágil e envolvente. É um rádio ligado, um disco que se pôs a tocar, alguém que canta de forma despreocupada, que dedilha uma guitarra ou uma viola de forma repetitiva e encantatória, pelo fim da tarde, ou então que se aplica a praticar, de modo mais ou menos concentrado, a interpretação vocal ou instrumental, ou ambas. Com frequência, também, vê-se alguém do bairro, com maior probabilidade uma mulher, a cantarolar um fado enquanto se ocupa, dentro ou fora de casa, de tarefas do quotidiano.

O fado canta-se por vezes na rua, em noites de festas dos santos populares ou de convívios organizados por grupos de vizinhos. Tal tende a acontecer sobretudo em determinados becos e pátios, lanços de escadinhas e adros de igreja que, por uma razão ou por outra — proximidade de uma colectividade organizadora habitual de sessões de fado, residentes particularmente entusiastas ou exímios praticantes, referência emblemática do sítio —, se tornaram, pelo menos durante um certo período, locais preferenciais desta prática fadista ao ar livre.

Um exemplo do último caso é o adro da igreja de Santo Estêvão, referido aliás num dos fados mais apreciados no bairro, intitulado precisamente *Igreja de Santo Estêvão*. É cantado numa das músicas mais importantes do repertório fadista fundamental, um dos “*fados* habitualmente considerados como os *clássicos* no meio dos intérpretes fadistas”, o chamado Fado Vitória, da autoria de Joaquim Campos, suporte de muitos outros textos, alguns bem conhecidos e, neste caso, com letra de Gabriel de Oliveira.<sup>5</sup>

---

4 Em António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste: O Fado no Bairro de Alfama*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, podem encontrar-se considerações pormenorizadas sobre o desenrolar desta fase da pesquisa em Alfama e sobre a análise do fado enquanto forma de cultura popular urbana, com desenvolvimentos que o tratamento do presente tema torna dispensável aqui retomar. Ver também, de Maria das Dores Guerreiro, *Mulheres do Fado, Fados de Mulher: Alfama: o Tecido Social, as Práticas Culturais e as suas Protagonistas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1986 (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica).

5 Ruben de Carvalho, *As Músicas do Fado*, Porto, Campo das Letras, 1994, p. 129.

*Igreja de Santo Estêvão*

Na igreja de Santo Estêvão  
Junto ao cruzeiro do adro  
Houve em tempos guitarradas  
Não há pincéis que descrevam  
Aquele soberbo quadro  
Dessas noites bem passadas

Mal que batiam trindades  
Reunia a fadistagem  
No adro da santa igreja  
Fadistas, quantas saudades  
Da velha camaradagem  
Que já não há quem a veja

Santo Estêvão padroeiro  
Desse recanto de fama  
Faz o milagre sagrado  
Que voltem ao teu cruzeiro  
Esses fadistas de Alfama  
Que sabem cantar o fado

Não há sessão de fado em Alfama em que *Igreja de Santo Estêvão* não seja cantado, mesmo mais que uma vez, apesar de os intérpretes procurarem evitar, em geral, repetir fados já trazidos por outros a uma mesma ocasião, versão mínima de uma ética do “reportório próprio” que alguns amadores mais antigos reivindicam para si e para os “seus tempos”, criticando o que consideram ser uma menor preocupação actual nesse sentido.

Ela constitui, no entanto, instância particular de uma norma mais geral de originalidade que, segundo manifestações diversas, não só de reportório mas também de estilo interpretativo, vocal, gestual ou relativo a outros elementos, impregna profundamente, embora muitas vezes de forma subtil, a prática fadista — e que, como todas as normas, é objecto de respeito e desrespeito, e de conflitos de interpretação, tornando-se muitas vezes mais explícita a sua efectividade social na incomodidade ou na crítica suscitadas por avaliações de transgressão, as quais, aliás, é raro serem consensuais.

Apesar do que fica dito, a prática do fado, tal como hoje em dia se pode observar em Alfama, tem, como cenários por excelência da sua produção, determinados espaços interiores. Caminhando, em termos esquemáticos, do pólo da informalidade quotidiana e amadora para o pólo da sessão de fado formalizada, do contexto comercial e dos intérpretes profissionais, é

possível, a seguir às referidas situações de rua, situar as sessões de fado levadas a cabo nas colectividades do bairro.

Na actualidade, estas associações locais constituem, em Alfama, um dos quadros fulcrais da recriação continuada do fado enquanto forma de cultura popular urbana local. Nem todas as organizam sempre com alguma regularidade. Isso tem a ver com os ciclos de actividade e dinamismo por que passam essas várias “colectividades de cultura e recreio”, com o perfil dos seus principais dirigentes e animadores em cada período e, muito em particular, com o peso e presença, em cada altura, de núcleos mais entusiasmados, em certos casos eles próprios intérpretes habituais, cantadores ou tocadores. Mas não necessariamente: alguns dos mais dinâmicos e persistentes organizadores de sessões de fados nas colectividades não cantam nem tocam mas conjugam os atributos de activistas associativos e de grandes apreciadores do fado.

Algumas colectividades têm programas regulares de sessões de fado, por exemplo de quinze em quinze dias. Outras inscrevem um conjunto de sessões de fado nos seus planos de actividades anuais. Nalguns casos mantêm a tradição de uma sessão de fados em certas datas especiais, por exemplo no aniversário da colectividade. Mas a realização pode ter um carácter mais ocasional: uma acção de solidariedade com um sócio ou um vizinho que precisa de dinheiro para acudir a uma doença grave, a recepção de um grupo de visitantes conhecidos de algum associado, a comemoração de algum acontecimento especial ou, pura e simplesmente, a decisão de reeditar, de vez em quando, uma prática de que se gosta e que faz parte dos modos de expressão cultural e partilha convivial que se conhecem, que se apreciam e que se sabem realizar.

Estas sessões de fado nas colectividades ocorrem em geral aos fins de semana ou em dias feriados, durante a tarde ou à noite. A palavra passa. Vêm sócios, familiares e amigos. Preparam-se para uma presença prolongada. Podem trazer farnel ou consumir comidas e bebidas fornecidas pela colectividade, as quais constituem a principal fonte de receita financeira proporcionada por estas ocasiões. Vão aparecendo igualmente, ao longo da sessão, pessoas isoladas ou em pequenos grupos, frequentadores habituais deste tipo de encontros fadistas. Muitos deles, do bairro ou não, vêm com a expectativa, não só de fruir a sessão no seu conjunto, mas também de ter a possibilidade de cantar.

As sessões de fado amador, nas colectividades do bairro, são, por um lado, situações de encontro e de convívio informal. Por outro lado, constituem, também, situações de produção cultural fortemente ritualizadas.

Ao contrário do que o conhecimento do fado apenas pelas vias profissionalizadas e mediáticas poderia fazer supor, há nestes contextos do fado popular de bairro, tal como se podem encontrar em Alfama, um profundo envolvimento que se estende à generalidade dos presentes, não se limitando a

um número restrito de intérpretes. Além disso, a gravidade e a compenetração com que se cantam e ouvem os temas mais comuns do fado não impedem a alternância destes com outros de animado desafio, de conteúdo brejeiro e jocoso, alguns francamente hilariantes, nem os intervalos ruidosos, em que impera a conversa alegre, a realização de jogos, o ambiente lúdico.

O elementos formais da sessão são altamente codificados. Há os elementos de decoração acrescentados à sala para a ocasião, tais como xailes, guitarras, painéis pintados com cenas de fado ou paisagens do bairro. Há as luzes fracas, coloridas, ou as velas nas mesas, as únicas que se deixam acesas, no ambiente escurecido, enquanto se canta. Há, como é evidente, as músicas e as letras das canções. Há os tocadores de guitarra e de viola, em princípio dois (mas não é incomum serem três), os quais nalguns casos também cantam. Há o apresentador que vai chamando, à vez, quem vai cantar de seguida, em regra não mais que dois ou três fados.

As pessoas chamadas levantam-se das mesas, dirigem-se para perto dos instrumentistas, trocam breves impressões com eles sobre a música que pretendem para a letra que vão cantar e sobre o tom pretendido. Posicionam-se à frente dos tocadores, cantam normalmente com o corpo muito direito, mão no bolso ou punhos cerrados ao lado do corpo, por parte dos homens, mãos a esticar o xaile, postas ou cruzadas à frente do peito, no caso das mulheres. Mantêm-se paradas ou vão rodando sobre si próprias, com pequenos passos, voltando-se alternadamente, de forma lenta, para um e outro lado da sala. Noutros casos colocam-se atrás dos músicos, em posição fixa, eventualmente apoiando uma mão no ombro de um deles ou num espaldar das cadeiras em que estão estes sentados.

Os olhos são fechados com frequência, pelo menos nas passagens de maior carga emocional e intensidade interpretativa, e a cabeça é mantida sempre bem levantada. Quando está prestes a terminar um fado, o cantador ou cantadeira faz um pequeno sinal discreto aos instrumentistas, gesto convencional que se destina a alertá-los para uma breve pausa ou para outro dos efeitos estilísticos que fazem parte dos modos específicos de finalização na performance fadista.<sup>6</sup>

Não é, no entanto, apenas entre cantores e tocadores que se estabelecem sincronizações interpretativas, partilhas participantes e cumplicidades rituais. A assistência, o público — designe-se por agora assim, mas o conceito torna-se aqui de adequação bastante problemática, a exigir pelo menos reequacionamento específico do respectivo significado —, é também um elemento fundamental da sessão.<sup>7</sup>

---

6 Sobre o fado enquanto género performativo, com uma análise mais generalizada das práticas interpretativas de fadistas e instrumentistas, ver Salwa El-Shawan Castelo-Branco, "Vozes e guitarras na prática interpretativa do fado", in Joaquim Pais de Brito (org.), *Fado: Vozes e Sombras, op. cit.*.

Desde logo, no decurso desta, muitos dos presentes vão alternando de estatuto entre intérpretes e espectadores. Além disso, estes, como é evidente, mas também os outros, constituem um público de conhecedores. Conhecem as músicas e as letras e, também, os estilos de interpretação. Conhecem os ritmos apropriados para acompanhar um refrão, para soltar uma exclamação de apreço, para bater palmas. Conhecem a importância do ritual do silêncio, os seus tempos, modos, infracções e formas de reposição. De uma maneira muito precisa e profunda, neste tipo de sessões os membros da assistência são também participantes.

Continuando a percorrer o contínuo acima proposto, encontra-se outro tipo de lugares fundamentais do fado em Alfama: certas tascas, restaurantes e, mais recentemente, um ou outro bar, onde, de maneira mais efémera ou mais regular, pelo menos durante determinados períodos, se realizam sessões de fado. Estas são de algum modo semelhantes às das colectividades mas, com maior ou menor destaque, aparece a figura do intérprete contratado, um só ou um pequeno número deles, para garantir um mínimo de continuidade e qualidade à sessão, sobretudo nos dias em que a clientela presente não inclua muitos espontâneos com vontade de cantar. No entanto, com frequência, acabam por ser estes últimos a ocupar a maior parte do tempo de actuação, em moldes muito semelhantes ao que se passa nas colectividades.

Os instrumentistas também são contratados para a sessão. Mas tanto estes como os referidos cantores contratados auferem reduzidas remunerações; muitas vezes não fazem disso profissão regular e não é raro deparar com alguns deles a intervir de maneira completamente amadora nas colectividades ou nas festividades do bairro.

Tal como acontece em relação às colectividades, também estes restaurantes, bares e tabernas, integrantes dos locais que “dão fados”, vão, pelo menos parte deles, mudando ao longo do tempo. Por razões diversas, uns interrompem esta prática, ou diminuem a sua frequência, enquanto noutros ela surge ou recrudesce, com circulação da população local e dos círculos de frequentadores habituais do chamado “fado vadio”.

Finalmente, no outro extremo, situam-se as casas de fado. Aqui os artistas são profissionais. A maioria dos clientes vem de fora do bairro, sendo boa parte deles constituída por turistas, e não pretendem nem sabem, em geral, colocar-se noutra posição que não a de espectadores, nem se espera que o façam.

Não se pense, no entanto, que estes contextos e modos de relação com o fado são completamente estanques entre si. Há situações em que os profissionais participam nas sessões de colectividade ou de restaurante de “fado

---

7 Para uma discussão teórica global do conceito de públicos da cultura, incluindo a proposta de distinção entre “audiências”, “públicos” e “clientelas”, pode consultar-se Idalina Conde, “Percepção estética e públicos da cultura: perplexidade e redundância”, in Idalina Conde (coord.), *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

vadio". Fazem-no adoptando o modelo de participação comum aos amadores: gratuitamente e cantando apenas, na sua vez, dois ou três fados. Aparecem por gosto em cantar junto de conhecedores, por exemplo após uma noite de actuação profissional para turistas numa casa de fado, ou por necessidade de atender ao pedido de amigos e conhecidos, porventura de círculos onde começaram a cantar antes de se terem profissionalizado, ou por reconhecerem a importância de manter uma imagem favorável junto de um público exigente e produtor de reputações no meio fadista.

Em sentido contrário, há amadores que, com maior ou menor frequência, vão às casas de fado. Não é mesmo impossível que alguns, com créditos de qualidade reconhecidos, acabem por, de vez em quando, também lá cantar o seu fado.

Mais importante ainda: as músicas, as letras e os estilos circulam entre estes meios; é da área das colectividades que surge grande parte dos profissionais, com trajectos que envolvem, por exemplo, os concursos da Grande Noite do Fado, em que os participantes se apresentam em representação das associações de bairro.<sup>8</sup> E, por seu turno, os profissionais servem muitas vezes de modelos de referência aos amadores, suscitando disputas de preferências e relações ambivalentes. Se é comum, em Alfama, serem para muita gente objecto de admiração — e até, em certos casos, de autêntico culto — também é recorrente ouvir-se que grande parte deles não são grande coisa e que bons fadistas, mesmo, são um ou outro conhecido amador do bairro.

Referiu-se atrás um fado muito cantado e muito ouvido no bairro: *Igreja de Santo Estêvão*. Sendo inquestionável a sua popularidade local, a verdade é que muitos outros fados falam de Alfama, de alguns dos seus sítios ou do bairro no seu todo, tomando-o por tema e referindo-se-lhe no título. Nas mais diversas circunstâncias da prática fadista ali observável, como as que de maneira breve atrás se inventariaram, estes fados surgem com muita frequência e são alvo de grande apreço. Num certo sentido, poder-se-ia caracterizá-los como "fadados identitários", na medida em que tematizam de forma explícita a identidade local, dando-lhe suporte objectivado em obra cultural, com todo o conjunto de efeitos de construção social da realidade que tal potencia.

Noutros termos, são caracterizáveis como fados identitários na medida em que disponibilizam à população local enunciados expressivos a respeito do bairro e da sua relação com ele — enunciados esses portadores de toda a força emocional e eficácia simbólica que uma forma cultural como o fado tem no bairro, não só enquanto música e poesia, em geral, mas enquanto prática cultural específica, ali particularmente apreciada e intensamente produzida. Desse modo, constituem meios simbólicos de elaboração, sedimentação,

---

8 Ver, de Catarina Alves Costa, "A Grande Noite do Fado", in Joaquim Pais de Brito (org.), *Fado: Vozes e Sombras*, op. cit.

transmissão e revigoração da identidade colectiva alfamista, contribuindo para a sua inscrição indelével nos padrões culturais locais.

Mas não é só isto, nem isto será porventura o mais importante. Para além do conteúdo temático específico daquele subconjunto de letras, o fado é uma prática cultural que impregna de maneira profunda a vida social e o universo de sentido da população de Alfama. Como se viu, é uma prática que, no local, preenche variados contextos e frequentes circunstâncias, se desdobra em modalidades tipificadas e interligadas, obedece a rituais precisos, entretecendo-se nas formas de relacionamento social vigentes no bairro e evidenciando-se como elemento nuclear da configuração cultural que ele exhibe. É também a esse título, enquanto prática partilhada, que o fado constitui um dos principais ingredientes, a um tempo suporte e expressão, da identidade cultural de Alfama.

### **Contraste social: estrutura e cultura**

O fado amador, em Alfama, fornece vocabulário privilegiado aos processos identitários bairristas e constitui prática cultural partilhada pela população residente, inscrita nas malhas e nas dinâmicas do tecido social local. Foi o que se verificou até agora. No entanto, pode ir-se mais longe na análise.

Observando os fados cantados nas sessões de fado amador em Alfama depressa se chega à conclusão de que uma parte muito significativa deles se organiza em torno de um determinado núcleo temático, susceptível de caracterização precisa e pouco frequente noutras modalidades e noutros contextos fadistas. Aparece pouco, nomeadamente, no fado profissionalizado e comercial mais divulgado ao longo do último meio século, ou um pouco mais, através das casas de fado e dos espectáculos de variedades, da rádio e do cinema, dos discos e da televisão. Vejam-se alguns exemplos.

#### *O Canalizador*

Um dia aconteceu certo senhor  
De uma casa rica e prazenteira  
Mandar chamar um canalizador  
Para lhe consertar sua banheira

E quando esse operário lá chegou  
Juntamente com o seu aprendiz  
Ele então o seu criado chamou  
E à frente dos dois assim lhe diz

— Tira as jóias daquele aparador  
E guarda-as no meu cofre lá na cave

São coisas que têm muito valor  
E fecha-o bem fechado à chave

Então o bom operário com maneira  
Num gesto muito calmo lá tirou  
O seu lindo relógio de algibeira  
E assim ao seu aprendiz falou:

— Toma, vai levá-lo à oficina  
E junto dos meus colegas o pendura  
Pelo que vejo esta casa assim tão fina  
Não parece ser muito segura

Esta letra de fado é da autoria de um morador do bairro, Álvaro Rodrigues, conhecido por ter escrito esta e muitas outras, bem como marchas e quadras para pôr nos vasos de manjericos, pelo Santo António, conhecido também por cantar o fado, sobretudo quando era mais novo, mas ainda, de vez em quando, depois de reformado da sua profissão administrativa no funcionalismo público. Homem de talentos vários — mas que dizia de si próprio, no decurso de comprida conversa: “não sou poeta, faço rimas; é uma coisa completamente diferente” — é dele também esta outra letra:

*O Carpinteiro*

Um jovem carpinteiro certo dia  
Farto de trabalhar contra o destino  
Vendo que a sorte a si não lhe sorria  
Num barco embarcou clandestino

Seguia o barco a rota velozmente  
E quando do destino estava perto  
Foi ao acaso então e justamente  
O jovem carpinteiro descoberto

Pretendendo o bilhete então pagar  
A um grande ricaço se lamenta  
Pedindo muito triste e a soluçar  
Para que lhe comprasse a ferramenta

Mas esse milionário sem consciência  
Num gesto tenebroso e desleal  
Lhe diz a desdenhar e sem clemência  
— A tua ferramenta nada vale

E quando estas frases terminava  
 Enorme temporal se levantou  
 Depois enquanto o barco naufragava  
 Tudo nas baleeiras se salvou

Deram a uma ilha, que tormento  
 Depois dum grande esforço derradeiro  
 Para se abrigar das feras e do vento  
 Fez logo uma barraca o carpinteiro

Então o milionário a tiritar  
 Traz a mala com as notas aos montões  
 Pediu para o carpinteiro o abrigar  
 Oferecendo-lhe então muitos milhões

Mas o bom carpinteiro com voz forte  
 Lhe diz sem hesitar mui prazenteiro  
 — Guarde os seus milhões até à morte  
 Ou faça uma barraca com o dinheiro

Várias vezes foi possível ouvir estas letras em sessões de fado no bairro, cantadas por exemplo por António Marques, outro homem do bairro, da mesma geração, antigo artesão estofador. Na juventude tocava banjo em grupos que actuavam em festas e colectividades, aos fins-de-semana; depois, passou a cantar fado, em convívios de amadores.

Sem alongar muito a ilustração, veja-se ainda mais um exemplo. Trata-se neste caso de uma letra escrita e cantada por Armando Santos, durante muitos anos tipógrafo na Imprensa Nacional, poeta e intérprete de fado do bairro, amador “mas melhor que os profissionais”, como não tardou a ouvir-se dizer, depois de iniciada a pesquisa de terreno, pelas sessões fadistas de Alfama.

*A Escada da Vida*

Ao subires da vida a escada  
 Pisa bem, vê como é  
 Podes vir de cambulhada  
 E não mais te pores em pé

Porque o mundo nunca pára  
 É bola desenfreada  
 Que ao rolar pode ir-te à cara  
 Ao subires da vida a escada

Há escadas de vária ordem  
Degraus bons, e de má fé  
Que ratoeiras escondem  
Pisa bem, vê como é

Mas se chegaste às alturas  
Sem te custar mesmo nada  
Cuidado com as tonturas  
Podes vir de cambulhada

Cá em baixo estatelares-te  
Basta um minuto, pois é  
P'ra nunca mais elevares-te  
E não mais te pores em pé

Os exemplos poderiam multiplicar-se. Um dos núcleos temáticos recorrentes no fado amador em Alfama é o dos que se chamou *fados de contraste*, retomando aliás uma expressão ouvida ao referido Armando Santos.<sup>9</sup> Tanto em letras como as transcritas, da autoria e reportório de alguns conhecidos fadistas do bairro, como noutras, mais antigas ou mais recentes, a que dão voz cantadores de todas as gerações, mesmo das mais novas, por vezes recorrendo a textos de fados popularizados nos circuitos comerciais mas com conteúdo de algum modo análogo, ou pelo menos susceptível de assim ser reinterpretado no contexto local, o contraste de condições sociais evidencia-se como tema organizador fundamental do fado em Alfama.

As sessões de fado popular no bairro são atravessadas por este eixo temático. Muitos dos fados ali mais apreciados abordam as desigualdades de situações sociais, os sentimentos de injustiça a tal respeito, as prepotências de ricos e poderosos, as virtudes dos trabalhadores, as aspirações de mobilidade social, a condenação dos que assumem atitudes de distanciamento e desprezo perante os meios populares de origem.

O tema do contraste social estrutura-se em torno de um conjunto de elementos centrais: a evidenciação das diferenças de condição social, a forte sensibilidade às suas manifestações colectivas e à marcação da existência pessoal por elas, o sentimento de revolta contra ricos e poderosos; mas, também, a explicitada ou secreta esperança de ascensão social a lugares de abastança e privilégio — por exemplo, pela via de amores interclassistas, ou através de meios mais prosaicos, por sorte ou por deliberação, qualquer dos casos podendo aparecer quer com conotação simpática e

---

9 Veja-se o depoimento de Armando Santos em António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste: O Fado no Bairro de Alfama*, op. cit., pp. 98 e segs.

aprovadora, quer como expediente condenável ou como manifestação de duvidosa integridade pessoal.

No contraste social está a lamentação de uma vida feita de carências, insegurança e dependência, mas está também o destaque compensatório de valores como o da dignidade e o da coragem, atribuídos aos meios populares; está a aspiração a melhores lugares na hierarquia social mas está também, ao mesmo tempo, uma profunda ambivalência a respeito desses trajectos individuais de mobilidade social ascendente, sobretudo no que eles ameaçam conter de abandono, rejeição e sobrançeria perante os meios sociais de origem, perante pares e familiares que ali deixaram.<sup>10</sup>

Em Alfama, este núcleo de estruturação dos padrões culturais do bairro não deixa de ser, claro está, intersectado pela repercussão simbólica das linhas de força que se propagam na sociedade em que o bairro de insere: processos de estruturação social, dinâmicas culturais, conjunturas económicas, lutas sociais, disputas políticas. O fado, com a sua gama restrita de composições musicais, conhecidas de todos em bairros como este, proporciona um suporte expressivo à veiculação dos mais diversos tipos de mensagens, relativas a sentimentos ou a episódios, a valores ou a ideologias, mais voltadas para o comentário aos acontecimentos que vão pautando os processos sociais e a vida das pessoas ou mais marcadas pela defesa de atitudes morais ou de posicionamentos sociais, de tonalidade mais conservadora ou mais progressista.

No entanto, em Alfama, a expressão fadista destes diversos componentes do universo de sentido da população local, tende a construir os seus discursos em torno de um conjunto restrito e preciso de eixos temáticos, nomeadamente daquele que se designou por “contraste social”. Ao longo dos tempos, foram possíveis ali tanto fados miguelistas como liberais, tanto monárquicos como republicanos, tanto reaccionários como revolucionários, tanto conservadores como progressistas, ou outros, com temas de algum modo relacionados com questões sociais, mas sem orientação político-ideológica tão vincada. Seja como for, em todos eles, mais ou menos distorcido, lá aparece o operador simbólico do contraste social. É que, em Alfama, a expressão fadista das diferentes ideologias não pode deixar de se fazer senão através da

---

10 Ambivalências dos meios populares perante a mobilidade social ascendente, deste tipo ou de tipos análogos, têm vindo a ser referenciadas com alguma frequência na bibliografia, nomeadamente em estudos clássicos realizados em contextos locais urbanos, tais como o de William Foote Whyte, *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum*, Chicago, The University of Chicago Press, 1981 (1943), por exemplo, pp. 272-276, ou o de Herbert J. Gans, *The Urban Villagers: Group and Class in the Life of Italian-Americans*, Nova Iorque, The Free Press, 1982 (1962), em especial, pp. 217-226. Num plano teórico mais geral, a questão é reportável a importantes desenvolvimentos conceptuais e analíticos como os, também clássicos, de Robert Merton sobre a teoria dos grupos de referência. Ver Robert K. Merton, *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (1949, 1968), em especial pp. 344-354.

mediação de um núcleo de significações culturais que remete para a específica estrutura social do bairro.

E que estrutura social é essa?

Uma análise sistemática da composição de classe, das trajetórias sociais e das redes relacionais do bairro terá de ficar para os capítulos seguintes. Mas pode para já lembrar-se o que se disse atrás, de maneira sintética, sobre a composição social do bairro ao longo da história. Relembre-se o que se viu sobre as marcas urbanísticas das diferenças sociais, nomeadamente sobre as grandes casas burguesas ou apalaçadas rodeadas de uma malha densa de habitações populares, num tecido urbano apertado e labiríntico. Este tipo de malha urbana é o que caracteriza as cidades comerciais-marítimas da área mediterrânica, tais como Marselha, Nápoles, Palermo, Atenas, Istambul e outras, a que faz referência Eric Hobsbawm.<sup>11</sup>

Nessas cidades não havia — e de certa maneira continua a não haver, nalguns dos seus centros históricos ou zonas portuárias — a segregação espacial entre as classes dominantes e o “povo miúdo” que a política urbana característica do capitalismo industrial iria, em maior ou menor escala, concretizar. Hobsbawm analisa a estrutura social específica dessas cidades e as práticas tanto políticas quanto culturais que lhe correspondem. Resumidamente, evidencia um tipo de simbiose social que, se por um lado consiste em formas de dominação paternalista por parte dos governantes, poderosos e ricos, e numa situação clientelista por parte da plebe ocupada em toda a sorte de ofícios e artesanatos, pequeno comércio e serviços vários, trabalho portuário e marítimo, funcionalismo de base e actividades marginais, por outro lado assume formas latente e esporadicamente explosivas de conflitualidade.

Este tipo de quadro social — citadino, comercial, marítimo, com modalidades específicas de integração nas relações sociais modernas — tende a possuir, também, uma forte matriz cultural, com modos de expressão bem caracterizados. Vejam-se as analogias entre o fado e outras formas musicais como as canções napolitanas ou as *rebetika* atenienses, por exemplo; ou, um pouco mais longe, em paragens latino-americanas, como o tango de Buenos Aires e Montevideu.<sup>12</sup> Essa matriz cultural não assenta, como à primeira vista se poderia ser levado a pensar, numa hipotética ou mítica homogeneidade social, mas reporta-se, pelo contrário, a formas particulares de relações de classe, de desigualdade social.

Em concreto, num contexto urbano como o de Alfama constitui-se um tipo específico de tecido social inigualitário que, inserido nas dinâmicas

---

11 Eric Hobsbawm, *Rebeldes Primitivos: Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1959), pp. 112-128. Veja-se também, por exemplo, Hans Medick, “Plebeian culture in transition to capitalism”, in Raphael Samuel e Gareth S. Jones (orgs.), *Culture, Ideology and Politics*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1982.

estruturais de constituição das sociedades contemporâneas, é historicamente movente, com substituição dos grupos sociais ocupantes dos lugares do poder, e com algumas alterações da própria natureza das relações sociais de dominação, mas que reproduz também, de forma continuada, modalidades específicas de hierarquia social. É o que indicia o tema do contraste social, conotando a estrutura e a dinâmica deste tipo de relações sociais, e das práticas que geram, diferentes da dialéctica conflitual entre patronato e operariado industriais, protagonistas mais centrais das relações sociais capitalistas.

As gentes de Alfama têm sido, sucessiva e misturadamente, monárquicas e republicanas, salazaristas e democráticas, conservadoras e socialistas ou comunistas. Desde a implantação da democracia em 1974, os resultados eleitorais, situando-se maioritariamente à esquerda, têm dividido a população, com flutuações maiores ou menores, em cerca de um terço para o CDS/PP e o PPD/PSD, um terço para o PS e um terço para as coligações lideradas pelo PCP, embora com uma certa preponderância deste último, traduzida, entre outros aspectos, na continuidade de ocupação por militantes dessa área política da presidência das juntas de freguesia locais.

Apresentam, pois, no plano político, clivagens importantes no seu interior. Mas, ao mesmo tempo, têm vindo a manifestar, ao longo de períodos sucessivos e apesar das mutações de conteúdo social do sistema de poderes local, formas intensas e alargadamente partilhadas de identidade cultural. Um dos seus eixos organizadores remete, de maneira persistente, para essa *simbiose clientelista e conflitual* entre ricos e pobres, poderosos e dominados, elites e plebe, traduzida simbolicamente nas formas culturais fadistas alusivas ao contraste social.<sup>13</sup>

Tal persistência reenvia, aliás, para questões fundamentais da análise das relações entre processos sociais e dinâmicas culturais. Voltar-se-á ao problema com maior desenvolvimento nos capítulos finais. Mas, para já, importa não deixar de assinalar alguns pontos, ainda que de maneira muito breve. Pode perguntar-se: não teria a análise esboçada mais adequação a épocas passadas? Não desapareceu já a referida simbiose clientelista e conflitual entre elites e plebe urbana, característica de cidades pré-modernas ou em transição para o capitalismo? A ser assim, não deveriam ter desaparecido também, com ela, as formas culturais que impregnavam e exprimiam essa

---

12 Uma breve panorâmica da relação do “povo miúdo” napolitano com a música, e em particular com o canto, é traçada por Patrick Barbier, “La musique, le tragique et le comique”, in Colette Vallat (org.), *Naples: Le Paradis et les Diables*, Paris, Autrement, 1994. A respeito das *rebetika* atenienses pode consultar-se, por exemplo, Stathis Damianakos, “Culture populaire et groupes marginaux. A propos des rébetika grecs”, *Les Temps Modernes*, n.º 331, 1974, e Gail Host, *Road to Rebetika: Music of a Greek Subculture, Songs of Love, Sorrow and Hashish*, Atenas, Anglo-Hellenic Publishing, 1975. Da enorme bibliografia sobre o tango saliente-se o curto mas exemplar estudo sociológico de Darío Canton, “El mundo de los tangos de Gardel”, *Revista Latinoamericana de Sociología*, n.º 63-3, 1968.

situação social? Não serão os fados de contraste resquícios cada vez menos significativos de um quadro de relações sociais ultrapassado? Como é que eles persistem?

As respostas, que de momento terão de ser apenas preliminares, podem colocar-se em três planos. Por um lado, os fados de contraste têm mudado alguma coisa. Algumas das letras antigas tendem a deixar de ser cantadas, nomeadamente à medida que envelhecem e acabam por sair de cena os intérpretes que a elas se tinham vinculado de maneira preferencial. No entanto, outras continuam a ouvir-se, ou reaparecem de vez em quando. E, sobretudo, estão sempre a surgir novas letras que, sobre conteúdos actuais e em moldes renovados, não deixam de tematizar à sua maneira o contraste social. Ou pelo menos — mas é isso aqui, afinal, o mais relevante — esse é um sentido profundamente entranhado nos modos como são entendidos pelos participantes das práticas do fado popular no bairro, coloquem-se eles na posição de ouvintes, guitarristas ou cantores.

Por outro lado, se se verificou, efectivamente, uma gradual extinção da presença no bairro, em proximidade física quotidiana com as camadas populares ali residentes, de antigos aristocratas, burgueses e governantes, houve como que um preenchimento, por parte de outros detentores de posições de poder, das posições sociais deixadas vagas, e surgiram novas redes de influência. Os lugares de poder relacionados com a estiva, o porto e a alfândega, com autoridades camarárias e de outras áreas institucionais, com negócios turísticos e imobiliários, com sectores de elite intelectual e com certos bandos de actividades marginais, são disso exemplos concretos.

Embora modificada, reproduziu-se no bairro uma articulação inigualitária, simbiótica, clientelista e conflitual que continua, por sua vez, a constituir um fértil caldo de cultura para a produção e a vivência popular do fado. Os vincados contrastes de destino individual e colectivo, com a específica lógica relacional ambivalente que estrutura o tecido social local, continuam a alimentar o fado de contraste.

---

13 Estas relações, e as suas congéneres urbanas estudadas por Hobsbawm, possuem especificidades próprias mas não deixam de apresentar alguns traços comuns com outras relações de patrocínio e clientelismo, com diversas formas e inseridas em diversos contextos sociais. No entanto, a utilização que aqui se faz dos conceitos de patrocínio e clientelismo é de ordem genérica, não pretendendo assumir conotações mais especializadas que alguns trabalhos acerca do tema defendem. De entre as análises a tal respeito veja-se, por exemplo, o texto clássico de Eric R. Wolf, "Kinship, friendship, and patron-client relations in complex societies", in Michael Banton (org.), *The Social Anthropology of Complex Societies*, Londres, Tavistock Publications, 1966, ou a colectânea encabeçada por Ernest Gellner (org.), *Patronos y Clientes en las Sociedades Mediterráneas*, Madrid, Ediciones Jucar, 1986 (1977). Relativamente à sociedade portuguesa, focando as relações sociais de patrocínio num espaço rural com características particulares, o estudo clássico é o de José Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo: Uma Sociedade Rural Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1977 (1971), em especial pp. 271-328.

Finalmente, a questão mais complicada tem a ver, de maneira directa, com determinadas propriedades específicas das formas simbólicas. Precisando melhor, o que está em causa são os modos muito particulares como determinadas formas simbólicas se inserem, enquanto elementos mediadores decisivos, nas relações entre processos sociais e dinâmicas culturais. Neste caso concreto, o que acontece é certas formas simbólicas, como as da linguagem fadista popular — e, muito em especial, alguns dos seus traços mais marcantes, como o do contraste social — revelarem a propriedade notável de serem capazes de, em regime de continuidade persistente, servir de veículo ao investimento de significados múltiplos e mutáveis.

Asseguram assim, ao mesmo tempo, um suporte comunicacional comum, um meio de expressão partilhado e um operador de produção cultural própria, constituindo-se em elementos fulcrais de processos de produção continuada de formas pujantes de identidade cultural, num quadro relacional denso, inigualitário e em transformação social. Em termos gerais está-se perante o fenómeno da ambiguidade e flexibilidade dos símbolos, nomeadamente daqueles que se tornam decisivamente estruturadores das configurações culturais identitárias associadas a determinados meios e processos sociais. É assunto que envolve uma série de problemas, tão importantes como delicados, aos quais terá de se voltar dentro em pouco, com maior integração de referências empíricas e num registo teórico um tanto mais desenvolvido.

Apenas, por agora, uma observação adicional. Tem sido difícil às ciências sociais eliminar o mal-entendido que pressupõe os fenómenos de identidade, quando não mesmo a própria dimensão cultural das sociedades, associados em exclusivo à homogeneidade social e ao consenso, à permanência e ao isolamento. Esta suposição não tem qualquer consistência teórica nem resiste à evidência empírica. Os fados de contraste e a maneira como eles se inscrevem no universo de sentido partilhado pela população local mostram bem que a produção de identidade cultural pode perfeitamente ocorrer, como em Alfama, não apenas reportando-se a alguns daqueles aspectos, mas também enquanto dimensão constitutiva e modo de manifestação de relações sociais hierarquizadas, conflituais, em permanente processo de mudança e articuladas com a sociedade envolvente.

Caleidoscópico espacialmente circunscrito, onde os vectores estruturantes da sociedade envolvente se reconfiguram de maneira singular, o bairro é palco de um tecido social inigualitário específico, simbiose clientelista e conflitual de classes populares e grupos dominantes, do qual a identidade cultural alfamista é, ao mesmo tempo, uma das traves mestras e uma forma privilegiada de expressão.

## A emergência local do trágico

Além dos fados que tematizam de maneira explícita a identidade local e do eixo simbólico presente em muitos deles relativo ao contraste social, o fado popular em Alfama evidencia ainda uma terceira dimensão fundamental para o tema deste trabalho. Chamou-se-lhe, por razões que se tornarão compreensíveis já de seguida, *o trágico fadista*.

Logo de início, no decurso das primeiras fases da pesquisa de terreno, a observação no bairro das práticas fadistas suscitou um conjunto de interrogações acerca do que se ia verificando ser ali um elemento importantíssimo, inserido em profundidade nos padrões culturais locais. Que significados atribuir, no contexto do bairro, ao carácter muito particular da *música* do fado, com o seu recorte monótono, lento e triste? Trata-se de características bem conhecidas, as quais, aliás, serviram de pretexto a debates intermináveis entre críticos e apologistas do fado, desde o seus primeiros comentadores.<sup>14</sup>

Convém notar, entretanto, que as músicas clássicas do fado, como bem salienta Ruben de Carvalho, se desenvolvem ao longo deste século com base em dois pilares fundamentais, o Fado Menor e o Fado Corrido.<sup>15</sup> E este último apresenta atributos bastante diferentes, mais vivos e alegres. As sessões de fado em Alfama incorporam um e outro filão musical, sendo que este segundo muitas vezes veicula letras de conteúdo festivo, sarcástico ou brejeiro, de tonalidade emocional bem diferente das que em geral acompanham o primeiro. Mas não deixa de ser verdade que a grande maioria das músicas do fado — e é também o que acontece com os que se ouvem em Alfama — se inscreve de algum modo no perfil dominante que se começou por referenciar.

Por outro lado, *o ambiente* da sessão fadista. O cenário nocturno e confinado, as luzes fracas, os xailes negros — tudo isso aponta para um espaço envolvente que condiz, em termos de redobramento físico e icónico, com os estados de espírito e registos emocionais construídos musicalmente pela grande maioria das composições fadistas.

Novamente aqui se impõe fazer algumas ressalvas, a que a observação directa das práticas fadistas locais conduz. É que nas tascas ou nas ruas, e muito em especial nas colectividades, esse tipo de envolvência não é incompatível com um clima de convivialidade lúdica, por vezes efusiva, com a alternância entre períodos de concentração, silenciosa e introvertida, nas interpretações do fado e períodos de luzes acesas, risadas fortes e conversas

---

14 Como por exemplo, em cada uma dessas posições contrapostas, os célebres ensaios de Luís Moita, *O Fado, Canção de Vencidos*, s/ed, 1936 e de Avelino de Sousa, *O Fado e os seus Censores*, Lisboa, Edição do Autor, 1912.

15 Ruben de Carvalho, *As Músicas do Fado*, *op. cit.*, p. 115.

cruzadas, de jogo e brincadeira. Um misto de uma e outra coisa acontece também, com alguma frequência, quando o fado é jocoso, ou cantado à desgarrada, envolvendo despique entre cantadores, às vezes improvisação, ou quando o refrão é cantado em coro pela assistência.

Quanto precisamente a este público, à *assistência* da sessão de fado popular de bairro, põem-se ainda problemas de interpretação específicos. Que vai fazer a assistência a uma sessão de fado? Vai fruir, apreciar? Vai sofrer? Que relação estabelece com os intérpretes? E, sobretudo, o que significa a praxe do rigoroso mutismo, do silêncio ritual da assistência do fado? É que, se há um ritual permanente, um traço vincado do acto fadista tomado como um todo, é esse ritual do silêncio — pelo qual, segundo a expressão que surge com frequência nestes contextos quando é preciso repô-lo, “tão fadista é aquele que escuta como aquele que canta”.

A presença numa situação de fado bairrista tem, no fundo, o carácter de assistência passiva a um espectáculo ou, no essencial, de participação cultural activa? É claro que a rotatividade dos cantores, a possibilidade de cada um dos presentes (ou, pelo menos, de uma grande parte deles), intervir cantando, dimensiona o fado amador como participação. Mas será que o silêncio ritual tem apenas, e sobretudo, essa função de assegurar aos que, à vez, tomam posse da expressão vocal, as condições de o fazerem sem serem perturbados? Será um mecanismo de garantia contra a mutilação da expressão fadista de todos e de cada um? Essa é, sem dúvida, uma das linhas de explicação. Mas é duvidoso que atinja o essencial.

Um ângulo de acesso interpretativo a um conjunto de questões como estas, permitindo tratá-las de maneira unificada, pode apoiar-se no exame de outro eixo temático que estrutura as letras do fado praticado em Alfama. Fados como o seguinte, que foi possível ouvir diversas vezes, cantado nomeadamente por antigos e assíduos praticantes do fado amador no bairro.

Paizinho diga lá quero saber  
 Por que anda quase sempre embriagado  
 Já toda a vizinhança anda a dizer  
 Que é um bobo, um fantoche, um desgraçado

Tu queres então saber ó minha flor  
 A causa de eu beber em demasia  
 Eu vou-te explicar meu querido amor  
 Porque o vinho me enleia e me inebria

A tua mãe morreu e eu sem coragem  
 Fiquei curtindo a dor amargurada  
 Por isso quando bebo a sua imagem  
 Brilha perante mim doceficada

O filho muito feliz beijou o pai  
 Contente com a resposta recebida  
 E o pobre alegremente então lá vai  
 Para a oficina olhar pela sua vida

Mas nessa tarde alguém assim que o viu  
 Diz-lhe, corre ao teu lar que esse inocente  
 Está mal, está muito mal porque ingeriu  
 Uma porção enorme de aguardente

O que é que tu fizeste vida minha  
 O que é que tu fizeste filho meu  
 Paizinho eu também quis ver a mãezinha  
 Depois fechou os olhos e morreu

Fados como este há muitos nas práticas fadistas de Alfama. São dos que deixam os circunstantes mais entusiasmados. “Bonito! Que lindo fado!”, ouve-se comentar. Podem ter muitas variantes, estar associados a temas de relação familiar, como o referido, a temas de amor e paixão, ciúme e traição, a temas de contraste social, ou outros. Mas todos tocam profundamente os ouvintes. Os intérpretes mais novos preferem em geral versões poéticas mais actualizadas, na maior parte recuperadas do reportório divulgado por este ou aquele fadista profissional. No entanto, a um certo nível — que importa aqui, precisamente, identificar e analisar —, a estrutura de sentido subjacente é a mesma.

Que elementos ressaltam nestas letras? Por um lado, aquilo que remete de imediato para o *destino*, associado quase invariavelmente à desgraça. Foi o fado! Mas, por outro lado, destes fados não transparece, pelo menos de maneira incontroversa, a insinuação da irresponsabilidade individual e colectiva que o recurso àquela exclamação sintetizaria — o que é a tese principal de uma fileira de críticos e analistas desta forma cultural.<sup>16</sup>

É que, se “foi o fado”, ocorre também que os acontecimentos conducentes ao desfecho nefasto são desencadeados pela acção voluntária e bem definida de um personagem central. A *responsabilidade* ficou atribuída de maneira clara e, paradoxalmente (ou não?), coexiste com aquele sentimento de “destino traçado”. Mas, se se examinar ainda o enredo num terceiro plano, verifica-se que o que é próprio desse acto fatal claramente atribuído a um determinado personagem é que, sendo deliberado e voluntário, *não visava os efeitos produzidos*, mas outros. Por último, continuando a dissecar o conteúdo destes fados, ou deste eixo de significação contido em muito fados, conclui-se que

---

16 O exemplo talvez mais elaborado desta tese encontra-se provavelmente na formulação de António Osório, *A Mitologia Fadista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

esta não deliberação em provocar a desgraça, que poderia conduzir a desculpabilizar pela segunda vez o personagem que desencadeia os acontecimentos, não impede que eles só tenham ocorrido porque esse personagem se comporta em *infracção* aos valores sociais prevalecentes ou às normas socialmente preconizadas.

Ou seja, se num primeiro momento o que ressalta é a irresponsabilidade do actor (porque foi o destino que se impôs), e se num segundo momento se constata que afinal houve uma acção voluntária que o responsabiliza pelo desenlace ao nível do acontecimento funesto e, ainda, se num terceiro momento a não intencionalidade face aos efeitos produzidos parece repor a desculpabilização, num quarto momento a culpabilidade volta a ficar estabelecida, mas não já quanto ao acontecimento funesto (esse, o actor não o previu), mas ao nível do desprezo dos valores e da infracção das normas sociais. Para esta sequência de elementos de significação, articulados e sobrepostos, é possível encontrar uma designação. Confrontando-a com um núcleo específico de traços simbólicos marcantes que atravessam, no tempo e no espaço, toda uma série de configurações culturais, pareceu apropriado chamar-lhe *o trágico*.

De Sófocles e Ésquilo, passando por Corneille, Racine e Shakespeare, até Ionesco ou Beckett, Camus, Malraux ou Sartre, entre muitos outros, a história da cultura ocidental contém como uma das suas dimensões fundamentais, segundo Jean-Marie Domenach, este elemento trágico.<sup>17</sup> De acordo com o autor, na obra de alguns dos mais importantes artistas, escritores dramáticos e filósofos, na acção histórica de políticos e movimentos sociais, bem como em configurações culturais de grande amplitude social e permanência temporal, como as religiões institucionais ou as formas de superstição popular, integram-se e entrelaçam-se os dois temas principais do trágico: o escândalo da culpabilidade sem crime e o conflito entre liberdade e fatalidade.

Sem alongar aqui a análise desta e doutras referências, as perspectivas por elas avançadas sugerem a possibilidade de considerar, de um certo ponto de vista, ou numa das suas dimensões constitutivas fundamentais, o fado como trágico.<sup>18</sup> Isto é, como afloramento, num contexto social específico, e elaborado de um modo muito particular — enquanto forma poética, musical e ritual, de produção popular em contextos de sociabilidade bairrista —, de um elemento recorrente e profundamente estruturante do nosso universo cultural.

As experiências primordiais da existência humana e da vida social que remetem para o mal injustificado e a imprevisibilidade funesta, a falta inconsciente e o castigo imerecido, os efeitos inesperados da acção intencional

---

17 Jean-Marie Domenach, *O Retorno do Trágico*, Lisboa, Moraes Editores, 1968 (1967).

18 Veja-se, para maiores desenvolvimentos, António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste. O Fado no Bairro de Alfama*, *op. cit.*, em especial pp. 207-254.

(aqui, muito mais do que Boudon teria pensado, adequadamente apelidáveis de “efeitos perversos”<sup>19</sup>), as consequências desmedidas de actos insignificantes, as combinações inextricáveis de vontade humana e de desumana fatalidade, tudo isso sugere o fado como trágico.

O fado parece participar do trágico, recriar de forma especificamente modulada esse componente pregnante das estruturas culturais, remetendo para todo aquele conjunto de determinações. É possível dissecá-lo numa articulação de sentidos como a que acima se exemplificou a propósito de um fado como tantos outros, cantado em Alfama nos ambientes de sociabilidade popular, mas pode ser explorado numa multiplicidade de sentidos. Aliás, diversas composições do trágico fadista contêm os elementos apontados em diferentes combinações, com maior ou menor realce para cada um deles.

Quando se referiu uma sequência de quatro elementos — destino, acção voluntária, falta inconsciente, responsabilidade social — tal sequência era mais uma necessidade de exposição do que uma ordenação temporal ou hierárquica de níveis. O que caracteriza o trágico fadista é a tensão que existe, em cada canção, entre esses quatro elementos. Consoante os fados, uns ou outros tornar-se-ão mais evidentes.

Tal saliência depende também do conjunto de circunstâncias em que se processa a recepção do fado: do meio social, do perfil cultural e do quadro relacional em que ocorre, dos sistemas de disposições incorporadas, do seu acionamento situacional por cada participante, do conjunto de significações que cada um pode mobilizar, com base nas suas experiências pessoais, no decurso da interpretação ou perante a audição do fado.

Na sua coexistência e intermutabilidade nas situações do fado amador em Alfama, verifica-se como que uma reinterpretação enfática dos múltiplos planos de sentido presentes nos textos em torno daquela articulação básica de significados. Estes podem, aliás, desdobrar-se e ramificar-se em múltiplas direcções sem perder a sua ancoragem significativa essencial. Um exemplo encontra-se num outro fado, semelhante ao referenciado anteriormente, cantado nos mesmos meios.

Um dia certa criança  
Teve a genial lembrança  
Que eu aqui lhes vou contar  
Era ainda pequenino  
Mas já tinha muito tino  
E era raro ir brincar

---

19 Raymond Boudon, *Effets Pervers et Ordre Social*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979 (1977).

Havia no seu quintal  
 Uma árvore e por sinal  
 Um melro fez lá o ninho  
 E lembrou à criancinha  
 Com um carrinho de linha  
 Subir lá acima sozinho

A mãe bem o procurou  
 Porém não o encontrou  
 Após tê-lo chamado  
 Então um grito ela ouviu  
 E o garotito caiu  
 Cá em baixo inanimado

Prestes a deixar o mundo  
 O garoto moribundo  
 Com a palidez do mármore  
 Disse, não foi pelo ninho  
 Foi para salvar meu paizinho  
 Que eu subi àquela árvore

Ainda me lembro bem  
 De o doutor ter dito à mãe  
 Que com custo a prevenia  
 Que quando as folhas caíssem  
 E a nossa árvore despissem  
 O meu paizinho morria

Por isso levei as linhas  
 Para atar bem as folhinhas  
 E todas elas atei  
 Ele agora já não morre  
 Anda, vai dizer-lhe, corre  
 Que eu morro mas que o salvei

É não só um caso notável da sobreposição de significações que se encontrou no trágico mas ilustra também um aspecto realçado por Jean-Pierre Vernant a propósito da forma canónica da tragédia grega, o de que um sentido subtil da ironia trágica consiste em mostrar como o personagem central se vê apanhado na teia das suas próprias palavras que, de maneira implacável, se voltam contra ele.<sup>20</sup> Vários autores sublinham este aspecto do trágico: disse-se e, ao dizer-se, desencadeou-se uma sequência de acontecimentos trágicos, inesperados, desmedidos nos seus efeitos terríveis e paradoxais. A palavra é causa

de acontecimentos funestos, mas causa incontrollada. O homem é responsável mas incapaz de controlar o seu destino. Neste sentido o trágico é a própria metáfora da relação do indivíduo, e da sua acção simbólica, com o jogo das forças sociais.

O mais importante, porém, é que estas dimensões de sentido, inscritas nos textos fadistas, redobram aspectos decisivos da música e do ritual do fado, eles próprios portadores de significados essenciais, interpretáveis igualmente segundo a pauta cultural do trágico. Referência inspiradora decisiva é aqui uma obra de Nietzsche, *A Origem da Tragédia e o seu Fundamento no Espírito da Música*, em que o filósofo interpreta a tragédia grega como a combinação perfeita do “espírito apolíneo” e do “espírito dionisíaco”, princípios fundamentais da arte e da cultura.<sup>21</sup> Conjugados no “conhecimento trágico”, opor-se-iam ao “espírito socrático”, do conhecimento teórico e do optimismo científico. O espírito apolíneo é o das artes plásticas, da medida, do equilíbrio, da beleza. O espírito dionisíaco é o da embriaguez, do excesso, da comunhão primordial com a vida... e da música.

Ora, apesar de a tragédia grega conseguir uma união perfeita do espírito apolíneo com o espírito dionisíaco, é este último que representa afinal, para Nietzsche, o mais importante componente do trágico e, sendo assim, é então a música, e não o texto, que dá ao trágico o suporte expressivo essencial. A música, reflectindo o sofrimento primordial, está para além das imagens; o poeta lírico e o poeta popular situar-se-iam deste modo numa espécie de meio caminho, trabalhando com imagens que são, de certo modo, evocações do espírito da música. Para Nietzsche, a “canção popular” aparece, difundida em variadíssimas formas, como “espelho musical do mundo, como melodia primordial que anda à procura da imagem de sonho que lhe seja irmã para a exprimir num poema”.<sup>22</sup>

Nesta ordem de ideias, não se encontrará, para o trágico fadista, um princípio de compreensão na música, tanto como ou mais do que na letra? Não dará a música do fado acesso a esses mesmos padrões emocionais que metaforicamente o filósofo refere? Mais do que uma música monótona e triste que acompanha um texto trágico, não será o fado uma música trágica acompanhada por diferentes (e, nesse sentido, como que indiferentes) textos poéticos, os quais evocam de algum modo as significações profundas dessa música, reforçando-lhe o efeito?

---

20 A expressão usada pelo autor é “pris au mot”. Jean-Pierre Vernant, “Tensions et ambiguïtés dans la tragédie grecque”, in Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, *Mythe et Tragédie en Grèce Ancienne*, Paris, François Maspero, 1982, p. 35.

21 Friedrich Nietzsche, *A Origem da Tragédia*, Lisboa, Guimarães Editores, 1978 (1892). A tradução, abreviando-o, não faz completa justiça ao título do original alemão nem à importância da música na tese defendida pelo autor.

22 Idem, p. 60.

A estas considerações pode juntar-se ainda uma outra. A sessão de fado amador em Alfama possui o carácter de espectáculo, de representação separada de artistas-actores perante uma assistência passiva de espectadores? Ou terá antes o cunho participativo da festa? Por um lado, a actuação rigorosamente individual, em espaço cénico demarcado, do cantor e, a par disto, o absoluto silêncio da assistência, parecem indicar um extremar supremo do espectáculo, da não participação do público. Por outro lado, o ambiente de comunhão no acesso emocional e simbólico a aspectos profundos da existência, que aqui se tem vindo a designar por “trágico”, e o carácter ritual da sessão, parecem ser da mesma natureza daqueles estados de exaltação emotiva intensa e fusional, dos estados de efervescência colectiva analisados classicamente por Durkheim ou mais recentemente por Turner, Bakhtine ou Duvignaud, entre vários outros.<sup>23</sup>

Na obra referida, Nietzsche observa que a tragédia grega, antes de drama, começa por ser coro. O coro, composto por figuras populares, tem o papel fundamental de produtor de visões que se materializam no palco, não intervindo no entanto directamente na acção dramática. Este coro que, no seu êxtase, participa ao mesmo tempo do sofrimento e da sabedoria trágica sem que lhe caiba agir em cena, não poderá, no fado, de forma análoga, não lhe caber a ele cantar? Mas permanecendo, como no caso de referência examinado por Nietzsche, o enraizamento essencial e a caixa de ressonância indispensável à geração dos sentimentos e significações que se produzem no decurso da situação codificada de envolvimento colectivo, recorrentemente recriada, que é a sessão de fado amador em Alfama?

Não será a assistência à sessão fadista, não um público, separado, de um espectáculo de representação, mas um coro mudo? Mas mudo de um silêncio ritual, silêncio que é uma obrigação, perante as características da sessão fadista, para que se possa obter essa comunhão intensa, essa partilha profunda em que se participa do trágico como sentimento primordial e sabedoria da existência. Silêncio que significa e se estrutura em íntima sintonia com a música do fado, com os trinados da guitarra e as modulações vocais, em estreita interpenetração com a rede complexa mas específica de significados da narrativa trágica.

No fado, entendido como forma cultural popular, praticada nas sessões de fado amador do bairro, o coro mudo, de participantes silenciosos, (e não “meros” espectadores), é então pelo menos tão essencial como os intérpretes

---

23 Émile Durkheim, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979 (1912), em especial pp. 593-638; Victor W. Turner, *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*, Petrópolis, Editora Vozes, 1974 (1969), nomeadamente pp. 116-159; Mikhail Bakhtine, *L' Oeuvre de François Rabelais et la Culture Populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*, Paris, Éditions Gallimard, 1970, em especial pp. 198-276; Jean Duvignaud, “La fête: essai de sociologie”, *Cultures*, vol. 3, 1976.

vocais e instrumentais. Como se diz nessas ocasiões, e já atrás se referiu, “tão fadista é aquele que escuta como aquele que canta!” Nem espectáculo nem festa dão completa ou adequadamente conta, afinal, da natureza do fado. Num certo sentido, essa natureza é o trágico, como categoria cultural.<sup>24</sup>

Poder-se-ia então dizer que as características específicas de Alfama, a sua inserção especial na cidade e no processo histórico, o quadro relacional interno que nela se estabelece e a configuração sociocultural que lhe corresponde, teriam possibilitado ao bairro constituir-se em espaço propício à irrupção do trágico, um local onde ele facilmente emerge, de quando em quando, no círculo da sessão fadista, como processo emocional, expressão simbólica e criação cultural.

### **Protagonismo cultural, música e sociedade**

Numa formulação sintética pode dizer-se, pois, que o fado constitui, em Alfama, uma *linguagem identitária*, uma *prática identitária* e uma forma de *cultura identitária*. Desde logo, quando toma o bairro por tema preferencial, representando-o simbolicamente como entidade colectiva, veiculando a expressão de sentimentos de pertença, proporcionando menções diversas ao bairro enquanto quadro de vida e cenário de fado. Mas, também, de maneira muito mais ampla e profunda, ao revelar-se como importante prática cultural local, largamente difundida, e ao ser ali tomado como matriz de significados estruturadores, de maneiras de pensar, de interpretações da experiência existencial e do universo social, de concepções de vida e de padrões de conduta. Em Alfama toda a gente conhece bem o fado, tem-no presente na ideia, vive com o imaginário povoado dos textos, dos sentimentos, dos ritmos fadistas. O fado inscreve-se em profundidade nos padrões culturais locais.

O fado popular em Alfama suscita ainda, no entanto, outras questões fundamentais relativas ao objecto deste estudo.

Fez-se atrás referência a que a estrutura simples e pouco diversificada das formas musicais fadistas, o reportório musical básico mais ou menos de todos conhecido, susceptível de ser posto em execução em qualquer lugar e ocasião em que apareça um par de tocadores de guitarra e de viola (ou até mesmo só um deles, em situações mais informais), tais características fazem das músicas do fado um suporte generalizado, sobre o qual as pessoas do bairro podem exprimir-se cantando. A tão referida, e com frequência criticada, monotonia da estrutura musical do fado constitui afinal, num contexto social

---

24 Uma perspectiva mais ampla, segundo a qual toda a cultura pode ser vista como inerentemente trágica, foi elaborada, entre outros autores, por Georg Simmel, em “Le concept et la tragédie de la culture” (1911), in Georg Simmel, *La Tragédie de la Culture et Autres Essais*, Paris, Éditions Rivage, 1988.

como este, um meio significante específico, cuja codificação e modo de accionamento os membros do quadro social local conhecem e dominam.<sup>25</sup>

A música do fado torna-se, assim, propiciadora de que a experiência estética, de que a aquisição de protagonismo activo em certos modos especializados de produção cultural, protagonismo esse que é também participação em formas de sociabilidade com forte enraizamento no tecido social local, enfim, de que a expressão, ou, melhor ainda, a construção situacional, através dessas formas simbólicas, de emoções e sentimentos, de apreciações normativas e comentários a acontecimentos, de padrões culturais de interpretação da vida e de orientação nela, não fiquem restritas a intérpretes profissionais ou a praticantes de modalidades artísticas que são, em regra, as únicas a ser reconhecidas como culturalmente válidas e valiosas nos meios da chamada cultura erudita.

Está-se pois aqui, de facto, perante algo a que — procurando superar concepções redutoras, quer de tipo “legitimista”, quer de feição “autonomista”, ainda com curso alargado neste domínio de análise — se pode chamar com propriedade *uma forma de cultura popular*, no exacto sentido em que esse conceito tem a ver, no contexto das relações de dominação cultural e de alguma maneira em confronto com elas, com o acesso a lugares e a instrumentos de expressão e comunicação, com o desenvolvimento e accionamento de modos específicos de elaboração emocional e simbólica, de criação cultural própria, por parte de meios sociais de perfil popular.

Num debate que ficou como marco fundamental da sociologia das culturas populares, Claude Grignon e Jean-Claude Passeron analisam a lógica de desenvolvimento e as potencialidades, mas também os enviesamentos e as limitações, das concepções “legitimistas” que tudo reduzem à análise ideológica da dominação simbólica, ignorando a espessura cultural própria dos meios sociais populares.<sup>26</sup> Tais concepções acabam, assim, ironicamente, por, ao ficarem prisioneiras da problemática da legitimidade, subordinarem elas próprias toda a interpretação das diversas formas e práticas culturais aos critérios dominantes de cultura, num redobramento analítico dessa mesma dominação simbólica.

Os autores referidos procedem, do mesmo modo, à avaliação das concepções “autonomistas” que, levando ao exagero a perspectiva do relativismo cultural, não se dão conta de tudo aquilo que nas configurações culturais dos meios populares tem a ver com as relações de dominação, com a contaminação

---

25 Sobre a música como significante ver, por exemplo, Maria Alzira Seixo, “Por uma semiologia da música”, e, em geral, os textos incluídos no livro a que serve de introdução: Jean-Jacques Nattiez, Umberto Eco, Nicolas Ruwet e Jean Molino, *Semiologia da Música*, Lisboa, Vega, s/d.

26 Claude Grignon e Jean-Claude Passeron, *Le Savant et le Populaire. Misérabilisme et Populisme en Sociologie et Littérature*, Paris, Éditions du Seuil, 1989.

assimétrica de formas, sentidos e critérios e com a multiplicidade de aspectos que as práticas culturais populares assumem, desde a subordinação passiva até às dinâmicas de resistência, confronto e afirmação cultural própria ou alternativa, passando pelas lutas de classificações e pelas táticas intersticiais de selectividade e reelaboração dos materiais simbólicos difundidos pelas instituições e indústrias culturais.

São duas perspectivas redutoras que, como acrescentam aqueles autores, derivam com facilidade para versões extremas, resvalando, respectivamente, para o miserabilismo e para o populismo.

A crítica às inadequações destas perspectivas polares tem vindo a ser feita desde há algum tempo. Cerca de uma década antes de Grignon e Passeron já, por exemplo, uma conhecida colectânea de textos organizada por Geneviève Poujol e Raymond Labourie, apesar da diversidade de posições conceptuais e analíticas dos vários autores, permitia um balanço global no mesmo sentido.<sup>27</sup>

A produção sociológica anglo-saxónica, pelo seu lado, integrando sob o conceito de cultura popular tanto as formas de cultura industrializadas, mercantilizadas e mediáticas como os modos de relacionamento com elas, dos mais passivos e subordinados aos mais actantes e criativos, por parte de diferentes segmentos sociais e, em especial, das classes populares, vinha já também desde há bastante tempo a produzir contributos importantes na mesma direcção.

Pode referir-se, a este respeito, desde a pesquisa clássica de Hoggart à teoria do pluralismo cultural de Gans, ou à teoria da produção de cultura de Crane ou Peterson, até à abordagem neo-gramsciana de Hall ou às análises sobre os processos de reconstrução selectiva dos materiais da cultura de massas por parte da cultura comum ou da cultura popular, como as de Willis ou as de Fiske, respectivamente.<sup>28</sup> Neste último autor, sobretudo, é

---

27 Geneviève Poujol e Raymond Labourie (orgs.), *Les Cultures Populaires: Permanence et Émergences des Cultures Minoritaires Locales, Ethniques, Sociales et Religieuses*, Toulouse, Edouard Privat, 1979.

28 Richard Hoggart, *The Uses of Literacy: Aspects of Working-Class Life with Special Reference to Publications and Entertainments*, Harmondsworth, Penguin Books, 1981 (1957); Herbert J. Gans, *Popular Culture and High Culture: An Analysis and Evaluation of Taste*, Nova Iorque, Basic Books, 1974; Diana Crane, *The Production of Culture: Media and the Urban Arts*, Newbury Park (Cal.), Sage Publications, 1992 e "Introduction: the challenge of the sociology of culture to sociology as a discipline", in Diana Crane (org.), *The Sociology of Culture. Emerging Theoretical Perspectives*, Oxford (UK) e Cambridge (USA), Basil Blackwell, 1994; Richard A. Peterson, "Culture studies through the production perspective: progress and prospects", in Diana Crane (org.), *The Sociology of Culture: Emerging Theoretical Perspectives*, op. cit.; Stuart Hall, "Gramsci's relevance for the study of race and ethnicity" ou "What is 'black' in black popular culture?", in David Morley e Kuan-Hsing Chen (orgs.), *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*, Londres, Routledge, 1996; Paul Willis, *Common Culture: Symbolic Work at Play in the Everyday Cultures of the Young*, Milton Keynes, Open University Press, 1990; John Fiske, *Understanding Popular Culture*, Londres, Unwin Hyman, 1989.

notória a influência de Michel de Certeau, presente também na colectânea de Poujol e Labourie acima referida.<sup>29</sup>

Também na investigação sociológica em Portugal se tem vindo a trabalhar no sentido da ultrapassagem da rigidez polarizada acima referida, como mostram nomeadamente, cada um à sua maneira, trabalhos recentes de Maria de Lourdes Lima dos Santos, de Augusto Santos Silva e de José Madureira Pinto.<sup>30</sup>

Não será, assim, despropositado salientar, no plano teórico, que a análise do fado em Alfama — ou, por extensão, das práticas culturais e, mais em geral, das dimensões culturais das práticas sociais locais — apela para, e permite sustentar empiricamente, uma perspectiva sociológica susceptível de ultrapassar as duas concepções opostas referidas, simetricamente reducionistas, de onde saíram trabalhos interessantes e alguns mesmo decisivos neste domínio, mas que se revelaram, ao mesmo tempo, portadoras de sérios riscos de limitação interpretativa ou enviesamento analítico.

Um desses riscos é o de subavaliar a medida em que, nas formas de cultura popular de carácter local e amador, como o fado em Alfama, se encontra uma dimensão de efectiva criação cultural, e a medida em que os respectivos protagonistas têm o carácter de sujeitos produtores culturais, com a sua individualidade artística, a sua biografia como fadistas, o desenvolvimento do seu estilo próprio, quando não mesmo do seu repertório exclusivo.<sup>31</sup>

É certo que as especificidades diferenciadoras, comparativamente com os modos eruditos de cultura ou com os meios profissionais de produção artística comercializada, não podem ser desprezadas. Ao contrário do que é comum nestes últimos, no caso em estudo é frequente, por exemplo, uma

29 Veja-se, muito em especial, Michel de Certeau, *L'Invention du Quotidien: Arts de Faire*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1980.

30 Maria de Lourdes Lima dos Santos, "Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular e a cultura de massas)", *Análise Social*, n.º 101-102, 1988 e "Reprodutibilidade/raridade: o jogo dos contrários na produção cultural", in AA.VV., *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (Actas do 1º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990; Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994; José Madureira Pinto, "Uma reflexão sobre políticas culturais", in AA.VV., *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (Actas do Encontro de Vila do Conde), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994. Dos trabalhos anteriores que avançavam também já nessa direcção pode referir-se, nomeadamente, João Ferreira de Almeida, "Quem faz o arraial é o povo: mudança social e mudança cultural", *Análise Social*, n.º 64, 1980, ou António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste: O Fado no Bairro de Alfama*, op. cit.

31 Uma teorização geral a este respeito tomando como objecto os artistas é desenvolvida por Idalina Conde, nomeadamente em "Artistas. Indivíduo, ilusão óptica e contra-ilusão", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 19, 1996. Sobre o caso em estudo, um conjunto de relatos biográficos elucidativos a este propósito pode ser encontrado em António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste: O Fado no Bairro de Alfama*, op. cit., pp. 97-166.

plurivalência maior ou menor de alguns dos protagonistas principais, enquanto instrumentistas e cantores, compositores e poetas, organizadores e apresentadores.

Além disso, nas sessões bairristas de fado amador, o princípio de que a todos os que o desejem deve ser proporcionada a oportunidade de cantar — apesar de sujeito a certas restrições, consoante a situação específica, e objecto de etiquetas implícitas e processos subtis de negociação — tende a ser em geral respeitado. Verifica-se uma participação rotativa, com a correspondente alternância dos estatutos de intérprete e ouvinte, e com a admissão de que, acima de certos limites mínimos de tecnicismo interpretativo, capacidade expressiva e intensidade emocional, qualquer um dos intervenientes na sessão — enquanto acto performativo de produção musical — é merecedor de apreciação respeitosa.

São aspectos específicos destas práticas culturais populares, mobilizadores de critérios claramente diferenciados dos predominantes nas formas de cultura institucional de carácter erudito.

Mas isso não quer dizer que não estejam presentes ao mesmo tempo, numa sobreposição que é, precisamente, objecto de constante actividade reinterpretativa e tacticismo relacional, critérios de outro tipo, de apreço pela elaboração estética, pela performance exímia, pelo desafio arriscado dos limites, pelo jogo entre a impregnação profunda nos padrões artísticos do género (e as alusões nele misturadas a outros géneros, de cariz erudito, folclórico ou mediático) e a criatividade individualizante, de algum modo sempre transgressora.

A influência de critérios veiculados pelas formas dominantes de cultura institucional entrecruza-se aqui de maneira complexa, em articulações moventes e em permanente balanceamento precário, com a doutros, próprios da cultura popular emergente no quadro social local.<sup>32</sup>

Outro aspecto que a análise do fado em Alfama permite ilustrar é a maneira como certos *campos culturais*, para falar como Bourdieu, ou *mundos artísticos*, nos termos de Becker, ao contrário das acepções em que estes conceitos são mais vulgarmente utilizados, se estruturam, não num único mas em dois planos distintos, remetendo cada um deles para modos de cultura diferentes embora fortemente articulados.<sup>33</sup>

---

32 Há paralelismos claros com outras formas de cultura popular. Veja-se, por exemplo, Augusto Santos Silva, “Uma arte do povo, e que tem a sua ciência: representações sociais do artesanato”, in AA.VV., *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (Actas do 1º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990.

33 Uma análise emblemática e relativamente recente no percurso de desenvolvimento e aplicação do conceito de campo pelo autor é a que se encontra em Pierre Bourdieu, *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*, Lisboa, Editorial Presença, 1996 (1992). Quanto a Howard S. Becker, é elucidativo o artigo “Mundos artísticos e tipos sociais”, in Gilberto Velho (org.), *Arte e Sociedade: Ensaio de Sociologia da Arte*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

Sem entrar aqui na questão, constantemente revisitada, da história do fado — muitas vezes confundida com uma procura mítica das “origens” — bastará relembrar que, quaisquer que tenham sido as etapas e influências anteriores, o fado se configura, pelo menos desde o primeiro quartel do século XIX, como forma de cultura popular urbana.<sup>34</sup> Com esta dupla determinação — popular e urbana — o fado surge em moldes já bastante definidos, no decurso do século XIX, ao longo dos processos de mudança social da cidade de Lisboa, enquanto canção por excelência dos respectivos universos de sociabilidade populares.

Reconfigura-se depois, já neste século, segundo os novos significados que urbano e popular vão então adquirindo, remetendo, duplamente, quer para grupos sociais com quadros de vida específicos nos chamados “bairros populares” lisboetas, quer para os públicos, cada vez mais alargados, dos espectáculos comerciais e das indústrias culturais de massas.<sup>35</sup> O papel da rádio e do teatro de revista, do disco e do cinema, dos restaurantes turísticos e da televisão, foi aqui decisivo.

Esta última fase é a da constituição do fado em género musical, autonomizado e definido especificamente enquanto tal, por efeito de um conjunto de factores, de onde sobressai, como se disse, a emergência das indústrias culturais e a correlativa constituição de públicos alargados, bem como o processo de profissionalização, nomeadamente dos intérpretes, que lhe está associado.<sup>36</sup>

Está-se, pois, aqui, perante um interessante processo de constituição de um novo campo cultural relativamente autónomo — o campo fadista, chame-se-lhe assim — no qual, sem se deixarem de exercer as influências do

---

34 Para referir apenas três importantes trabalhos recentes veja-se: José Ramos Tinhorão, *Fado: Dança do Brasil, Cantar de Lisboa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994; Joaquim Pais de Brito, “Fado: vozes e sombras”, in Joaquim Pais de Brito (org.), *Fado: Vozes e Sombras*, op. cit., pp. 15-36; Ruben de Carvalho, *As Músicas do Fado*, op. cit. Alfama surge sempre assinalada, nas análises e nas fontes documentais sobre o fado, como um dos seus cenários urbanos mais importantes, pelo menos desde o início do século XIX, e como local de origem de muitos dos seus mais conhecidos intérpretes. Tais referências encontram-se já de maneira alargada no célebre livro de Pinto de Carvalho (Tinop), *História do Fado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982 (1903), em que ao longo do texto aparece menção a grande número de fadistas e guitarristas do século passado de algum modo ligados ao bairro.

35 A importância das tecnologias modernas e dos meios de comunicação de massas para a configuração contemporânea das formas musicais é analisada por vários autores, tomando uma ou outra delas como objecto de estudo específico. Um exemplo recente é o de Steve Jones, *Rock Formation: Music, Technology and Mass Communication*, Newbury Park (Cal.), Sage Publications, 1992. Outro é o de Ruben de Carvalho, “A festa, a música, o rock e a cidade”, in AA.VV., *Festas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

36 A tese das três fases da história do fado — a fase do fado dançado, no Brasil, a fase do fado como canção integrada nos universos de sociabilidade popular urbana de Lisboa, dos anos 20 do século XIX aos anos 20 deste século, e a fase da constituição do fado em género musical, profissionalizado e reconfigurado pelas indústrias culturais — foi desenvolvida por Ruben de Carvalho em *As Músicas do Fado*, op. cit., em particular pp. 111-115.

contexto social mais vasto em que se insere, os critérios e as dinâmicas relevantes têm agora um curso de estruturação largamente endógeno e especializado. Ao mesmo tempo, estabelece-se como um mundo artístico — com identidade musical bem definida, com artistas profissionais, com uma rede de agentes diversos que desempenham funções especializadas, com meios industrializados de divulgação e com um público alargado.

Mas é também um mundo musical e um campo social que se estrutura — como o jazz ou o tango, por exemplo — em dois planos distintos e articulados: o dos amadores e dos públicos dos meios populares, especialmente lisboetas, conhecedores especializados e praticantes efectivos, e o dos profissionais, das casas de fado, dos instrumentos mediáticos de difusão, da comercialização e dos públicos alargados. É esta estruturação em dois planos articulados, em que a hegemonia do segundo trouxe consigo a autonomização do género musical e em que a permanência dos vínculos ao primeiro assegura uma identidade cultural referida a um contexto social específico (Lisboa e os seus meios populares), que dá ao fado o seu perfil actual. A determinação “popular urbana” deste género musical remete agora para aqueles dois sentidos contemporâneos: o de sociedade de bairro e o de público massificado.

Que os dois planos de estruturação não são estanques entre si, vê-se muito bem no bairro, onde se identificam múltiplos processos, instâncias e agentes mediadores entre ambos. Alguns já foram referenciados, como a permanente audição local dos fadistas profissionais, na rádio e na televisão, nas cassetes e nos discos; ou como o contacto mais esporádico com eles, por vezes em casas de fados, outras vezes quando aparecem nalguma sessão mais emblemática de certas colectividades, ou, ainda, pelas festas dos santos populares, na Grande Noite do Fado (que inclui profissionais e amadores, alguns destes a viverem ali mesmo um decisivo momento de passagem para um trajecto de possível profissionalização) ou em espectáculos de ar livre tendo por cenário o próprio bairro, promovidos ou apoiados pela Câmara Municipal.

Mas é importante referir também o papel mediador fundamental desempenhado por pequenos patrões de restaurantes de bairro, por agentes esporádicos de organização de espectáculos ou convívios fadistas e por “apresentadores”, personagens conhecedores do meio e especialistas na etiqueta da sessão de fado; e, sobretudo, por cantadores e tocadores semi-profissionais que circulam entre, por um lado, as sessões de colectividade ou os encontros informais da sociabilidade fadista de bairro e, por outro, os restaurantes ou bares de “fado vadio” — versão também ela semicomercial dos locais de prática do fado — e espectáculos pouco dispendiosos, ou até, eventualmente, uma ou outra deslocação ao estrangeiro promovida por associações de emigrantes.

Estes últimos, muitas vezes praticantes exímios, alguns deles polivalentes (tocadores-cantores), em geral só se ocupam aos fins-de-semana nesse tipo de actuações semiprofissionais, remuneradas a níveis relativamente

reduzidos e que, na maior parte dos casos, complementam outras actividades profissionais principais, oscilando a intensidade que lhe dedicam consoante se vão sucedendo etapas diferentes dos respectivos trajectos de vida. São eles que constituem o principal elemento-pivot da prática fadista popular, assegurando o acompanhamento instrumental das sessões, cantando quando a participação dos circunstantes está mais fraca, em certos casos fazendo ambas as coisas, divulgando reportórios, transmitindo saberes, inculcando gostos, estabelecendo ligações pessoais entre os referidos dois planos actuais de estruturação do universo fadista.<sup>37</sup>

É no quadro desses dois planos articulados e do correspondente duplo sentido contemporâneo que aqui assume a atribuição do carácter de populares urbanas a formas culturais como esta, quadro onde se volta a encontrar o entrecruzamento complexo de vectores endógenos com vectores exógenos e onde se interligam processos tanto de dominação simbólica como de produção cultural identitária, que se pode compreender o fado em Alfama e as maneiras como ele se inscreve nas dinâmicas sociais da identidade cultural local.

O que importará talvez sobretudo salientar a este respeito é que os encaidamentos não se processam num único sentido. Isto é, a análise do fado em Alfama não aponta só para como as estruturas e dinâmicas sociais — populares lisboetas e, mais globalmente, societais e mediáticas — foram construindo o fado enquanto género musical apreciado de maneira muito especial no bairro. Mostra também, em sentido inverso, como o fado, enquanto forma e prática cultural musical, tem vindo a ser, ele próprio, produtor de modos de relacionamento social, muito em especial daqueles que se podem observar num bairro como Alfama, quer no plano das relações de sociabilidade e dos quadros interaccionais de produção cultural popular, quer no plano da estruturação cultural dos padrões de conduta e das referências identitárias da população que ali vive.

Num registo teórico mais geral, o estudo do fado em Alfama poderá, assim, fornecer alguns contributos, não só para a análise dos *quadros sociais de produção de formas musicais* mas, também, para a investigação do que, com um pouco de atrevimento terminológico e muitas referências implícitas, se poderia chamar os *modos de produção musical de laços sociais*.<sup>38</sup>

---

37 Dois casos notáveis que foi possível muitas vezes, ao longo da pesquisa, acompanhar nas suas actuações amadoras e semiprofissionais, nos seus contextos de vida no bairro e ouvir longamente sobre Alfama e o fado, são os de Fernanda Machado e Manuel Coelho, de que se podem ver depoimentos biográficos em António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste: O Fado no Bairro de Alfama*, op. cit., pp. 150-166.

## Marchas populares: representação e prática identitária

Ao longo da análise foi-se vendo como, em relação a Alfama, as dinâmicas sociais da identidade cultural nem se confinam ao interior do bairro, nem têm sede exclusiva no exterior. Desenvolvem-se, sim, nas respectivas interligações, com toda a diversidade de mecanismos e com todo o redobramento de planos implicados, com todas as assimetrias relacionais e simbólicas envolvidas, com todas as ramificações dos processos identitários que ali se podem observar.

A par do fado, outra forma cultural que, embora com características bastante diferentes, se situa também, a seu modo, no cerne desses processos identitários que se jogam em pleno, em termos manifestos, nas relações entre o bairro e espaços sociais externos ou envolventes, são as festas dos santos populares e, muito em particular, as chamadas “marchas populares”. A marcha de Alfama está associada aos pontos mais altos das festas de Junho em Lisboa e, em certo sentido, pode dizer-se que constitui, no bairro, como que uma prática identitária por excelência. Ver-se-á porquê já de seguida.

A caracterização que se fez, nos capítulos anteriores, do perfil geral das festas dos santos populares em Alfama, e da importância que o bairro assume no conjunto dos festejos da cidade, permite concentrar agora a análise especificamente nas marchas. Por outro lado, a disponibilidade de estudos recentes sobre a história das marchas populares de Lisboa possibilita não alongar aqui as considerações de enquadramento.<sup>39</sup>

38 Para explicitar só algumas dessas referências, e sem pretender responsabilizar os autores pela reutilização deles aqui feita, pode mencionar-se um conjunto de contributos que vão desde os de Claude Lévi-Strauss, *Le Cru et le Cuit*, Paris, Plon, 1964, pp. 22-38, de Howard S. Becker, “La culture d’un groupe déviant: les musiciens de danse” e “Les carrières dans un groupe professionnel déviant: les musiciens de danse”, in Howard S. Becker, *Outsiders: Études de la Sociologie de la Déviance*, Paris, Éditions A. M. Métailié, 1985 (1963), ou de Anthony Seeger, “Por que os índios Suya cantam para as suas irmãs?”, in Gilberto Velho (org.), *Arte e Sociedade: Ensaios de Sociologia da Arte*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, até a vários outros mais recentes, como os de Louis-Jean Calvet, *Chanson et Société*, Paris, Payot, 1981, de Ruben George Oliven, “Man/woman relations and the construction of brazilian identity in popular music”, *Social Science Information*, vol. 27, n.º 1, 1988, de José Ramos Tinhorão, *História Social da Música Popular Brasileira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990 e *As Origens da Canção Urbana*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997, de Antoine Henion, “Les médiateurs modernes de la musique: l’instrument, la partition, l’enregistrement”, in Idalina Conde (coord.), *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, op. cit., do conjunto de autores com textos incluídos em Patrick Mignon e Antoine Henion (orgs.), *Rock: de l’Histoire au Mythe*, Paris, Anthropos, 1991, de Bernard Lehmann, “L’envers de l’harmonie”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 110, 1995 ou de Tia de Nora, “The musical composition of social reality? Music, action and reflexivity”, *The Sociological Review*, vol. 43, n.º 2, 1995; e, sobretudo, como os de Simon Frith, “Towards an aesthetic of popular music”, in Richard Leppert e Susan McClary (orgs.), *Music and Society: The Politics of Composition, Performance and Reception*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987 ou “Music and identity”, in Stuart Hall e Paul du Gay (orgs.), *Questions of Cultural Identity*, Londres, Sage Publications, 1996.

Basta lembrar, em síntese, um conjunto de elementos-chave: o começo formalizado das marchas populares de Lisboa em 1932; a dialéctica, que as atravessa desde início, entre as dinâmicas festivas populares e o intervencionismo estatal e, sobretudo, municipal — intervenção essa integrada, nos primeiros tempos, na política cultural do Estado Novo, e passando de seguida por outras fases, com modificações significativas no pós-25 de Abril, em especial na década de 90, mas também com algumas continuidades assinaláveis; o protagonismo específico e decisivo das colectividades de bairro na organização das marchas; a centralidade de que elas se revestem nas Festas de Lisboa.

Convém ainda salientar, se bem que de maneira preliminar, algo que tem incidência crucial na presente análise. Trata-se do modo como as marchas populares lisboetas se constituem em representação dos bairros da capital. E isto num triplo sentido de representação: no de entidades representantes, no de elaboração cultural de artefactos, imagens e performances representacionais e, ainda, no de elementos simbólicos constituintes de representações sociais.<sup>40</sup>

O primeiro sentido é o de marchas que se exibem, perante as outras e perante a cidade (e mesmo, hoje em dia, com as transmissões televisivas, perante o país), enquanto colectivos organizados que se assumem com o estatuto de representantes de bairros. O segundo diz respeito ao modo como as marchas encenam os bairros a que pertencem, tomando como tema dos arcos, dos trajos dos marchantes e das letras que estes cantam, bem como, por vezes, de certas marcações coreográficas, motivos de vária ordem alusivos aos respectivos bairros. O terceiro, por fim, refere-se às representações simbólicas identitárias relativas a cada um dos bairros — e à imagem de Lisboa como cidade de bairros — que as marchas ciclicamente realçam e reconstroem nos mapas cognitivos das populações, quer das pertencentes ao bairro respectivo, quer das dos outros, reactivando ao mesmo tempo a intensidade afectiva com que essas identidades bairristas são sentidas.

No início da noite de 12 para 13 de Junho a marcha de Alfama dirige-se para junto da Praça Marquês de Pombal. Os marchantes, músicos, ensaiador, dirigentes e comissão técnica da colectividade, bem como outros elementos

---

39 Os trabalhos referidos são o de Ruben de Carvalho, “A vertente política e a vertente popular das Festas de Lisboa”, in AA.VV., *Festas de Lisboa, op. cit.*, e o de Graça Índias Cordeiro, *Um Bairro no Coração da Cidade. Um Estudo Antropológico sobre a Construção Social de um “Bairro Típico” de Lisboa*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1995 (tese de doutoramento), pp. 38-147. Importante elemento informativo são também as anotações de um dos mais antigos e conceituados ensaiadores de marchas, José Ramalho, nomeadamente as por ele incluídas em *ABC das Marchas Populares*, Lisboa, edição do autor, 1996.

40 Uma teorização integrada recente do conceito de representação no contexto de uma teoria sociológica da cultura pode encontrar-se em Stuart Hall, “The work of representation”, in Stuart Hall (org.), *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, Londres, Sage Publications, 1997.

que entram no desfile ou o apoiam directamente, vão num autocarro de passageiros. Os arcos seguem em camião aberto cedido pela Câmara. O destino é integrar-se no desfile em que as diversas marchas, em número que tem ultimamente oscilado em torno de dezoito ou dezanove, descem à vez pela Avenida da Liberdade.

O desfile dura várias horas. A afluência de população de Lisboa, em especial dos vários bairros representados, e também de visitantes e turistas, para verem as marchas ao longo da Avenida, é muito grande. A meio do percurso são instaladas bancadas para o júri e também para o Presidente da Câmara e vereadores, com frequência o Presidente da República e por vezes membros do governo, personalidades do mundo artístico e muitos outros convidados assistirem, sentados, ao desfile das marchas. Um dos canais televisivos faz a transmissão, ao longo de horas a fio.

É um acontecimento decisivo, a abrir os festejos da noite de Santo António, por sua vez momento principal do ciclo festivo de Junho em Lisboa, quando também atingem maior animação as dezenas de arraiais que se fazem pela cidade, o mais importante dos quais se passa precisamente em Alfama.

Pontuado por locais específicos de música e bailes, comida e bebida, organizados por colectividades ou grupos de vizinhos, na verdade todo o bairro se transforma num enorme arraial. A afluência da multidão começa pouco depois do jantar mas, após o desfile das marchas ter terminado, invadem-no novas ondas de pessoas. Uma parte da população do bairro desloca-se à Avenida para ver e apoiar a marcha, regressando com ela ao bairro, em clima de grande entusiasmo. Outros vão acompanhando o desfile pela televisão, muitos deles pelo canto do olho enquanto se afadigam nos retiros a servir aos visitantes sardinhas assadas e febras, vinho e cerveja, arroz doce e café, a vender-lhes manjericos, a manter os bailes animados com música gravada ou ao vivo.

Na tarde do dia 12, antes de partirem para a Avenida da Liberdade, e antes de Alfama se começar a encher de forasteiros, as raparigas e os rapazes que vão desfilar, após semanas de ensaio diário ou quase, vestem finalmente em público os seus trajes de marchantes e são chamados a fotografar-se nas escadinhas do bairro, ou a ser registados em vídeo, no meio de grande animação, junto de amigos e namorados, de vizinhos e familiares embevecidos.

Na véspera é o ensaio geral, já com os arcos entretanto construídos (durante os ensaios anteriores usam-se armações simples de madeira, a simulá-los) e as referidas indumentárias, entretanto também ultimadas. A preparação dos trajes e dos arcos, bem como os ensaios — que se realizam no ginásio da colectividade organizadora — e, por maioria de razão, o ensaio geral, são mantidos cuidadosamente à porta fechada, na preocupação de evitar que outros bairros possam copiar ideias para os arcos, figurinos e marcações.

Um ou outro elemento especial, de singular efeito cénico, musical ou coreográfico, a apresentar no clímax da exibição, é mesmo por vezes reservado

para outro momento, o mais decisivo na exibição das marchas, que ocorre alguns dias depois e que tem lugar, desde há vários anos, no Pavilhão Carlos Lopes, também conhecido pela designação anterior de Pavilhão dos Desportos. Se o desfile na Avenida da Liberdade, incluindo actualmente a respectiva transmissão televisiva, tem sobretudo a vocação de representar cada bairro perante a cidade e, no seu conjunto, de representar Lisboa (uma certa Lisboa) perante si própria, perante o país e perante os poderes instituídos, as exhibições no Pavilhão são muito mais um “assunto interno”, um medir de forças entre bairros e um fortíssimo momento de exaltação das identidades bairristas.

Na Avenida, com todos os bairros presentes, a duração de cada exibição de canções e marcações nos chamados “pontos de luz” — locais particularmente iluminados em que as marchas interrompem o percurso de descida e fazem um conjunto de evoluções, o mais importante dos quais é frente ao júri — não pode exceder poucos minutos, de cinco a sete pelos regulamentos dos anos mais recentes. Mesmo assim, o desfile dura várias horas.

É pois no Pavilhão que as marchas se podem apresentar em pleno. Hoje em dia exibem ali, ao longo de um período de quinze a vinte minutos, quatro marcações, todas elas acompanhadas por músicas de género característico, designado precisamente por “marcha”, três das quais com letras alusivas ao bairro. Segundo a versão do regulamento em vigor nos últimos anos, duas delas têm de ser originais. A quarta, igual para todos, desenrola-se obrigatoriamente ao som da música e da letra da “Grande Marcha de Lisboa” que, meses antes, a Câmara põe a concurso e selecciona para o ano respectivo.

Na semana seguinte ao desfile de Santo António, ou pouco depois, as marchas são divididas em três grupos, cada um dos quais se exhibe em determinada noite no Pavilhão. Em cada uma destas noites actuam, assim, seis marchas. O Pavilhão enche com os apoiantes de cada bairro. Gera-se um ambiente ensurdecedor, de grande entusiasmo, com milhares de pessoas presentes.

A claque de Alfama é uma das mais numerosas, empolgadas e ruidosas. Envolve sempre largas centenas de pessoas, muito em especial mulheres e jovens, que se dispõem em geral juntas, em dois sectores face a face das bancadas, aplaudindo e gritando em apoio transbordante, por vezes frenético, à marcha do respectivo bairro; e apupando outras marchas, sobretudo aquelas em relação às quais a rivalidade é maior, seja por confrontos identitários que se vão repetindo, como com a da Mouraria ou a do Castelo, significativamente marchas de territórios limítrofes, seja por ameaça pontual directa à classificação no concurso desse ano.

Pelo menos na última década, em que foi possível acompanhá-la por observação directa, a marcha de Alfama tendeu sempre a considerar-se favorita, disputou o primeiro lugar, várias vezes conseguiu-o, em geral achou-se vítima de injustiça quando tal não aconteceu. É um traço com raízes anteriores. Das vinte e sete edições em que participou, até 1997, foram sete aquelas em que

conquistou o lugar de marcha vencedora na classificação geral, como mostra o quadro 3.1. Raramente não ficou numa das posições cimeiras. Muitas vezes acabou em primeiro lugar numa das classificações por especialidade.

Em Alfama, tal como num pequeno conjunto de outros bairros, as colectividades organizadoras e as redes sociais locais de suporte das marchas são detentoras, por motivos diversos e em diferentes combinações, de saberes artísticos, técnicos e organizativos, de disposições para participar e apoiar, de força identitária e critérios de exigência que acabam por resultar em classificações frequentes nos lugares de topo do concurso das marchas.

O que não quer dizer, é claro, que não haja oscilações classificatórias, períodos em que certas marchas se destacam mais, processos esporádicos ou duradouros de ascensão ou decadência de uma marcha qualquer, para já não falar daquelas que, de vez em quando, dão nas vistas por uma determinada inovação estética, temática ou técnica, sem que isso se traduza necessariamente em melhor classificação.

Em 1932, Alfama entrou nas primeiras marchas (então “ranchos”), mas apenas na sua segunda edição, no final de Junho, através da Academia Recreativa Leais Amigos, com sede na freguesia de São Vicente. Durante muito tempo, entre 1934 e 1970, a colectividade que organizou a marcha de Alfama foi a Sociedade Boa União, a mais antiga do bairro, à qual era em geral atribuído um estatuto de certa superioridade, nomeadamente enquanto interlocutora preferencial das autoridades públicas dessa época, apesar das suas também conhecidas ligações ao movimento operário e à resistência antifascista.

Quando, após o 25 de Abril, Alfama voltou a participar nas marchas, apenas em 1983, a organização passou para outra colectividade, o Centro Cultural Magalhães de Lima, uma associação mais recente, aberta em 1975, com um estatuto de início algo diferente do das outras colectividades do bairro, mais ligada às juntas de freguesia e entendida como equipamento comum a todas aquelas. Situa-se exactamente na fronteira entre as duas freguesias, São Miguel e Santo Estêvão, o que não é irrelevante do ponto de vista das rivalidades de vizinhança e das identidades locais.

Em cada ano, pelo menos nesta fase actual, a marcha de Alfama começa a ser pensada pelos dirigentes da colectividade organizadora vários meses antes da sua primeira apresentação formal em público, no desfile da Avenida da Liberdade. No plano interno à colectividade, suscita-se a mobilização do núcleo de activistas habituais, dinamizadores e colaboradores assíduos desta actividade. Avalia-se o que aconteceu no ano anterior, manifestam-se entusiasmos e desânimos, fazem-se críticas, apreciam-se resultados, geram-se discussões sobre um conjunto de opções a tomar.

Discute-se quem vão ser os responsáveis directos, quanto dinheiro vai ser preciso ou se está disposto a afectar, quem se irá contratar para ensaiador, qual o regime de participação a estabelecer para os marchantes e — questão que é objecto de grandes precauções para que não transpire para

**Quadro 3.1** Participação de Alfama nas Marchas Populares de Lisboa, 1932 a 1997

| Ano        | Classificação geral           | Classificação por especialidade                    | Tema   | N.º de marchas |
|------------|-------------------------------|--|--|----------------|
| 12/06/1932 | —                             | —  | —  | 3              |
| 28/06/1932 | 2.º lugar                     | Prémio de tradição                                 | "Alfama castiça nas suas guitarras"                                      | 6              |
| 1934       | 1.º lugar                     | —  | "Remadores de galeotas reais e mulheres de capote e lenço do séc. XVIII" | 12             |
| 1935       | 1.º lugar ( <i>ex aequo</i> ) | Prémio de pitoresco                                | "Remadores de galeotas reais e mulheres de capote e lenço do séc. XVIII" | 12             |
| 1940       | 1.º lugar ( <i>ex aequo</i> ) | Prémio de tradição                                 | "Remadores de galeotas reais e mulheres de capote e lenço do séc. XVIII" | 12             |
| 1947       | 2.º lugar ( <i>ex aequo</i> ) | Prémio de beleza                                   | "Remadores de galeotas reais e mulheres de capote e lenço do séc. XVIII" | 11             |
| 1950       | 2.º lugar ( <i>ex aequo</i> ) | Prémio de tradição                                 | "Marinheiros e mulheres bairristas"                                      | 11             |
| 1952       | 2.º lugar                     | Prémio de tradição                                 | "Remadores de galeotas reais e mulheres de capote e lenço do séc. XVIII" | 12             |
| 1955       | 3.º lugar                     | —  | "Remadores de galeotas reais e mulheres de capote e lenço do séc. XVIII" | 14             |
| 1958       | 3.º lugar ( <i>ex aequo</i> ) | —  | "Marinheiros e mulheres bairristas"                                      | 14             |
| 1963       | 2.º lugar ( <i>ex aequo</i> ) | Prémio de ornamentação                             | "Marinheiros e mulh eres bairristas"                                     | 12             |
| 1964       | 9.º lugar                     | Prémio de galanteria                               | "Marinheiros e mulheres bairristas"                                      | 11             |
| 1965       | 5.º lugar                     | Prémio de marcação                                 | "Remadores de galés e assadeiras de sardinhas"                           | 14             |
| 1966       | 7.º lugar ( <i>ex aequo</i> ) | —  | "Catraeiros e mulheres do povo do séc. XIX"                              | 19             |
| 1967       | 4.º lugar                     | —  | "Remadores e assadeiras de sardinhas do séc. XIX"                        | 17             |
| 1968       | 6.º lugar ( <i>ex aequo</i> ) | —  | "Remadores de galeotas reais e mulheres de capote e lenço do séc. XVIII" | 15             |
| 1969       | Não participou                | —  | —  | 15             |
| 1970       | 2.º lugar                     | —  | "Lastradores da brigada real e mulheres do povo do séc. XIX"             | 15             |
| 1980       | Não houve concurso            | —  | —  | 10             |
| 1981       | Não participou                | —  | —  | 10             |
| 1982       | Não participou                | —  | —  | 14             |
| 1983       | 3.º lugar                     | —  | "Remadores de galeotas reais e mulheres do povo"                         | 14             |
| 1988       | 5.º lugar ( <i>ex aequo</i> ) | —  | "Remadores de galeotas reais e mulheres do povo"                         | 15             |
| 1989       | 7.º lugar                     | —  | "Remadores de galeotas reais e mulheres do povo"                         | 18             |
| 1990       | 1.º lugar                     | Prémios de figurino e cenografia                   | "Marinheiros do Infante e mouras"  | 18             |
| 1991       | 2.º lugar                     | Prémios de artes plást., cult. popular e encenação | "Alfama, rainha dos arraiais"  | 19             |
| 1992       | 2.º lugar                     | Prémios de artes plást., figurino e aprec. global  | "Alfama medieval"  | 17             |
| 1993       | 1.º lugar                     | Prémios de artes plásticas e figurino              | "Alfama, aguarela com sardinheiras"                                      | 17             |
| 1994       | 4.º lugar                     | Prémio de coreografia                              | "Alfama dos capitães do mar"   | 18             |
| 1995       | 4.º lugar                     | —  | "Alfama, coração de Lisboa"  | 18             |
| 1996       | 1.º lugar                     | Prémio de artes plásticas                          | "Alfama dos manjericos"  | 18             |
| 1997       | 1.º lugar                     | Prémios de figurino e coreografia                  | "Varinas e carroceiros do séc. XIX"                                      | 18             |

fora prematuramente, não vá haver aproveitamentos por parte de outras marchas concorrentes — qual o tema da marcha desse ano. Tudo isto leva o seu tempo. As orientações começam a ficar definidas, os arcos e figurinos a ser concebidos e executados, as canções a ser compostas e as marcações a definirem-se, os ensaios a ter lugar, tudo isto lá mais para a frente, dois ou três meses antes da exibição. O mês anterior é o decisivo. É então que a maior parte das coisas são feitas, preparadas, experimentadas, ensaiadas, a ritmo cada vez mais intenso.

No plano externo, iniciam-se os contactos e as negociações com a Câmara Municipal, por vias primeiro mais informais e, a partir de certa altura do ano, mais formalizadas, em conjunto com as colectividades promotoras de marchas de outros bairros, tendo por objecto basicamente dois aspectos: o montante de apoio financeiro a atribuir pela Câmara a cada colectividade participante e o regulamento das marchas, abrangendo uma série de aspectos relativos aos moldes de participação e às regras do concurso que as marchas igualmente são. Também neste plano, aliás com repercussões importantíssimas no anterior, o processo é longo e relativamente complicado.

Não são raros os episódios de conflitualidade negocial, ora entre colectividades e município, ora entre grupos de colectividades, com alianças mútuas de vários tipos. Quanto ao aspecto financeiro, a Câmara tem o poder de decisão e um montante limitado de recursos a distribuir. As colectividades, pelo seu lado, podem ameaçar não participar ou fazê-lo com menos qualidade. De um lado e de outro, movem-se pressões e influências que envolvem redes de interconhecimento mais antigas ou mais recentes, círculos partidários, interesses comerciais.

Quanto aos regulamentos, a questão é ainda mais complicada. Na polémica em torno deles cruzam-se considerações de vários tipos — estratégias competitivas, desconfianças recíprocas, relações de poder, padrões estéticos, normatividades rituais — difíceis de desenredar, até porque todas tendem a exprimir-se preferencialmente na linguagem destas últimas, isto é, em tomadas de posição normativas sobre o que, na opinião de cada um, é a “maneira certa” de fazer as marchas. Mais cedo ou mais tarde, em geral perto da realização das exibições, acaba por chegar-se à definição das condições de realização das marchas nesse ano, sem que, no entanto, a controvérsia deixe de se manter sempre latente, pronta a reemergir, por vezes durante as próprias festas, outras vezes no ciclo anual seguinte.

Em certo sentido, toda esta controvérsia e conflitualidade é, no mínimo, sintoma da existência de dinâmicas de envolvimento, de protagonismo efectivo dos meios sociais populares de um conjunto de bairros da capital na produção continuada de uma forma cultural específica, com forte visibilidade pública e com características assinaláveis de prática identitária. Forma cultural essa que, como também por aqui se vê, é difícil de se poder considerar como do foro exclusivo das populações locais ou de registo apenas lúdico e

expressivo, como se fosse alheia a interesses concorrentes, a relações de dominação, a intervenções institucionais e a lógicas simbólicas oriundas de fora. Mas também não pode ser considerada como imposta de maneira unilateral pelos poderes públicos às populações, como rigidificada no tempo ou como socialmente desenraizada.

As marchas populares de Lisboa, por um lado, não se podem realizar sem uma intervenção decisiva da Câmara Municipal. É ela que em grande parte as financia, que enquadra a sua realização no âmbito das festas da cidade, que as regulamenta. Outro exemplo da dependência das marchas de entidades que não se restringem aos meios populares que se condensam em torno das colectividades de bairro, são os profissionais das artes do espectáculo, os compositores de músicas e autores de letras, os artistas plásticos amadores ou os animadores culturais que participam e colaboram nas marchas, uma vez de forma benévola, outras com remunerações não desprezáveis, com frequência num misto de ambas as coisas, constituindo um dos vectores de introdução nelas de critérios estéticos e de saberes técnicos, de mudanças de gosto e de novas soluções.

Mas, por outro lado, sem o protagonismo central das colectividades, sem a vontade de círculos sociais dos bairros, mais ou menos alargados, de se fazerem representar nas marchas e de procurarem aí obter a melhor classificação possível, sem a mobilização directa ou o apoio envolvente de muitas pessoas e redes sociais locais, sem os saberes acumulados nessas colectividades, as marchas não teriam igualmente qualquer possibilidade de se realizar com a pujança social, simbólica e identitária que hoje em dia apresentam.

Foi o que se pôde ver, por exemplo, nalguns anos em que, por um motivo ou outro, a Câmara decidiu promover versões diferentes, por exemplo uma única marcha com pares alusivos a diversos bairros, sem responsabilidade das colectividades na sua promoção nem competição identitária interbairrista. O fracasso enquanto espectáculo e, sobretudo, a falta de adesão popular foram sempre bastante claros.

Convém sublinhar também que, apesar do que atrás se disse sobre a intervenção de artistas e de profissionais do espectáculo, quando ela ocorre é por iniciativa e por solicitação das colectividades, como maneira de melhorarem os seus trunfos competitivos, actuando num quadro em que o principal conjunto de ensaiadores, organizadores, artesãos de arcos e adereços, participantes activos envolvidos é constituído por gente das colectividades, activistas associativos e amadores das marchas, e em que o principal grupo de referência perante o qual, antes de mais, a marcha se sente na necessidade de corresponder às expectativas, é a população do bairro. Pelo menos, é o que se passa em Alfama.

## **Festa, ritual e competição social**

As marchas surgem assim, de forma algo paradoxal, solidamente enraizadas nas malhas associativas, nas matrizes socioculturais e nas dinâmicas identitárias de bairros como Alfama, mas, ao mesmo tempo, sujeitas a uma enorme fragilidade. A sua realização está permanentemente em risco, são sempre uma complexa, melindrosa e contingente reconstrução anual, dependente da convergência de uma vastíssima diversidade de factores. Nunca se sabe bem o que poderá acontecer a seguir. Várias vezes não se realizaram ou foram dadas como extintas.

O facto de reemergirem após esses períodos e o de na década de 90 terem atingido porventura a sua maior pujança de sempre, com redobrado interesse juvenil na participação nas marchas, com maior número de presenças dos bairros, com uma melhoria geral de qualidade das apresentações, com a experimentação de novos motivos temáticos e novos padrões estéticos, com uma visibilidade alargada que se repercute ultimamente na proliferação de marchas infantis nas escolas de Lisboa ou na realização de versões semelhantes noutras cidades do país, tudo isso aponta para a confluência de duas séries de factores.

Uma delas tem a ver com a implantação desta forma cultural num conjunto de colectividades e bairros, com o lugar privilegiado que as marchas têm para eles na expressão simbólica de identidades colectivas e na construção festiva, ritual e competitiva de laços sociais. A outra remete para a actuação da Câmara Municipal, a partir do início dos anos 90, com uma nova vereação, de orientação política à esquerda e com preocupações específicas na área da dinamização sociocultural das Festas de Lisboa; sensível, também, à necessidade de manter ou reforçar alianças com meios sociais populares associativos e de bairro. Procurando abrir espaço a múltiplos agentes e a múltiplos modos de protagonismo cultural, virados para públicos diferenciados, não deixou de potenciar as marchas, posicionando-as em lugar de destaque no conjunto das festas, assegurando-lhes recursos financeiros e enquadramento regulamentar.

A marcha de Alfama, como qualquer outra das suas parceiras e concorrentes, tem um número rigorosamente pré-estabelecido de marchantes, quarenta e oito. De maneira mais precisa, compõem a marcha vinte e quatro pares de rapazes e raparigas (em alguns casos participam também alguns “veteranos” mais velhos, em especial mulheres), os quais, na formação de partida transportam, segurando-os de um lado e de outro, doze arcos. Além destes quarenta e oito elementos entram também na marcha oito músicos, que desfilam em conjunto, constituindo o que se chama um “cavalinho”, tocando um instrumento de percussão e sete de sopro, segundo composição instrumental também pré-definida.

Acompanham a marcha quatro “aguadeiros”, nome que vem da sua missão inicial de ir dando de beber aos marchantes no cansativo desfile da

Avenida, mas cujas funções se desdobram hoje em dia por uma enorme quantidade de tarefas auxiliares, entregando e recolhendo adereços junto dos marchantes, instalando elementos físicos de maior dimensão em certos momentos da exibição, ajudando a prender ou desprender elementos dos arcos durante a evolução das marcações, apanhando objectos que possam cair no chão; mais ninguém senão eles está autorizado a ajudar o desenrolar da marcha. Podem acompanhá-la ainda o ensaiador, um “padrinho” e uma “madrinha” (em geral, artistas de música ligeira ou actores de teatro com alguma popularidade), uma ou duas crianças como “mascotes”, um porta-estandarte, e um par suplente, para poder substituir algum marchante em caso de cansaço excessivo ou outra qualquer dificuldade.

Se se juntar a este conjunto outros intervenientes directos, como os dirigentes da colectividade responsáveis pela marcha, o grupo de entusiastas que se empenha na sua preparação, o compositor das músicas e o autor das letras, as pessoas do bairro que constroem e decoram os arcos, as que confeccionam os trajos ou acompanham a sua fabricação nalguma casa comercial, e vários protagonistas de outras actividades complementares, vê-se que a marcha envolve no mínimo, em regime de implicação próxima, cerca de uma centena de pessoas.

Contando, além destas, os familiares, vizinhos e amigos dos marchantes, os sócios que frequentam no dia-a-dia a colectividade, as várias centenas de moradores do bairro que se deslocam ao Pavilhão e aí se envolvem com grande emotividade no apoio à marcha de Alfama, para já não falar da generalidade da população local e da maneira atenta e implicada, em termos de apreciação estética e tensão competitiva, como acompanha a marcha, é fácil avaliar-se a intensidade e extensão do entrelaçamento da marcha com o tecido social do bairro.

Mas a importância social que a marcha tem no bairro, enquanto prática com particular eficácia identitária, não está só na quantidade de pessoas envolvidas e na maneira como se entretete com os laços relacionais locais. Nos planos simbólico e cultural, há um outro conjunto de aspectos decisivos a assinalar.

A marcha contém momentos festivos de grande efervescência colectiva, de que a actuação no Pavilhão é o caso mais notável. Inclui actividades partilhadas ao longo de um tempo prolongado, de onde sobressaem vertentes de sociabilidade juvenil e intergeracional, de desenvolvimento de laços afectivos marcantes, por exemplo os namoros que então se estabelecem e que entram de maneira singular nas histórias de vida pessoais e nas referências colectivas locais, mais ou menos mitificadas.

Em simultâneo, a marcha representa Alfama nos arcos e nos figurinos, nas canções e nas coreografias, localiza-lhe os espaços estabelecendo uma referência para o âmbito territorial do bairro, assinala edifícios a que é reconhecido valor patrimonial, apela para símbolos da memória local, históricos ou

lendários, encena traços culturais tomados por emblemáticos da identidade do bairro. Ritualiza, de modos fortemente codificados, um conjunto integrado de práticas colectivas de representação do bairro perante si próprio e o exterior. Proporciona um poderoso instrumento de demarcação simbólica perante outros bairros. Envolve os participantes e apoiantes numa disputa competitiva em nome de Alfama, face a outros bairros da cidade. Induz a intensificação de sentimentos de pertença ao bairro e de valorização da identidade bairrista. Consagra a presença específica — física, social e cultural — do bairro no espaço de referência da cidade de Lisboa.<sup>41</sup>

Vale a pena sublinhar que é ligada à dimensão competitiva das marchas que a questão do regulamento, já mencionada, ganha particular interesse analítico. De um certo ponto de vista, a realização contemporânea das marchas populares de Lisboa obedece a um regulamento bastante estrito. O número de marchantes e o número de arcos, a composição do cavalinho, os tempos de exibição — tudo isso, como se viu, está estritamente regulamentado.

Mas não só. Alguns dos arcos devem ter como tema a Câmara de Lisboa, os três santos populares, a colectividade organizadora. Os outros, embora livres, devem dizer de algum modo respeito ao bairro respectivo. Há elementos decorativos que devem também estar presentes nos arcos, tais como

---

41 Sobre a eficácia simbólica da festa e do ritual, veja-se por exemplo, José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Edições Afrontamento, 1985, pp. 401-427, João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 281-307, Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, op. cit., em particular pp. 458-475. A propósito de um objecto de estudo muito diferente, ver também Maria Eduarda Cruzeiro, *Action Symbolique et Formation Scolaire: L' Université de Coimbra et sa Faculté de Droit dans la Seconde Moitié du XIX Siècle*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990 (tese de doutoramento). A teorização sociológica e antropológica da festa e do ritual, e da sua eficácia simbólica e identitária, tem história longa e vasta presença nas ciências sociais, desde trabalhos tão decisivos como, por exemplo, os de Marcel Mauss, "Esboço de uma teoria geral da magia" (1902-1903), in Marcel Mauss, *Sociologia e Antropologia*, vol. I, São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1974 (1950) ou de Émile Durkheim, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, op. cit. Para mencionar alguns apenas dos textos posteriores que constituem referência importante, de diversas áreas disciplinares e paradigmáticas, para além de outros mencionados adiante refira-se, nomeadamente, Claude Lévi-Strauss, "Rapports de symétrie entre rites et mythes de peuples voisins" (1971), in Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie Structurale Deux*, Paris, Plon, 1973, Jean Caseneuve, *Sociologie du Rite*, Paris, Presses Universitaires de France, 1971, Jean Duvignaud, *Fêtes et Civilisations*, Genebra, Weber, 1973, Clifford Geertz, "Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa", in Clifford Geertz, *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1973), François-André Isambert, *Le Sens du Sacré: Fête et Religion Populaire*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1982, Pierre Bourdieu, "Les rites comme actes d' institution", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 43, 1982 ou Claude Rivière, "Le rite enchantant la concorde", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XCII, 1992. Quanto à importância da dimensão de jogo competitivo em formas sociais ritualizadas, e noutras, a referência clássica é Johan Huizinga, *Homo Ludens: Essai sur la Fonction Sociale du Jeu*, Paris, Gallimard, 1951 (1938).

festão, balões e manjericos, ou pelo menos algum deles. Certas marcações, tais como as conhecidas por “Trono de Santo António” e por “Arraial”, têm sido consideradas em alguns anos como figuras obrigatórias.

Ao contrário do que as discussões acaloradas entre ensaiadores e organizadores de marchas podem levar a fazer crer, muitos dos elementos acima referidos estão longe de ser permanentes. Tal como o número de marchas participante em cada ano. Ou mesmo, nalguns casos, que área da cidade é que é considerada um “bairro” para efeitos de ter representação própria nas marchas, ou ainda que colectividade é que o representa nelas. Há muitas continuidades mas, em simultâneo, a rapidez com que uma convenção adoptada em determinada altura pode, pouco tempo depois, ser já assumida por muitos dos intervenientes como uma tradição intemporal, é verdadeiramente surpreendente.

Nestas condições, todos os anos se travam discussões sobre aspectos do regulamento que deveriam ser modificados, dividindo-se as opiniões. Quer para manter, quer para mudar certos pontos, uns invocam uma suposta genuína tradição, sendo que, como foi havendo soluções regulamentares diferentes ao longo dos tempos, a controvérsia se reacende sempre de novo nesta linha de argumentação. Outros preferem defender a necessidade de inovação, embora reconhecendo com maior ou menor empenho a necessidade de que tal se faça dentro de certos limites, de molde a não descaracterizar as marchas enquanto género cultural específico.

Dada a multiplicidade de planos e de aspectos em que ambas as posições, com as suas variantes, se podem projectar, e a quantidade indeterminada de combinatórias a que podem conduzir, as marchas constituem, no âmago mesmo do seu núcleo de protagonistas mais decisivos, um objecto de permanente polémica e confronto de critérios.

Tudo isto se traduz, em bairros como Alfama, numa dinâmica cultural específica, irreduzível à simples repetição de formas simbólicas desvitalizadas ou à mera sujeição a imposições culturais externas, ao contrário do que algumas análises mais superficiais pretendem. E irreduzível, também, por outro lado, à concepção das marchas como cortejo histórico ou etnográfico, com base na qual alguns agentes administrativos, jornalistas ou animadores culturais as consideram criticáveis, na forma como são realizadas, porque o rigor das reconstituições seria muito reduzido.

Ora as marchas não têm de facto esse carácter. Em Alfama, como noutros bairros, as marchas têm consistido, muito mais, em produtos sincréticos de registos culturais variados, reinterpretações de referências históricas e lendárias, influências das artes do espectáculo, elementos culturais de origem escolar ou mediática, tudo isso filtrado pela configuração cultural prevalecente no bairro e retrabalhado segundo a lógica desses padrões culturais locais, em articulação íntima com as condições sociais de existência e os modos de as viver da população ali residente — condições sociais e modos de vida, aliás, sujeitos em contínuo a dinâmicas de permanência e de transformação.

Tudo isso, ainda, aferido igualmente pelo que a cada ano se vai definindo, no regime assinalado de entrechoque de critérios e controvérsia activa, como o perfil de manifestações e apreciações vigentes no universo das marchas tomado como um todo.

Os regulamentos acabam, assim, por constituir um quadro formal no qual se vão inscrevendo conteúdos culturais diversos, cruzados e mutáveis. A manutenção de elementos de rigidez regulamentar, defendidos muitas vezes pelos participantes em termos manifestos de apelo às tradições — as quais, como se viu, são de facto, em muitos aspectos, bastante efémeras —, assenta em larga medida, afinal, no interesse em manter regras de competição conhecidas e equitativas. Por isso, propostas que surgem, de quando em quando, oriundas de um ou outro sector participante directo no mundo das marchas ou a ele exterior, de tornar livre o número de marchantes ou de músicos, por exemplo, com o argumento de que se viabilizaria assim maior criatividade e espectacularidade, têm sido postas de parte pelas colectividades e pela Câmara.

A razão subjacente fundamental decorre da intuição ou da avaliação explícita de que, a não ser assim, em algo que constitui para os bairros um enfrentamento competitivo no qual investem fortemente os seus brios identitários, o equilíbrio das condições de concurso se veria comprometido de forma provavelmente irremediável, tanto mais que os recursos mobilizáveis pelos diversos bairros não são de modo nenhum equivalentes. Além disso, no domínio da competição colectiva, o modelo desportivo, de equipas que se apresentam ao confronto com igual número de participantes, está interiorizado de maneira profunda nos quadros de referências das culturas populares, nomeadamente por parte dos círculos dinamizadores e frequentadores de colectividades que, muitas delas, entram com regularidade em competições desportivas.

Ao falar-se dos regulamentos tem-se tido presente, sobretudo, a situação ao longo da última década. Se se focar a atenção numa série particular de aspectos, pode dizer-se que o que se verifica é o contrário de uma cristalização culturalmente esvaziada e socialmente desvitalizada desta forma cultural popular. Por exemplo, durante muito tempo, em fases anteriores, foi a Câmara que impôs a cada uma das marchas um tema pré-fixado, considerado “típico” do bairro respectivo. Desde os anos 30 aos anos 80, a marcha de Alfama, primeiro por imposição institucional estrita, depois porque o modelo se tinha inculcado nos próprios organizadores e participantes directos, repetiu praticamente sempre o tema dos “homens do mar” e respectivas “mulheres do povo”, reportados de maneira vaga aos séculos XVIII ou XIX, com pequenas variantes, como se pode ver no quadro 3.1.

Do início dos anos 90 para cá a situação evoluiu bastante. Todos os anos, a marcha de Alfama passou a apresentar-se com um tema diferente e, em correspondência, com diferentes arcos e diferentes trajos. Os temas passaram a

variar não só de época de referência mas também de plano conceptual. Para este reinvestimento de criatividade própria, e para esta maior capacidade de sintonização com as dinâmicas culturais que atravessam a população do bairro, contribuiriam vários factores.

Por parte da Câmara de Lisboa pesou a mudança de orientação já referida. Por parte da colectividade organizadora teve bastante importância o apelo a um novo ensaiador, com um trajecto de vida que incluía tanto ligações sociais e afectivas ao bairro e às manifestações culturais populares de Lisboa como a passagem pelo mundo dos espectáculos de variedades. Por parte do bairro destaca-se uma população jovem com renovado interesse em aderir às marchas, como espaço de sociabilidade e prática identitária, na condição no entanto de encontrarem nela alguma consonância com o espectro de referências culturais de que esses jovens são portadores, composto por uma variedade de ingredientes, nomeadamente os oriundos dos universos escolar e mediático. Mas incluindo, também, os alicerçados na vida de bairro, na familiaridade com as colectividades, na partilha intergeracional de pa-drões culturais locais.

Para se mencionar apenas mais um aspecto ilustrativo, entre vários outros possíveis, das dinâmicas culturais que percorrem as marchas, pode ser interessante fazer referência às inovações técnicas. Como se disse, os arcos, elemento central das marchas, estão sujeitos a uma série de normas. Para começar, as marchas têm de transportar arcos; estes são, desde há vários anos, em número fixo, concretamente doze; o conteúdo figurativo dos arcos também está bem definido, para alguns de forma mais rígida e para os outros em termos mais genéricos; e o mesmo se passa actualmente com certos elementos decorativos que eles têm de conter. Com todas estas restrições poderá parecer surpreendente que os arcos constituam um espaço de variabilidade temática e criatividade plástica dos mais decisivos nas marchas. Mas é isso mesmo que acontece.

Num certo sentido, as opções estéticas gerais de cada marcha ou, se assim se pode dizer, as suas estratégias cenográficas e coreográficas, passam muito pelos arcos. Algumas marchas apostam em arcos simples, reduzidos, leves, permitindo evoluções mais ágeis e rápidas dos marchantes, marcações mais movimentadas, figuras de dança mais animadas, das quais tiram o essencial dos seus trunfos.

Outras, pelo contrário, alicerçam a sua concepção de marcha em arcos imponentes e vistosos, de maior altura, volume e complexidade, que preencham de maneira mais ampla o espaço cénico, jogando neles alguns dos seus principais efeitos estéticos e argumentos competitivos. Mas, nesse caso, dados os constrangimentos de peso e equilíbrio, do ponto de vista coreográfico a marcha torna-se mais posicional, perdendo em fluidez de movimentação o que ganha em impacto cenográfico. Ao longo do tempo em que foi possível observá-la directamente, a marcha de Alfama tem optado por este segundo tipo de estratégia estética e técnica.

Mas o que importa sobretudo aqui assinalar é o conjunto de mudanças que têm vindo a ocorrer neste domínio, devido à introdução de novos materiais e dispositivos técnicos. De importância decisiva foi a substituição de materiais pesados e opacos, como a madeira, o ferro e o pano, por materiais leves e translúcidos, basicamente diversos tipos de plásticos. As primeiras marchas que os introduziram, obtiveram logo vantagens significativas, permitindo evoluções coreográficas de maior ritmo, variedade e sofisticação sem perdas maiores ao nível dos arcos. Além disso, estes adquiriram também maior complexidade, desdobramento possível em configurações diversas, com encaixes mais variados entre os seus componentes.

Do mesmo modo, os efeitos de cores ganharam também inúmeras novas possibilidades. Tanto mais quanto a isto se veio juntar uma outra inovação, a substituição das velas de cera que iluminavam os balões, ou outros elementos dos arcos, por luzes eléctricas, com todo um arsenal cada vez mais fiável e versátil de elementos, das pilhas de longa duração aos interruptores, passando pelas lâmpadas coloridas. Os antigos riscos de incêndio e de esgotamento das velas, a preocupação em não as fazer oscilar, os limites de intensidade luminosa, tudo isso condicionava muito as marcações e os efeitos plásticos. Agora as possibilidades estão em constante renovação e as marchas vão-nas experimentando em diversas direcções.

Assim, com a introdução de novas soluções técnicas, emergiu também, ou encontrou vias de concretização, todo um conjunto de dinâmicas de mudança, nos planos temático e estético. É certo que parte delas — embora nem todas, de modo nenhum — se exprimem como procura de melhor recuperar aquilo que, no imaginário de muitos dos seu protagonistas mais directos, é visto como um certo modelo de autenticidade tradicional das marchas. Mas, segundo uma ironia que os processos socioculturais deste tipo muitas vezes comportam, correspondem afinal com frequência, no plano das práticas, a algumas das concretizações culturalmente mais inovadoras.

As marchas são uma forma cultural composta, com dimensões de  *festa*, de  *ritual* e de  *competição social*, que as tornam, em Alfama, uma poderosa prática identitária. Em qualquer destas três dimensões, as marchas remetem analiticamente para o domínio das  *situações sociais extraordinárias*, que se destacam do fluxo corrente da vida quotidiana.

Roberto da Matta que, salientando a importância fundadora de trabalhos como os de Van Gennep ou Victor Turner, propõe uma conceptualização nesta linha a propósito de carnavais, paradas e procissões, aparece aqui como referência particularmente pertinente, na medida em que a marcha colectiva, enquanto deslocação ritual dos participantes, é elemento essencial de qualquer desses três tipos de prática festiva ou cerimonial.<sup>42</sup> Ora as marchas populares de Lisboa são isso mesmo: marchas. Nas quais, por sinal, não é difícil discernir algo de desfile carnavalesco, de parada militar e de procissão religiosa.

Quanto à componente de desfile carnavalesco, pode registrar-se o clima festivo, com música e dança, a deslocação para o centro da cidade, as indumentárias fantasistas com que se mascaram os participantes, a competição entre grupos. Relativamente à dimensão de parada militar, pode mencionar-se a exibição frente às autoridades, a formação ordenada, a sincronização da marcha, o ritmo, os uniformes, a separação entre marchantes e espectadores. E a vertente de procissão religiosa está presente desde logo, entre outros elementos, nos arcos que transportam no desfile figuras alusivas aos santos populares.

A delimitação de um espaço e um tempo especiais constitui elemento formal de grande importância na prática festiva, ritual e competitiva, inerente à forma simbólica da sua realização e, ao mesmo tempo, revelador do significado e importância que ela assume. É certo que a preparação das marchas começa com vários meses de antecedência e que as exposições se prolongam também, nalguns casos, durante bastante tempo, dispersando-se por diversos locais: na Avenida, no Pavilhão, eventualmente nalguma realização final das Festas de Lisboa, em deslocações a outras localidades ou acontecimentos em que as convidam a exibirem-se, por vezes até em idas ao estrangeiro, como aconteceu com a viagem ao Japão da marcha de Alfa-ma em 1993.

Mas, no plano temporal, o momento principal de realização das marchas coincide com o ponto cronológico crucial das festas: a noite véspera de Santo António, referência dominante de todo o ciclo festivo. E, no plano espacial, o desfile desce a Avenida da Liberdade, entre o Marquês de Pombal e o Rossio, percorrendo um dos mais importantes espaços públicos cerimoniais da cidade de Lisboa.

A apropriação lúdica do centro da cidade pelos bairros populares, através de um deslocamento ritual dos espaços e dos tempos, em que a marcha é ela própria um fim em si e não uma mera ligação funcional entre origens e destinos que organizam a vida quotidiana (por exemplo, casa e emprego), constitui um dos mecanismos de inversão simbólica presentes nas marchas.<sup>43</sup>

Outro mecanismo de inversão ritual, não menos importante, é o que transforma em competição entre iguais, de resultados à partida indeterminados, as

---

42 Roberto da Matta, *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980 (1978), pp. 35-138. Anteriormente o autor tinha já ensaiado uma análise preliminar ao assunto em Roberto da Matta, *Ensaios de Antropologia Estrutural*, Petrópolis, Editora Vozes, 1977 (1973), pp. 19-66. Ver também, na mesma linha, José Sávio Leopoldi, *Escola de Samba, Ritual e Sociedade*, Petrópolis, Editora Vozes, 1978. Veja-se também Arnold Van Gennep, *Os Ritos de Passagem*, Petrópolis, Editora Vozes, 1978 (1909) e Victor W. Turner, *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*, op. cit.

43 Os mecanismos de inversão simbólica nas culturas populares são exemplarmente ilustrados e analisados em Mikhail Bakhtine, *L'Oeuvre de François Rabelais et la Culture Populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*, op. cit.

hierarquias estabelecidas entre espaços urbanos. Isto é, no quadro da interacção competitiva que as marchas produzem, a ordem dos resultados não decorre da posição social atribuída a cada bairro no universo institucionalizado do quotidiano, mas sim da performance dos seus representantes. Não deixa de ser sintomático ouvir, nas imediações do Pavilhão, quando os marchantes se cruzam, jovens de certos bairros de composição social mais abastada e status urbanístico mais elevado lançarem comentários de certo despeito e admiração face aos de Alfama, ou de outros bairros populares que também têm maior reputação nas marchas, soltando exclamações como: “Olha, lá vai a elite”!

Mas se os mecanismos de inversão simbólica estão presentes, não deixam igualmente de ter ali lugar mecanismos de consagração simbólica de relações de poder. Nomeadamente, no plano institucional, as marchas são a ocasião da mais forte e explícita presença, nos actos festivos, das autoridades camarárias e estatais. Os marchantes desfilam perante elas, representando os bairros, apresentando os elementos que dão conteúdo temático e elaboração formal à exibição, sujeitando à sua apreciação — e à do júri nomeado pela Câmara Municipal — o nível de virtuosismo expressivo conseguido por cada uma das marchas.

Estabelece-se, assim, um redobramento simbólico específico de relações instituídas entre posições sociais, ao mesmo tempo que se produz um efeito de amplificação recíproca da visibilidade pública tanto do ritual festivo como dos vários tipos de entidades participantes na celebração cerimonial.<sup>44</sup>

A prática ritual das marchas foi-se constituindo numa linguagem simbólica susceptível de ser usada como veículo de expressão cultural e de recepção de sentido por parte dos protagonistas activos e do público implicado, ou seja, basicamente, por largas faixas das classes populares de Lisboa e, em geral, pela população da cidade.

O sistema de elementos formais de que as marchas se foram dotando estabeleceu-se como uma gramática de temas e referências e como um repertório específico de matérias significantes, com enraizamento bastante na matriz cultural de populações como a de Alfama para possibilitar a “invenção da tradição” das marchas, enquanto produtoras de identidade colectiva e de implicação festiva, ritual e competitiva.<sup>45</sup> E funciona como código gerador suficientemente estável e, ao mesmo tempo, suficientemente aberto para permitir o investimento em conteúdos e estilos que os participantes vão produzindo e apropriando enquanto formas de expressão consonantes com as suas

---

44 Sobre as cerimónias comemorativas e o carácter performativo dos rituais que elas constituem ver Paul Connerton, *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993 (1989), pp. 49-86. Pode confrontar-se também, por exemplo, com John R. Gillis (org.), *Commemorations: The Politics of National Identity*, Princeton, Princeton University Press, 1994.

45 Eric Hobsbawm e Terence Ranger (orgs.), *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1984 (1983).

condições de existência e com os seus padrões culturais, nas dinâmicas de continuidade e de transformação que os atravessam.

É nesta óptica que se pode compreender o sincretismo das referências simbólicas e estéticas utilizadas nos desfiles, em que se misturam evocações históricas (com frequência anacrónicas ou míticas), alusões localistas ou regionalistas variadas, temáticas tradicionalistas, modernizantes ou mesmo futuristas, fragmentos de formas culturais eruditas ou mediáticas e gestos da prática festiva, ritual ou competitiva popular.<sup>46</sup>

Não se trata de um “défice cultural”, como pretende a ignorância ou a arrogância etnocêntrica de certos representantes oficiais ou oficiosos do “gosto erudito” ou do “*establishment* cultural”, mas sim de uma manifestação da dialéctica que, nas práticas culturais populares, se produz entre dominação e autonomia, entre incorporação passiva e criatividade cultural própria. É um caso, como tantos outros, em que se evidencia a natureza combinatória da prática festiva e da vida ritual, bem como os processos de contaminação recíproca entre códigos culturais de grupos diferenciados, tais como tendem a ocorrer nas sociedades contemporâneas.<sup>47</sup>

A reconstrução periódica da dinâmica sociocultural de interpelação recíproca entre identidades bairristas e identidade lisboeta é alimentada, a nível local, pelo esforço organizativo das colectividades, pelo número de pessoas directamente envolvidas em cada bairro, pela quantidade e entusiasmo dos apoiantes, em particular dos que vão ao Pavilhão. E resulta, a nível citadino, do facto de os bairros, ao confrontarem-se simbolicamente através das marchas, constituírem e assinalarem, do mesmo passo, um quadro de referência comum: a própria cidade de Lisboa.

Nas marchas a identidade de bairro articula-se assim com a identidade lisboeta. O facto de as marchas populares se terem constituído em espaço de competição interbairrista de âmbito citadino, fortemente investido a nível de bairro, tem significado e efeitos sociais precisos a respeito do assunto principal aqui em análise. É que elas resultam num poderoso mecanismo de produção de identidades colectivas.

Numa situação como a de Alfama, com a abrangência social e a intensidade participativa que a marcha aí ganhou, com a profunda integração que aí estabelece com os padrões culturais locais, na sua configuração polifacetada e dinâmica, acaba por se traduzir numa prática identitária por excelência.

---

46 O sincretismo simbólico presente nos rituais festivos populares é evidenciado nos textos referidos acima de José Madureira Pinto, João Ferreira de Almeida e Augusto Santos Silva.

47 A este respeito, pode ser muito útil, em termos de teorização geral, ver Gilberto Velho, *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981 ou *Projecto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994. Um estudo de caso significativo é o de Yvonne Maggie Alves Velho, *Guerra de Orixá: Um Estudo de Ritual e Conflito*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

### Modos de cultura, formas simbólicas, dinâmicas culturais

Alfama é um quadro social em que, de maneira continuada, se tem vindo a verificar a produção de formas bem caracterizadas e intensamente expressivas de cultura popular urbana. O fado e as marchas — duas das mais notáveis, pela importância que assumem localmente e na sociedade envolvente, pelo conjunto de dimensões que as compõem e pelas questões teóricas para que remetem — serviram aqui de ilustração.

Mas poder-se-ia ter abordado outras, como as crenças persistentes a propósito das virtudes curativas das águas de Alfama, como certos episódios lendários atribuídos à história do bairro, mais antiga ou mais recente, como a partilha de referências relativas a sítios e personagens especiais, como saberes da vida e estilos de conduta que ali se gosta de considerar serem muito característicos, cultivando-se a ideia de que as gentes de Alfama são, a respeito de vários deles, particularmente dotadas.

E, nesta configuração cultural identitária, poder-se-ia ainda ter referido um conjunto de outras práticas, realizadas nas colectividades ou em torno delas, da sociabilidade quotidiana e das actividades desportivas aos conjuntos juvenis de música rock (tocada ao vivo ou encenada em *play-back*) ou às várias formas de festividades, cíclicas ou não, que por elas passam.

Entre estas, para além das dos santos populares, destacam-se as festas do carnaval, que ali adquirem igualmente grande importância social e simbólica. São as colectividades do bairro que as organizam e, ao contrário das festas de verão, passam-se em grande parte no interior das respectivas instalações e visam apenas a população local.

Desde o entardecer da sexta-feira anterior até à noite de terça-feira de carnaval, a sociabilidade intensifica-se e o consumo de bebidas também, toca-se música brasileira, realizam-se bailes, circulam mascarados. Há concursos de máscaras para crianças, nos quais os disfarces caseiros são suplantados muitas vezes por máscaras compradas fora, nas casas comerciais que nisso se especializam, surgindo as fadas e os super-homens, as princesas e os zorros, os trajes regionais e um ou outro monstro.

Mas o grotesco e a inversão simbólica, o excesso e a intensificação lúdica, a transgressão normativa e a crítica social — atributos bastante generalizados e historicamente recorrentes da cultura carnavalesca popular — são protagonizados sobretudo por outras faixas etárias, isto é, por jovens e adultos.<sup>48</sup>

O momento culminante, e o mais rico no plano simbólico, é o enterro do entrudo, realizado à meia-noite de terça-feira de carnaval. A cerimónia é bastante ritualizada, com uma simbologia grotesca e sexualmente transgressora, envolvendo personagens como o morto, o padre, o sacristão, a viúva e outros, passando por situações de grande hilaridade e carga crítica, como a leitura do testamento. E termina com o cortejo que finalmente sai à rua, percorrendo ruelas e escadinhas no perímetro da área de influência mais directa da respectiva

colectividade, confrontando-se com as pessoas que se encontram às portas ou às janelas, no meio de grande gritaria, risos, objectos arremessados e água lançada de uns sobre os outros, cruzando-se eventualmente com algum cortejo do mesmo tipo proveniente de outra colectividade vizinha, e regressando por fim ao ponto de partida. Aí, as pessoas vão ficando ainda, até de madrugada, em convívio que só desmobiliza aos poucos, no arrastamento de fim de festa que acontece com frequência neste tipo de situações.

Em Alfama encontram-se *padrões culturais* específicos, tanto organizadores das práticas quotidianas, das dinâmicas relacionais locais e das estratégias de vida da população ali residente, como delas emergentes. Mas isso não é tudo. O bairro é ainda um quadro social em que continuamente se produz um conjunto de *formas culturais* singulares — de que se destacam o fado amador e as marchas populares, mas que incluem também outras, como os arraiais dos santos populares e as festividades de carnaval — de contornos nítidos e especificidade reconhecida, com forte carga simbólica, significativa elaboração estética, envolvimento intenso de sociabilidades, processos de criação individual e colectiva relativamente complexos e trabalhados, embora em graus variáveis.

São, também, formas culturais que estão articuladas, cada uma à sua maneira, com determinados campos culturais, mais ou menos estruturados, que ultrapassam o contexto local: o universo fadista, as Festas de Lisboa, as tradições carnavalescas. E, no que aqui interessa mais directamente, constituem práticas locais com particular eficácia identitária, meios privilegiados de construção e expressão da identidade cultural do bairro.

Em síntese pode dizer-se que, *se Alfama apresenta uma tão vincada e persistente identidade cultural, em grande medida é porque constitui um quadro social de intensa produção cultural própria..* Esta é, pelo menos, uma das principais

---

48 O trabalho fundamental a este respeito é o de Mikhail Bakhtine, *L'Oeuvre de François Rabelais et la Culture Populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*, op. cit. Entre muitas outras referências possíveis, vale a pena consultar, por exemplo, Julio Caro Baroja, *El Carnaval: Análisis Histórico-Cultural*, Madrid, Taurus Ediciones, 1983 (1965) ou Jacques Heers, *Festas de Loucos e Carnavais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987 (1983). Mais directamente sobre o contexto aqui analisado é importante o estudo de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Carnaval Brésilien: Le Vécu et le Mythe*, Paris, Éditions Gallimard, 1992, nomeadamente porque, além do conteúdo central do livro, refere, a propósito das ligações do carnaval brasileiro com o entrudo e o carnaval portugueses, a realização de festejos carnavalescos no espaço de Alfama durante o século XIX (ver em especial p. 33). No entanto, a sua tese do desaparecimento em Portugal, na década de 50 do século XX, tanto do moderno carnaval urbano com do entrudo tradicional, para utilizar as designações da autora, tese desenvolvida em Maria Isaura Pereira de Queiroz, "Carnaval urbano em Portugal", in AA.VV., *Estudos Portugueses: Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990, pp. 375-386, não é confirmada nem pela continuidade de carnavais conhecidos, como por exemplo os de Ovar, Torres Vedras ou Loulé, nem pela de festividades carnavalescas de bairro e de colectividade como as que ocorrem em Alfama.

razões. Dito de outro modo, as manifestações da identidade cultural de Alfama encontram uma dimensão-chave de explicação no facto de, a um tempo de maneira entrelaçada em profundidade com os meandros relacionais locais e de modo não menos decisivamente atravessado por lógicas múltiplas de articulação com o exterior, o bairro ser *um contexto social onde se elaboram formas singulares de cultura popular urbana*.

A análise realizada remete, como se viu, para uma série de questões teóricas de fundo, permitindo rediscuti-las de maneira apoiada na ilustração substantiva do caso em estudo. Importa enumerar, a concluir, algumas das mais importantes.

Uma dessas questões diz respeito aos vários modos de cultura observáveis nas sociedades contemporâneas e às relações entre eles. Na verdade, trata-se de uma grande questão, susceptível de ser desdobrada em numerosas vertentes. Traduz-se aqui, desde logo, na preferência por utilizar o conceito de *modos de cultura* em vez do de níveis de cultura.

Não se trata apenas, embora isso por si já seja importante, de dar o devido destaque às lógicas simbólicas e sociais próprias de cada um desses modos, não os reduzindo a uma hierarquia de “mais e menos”, quanto a alguma essência reificada do “cultural” ou a alguma suposta propriedade universal e inequivocamente aferidora do carácter mais cultural ou menos cultural dos vários modos de cultura.

A crítica a tais concepções reificantes e idealizadas de cultura foi já feita há bastante tempo.<sup>49</sup> Visou, nomeadamente, concepções desse tipo inscritas em conhecidas denúncias das indústrias culturais e da cultura de massas — embora em geral não se tenha deixado de reconhecer o interesse teórico que, de vários pontos de vista, e apesar dos aspectos criticados, algumas dessas abordagens, como as da Escola de Frankfurt, inegavelmente têm.<sup>50</sup> Na análise sociológica das formas culturais e das dinâmicas identitárias de Alfama, procurou-se ter presentes as perspectivas abertas ou reelaboradas pelos

---

49 De destacar, autores como Umberto Eco, *Apocalípticos e Integrados*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979 (1964) ou Alan Swingewood, *O Mito da Cultura de Massa*, Rio de Janeiro, Editora Interciência, 1978 (1977). Sobre a história social do próprio conceito de cultura pode consultar-se, nomeadamente, Norbert Elias, *O Processo Civilizacional* (2 vols.), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989-90 (1939), em especial pp. 59-100 e Raymond Williams, *Culture and Society, 1780-1950*, Harmondsworth, Penguin Books, 1985 (1958). Ver também Paul DiMaggio, “Cultural entrepreneurship in nineteenth-century Boston: the creation of an organizational base for high culture in America”, in Richard Collins e outros (orgs.), *Media, Culture and Society: A Critical Reader*, Londres, Sage Publications, 1986.

50 As posições pelas quais a Escola de Frankfurt tem sido mais conhecida tomam como principal referência, a este respeito, Theodor W. Adorno, em análises como por exemplo as incluídas em *The Culture Industry*, Londres, Routledge, 1991 (1941). Significativamente diferentes são as de outro dos principais nomes a ela em geral associados, o de Walter Benjamin, com textos como “A obra de arte na era da sua reprodução técnica” (1936), in Eduardo Geadá (org.), *Estéticas do Cinema*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985.

referidos esforços de superação crítica de concepções essencialistas ou elitistas de cultura.

Por outro lado, não se pretende de maneira nenhuma ignorar os processos de dominação simbólica ou de luta pela imposição de critérios de legitimidade, de valia ou de autonomia cultural, com os respectivos efeitos de estabelecimento de hegemonias e subordinações, de inculcação de princípios de distinção e desvalorização, de institucionalização de prestígios desiguais. Tudo isso esteve igualmente presente na análise do caso em estudo.

Acontece, no entanto, que as contribuições mais importantes desenvolvidas nesta perspectiva, as de Pierre Bourdieu, são em parte contestáveis pela sua feição geral demasiado “legitimista”, para usar a expressão de Grignon e Passeron, vedando prematuramente a possibilidade de constituir as formas culturais produzidas pelas classes e pelos meios sociais populares das sociedades contemporâneas — industrializadas, urbanizadas e mediáticas — em objecto de estudo com pertinência específica.<sup>51</sup> Como assinala a este respeito Bridget Fowler, num balanço recente, apreciativo mas crítico, das contribuições do referido autor para a análise sociológica, em particular no domínio cultural, falta a Bourdieu uma teoria especificamente desenvolvida das formas de cultura popular nas condições sociais da modernidade avançada.<sup>52</sup>

Assim, as formas de cultura popular, quando analisadas como o faz Bourdieu, acabam por sê-lo de modo redutor, apenas nas suas dimensões de subordinação simbólica, deixando por examinar as de criação cultural própria, de reinterpretação selectiva e reutilização táctica de elementos simbólicos das culturas dominantes, quando não mesmo de resistência, alternativa ou confronto no plano cultural.

É uma postura que, deste modo, não deixa afinal, também, de se constituir objectivamente, como o próprio Bourdieu diria a outros propósitos, em mais um mecanismo de dominação simbólica, redobrando “cientificamente” quer as noções dominantes acerca da incapacidade cultural dos meios populares, quer a assunção espontânea, inscrita nessas noções, da superioridade cultural — entendida em certo sentido como superioridade “natural” — das formas a que vão assegurando os pergaminhos de mais-valia simbólica e dos círculos sociais em que tais formas tendem a ser geradas e fruídas.

Fazendo ainda recair a crítica ao estilo de Bourdieu sobre este aspecto das suas próprias análises — no que pretende ser, ao mesmo tempo, um reconhecimento das potencialidades sociológicas de grande parte das teorizações por ele

---

51 Referência de importância muito especial, para o tema em análise, do trabalho de Pierre Bourdieu, continua a ser *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979. Quanto a Claude Grignon e Jean-Claude Passeron, veja-se *Le Savant et le Populaire: Misérabilisme et Populisme en Sociologie et Littérature*, op. cit.

52 Bridget Fowler, *Pierre Bourdieu and Cultural Theory: Critical Investigations*, Londres, Sage Publications, 1997, em especial pp. 134-173.

produzidas — pode dizer-se que o rebatimento de toda a análise da cultura sobre a problemática da legitimação acaba por produzir, ele próprio, um redobramento dos efeitos de legitimação.

O estudo dos modos populares de cultura e das formas de cultura popular requer, pois, sem descurar a análise da dominação simbólico-ideológica, que se a articule com a de outras dimensões e outros mecanismos. Trabalhos que têm vindo a investigar a história das culturas populares na Europa, as dinâmicas de influência recíproca, embora assimétrica, entre culturas das classes privilegiadas e culturas das classes sociais subalternas, a dialéctica entre a construção da noção de cultura popular a partir de meios institucionais e intelectuais dominantes e as dinâmicas endógenas aos meios populares de geração de padrões culturais, formas de cultura e identidades colectivas e, ainda, o desdobramento e o entrecruzamento de modos de cultura — vêm fornecendo valiosos contributos nesse sentido.<sup>53</sup>

Dois outros aspectos complementares dos anteriores são postos igualmente em evidência pela análise das formas de cultura popular urbana observáveis em Alfama. Por um lado, a pesquisa permitiu chamar a atenção para a *estruturação de determinados campos culturais não num mas em vários planos* — do local e amador, num dos pólos, ao mediático, comercial e institucional, no outro — segundo dinâmicas de inter-relacionamento específico, como se viu a propósito do fado e das marchas. A combinação de sentidos em que hoje se pode falar de *cultura popular urbana* ganha assim conteúdo conceptual mais preciso e actualizado.

Por outro lado, essas mesmas formas de cultura produzidas no bairro ilustram bem a medida em que o conceito de capital cultural, também oriundo do quadro teórico desenvolvido por Bourdieu, necessita de ser objecto de alguma reelaboração. Trata-se, outra vez, não tanto de contestar a pertinência do conceito ao nível da teoria formal, de carácter genérico, mas sobretudo ao nível da teoria substantiva específica sobre as culturas populares.<sup>54</sup> É que,

---

53 Para além dos trabalhos já referidos neste capítulo de Maria de Lourdes Lima dos Santos e de Augusto Santos Silva, ver ainda, deste último, especificamente sobre os processos históricos da construção social da noção de cultura popular, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, op. cit., pp. 97-113. Do ponto de vista da história social das culturas populares nos processos de constituição e transformação da modernidade europeia, refira-se por exemplo Jacques Revel, "A beleza do morto: o conceito de cultura popular" (com Michel de Certeau e Dominique Julia) (1970) e "Formas de especialização: os intelectuais e a cultura 'popular' em França (1650-1800)" (1984), in Jacques Revel, *A Invenção da Sociedade*, Lisboa, Difel, 1990, Peter Burke, *Popular Culture in Early Modern Europe*, Londres, Temple Smith, 1979 (1978), ou Roger Chartier, "Cultura política e cultura popular no Antigo Regime" (1986), in Roger Chartier, *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988. Estudos de caso como o de Carlo Ginzburg, *O Queijo e os Vermes: O Quotidiano e as Ideias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987 (1976), são também aqui referência particularmente útil.

54 A distinção entre teoria formal e teoria substantiva é entendida aqui em termos heurísticos e

com efeito, o que a pesquisa em Alfama mostra não é uma mera carência de capital cultural por parte dos meios sociais populares em que tais formas culturais são produzidas.

Que as classes populares têm efectivas carências em certos tipos de capital cultural, dominantes no espaço social global, é bem conhecido. Para o demonstrar nem seria preciso chegar às dificuldades que experimentam na apropriação das obras de arte erudita.<sup>55</sup> As investigações sobre as distribuições socialmente desiguais das competências de literacia — um tipo de competências em certo sentido mais elementar mas decisivo nas sociedades contemporâneas — são de todo em todo esclarecedoras.<sup>56</sup> Isso aplica-se também a Alfama, onde o insucesso escolar, a exemplo do que acontece noutros meios sociais populares, tem sido elevado.<sup>57</sup>

Mas populações como a do bairro possuem outros capitais culturais, com feição própria, com curso corrente e eficácia específica nos quadros relacionais e nas situações sociais pertinentes ao respectivo accionamento. São esses *capitais culturais populares* — que alguns autores chamam “capitais de subcultura” ou “capitais subculturais” — que lhes permitem produzir de maneira exímia, e fruir com conhecimento de causa, formas culturais como as analisadas.<sup>58</sup>

---

relativos; todas as teorias têm algo de formal e algo de substantivo, mas a ênfase pode estar deslocada mais num ou noutro sentido; a polaridade é pois tão-só organizadora do pensamento, havendo todas as possibilidades de distinguir diversas modalidades e níveis intermédios de teoria. Alguns marcos importantes no desenvolvimento deste tipo de reflexão vão de Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss, *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Nova Iorque, Aldine Publishing Company, 1967 a Jonathan H. Turner, *The Structure of Sociological Theory*, Belmont (Cal.), Wadsworth Publishing, 1991 (1974), em especial pp. 1-30. Do ponto de vista substantivo, mesmo noutros domínios que não o das culturas populares, parecem necessárias algumas reformulações, no sentido de compatibilizar os elementos teóricos básicos da teoria formal dos capitais culturais com teorias substantivas mais abertas à variabilidade empírica de tipos de capital cultural e à sua eficácia diferencial em situações diversas. Veja-se Michèle Lamont, *Money, Morals, and Manners: The Culture of the French and the American Upper-Middle Class*, Chicago, University of Chicago Press, 1992 e Bonnie H. Erickson, “Culture, class, and connections”, *American Journal of Sociology*, vol. 102, n.º 1, 1996.

55 Como, por exemplo, as analisadas noutro contexto por Idalina Conde, “O sentido do desentendimento. Nas Bienais de Cerveira: arte, artistas e público”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 2, 1987.

56 Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. Das análises históricas e antropológicas sobre os processos sociais de construção e difusão da literacia, nas suas relações com outros modos de cultura, saliente-se Jack Goody, *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1988 (1977) e Eric A. Havelock, *A Musa Aprende a Escrever: Reflexões sobre a Oralidade e a Literacia da Antiguidade ao Presente*, Lisboa, Gradiva, 1996 (1988).

57 Sobre as relações entre cultura escolar e culturas populares urbanas e rurais ver Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (1987) e Raul Iturra, *A Construção Social do Insucesso Escolar: Memória e Aprendizagem em Vila Ruiva*, Lisboa, Escher, 1990.

São eles que ali permitem hierarquizar competências, distinguir os que possuem certos saberes e lhes dominam as modalidades daqueles que não os adquiriram ou apenas os captaram de maneira superficial e à distância. São eles que possibilitam afirmar critérios de perícia (“nós é que sabemos fazer as marchas”) e de julgamento (“aqui é que se aprecia o fado”). É deles que decorrem efeitos de distinção, muitas vezes invertidos em relação às hierarquias simbólicas estabelecidas noutros domínios, fazendo por exemplo com que sejam populações de bairros como o de Alfama aquelas a quem é reconhecido, pelos próprios residentes e pelos de fora, um certo estatuto de superioridade quando o que está em causa são formas culturais do tipo das marchas ou do fado.

Os quadros relacionais e os padrões culturais locais, com o seu carácter denso, labiríntico e circunscrito, constituem trunfos decisivos para a transmissão, a aquisição e o desenvolvimento desses capitais culturais específicos, os quais tendem a transportar consigo, como se vê no bairro, potencialidades elevadas de produção de efeitos identitários.

Perante um caso como este, aliás, demarcações conceptuais entre “capitais culturais” e “recursos culturais”, como a que propõe Paul DiMaggio, não deixam de ficar sujeitas a alguns problemas.<sup>59</sup> Segundo concepções desse tipo, a população de Alfama teria apenas recursos culturais específicos e não capitais culturais próprios. No entanto, isso seria desconhecer alguns dos mecanismos fundamentais da lógica cultural observável no bairro, em particular nas suas dimensões relacionais, internas ao contexto local e perante o exterior, como as que se tem vindo a examinar.

Os meios sociais populares do bairro têm recursos culturais específicos, mas, a ser pertinente utilizar de maneira alargada o conceito de “capital”, estes constituem também, de algum modo, capitais culturais, no sentido em que são acumuláveis, geradores e selectivos, e na medida em que são susceptíveis de estabelecer relações simbólicas assimétricas. Como se viu, propiciam, a quem vive no bairro, vias e instrumentos de acesso privilegiado a certas práticas comunicativas e expressivas; permitem produzir e fruir, com conhecimento de causa, determinadas formas culturais de que outros estão excluídos nesses termos de plena apreensão e capacidade performativa; veiculam critérios de apreciação, sinalizam atributos de perícia, proporcionam hierarquizações de competências, conduzem a práticas de distinção e afirmação bairrista.

---

58 Por exemplo, Sarah Thornton, *Club Cultures: Music, Media and Subcultural Capital*, Cambridge, Polity Press, 1995. Bastantes anos antes, numa perspectiva algo diferente, foi importante a publicação dos estudos contidos em Stuart Hall e Tony Jefferson (orgs.), *Resistance Through Rituals: Youth Subcultures in Post-War Britain*, Londres, Hutchinson, 1976. Ver também José Machado Pais, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

59 Paul DiMaggio, “Social structure, institutions and cultural goods: the case of the United States”, in Pierre Bourdieu e James S. Coleman (orgs.), *Social Theory for a Changing Society*, Boulder (Col.), Westview Press, 1991, pp. 133-155.

Mais pertinente, pois, seria utilizar, a este propósito, a teorização de John Frow sobre a coexistência contemporânea de diferentes regimes de valor cultural, nomeadamente regimes de apreciação e valorização com curso nos círculos de cultura erudita e regimes de apreciação e valorização vigentes nas culturas populares.<sup>60</sup> Isto, para mais, segundo o autor, num contexto societal em que os processos de mediatização social, de massificação da escolaridade e de inclusão da cultura erudita e dos saberes intelectualizados na esfera mercantil — aspectos, aliás, que estão na base da pertinência histórica da utilização do conceito de capital cultural — fazem com que a “alta cultura” já não seja, de modo inequívoco, a “cultura dominante”, mas tendencialmente um segmento ou um nicho da “cultura comercial”, e a sua relação privilegiada já não seja linearmente com a classe dominante mas com o sistema de ensino.

Seja como for, a nível geral, importa aqui chamar a atenção para que, nos contextos sociais de criação, circulação e apreciação das formas de cultura popular urbana referidas, prevalece um regime de valor cultural de carácter popular, segundo os padrões do qual são avaliadas as práticas e obras culturais produzidas no meio social alfamista — o que contribui decisivamente, aliás, para as constituir em traços marcantes da identidade cultural do bairro. Tal não ocorre, no entanto, na ausência de outras referências simbólicas e de maneira imune aos efeitos de relações sociais de dominação de âmbito mais vasto.

Na perspectiva utilizada na presente pesquisa pretende-se dar espaço conceptual a que, tanto a *coexistência* de diversos modos de cultura, como o *entrecruzamento* complexo e dinâmico deles, possam ser discernidos como componentes dos panoramas societais contemporâneos.<sup>61</sup> E, mais ainda, a que os processos de concorrência simbólica, de disputa entre critérios e concepções, de consagrações de legitimidade e desafios à legitimidade, de fechamento e contaminação recíprocos entre modos culturais, possam ser objecto, não de enunciados apriorísticos, mas de análises empíricas teoricamente informadas. Análises essas capazes de dar conta da variedade existente de combinatórias, lógicas e dinâmicas simbólicas, bem como do carácter sempre estruturado, nalguma medida, mas também sempre historicamente contingente, em maior ou menor grau, das configurações e dos processos socioculturais.

---

60 John Frow, *Cultural Studies and Cultural Value*, Oxford, Clarendon Press, 1995.

61 Coexistência e entrecruzamento que podem ser analisados a nível local ou a nível societal, como mostram: Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, op. cit., e José Madureira Pinto, “Uma reflexão sobre políticas culturais”, op. cit., e “Tópicos para uma análise da produção de saberes sobre o social”, in AA. VV., *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares* (Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais), vol. I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.

Estruturação e contingência — da acção social, dos processos sociais e das formas sociais, entenda-se — são variáveis e não invariantes. Precisam de ser estudadas como tal. Conhecê-las depende de pesquisa caso a caso, seja qual for a escala espacial e temporal dos casos considerados.

O domínio da cultura é um daqueles em que, hoje em dia, isso se torna mais evidente. A classificação das formas de cultura em altas, médias e baixas, ou a divisão entre cultura erudita, cultura de massas e culturas populares, se bem que não tenham sido inúteis à análise sociológica, não só não deixam de trazer consigo os riscos referidos de equívoco conceptual ou de limitação analítica, como as dinâmicas culturais da actualidade parecem ter cada vez maior dificuldade em deixar-se enquadrar nesses moldes.

Daí o reexame crítico a que a sociologia da cultura e os estudos culturais as têm sujeitado, revelando-lhes as insuficiências e analisando novas dinâmicas.<sup>62</sup> E, por vezes, propondo outras alternativas, preocupadas, não em estabelecer novas entidades culturais reificadas e concebidas como totalidades autocontidas, mas em elaborar classificações dimensionais, claramente assumidas como decorrendo de ângulos específicos do olhar analítico.

É o que faz por exemplo Diana Crane quando distingue nas sociedades contemporâneas, quanto aos tipos de organização da produção e da difusão, três domínios culturais.<sup>63</sup> Um, a que chama domínio nuclear, é o dos grandes conglomerados e cadeias mediáticas, em que se destaca a televisão, com audiências heterogêneas, nacionais e internacionais, que abrangem praticamente toda a gente nos dias de hoje. Num outro, designado pela autora de domínio periférico, actuam organizações como estações de rádio, editoras livreiras e companhias discográficas, com audiências mais delimitadas, de nível nacional ou segmentadas por faixas etárias e estilos de vida. E o último consiste no que Crane apelida de domínio da cultura urbana, englobando uma diversidade de formas culturais produzidas por e difundidas junto de grupos restritos, desde as artes experimentais e académicas até às culturas étnicas e locais, sendo clara aqui a subdivisão dos produtores e das audiências por classes sociais.

Mas a questão tem ainda outras vertentes. É que em Alfama não se está apenas perante a coexistência e o entrecruzamento de diversos modos de cultura. Para além disso, as pessoas do bairro circulam elas próprias entre

---

62 Para além de outros textos da autora já atrás referidos, ver também a este propósito, de Maria de Lourdes Lima dos Santos, “ ‘Cultura dos ócios’ e utopia”, in Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Economia e Cultura*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995. Outras contribuições interessantes, de entre as muitas susceptíveis de serem referenciadas a este respeito, são a de George Balandier, “Culture plurielle, culture em mouvement”, in Daniel Mercure (org.), *La Culture en Mouvement: Nouvelles Valeurs et Organisations*, Sainte-Foy (Quebeque), Les Presses de l’ Université Laval, 1992, e a de John Frow, *Cultural Studies and Cultural Value*, op. cit.

63 Diana Crane, *The Production of Culture: Media and the Urban Arts*, op. cit.

universos culturais de referência diferenciados. O caso mais flagrante — mas em todos os segmentos da população algo de equivalente se aplica, mesmo que com menor intensidade e variação — é o dos jovens.

Com efeito, em poucos dias ou em poucas horas, eles podem passar dos círculos de sociabilidade entre pares, de que emergem formas de cultura juvenil profundamente entretecidas com a malha labiríntica do tecido urbano-social local, e da frequência dos meios culturais intergeracionais prevalentes nas colectividades do bairro, a sucessivos contactos com a cultura escolar, nuns casos bem sucedidos mas em muitos outros nem tanto, e à exposição recorrente às modalidades de cultura mediática veiculadas pela televisão; e podem circular entre a participação, de intensidade variável, em práticas culturais estruturadas em múltiplos planos e de forte carga identitária bairrista, como o fado ou as marchas, e a fruição de uma noite prolongada num concerto rock, num bar ou numa discoteca da “movida” lisboeta, de feição cultural cosmopolita.

Há pois três processos a considerar, conectados entre si, mas com especificidade própria. Antes de mais, no bairro *sobrepõem-se e entrecruzam-se modos de cultura diversos*. Depois, as formas culturais locais que se reproduzem enquanto configurações distintas estão também sujeitas a *dinâmicas de intertextualidade produtoras de sincretismos de referências* aos níveis dos símbolos e dos significados. Finalmente, *os protagonistas sociais transitam entre mundos culturalmente diferenciados*, com maior ou menor intensidade das correspondentes metamorfoses, nos registos interpretativos e comportamentais que accionam perante cada um deles, e com graus de variabilidade mais ou menos acentuados relativamente às províncias de significado e aos universos simbólicos frequentados.

Este último aspecto, cuja formulação é directamente tributária das de Gilberto Velho, por sua vez inspirado pela sociologia e pela antropologia de raízes simmelianas, interaccionistas e fenomenológicas, remete para um par de problemas fundamentais, de algum modo simétricos e complementares, igualmente equacionados pelo autor.<sup>64</sup> Importa aqui retomá-los a propósito, especificamente, do objecto de estudo de que a presente pesquisa se ocupa.

Por um lado, Gilberto Velho coloca o problema dos *campos de possibilidades* em que — num quadro estruturado de condições de existência determinadas, mas também segundo modos variáveis de se relacionarem com elas e através de uma gama mais ou menos aberta de combinatórias potenciais na circulação entre esferas sociais e universos de sentido — os indivíduos vão construindo as suas práticas quotidianas, os seus projectos de vida, as suas trajectórias sociais e as suas orientações valorativas.<sup>65</sup>

---

64 Para mencionar apenas uma obra recente, veja-se Gilberto Velho, *Projecto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, op. cit.

Por outro lado, suscita o problema da *comunicação*, isto é, o das linguagens simbólicas e dos significados culturais, dos processos sociais e dos agentes mediadores que, apesar da diversidade de modos de cultura e de domínios de experiência, permitem às pessoas mover-se entre eles, veiculam intercâmbios e influências culturais cruzadas, alicerçam a constituição de identidades culturais a partir de ingredientes simbólicos e situações relacionais de carácter relativamente heteróclito.

A questão assim colocada — que, aliás, em termos teóricos gerais, se pode inserir numa problemática mais vasta, a da cultura como comunicação — encontra no caso em estudo referentes empíricos susceptíveis de enriquecer a respectiva elaboração analítica.<sup>66</sup> Basta lembrar as maneiras como o fado amador e as marchas populares, para continuar com os exemplos tratados mais em pormenor, se estruturam a vários níveis, articulados entre si, endógenos e exógenos ao bairro, como se constituem em linguagens partilhadas, em códigos e reportórios culturais que põem em comunicação pessoas de Alfama pertencentes a gerações diversas, com diferentes estatutos sociais e com percursos de vida variados, e ainda todas estas com outros círculos, socialmente bastante alargados, que lhe são exteriores.

Mas há mais. Como já se referiu, um problema fundamental que atravessa toda a análise, muito em especial no presente capítulo, reporta-se a determinadas propriedades específicas das formas simbólicas ou, em termos mais precisos, aos modos muito particulares como determinadas formas

---

65 Gilberto Velho, *Projecto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, op. cit. Sobre a questão das maneiras variadas de os actores sociais se relacionarem com as condições estruturais de existência em que se inserem, pode consultar-se também Salvador Juan, *Sociologie des Genres de Vie: Morphologie Culturelle et Dynamique des Positions Sociales*, Paris, Presses Universitaires de France, 1991. Quanto à estruturação social de sistemas de valores e à construção individual de preferências valorativas, ver João Ferreira de Almeida, *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, em especial pp. 123-131.

66 A análise da cultura como comunicação ou, com ênfase algo diferente, das dimensões comunicacionais da cultura, pode usufruir de múltiplos contributos, que têm sido desenvolvidos de diversas perspectivas, como os de Claude Lévi-Strauss, por exemplo em *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon, 1974 (1958), pp. 63-110 e *Anthropologie Structurale Deux*, op. cit., pp. 84-85 ou de Edmund Leach, *Cultura e Comunicação*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1976), como os de Edward T. Hall, em *The Silent Language*, Nova Iorque, Doubleday and Company, 1959 e noutros trabalhos posteriores, de Erving Goffman, desde *The Presentation of Self in Everyday Life*, Harmondsworth, Penguin Books, 1980 (1959) a *Forms of Talk*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1981, ou do conjunto de autores, incluindo os dois últimos, reunidos por Yves Winkin (org.) em *La Nouvelle Communication*, Paris, Éditions du Seuil, 1981, como os de Eliseo Verón, *Ideologia, Estrutura, Comunicação*, São Paulo, Editora Cultrix, 1977 ou *A Produção de Sentido*, São Paulo, Editora Cultrix, 1981, como os de contributos sociológicos, mais recentes, de Norbert Elias, *The Symbol Theory*, Londres, Sage Publications, 1991, de Diana Crane, *The Production of Culture: Media and the Urban Arts*, op. cit., ou de Wendy Griswold, *Cultures and Societies in a Changing World*, Thousand Oaks (Cal.), Pine Forge Press, 1994.

simbólicas se inserem, enquanto elementos mediadores decisivos, nas relações entre processos sociais e dinâmicas culturais.

Em termos muito gerais e sintéticos, apenas para poder situar aqui o problema, uma teoria sociológica da cultura, ou uma teoria cultural da sociedade, consideradas aqui faces indissociáveis da mesma moeda, não podem prescindir da análise das articulações entre dois planos fundamentais, o das *formas simbólicas* e o dos *significados culturais*, chame-se-lhes assim ou de outra qualquer maneira equivalente, e de articular ambos com o das *relações sociais*, respeitante a estruturas e processos, recursos e poderes, instituições e interações.<sup>67</sup> Não se trata de três domínios estanques mas de dimensões interligadas, todas elas intrinsecamente constitutivas das configurações, dos processos e das práticas sociais.

Acontece que, apesar de contributos tão importantes para esta problemática como os que é possível encontrar na linguística e na semiologia, na antropologia e na sociologia, na história cultural e na psicologia social, está-se ainda longe de uma teoria suficientemente elaborada das *articulações entre sentido, símbolo e sociedade*. Em todo o caso, foi em propostas teóricas de autores destas áreas, como os que se tem vindo a referir ou são mencionados de seguida, que se procuraram sugestões, aqui retrabalhadas na análise de formas culturais, como o fado amador e as marchas populares, com lugar decisivo na constituição e nas dinâmicas da identidade cultural de Alfama.

Não se pretendeu, perante a diversidade das abordagens referidas, praticar um qualquer eclectismo amorfo mas, tão só, não descurar contributos

---

67 Ver as propostas que, quanto ao desenvolvimento de uma análise cultural dos processos sociais faz Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, *op. cit.*, em particular pp. 15-37. De entre os múltiplos balanços das perspectivas teóricas disponíveis neste domínio e os textos de apresentação de sínteses próprias, são ilustrativos os de Zygmunt Bauman, *Culture as Praxis*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1973, de Richard Collins e outros (orgs.), *Media, Culture and Society: A Critical Reader*, Londres, Sage Publications, 1986, de Jeffrey C. Alexander e Steven Seidman (orgs.), *Culture and Society. Contemporary Debates*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990 — com destaque para o capítulo inicial de Jeffrey C. Alexander, “Analytic debates: understanding the relative autonomy of culture” — ou de Diana Crane (org.), *The Sociology of Culture*, *op. cit.*, em especial o capítulo da própria Diana Crane, “Introduction: the challenge of the sociology of culture to sociology as discipline” e o de Ewa Morawska e Willfried Spohn, “‘Cultural pluralism’ in historical sociology: recent theoretical directions”, em que é feita uma avaliação comparativa das principais posições identificáveis nas análises sociológicas da cultura, nomeadamente das que se colocam de algum modo numa perspectiva histórica, sendo distribuídas segundo um conjunto de eixos: se as teorias concebem a cultura como inter-relacionada com mas distinta da sociedade ou se interpretam cultura e sociedade como reciprocamente constitutivas; se atribuem poderes causais mais fortes da estrutura social para a cultura ou o inverso, variando das abordagens estruturalistas sociais às interactivas e às culturalistas; se a cultura é concebida fundamentalmente como padrões estruturais, como impregnando as práticas sociais e sendo impregnada por elas, ou como significados intersubjectivos.

relevantes, tanto mais quanto a problemática é moveidiza, não há de momento acerca dela um quadro teórico englobante e alargadamente perfilhado, se verificam zonas de sobreposição conceptual relevante entre abordagens de raiz diferenciada, e é possível reelaborar de maneira produtiva elementos provenientes de diversas sedes paradigmáticas, mesmo se alguns deles de maneira mais central e outros apenas auxiliar.<sup>68</sup>

Em síntese, o mais importante a salientar é que, em Alfama, se encontra um conjunto de formas culturais, de que se destacam o fado amador e as marchas populares, as quais a população local, mobilizando competências e disposições largamente difundidas no tecido social local, é capaz de produzir e entender, de apreciar e criticar — e não de uma maneira qualquer, mas de modo simbolicamente elaborado, através de práticas muitas vezes exímias e segundo dinâmicas sociais com carácter endógeno acentuado.

Ao mesmo tempo, são formas culturais que, embora vinculadas a estes processos endógenos de produção e recepção local, se desenvolvem em interdependência estreita e permanente com os outros níveis de estruturação dos campos específicos correspondentes — o universo fadista, o mundo das Festas de Lisboa — e, ainda, em entrecruzamento com vectores culturais mais abrangentes, oriundos de outras sedes, por exemplo de tipo mediático ou escolar.

Geram-se, assim, dinâmicas quer de sujeição da população local a efeitos de dominação cultural, quer de aquisição de competências e acesso a oportunidades por parte dela. Mas o que importa ainda focar, dada a relevância que tem para o objecto de estudo da pesquisa, é que, com aquelas formas culturais locais, a população de Alfama domina *linguagens simbólicas específicas*, profundamente estruturadoras dos universos de sentido presentes no bairro.

Para além das que partilha de maneira mais alargada com a sociedade envolvente, possui estas linguagens culturais próprias, com as quais, a nível interno, elabora e exprime tanto significados como emoções, organiza pa-drões de conduta, comunica entre si, numa teia de sentido densa, em grande medida indecifrada pelos que não pertencem ao bairro; e com que, a nível externo, manifesta perante outros círculos sociais, de maneira bastante exuberante, a sua criatividade e a sua especificidade cultural. A ambos os níveis constituem poderosos dispositivos — meios simbólicos — de construção da identidade cultural do bairro.

---

68 É um dos domínios onde se pode tirar partido de praticar o que João Ferreira de Almeida chama um “transparadigmatismo operacional”, segundo a expressão que utiliza em “Ciências sociais”, in José Mariano Gago (coord.), *Ciência em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991, p. 81, o que também se pode entender como inserido numa tendência actual para a “laicização da relação com os paradigmas”, assinalada em António Firmino da Costa, “Cultura profissional dos sociólogos”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 5, 1988, p. 116.

Na sua textura simbólica, as linguagens, como diz Norbert Elias, são tanto meios de comunicar, com os que as partilham, como de evitar a comunicação, com os que as desconhecem.<sup>69</sup> Nesta qualidade, constituem-se em suportes por excelência de identidades colectivas. E quando, em linguagens rituais, festivas e musicais, como as que se tem vindo a analisar, se manifesta com particular acuidade o carácter ambíguo dos símbolos, susceptíveis de serem investidos de significados múltiplos, e, portanto, de estabelecerem planos de comunicação diferenciados, implicando de maneira diversa horizontes sociais diferentes, tornam-se especialmente propiciadoras de dinâmicas interactivas de estruturação dessas identidades, a níveis sobrepostos.

É o que exemplifica a dialéctica que, simplificando, se estabelece entre identidade bairrista e identidade nacional (no caso do fado), entre identidade bairrista e identidade lisboeta (no caso das marchas) e entre identidade bairrista e identidade popular (em ambos).

A análise das referidas formas culturais como linguagens simbólicas suscita, ao elaborar o conceito nesta perspectiva, algumas linhas de aprofundamento teórico acerca dos processos de constituição da identidade cultural de Alfama. Do mesmo passo procura dar-se estatuto teórico-conceptual acrescido à noção de formas culturais.

Com efeito, se se retomar, a propósito dos sistemas culturais, a distinção entre um plano da expressão (significantes) e um plano do conteúdo (significados), e a contraposição, em cada um deles, entre forma e substância, chega-se ao seguinte esquema: substância da expressão / forma da expressão / forma do conteúdo / substância do conteúdo.<sup>70</sup> Neste sentido, ao falar-se em *formas culturais*, prestou-se interesse analítico privilegiado às relações entre os dois termos intermédios, isto é, às *formas da expressão* (regras de estruturação dos materiais significantes utilizados) e às *formas do conteúdo* (articulações específicas de significados nelas investidos).

Em concreto, deste ponto de vista, a análise das formas culturais aqui empreendida não teve como centro de gravidade, nem a composição física de sons, cores, objectos ou movimentos que fazem parte da “substância da expressão” das marchas ou dos fados, nem o pano de fundo de significados sociais que constituem o que se pode chamar a “substância do conteúdo”, significados sociais diversificados e dinâmicos que atravessam o bairro, transportados pelos diversos protagonistas envolvidos.

69 Norbert Elias, *The Symbol Theory*, *op. cit.*, nomeadamente pp. 17-36.

70 Este tipo de formalização foi desenvolvida na análise linguística por Louis Hjelmslev, *Prolegomènes à une Théorie du Langage*, Paris, Éditions de Minuit, 1971 (1943), na linha de Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978 (1916). Ver referências por exemplo em Umberto Eco, *O Signo*, Lisboa, Editorial Presença, 1977 (1973), pp. 99-104, Algirdas J. Greimas, *Semântica Estrutural*, São Paulo, Editora Cultrix, 1976 (1966), pp. 36-38, João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1976, pp. 33-34.

Importou sim, sobretudo, os modos como, no bairro, esses significados se articulam formalmente no âmbito de actuação das formas culturais em estudo — “formas do conteúdo” a que se chamou o trágico, o contraste, a identidade, nomeadamente — e como se interligam com as regras formais de agenciamento dos materiais significantes referidos, isto é, com “formas da expressão” como rituais e encenações, ritmos e lugares, papéis e interacções, números e sequências, competições e regulamentos.

Não que os materiais significantes não interessem. Eles foram convocados para a análise sempre que isso se revelou pertinente para o tema da pesquisa, em especial quando se contribuiu assim para perceber certos mecanismos de mudança, como se viu, por exemplo, a propósito das tecnologias mediáticas, para o fado, ou das tecnologias cenográficas, para as marchas. Pelo seu lado, as constelações de significados sociais presentes, em linhas de força entrecruzadas, no universo de sentido da população local — incluindo interesses e valores, representações e disposições, orientações e crenças, preferências e emoções — constituíram um horizonte de referência constante para a análise. Mas procurou-se examinar esses significados de um ponto de vista privilegiado para o tema em estudo: a maneira específica como se reconfiguram no bairro ao serem processados no âmbito das formas culturais locais e das respectivas práticas identitárias, segundo a sua lógica específica.

O que se verificou foi que os mecanismos sociais e simbólicos de construção da identidade cultural alfamista, aqueles em que sobretudo assenta a sua intensidade, a sua persistência e boa parte das suas manifestações, encontram uma chave decisiva para a respectiva decifração precisamente nas formas culturais — no sentido aqui delimitado — produzidas no bairro.

Dotadas de elevada consistência formal, elas apresentam, em grau acentuado, uma propriedade notável dos símbolos: a sua plasticidade e ambiguidade. Podem, assim, ser investidas por significados múltiplos e mutáveis, proporcionando um suporte comunicacional comum, um meio de expressão partilhado e um operador de produção cultural própria, num quadro urbano de redes sociais densas, palco de situações e trajectórias sociais diversas, atravessado por processos de transformação social endógenos e exógenos. Constituem-se, deste modo, em traves mestras da produção da identidade cultural de Alfama.

Na sua relação com as práticas sociais, os padrões culturais constituem, para usar uma fórmula expressiva de Clifford Geertz, tanto “modelos de” como “modelos para”.<sup>71</sup> Isto é, interpretam a experiência e os seus quadros sociais, atribuem-lhes significado e, em simultâneo, induzem disposições e orientam a acção. Ou, em termos preferidos por Pierre Bourdieu, são “estruturados” e “estruturantes” — pelas e das relações sociais, respectivamente.

---

71 Clifford Geertz, *A Interpretação das Culturas*, op. cit., por exemplo, pp. 103-109.

Ora, se se considerar, uma vez mais com Geertz, os padrões culturais como redes de significados incorporados em símbolos, fica ainda por determinar a eficácia específica de cada plano de estruturação simbólica desses significados e as relações de influência recíproca entre eles.

No caso em estudo, as formas culturais locais, como o fado e as marchas, constituem, por um lado, linguagens simbólicas susceptíveis de incorporar — e com isso tornar apropriáveis, expressáveis e reconduzíveis à acção pela população do bairro — diversas correntes de significados relativos às condições sociais de existência dos residentes e, também, às mensagens circuladas pelas instituições de socialização escolar, comunicação social e difusão cultural. Mas constituem igualmente, por outro lado, linguagens simbólicas que têm inscrito, no âmago da sua estrutura formal constitutiva, um outro plano de significados, o qual remete por seu turno para lógicas específicas de estruturação das relações sociais locais: redes de patrocínio e clientelismo, grupos de pares e relações de reciprocidade, sociabilidades festivas e práticas estético-emocionais partilhadas, associativismo e competição interlocal.

Acontece, assim, que esses dois planos de significados relativos a dimensões diferentes de estruturação do relacionamento social — umas claramente locais, outras mais transversais —, ao serem mediados por formas simbólicas próprias do bairro, tendem a reconfigurar-se ali de maneira específica. Em especial, os significados com sede em estruturas e processos sociais de carácter mais amplo acabam por ser reinterpretados, em larga medida, nos termos da gramática fornecida pelas formas culturais locais. Por outro lado, de modo complementar, sentidos variados e variáveis são atribuídos por diferentes pessoas e em diversos momentos às mesmas formas culturais. O fado ou as marchas, por exemplo, não são entendidos e experimentados da mesma maneira, segundo os mesmos significados, por toda a gente em Alfama; nem esses significados permanecem iguais no tempo.

Uma questão fundamental que parece surgir, então, é a da permanência das formas simbólicas. Ela é correlativa da variabilidade e mutabilidade de muitos dos significados investidos em tais sistemas de símbolos. E das dinâmicas sociais para que esses significados reenviam.

Como diz Anthony Cohen, os símbolos são eficazes porque são imprecisos.<sup>72</sup> É mesmo esse carácter plástico dos símbolos que constitui um dos factores decisivos da sua persistência. Na medida, parcial e provisória, em que de facto ela se verifica, torna-se correlativa, também, de um efeito poderoso de recondução de muitas das referidas constelações e correntes de sentido a certas formas de conteúdo significativo associadas de maneira íntima às gramáticas formais de expressão respectivas. Dupla articulação esta, de formas

---

72 Anthony P. Cohen, *The Symbolic Construction of Community*, Milton Keynes, The Open University, 1989 (1985), p. 21.

culturais como as estudadas, que, enquanto “modelo de” e “modelo para”, remetem, por sua vez, para elementos decisivos dos quadros relacionais locais e para a organização dos padrões de conduta da respectiva população.

Percebe-se, pois, como tais formas culturais podem constituir vectores cruciais de reconstrução continuada da identidade cultural do bairro, apesar das transformações sociais, endógenas e exógenas, por que ele tem vindo a passar.

Mas a persistência das formas culturais analisadas, como se viu, está longe de ser integral e absoluta. Bem pelo contrário. As dinâmicas a que estão sujeitas provêm, tanto da diacronia cultural interna a elas próprias, como de contactos com outros modos de cultura e correntes de significados exógenos — para tipificar à maneira de Marshall Sahlins as vertentes do carácter temporal, por ele sublinhado, das estruturas culturais.<sup>73</sup> E tais dinâmicas culturais inter-relacionam-se, também, com a diacronia própria, quer dos processos relacionais de sede local, quer dos que se vão estruturando noutros quadros de interacção ou a escalas societais mais amplas.

A investigação da identidade cultural de Alfama requer, pois, que se passe pelo aprofundamento analítico de um conjunto de aspectos tão decisivos como a composição estrutural e as trajectórias de vida daqueles que constituem os portadores dos padrões culturais locais e os agentes das práticas sociais que ali se verificam, como o quadro relacional específico que se estabelece no bairro, como as transformações sociais endógenas e exógenas que o atravessam e, ainda, como certos processos de acção colectiva com importantes implicações identitárias.

São dimensões e processos que mantêm relação estreita com a identidade cultural de Alfama. Examiná-los pode contribuir para decifrar algumas outras facetas da constituição social dessa identidade assim como das incidências sociais que ela tem. É disso que se ocupam os restantes quatro capítulos.

---

73 Marshall Sahlins, *Ilhas de História*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990 (1985), nomeadamente pp. 7-21.



## **Classes sociais e trajectórias de mobilidade num bairro popular**

Alfama, como acabou de se ver, é palco de produção, intensa e continuada, de formas notáveis de cultura popular urbana. Nisso se distingue, embora não só nisso, de muitos outros quadros sociais citadinos. Algumas das formas culturais em causa, como o fado amador ou como as marchas populares e os arraiais de Junho, para além do seu recorte formal nítido e da elaboração simbólica que possuem, para além da difusão alargada no tecido social local e do grau elevado de implicação participativa por parte da população residente que as caracteriza, são também bastante conhecidas fora do bairro e um dos vectores importantes da sua visibilidade externa. Outras, como as festividades de carnaval, em que se destacam os enterros do entrudo, realizam-se num plano mais circunscrito à vida interna do bairro e não fazem parte das imagens mais divulgadas acerca dele. Mas possuem também, a seu modo, os restantes atributos culturais e sociais mencionados: especificidade formal e espessura simbólica, implantação local e dinamismo social endógeno.

Todas estas formas culturais se articulam, de maneira densamente entrecida, com os padrões culturais prevaletentes no bairro, tal como eles exprimem a vida social local e são por ela produzidos, tal como a impregnam a todos os níveis e são, em permanência, accionados nas práticas quotidianas, nas estratégias individuais e de grupo, nos processos sociais que ali se desenrolam. São formas culturais que se revelam igualmente, neste contexto, como algumas das traves mestras em que assenta a construção social, renovada a cada passo, da identidade cultural de Alfama — identidade cultural persistente mas sempre sujeita à mutação de significados e implicações, profundamente enraizada no local mas sempre precária e contingente, integradora de acções e concepções mas sempre polifacetada e ambivalente.

Não basta, no entanto, descrever e analisar, em si próprias, formas culturais e dinâmicas identitárias. Diversas correntes das ciências sociais têm caído na tendência para atribuir propriedades antropomórficas a categorias de indivíduos, acontecimentos históricos, sistemas de relações, padrões simbólicos,

construções conceptuais, imputando equivocadamente um tipo desajustado de materialidade substantiva, quando não mesmo qualidades de agente, aos referentes de conceitos de outra ordem, respeitantes, por exemplo, a distribuições de variáveis, a quadros de condições, a posições relacionais, a efeitos de mecanismos sociais.

Ou, dizendo de outra maneira, são abordagens dos fenómenos sociais que acabam por levar demasiado a sério as suas próprias metáforas. Isso, não obstante os contributos cognitivos, porventura importantes, em diferentes planos, que tenham dado para o conhecimento dos modos de relacionamento humano em sociedade e dos processos sociais. Mas, ao invés do que, de várias maneiras, foi uma e outra vez afirmado com veemência ou implicitamente sugerido por essas concepções reificantes e antropomorfizantes, as estruturas sociais não se movem por si próprias, as instituições não se autoconstituem sozinhas, os universos simbólicos não significam só por si, os textos não se escrevem a eles mesmos. Pelo contrário, tudo isto supõe ação humana, práticas sociais, sujeitos protagonistas.

De certo modo, outras correntes não ajudaram, ao contraporem às anteriores um individualismo metodológico também ele de pendor absolutizante e reducionista, resvalando mesmo com grande facilidade para registos de individualismo ontológico mais ou menos assumido. Só haveria indivíduos e mais nada. No essencial, não teria pertinência a sociologia considerar outros níveis de constituição dos fenómenos sociais. Ou, no mínimo, toda a análise teria de acabar por se lhes reduzir para chegar a um estatuto explicativo ou interpretativo satisfatório.

A necessidade de ruptura com a insuficiência sociológica deste género de posições levou, por vezes, a que se perdesse de vista que conceitos como os de estruturas sociais e instituições, sistemas de práticas e processos sociais, formas simbólicas e representações colectivas, textos e discursos, ao reportarem-se a determinados níveis e modos de constituição dos fenómenos sociais, não podem deixar, para serem entendidos e usados de maneira teoricamente consistente, de implicar que se tenham sempre presentes as suas articulações com o protagonismo humano do relacionamento social, do qual são inseparáveis de raiz.<sup>1</sup>

---

1 Os sociólogos contemporâneos com produção teórica relevante, mesmo que por vezes, em desenvolvimentos específicos, possam emitir enunciados algo equívocos a este respeito, na sua maioria não admitiriam expressamente que os protagonistas sociais estejam ausentes, no sentido referido, das suas propostas conceptuais. Exceptuam-se casos, aliás em vários aspectos bem diferentes entre si, como, num dos extremos, os de teorias que pretendem apresentar-se como estritamente sistémicas, rejeitando que haja um lugar para os actores na análise sociológica, e, no outro, aquelas que reduzem todo o social a textos sem autor que se constroem e desconstroem a si mesmos. Pelo contrário, dos contributos teóricos mais importantes para a sociologia actual acerca do que é designado como o problema das “relações entre indivíduo e sociedade”, ou das “relações entre habitus e

Claro que é possível fazer um certo tipo de “parêntese metodológico”, como diz Giddens, para trabalhar de maneira provisória a níveis de análise que não focam os agentes sociais de forma directa.<sup>2</sup> Mas são, precisamente, procedimentos analíticos provisórios, nos quais não convém mergulhar por tempo excessivo sob pena de asfixiar de vez a análise. E, em todo o caso, uma coisa é situá-la em planos de elevada abstracção, conduzir estudos a escalas de grande arco espaciotemporal, privilegiar objectos agregados, seleccionar dimensões analíticas ou delimitar observáveis que remetem mais para condições e efeitos do que para agentes e acções, outra coisa é ignorar, na construção teórica e na prática interpretativa, que as configurações e os processos sociais são intrinsecamente indissociáveis da agência humana e dos respectivos protagonistas sociais. Os sistemas sociais não se constituem e os processos sociais não se desenrolam sem acção social. E não há acção social sem agentes sociais.

As formas culturais e os processos sociais examinados em Alfama têm protagonistas, são desenvolvidos por pessoas e grupos, passam-se em meios sociais com características específicas. Quem são, pois, os protagonistas sociais dessas formas culturais, aqueles que as criam e apreciam, que as produzem e fruem no bairro? Quem são, de maneira mais ampla, os portadores e produtores dos padrões culturais, os agentes das práticas culturais, os sujeitos locais (no duplo sentido de sujeitos da sua produção e sujeitos às suas implicações) da identidade cultural de Alfama?

Ou, em termos que traduzem já um maior grau de especificação teórica e apontam para soluções operatórias da questão, que características estruturais definem o perfil social da população do bairro? Como é que tais traços se interligam com o tecido de relações sociais que nele se forma, com as práticas ali desenvolvidas, com os padrões de conduta e as formas culturais locais, com a sociedade de bairro que, num sentido preciso, em parte já explicitado, Alfama constitui, e de que a identidade cultural é, afinal, componente decisivo? E, de maneira mais específica, que têm essas características sociais a ver com o atributo de “bairro popular”, frequentemente aplicado a Alfama, atributo que é um dos elementos centrais do modo como o bairro aparece nas

---

campo”, ou das “relações entre estrutura e agência”, para usar as expressões dos autores a seguir mencionados, são de destacar os de Norbert Elias, com a sua teoria das configurações sociais, os de Pierre Bourdieu, com as suas propostas de uma teoria da prática, e os de Anthony Giddens, nos desenvolvimentos que faz do que chama a teoria da estruturação social. Veja-se, por exemplo, Norbert Elias, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70, 1980 (1970) ou *La Société des Individus*, Paris, Fayard, 1991 (1987), Pierre Bourdieu, *Esquisse d'une Théorie de la Pratique: Précédée de Trois Études d'Éthnologie Kabyle*, Genebra, Librairie Droz, 1972 ou *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980, e Anthony Giddens, *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*, Londres, The MacMillan Press, 1979 ou *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984.

2 Anthony Giddens, *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, op. cit., p. 288.

representações simbólicas mais correntes, sobretudo em Lisboa? É o que se procura examinar no presente capítulo.

### Composição social da população local

Em Alfama, tomando como referência as duas freguesias que, como se viu, constituem o seu núcleo principal — as freguesias de São Miguel e Santo Estêvão — residiam à entrada da década de 90, altura de que datam os últimos dados sistemáticos disponíveis, cerca de 7,5 milhares de pessoas. Estes valores são os apurados pelo Inquérito Sociológico à População, Habitação e Actividades de Alfama, cujo trabalho de campo decorreu em 1989/90.

Os dados do Recenseamento Geral da População realizado pelo Instituto Nacional de Estatística pouco depois, em 1991, apontam para aproximadamente 5,8 milhares de habitantes. Como atrás se assinalou, tal discrepância decorre em certa medida de diferenças nos procedimentos metodológicos utilizados.<sup>3</sup> Mas não é alheia, também, a características constitutivas do tecido social local e dos padrões culturais prevaletentes no bairro, com manifestações específicas nas práticas residenciais.

Verifica-se, designadamente, uma significativa plasticidade nos regimes de utilização das habitações. Uma parte da população idosa de proveniência rural passa temporadas longas nas terras de origem, sobretudo depois da reforma. Isso significa uma ausência efectiva dessas pessoas do quotidiano local por intervalos de tempo com duração variável — o que implica inclusive que, nomeadamente quando não há outros residentes nas casas respectivas, se torne provável muitas delas não serem abrangidas por recenseamentos realizados em momentos coincidentes com tais estadias fora.

Em muitos outros casos, no entanto, as ausências referidas podem conduzir também a utilizações temporárias ou duradoras dessas habitações por parte de outras pessoas, na maior parte das vezes parentes. É o que acontece, desde logo, quando estes últimos, eles próprios em percurso migratório para a cidade, não puderam ainda encontrar habitação independente a custos comportáveis e se instalam na casa entretanto deixada sem uso diário ou por vezes só habitada de forma esporádica.

Mas a diferença positiva de população relativamente à que é em geral recenseada decorre também de muitas outras circunstâncias, comuns não só entre os migrantes rurais mas, de maneira mais alargada, entre a generalidade dos residentes. É corrente, por exemplo, filhos jovens ou adultos, anteriormente saídos

---

3 Sobre o *Inquérito Sociológico à População, Habitação e Actividades de Alfama (ISPHAA)*, realizado em 1989/90, e sobre as comparações com os dados do Censo de 91, ver capítulo 2, onde se desenvolve um conjunto de considerações, em registo de reflexividade metodológica e sociológica, a este respeito.

de casa dos pais, a ela regressarem durante períodos mais ou menos longos, em regime de estadia permanente ou apenas de alguns dias na semana, por estarem a atravessar situações de graves dificuldades económicas, ou por terem arranjado emprego ali próximo, ou por estarem a passar por uma separação conjugal, ou por ter surgido um filho na ausência de uma situação conjugal estável.

Acontece ainda, com grande frequência, recorrer-se aos pais para tomar conta das crianças (netos daqueles), durante parte do dia, ou mesmo em permanência prolongada, face à falta de espaço nas casas dos respectivos progenitores ou a dificuldades acentuadas de compatibilização dos tempos quotidianos: horários exigentes nos empregos, demoras nos transportes, dessincronização com os ritmos escolares. Tal acontece segundo práticas de intensificação de entreajudas e de gestão mais integrada de recursos nas redes familiares próximas, práticas essas que tendem a verificar-se, no meio social do bairro, na sequência de episódios de crise ou nas fases dos ciclos de vida familiar em que nascem e crescem as crianças.

Tudo isto — que, com os matizes e as ambiguidades que tais situações comportam, pode não ser subjectivamente representado pelos envolvidos como residência propriamente dita no bairro ou pode ser por eles entendido inconveniente de exprimir como tal perante terceiros, sobretudo se eles forem agentes institucionais —, mais as práticas de subaluguer, de cariz variado, ali disseminadas, também elas objecto de alguma ocultação ou, pelo menos, de discrição, e, ainda, de modo mais geral, um contexto sociocultural em que as táticas de camuflagem perante o exterior constituem um traço decisivo, simétrico e complementar dos modos de ostentação exuberante da identidade cultural bairrista, tudo isto leva a que o volume da população residente não seja algo de inequívoco, susceptível de determinação simples, não problemática, como se poderia pensar numa perspectiva empirista, não informada sociologicamente.

Para além de aspectos de foro metodológico em sentido mais estrito — como por exemplo a preparação dos entrevistadores, o dispositivo de inquérito instalado no bairro, os períodos de aplicação e os procedimentos de entrevista, entre outros —, as diferenças decorrem também, no plano conceptual, de o Censo ter inventariado algo que se aproxima mais do que se poderia chamar a “população oficialmente residente” no bairro, enquanto que o inquérito sociológico referido procurou encontrar, na máxima amplitude possível, a *população com ligação residencial a Alfama*, nas diversas modalidades que essa ligação, de maneira diversificada e mutável, tem assumido.<sup>4</sup> É no essencial a esta última que se refere a presente análise.

Desde os anos 60/70, a população residente em Alfama tem vindo a diminuir gradualmente.<sup>5</sup> Já nesta década de 90, tudo indica que o movimento

---

4 Como se sabe, os Censos distinguem entre “população residente” e “população presente”. Mas não é esta distinção que está aqui em causa. Aqueles dois indicadores apresentam aliás, no bairro, segundo o Censo de 91, valores não muito diferentes entre si.

de decréscimo tenha vindo a prosseguir. Há mais casas vazias. Pessoas idosas faleceram e os senhorios, em bastantes casos, não voltaram a alugar os fogos. Nalgumas situações mantêm-nos expectantes, esperando por oportunidade de negócio vantajoso envolvendo o prédio no seu conjunto. Noutras situações, tendo arranjado as casas ou nem isso, as novas rendas que pedem são muito elevadas e não têm sempre encontrado inquilinos.

Além disso, saíram moradores para que se realizassem obras nos prédios degradados em que habitavam, saída essa em princípio de carácter provisório. No entanto, em circunstâncias que serão objecto de análise nos últimos capítulos, uma parte importante deles não regressou. Por outro lado, os jovens do bairro, à medida que querem ter acesso a habitação independente das famílias de origem, dificilmente a conseguem ali, devido aos preços dos novos arrendamentos, acabando muitos deles por ir morar algures nas periferias suburbanas de Lisboa.

Em todo o caso, também há novos moradores. Entre eles contam-se elementos de classes sociais mais abastadas do que aquelas a que pertence a maioria dos habitantes. São indivíduos e famílias com recursos económicos que lhes permitem responder aos novos preços de aquisição imobiliária ou de arrendamento que vão sendo propostos no bairro, são jovens com elevados níveis de escolaridade, sós ou casais recém-constituídos, em início de carreira, com profissões intelectuais, artísticas, científicas ou técnicas, com estilos de vida e sensibilidades culturais aderentes à recente valorização dos centros históricos das cidades enquanto espaços urbanos com especial interesse simbólico, e são ainda alguns estrangeiros que, num misto de procura do contexto social “exótico” e do património histórico, da paisagem urbana ribeirinha e do clima ameno, ali adquirem uma casa para usar de vez em quando.

Mas não só. A observação dos fluxos residenciais nestas últimas duas décadas não permite exagerar o peso relativo que têm tido no bairro dinâmicas do tipo descrito, por vezes entendidas como fazendo parte do que se tem chamado “processos de gentrificação”.<sup>6</sup> Isto é, processos verificados em certas áreas centrais das cidades, muito em especial núcleos históricos citadinos, de recente substituição generalizada dos anteriores moradores, pertencentes a classes populares, por residentes com outro perfil social, detentores de níveis bem mais elevados de capitais económicos e culturais.

Ora, por um lado, a presença em Alfama de residentes de classes sociais privilegiadas não é novidade, encontrando-se dela marcas antigas e profundas tanto na malha urbana (edifícios apalaçados e casas grandes burguesas) como nos padrões socioculturais locais (de que são exemplos sintomáticos as

---

5 Ver capítulo 2, nomeadamente o quadro 2.1.

6 O conceito de gentrificação, certas teorizações que o utilizam, bem como alguns problemas e limites da sua aplicabilidade a casos como o aqui em estudo, são objecto de análise mais desenvolvida nos capítulos 6 e 7.

práticas de clientelismo e os fados de contraste), como se teve oportunidade de ver em capítulos anteriores.

Por outro lado, continuam a afluir a Alfama gentes de menores recursos, segundo processos diversos, na maioria dos casos através de redes de interconhecimento, quer envolvendo conterrâneos e parentes, como as acima referidas, quer de outros tipos. Em geral, as habitações a que ali conseguem ter acesso são pequenas e pouco confortáveis, muitas delas em mau estado de conservação. Nalguns casos, vêm-se constringidas a situações de subaluguer ou de arrendamento partilhado.

Assinale-se ainda a crescente prática de aluguer de quartos a estudantes, relacionada com a instalação recente de estabelecimentos de ensino superior no bairro ou nas imediações.

No conjunto, a população do bairro, atravessada por dinâmicas diversas, umas de efeitos cumulativos a este respeito, outras de sentidos contrapostos, tem vindo a diminuir gradualmente, ainda que não tanto como os dados censitários poderiam fazer crer. Em paralelo, a sua estrutura etária tem vindo a envelhecer. Nestes dois processos, aliás, Alfama acompanha a diminuição e o envelhecimento da população residente que, de modo mais geral, têm estado a ocorrer na parte central e antiga da cidade de Lisboa, em particular no seu núcleo histórico.<sup>7</sup>

A estrutura demográfica do bairro pode ser analisada, de maneira ao mesmo tempo muito agregada e bastante reveladora, segundo três faixas etárias referentes a categorias designáveis por “jovens”, “adultos” e “idosos”, como no quadro 4.1. A vantagem desta categorização é conjugar economia informativa com apresentação de indicadores de estruturas e processos decisivos nas sociedades contemporâneas.<sup>8</sup>

É possível analisar, a partir do quadro, aspectos como a relação entre população “potencialmente activa”, no sentido da expectativa habitual de inserção na vida profissional, e população “dependente”, em sentido simétrico do anterior. Pode ainda tomar-se esta última em conjunto ou os jovens e os idosos em separado, com as suas características e necessidades próprias, reportáveis quer às formas de relacionamento social interpessoal, com as modalidades diferenciadas que tendem a assumir nas diferentes fases dos ciclos de vida, quer a equipamentos específicos, como os escolares, num caso, ou os

---

7 Estes processos estão amplamente documentados e analisados. Ver, por exemplo, *Plano Estratégico de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1992; José Luís Casanova, Isabel Valente e António Firmino da Costa, *Caracterização Social do Concelho de Lisboa: Problemas Sociais: Incidências e Acções nas Freguesias*, Lisboa, CIES/ISCTE e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1995 (policopiado); Paulo Machado, “A (c)idade maior: para uma sociologia da velhice na cidade de Lisboa”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 15, 1994; Vítor Matias Ferreira, Walter Rodrigues, José Luís Casanova, Alexandra Castro, Luís Wemans e Teresa Amor, *Lisboa, a Metrópole e o Rio: Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1997.

**Quadro 4.1** População residente em Alfama por grupo etário, segundo o sexo, 1990

| Grupo etário         | Homens |      | Mulheres |      | Total |       |
|----------------------|--------|------|----------|------|-------|-------|
|                      | N      | %    | N        | %    | N     | %     |
| Jovens (até 19 anos) | 785    | 10,5 | 747      | 10,0 | 1532  | 20,5  |
| Adultos (20-59 anos) | 1846   | 24,7 | 1906     | 25,5 | 3752  | 50,2  |
| Idosos (60 e+ anos)  | 844    | 11,3 | 1345     | 18,0 | 2189  | 29,3  |
| Total                | 3475   | 46,5 | 3998     | 53,5 | 7473  | 100,0 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

de apoio à terceira idade, no outro, quer ainda, de modo mais geral, a um leque amplo de aspectos relativos às distribuições de recursos, ao quadro institucional e aos padrões culturais.

Como o quadro 4.1 mostra, a percentagem de jovens na população do bairro é de 20,5% e a de idosos 29,3%. Ou, de outro modo, o rácio jovens/adultos é cerca de 41/100 e o de idosos/adultos aproxima-se dos 59/100. Em termos comparativos, pode ter interesse mencionar os dados relativos ao conjunto da sociedade portuguesa, segundo o Censo de 91. Aí, na mesma categorização etária, os jovens são 28,6% e os idosos 19,0%, sendo os rácios de dependência respectivos de 55/100 e de 36/100. Pode comparar-se também com a cidade de Lisboa (concelho), de acordo ainda com o Censo de 91: 21,7% de jovens e 26,0% de idosos, a que correspondem rácios de 41/100 e 50/100, respectivamente.

A população de Alfama apresenta, pois, uma estrutura demográfica duplamente mais envelhecida, na base e no topo, do que a sociedade portuguesa no seu conjunto, embora as diferenças não se devam exagerar, dada a diversidade territorial que a este respeito se verifica, nomeadamente entre sul e norte, litoral e interior, áreas urbanas e espaços rurais, centros antigos

8 Ver J. Manuel Nazareth (em colaboração com Maria Filomena Mendes), *Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. A delimitação etária dos “grupos funcionais” aqui utilizada, convencional mas não arbitrária, é também adoptada na obra referida, designadamente na construção de cenários prospectivos (ver, por exemplo, pp. 137-142). Outra agregação etária a que se recorre com frequência, aliás também utilizada no trabalho mencionado, é a seguinte: “jovens” (0-14 anos), “adultos” (15-64 anos), “idosos” (65 ou mais anos). No caso aqui em estudo preferiu-se a primeira versão por várias razões, nomeadamente, num dos extremos, porque já quase não há no bairro população activa com menos de 20 anos e ser essa cada vez mais uma idade de referência quanto a frequência escolar e, no outro extremo, porque as reformas antecipadas se tornaram fenómeno com impacto local significativo, a par de outros aspectos relativos à fase da vida em que começam a observar-se maiores necessidades de cuidados e apoios institucionais, em planos como o da saúde, da assistência social, das dificuldades de deslocação, das condições habitacionais, etc. São assuntos a que se regressará nos últimos capítulos. Em todo o caso, se se optasse pela outra agregação, embora, como é óbvio, mudassem os valores numéricos, o sentido da interpretação sociológica não se alteraria.

das cidades e novas urbanizações. Isto é, a população residente no bairro acompanha, por um lado, tendências demográficas gerais e, por outro, insere-se em processos específicos de natureza socioterritorial.<sup>9</sup>

São processos comuns em certa medida, como já se mencionou, à cidade no seu todo e, muito em particular, ao seu centro histórico — o que transparece, inclusivamente, no facto de os rácios apontados para Alfama não divergirem muito dos de Lisboa. É de salientar, em todo o caso, o maior peso dos idosos no bairro — e, em especial, das idosas, com presença importante no tecido social de Alfama, representando por si só 18,0% da população local. Por comparação com o conjunto do país, aliás, são as mulheres com 60 ou mais anos que mais se destacam da média nacional. Esta era bastante, menor segundo o Censo de 91, situando-se nos 10,9%.

Entre os factores dos processos referidos conta-se a lógica vigente dos mercados imobiliário e de arrendamento, com repercussões quer na situação aparentemente paradoxal de coexistência de prédios degradados e rendas caras no núcleo citadino, quer na expansão das aglomerações suburbanas. E conta-se também a emergência e propagação de novos padrões de referência e correspondentes aspirações quanto a condições habitacionais. Neste último aspecto, no entanto, convém referir que os parâmetros em jogo são múltiplos e de articulação complexa.

Em concreto, como já se aludiu, muitos dos jovens locais, se bem que não todos, prefeririam, se pudessem, arranjar casa no bairro, tanto por razões pragmáticas e instrumentais como por razões afectivas e socioculturais: proximidade do centro da cidade, dos empregos e de equipamentos diversos, com evitamento dos longos tempos de transportes quotidianos entre os subúrbios e a cidade; proximidade também das redes densas de familiares e amigos, com as correspondentes vantagens e possibilidades no plano das entreajudas e no plano das sociabilidades; identificação com o local, com estilos de conduta e com práticas culturais aí partilhadas. A recente difusão de sensibilidades culturais favoráveis à valorização simbólica dos centros históricos começa também a pesar nas preferências residenciais dos jovens do bairro.

Ao contrário do que as abordagens de pendor empirista tendem a assumir de maneira implícita e inquestionada, na caracterização social de uma população as variáveis *idade* e *sexo* não se limitam a referenciar descritivamente atributos de ordem biológica, desprovidos de espessura social. Pelo contrário, do ponto de vista sociológico aparecem como indicadores de dimensões

---

9 Sobre tendências demográficas, para além do trabalho referido na nota anterior, ver nomeadamente Mário Leston Bandeira, *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1996, em especial pp. 195-261. Uma panorâmica geral relativa às principais dinâmicas socioterritoriais que atravessam a sociedade portuguesa contemporânea encontra-se em Jorge Gaspar, *Ocupação e Organização do Espaço*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

sociais plurifacetadas das populações e dos indivíduos que as compõem, carreado informação condensada sobre um conjunto de aspectos, em geral bastante relevantes, da constituição dos indivíduos humanos enquanto protagonistas sociais, das suas condições sociais de existência e das respectivas trajetórias de vida.

Isso, no entanto, requer não as considerar como isoladas ou auto-suficientes, mas sim, antes de mais, enquanto duas de um sistema de propriedades caracterizadoras do *espaço social* — espaço relacional das condições sociais de existência — e das *posições sociais* (coordenadas de localização) de cada indivíduo ou grupo nesse espaço topológico, multidimensional e estruturado. Por sua vez, são as *distribuições desiguais de recursos*, em especial daqueles que se têm revelado com maior importância, em termos genéricos e tendenciais, na existência social contemporânea — como os económicos e os culturais ou, em termos mais específicos (mas também mais restritos), os socioprofissionais e os escolares — que dão à estrutura do espaço social a sua configuração básica.

Neste encadeamento de enunciados, integrantes do âmbito de problemáticas recoberto pela sociologia das classes sociais, as formulações utilizadas inspiram-se sobretudo nas de Bourdieu.<sup>10</sup> Mas, apesar da diversidade de modos de conceptualização praticados e das orientações analíticas seguidas neste domínio, a maior parte dos autores com produção teórica e investigação empírica significativas a este respeito convergem bastante acerca da relevância das referidas dimensões na estruturação do espaço social. E utilizam com frequência um conjunto de indicadores-chave capazes de as operacionalizar; capacidade esta que tem como contrapartida, a não ignorar, o carácter aproximativo, a formalização analítica (que é também, de algum modo, redução de complexidade) e a inevitável restrição dos conteúdos conceptuais que qualquer processo de operacionalização sempre implica.

São indicadores como os níveis de escolaridade, as condições perante o trabalho ou as categorias socioprofissionais, indicadores estes que se encontram razoavelmente padronizados na sua utilização científica e institucional. O que não significa que não seja necessário construí-los, aplicá-los e interpretá-los, tanto de maneira metodologicamente controlada como, porventura mais ainda, com domínio tão aprofundado quanto possível dos critérios teóricos subjacentes e das respectivas implicações analíticas, e sob o exame crítico da reflexividade sociológica que a respeito da sua utilização se pode desenvolver.<sup>11</sup>

Voltar-se-á já de seguida, de maneira sintética, aos fundamentos teóricos dos procedimentos de caracterização social das populações, entendidos como instrumentos de operacionalização para a análise dos protagonistas

---

10 Por exemplo, em Pierre Bourdieu, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979, nomeadamente pp. 109-189. Ver também “Espaço social e génese das ‘classes’” (1984), in *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989 e “Espaço social e espaço simbólico”, in *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1994).

sociais segundo a óptica privilegiada da sua localização nos espaços relacionais das condições de existência, ou espaços estruturais das relações de classe. Mas, antes de o fazer, e no intuito de fornecer um panorama preliminar, convém juntar, aos da estrutura etária e sexual, mais alguns desses indicadores básicos da composição social da população de Alfama, indicadores das distribuições desiguais de recursos que a caracterizam ou, em termos mais gerais, das posições diferenciadas dos habitantes locais no espaço social.

É o caso dos recursos escolares, medidos aqui pelo *nível de ensino* mais elevado que se frequentou. É claro que, de um modo geral, o grau completo representa muitas vezes acesso a patamares de oportunidades maiores do que a mera frequência. No entanto, por outro lado, a passagem, mais ou menos prolongada, por certos graus de ensino, mesmo quando não terminados, pode revelar-se no bairro um atributo valorizado, nomeadamente em processos informais de influência local e em circunstâncias de trabalho, de sociabilidade, de acção associativa ou de relação institucional. Tanto mais que as percentagens de população que atingiu graus acima da antiga 4.<sup>a</sup> classe são muito reduzidas, o que, além de ajudar a perceber a importância relativa que ali assume a simples frequência, tornaria um quadro dos níveis de ensino completos menos sensível às distribuições efectivas, no local, de recursos e oportunidades desiguais.

Pareceu preferível, por isso, o indicador apresentado. Pode de qualquer modo deixar-se registado que, segundo os resultados do inquérito, a taxa de pessoas com alguma situação incompleta oscila entre os 25% e os 30% para cada um dos diversos graus de ensino, incluindo as que na altura os frequentavam e as que os tinham abandonado.

Em síntese, o quadro 4.2 mostra que a maioria das pessoas de Alfama não passou do primeiro ciclo do ensino básico. Acresce um segmento bastante numeroso de indivíduos que nem sequer a esse nível ao menos chegaram, sobretudo mulheres. É certo que a maior parte destas últimas são idosas e, em termos de tendência geral, os níveis médios de escolaridade vão melhorando com a sucessão de gerações.<sup>12</sup> Mas isso não impede que a

---

11 Contributos importantes a este respeito são os de João Ferreira de Almeida, desde "Alguns problemas de teoria das classes sociais", *Análise Social*, n.º 66, 1981 e *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, em especial, pp. 76-103 e 211-255. Ver também José Madureira Pinto, "Questões de metodologia sociológica (III)", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 3, 1985, Maria Cidália Queiroz, "O problema da medida em ciências sociais. Considerações sobre a construção de nomenclaturas sócio-profissionais", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 10/11, 1991, António Firmino da Costa, "Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais", *Análise Social*, n.º 98, 1987, em particular pp. 652-658, e Pedro Lima, António Pedro Dores e António Firmino da Costa, "Classificações de profissões nos Censos 91", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 10, 1991.

12 Embora se faça aqui menção qualitativa a processos recentes de modificação ao longo do tempo dos parâmetros sociais de caracterização da população do bairro, por razões de

**Quadro 4.2** População residente em Alfama com 6 ou mais anos por nível de ensino frequentado, segundo o sexo, 1990

| Nível de ensino  | Homens |       | Mulheres |       | Total |       |
|------------------|--------|-------|----------|-------|-------|-------|
|                  | N      | %     | N        | %     | N     | %     |
| Sem escolaridade | 214    | 6,5   | 874      | 22,9  | 1088  | 15,2  |
| Básico 1         | 1785   | 54,2  | 1777     | 46,5  | 3562  | 50,1  |
| Básico 2         | 348    | 10,5  | 346      | 9,1   | 694   | 9,8   |
| Básico 3         | 531    | 16,1  | 436      | 11,4  | 967   | 13,6  |
| Secundário       | 293    | 8,9   | 240      | 6,3   | 533   | 7,5   |
| Médio/superior   | 125    | 3,8   | 145      | 3,8   | 270   | 3,8   |
| Total            | 3296   | 100,0 | 3818     | 100,0 | 7144  | 100,0 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

população local se caracterize por uma larga predominância de fracos capitais escolares.

No entanto, esta é apenas uma face do que o indicador mostra. A outra é um perfil social dos habitantes de Alfama que está longe de ser homogéneo quanto a recursos de escolaridade. Pelo contrário, as diferenças são significativas. Há pessoas ao longo de todo o espectro de níveis de ensino, e em percentagens que não se podem considerar insignificantes, em si próprias e face à distribuição dos graus de ensino para o conjunto do país.<sup>13</sup>

Também nas dimensões socioeconómicas de estruturação social, a população local apresenta um perfil em que são predominantes as situações de recursos relativamente baixos. Em certos segmentos eles tendem mesmo a ser muito escassos. Importa, no entanto, para uma caracterização estrutural dos protagonistas sociais locais, especificar melhor os conteúdos substantivos e as posições relativas — as propriedades intrínsecas e relacionais, como lhes chama Pierre Bourdieu — que configuram as suas situações respectivas no espaço das condições sociais de existência.<sup>14</sup> Alguns indicadores socioprofissionais básicos ajudam a perceber os contornos da composição social da população do bairro, nos seus traços mais marcantes e nas suas diferenciações mais significativas.

A análise das *condições perante o trabalho* da população do bairro mostra, desde logo, que a taxa de actividade profissional é, para o conjunto de

---

organização da análise reservou-se para os capítulos da terceira parte a apresentação mais sistemática de elementos quantificados a esse respeito.

- 13 Veja-se, por exemplo, Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 28-40. Acrescente-se, como ilustração comparativa, que, segundo o Censo de 1991, realizado pelo INE, a fracção da população nacional analfabeta era cerca de 11% e a que tinha atingido o ensino médio ou superior pouco passava dos 6%.
- 14 Quanto à terminologia de Pierre Bourdieu, veja-se por exemplo “Espaço social e espaço simbólico”, in *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, op. cit., p. 9.

**Quadro 4.3** População residente em Alfama por condição perante o trabalho, segundo o sexo, 1990

| Condição perante o trabalho | Homens |       | Mulheres |       | Total |       |
|-----------------------------|--------|-------|----------|-------|-------|-------|
|                             | N      | %     | N        | %     | N     | %     |
| Exercem profissão           | 1642   | 47,3  | 1251     | 31,3  | 2893  | 38,7  |
| Desempregados               | 132    | 3,8   | 116      | 2,9   | 248   | 3,3   |
| Serviço militar obrigatório | 35     | 1,0   | 0        | 0,0   | 35    | 0,5   |
| Total activos               | 1809   | 52,1  | 1367     | 34,2  | 3176  | 42,5  |
| Estudantes                  | 516    | 14,9  | 508      | 12,7  | 1024  | 13,7  |
| Domésticas                  | 0      | 0,0   | 584      | 14,6  | 584   | 7,8   |
| Reformados                  | 925    | 26,6  | 1331     | 33,3  | 2256  | 30,2  |
| Outros                      | 225    | 6,4   | 208      | 5,2   | 433   | 5,8   |
| Total não activos           | 1666   | 47,9  | 2631     | 65,8  | 4297  | 57,5  |
| Total                       | 3475   | 100,0 | 3998     | 100,0 | 7473  | 100,0 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

Alfama, de 42,5%, sendo a taxa masculina de 52,1% e a feminina de 34,2% (quadro 4.3). Ou, vendo pelo ângulo inverso, a proporção de não activos atinge 57,5% dos habitantes do bairro, para o que contribui, em particular, a elevada percentagem, 30,2%, de reformados em sentido lato: 26,6% dos homens e 33,3% das mulheres, respectivamente. Os restantes não activos são estudantes (13,7%), domésticas (7,8%), bem como crianças ainda sem idade escolar juntamente com algumas outras situações residuais (5,8%).

Dois factores explicativos da proporção tão elevada de reformados são o peso da população idosa e as situações de reforma antecipada. Entre estas destacam-se as decorrentes de processos de reconversão económica sofridos por sectores nos quais se ocupou — e em alguns deles ainda se ocupa, apesar de tudo — uma parte muito significativa da população do bairro, como o portuário e o alfandegário, o piscatório e o marítimo, o da construção e reparação naval, o das embalagens e o dos transportes em geral. Alguns desses processos intensificaram-se ao longo dos anos 90, tendo-se observado localmente, nos anos seguintes aos do inquérito extensivo aqui utilizado, um acréscimo das reformas antecipadas, assim como das situações de desemprego.

É bem claro que o elevado contingente de reformados, dados os montantes monetários correspondentes a reformas de profissões como as exercidas pela maioria dos residentes em Alfama e dado o facto de nas percentagens acima referidas estarem também incluídas muitas pensões de sobrevivência mínimas de mulheres idosas e viúvas, indicia já que uma fracção importante da população do bairro vive em dificuldades económicas persistentes. No entanto, por outro lado, importa lembrar que o indicador apresentado se reporta apenas a cada indivíduo, considerado isoladamente, e à sua condição formal perante a actividade profissional.

Ora, não se pode ignorar a importância que as redes familiares têm no bairro nem, muito em particular, a partilha de recursos nos grupos domésticos.

Além disso, os recursos financeiros de boa parte das gentes de Alfama passam, em medida relevante, se bem que difícil de aferir em moldes quantificados, por actividades económicas de carácter informal, irregular ou ocasional, de diversos tipos, desenvolvidas de maneira exclusiva ou complementar por habitantes do bairro classificados acima quer como activos, quer como não activos.

É um vector importante da economia familiar de segmentos numerosos da população de Alfama e, aliás, uma característica do bairro que se articula com outros aspectos do seu tecido social: contexto urbano-portuário, modos de vida precarizados, redes sociais densamente entrelaçadas, práticas de sociabilidade intensas, sentimentos identitários fortes, tácticas de ocultação perante o exterior.

Em todo o caso, não convém perder o sentido das proporções. Talvez não se possa dizer que haja muitos casos de pobreza extrema. Mas a maioria da população de Alfama tem poucos recursos económicos, embora se verifiquem entre ela diferenças significativas a este respeito. A composição socio-profissional da população do bairro ajuda a perceber os principais contornos destas distribuições de recursos, no interior do bairro e em relação à estrutura do espaço social mais vasto em que se insere.

Se se analisar a população com referência profissional identificável na sua maior amplitude possível, isto é, aquela que exerce ou exerceu anteriormente actividade económica, podendo na altura do inquérito ter trabalho, mas também estar no desemprego tendo já antes exercido profissão ou encontrar-se reformada de um emprego anterior — perto de cinco mil pessoas, ou dois terços do total dos residentes — verifica-se que, quanto aos *ramos de actividade*, aqueles que mais se destacam, em termos agregados, são os serviços públicos e sociais, a indústria transformadora e o comércio, abrangendo cada um destes conjuntos cerca de 20% da população considerada.<sup>15</sup> Observa-se ainda uma significativa concentração de actividade feminina nos serviços domésticos e de actividade masculina nos transportes. Por último, é de assinalar um segmento com certa importância da população local com ligação à actividade de restaurantes e similares.

Mais informativo, porém, é analisar a distribuição dos moradores do bairro por *profissões e situações na profissão*. Começando por estas últimas, verifica-se que a maioria da população activa ou ex-activa de Alfama é ou foi assalariada: 86,1%. A incidência do assalariamento é ainda um pouco maior

---

15 Quadros com informação sistemática e pormenorizada a respeito de alguns dos indicadores aqui referidos podem encontrar-se em António Firmino da Costa, Maria das Dores Guerreiro, Manuel João Ribeiro e Isabel Valente, *Alfama: Caracterização Sociológica da População*, Lisboa, DMRU/Câmara Municipal de Lisboa, 1991. Evitar-se-á sobrecarregar o texto com tais quadros sempre que a análise aqui o puder dispensar, privilegiando-se outros, elaborados a partir do mesmo inquérito ou não, mas dirigidos especificamente aos objectivos do presente trabalho.

para os homens (88,8% do total de efectivos masculinos) do que para as mulheres (85,0% de casos femininos abrangidos). Os patrões, com empregados ao serviço, são muito poucos, não passando dos 0,4%. Os isolados, ou trabalhadores por conta própria sem empregados (eventualmente com trabalhadores familiares não remunerados, também aqui incluídos), atingem no bairro um valor significativo, de 13,5%.

Neste último caso, a incidência revela-se superior para as mulheres, das quais 16,8% se localizam nessa situação profissional, enquanto que a percentagem correspondente para os homens é de apenas 10,3%. Boa parte da actividade profissional destas mulheres está ligada ao pequeno comércio local. E não é alheia a determinadas formas de pluriactividade familiar frequentes nos grupos domésticos de Alfama, em concreto, neste caso, as que envolvem trabalho assalariado, de um ou vários membros do agregado familiar, aliado a um pequeno negócio, estabelecido ou ambulante, no qual se ocupam com maior permanência outros elementos do agregado familiar, em geral com alguns contributos — e usufrutos — dos primeiros. Incluem-se aqui sobretudo actividades como a venda de peixe ou de frutas e legumes, com localização principal no mercado de rua, na parte ribeirinha da freguesia de São Miguel, ou como as mercearias e leitarias, cafés, restaurantes e tabernas que de algum modo se espalham por todo o bairro.

As diferentes situações na profissão dão conta de clivagens importantes na estruturação das relações sociais e são, por si próprias, reveladoras de homogeneidades e heterogeneidades quanto à localização no espaço social — semelhanças e diferenças essas influentes tanto nas distribuições de recursos como no desenvolvimento de estratégias sociais, individuais e colectivas, e no desenrolar de trajetórias de vida. De certo modo, o indicador “situação na profissão” operacionaliza de maneira simples e agregada o conceito de localização nas relações sociais de produção, de raiz marxista. Mas revelou-se um indicador susceptível de utilização mais alargada, tendo vindo a ser mobilizado na operacionalização de diversos quadros teóricos e incorporado pelos aparelhos estatísticos institucionais nas suas operações habituais de caracterização das populações.

Em todo o caso, sendo um indicador necessário, revelou-se também insuficiente. A compartimentação da sociedade em classes correspondentes às três situações na profissão básicas, apesar das importantes dimensões por estas contempladas, não dá conta de vectores decisivos de estruturação das relações sociais contemporâneas, mesmo quando analisadas apenas do ponto de vista das condições sociais de existência ou, de maneira mais circunscrita ainda, tão-só no que se poderia designar, para continuar num registo de dominante operatória, como o plano socioprofissional.<sup>16</sup>

Este é, aliás, um dos tópicos-chave dos debates na sociologia das classes sociais e da estratificação ao longo do último século. A indispensabilidade de contemplar outras dimensões fundamentais tornou-se entendimento teórico

partilhado. Começou a sê-lo, muito em especial, com as chamadas de atenção de Weber para a importância das qualificações profissionais como recursos valorizáveis no mercado.<sup>17</sup> Continuou nas tentativas funcionalistas clássicas para fazer das hierarquias de prestígio profissional parâmetros privilegiados de análise sociológica.<sup>18</sup> E prolongou-se até à produção teórica recente mais elaborada, dos neo-marxistas Poulantzas e Wright, ou dos neo-weberianos Goldthorpe e Parkin, ou dos mais dificilmente catalogáveis Giddens e Bourdieu, para mencionar apenas alguns dos autores importantes nesta área.<sup>19</sup>

Uma das implicações operatórias mais frequentemente adoptadas foi a de complementar a utilização do indicador “situação na profissão” com o indicador “profissão”, a diversos níveis de agregação, consoante os objectos de

- 
- 16 De entre os autores neo-marxistas, Erik Olin Wright tem sido porventura aquele que, de uma maneira mais sistemática e persistente, tem vindo a teorizar e operacionalizar, num percurso longo de reconceptualização e pesquisa empírica, a multidimensionalidade “socioprofissional”, por assim dizer, da estrutura de classes das sociedades contemporâneas. Para uma versão recente dessa orientação, ver Erik Olin Wright, *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, nomeadamente o balanço incluído nas pp. 522-528. Pelo seu lado, o autor por excelência de uma concepção multidimensional mais ampla, estendida ao conjunto do espaço social das condições de existência, enquanto topologia estruturada de posições relativas dotadas de diferentes recursos, é Pierre Bourdieu; e a sua obra paradigmática neste domínio continua a ser *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, *op. cit.* Vejam-se, em particular, as pp. 112-141.
- 17 Max Weber, “Status e classes” (1922) e “Classes, status e partidos” (1922), in Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas: Os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- 18 Tentativas no essencial fracassadas, como se sabe, apesar da dimensão das pesquisas e do aparato metodológico de algumas delas. Há em todo o caso exemplos notáveis, como os trabalhos de Lloyd Warner ou de Peter Blau. Veja-se, a título ilustrativo, W. Lloyd Warner, M. Meeker e Kenneth Eells, *Social Class in America*, Chicago, Science Research Associates, 1949 e Peter M. Blau e Otis Dudley Duncan, *The American Occupational Structure*, Nova Iorque, Wiley, 1967. Quanto às críticas específicas a este tipo de procedimentos analíticos ver, por exemplo, A. P. M. Coxon e P. M. Davies (com C. L. Jones), *Images of Social Stratification: Occupational Structures and Class*, Londres, Sage Publications, 1986, pp. 5-48; e, quanto à crítica dos pressupostos teóricos a partir dos quais abordagens deste género se desenvolvem, ver João Ferreira de Almeida, “Temas e conceitos nas teorias da estratificação social”, *Análise Social*, n.º 81-82, 1984. Apesar do referido fracasso daquelas abordagens ser desde há bastante tempo um adquirido razoavelmente generalizado no campo da sociologia, os respectivos procedimentos têm vindo a ser interminavelmente reeditados, em particular por uma parte muito substancial da chamada “pesquisa social aplicada”, sobretudo nos estudos de mercados e de audiências, ainda por cima muitas vezes notoriamente sem suficiente conhecimento de causa dos fundamentos teóricos e metodológicos das versões inspiradoras, muito menos dos seus limites e inadequações.
- 19 Nicos Poulantzas, *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd’hui*, Paris, Seuil, 1974; Erik Olin Wright, *Classes*, Londres, Verso Editions, 1985; John H. Goldthorpe (com Catriona Llewellyn e Clive Payne), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford, Clarendon Press, 1980; Frank Parkin, *Marxism and Class Theory: a Bourgeois Critique*, Londres, Tavistock Publications, 1981 (1979); Anthony Giddens, *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975 (1973); Pierre Bourdieu, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, *op. cit.*

**Quadro 4.4** População residente em Alfama por profissão principal (actual ou última), segundo o sexo, 1990

| Profissão (grandes grupos, CNP 80)                        | Homens |       | Mulheres |       | Total |       |
|---|--------|-------|----------|-------|-------|-------|
|   | N      | %     | N        | %     | N     | %     |
| Pessoal das profissões científicas, técnicas e artísticas | 125    | 5,0   | 114      | 4,6   | 239   | 4,8   |
| Directores e quadros superiores                           | 12     | 0,5   | 3        | 0,1   | 15    | 0,3   |
| Pessoal administrativo                                    | 376    | 15,2  | 300      | 12,2  | 676   | 13,7  |
| Pessoal do comércio e vendedores                          | 332    | 13,4  | 337      | 13,7  | 669   | 13,5  |
| Pessoal dos serviços prot. e seg., pessoais e domésticos  | 315    | 12,7  | 1011     | 41,0  | 1326  | 26,8  |
| Agricultores e pescadores                                 | 9      | 0,4   | 34       | 1,4   | 43    | 0,9   |
| Trabalhadores da produção das indústrias e transportes    | 1308   | 52,8  | 667      | 27,0  | 1975  | 40,0  |
| Total   | 2477   | 100,0 | 2466     | 100,0 | 4943  | 100,0 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

estudo e os níveis de análise. Indicador este que, segundo os sistemas de classificações que lhe são associados, nomeadamente as classificações internacionais tipo de profissões, remete de maneira condensada, com precisão variável, para dimensões conceptuais relevantes neste domínio de análise, como as referentes a recursos qualificacionais, a autoridades organizacionais e a status profissionais.<sup>20</sup>

Neste sentido, indicações complementares das fornecidas por indicadores anteriormente apresentados estão sintetizadas no quadro 4.4, no qual se mostra a distribuição da população por grandes grupos de profissões.<sup>21</sup> Mesmo a este nível de grande agregação, duas constatações imediatas se impõem, congruentes aliás com aspectos já examinados da composição social do bairro, embora permitam descortinar agora facetas adicionais, conducentes a um maior grau de especificação analítica.

Uma delas é a percentagem muito baixa de pessoas de Alfama directamente ligadas quer a profissões científicas, técnicas e artísticas, quer a cargos de direcção em empresas ou na administração e serviços públicos, isto é, a profissões a que estão de modo geral associados, comparativamente com as outras, níveis mais elevados de qualificações, de poderes e de retribuições, tanto económicas como simbólicas. Situam-se nelas apenas cerca de 5% dos residentes com referência profissional identificável.

20 Ver Pedro Lima, António Pedro Dores e António Firmino da Costa, "Classificações de profissões nos Censos 91", *op. cit.*

21 Neste quadro usa-se a Classificação Nacional de Profissões de 1980, versão portuguesa da Classificação Internacional Tipo de Profissões de 1968, que era a que se encontrava disponível à data da codificação inicial dos dados do inquérito ISPHAA. Actualmente está já disponível a CNP 94, adaptada da CIPP 88, onde se aplicam novos critérios de classificação (veja-se o artigo referido na nota anterior), e à qual se pôde já recorrer para a construção dos indicadores socioprofissionais de classe apresentados adiante.

A outra constatação tem a ver com a assimetria entre sexos nos dois grandes grupos de profissões com mais efectivos entre os alfamistas. Os homens pertencem em grande maioria — de facto mais de metade — ao conjunto dos operários industriais, artesãos oficinais e trabalhadores dos transportes. As mulheres, igualmente em grande número, no caso quase metade, inserem-se sobretudo em profissões de serviços pessoais e domésticos.

Numa análise mais fina, poder-se-ia acrescentar que, dentro destes grandes grupos, se destacam algumas profissões específicas. Para ambos os sexos, é o caso do pessoal administrativo sem classificação especializada e do pessoal de comércio igualmente não especificado, com cerca de 5% e 6%, respectivamente. Nas mulheres, aparecem também com peso preponderante as vendedoras ambulantes (3,6%), as cozinheiras (4,5%), as empregadas domésticas (11,6%), as costureiras (12,1%) e as trabalhadoras de limpezas (16,6%). Entre os homens, adquirem ainda grande importância quantitativa os motoristas (4,6%) e, sobretudo, os carregadores e descarregadores de navios (12,1%). Atendendo a que estes valores correspondem à desagregação a três dígitos da Classificação Nacional de Profissões (versão de 1980), a qual inclui quase trezentos “grupos de base” profissionais, pode avaliar-se a importante concentração que os nove referidos representam. Ou, dito de outra maneira, sete destes grupos de base profissionais abrangem, só por si, cerca de 60% das mulheres e quatro deles quase 30% dos homens.

Uma parte considerável da população de Alfama não exerce actividade profissional em regime de emprego estável. À data do inquérito que se tem estado a utilizar, quase 30% das pessoas estavam em situações de trabalho precário ou irregular. Mas nem todas as profissões apresentam o mesmo perfil a este respeito. Nos casos dos vendedores ambulantes aquela percentagem sobe quase aos 70% e nas empregadas domésticas aos 80%.

Já na década de 90, além do acréscimo de desempregados e de reformados prematuros, a tendência foi para as taxas de precariedade no emprego aumentarem. Mas cruzam-se aqui dinâmicas de natureza e temporalidade distintas. Algumas delas têm a ver com um processo de institucionalização gradual do mercado de trabalho e, em particular, de segmentos do emprego anteriormente muito informalizados e instabilizados. Um exemplo notável é o dos estivadores de navios e trabalhadores do tráfego portuário, até há não muito tempo sujeitos às eventualidades da contratação diária, os quais foram progressivamente incluídos em sistemas de contratação regularizados, ao longo das décadas de 70 e 80.

Outras dinâmicas, com implicações de sentido inverso, decorrem de reconversões de sectores de actividade e oscilações conjunturais do clima económico, nos finais dos anos 80 e já nos anos 90, conducentes a reformas antecipadas, despedimentos com ou sem indemnizações, e nova vaga de precarização, quer em moldes antigos, com trabalho não formalizado, quer em novos moldes, com contratos a prazo ou em empregos indevidamente remunerados

como se de prestação de serviços independente se tratasse (ditos “a recibo verde”). Por sinal, os trabalhadores ligados à actividade portuária foram de novo dos mais atingidos.

A par disto, num processo de maior continuidade, a composição profissional tem vindo a modificar-se estruturalmente segundo algumas linhas de força principais. É possível resumi-las assim: crescimento progressivo do pessoal administrativo (sobretudo para as mulheres) e mesmo das profissões científicas, técnicas e artísticas, pese embora o peso relativo ainda reduzido destas últimas; manutenção percentual aproximada do pessoal do comércio; uma certa permanência, também, na proporção de mulheres a trabalhar nos serviços pessoais e domésticos; queda significativa dos trabalhadores da indústria e dos transportes, apesar de continuarem a ser, no conjunto, o grupo profissional masculino mais numeroso; diminuição ainda mais acentuada do operariado feminino.

### Classes sociais e relações de classe

A análise da composição social da população do bairro pode ser aprofundada recorrendo a indicadores mais agregados e sintéticos, com maior densidade dimensional, como os *indicadores de categoria socioprofissional*. Mas quer a construção desses indicadores, quer a interpretação dos resultados da sua aplicação implicam reportá-los de maneira cuidadosa aos referenciais teóricos de enquadramento respectivos, isto é, à *sociologia das classes sociais*.

A sociologia das classes sociais e da estratificação, em sentido amplo, é um campo problemático atravessado por polémicas intensas, no qual coexistem diversos quadros teóricos e diferentes abordagens paradigmáticas, e em que impera o debate de perspectivas, o confronto de conceitos e de opções metodológicas, a comparação e a aferição cruzada de resultados de pesquisa. Apesar disso — ou talvez por isso mesmo — constitui não só um dos domínios nucleares em que se alicerçou o desenvolvimento da sociologia, como dispõe actualmente de teorias amadurecidas, de uma bateria consolidada de instrumentos e procedimentos operatórios e, ainda, de um vasto leque de resultados de investigação empírica acumulados.

Seria descabido proceder aqui a uma recensão alargada das principais propostas clássicas e contemporâneas neste domínio. Várias sínteses e alguns balanços críticos estão disponíveis, nomeadamente os produzidos no âmbito da sociologia portuguesa recente. Disponível está também um conjunto de reelaborações conceptuais, construções de procedimentos operatórios e exemplos de investigação empírica desenvolvido a partir dessas bases. A orientação seguida a este respeito na presente pesquisa situa-se na linha de uma fileira desses contributos, iniciada por João

Ferreira de Almeida e prosseguida por este e outros autores, em diversos trabalhos.<sup>22</sup>

Pode ser útil, em todo o caso, salientar um conjunto de pontos que, na perspectiva que aqui se procura praticar, sintetizam as características mais interessantes da actual sociologia das classes sociais.

### *Carácter mediador e focalização nos protagonistas sociais*

A análise das classes sociais é uma das maneiras que a sociologia tem de investigar as relações entre estrutura e acção, introduzindo os protagonistas sociais no cerne da procura de intelegibilidade sociológica. Trata-se, antes de

---

22 Na referida fileira podem apontar-se como referências fundamentais de partida os textos de João Ferreira de Almeida, "Alguns problemas de teoria das classes sociais", *Análise Social*, n.º 66, 1981, "Temas e conceitos nas teorias da estratificação social", *Análise Social*, n.º 81-82, 1984, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986. Nessa linha situam-se trabalhos como os de António Firmino da Costa, "Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais", *Análise Social*, n.º 98, 1987, João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 4, 1988, Fernando Luís Machado, António Firmino da Costa e João Ferreira de Almeida, "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 27-28, 1989, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida, "Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, n.ºs 105-106, 1990, João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", in António Reis (coord.), *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores 1994, Fernando Luís Machado, Patrícia Ávila e António Firmino da Costa, "Origens sociais e estratificação dos cientistas", in Jorge Correia Jesuino (coord.) et al., *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX*, Oeiras, Celta Editora, 1995. Contribuições convergentes com estas, em diversos aspectos, são as de Juan Mozzicafreddo, "Sobre a teoria das classes sociais: as contribuições de Erik Olin Wright e de Nicos Poulantzas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 6, 1981, de João Ferrão, "Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-70)", *Finisterra*, n.º 34, 1982 e "Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-1981)", *Análise Social*, n.º 87-88-89, 1985, de José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Edições Afrontamento, 1985, de José Madureira Pinto e Maria Cidália Queiroz, "Lugares de classe e contextos de aprendizagem social", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.ºs 8-9, 1990 e "Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na construção civil", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 19, 1996 ou de Ana Nunes de Almeida, *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1993, entre outros. Para uma sistematização mais completa da produção em Portugal neste domínio ver António Firmino da Costa e José Luís Casanova, "Classes sociais (bibliografia)", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 19, 1996. Dos trabalhos portugueses ainda mais recentes nesta área importa não deixar de mencionar a investigação, inspirada sobretudo nas propostas de Erik Olin Wright, de Elísio Estanque e José Manuel Mendes, *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*, Porto, Edições Afrontamento, 1997.

mais, de analisar as características estruturais dos protagonistas das práticas sociais e de relacionar essas características de classe, por um lado, com aquilo que os agentes sociais fazem (acção) e, por outro, com as condições em que o fazem (estrutura) — condições estas que vão sendo, por sua vez, reproduzidas e transformadas pelas práticas sociais dos agentes.

Como diz João Ferreira de Almeida: “As classes funcionam, enquanto instrumento conceptual, como uma mediação entre o conjunto das estruturas sociais e um conjunto de práticas socialmente significativas. A operação que consiste em tomar as classes como variável independente tem como condição de pertinência o não perder de vista esse carácter mediador, ou seja, que elas próprias são socialmente produzidas, que constituem efeitos, em termos de clivagens sociais, de estruturações históricas complexas”.<sup>23</sup> E acrescenta: “Falar de classes sociais é sempre, e simultaneamente, falar de protagonistas dos processos sociais, que, ao produzirem e reproduzirem a sua própria identidade, modelam do mesmo passo as condições sociais que a definem e falar das estruturas que delimitam duradouramente o espaço em que esses processos ocorrem. Boa parte do equívoco no diálogo de surdos entre o empirismo subjectivista-idealista e o estruturalismo, um e outro reclamando-se da teoria das classes, residirá na omissão de um dos termos ou na sua análise separada”.<sup>24</sup>

As práticas sociais são produzidas por pessoas e por grupos de pessoas. O que os agentes sociais pensam, dizem e fazem depende em grande medida — embora não exclusivamente, nem sempre do mesmo modo ou com a mesma intensidade — de um conjunto de propriedades sociais que os caracterizam e que os situam, uns em relação aos outros, em posições distintas, com desiguais poderes e recursos, oportunidades e disposições. As configurações relacionais de lugares sociais diferenciados e as distribuições dos indivíduos por eles podem, por sua vez, ser encaradas como a tradução, no plano da composição social da população, das estruturas sociais e das suas transformações.

Processos de transformação estrutural das sociedades, tais como os ligados à inovação tecnológica, às mudanças nos mercados e nas empresas, nos modos e instituições de regulação da economia — e, muito em particular, nas relações de trabalho —, ao desenvolvimento dos sistemas de ensino e às inclusões e exclusões nos sistemas de segurança social, às mutações nas instituições políticas e nos aparelhos mediáticos, aos movimentos migratórios e demográficos, entre outros, implicam transformações na composição social da população e nas relações entre os seus diferentes segmentos. Através destas mudanças nas características sociais dos protagonistas, as dinâmicas estruturais repercutem-se em transformações nas ideias, nos valores, nas acções colectivas, nos estilos de vida, nas práticas quotidianas.

---

23 João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, op. cit., p. 80.

24 Idem, p. 81.

Por seu turno, são as práticas sociais dos indivíduos e dos grupos, com as propriedades de classe de que são portadores, que produzem as estruturas e os processos sociais, de modos igualmente intermediados por instâncias e lógicas diversas, entre as quais cabe aqui salientar o relacionamento cooperante, competitivo ou conflitual entre agentes individuais e colectivos desigualmente posicionados no espaço das relações sociais.

Neste sentido, um dos contributos da sociologia das classes sociais é também o de permitir estabelecer articulações entre dois tipos de pesquisas frequentes nas ciências sociais e que frequentemente se ignoram entre si. De um lado, estão os estudos que se situam predominantemente no plano agregado e estrutural das macrodinâmicas económicas e institucionais, políticas e culturais, estudos nos quais os processos de recomposição social das populações e as relações de classe aparecem como “variáveis dependentes” — para usar com intuítos heurísticos esta terminologia imperfeita. De um outro, colocam-se aquelas pesquisas cujo objecto principal se situa no domínio da pluralidade de práticas e representações quotidianamente observáveis, pesquisas que tomam as características estruturais da população como, por assim dizer, “variáveis independentes”.

A sociologia das classes sociais possibilita o lançamento de pontes analíticas entre ambos, através da caracterização estrutural dos protagonistas sociais, e permite ainda estabelecer vias de articulação destes dois com um terceiro tipo de pesquisas: aquelas que focam sobretudo os processos de acção colectiva — acção política e associativa, movimentos de opinião e movimentos sociais — enquanto processos particularmente significativos de construção, destruição e reconstrução daquelas condições, estruturas e instituições. Neste caso intervêm igualmente os protagonistas sociais, com as suas propriedades caracterizadoras de posicionamento relativo no espaço social das relações de classe, embora segundo um vector de mediação dirigido mais das práticas para as estruturas do que, como no encadeamento dos dois tipos de pesquisas anteriores, das estruturas para as práticas.

A especialização disciplinar, temática ou metodológica da investigação, se confundida com ignorância recíproca de aspectos decisivos respeitantes à constituição das sociedades, aos modos e aos processos de relacionamento social, não pode deixar de conduzir a empobrecimentos analíticos ou a equívocos de interpretação. A sociologia das classes sociais é aqui um instrumento de articulação, centrando-se nos *protagonistas sociais* enquanto *sujeitos* a condições e dinâmicas estruturais e *sujeitos de* práticas e processos sociais.

### *Multidimensionalidade e concepção estrutural*

Rompendo com teorias clássicas, relendo-as de maneira específica ou fazendo apelo selectivo a algumas delas, pode dizer-se que as principais versões contemporâneas da sociologia das classes sociais insistem na análise multidimensional

das relações de classe — nisto se inserindo, aliás, na tendência teórica predominante entre as principais teorias gerais do social actuais.

Como já acima se teve oportunidade de referir, diversas concepções multidimensionais das classes sociais podem ser encontradas em propostas teóricas que integram elementos de raiz marxista e de raiz weberiana, em combinações variadas e com diferentes graus de articulação teórica, inovação conceptual, integração analítica e capacidade de operacionalização para a investigação empírica.

Basta referir exemplos como o de Nicos Poulantzas (totalidade estruturada de relações e práticas sociais, com três dimensões: económica, política e ideológica) e o de Erik Olin Wright (lugares de classe definidos pelas relações estruturais entre recursos em meios de produção, recursos organizacionais e recursos em qualificações).<sup>25</sup> Ou como o de Anthony Giddens: estruturação mediata e imediata das classes sociais, a primeira respeitante ao grau de fechamento de mobilidade em relação aos principais tipos de oportunidade de mercado, isto é, à posse de meios de produção, à posse de qualificações técnicas e educacionais e à posse de força de trabalho, e a segunda envolvendo a divisão de trabalho na empresa, as relações de autoridade nas organizações e os agrupamentos distributivos gerados na esfera do consumo.<sup>26</sup> Ou ainda como o de Pierre Bourdieu, com a sua teoria do espaço social das classes constituído pelas relações entre todas as propriedades pertinentes, nomeadamente as relativas às distribuições de várias espécies de capitais — como o económico e o cultural —, e estruturado basicamente segundo três dimensões fundamentais: volume dos capitais, estrutura dos capitais e trajectórias sociais.<sup>27</sup>

Retomando João Ferreira de Almeida: “a nível estrutural há que identificar a rede de dimensões em que se analisam as condições sociais de existência”.<sup>28</sup> Relativamente aos grandes lugares de classe por onde se distribuem os agentes sociais, “são já constelações de factores que a esse nível estão presentes e que qualificam os lugares que limitam o espaço de práticas distintas e eventualmente contraditórias”.<sup>29</sup> E ainda: “a teoria das classes designa, com efeito, um sistema de diferenças sociais presentes na estruturação de uma pluralidade de práticas socialmente relevantes”.<sup>30</sup>

Mesmo outras abordagens, como as análises de estratificação social — no sentido específico do conceito, isto é, as análises de hierarquias sociais ou de posições relativas de superioridade e inferioridade em distribuições

---

25 Nicos Poulantzas, *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*, op. cit.; Erik Olin Wright, *Classes*, op. cit.

26 Anthony Giddens, *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*, op. cit.

27 Pierre Bourdieu, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, op. cit.

28 João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, op. cit., p. 83.

29 Idem.

30 Idem, p. 89.

hierarquizadas de poderes, recompensas ou reconhecimento social — quer as de base teórica funcionalista, quer as de procedimento meramente empirista (por vezes conjugadas), propendem à multidimensionalidade. Mas fazem-no, na maioria dos casos, apenas ao nível operativo dos indicadores.

Ou seja, a exemplo das célebres escalas de Warner, nas quais praticamente todas as versões posteriores se inspiraram, accionam diversos indicadores dimensionais — como a escolaridade e a profissão, a fonte de rendimentos e o nível de rendimentos, o tipo de zona habitacional e o tipo de residência —, ponderando-os e somando-os enquanto indicadores de, afinal, uma mesma hierarquia global de status.<sup>31</sup> Para além de todos os outros problemas deste tipo de procedimentos, já sobejamente criticados na bibliografia especializada, como os relativos à arbitrariedade das escalas parcelares e das ponderações, a questão aqui mais relevante é a de que esta *multidimensionalidade aditiva* remete, ao fim e ao cabo, para uma unidimensionalidade teórica e interpretativa: a de uma hierarquia de status única, de que a multiplicação de indicadores dimensionais pretenderia apenas otimizar a medida.<sup>32</sup>

Pelo contrário, na sociologia das classes sociais contemporânea, como se viu nos exemplos acima, predomina uma concepção de *multidimensionalidade estrutural*. É certo que as versões são diversificadas, que o entendimento das estruturas de classes pode ser mais teórico ou mais descritivo, mais analítico ou mais reificante, consoante os paradigmas subjacentes. Além disso, nuns casos a multidimensionalidade considerada é mais restrita, ou mais focada, por exemplo na esfera profissional, como em Wright, noutras casos é mais abrangente, como em Bourdieu. Mas, em todas estas abordagens, não há a pretensão de reduzir “aditivamente” as diversas dimensões a uma só; antes se sublinha a irredutibilidade teórica de umas às outras, correlativa da configuração topológica e estruturada do espaço social das relações de classe.

### *Perspectiva relacional e praxiológica*

Em sintonia com os pontos anteriores, as abordagens actuais no domínio da sociologia das classes sociais, assentes em elaboração teórica desenvolvida, privilegiam uma perspectiva relacional. Em síntese, pode dizer-se que o que importa sobretudo analisar são posições relativas nos espaços estruturados e multidimensionais das condições sociais de existência e das práticas sociais, prestando particular atenção a determinadas relações sociais decisivamente estruturantes das sociedades contemporâneas: relações sociais de propriedade e assalariamento, relações de autoridade organizacional e poder político, relações de

31 W. Lloyd Warner, M. Meeker e Kenneth Eells, *Social Class in America* *op. cit.*

32 Ver, por toda a bibliografia crítica referida, João Ferreira de Almeida, “Temas e conceitos nas teorias da estratificação social”, *op. cit.*, e A. P. M. Coxon e P. M. Davies (com C. L. Jones), *Images of Social Stratification Occupational Structures and Class*, *op. cit.*

credenciação escolar e saber profissional, relações de distinção cultural e dominação simbólica, relações de integração institucional e exclusão social.

As propriedades intrínsecas caracterizadoras das situações de existência social não são irrelevantes. Mas só podem ser adequadamente decifradas, no seu significado social, se interpretadas à luz das propriedades relacionais. Estas, as mais importantes em termos das dinâmicas de constituição e transformação do espaço social, reportam-se a *posições relativas*, quer quanto à localização em relações estruturantes básicas como as acima referidas, quer, mais genericamente, quanto às distribuições desiguais de recursos e poderes — aspectos, aliás, mais interligados entre si do que as leituras simplistas das contribuições fundadoras de Marx e Weber, a este respeito, fizeram crer durante bastante tempo.

Esta perspectiva relacional tende a ser, cada vez mais, acompanhada por concepções praxiológicas, procurando nomeadamente ultrapassar tanto dualismos rigidificados ou reificantes entre estruturas de classe e práticas sociais, ou entre lugares de classe e indivíduos que os ocupam, como contraposições redutoras entre análises unilateralmente objectivistas e subjectivistas das classes sociais. Dos contributos teóricos que têm vindo a ser produzidos neste sentido, embora sob ângulos diversos, pode mencionar-se um conjunto de exemplos importantes, de diferente natureza e alcance.

É o caso da teoria dos processos antroponómicos, enquanto articulação, complementar dos processos económicos, de indivíduos e famílias com as configurações e dinâmicas das estruturas de classe, elaborada por Daniel Bertaux.<sup>33</sup> Ou da teoria da dupla estruturação das classes sociais, mediata e imediata, integrando processos de mobilidade social (ou do respectivo fechamento), respeitantes ao acesso a recursos mobilizáveis pelos indivíduos na actividade profissional, com linhas de estruturação institucional das classes sociais e padrões de estilo de vida, desenvolvida por Anthony Giddens.<sup>34</sup> Ou, também, da teoria do habitus, instância de mediação entre estruturas e práticas, sistema de disposições incorporadas pelos agentes sociais que, sendo estruturado pela localização destes no espaço relacional das classes e pelo seu trajecto de vida nele, é por sua vez gerador das práticas, apreciações, classificações e estratégias que os indivíduos e grupos desenvolvem nos diversos campos da prática social, segundo a conhecida proposta conceptual de Pierre Bourdieu.<sup>35</sup>

Uma perspectiva relacional na sociologia das classes sociais quer dizer também que a análise das *relações de classe* é teoricamente prioritária, analiticamente mais produtiva e empiricamente mais englobante, por comparação

---

33 Daniel Bertaux, *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes Editores, 1978 (1977).

34 Anthony Giddens, *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*, op. cit.

35 Pierre Bourdieu, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, op. cit.

com a análise da eventual constituição de *classes sociais enquanto colectivos* concretos de pessoas demarcados de maneira mais ou menos visível na paisagem social.

Esta última questão tem também interesse sociológico, mas de segunda ordem face à primeira, em termos de generalidade teórica e relevância empírica. Muito menos, no domínio da sociologia que mais se ocupa da respectiva teorização e análise, as classes sociais são hoje concebidas como mundos à parte uns dos outros, “quase-sociedades” dentro da “sociedade”, como chegaram a ser entendidas por autores como Gurvitch.<sup>36</sup>

Prolongando sugestões de Giddens, vale a pena salientar que a formação das classes sociais enquanto colectivos e a nitidez da sua presença na sociedade não podem ser supostas como “constantes”.<sup>37</sup> Trata-se, sim, de “variáveis”, decorrentes da maior ou menor sobreposição de dimensões constitutivas e de processos de estruturação das relações de classe, a serem em cada caso objecto de investigação empírica.<sup>38</sup>

No entanto, quer nas situações em que se formam classes como colectivos ou meios sociais relativamente homogéneos e visivelmente delimitados, quer também naquelas em que as dimensões de estruturação das classes se entrecruzam e se intersectam de maneira parcial, sem sobreposições acentuadas, e em que, por consequência, as delimitações estão diluídas e os colectivos são difusos, passando por todas as gradações e modalidades intermédias concebíveis entre situações extremas, não deixam de estar presentes as relações estruturais que organizam o espaço social das distribuições desiguais de recursos, poderes e oportunidades, com todas as suas repercussões nas condições de existência social, nos sistemas de disposições, nas configurações simbólicas e nas práticas sociais.

Por outro lado, está bastante presente na sociologia das classes actual a preocupação em não se confundirem as posições relativas no espaço estrutural das classes com algo que se situa num outro plano: os actores colectivos mobilizados na acção social, tanto os dotados de organização formal como os constituídos em modalidades informais. Tais actores colectivos — partidos, sindicatos, associações, clubes, movimentos de opinião e grupos de acção mais duradouros ou mais efémeros — emergem, de um ou outro modo, de quadros sociais estruturados por relações de classe e têm, por sua vez, efeitos na respectiva estruturação, nomeadamente enquanto protagonistas de processos sociais de conflito e aliança, de competição e cooperação. Mas isso não

36 Por exemplo em Georges Gurvitch (org.), *Tratado de Sociologia* (vol. 1), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977, pp. 276-298.

37 Anthony Giddens, *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*, op. cit., pp. 128-134.

38 No mesmo sentido vai o conceito de “cristalização estrutural” variável, recentemente utilizado por René Levy, Dominique Joye, Olivier Guye e Vincent Kaufmann em *Tous Égaux? De la Stratification aux Représentations*, Zurique, Éditions Seismo, 1997.

faz deles classes sociais. São níveis diferentes e realidades distintas, se bem que com múltiplas interligações.

Diversos autores elaboraram propostas conceptuais a este propósito, estabelecendo distinções como a de Dahrendorf entre quase-grupos e grupos de interesse, a de Wright entre estruturas de classe e capacidades de classe, ou, noutra ordem de ideias, a de Bourdieu entre classe teórica e classe mobilizada, distinções estas que, no entanto, aparecem — claramente, nos dois primeiros, ou de maneira mais ambígua, no último — como desdobramentos internos do conceito de classe.<sup>39</sup> Isto para já não falar de outros, como Parkin ou Touraine, que apostaram na identificação das classes sociais com formas de acção colectiva — estratégias de fechamento, no primeiro caso, e movimentos sociais, no segundo.<sup>40</sup>

Procurando repensar a questão para além destes contributos, análises recentes, como as de Klaus Eder, não só insistem numa separação conceptual mais drástica entre classes sociais e actores colectivos, como elaboram teorias e análises das suas conexões e incidências recíprocas, destacando a importância da esfera cultural enquanto instância mediadora entre as outras duas.<sup>41</sup>

É-se, assim, remetido para, a par do que respeita às relações entre classes sociais e acção colectiva, outro traço saliente das perspectivas praxiológicas que informam, hoje em dia, algumas das principais propostas para a análise das classes sociais e das relações de classe. Tem ele a ver com o reconhecimento do carácter constitutivo das dimensões simbólicas nas relações de classe; e com o reconhecimento da importância dessas dimensões tanto nos processos de estruturação das relações das classes e de formação das classes como colectivos sociais como nos impactos de umas e outras nas práticas quotidianas, na acção colectiva e nas dinâmicas institucionais.

Não se trata já da problemática da consciência de classe, com os seus antigos contornos ora voluntaristas, ora deterministas e, em todo o caso, fazendo apelo a uma noção carente de teorização suficientemente elaborada. Dispõe-se, na sociologia actual, de instrumentos conceptuais muito mais desenvolvidos e que recentram a questão. Alguns exemplos, entre muitos outros, chegam para o ilustrar.

A descompactação da noção de consciência de classe, realizada por Giddens, decompondo-a em vários níveis, e, sobretudo, a distinção que estabelece entre ela e o muito mais implícito, difuso e estruturante conjunto de

---

39 Ralf Dahrendorf, *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982 (1957, 1959), pp. 145-213; Erik Olin Wright, *Class, Crisis and the State*, Londres, Verso Editions 1983 (1978), pp. 98-100; Pierre Bourdieu, por exemplo em "Espaço social e espaço simbólico", *op. cit.*, pp. 10-14.

40 Frank Parkin, *Marxism and Class Theory: a Bourgeois Critique*, *op. cit.*; Alain Touraine, *Production de la Société*, Paris, Éditions du Seuil, 1973.

41 Klaus Eder, *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, Londres, Sage Publications, 1993.

atitudes e crenças partilhadas, ligadas a um estilo de vida comum, a que chama “conhecimento de classe”, é um contributo relevante.<sup>42</sup> Outro, é o de Klaus Eder, sobre a importância da “textura cultural” das sociedades contemporâneas enquanto esfera mediadora entre a da estrutura de classes e a da acção colectiva.<sup>43</sup> Talvez ainda mais decisivos sejam os desenvolvimentos conceptuais de Bourdieu sobre as correspondências entre estruturas sociais e estruturas mentais, sobre os sistemas de disposições e o seu carácter mediador, sobre as correspondências entre espaço social das classes e espaço dos estilos de vida, sobre as lutas de classificações e a sua importância na constituição e nas dinâmicas das relações de classe.<sup>44</sup>

Pode acrescentar-se que este é um dos pontos em que, de modo mais directo, a teoria das classes sociais se entrecruza com a questão das identidades colectivas.<sup>45</sup> Mas a isso voltar-se-á noutros momentos da análise, em concreto a propósito de Alfama.

#### *Orientação teórico-empírica e pressupostos conceptuais renovados*

Uma das características mais interessantes da actual sociologia das classes sociais, e que representa sem dúvida um dos seus pontos fortes, é a de nela predominar uma preocupação em integrar elaboração teórica com investigação empírica.

No plano da teoria, o debate é intenso e a reconstrução conceptual continuada, como se deprende dos pontos anteriores e de alguns dos seguintes. No plano da operacionalização, tem sido desenvolvido um importante conjunto de instrumentos e procedimentos: baterias de indicadores, algoritmos de construção de variáveis compactas de caracterização de classe, tipologias classificatórias, desdobramento das unidades de análise, soluções para a ampliação do grau de cobertura empírica do conceito de classe, operacionalização de conceitos conexos (como origens, trajectórias e redes sociais ou como estilos, modos ou géneros de vida), estratégias de tratamento da informação empírica com renovadas potencialidades para corresponder às perspectivas e interrogações teóricas, de que são exemplos as análises factoriais de correspondências, na caracterização topológica multidimensional dos espaços sociais, ou os modelos log-lineares, em estudos de mobilidade social.

42 Anthony Giddens, *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*, op. cit., pp. 132-141.

43 Klaus Eder, *The New Politics of Class. Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, op. cit., em especial pp. 1-15 e 63-100.

44 Toda a obra do autor se debruça sobre estes temas. Mas pode referir-se, muito em especial, a conclusão de *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, op. cit., intitulada “Classes et classements”, pp. 543-564.

45 Ver António Firmino da Costa, “Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais”, op. cit., pp. 661-666 e 671-686.

Até aos anos 70 predominavam, na sociologia das classes sociais e da estratificação, duas versões de pesquisa. Por um lado, tinham-se os trabalhos de grande elaboração teórica, eventualmente muito complexos, mas vagos e impressionistas quanto à corroboração empírica, sem preocupações de operacionalização cuidadosa dos conceitos, de recolha sistemática e controlada de informação, de confronto exigente dessa informação empírica com os quadros teóricos de partida.

Por outro lado, surgiam as pesquisas empíricas alargadas, muitas vezes comparativas, com aparelhos pesados de trabalho de campo, grandes volumes de informação recolhida e panóplias de procedimentos estatísticos sofisticados, mas com enormes carências a nível teórico, quer na fundamentação da pesquisa, em todos os seus componentes decisivos, quer no controlo dos procedimentos operatórios e da interpretação dos resultados, quer ainda no alcance analítico das investigações.

Que ambos estes padrões deixaram de ser satisfatórios e que hoje se procura superar as limitações anteriores, é bem ilustrado por alguns grandes programas de pesquisa recentes nesta área, de âmbito comparativo internacional, como os coordenados por Erik Olin Wright, por John Goldthorpe e por Gosta Esping-Anderson, ou como a grande quantidade e variedade de investigações que se inspiram no trabalho de Pierre Bourdieu.<sup>46</sup>

Apesar das suas diferenças, partilham essa orientação comum: a de procurar integrar fundamentação e elaboração teórica aprofundada com práticas operatórias rigorosas, trabalhadas e criativas, levando à produção e análise de materiais empíricos sistemáticos que valem por si, como resultados substantivos para o conhecimento de aspectos cruciais das sociedades contemporâneas, mas que são também, por sua vez, mobilizados para uma constante interpelação e renovação dos quadros teóricos e dos procedimentos operatórios.

Além disso, ainda apesar das diferenças entre si, afastam-se também de um conjunto de aspectos mais ou menos marcantes de abordagens anteriores, isto é, tendem a não ser reducionistas nem deterministas, a não aderir a concepções linearmente evolucionistas ou mesmo teleológicas, a não rebater toda a análise sobre a problemática do conflito ou sobre a da reprodução, a não praticar uma análise fechada em termos apriorísticos quanto às dimensões pertinentes.

---

46 Quanto aos três primeiros, podem referir-se as seguintes obras recentes: Erik Olin Wright, *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, op. cit., Robert Erikson e John H. Goldthorpe, *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press, 1993, Gosta Esping-Anderson (org.), *Changing Classes: Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, Londres, Sage Publications, 1993. Quanto a Pierre Bourdieu, a obra principal de referência neste domínio é *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, op. cit., já aqui mencionada várias vezes.

*Integração de perspectivas e do campo analítico*

As afinidades paradigmáticas preferenciais não desapareceram deste domínio da análise sociológica. Mas, apesar de alguns dos autores relevantes referidos se apresentarem como neo-marxistas e outros como neo-weberianos, apesar de uns preferirem a terminologia da estratificação e outros a das classes sociais, as produções teóricas e os desenvolvimentos de pesquisa são agora muito mais integradores de contributos provenientes de filões teóricos clássicos diferentes.

Neo-weberianos assumidos, como Parkin, criticam os estudos de estratificação até então correntes, salientam a importância do conceito de exploração e consideram a distribuição desigual de propriedade económica uma das mais importantes dimensões das dinâmicas de classes nas sociedades actuais, aspectos estes que não destoam das concepções de Marx.

Neo-marxistas igualmente declarados, como Wright, incorporam, bem no centro dos seus quadros teóricos, dimensões analíticas como a autoridade burocrática ou as qualificações técnicas, salientadas inicialmente por Weber.

Giddens ou Bourdieu reutilizam de maneira ainda mais interligada componentes dessas duas tradições teóricas, sendo que o segundo, sobretudo, recorre ainda, com intensidade, a uma linha de conceptualização que remonta a Durkheim e Mauss, na convocação de conceitos como os de representações simbólicas, sistemas de classificações e habitus, assim como integra na análise a problemática estratificacional das hierarquias de prestígio associadas aos estilos de vida, reconstruída sob a égide do conceito de distinção.

Por sua vez, autores importantes com obra mais recente, como Bryan Turner, Rosemary Crompton ou David Lee, diferenciando-se ou mesmo contrapondo-se entre si em muitos aspectos, confluem no apelo às contribuições de Bourdieu, interligando-as com outras provenientes das referências marxistas e weberianas.<sup>47</sup> Turner e Crompton, de modos diversos, reintegram na problemática das classes sociais o conceito de status, no duplo sentido de status associado a estilos de vida diferentes, segundo a conceptualização e as análises empíricas de Bourdieu, e de status de cidadania, na linha dos textos clássicos de Marshall a este respeito.<sup>48</sup> Quanto a Lee, o recurso a Bourdieu inscreve-se numa proposta teórica que vai no sentido de reinterpretar e complementar as influências de Marx e Weber com uma forte inspiração em Durkheim, a respeito da importância das classificações simbólicas na constituição das classes como factos sociais.

---

47 Bryan S. Turner, *Status*, Milton Keynes, The Open University Press, 1988; Rosemary Crompton, *Class and Stratification: An Introduction to Current Debates*, Cambridge, Polity Press, 1993; David J. Lee, "Class as a social fact", *Sociology*, vol. 28, n.º 2, 1994.

48 T. H. Marshall, *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967 (1963).

O campo analítico da sociologia das classes sociais tende, pois, a configurar-se de maneira ampla, abrangendo alguns núcleos temáticos fundamentais e desdobrando-se a vários níveis. Com todos os inerentes riscos de esquematismo, mas com eventuais vantagens heurísticas, poder-se-ia conceber hoje em dia esse domínio segundo uma matriz em que se combinam quatro tipos de objectos de análise preferenciais, “em linha”, com três níveis de análise básicos, “em coluna”.

Os tipos de objectos são: a) as *estruturas de classes*, na sua multidimensionalidade topológica e relacional; b) os *processos e campos de formação das classes*, com a diferenciação e especificidade que têm nas sociedades contemporâneas, desde as dinâmicas de mobilidade e fechamento social até às de inclusão e exclusão institucional, passando pelos efeitos estruturantes de sistemas como o de ensino ou o de segurança social, e pelas lógicas relativamente autónomas dos campos económico, político, artístico, científico, desportivo, entre muitos outros; c) a *acção colectiva*, com as suas estratégias, movimentos e organizações, com a composição social dos seus protagonistas e com os efeitos que produz na estruturação das relações sociais; d) as *práticas e representações sociais*, tal como se podem observar no quotidiano, com frequência configuradas em estilos de vida e padrões de gosto, e classificadas simbolicamente segundo, em especial, critérios de distinção ou distribuições hierarquizadas de prestígio social, e tal como se articulam com os espaços estruturados das condições sociais de existência.

Quanto aos níveis de análise, são em regra considerados: i) o das *grandes lógicas estruturantes das relações sociais*, num plano de elevada generalidade e abstracção; ii) o das *sociedades spatiotemporalmente delimitáveis*, nomeadamente de âmbito nacional, mas também regiões subnacionais ou supranacionais, em períodos igualmente mais balizados; iii) o da *diversidade de processos, grupos, campos e contextos* de carácter conjuntural, localizado ou segmentar.

Com este esquema, trata-se apenas de tipificar *objectos e níveis* de interesse analítico mais comum nos trabalhos sociológicos sobre classes sociais. Não se pretende que traduza divisões rígidas ou estanques mas apenas esboçar um mapa geral de um domínio de investigação. Os estudos concretos incluem muitas vezes mais do que uma das virtuais células da matriz. O mais importante a reter é que, se bem que cada pesquisa, por necessidades de construção do objecto teórico, de delimitação do horizonte de observáveis e de viabilização operatória, se desenvolva focada numa ou num pequeno número dessas células, não convém esquecer, na condução da investigação e na interpretação dos respectivos resultados, que ela se enquadra num espaço conceptual mais amplo, em que os referidos tipos de objecto e níveis de análise se articulam de maneira integrada uns com os outros.

*Actualidade*

A análise de classes é hoje um domínio sociológico consolidado, com os seus debates e confronto de alternativas, mas também, como se viu, com um conjunto de aquisições conceptuais e operatórias relativamente integradas e transversais.

No entanto, apesar do grau acentuado de autonomia científica e técnica que atingiu, não deixa de permanecer particularmente sensível às pressões ideológicas. Isso, por razões que têm a ver, precisamente, com o carácter crucial do seu objecto para as dinâmicas sociais contemporâneas — isto é, com a actualidade do tema —, redobrado da conflitualidade de interesses, valores e acções que o atravessam e da muito especial manifestação, neste domínio de estruturação social, de efeitos de retorno, sobre ele, das teorizações que a seu respeito se vão produzindo. Teorizações estas que podem ter como proveniência sedes sobretudo ideológicas, políticas, mediáticas ou científicas.

Os mais salientes, porventura, dos referidos investimentos ideológicos têm sido as sucessivas teorias da “sociedade sem classes”, emanadas curiosamente de diferentes quadrantes. Se na obra de Marx, em meados do século XIX, a noção se reportava a um horizonte distante, já no segundo quartel do século XX aparecia, sob diversas designações, como pretensa caracterização de estados de sociedade entretanto realizados ou em vias de avançada realização, tanto no “socialismo real” da União Soviética, segundo alguns teorizadores marxistas officiosos de então, como na “sociedade de classe média” universal dos Estados Unidos da América, segundo certos teorizadores funcionalistas não menos officiosos da época.

Daí para cá, ressurgem de vez em quando as teorias do “fim das classes”, a par aliás da reedição periódica de teorias de outros pretensos “fins” como o das ideologias ou o do político, o da família ou o da religião, o do trabalho ou o dos valores, e mesmo do fim da história ou do fim do social. É claro que estes “fins” nunca ocorreram. O que tem acontecido é algo que qualquer conhecimento rudimentar em ciências sociais permite saber, isto é, que as sociedades vão mudando e, neste processo, mudam também, com mais ou menos intensidade, estruturas, instituições e outras formas sociais.

As classes sociais não são hoje o que eram há cinquenta ou há cem anos atrás. Tal como a economia, as ideologias, e por aí fora. Em particular, mudou a relação dos indivíduos e dos grupos com estes sistemas estruturais, culturais e institucionais, relações agora tendencialmente menos monolíticas, mais diversificadas e plurais, com graus superiores de construção reflexiva.

Mas só quem tenha uma concepção estática do social, ou não seja capaz de algum distanciamento analítico, sociologicamente informado, perante os discursos mediáticos, políticos e ideológicos, pode tomar mudanças nestas instâncias gerais de estruturação social como “fim” ou “morte” delas. O próprio facto de, de tantos em tantos anos, se repetir a descoberta de que

finalmente aconteceram estes fins anunciados, deveria pôr de sobreaviso quanto à inadequação do diagnóstico.

“Fins” como o da história ou o do social são um bom exemplo dos que são propalados primeiro a nível político-ideológico, no caso vertente por políticos conservadores neo-liberais como Thatcher e Reagan, e só depois adoptados e teorizados por um certo número de autores das ciências sociais, no decurso dos anos 80 e 90, em regra com um certo atraso em relação à sua difusão pública.

No mesmo sentido, não deixa de ser irónica a recente conversão de alguns sociólogos à tese de que teríamos chegado à sociedade sem classes.<sup>49</sup> Isto, numa conjuntura em que não só as desigualdades sociais acentuam a sua visibilidade, como mesmo algumas das dimensões dessas desigualdades mais centrais nas teorias fundadoras das classes sociais — polarização nas distribuições de recursos e poderes, vincadas assimetrias na esfera económico-profissional, carácter decisivamente estruturante da vida em sociedade assumido pela divisão social do trabalho e pelos sistemas de emprego — são alvo de redobrada atenção na agenda pública. E ainda, por outro lado, num contexto social em que qualquer aparelho estatístico oficial refina os seus indicadores de classe (categorias socioprofissionais, grupos socioeconómicos, níveis de qualificação, graus de ensino, padrões de consumo, entre outros) e qualquer estudo de mercado ou de audiências tem como principal preocupação caracterizar as segmentações de classe dos públicos.

Pelo contrário, na sociologia especializada sobre classes sociais, o debate e a reelaboração conceptual, os desenvolvimentos operatórios e a investigação empírica têm vindo a ser objecto de volume de trabalho crescente e a adquirir novo patamar de maturidade científica.<sup>50</sup> Desdobrando-se em

---

49 Ilustrativo destas “conversões conjunturais” é o livro de Jan Pakulski e Malcom Waters, *The Death of Class*, Londres, Sage Publications, 1996. Os autores não negam que haja desigualdades nas sociedades de hoje mas, além de as desvalorizarem no conjunto, acham que se passou, ao longo do último século, de sociedades de “classes económicas” para sociedades de “classes organizacionais” e, em seguida, para sociedades de “status convencionais”. Ora, para além de ser intrigante a primeira mudança poder ser descrita com a terminologia das classes e a segunda já não, os autores têm de remeter-se a uma concepção unidimensional e economicista das classes sociais para justificar a sua proposta conceptual. Pelo contrário, para a actual sociologia das classes sociais, como se viu, a coexistência de múltiplas dimensões de estruturação das diferenças e desigualdades sociais, e a sua articulação variável, é algo de profundamente adquirido e largamente partilhado.

50 Em acréscimo ao conjunto de trabalhos-chave de autores contemporâneos fundamentais nesta área acima referidos, vale a pena mencionar textos como os de John Goldthorpe e Gordon Marshall, “The promising future of class analysis: a response to recent critics”, *Sociology*, vol. 26, n.º 3, 1992, de Mike Hout, Clem Brooks e Jeff Manza, “The persistence of classes in post-industrial societies”, *International Sociology*, vol. 8, n.º 3, 1993, ou de Jonathan Kelley e M. D. R. Evans, “Class and class conflict in six western nations”, *American Sociological Review*, vol. 60, n.º 2, 1995. Uma valiosa e concludente polémica quanto à pertinência e actualidade da análise de classes, envolvendo boa parte dos autores de língua

modalidades muito variadas, tendem no entanto a partilhar linhas gerais como as que se procuraram aqui caracterizar. É o caso, nomeadamente, de trabalhos recentes, para além de outros já mencionados, como os de John Scott, de Gordon Marshall ou de Daniel Bertaux e Paul Thompson.<sup>51</sup>

Em termos mais globais, um vasto conjunto de obras marcantes nas ciências sociais, publicadas recentemente, têm dado contributos relevantes a este respeito.<sup>52</sup> E isto mesmo, em certos casos, por parte de autores que, ao estabelecerem uma identificação equivocada da problemática das classes com soluções redutoras tradicionais hoje em dia largamente superadas, identificação abusiva porventura resultante de algum desfasamento face à situação actual da produção sociológica especializada, fazem questão de se demarcar da terminologia das classes sociais ao mesmo tempo que as análises que desenvolvem se inscrevem em pleno, do ponto de vista da problemática, nesse domínio conceptual.<sup>53</sup>

Claro está que os quadros teóricos e os procedimentos analíticos que hoje em dia estão disponíveis na sociologia das classes sociais e da estratificação, e que são utilizados nas suas práticas de investigação, são bem mais evoluídos do que as contribuições fundadoras. Para além dos aspectos teóricos e operatórios, de carácter muito geral, acima sintetizados, importa ainda destacar, sem pretensões de reduzir toda a investigação sociológica à análise de classes, a incorporação nesta de preocupações actuais com dimensões de diferenciação social como as étnicas, etárias, de género sexual, geográficas e outras, bem como com vectores culturais e institucionais de estruturação das relações de classe, entre os quais se podem mencionar desenvolvimentos e crises do Estado-Providência ou do sistema de ensino, segmentações do

---

inglesa hoje em dia mais relevantes neste domínio, encontra-se em David J. Lee e Bryan S. Turner (org.), *Conflicts About Class: Debating Inequality in Late Industrialism*, Harlow (UK), Longman, 1996.

- 51 John Scott, *Stratification and Power: Structures of Class, Status and Command*, Cambridge, Polity Press, 1996; Gordon Marshall, *Repositioning Class: Social Inequality in Industrial Societies*, Londres, Sage Publications, 1997; Daniel Bertaux and Paul Thompson, *Pathways to Social Class: A Qualitative Approach to Social Mobility*, Oxford, Clarendon Press, 1997.
- 52 Para mencionar apenas alguns exemplos notáveis, refira-se David Lyon, *A Sociedade da Informação: Questões e Ilusões*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (1988), Robert B. Reich, *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993 (1991), Pierre Bourdieu (org.), *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil, 1993, Anthony Giddens, *Para Além da Esquerda e da Direita. O Futuro da Política Radical*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1994), Jean-Paul Fitoussi e Pierre Ronsavallon, *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1996).
- 53 Um exemplo conhecido é o das propostas de Ulrich Beck a respeito da nova importância das desiguais “posições de risco” nas sociedades contemporâneas, teorização que o autor combina de maneira ambígua com referências, umas vezes às articulações dessas posições com as de classe, outras vezes a uma perda de importância das “posições de status” e das “posições de classe”, referências neste último aspecto, aliás, largamente exageradas. Veja-se Ulrich Beck, *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications, 1992 (1986) e compare-se nomeadamente o argumento das pp. 19-50 com o das pp. 91-102.

emprego (por exemplo entre sector público e sector privado ou entre trabalho garantido e trabalho precário), modalidades de inclusão ou exclusão social, diversificação e homogeneização de aspectos dos estilos de vida e dos quadros de valores, movimentos sociais e processos identitários.<sup>54</sup>

### *Transversalidade dos principais indicadores*

Por último, apesar das diferenças conceptuais e da diversidade de objectos de estudo, verifica-se uma certa transversalidade de alguns indicadores fundamentais neste domínio de análise. É o que se passa, muito em especial, com os indicadores socioprofissionais e socioeducacionais. Tal transversalidade está ligada ao facto de esses indicadores condensarem, de forma ao mesmo tempo compacta e recombinaível, informação relativa a um leque de dimensões fundamentais de estruturação do espaço das condições sociais de existência, nas sociedades contemporâneas, e às posições relativas que os protagonistas sociais neles ocupam.

Apesar do reconhecimento crescente da necessidade de se recorrer também a outros indicadores — como os etários e os sexuais, os étnicos e os geográficos —, a maioria das propostas teóricas e das investigações empíricas da actual sociologia das classes sociais converge na atribuição de importância central aos indicadores socioeducacionais e socioprofissionais, em regra,

---

54 De entre o vastíssimo número de trabalhos aqui situáveis pode referir-se, ilustrativamente, os de Fernando Luís Machado, *Etnicidade em Portugal: Aproximação ao Caso Guineense*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1991 (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica), Christian Lalive d'Épinay, *Viellir ou la Vie à Inventer*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1991, José Machado Pais, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1993, Rosemary Crompton e Michael Mann (orgs.), *Gender and Stratification*, Cambridge, Polity Press, 1986, Beverley Skeggs, *Formations of Class and Gender*, Londres, Sage Publications, 1997, Scott Lash e John Urry, *Economies of Signs and Space*, Londres, Sage Publications, 1994, Juan Mozzicafreddo, *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1997, Sérgio Grácio, *Destinos do Ensino Técnico em Portugal (1910-1990)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1992 (tese de doutoramento), François de Singly e Claude Thélot, *Gens du Privé, Gens du Public*, Paris, Dunod, 1988, Maria João Rodrigues, *O Sistema de Emprego em Portugal: Crise e Mutações*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, Serge Paugam, *La Disqualification Sociale: Essai sur la Nouvelle Pauvreté*, Paris, Presses Universitaires de France, 1991, João Ferreira de Almeida, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Isabel Nicolau e Elizabeth Reis, *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1994 (1992), Enzo Mingione (org.), *Urban Poverty and the Underclass*, Cambridge (Mass.), Blackwell Publishers, 1996, Bernard Cathelat, *Styles de Vie* (2 vols.), Paris, Les Éditions d'Organisation, 1985-86, Claus Offe, "New social movements: challenging the boundaries of institutional politics", *Social Research*, vol. 52, n.º 4, 1985, Harry B. G. Ganzeboom e Henk Flap (orgs.), *New Social Movements and Value Change*, Amsterdão, SISWO, 1989, João Ferreira de Almeida, *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gubenkian, 1990, Craig Calhoun (org.), *Social Theory and the Politics of Identity*, Cambridge (Mass.), Blackwell Publishers, 1994.

aliás, bastante associados entre si. O que tem a ver, no plano substantivo, com a centralidade da esfera profissional e do sistema de ensino na estruturação das relações sociais contemporâneas e na distribuição diferencial de recursos e poderes, disposições e oportunidades de indivíduos, famílias e grupos.

Em particular, a bibliografia especializada tende a salientar — através de argumentação explícita ou, de maneira implícita, pela utilização que deles faz — a importância persistente e o carácter nuclear dos indicadores socio-profissionais.<sup>55</sup> Nas versões mais elaboradas, estes podem corresponder, com efeito, a sínteses de múltiplas dimensões, incluindo alguns aspectos decisivos reportáveis às relações de propriedade, aos poderes organizacionais e às qualificações profissionais; e mesmo, em certos casos, a aspectos como os sectores de actividade económica e as esferas institucionais de emprego, as situações de garantia ou de precariedade contratual, o tipo e a fase de trajecto profissional, a acessibilidade a certas faixas de remuneração económica ou a certos atributos simbólicos socialmente valorizados.<sup>56</sup>

Para esta transversalidade, parcial mas alargada, dos indicadores socio-profissionais têm vindo a contribuir também factores situáveis nos planos teórico, metodológico e institucional. Entre eles, podem inventariar-se, de modo sucinto: a densificação de intercâmbios entre perspectivas analíticas diversas; a constante preocupação comparativa, quer no confronto entre resultados empíricos obtidos a partir de quadros conceptuais alternativos, quer no relacionamento entre objectos de estudo localizados a diferentes escalas e em variados contextos; a procura de comunicabilidade entre investigação sociológica especializada no domínio das classes sociais e produção institucional de informação estatística de caracterização social das populações.

Tudo isto se tem traduzido em grande atenção prestada, precisamente, à construção cuidadosa de sistemas de indicadores com grande densidade dimensional, organizados segundo lógicas classificatórias capazes de proporcionar combinações tipológicas múltiplas e desdobramentos a vários níveis de agregação. Estes indicadores revelam-se, assim, susceptíveis de

---

55 Praticamente toda a bibliografia que se tem vindo a referir poderia ser aqui convocada. A título de exemplo, veja-se o que dizem a este respeito João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, op. cit., pp. 80-84, Rosemary Crompton, *Class and Stratification: An Introduction to Current Debates*, op. cit., pp. 109-126, Klaus Eder, *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, op. cit., pp. 65-69 e 85-90, Keith M. Macdonald, *The Sociology of Professions*, Londres, Sage Publications, 1995, pp. 36-65.

56 Para além das diversas classificações socioprofissionais utilizadas como indicadores de tipologias de classes por autores que se têm vindo a referir, como as de Wright, as de Goldthorpe ou as de Esping-Anderson, poderiam mencionar-se várias outras, de entre as quais vale a pena destacar as categorias socioprofissionais utilizadas em França desde há cerca de uma década e meia. Ver, por exemplo, Alain Desrosières, Alain Goy e Laurent Thévenot, "L'identité sociale dans le travail statistique. La nouvelle nomenclature des professions et catégories socioprofessionnelles", *Économie et Statistique*, n.º 152, 1983.

servir de instrumento de operacionalização a diversos quadros conceptuais, em parte divergentes ou alternativos, mas também com importantes zonas de sobreposição substantiva, decorrentes da focalização genérica num mesmo domínio temático ou, pelo menos, em campos de problematização e horizontes de empiria significativamente interligados.

Ao mesmo tempo, indicadores deste tipo possibilitam também o desenvolvimento de “estratégias adjudicatórias” entre teorias rivais, isto é, processos de investigação empírica orientados para a avaliação comparativa de diferentes quadros teóricos, envolvendo a utilização de informação empírica construída de modo a dar conta de zonas de intersecção entre essas teorias e a evidenciar aquelas outras em que se estabelece uma relação cognitiva diferencial com tal empiria por parte de cada um dos quadros teóricos em causa.<sup>57</sup>

Em ambos os sentidos, trata-se porventura de uma das mais claras ilustrações da tendência contemporânea nas ciências sociais para um certo grau do “transparadigmatismo operacional” assinalado por João Ferreira de Almeida.<sup>58</sup>

### **Protagonistas sociais e indicadores de classe social**

Entendidos na perspectiva sumariada acima, os indicadores de classe social permitem aprofundar a análise que se vinha fazendo do bairro de Alfama. O objectivo imediato é aqui o de estabelecer um conjunto de aproximações aos perfis de classe dos protagonistas sociais locais.

Estes novos indicadores sintéticos possibilitam que algumas das linhas de análise atrás iniciadas, através de outros indicadores, mais limitados no respectivo estatuto conceptual, ganhem agora maior espessura teórica e novo fôlego interpretativo, conducente a conclusões de contornos mais agregados e mais precisos. E proporcionam a exploração de vias teoricamente enriquecidas de articulação analítica da caracterização social da população com um conjunto alargado de aspectos da constituição do tecido social local e das dinâmicas que o atravessam.

Articulação essa desdobrável em dois sentidos: por um lado, no das relações que o quadro social local estabelece com níveis mais globalmente estruturantes da sociedade em que se insere (níveis societais de constituição do espaço das relações de classe); por outro lado, no das condições sociais de geração estruturada das práticas e representações dos actores sociais locais (condições decorrentes da localização desses agentes, a diversos níveis, nas

---

57 Sobre este tipo de “estratégias adjudicatórias” entre teorias de classes pode consultar-se Ray Pawson, *A Measure for Measures: A Manifesto for Empirical Sociology*, Londres, Routledge, 1989, em especial pp. 255-286.

58 João Ferreira de Almeida, “Ciências sociais”, in José Mariano Gago (coord.), *Ciência em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1991.

relações de classe). Ambos os sentidos de articulação não se esgotam — seria talvez escusado lembrá-lo — nas determinações de classe; mas são estas que estão por agora em análise.

Uma primeira aproximação, através dos indicadores socioprofissionais, ao perfil de classe da população do bairro, na óptica que se tem vindo a procurar esclarecer, é susceptível de se obter a partir do quadro 4.5.

Como se pode observar, em Alfama, bairro conhecido como “popular”, encontra-se população residente localizável em todos os principais lugares de classe contemporâneos. Mas é também verdade que quase 80% dela pertence às categorias de assalariados menos providos de recursos económicos, qualificacionais e organizacionais.

Na população masculina predominam os *operários* — industriais, oficiais e dos transportes, incluindo uma fracção significativa, como se viu, de estivadores e outros trabalhadores portuários. Na população feminina destacam-se as *empregadas executantes* — administrativas, do comércio e sobretudo, como também já tinha sido referenciado, empregadas de serviços pessoais e domésticos.

Esta assimetria sexual das categorias socioprofissionais mais numerosas no bairro tem, aliás, implicações de diversa ordem. Algumas das mais importantes têm a ver com o facto de tal assimetria corresponder, em muitos casos, à coexistência das duas situações no mesmo grupo doméstico e, até, no mesmo núcleo conjugal. Antes de as examinar em termos substantivos, referidos ao caso particular de Alfama, terá interesse assinalar que, no plano teórico, é-se assim remetido para a interligação de três problemas mais vastos que têm sido objecto de controvérsia acesa, debate aprofundado, propostas alternativas e investigação específica no âmbito da actual sociologia das classes sociais.

Um reporta-se ao significado teórico da distinção, ou não, entre estas duas categorias sociais, com a pertinência da consideração, ou não, de fronteiras de classe entre elas, e com a discussão de qual o eventual conteúdo conceptual dessas fronteiras. Estar-se-á perante uma das fronteiras entre “classes médias” ou “pequena burguesia” em sentido lato, de um lado, e “operariado” ou “proletariado”, do outro? As tipologias de classe de autores como Poulantzas, Giddens ou Bourdieu parecem apontar, em termos genéricos, nesse sentido, embora de maneira progressivamente menos nítida quando se caminha do primeiro para o último, o que decorre também do modo diferente como cada um desses três autores teoriza sobre classes sociais.<sup>59</sup>

Ou tratar-se-á, pelo contrário, de dois subconjuntos do “proletariado” actual, indistinguíveis do ponto de vista do significado teórico atribuível ao

---

59 As tipologias de classes basicamente tripartidas destes três autores encontram-se nos textos deles já referidos acima, nomeadamente Nicos Poulantzas, *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd’hui*, op. cit., Anthony Giddens, *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas* op. cit., e Pierre Bourdieu, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, op. cit.

**Quadro 4.5** População residente em Alfama por classe social (Ispi), segundo o sexo, 1990

| Classe social (Ispi)                                   | Homens |       | Mulheres |       | Total |       |
|--|--------|-------|----------|-------|-------|-------|
|  | N      | %     | N        | %     | N     | %     |
| Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) | 41     | 1,7   | 27       | 1,1   | 68    | 1,4   |
| Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)        | 198    | 8,0   | 117      | 4,7   | 315   | 6,4   |
| Trabalhadores independentes (TI)                       | 239    | 9,6   | 401      | 16,3  | 640   | 12,9  |
| Empregados executantes (EE)                            | 830    | 33,5  | 1365     | 55,4  | 2195  | 44,4  |
| Operários (O)  | 1169   | 47,2  | 556      | 22,5  | 1725  | 34,9  |
| Total  | 2477   | 100,0 | 2466     | 100,0 | 4943  | 100,0 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

respectivo lugar de classe, como insiste Wright?<sup>60</sup> Ou então distinguíveis, de forma muito nítida, enquanto duas fracções, tendencialmente divergentes, das actuais classes trabalhadoras, o “proletariado industrial” e o “proletariado pós-industrial”, como sugere Esping-Anderson?<sup>61</sup>

Qualquer destas concepções apresenta dificuldades e, sem se ter a pretensão de resolver aqui a questão no seu conjunto, a discussão do caso de Alfama permitirá avançar alguns contributos a este respeito.

Um dos outros dois problemas que com este se interligam é o da unidade mais pertinente para a análise das classes sociais, sendo “indivíduo” ou “grupo doméstico” as opções que com maior frequência têm estado em discussão. E outro é o do estatuto teórico das relações entre os lugares de classe e os indivíduos que os ocupam, acentuando uns autores tal demarcação analítica e atribuindo prioridade conceptual aos primeiros, enquanto outros sublinham o carácter reificante de tal acentuação e os equívocos interpretativos a que conduz, sublinhando a necessidade de os considerar de modo teoricamente conjugado. São problemas que estarão presentes no prosseguimento da análise.

Retomando o quadro 4.5, pode ainda verificar-se que nele está registada a presença significativa no bairro de *trabalhadores independentes*, em que se incluem os proprietários de pequenas actividades comerciais, parte importante delas estabelecidas no bairro, de que são exemplo os cafés e restaurantes, as tascas e casas de pasto, as mercearias e leitarias, as vendas de peixe e de hortaliças. Neste segmento social, correspondente em termos gerais à “pequena burguesia” no sentido tradicional da designação, predomina também a presença feminina, em parte associada a unidades económicas familiares

60 Erik Olin Wright, *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, op. cit.

61 Gosta Esping-Anderson, “Post-industrial class structures: an analytical framework”, in Gosta Esping-Anderson (org.), *Changing Classes: Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, op. cit.

nas quais as mulheres desempenham a maior parte da actividade directa e quotidiana, aparecendo por isso como titulares de profissão principal nessas situações.

Quanto à “nova classe média” assalariada, constituída por *profissionais técnicos e de enquadramento*, trabalhadores por conta de outrem com qualificações profissionais de níveis médio ou superior e/ou lugares de autoridade organizacional, a sua presença no bairro não é insignificante. Mas as percen-tagens são baixas, mesmo em comparação com uma média nacional que, embora de tendência crescente, é relativamente reduzida pelos padrões europeus.<sup>62</sup>

Mais fraco ainda é o peso percentual dos *empresários, dirigentes e profissionais liberais*, categorias que preenchem por diversas vias — a propriedade de empreendimentos económicos, a direcção de topo de organizações públicas ou privadas, e o exercício em regime liberal de profissões auto-reguladas em regra associadas a rendimentos e status elevados — os lugares de classe designados na bibliografia por “burguesia”, “classes dominantes” ou “classes altas”, consoante os autores.

Em todo o caso, a presença no bairro destes elementos não pode ser menosprezada. Afinal, as classes dominantes tendem a ser sempre bastante minoritárias, em termos numéricos, na estrutura social; e a sua capacidade de influenciar os processos sociais é, em regra, desproporcionadamente superior à dimensão dos seus efectivos. O que não deixa de se repercutir também na vida do bairro.

No entanto, tal influência está ali sujeita a condições específicas, de entre as quais importa destacar a predominância ostensiva em Alfama, muito em especial na interacção pública ou semi-pública, de padrões de conduta, estilos relacionais e formas simbólicas que configuram uma versão singular de cultura popular urbana, de contornos bem caracterizados. Modos de cultura estes que, como se teve oportunidade de examinar nos capítulos anteriores, constituem também vectores centrais de produção e difusão no tecido social local de formas de identidade cultural, de conotação bairrista e popular, ali largamente partilhadas.

Entretanto, o prosseguimento da análise requer não adiar por mais tempo a prestação de alguns breves esclarecimentos, de carácter conceptual e operativo, a respeito dos indicadores aqui utilizados.

---

62 No início dos anos 90, o peso percentual dos profissionais técnicos e de enquadramento era já, a nível nacional, mais do dobro do verificado no bairro. Ver João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in António Reis (coord.), *Portugal: 20 Anos de Democracia*, op. cit., pp. 325-326. A diferença é significativa, mesmo dando desconto ao facto de os valores de referência, tal como indicados no trabalho citado, não serem estritamente comparáveis com os aqui obtidos para o bairro, uma vez que se reportam apenas à população activa no momento, e não a toda a que tem ou teve uma ocupação profissional.

O *indicador socioprofissional de classe dos indivíduos* apresentado no quadro 4.5 é, do ponto de vista metodológico, uma *variável derivada*, construída a partir de outras *variáveis primárias*, sobretudo as variáveis “situação na profissão” e “profissão”.<sup>63</sup> Na figura 4.1 expõe-se, em forma de matriz, o algoritmo operatório de construção desse indicador.

Sem alongar aqui as considerações de natureza teórico-metodológica, vale a pena chamar a atenção para que a tipologia classificatória proposta procura contribuir para a operacionalização de boa parte dos quadros teóricos mais importantes em curso na sociologia das classes sociais e da estratificação. Directamente, como é aqui explicitada, ou através de agregações de categorias, de rearranjos classificatórios dos elementos de base da matriz ou, ainda, de eventuais desdobramentos mais finos, permite tais ajustamentos teóricos, mantendo possibilidades comparativas e adequação à especificidade dos objectos de estudo.<sup>64</sup>

É claro que os indicadores socioprofissionais, por mais densos de dimensões que sejam, não recobrem todo o âmbito substantivo do conceito de classe social. Devem assim ser tomados como aquilo que são: aproximações operatórias parcelares ao conteúdo desse conceito. Não obstante, como se viu, sintetizam de forma articulada um conjunto de dimensões decisivas da estruturação das relações de classe nas sociedades contemporâneas. O essencial é que a *estrutura da tipologia* classificatória do indicador retraduz de maneira operatória aspectos centrais das relações de classe tais como entendidas nos referidos quadros teóricos.

Uma dimensão de grande importância na estruturação contemporânea do espaço social das classes, da qual os indicadores socioprofissionais como o referido não dão suficientemente conta, é a que se reporta às distribuições de recursos de escolaridade. Tais recursos, na sua distribuição social diferenciada

---

63 Os fundamentos teóricos, a lógica operatória, as tipologias classificatórias e os algoritmos da respectiva construção relativos aos indicadores de classe social aqui utilizados retomam os desenvolvidos em João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, *op. cit.*, e actualizados noutros trabalhos, nomeadamente em António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida, “Estudantes e amigos: trajetórias de classe e redes de sociabilidade”, *op. cit.*, João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, *op. cit.*, e Pedro Lima, António Pedro Soares e António Firmino da Costa, “Classificações de profissões nos Censos 91”, *op. cit.* — textos em que se explicitam com mais pormenor alguns dos referidos pressupostos e procedimentos.

64 Os referidos desdobramentos podem requerer um maior nível de desagregação da variável “profissão” ou a introdução no algoritmo de outras variáveis complementares, por exemplo a decomposição das “situações na profissão” através de um indicador de dimensão da unidade económica em que se desempenha actividade, em geral operacionalizado em termos do “número de trabalhadores” empregados na unidade. Veja-se a este respeito Pedro Lima, António Pedro Soares e António Firmino da Costa, “Classificações de profissões nos Censos 91”, *op. cit.*

|                                    |   | Situação na profissão   |  |  |     |
|------------------------------------|---|---|--|--|-----|
|                                    |   | Patrões   | Trabalhadores por conta própria (+ trab. fam.) | Trabalhadores por conta de outrem (+ MAC + Out.) |     |
| Profissões (grandes grupos/CNP 94) | 1   | Quadros sup. da adm. pública, dirigentes e quadros sup. de empresas | EDL  | EDL  | EDL |
|                                    | 2   | Especialistas das profissões intelectuais e científicas             | EDL  | EDL  | PTE |
|                                    | 3   | Técnicos e profissionais de nível intermédio                        | EDL  | EDL  | PTE |
|                                    | 4   | Pessoal administrativo e similares                                  | EDL  | TI   | EE  |
|                                    | 5   | Pessoal dos serviços e vendedores                                   | EDL  | TI   | EE  |
|                                    | 6   | Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas   | EDL  | AI   | AA  |
|                                    | 7   | Operários, artífices e trabalhadores similares                      | EDL  | TI   | O   |
|                                    | 8   | Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem            | EDL  | TI   | O   |
|                                    | 9.1   | Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio              | EDL  | TI   | EE  |
|                                    | 9.2   | Trabalhadores não qualificados da agricultura e pesca               | EDL  | AI   | AA  |
| 9.3                                | Trabalhadores não qualificados da construção, indústria e transportes | EDL   | TI   | O  |     |

|     |   |
|-----|---|
| EDL | Empresários, dirigentes e profissionais liberais. |
| PTE | Profissionais técnicos e de enquadramento.        |
| TI  | Trabalhadores independentes.                      |
| AI  | Agricultores independentes.                       |
| EE  | Empregados executantes.                           |
| O   | Operários.  |
| AA  | Assalariados agrícolas.                           |

**Figura 4.1** Matriz de construção do indicador socioprofissional individual de classe (Ispi)

e desigual, tendem a configurar um campo relacional específico e a repercutir-se em variadíssimos aspectos da existência em sociedade, nomeadamente na formação dos sistemas de disposições e no acesso a quadros de oportunidades, na adesão a critérios de gosto e a estilos de vida, na constituição de representações cognitivas e de sistemas classificatórios, no desenvolvimento de estratégias de vida e de práticas sociais.

Indicadores socioprofissionais como o acima utilizado, embora possuam a capacidade de operacionalizar algumas das clivagens sociais mais importantes neste domínio — através da inclusão, em grau acentuado, da dimensão qualificacional nas classificações de profissões utilizadas — fazem-no de modo indirecto e parcial. Em geral não são suficientes para responder no plano operativo a aspectos fundamentais das preocupações analíticas suscitadas pelos quadros teóricos mais elaborados e abrangentes, como o de Bourdieu, e inerentes a um amplo leque de objectos de estudo hoje em dia relevantes.

Daí o recurso, também, a *indicadores socioeducacionais*. Os níveis de escolaridade formal são os mais simples e habituais. O seu carácter aparentemente inequívoco e evidente decorre de algo que tem a ver, afinal, de maneira

muito significativa, com a própria realidade social a que o indicador se reporta: o facto de, muito mais do que noutros campos sociais, e mesmo do que na esfera socioprofissional, as categorias vigentes serem objecto de uma forte regulação institucional. O Estado define e consagra, de maneira formal, uniforme e generalizada, as principais categorias socialmente correntes neste domínio, isto é, os graus de ensino.

É certo que não deixa de haver muitas margens de ambiguidade e indefinição relativa, zonas cinzentas alvo de interferências de outros mecanismos sociais de categorização diferencial, valorização hierarquizada e disputa social, nos quais se jogam, de maneira mais informal, estratégias simbólicas e relações de poder. O que se disse atrás, no início deste capítulo, sobre o significado social que no bairro podem ter níveis de ensino frequentados mas não completados, constitui um exemplo entre muitos.

Do mesmo modo, mas em sentido contrário, os indicadores socioprofissionais não são meros produtos científicos de operações teóricas e metodológicas. Resultam também, em articulação com estes, de outros processos sociais de construção simbólica e institucional, alguns de grande escala: desde as lutas simbólicas quotidianas sobre estatutos, qualificações e designações profissionais até à acção de sindicatos e associações profissionais, das dinâmicas tecnológicas e organizacionais até às de negociação colectiva, passando pelas instâncias internacionais de concertação entre técnicos de produção de estatísticas, entre muitos outros.

A combinação entre o indicador socioprofissional e o indicador de nível de ensino frequentado permite aceder a um conjunto de ilações adicionais sobre a composição de classe da população do bairro. O quadro 4.6 evidencia com clareza a clivagem decisiva, do ponto de vista dos capitais escolares, entre dois blocos de categorias sociais.

De um lado situam-se os empresários, dirigentes e profissionais liberais juntamente com os profissionais técnicos e de enquadramento. Neles, a frequência de ensino médio ou superior oscila entre os 30% e os 40%, e aqueles que não frequentaram a escola são muito poucos. Do lado oposto estão as outras três categorias — trabalhadores independentes, empregados executantes e operários — com taxas de frequência do ensino médio ou superior praticamente nulas e, em contrapartida, com percentagens de não passagem pela escola de cerca de 15% a mais de 25%. Está-se pois, pelo menos nesta dimensão de estruturação social, perante perfis sociais acentuadamente contrastantes.

Seria possível examinar uma série de outros aspectos que ressaltam desta combinação de dimensões de análise da composição de classe da população residente em Alfama. Nas duas categorias mais escolarizadas, ainda assim, cerca de um terço dos indivíduos não frequentou mais do que o sexto ano de escolaridade (Básico 1 + Básico 2), sobretudo pequenos empresários na primeira e agentes de chefia directa na segunda. No bloco oposto, os trabalhadores independentes são aqueles em que o perfil de escolaridade é, entre todos, o mais baixo. Em

**Quadro 4.6** População residente em Alfama por sexo e classe social (Ispi), segundo o nível de ensino frequentado, 1990 (em percentagem)

| Classe social (Ispi)                             | Sem escolarização | Básico 1 + Básico 2 | Básico 3 + Secundário | Médio ou Superior | Total | N    |
|--|-------------------|---------------------|-----------------------|-------------------|-------|------|
| <b>Homens</b>                                    |                   |                     |                       |                   |       |      |
| Empresários, dirigentes e profissionais liberais | 0,0               | 36,8                | 42,1                  | 21,1              | 100,0 | 41   |
| Profissionais técnicos e de enquadramento        | 0,0               | 37,5                | 33,5                  | 29,0              | 100,0 | 198  |
| Trabalhadores independentes                      | 9,6               | 74,6                | 14,2                  | 1,6               | 100,0 | 239  |
| Empregados executantes                           | 4,1               | 60,8                | 33,4                  | 1,7               | 100,0 | 830  |
| Operários  | 10,5              | 76,5                | 12,7                  | 0,3               | 100,0 | 1169 |
| Total  | 7,2               | 67,2                | 22,0                  | 3,6               | 100,0 | 2477 |
| <b>Mulheres</b>                                  |                   |                     |                       |                   |       |      |
| Empresários, dirigentes e profissionais liberais | 10,7              | 28,6                | 17,8                  | 42,9              | 100,0 | 27   |
| Profissionais técnicos e de enquadramento        | 0,0               | 20,2                | 26,3                  | 53,5              | 100,0 | 117  |
| Trabalhadores independentes                      | 37,2              | 57,7                | 4,8                   | 0,3               | 100,0 | 401  |
| Empregados executantes                           | 24,8              | 51,8                | 21,3                  | 2,1               | 100,0 | 1365 |
| Operários  | 23,4              | 73,7                | 2,9                   | 0,0               | 100,0 | 556  |
| Total  | 25,2              | 55,8                | 14,8                  | 4,2               | 100,0 | 2466 |
| <b>Homens e mulheres</b>                         |                   |                     |                       |                   |       |      |
| Empresários, dirigentes e profissionais liberais | 4,6               | 33,3                | 31,8                  | 30,3              | 100,0 | 68   |
| Profissionais técnicos e de enquadramento        | 0,0               | 31,2                | 30,9                  | 37,9              | 100,0 | 315  |
| Trabalhadores independentes                      | 26,8              | 64,1                | 8,3                   | 0,8               | 100,0 | 640  |
| Empregados executantes                           | 16,9              | 55,2                | 26,0                  | 1,9               | 100,0 | 2195 |
| Operários  | 14,6              | 75,6                | 9,6                   | 0,2               | 100,0 | 1725 |
| Total  | 16,1              | 61,6                | 18,4                  | 3,9               | 100,0 | 4943 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

sentido inverso, emerge um segmento comparativamente numeroso dos empregados executantes, cerca de um quarto destes, com frequência do sistema de ensino ao nível do nono ou do décimo segundo ano (Básico 3 + Secundário).

Há bastantes mais mulheres do que homens de muito baixos níveis de escolaridade entre os trabalhadores independentes e os empregados executantes (e também nos empresários). Pelo contrário, nos operários são os homens que apresentam taxas muito elevadas dos que não passaram pela escola. E nos profissionais técnicos e de enquadramento a taxa de mulheres com frequência do ensino médio ou superior é bastante mais elevada do que a dos homens.

O quadro não o mostra mas estes diferentes perfis estão ainda associados a variações etárias, relativas tanto às estruturas de idades diferenciadas das diversas categorias de classe como às dinâmicas geracionais, com subida gradual genérica, mas não homogénea, dos níveis de escolaridade nas faixas populacionais mais jovens.<sup>65</sup>

No conjunto, torna-se saliente: um operariado sobretudo masculino, incluindo um sector de trabalhadores ligados à actividade portuária, numericamente importante mas, em medida significativa, pouco escolarizado,

65 Informação quantificada a este respeito encontra-se na terceira parte deste trabalho.

envelhecido e reformado; uma categoria de empregados executantes de larga prevalência feminina, dicotomizada entre trabalhadoras de limpezas ou empregadas domésticas com grandes taxas de analfabetismo e empregadas administrativas mais jovens e escolarizadas; uma categoria de trabalhadores independentes predominantemente feminina, pouco escolarizada, na sua maioria envolvida no pequeno comércio familiar, boa parte dele instalado no próprio bairro; profissionais técnicos e de enquadramento em pequeno número, mais homens do que mulheres, sendo estas no entanto mais jovens e escolarizadas, pertencentes sobretudo às profissões intelectuais e científicas, enquanto naqueles há um sector de encarregados e outros agentes de enquadramento directo com reduzida escolaridade formal; um conjunto bastante diminuto de empresários, dirigentes e profissionais liberais.

Em termos ainda mais sintéticos, o que parece sobressair é uma composição social polarizada.

De um lado encontra-se um conglomerado de “classes populares”, numericamente maioritárias, com fracos recursos económicos e escolares, protagonistas por excelência dos padrões de conduta, estilos relacionais e práticas culturais locais, envolvidas de maneira intensa e generalizada na produção e apreciação das formas singulares de cultura popular urbana que emergem no bairro, embebidas de forte identidade alfamista.

De outro lado, aparece um conjunto relativamente pouco numeroso de elementos de “classes médias” e “classes altas”, com outros estilos de vida, em geral sem grande participação directa naquelas práticas culturais e mais distanciado dos referidos modos de identificação colectiva. Mas que nem por isso estão fora das estruturas relacionais que atravessam o bairro nem ausentes das redes de interconhecimento e de interacção locais. Nem são alheias às dinâmicas sociais da identidade cultural de Alfama.

Polarização social, em termos de classe, não significa necessariamente distância geográfica e, muito menos, inexistência de laços sociais de interconhecimento e interacção quotidiana, com as suas vertentes de convivência e conflito, de dominação e clientelismo, de interdependência e demarcação. Os efeitos de contexto interaccional e simbólico partilhado intersectam-se, no bairro, com os de localização diferenciada no espaço estrutural das relações de classe, segundo modalidades de articulação específicas.

De algumas delas deu-se já conta ao analisar-se, por exemplo, as relações entre vectores externos e internos de construção das imagens identitárias de Alfama ou as relações entre o fado de contraste e as formas de simbiose clientelista e conflitual presentes no tecido social local. No final deste capítulo e sobretudo no próximo voltar-se-á de maneira mais sistemática a este assunto, decisivo para a compreensão de como, no bairro, se entrecruzam vários tipos de dinâmicas sociais nas quais se alicerça a produção continuada da identidade cultural de Alfama ou que ela contribui de modo significativo para impulsionar.

Para já, importa retomar linhas de caracterização de classe da população do bairro. O que fica dito contribui para fornecer alguns elementos para a respectiva análise substantiva tendo em conta dois dos problemas teórico-metodológicos acima enumerados, o das fronteiras de classe e o das relações entre lugares de classe e atributos pessoais dos indivíduos que os preenchem, questões estas a retomar ainda de outros ângulos nas páginas seguintes.

Torna-se agora necessário prosseguir-la na perspectiva do terceiro problema: o das relações entre indivíduo e grupo doméstico como unidades de análise da composição de classe das populações. Questão esta, aliás, que traduz no plano operativo um dos aspectos de um domínio mais vasto de análise sociológica, o das relações entre família e classe social.<sup>66</sup>

As insuficiências da utilização do indivíduo como unidade de análise na sociologia das classes sociais e da estratificação surgem, desde logo, de uma dificuldade operativa básica: a impossibilidade de recorrer a indicadores tão importantes como os socioprofissionais para pessoas que não tenham nem nunca tenham tido, até à data das operações de recolha de informação, inserção própria na esfera profissional. É o caso, muito em especial, das crianças, dos estudantes, das mulheres que sempre foram domésticas ou dos indivíduos à procura de primeiro emprego.

O procedimento que tem vindo a ser mais utilizado para resolver estas situações — ou, noutros termos, para alargar no plano operativo o “grau de cobertura” do conceito de classe, estendendo-o aos que não são ou nunca foram economicamente activos — é o da atribuição a estas pessoas da categoria social dos grupos domésticos familiares em que vivem.<sup>67</sup>

Mas a questão não é só operativa. Do ponto de vista teórico, num sentido mais profundo, o facto de a unidade doméstica familiar tender a constituir lugar decisivo de partilha de recursos e estilos de vida, de interacções quotidianas afectivas e instrumentais, de processos socializadores e de formação de disposições, de transmissão de património e geração de estratégias de vida, o facto constituir ainda referente primordial de trajectórias sociais, tudo isto atribui-lhe uma importância nuclear na análise de classes. Como diz João

---

66 Este tema, com largas tradições na sociologia das classes sociais e da estratificação, tem vindo a ser também objecto de importantes desenvolvimentos entre nós em sede de sociologia da família. Alguns dos trabalhos mais representativos são os de Nelson Lourenço, *Família Rural e Indústria: Mudança Social na Região de Leiria*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1991, Ana Nunes de Almeida, *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, op. cit., Karin Wall, *La Fabrication de la Vie Familiale: Changement Social et Dynamique Familiale chez les Paysans du Bas-Minho*, Genebra, Université de Genève, 1994 (tese de doutoramento), Maria das Dores Guerreiro, *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1996, Anália Torres, *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos: Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora, 1996.

67 Ver Vic Duke e Stephen Edgell, “The operationalisation of class in British sociology: theoretical and empirical considerations”, *The British Journal of Sociology*, vol. XXXVIII, n.º 4, 1987.

Ferreira de Almeida, “lugar essencial de reprodução biológica, social e cultural, unidade de consumo e mesmo, por vezes, de produção, o grupo doméstico retraduz e sintetiza, assim, conjuntos diferenciados de condições básicas de existência que constituem a própria matriz da divisão social em classes”.<sup>68</sup>

A sugestão de considerar a família, ou melhor, o grupo doméstico familiar como unidade de análise privilegiada na sociologia das classes sociais e da estratificação remonta pelo menos a Parsons, embora numa perspectiva teórica muito discutível. Segundo ele, os elementos de uma unidade doméstica de parentesco tendem a partilhar a mesma posição de status social.<sup>69</sup> Mas Parsons generalizava de maneira abusiva uma situação particular, historicamente datada e circunscrita a certos meios sociais na sociedade norte-americana de meados do século XX, identificando a generalidade dos grupos domésticos com um certo modelo ideal-típico da chamada “família nuclear”, no qual apenas um membro, o homem adulto, estava inserido em regime activo na esfera económica. Nestas condições, o status social do “chefe de família”, no essencial decorrente da sua situação profissional, tenderia a abranger também a mulher e os filhos, cujos status sociais respectivos não teriam, em regra, outra fonte relevante.

Muitas foram as críticas teóricas feitas a esta concepção, ou a aspectos dela e à sua generalização deslocada, e vasto foi o conjunto de outros desenvolvimentos analíticos realizados sobre o tema.<sup>70</sup> Apesar disso, no entanto, e das mudanças sociais entretanto verificadas, e que estiveram no horizonte de referência empírica de muitos dos desenvolvimentos mencionados, alguma investigação sociológica e, sobretudo, muitos estudos sociais aplicados, continuaram a tomar, como solução operatória para a classificação da localização de classe ou da posição de status dos indivíduos, a respectiva identificação com a do “chefe de família” (ou do “representante da família”, como se passou a dizer de maneira mais eufemística), em circunstâncias sociais em que tal identificação já manifestamente não faz sentido, em especial para grande parte da população feminina com inserção própria na esfera profissional.<sup>71</sup>

---

68 João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, op. cit., p. 99.

69 Talcott Parsons, “Uma abordagem analítica para a teoria da estratificação social” (1940), in Neuma Aguiar (org.), *Hierarquias em Classes*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

70 Marco nessas críticas e no desenvolvimento de uma posição alternativa, enfatizando a família como unidade pertinente na análise das classes sociais, foi o trabalho de Daniel Bertaux, *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, op. cit. Outros contributos importantes, cada um a seu modo, foram os de autores como Pierre Bourdieu, nomeadamente em *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, op. cit., os de Erik Olin Wright, desde *Class, Crisis and the State*, op. cit., até *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, op. cit., ou os de João Ferreira de Almeida, por exemplo em “Alguns problemas de teoria das classes sociais”, op. cit., ou em *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, op. cit.

71 O caso mais flagrante será provavelmente o da insistência de um especialista tão reputado na análise de classes, a partir de uma perspectiva predominantemente weberiana, como

No entanto, na sociologia das classes sociais, para além desta abordagem, dita “convencional”, e já não falando da simplesmente “individual”, têm vindo a desenvolver-se outras duas. Uma, é a abordagem da “dominância”, isto é, da atribuição ao grupo doméstico familiar da categoria de classe correspondente à do elemento que para ele contribui, em termos gerais, com maior volume de recursos.<sup>72</sup> Outra, é a da “conjugação”, ou seja, da integração conjunta, na determinação das categorias de classe familiares, de referências relativas, não só a um, mas aos vários elementos da unidade familiar co-residente — ou, pelo menos, dos dois componentes do núcleo conjugal principal.<sup>73</sup>

Para além de outras considerações, torna-se evidente que apenas o procedimento de “conjugação” permite traduzir no plano operativo, de maneira conceptualmente apropriada e propiciadora de pesquisa empírica a tal respeito, uma preocupação analítica com *situações de heterogeneidade* quanto à localização individual de classe dos membros do grupo doméstico familiar, em particular dos cônjuges. Este é, aliás, um enfoque não só com largo fundamento teórico geral mas também com correspondência substantiva específica num conjunto relevante de segmentos do espaço social das classes, tal como ele se tem vindo a configurar nas sociedades contemporâneas.

Os trabalhos de elaboração teórica e de investigação empírica que em Portugal se desenvolveram sobre o campesinato parcial colocavam-se já nesta perspectiva. E produziram uma tipologia de classes das famílias construída segundo, basicamente, a lógica da “conjugação”, embora com aspectos da lógica da “dominância”.<sup>74</sup>

---

John Goldthorpe, na atribuição da categoria de classe do marido às mulheres casadas com profissão. Ver, por exemplo, John H. Goldthorpe, “Women and class analysis: in defense of the conventional view”, *Sociology*, vol. 17, n.º 4, 1983. Será justo, em todo o caso, salientar que os argumentos do autor reportam-se sobretudo à eficácia de tal opção nas análises de mobilidade social (como discute em John H. Goldthorpe e Clive Payne, “On the class mobility of women: results from different approaches to the analysis of recent British data”, *Sociology*, vol. 20, n.º 4, 1986) e que, em trabalhos posteriores, revê em parte tal opção, nomeadamente em Robert Erikson e John H. Goldthorpe, *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, *op. cit.* Por outro lado não se pode confundir esta questão com a das identidades subjectivas de classe, sobre a qual várias pesquisas têm apresentado resultados opostos, registando algumas delas auto-percepções de classe das mulheres mais associadas às suas próprias categorias socioprofissionais do que às dos cônjuges (p. e., Nicola Charles, “Women and class: a problematic relationship?”, *The Sociological Review*, vol. 38, n.º 1, 1990) e outras em boa medida o contrário (p. e., Janeen Baxter, “Is husband class enough? Class location and class identity in the United States, Sweden, Norway, and Australia”, *American Sociological Review*, vol. 59, n.º 2, 1994).

72 Um dos autores que propõe esta solução operativa é Robert Erikson, nomeadamente em “Social class of men, women and families”, *Sociology*, vol. 18, n.º 4, 1984.

73 Um exemplo de análise nesta perspectiva é apresentado em Brian Graetz, “The class location of families: a refined classification and analysis”, *Sociology*, vol. 25, n.º 1, 1991.

74 Em especial, João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, *op. cit.*, pp. 90-103 e 225-255.

|        |     | Homem |     |      |      |      |      |      |
|--------|-----|-------|-----|------|------|------|------|------|
|        |     | EDL   | PTE | TI   | AI   | EE   | O    | AA   |
| Mulher | EDL | EDL   | EDL | EDL  | EDL  | EDL  | EDL  | EDL  |
|        | PTE | EDL   | PTE | PTE  | PTE  | PTE  | PTE  | PTE  |
|        | TI  | EDL   | PTE | TI   | Tlpl | Tlpl | Tlpl | Tlpl |
|        | AI  | EDL   | PTE | Tlpl | AI   | Alpl | Alpl | Alpl |
|        | EE  | EDL   | PTE | Tlpl | Alpl | EE   | AEpl | AEpl |
|        | O   | EDL   | PTE | Tlpl | Alpl | AEpl | O    | AEpl |
|        | AA  | EDL   | PTE | Tlpl | Alpl | AEpl | AEpl | AA   |

EDL Empresários, dirigentes e profissionais liberais.

PTE Profissionais técnicos e de enquadramento.

TI Trabalhadores independentes.

Tlpl Trabalhadores independentes pluriactivos.

AI Agricultores independentes.

Alpl Agricultores independentes pluriactivos.

EE Empregados executantes.

O Operários.

AA Assalariados agrícolas.

AEpl Assalariados executantes pluriactivos.

**Figura 4.2** Matriz de construção do indicador socioprofissional familiar de classe (Ispf)

Este modelo foi mais tarde alargado ao conjunto da estrutura de classes, a partir de um programa de investigação sobre origens de classe, trajetórias e redes sociais dos estudantes universitários e respectivos sistemas de valores e representações.<sup>75</sup>

Foi ainda no prolongamento desta linha de trabalho que se procedeu aqui à elaboração e aplicação de um *indicador socioprofissional familiar* das localizações de classe dos grupos domésticos e dos indivíduos residentes em Alfama (figura 4.2).

Por uma questão de parcimónia classificatória e de relevância analítica, as zonas da matriz de construção do indicador que traduzem de forma expressa o critério de “conjugação” são aquelas que, em consonância com a focalização do objecto de estudo, e atendendo também à amplitude da distância entre categorias no espaço das condições sociais de existência e ao peso relativo dos conjuntos populacionais envolvidos, mais interessam a esta pesquisa. As outras situações, ou são homogêneas ou foram tratadas segundo o critério da “dominância”.

A composição de classe da população de Alfama, aferida através deste indicador socioprofissional familiar e aplicada aos grupos domésticos residentes

75 João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, *op. cit.*, Fernando Luís Machado, António Firmino da Costa e João Ferreira de Almeida, “Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades”, *op. cit.*, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida, “Estudantes e amigos: trajetórias de classe e redes de sociabilidade”, *op. cit.*

**Quadro 4.7** Grupos domésticos residentes em Alfama por classe social (Ispf), 1990

| Classe social do grupo doméstico (Ispf)                | N    | %     |
|--|------|-------|
| Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) | 24   | 0,8   |
| Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)        | 225  | 7,6   |
| Trabalhadores independentes (TI)                       | 275  | 9,3   |
| Trabalhadores independentes pluriactivos (TIpl)        | 174  | 5,9   |
| Empregados executantes (EE)                            | 1034 | 35,0  |
| Operários (O)  | 753  | 25,5  |
| Assalariados executantes pluriactivos (AEpl)           | 470  | 15,9  |
| Total  | 2955 | 100,0 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

no bairro — quase três mil, à data do inquérito —, apresenta a configuração indicada no quadro 4.7. Como seria de esperar, o que se torna agora mais evidente, por comparação com as indicações atrás obtidas a partir do indicador socioprofissional individual, é a importante presença local das famílias pluriactivas, mesmo quando a respectiva identificação se faz tomando apenas em conta o núcleo conjugal principal.

Quase 6% dos grupos domésticos são assim classificáveis como de *trabalhadores independentes pluriactivos*, traduzindo em termos numéricos um tipo de situação observável no bairro, e já por diversas vezes referenciado, em que o pequeno comércio coexiste, na família, com o assalariamento de baixa qualificação (empregados executantes e operários). Ou, analisando estes números de outro ângulo, mais de um terço dos grupos domésticos com situação de classe reportável, através da utilização do indicador socioprofissional, à chamada “pequena burguesia tradicional”, articula efectivamente, no próprio núcleo conjugal principal, a situação de trabalhadores independentes com a de assalariados subalternos.

Mais saliente ainda é o peso percentual que revelam ter, no bairro, os grupos domésticos de *assalariados executantes pluriactivos*, com inserção socioprofissional múltipla dos elementos no núcleo conjugal principal, combinando empregados executantes e operários. Esta categoria pluriactiva, obtida através do indicador socioprofissional familiar, engloba quase 16% dos grupos domésticos residentes em Alfama. Se se as juntar às das categorias monoactivas (em termos de núcleo conjugal principal) de empregados executantes e de operários, encontra-se mais de três quartos dos grupos domésticos que constituem a população do bairro.

Num quadro classificatório de lugares de classe com o de Erik Olin Wright, estas últimas três categorias (empregados executantes, operários, assalariados executantes pluriactivos) não apareceriam distinguidas, subsumindo-se todas no lugar de classe do “proletariado”.<sup>76</sup>

Mas, do ponto de vista da estruturação da esfera económica e profissional, as categorias de empregados executantes e de operários evidenciam

características e dinâmicas bastante distintas, nomeadamente quanto à especificação técnica do trabalho que executam, quanto ao contexto relacional do respectivo exercício, quanto às carreiras profissionais modais, quanto às tendências pesadas contemporâneas acerca do peso absoluto e relativo de cada uma, de carácter oposto, traduzindo-se num crescimento continuado da primeira e numa diminuição gradual da segunda; e, ainda, em conexão com tudo o referido, quanto à composição sexual dominante dos efectivos de uma e outra, isto é, acentuada prevalência feminina na categoria de empregados executantes e grande maioria masculina na de operários.

Isto, por assim dizer, “a montante”, ou seja, em relação aos factores estruturais de constituição destas categorias de protagonistas sociais. Do mesmo modo, “a jusante”, no domínio dos valores, representações e práticas sociais, vários estudos têm encontrado padrões significativamente distintos entre as duas categorias, num leque diversificado de dimensões.<sup>77</sup>

Parece pois haver, perante as configurações estruturais de classe que tendem a desenhar-se no período actual, pelo menos em sociedades como a portuguesa, razões suficientes, de ordem conceptual e substantiva, para ser vantajoso não eliminar à partida, nas tipologias classificatórias de classe utilizadas, a possibilidade de analisar eventuais diferenciações entre as categorias referidas. E, às mencionadas, poder-se-iam acrescentar, ainda, razões de ordem metodológica, relativas à vantagem em não utilizar, pelo menos nos estudos que recorram a procedimentos estatísticos, categorias com pesos percentuais excessivamente desproporcionados.

Deste modo, a distinção analítica entre empregados executantes e operários suscita a necessidade de, nos objectos de estudo que, como o presente, incluem a caracterização social de populações, dar lugar à possibilidade de localizar e investigar situações de classe mistas, envolvendo ambas as categorias. O que, aliás, tem sido já feito noutros estudos em que se analisa a composição de classe de populações em contextos localizados.<sup>78</sup>

O indicador socioprofissional familiar pode ser usado, como se acabou de ver, para caracterizar grupos domésticos. Mas é susceptível, também, de reverter em instrumento de atribuição de pertença social de classe aos indivíduos, classificando-os de acordo com a categoria do grupo doméstico a que pertencem. Esse é, aliás, o objectivo operativo mais corrente nas pesquisas que, ao procurarem estabelecer a composição social de

---

76 Erik Olin Wright, *Classes, op. cit.*, pp. 64-104.

77 Veja-se, por exemplo, João Ferreira de Almeida, *Valores e Representações Sociais, op. cit.*, nomeadamente pp. 94-120.

78 É o caso da pesquisa de Ana Nunes de Almeida sobre as famílias do Barreiro ligadas ao operariado. Veja-se, por exemplo, Ana Nunes de Almeida, “Meio social, família e classe operárias”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 11, 1992 ou *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro, op. cit.*

**Quadro 4.8** População residente em Alfama por classe social (Ispf), 1990

| Classe social (Ispf)                                   | Homens |       | Mulheres |       | Total |       |
|--|--------|-------|----------|-------|-------|-------|
|  | N      | %     | N        | %     | N     | %     |
| Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) | 27     | 0,8   | 28       | 0,7   | 55    | 0,7   |
| Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)        | 292    | 8,4   | 296      | 7,4   | 588   | 7,9   |
| Trabalhadores independentes (TI)                       | 292    | 8,4   | 400      | 10,0  | 692   | 9,3   |
| Trabalhadores independentes pluriactivos (TIpl)        | 247    | 7,1   | 248      | 6,2   | 495   | 6,6   |
| Empregados executantes (EE)                            | 1008   | 29,0  | 1339     | 33,5  | 2347  | 31,4  |
| Operários (O)  | 883    | 25,4  | 1027     | 25,7  | 1910  | 25,6  |
| Assalariados executantes pluriactivos (AEpl)           | 726    | 20,9  | 660      | 16,5  | 1386  | 18,5  |
| Total  | 3475   | 100,0 | 3998     | 100,0 | 7473  | 100,0 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

determinados conjuntos populacionais, visando proceder à caracterização estrutural dos protagonistas sociais e relacioná-la com outras estruturas sociais e com uma diversidade de processos e práticas observáveis em sociedade, se confrontam com a necessidade de estender a cobertura empírica do conceito de classe, não ficando restringidas às pessoas com actividade profissional (presente ou passada), mas conseguindo abranger toda a população em causa.

É o que se faz, relativamente a Alfama, no quadro 4.8. Se, para o indicador socioprofissional individual de classe, só tinha sido possível aplicá-lo atrás a perto de cinco mil indivíduos (activos e ex-activos), com o indicador socioprofissional familiar atinge-se o conjunto dos cerca de sete mil e quinhentos residentes à data do inquérito. A estrutura da distribuição percentual é, em termos gerais, muito semelhante à da caracterização, com o mesmo indicador, dos grupos domésticos. Mas agora é possível encontrar, para cada pessoa, uma referência de caracterização social, segundo a tipologia alargada do indicador socioprofissional familiar, a qual é sensível à posição no espaço social das classes dos grupos domésticos, operacionalizada através das categorias conjugadas dos membros do respectivo núcleo conjugal principal.

Em todo o caso, se se ganha em grau de cobertura e em remissão para o contexto doméstico de inserção social, perde-se alguma coisa em termos de individualização dos atributos de caracterização de classe. É possível, por exemplo, colocar a hipótese de que, consoante os contextos e as circunstâncias, a formação de concepções, atitudes e valores a respeito de certos domínios sociais, bem como o desenvolvimento de práticas que neles se passam ou a eles se reportam de forma específica, estejam sobretudo associados, nuns casos com as situações de classe tal como elas são determinadas através do indicador socioprofissional individual, noutros com as situações de classe tais como se podem captar por meio do indicador socioprofissional familiar.

De um modo geral, nos primeiros poderia estar incluído aquilo que respeita directamente às relações sociais de trabalho, desde os processos de

recomposição socioprofissional até às tomadas de posição patronais e sindicais, passando por concepções diferenciadas ou opostas sobre temas como justiça remuneratória ou sistemas de autoridade nas organizações. Em contrapartida, noutros domínios, como os dos estilos de vida, dos padrões de consumo, das estratégias de mobilidade social ou das práticas culturais, a relação privilegiada poderia ser com a classe social do grupo doméstico de pertença, operacionalizável, dentro das possibilidades e dos limites de tal procedimento, através do indicador socioprofissional familiar.<sup>79</sup>

Alguns autores avançam ainda a hipótese da particular eficácia explicativa de outro referente de classe, a origem social — susceptível também de operacionalização com base nos indicadores socioprofissionais familiares, mas relativos à classe do grupo doméstico de origem. Bourdieu salienta-o a respeito da formação dos sistemas de disposições (o habitus) e Wright a propósito do que chama as identidades de classe.<sup>80</sup>

É claro que hipóteses como estas, se podem evocar em seu favor uma certa verosimilhança teórica, não podem deixar de estar sujeitas, em permanência, a caução empírica; o mais provável é que se verifiquem em graus e modalidades variadas consoante os objectos de estudo concretos.

Mas, mesmo deixando para mais tarde a análise, a propósito de Alfama, de questões relativas a origens de classe e trajetórias sociais, e ficando, para já, apenas pelos outros dois planos de inserção no espaço das relações de classe — os correspondentes à caracterização estrutural pelos atributos individuais e pelos atributos do grupo doméstico —, é possível ir um pouco mais a fundo na análise procurando, em vez de os tomar como alternativos, examinar as articulações entre ambos.<sup>81</sup>

O quadro 4.9 dá algumas indicações acerca destas articulações no bairro de Alfama. Tomando de novo apenas a parte da população residente com referência socioprofissional individual, é possível ver como é que ela se distribui pelas diversas categorias de grupos domésticos, classificados através do indicador socioprofissional familiar que se tem vindo a referir.

Os empresários, dirigentes e profissionais liberais evidenciam um fechamento familiar muito forte — não há quase ninguém com outra posição social individual que faça parte dos respectivos grupos domésticos — mas,

---

79 Ver Robert Erikson, "Social class of men, women and families", *op. cit.*

80 Por exemplo em Pierre Bourdieu, "Avenir de classe et causalité du probable", *Revue Française de Sociologie*, vol. XV, n.º 1, 1974, e Erik Olin Wright e Kwang-Yeong Shin, "Temporality and class analysis: a comparative study of the effects of class trajectory and class structure on class consciousness in Sweden and the United States", *Sociological Theory*, vol. 6, n.º 1, 1988.

81 A articulação entre situação de classe dos indivíduos e situação de classe das famílias e, ainda, de ambas com a análise de trajectos e disposições, é o que faz João Ferreira de Almeida em *Classes Sociais no Campo: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, *op. cit.*, em particular pp. 225-255.

**Quadro 4.9** População residente em Alfama por sexo e classe social dos indivíduos (Ispi), segundo a classe social dos grupos domésticos (Ispf), 1990 (em percentagem)

| Classe social (Ispi)                             | Classe do grupo doméstico (Ispf) |      |      |      |      |      |      |       | N    |
|--|----------------------------------|------|------|------|------|------|------|-------|------|
|  | EDL                              | PTE  | TI   | TIpl | EE   | O    | AEpl | Total |      |
| <b>Homens</b>                                    |                                  |      |      |      |      |      |      |       |      |
| Empresários, dirigentes e profissionais liberais | 33,3                             | 33,3 | 15,4 | 5,1  | 10,3 | 2,6  | 0,0  | 100,0 | 41   |
| Profissionais técnicos e de enquadramento        | 2,0                              | 53,8 | 3,5  | 2,5  | 21,6 | 9,1  | 7,5  | 100,0 | 198  |
| Trabalhadores independentes                      | 0,0                              | 2,9  | 57,7 | 25,1 | 7,1  | 3,8  | 3,4  | 100,0 | 239  |
| Empregados executantes                           | 0,2                              | 5,3  | 2,9  | 5,4  | 59,9 | 9,8  | 16,5 | 100,0 | 830  |
| Operários  | 0,0                              | 2,3  | 2,9  | 6,1  | 12,8 | 44,4 | 31,5 | 100,0 | 1169 |
| Total  | 0,8                              | 8,0  | 8,4  | 7,4  | 28,8 | 25,3 | 21,3 | 100,0 | 2477 |
| <b>Mulheres</b>                                  |                                  |      |      |      |      |      |      |       |      |
| Empresários, dirigentes e profissionais liberais | 29,6                             | 25,9 | 29,6 | 7,5  | 3,7  | 0,0  | 3,7  | 100,0 | 27   |
| Profissionais técnicos e de enquadramento        | 2,6                              | 59,3 | 6,2  | 1,8  | 11,5 | 12,4 | 6,2  | 100,0 | 117  |
| Trabalhadores independentes                      | 0,3                              | 4,1  | 42,2 | 23,5 | 14,8 | 5,9  | 9,2  | 100,0 | 401  |
| Empregados executantes                           | 0,5                              | 5,4  | 2,8  | 3,9  | 53,1 | 10,1 | 24,2 | 100,0 | 1365 |
| Operários  | 0,0                              | 1,5  | 1,1  | 4,5  | 11,2 | 61,9 | 19,8 | 100,0 | 556  |
| Total  | 0,8                              | 7,1  | 9,3  | 7,2  | 35,0 | 20,9 | 19,7 | 100,0 | 2466 |
| <b>Homens + Mulheres</b>                         |                                  |      |      |      |      |      |      |       |      |
| Empresários, dirigentes e profissionais liberais | 31,8                             | 30,3 | 21,2 | 6,1  | 7,6  | 1,5  | 1,5  | 100,0 | 68   |
| Profissionais técnicos e de enquadramento        | 2,2                              | 55,8 | 4,5  | 2,2  | 17,9 | 10,3 | 7,1  | 100,0 | 315  |
| Trabalhadores independentes                      | 0,2                              | 3,6  | 48,1 | 24,1 | 11,9 | 5,1  | 7,0  | 100,0 | 640  |
| Empregados executantes                           | 0,4                              | 5,4  | 2,8  | 4,5  | 55,7 | 10,0 | 21,2 | 100,0 | 2195 |
| Operários  | 0,0                              | 2,1  | 2,3  | 5,6  | 12,3 | 49,9 | 27,8 | 100,0 | 1725 |
| Total  | 0,8                              | 7,6  | 8,9  | 7,3  | 31,8 | 23,1 | 20,5 | 100,0 | 4943 |

|      |   |      |  |
|------|---|------|--|
| EDL  | Empresários, dirigentes e profissionais liberais. | EE   | Empregados executantes.                |
| PTE  | Profissionais técnicos e de enquadramento.        | O    | Operários.                             |
| TI   | Trabalhadores independentes.                      | AEpl | Assalariados executantes pluriactivos. |
| TIpl | Trabalhadores independentes pluriactivos.         |      |  |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

em sentido inverso, estão individualmente presentes em agregados familiares classificados noutras categorias. É algo que se passa sobretudo nos grupos domésticos de profissionais técnicos e de enquadramento, mas também, em medida significativa, nos de trabalhadores independentes e, em escala reduzida, nalguns de empregados executantes.

Atendendo a que, na generalidade destes casos, como aliás nos das outras situações de classe, os elementos que não pertencem ao núcleo conjugal principal são, na sua maioria, mais novos do que os que o definem em termos de classe através do indicador socioprofissional familiar, ficam assim em evidência, de maneira indirecta, certos processos de mobilidade social ascendente, em regra de pequena amplitude, assentes na potenciação acumulativa intergeracional de capitais económicos e escolares, ou na sua conversão cruzada. No entanto, constituindo em termos relativos um terço das pessoas individualmente classificadas nesta categoria, não abrangem em valor absoluto senão um número restrito de habitantes do bairro.

Já os profissionais técnicos e de enquadramento, para além de uma concentração largamente maioritária nos grupos domésticos com a mesma categorização, aparecem também nos grupos domésticos classificados como de empregados executantes, operários e assalariados executantes pluriactivos, por

ordem decrescente. No conjunto, estas três categorias de agregados familiares incluem cerca de 35% dos profissionais técnicos e de enquadramento (classificação individual), o que é significativo em termos de composição pluriclassista, segundo a inserção socioprofissional dos indivíduos, dos grupos domésticos; e remete também, como acima, para processos de mobilidade social ascendente.

Curiosamente, muito poucos vivem em unidades familiares de trabalhadores independentes, monoactivos ou pluriactivos. A heterogeneidade pluriclassista, em termos individuais, é aqui interna ao estatuto de assalariado; e os percursos de mobilidade social, nestes grupos familiares, passam quase em exclusivo por estratégias de escolarização. Nesta categoria, como na anterior, as redes domésticas interclassistas “para baixo” e a mobilidade intergeracional descendente são quase inexistentes.<sup>82</sup>

Quanto aos trabalhadores independentes, perto de três quartos pertencem a grupos domésticos classificados também como de trabalhadores independentes ou então como de trabalhadores independentes pluriactivos. A concentração é ainda maior para os homens do que para as mulheres. Estas últimas, ao invés, encontram-se proporcionalmente mais em unidades familiares de operários e de assalariados executantes pluriactivos.

Por sua vez, empregados executantes e operários, aparecendo também em grande concentração nos grupos domésticos de idêntica classificação — não se pode perder de vista que, nestes categorias como nas outras, grande parte das pessoas contribui de maneira directa para a especificação classificatória do respectivo agregado familiar — revelam uma maior interpenetração recíproca, quer entre grupos domésticos de categorias cruzadas, quer por presença conjugada nos classificados como assalariados executantes pluriactivos. De notar que, neste últimos, há bastantes mais situações de mulheres empregadas executantes com homens operários do que situações simétricas.

### **Estratégias migrantes: um xadrez em dois tabuleiros**

A composição de classe do bairro evidencia, pois, alguns traços principais. Pelo que se viu até agora, é marcada por dois aspectos que, numa apreciação superficial, poderiam parecer contraditórios: uma vincada polarização social, a atravessar as condições sociais de existência dos moradores e, ao mesmo tempo, prevaLENcente na população que ali habita, um perfil social popular.

Verifica-se, com efeito, a residência no bairro de indivíduos e famílias que se distribuem por todas as principais situações de classe contemporâneas.

---

82 Sobre tipologias classificatórias do carácter de classe de redes e trajetórias sociais, ver António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida, “Estudantes e amigos: trajetórias de classe e redes de sociabilidade”, *op. cit.*

É certo que as relações de classe assumem ali configuração particular. Ter-se-á que voltar adiante aos contornos dessa singularidade local.

De momento, bastará lembrar duas características, já assinaladas em momentos diferentes da análise anterior. Uma é a importância dos laços de simbiose clientelista e conflitual que tendem a formar-se no bairro, entre, por um lado, ocupantes de posições sociais privilegiadas e lugares de poder e, por outro, elementos das camadas sociais populares ali residentes. A outra traduz-se no fechamento social bastante acentuado, a nível de grupo doméstico, da minoria de famílias pertencentes a classes mais altas, evitando em concreto o estabelecimento de situações interclassistas de carácter claramente descendente envolvendo as gerações mais novas co-residentes com os núcleos conjugais principais respectivos.

Mas o que interessa por agora destacar é que, no conjunto, deste ponto de vista, Alfama se caracteriza por *um tecido social inigualitário* — com aspectos como os referidos e outros com eles conexos, uns mais genericamente partilhados com a sociedade envolvente, outros mais específicos do bairro.

No entanto, de outro ponto de vista, Alfama surge como um tecido social constituído por larga maioria de indivíduos e famílias onde predominam assalariados com baixas qualificações e posições executantes de base nas organizações em que trabalham, parte significativa deles em situações de emprego precário. Em regra, estão ligados, no bairro, por redes de parentesco e vizinhança nas quais se entrelaçam com relativa frequência indivíduos localizáveis na zona do espaço social correspondente, em termos genéricos, às “classes populares”.

Podem, contudo, dentro dela, pertencer a categorias socioprofissionais estruturalmente diferenciadas. É o caso de muitos grupos domésticos em que co-existem pessoas com referência socioprofissional de operários e empregados executantes. Acrescem aqueles em que o assalariamento de base se combina com a pequena actividade artesanal, comercial ou de prestação de serviços independente, situações que, se materializam alguns capitais económicos próprios, o fazem em reduzida escala e precariedade frequente, bem como em conjugação com capitais escolares em média muito baixos.

Num certo sentido, a reexaminar mais à frente quanto a algumas das suas implicações teóricas e analíticas, pode dizer-se que todos os segmentos referidos, homogéneos ou não a nível dos grupos domésticos, configuram Alfama como *um universo social popular* de características singulares, atributo que — ao contrário do anteriormente assinalado, sem tradução simbólica nas representações identitárias correntes acerca deste referente social urbano — aparece como uma das vertentes nuclearmente constitutivas da identidade cultural do bairro.

Em todo o caso, enquanto contributo operativo para a caracterização estrutural dos protagonistas sociais locais e de investigação das relações de classe que atravessam o bairro, a análise da composição social de Alfama não pode dispensar, ainda, o exame de um conjunto de aspectos essenciais relativos aos percursos de vida das pessoas envolvidas. A incessante dinâmica que os agentes

sociais, individuais e colectivos, imprimem às estruturas da sociedade — a todos o níveis, desde as práticas quotidianas mais triviais e difusas até às acções com maior grau de vinculação institucional ou aos processos que ganham particular cunho de acontecimentos extraordinários — envolve também os trajectos sociais que as pessoas, as famílias e os grupos vão traçando nessas estruturas, reproduzindo-as e transformando-as.

A análise das *trajectórias sociais*, com a articulação diacrónica que estabelece entre estruturas e protagonistas, revela-se, deste modo, componente incontornável do estudo sociológico das relações de classe.<sup>83</sup> No plano operativo, é uma análise que leva a convocar com especial acuidade, para a caracterização social das populações, coordenadas temporais e espaciais associadas aos indivíduos e conjuntos de indivíduos que as compõem.

Neste sentido, um dos traços mais interessantes, pelas questões sociológicas que suscita, relativos aos percursos sociais da população local, é que *os residentes em Alfama são, em grande parte, migrantes rurais*. Convirá notar que, por menos problemático que tal facto hoje pareça, na altura em que se começou a desenvolver esta pesquisa, surgiu como algo de imprevisto e surpreendente.

Actualmente é possível lerem-se ou ouvirem-se referências às raízes rurais de grande parte da população de Alfama, por vezes exagerando-lhe até a dimensão, em qualquer relatório técnico camarário ou em qualquer exposição de guia turístico. A publicação, em meados dos anos 80, de alguns artigos decorrentes das primeiras fases desta investigação, não é alheia a essa reconstrução de imagem, como se pôde constatar em fases seguintes do trabalho de campo.<sup>84</sup>

---

83 A incorporação no cerne da análise das classes sociais de dimensões relativas à mobilidade social e, de maneira mais geral e mais precisa conceptualmente, às trajectórias sociais, é hoje um adquirido de boa parte da teorização e da investigação empírica nesta área. Grande parte dos trabalhos que se têm vindo a referir poderiam ser mencionados em apoio desta asserção. Veja-se, nomeadamente, por ordem cronológica, Pierre Bourdieu, *La Distinction: Critique Sociale de Jugement*, *op. cit.*, em especial, pp. 122-185 e 365-431; João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, *op. cit.*, em especial pp. 84-90 e 242-255; António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida, “Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade”, *op. cit.*; Robert Erikson e John H. Goldthorpe, *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, *op. cit.*; João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, *op. cit.*, pp. 327-329; Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, *op. cit.*, pp. 28-40; Erik Olin Wright, *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, *op. cit.*, pp. 169-202; Elíseo Estanque e José Manuel Mendes, *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*, *op. cit.*, pp. 103-133. Um balanço teórico da problemática, bem como um conjunto de sugestões a esse respeito, foram apresentados recentemente por Sérgio Grácio, em “A mobilidade social revisitada”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 24, 1997.

84 Designadamente António Firmino da Costa, “Alfama: entreposto de mobilidade social”, *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 2, 1984 e “Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros”, *Análise Social*, n.º 87-88-89, 1985.

Uma das virtualidades de uma pesquisa de longa duração é, precisamente, a de permitir acompanhar e analisar processos deste tipo — processos de transformação das representações simbólicas correntes acerca de determinado domínio social, ou até de práticas e instituições de algum modo com ele relacionadas, em que intervêm, de forma não despendida, efeitos de retorno aos quadros sociais estudados de análises sobre eles produzidas pelas ciências sociais.

Aliás, em sociedades como as actuais, em que a presença de especialistas de diversas áreas das ciências sociais se alargou e intensificou, desdobrando-se por múltiplos contextos, e em que já não há nenhuma barreira comunicacional intransponível que impeça na prática os trabalhos por eles produzidos de se tornarem acessíveis à leitura por pessoas relacionadas com os objectos de estudo respectivos, processos de recursividade cognitiva como os referidos estão permanentemente a acontecer. Não será até muito arriscado sugerir que se tenham tornado, mesmo, dimensão significativa das dinâmicas sociais contemporâneas. O que não têm é sido objecto, com amplitude correspondente, de investigação empírica sistemática.<sup>85</sup>

Mas se, hoje, as referências a estes fluxos migratórios para o bairro são objecto de alguma difusão, há uma década atrás, ou pouco mais, não só a bibliografia, olisipográfica e outra, era praticamente omissa a tal respeito, como o facto parecia vir pôr em causa uma série de ideias correntes e de teorias pré-existentes acerca de Alfama, de Lisboa e da sociedade portuguesa. Além disso, o trabalho de campo até então realizado, numa primeira fase interessado sobretudo na observação e análise das práticas culturais produzidas em Alfama, e levado a cabo através de presença prolongada no bairro, contacto directo com uma grande variedade de situações e conversa prolongada com muitas pessoas ali residentes, não tinha fornecido qualquer indicação nesse sentido.

---

85 Têm sido, em todo o caso, objecto de teorização geral. Um exemplo privilegiado e bem conhecido é o das proposições teóricas de Giddens acerca dos processos de “dupla hermenêutica” nas condições sociais da modernidade avançada, através dos quais, aliás, a própria sociologia assume, segundo o autor, um carácter intrinsecamente constitutivo das sociedades contemporâneas. Veja-se Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade* Oeiras, Celta Editora, 1992 (1990), pp. 28-34. Num outro registo, algumas das “profecias que se cumprem a si próprias” ou que se “auto-invalidam”, analisadas por Merton, remetiam já para efeitos semelhantes. Ver Robert K. Merton, “As consequências não antecipadas da acção social” (1936), in *A Ambivalência Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979 (1976) e “A profecia que se cumpre por si mesma” (1948), in *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (1949, 1968). De entre as análises sobre casos particulares, embora com vocação de generalização teórica, pode-se destacar as de Moscovici sobre as “representações sociais da psicanálise”, em Serge Moscovici, *La Psychanalyse, son Image et son Public*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976 (1961) ou as de Joaquim Pais de Brito sobre o “efeito Rio de Onor”, em Joaquim Pais de Brito, *Retrato de Aldeia com Espelho: Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, em especial pp. 15-24.

Tal omissão, vem a propósito referi-lo, constituiu em si mesma, *a posteriori*, um indício significativo, susceptível de abrir vias de aprofundamento analítico acerca de uma dimensão importante das dinâmicas sociais identitárias: a da *selectividade de referências* simbolicamente mobilizadas nos processos de produção de identidades culturais. Carácter selectivo este que já se encontrou noutras instâncias, por exemplo no privilégio simbólico atribuído a certas referências históricas na construção de imagens identitárias do bairro, com esbatimento de outras e desvalorização relativa das vivências presentes ou, outro exemplo, nas representações simbólicas do bairro como “popular” que tendem a omitir menção aos aspectos inigualitários do seu tecido social.

Neste caso, não fazia parte das representações identitárias relativas a Alfama, correntes dentro e fora dele, que grande parte dos seus habitantes fossem migrantes de origem rural. E continua a não ser algo que ressalte das interacções que, com o visitante, os locais costumem estabelecer. Pelo contrário, o que em tais circunstâncias sobressai da parte destes é uma apresentação de si como “gente de Alfama”, imagem identitária sob a qual a questão da origem geográfica não chega a emergir de maneira explícita, ou que deixa mesmo a pairar o subentendido de que “ser de Alfama” equivale a ter ali nascido.

Verifica-se, de facto, que ser considerado “verdadeiro alfamista” é atributo que, embora com conotações sobrepostas de sentido contrário, atrás analisadas, os residentes tendem a fazer questão de ostentar, com cunho de positividade e de modo afirmativo. É uma *estratégia identitária*, poder-se-ia dizer assim, em que importa dar sinal tanto de “pertença” ao local, isto é, de inclusão plena num quadro socioespacial específico, como de posse das competências relacionais e culturais singulares atribuídas à identidade alfamista.

Isto, desde logo, em situações de relacionamento com forasteiros, sejam eles turistas e jornalistas, entidades oficiais e agentes de negócios, estudiosos e visitantes diversos, quando se pretende corresponder a expectativas associadas às imagens identitárias, mais ou menos estereotipadas, que eles trazem consigo, acerca das maneiras de ser, dos estilos comportamentais e das artes de sociabilidade dos alfamistas, usufruindo das gratificações simbólicas (e eventualmente materiais) daí decorrentes. Mas, também, internamente ao bairro, no decurso da vida quotidiana que ali se desenrola, como condição de acesso aos meandros labirínticos do sistema de inter-relacionamento local e via de participação em variadíssimas das actividades que nele ocorrem.

Em todo o caso, neste último plano, a referida estratégia identitária não é a única a ser accionada. Como se verá já de seguida, há circunstâncias relevantes nas quais, mais do que a evidenciação de identidade alfamista, o recurso a redes de conterraneidade — de origem geográfica comum e condição migrante partilhada — pode ser um trunfo importante a jogar no desbravamento dos percursos de vida.

Seja como for, se nos contactos informais com as pessoas de Alfama, e na maneira como elas gostam de assumir a identidade alfamista, as origens rurais e

**Quadro 4.10** População residente em Alfama por naturalidade, segundo o sexo, 1990

| Naturalidade       | Homens |       | Mulheres |       | Total |       |
|--------------------|--------|-------|----------|-------|-------|-------|
|                    | N      | %     | N        | %     | N     | %     |
| Concelho de Lisboa | 2107   | 60,6  | 2235     | 55,9  | 4342  | 58,1  |
| Outros concelhos   | 1232   | 35,5  | 1630     | 40,8  | 2862  | 38,3  |
| Outros países      | 137    | 3,9   | 132      | 3,3   | 269   | 3,6   |
| Total              | 3475   | 100,0 | 3998     | 100,0 | 7473  | 100,0 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

**Quadro 4.11** População residente em Alfama nascida fora de Lisboa por concelho de origem (cinco mais frequentes), segundo o sexo, 1990 (em percentagem do total de migrantes)

| Naturalidade        | Homens |      | Mulheres |      | Total |      |
|---------------------|--------|------|----------|------|-------|------|
|                     | N      | %    | N        | %    | N     | %    |
| Pampilhosa da Serra | 179    | 13,1 | 187      | 10,6 | 366   | 11,7 |
| Góis                | 58     | 4,2  | 72       | 4,1  | 130   | 4,1  |
| Lousã               | 47     | 3,4  | 56       | 3,2  | 103   | 3,3  |
| Abrantes            | 29     | 2,1  | 51       | 2,9  | 80    | 2,6  |
| Ovar                | 27     | 2,0  | 51       | 2,9  | 78    | 2,5  |
| Total               | 340    | 24,8 | 417      | 23,7 | 757   | 24,2 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

os fluxos migratórios não ressaltam, já os resultados de inquéritos realizados junto dos habitantes do bairro fornecem indicações claras nesse sentido.

Como o quadro 4.10 mostra, *quase metade da população residente em Alfama nasceu fora do concelho de Lisboa*. Esta é a situação actual ou, pelo menos, era assim no início dos anos 90, altura a que se reportam os últimos dados quantitativos disponíveis, obtidos através do inquérito censitário em que o quadro se baseia. De aí para cá a situação não se alterou de maneira substancial, embora haja alguma tendência para, com as novas gerações, o peso de migrantes rurais diminuir gradualmente.

No início dos anos 80, uma análise exaustiva das fichas de recenseamento eleitoral das freguesias de São Miguel e Santo Estêvão tinha encontrado uma proporção ainda maior de migrantes, perto dos 55%, o que corrobora tanto a ordem de grandeza do fluxo migratório como o lento decréscimo referido, embora haja que manter algumas reservas quanto à exacta comparabilidade de duas fontes informativas que são de natureza bastante diversa.<sup>86</sup>

Pode acrescentar-se que o fenómeno dura há já bastante tempo. Ficando apenas pelos depoimentos de actuais moradores, facilmente se identifica uma intensa migração para Alfama desde pelo menos o início deste século.<sup>87</sup> Além

86 António Firmino da Costa, "Alfama: entreposto de mobilidade social", *op. cit.*

disso, e ainda que sem quantificação rigorosa, tudo leva a crer que, dos naturais de Lisboa, cerca de metade terão pais originários de outras regiões. Ou seja, *cerca de três quartos da população do bairro provêm de famílias de recente extracção rural.*

Mas não é tudo quanto a observações imprevistas. Um outro aspecto assinalável é que os pontos de partida dos fluxos migratórios que desembocam em Alfama não se distribuem de forma aleatória pelo território nacional. Pelo contrário, *essas regiões de origem são bastante concentradas geograficamente.* De acordo com o mesmo inquérito (quadro 4.11), dos mais de trezentos concelhos do país, cinco deles apenas contribuem com quase um quarto dos migrantes. E, se se juntar outras duas dezenas de concelhos, na sua maioria vizinhos dos anteriores, chega-se a mais de metade dos efectivos migratórios.

O maior contingente de migrantes vem de um conjunto de concelhos da Cordilheira Central, cadeia de montanhas que corta a meio o território de Portugal e onde confluem, segundo Orlando Ribeiro, aquelas que considerou constituírem as três grandes divisões geográficas do país: o Norte atlântico, o Norte transmontano e o Sul mediterrânico.<sup>88</sup>

Dos lugares da Cordilheira Central, requerem referência especial a sede de concelho e as aldeias de Pampilhosa da Serra, situadas na margem norte do rio Zêzere, em plena zona do que se tem vindo a chamar “Pinhal Interior”.<sup>89</sup> Destacam-se pelo volume dos residentes em Alfama e por ser no bairro que estes migrantes vieram a instalar a associação regionalista respectiva, a Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra. Esta predominância ocorre, aliás, com maior intensidade ainda na freguesia de Santo Estêvão, enquanto na de São Miguel a origem migrante que surge em primeiro lugar é a Lousã.

Acresce que esta especialização geográfica dos fluxos migratórios é acompanhada por uma igualmente significativa *especialização profissional.* De Ovar vieram sobretudo pescadores, vendedoras de peixe — as “ovarianas”, depois “varinas” — e outros comerciantes. Oriundas do concelho de Abrantes, a montante no Tejo, encontram-se, em particular, famílias de marheiros de fragatas e outros trabalhadores fluviais.

Mas o segmento mais importante de migrantes, proveniente das vilas e aldeias da Cordilheira Central, orientou-se de modo especialmente concentrado para o trabalho portuário, nas cargas e descargas, como estivadores de navios, trabalhadores do tráfego no cais e conferentes de mercadorias.

---

87 Na verdade ela é bastante anterior. Para o século XIX encontram-se importantes indicações a este respeito em Teresa Rodrigues, “Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos”, *Ler História*, n.º 26, 1994 e *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp. 137-161.

88 Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1986 (1945). Ver também, de Orlando Ribeiro, *Le Portugal Central*, Lisboa, Congrès International de Géographie, 1982 (1949).

89 Jorge Gaspar, *As Regiões Portuguesas*, Lisboa, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1993, pp. 98-102.

**Quadro 4.12** População inquirida migrante residente em Alfama por frequência de deslocação à terra de origem, segundo o sexo, 1986 (em percentagem)

| Frequência de deslocação à terra de origem | Homens | Mulheres |
|--|--------|----------|
| Nunca                                      | 21,1   | 14,1     |
| Raramente                                  | 28,3   | 22,1     |
| Uma vez por ano                            | 24,2   | 31,7     |
| Duas ou três vezes por ano                 | 11,2   | 13,8     |
| Mais frequentemente                        | 15,2   | 18,3     |
| Total                                      | 100,0  | 100,0    |

Fonte: ISMA, CIES-ISCTE.

Também se encontram, porém, outras fileiras de especialização profissional, algumas delas com ligação indirecta de algum tipo à actividade portuária, desde a pequena produção e comércio de sacarias, ou outras pequenas actividades comerciais, até à guarda fiscal e prisional, passando pelas tabernas e restaurantes da zona ribeirinha.

Outra observação surpreendente, ainda, interligada com as anteriores, é que grande parte destes migrantes não cortou definitivamente os laços com o mundo rural, antes *mantém relações mais ou menos estreitas com as terras de origem*, em modalidades variadas e com uma diversidade de implicações.

Quase todos têm ainda familiares próximos nos lugares de onde eles próprios ou os pais partiram. Muitos têm lá casa que arranjam, reconstruíram ou edificaram de novo, sobretudo depois do 25 de Abril de 1974, na sequência da obtenção de novas garantias na situação profissional, de algum maior desafio económico, do acesso a pensões de reforma por parte de muitos que até então não o tinham. E na sequência, também, da generalização, nas regiões de origem, de redes de infraestruturas, muito em especial no capítulo do alcatroamento das estradas, da electrificação pública e do abastecimento de água, generalização que teve a impulsão-na-la, a par das “ligas de melhoramentos” formadas pelos próprios migrantes, o novo poder local democrático.<sup>90</sup>

Alguns têm terrenos cultivados ou administrados por familiares, ou às vezes pelos próprios, nomeadamente quando, reformados de um emprego citadino, lá passam largas temporadas. O consumo de produtos agrícolas provenientes dessas terras ou das de parentes, mesmo que hoje tenda a diminuir, não deixa de se praticar quando possível e de ser altamente apreciado. Mas o que continua bastante generalizado são as idas à terra. O quadro 4.12 fornece alguns elementos quantificados a esse respeito.<sup>91</sup> Cerca de 50% dos

90 Sobre a prioridade dada pelas autarquias locais no pós-25 de Abril às infraestruturas básicas ver Juan Mozzicafreddo, Isabel Guerra, Margarida A. Fernandes e João G. P. Quintela, *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*, Lisboa, Escher, 1991.

91 Os dados do quadro 4.14 foram obtidos a partir do *Inquérito Sociológico à Mobilidade em Alfama (ISMA)*, inquérito por questionário realizado em meados dos anos 80 a uma

homens e mais de 60% das mulheres continuam a ir à terra de origem uma ou mais vezes por ano, e não são raros aqueles que lá se deslocam com frequência bastante superior.

É claro que as observações surpreendentes só o são perante convicções ou teorias anteriores que não as previram ou que elas vêm contradizer.<sup>92</sup> A detecção, no quadro sociocultural da Alfama actual, deste fenómeno migratório vinha pôr em causa algumas ideias correntes a propósito do bairro e da sociedade portuguesa, assim como questionar um bom número de proposições teóricas, de diferentes graus de generalidade.

Desde logo, vinha questionar de maneira directa toda a noção de que as formas de cultura popular urbana lisboetas, alegadamente a exemplo de outras situações urbanas semelhantes, seriam o produto de linhagens milenares de uma população sujeita, pelos processos sociais de modernização, a um cerco cada vez mais apertado num último reduto de bairros históricos da cidade. Ou seja, tais formas de cultura, e a identidade cultural bairrista a elas associada, seriam no fim de contas “sobrevivências culturais” em vias de extinção, sobrevivências essas vagamente explicadas através de uma hipotética propagação, de geração em geração, de práticas e produtos culturais “típicos” numa população supostamente fixada — os míticos “alfacinhas de gema”, descendentes de “mouros”, “navegadores” e “escravos”.

Seria talvez excessivo concentrar esforços na demolição de uma tese tão inconsistente, não fosse o facto de ela ser ainda largamente dominante, tanto no discurso corrente como em muita da olisipografia erudita. Nem seria necessária a descoberta de que, afinal, grande parte dos protagonistas dessas práticas culturais populares urbanas e das dinâmicas identitárias correlativas são migrantes de recente extracção rural para infirmar o referido género de crenças míticas e pseudo-explicações. Não tivessem as pessoas que habitaram em Alfama ao longo deste século essa característica migrante e, ainda assim, elas não seriam mais satisfatórias. Em todo o

---

amostra da população das freguesias de Santo Estêvão e São Miguel. A amostra abrangeu cerca de um terço da população residente, em concreto 2551 pessoas, tendo as moradas sido seleccionadas através de um procedimento de percurso aleatório, com grande dispersão dos pontos de partida, e recolhendo-se, em cada agregado familiar, informação acerca de todos os seus membros.

92 Como diz Fernando Gil, “O espanto pertence à ordem do conhecimento (...). O olhar ingénuo é simplesmente receptivo (...). Ao invés, o espanto resulta de uma expectativa deludida, isto é, pressupõe uma ‘teoria’ prévia, por mais fruste que esta possa ser. O espanto revela anomalias e, portanto, a ineficácia de um saber constituído” (Fernando Gil, *Mimésis e Negação*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984, p. 19). Na sociologia ficou célebre, a este respeito, o “padrão de serendipidade” enunciado por Merton em “Influência da pesquisa empírica sobre a teoria sociológica” (1948), in Robert K. Merton, *Sociologia: Teoria e Estrutura*, op. cit., pp. 172-177, conceito reutilizado já a propósito desta pesquisa em António Firmino da Costa, “Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros”, op. cit.

caso, com tal constatação, ficavam abaladas de modo muito claro, através de uma evidência factual simples.

Num outro plano, o caso de Alfama e das trajectórias de mobilidade espacial de uma parte tão importante da sua população vinha também questionar algumas teses correntes sobre as migrações das regiões rurais para Lisboa, pelo menos na sua validade genérica e exclusiva. Tais teses, em geral reportadas sobretudo aos anos 60 e 70, podem enumerar-se sucintamente da seguinte maneira:

- a) as migrações ter-se-iam dado de maneira característica para “bairros-de-lata”, bem como para “zonas-dormitório” e “urbanizações clandestinas” das periferias da cidade;
- b) a migração rural-urbana seria um processo que romperia com laços sociais tradicionais, remetendo os migrantes à atomização e à impessoalidade da vida urbana e dispersando-os em moldes basicamente aleatórios pela área global de recepção;
- c) na mesma ordem de ideias, as relações quer com a região de origem, quer com os familiares tenderiam a desfazer-se de maneira irreversível;
- d) amobildade profissional verificada nestes processos tenderia a reconverter camponeses independentes e assalariados agrícolas em operários industriais não-qualificados, e em particular, pelo menos num primeiro momento, em trabalhadores da construção civil.

Ora, sem se pôr em causa que estes processos se tenham passado ou ainda se passem, em maior ou menor escala, a verdade é que nenhum deles é dominante no caso da migração rural-urbana que tem desembocado em Alfama. O que leva, no mínimo, a relativizar a generalidade daquelas proposições e, em certos aspectos, a reformulá-las.

Um processo social de grande importância que preside a estes fluxos populacionais encontrados em Alfama, é o da *migração em cadeia*. A concentração das origens geográficas e as especializações geográfico-profissionais já o indiciam claramente. As relações de interconhecimento, nos locais de origem e de destino, são decisivas nestes processos migratórios. São relações de parentesco e conterraneidade, de vizinhança, amizade e clientelismo que suscitam, suportam e organizam, de maneira continuada, percursos sucessivos e encadeados de deslocação migratória, presidindo ao desenrolar de complexas estratégias de mobilidade geográfica e, num plano mais geral, de reprodução e reconversão social. E, isto, desde a elaboração dos projectos migratórios, nos locais de origem, até aos mecanismos de inserção nas relações sociais urbanas e de acesso, nesse contexto de chegada, a um conjunto específico de recursos e oportunidades.

Foi através destas redes de interconhecimento que os migrantes arran-jaram alojamento em Alfama. Isso foi sendo conseguido pela transmissão de

informações quanto a casas disponíveis para alugar e, com frequência, pela instalação provisória em compartimentos ou partes de compartimentos das casas de familiares e conterrâneos, através de formas várias de subaluguer e, mesmo, de “casas de malta”, locais de pernoita barata em camaratas precárias, negócio em geral conduzido de maneira informal. São situações que os protagonistas respectivos definem como provisórias mas que em certos casos se prolongaram por décadas.

Nuns casos, o migrante foi conseguindo, à medida que se foi relacionando com o meio urbano, ter acesso a alojamento próprio, no bairro ou fora dele. Noutros casos, é o primeiro migrante que se muda, nem sempre de maneira formal e declarada, ou porque — no que constitui *um processo de mobilidade espacial e social em duas etapas* aqui observado com frequência — tem agora condições para se instalar numa outra zona da área metropolitana, numa urbanização mais recente e num alojamento mais desafogado, ou porque regressa, em geral reformado, à terra de origem, deixando a casa de Alfama para utilização dos familiares que entretanto lá se tinham instalado.

É também através destas relações que se arranjam empregos, profissões e, em geral, acesso pelas mais variadas vias a recursos económicos. Como se referiu, em muitos casos é possível encontrar a ocupação de determinados nichos profissionais por indivíduos da mesma origem geográfica, numa especialização que se pode estabelecer a nível de concelho ou mesmo de aldeia, não sendo até invulgar encontrar-se uma sobreposição de redes sociais — de parentesco, conterraneidade, vizinhança, amizade e clientelismo — com certas empresas ou organismos em que conseguem emprego.

Também os meandros relativamente complicados do recrutamento e do relativo sucesso na estiva e no conjunto das actividades ligadas ao tráfego portuário funcionam em grande parte através destas redes informais. O mesmo acontece com o comércio, os restaurantes, o artesanato e a produção a domicílio, ou com certas actividades ilícitas. É ainda o que se passa com a fracção significativa dos que se encaixaram em variadas áreas do pequeno funcionalismo estatal e municipal, bem como nos sectores menos qualificados dos serviços.

Se os processos descritos se tornam bem evidentes através dos contactos directos, repetidos e prolongados, proporcionados pela pesquisa de terreno, o quadro 4.13 acrescenta a este respeito uma visão quantificada, obtida através de inquérito por questionário. Torna-se por aí possível, não só confirmar a importância das relações de parentesco e conterraneidade, mas também verificar que, pelo menos na vertente da profissionalização, as migrações em cadeia que se apoiam nessas redes sociais assumem particular relevância entre os migrantes provenientes dos lugares da Cordilheira Central.<sup>93</sup>

As migrações em cadeia não se verificaram certamente só para Alfama. Nem apenas no âmbito das migrações internas. Fenómenos de *bipolaridade* como os aqui verificados, ligando locais específicos de partida e chegada

**Quadro 4.13** População inquirida residente em Alfama por modo de obtenção de emprego, segundo a naturalidade, 1986 (em percentagem)

| Modo de obtenção de emprego | Concelho de Lisboa<br>(50,3) | Cordilheira central<br>(5 concelhos)*<br>(8,8) | Outra<br>(40,9) | Total<br>(100,0) |
|-----------------------------|------------------------------|--|-----------------|------------------|
| Através de parentes         | 23,7                         | 47,2   | 22,6            | 29,2             |
| Através de conterrâneos     | 0,0                          | 12,0   | 2,8             | 3,9              |
| Através de amigos           | 34,7                         | 16,7   | 27,7            | 24,7             |
| Através de vizinhos         | 2,6                          | 1,9  | 0,0             | 3,1              |
| Por resposta a anúncio      | 9,6                          | 1,9  | 10,2            | 11,6             |
| Por procura directa         | 25,5                         | 20,3   | 28,8            | 23,6             |
| De outro modo               | 3,9                          | 0,0  | 7,9             | 3,9              |
| Total                       | 100,0                        | 100,0  | 100,0           | 100,0            |

\* Concelhos de Pampilhosa da Serra, Góis, Lousã, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos.  
Fonte: ISMA, CIES-ISCTE.

através de fluxos migratórios em cadeia, tinham já sido estudados para a emigração portuguesa.<sup>94</sup>

No entanto, são ainda muito poucos os estudos sobre zonas de especialização de origem e destino, grau de concentração geográfica, implicações sobre as trajectórias sociais envolvidas e sobre as várias dimensões das estratégias migrantes e das redes de inserção social dos migrantes internos em Portugal. De entre as excepções importa destacar, muito em especial, as análises sobre processos semelhantes tendo como palco outro bairro popular de Lisboa, o bairro da Bica, incluídas no estudo sobre ele, já por diversas vezes referido, de Graça Índias Cordeiro.<sup>95</sup>

No entanto, migrações em cadeia apresentando afinidades significativas com as aqui estudadas, envolvendo deslocações dos campos para as cidades e especializações profissionais como as referidas, são um processo evidenciado como central em diversas análises sobre processos migratórios contemporâneos, nomeadamente em sociedades da Europa mediterrânica. É um fenómeno estudado, por exemplo, em Espanha, Itália, Jugoslávia e Grécia.<sup>96</sup>

93 Os cinco concelhos referidos no quadro são aqueles de onde, na área da Cordilheira Central, mais pessoas têm migrado para Alfama.

94 Ver em especial os trabalhos de Maria Beatriz Rocha-Trindade, nomeadamente "Sobrevivência e progresso de uma aldeia despovoada", *Geographica*, n.º 35, 1973 e "Comunidades migrantes em situação dipolar", *Análise Social*, n.º 48, 1976.

95 Graça Índias Cordeiro, *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

96 Veja-se, por exemplo, o conjunto de trabalhos de Hans Buechler, "Spanish urbanization from a grass-roots perspective", William A. Douglass, "Migration in Italy", Andrei Simic, "Urbanization and modernization in Yugoslavia: adaptative and maladaptative aspects of traditional culture", e Susan Buck Sutton, "Rural-urban migration in Greece", incluídos na colectânea organizada por Michael Kenny e David Kertzer (orgs.), *Urban Life in Mediterranean Europe. Anthropological Perspectives*, Urbana, University of Illinois Press, 1983. Também Joan J. Pujadas se refere a processos migratórios com semelhanças a estes,

Em Portugal muitas vezes a história escreve-se no espaço, os tempos constroem-se em larga medida por recurso a deslocações. A dimensão migratória de muitos dos mais decisivos processos sociais que atravessaram e atravessam a sociedade portuguesa tem assumido variadas expressões. Emigração, retorno e imigração, migrações pendulares e migrações internas com fixação permanente no destino, litoralização e urbanização da população de Portugal Continental, são, para não ir mais atrás, alguns dos múltiplos movimentos e das tendências principais da segunda metade deste século.<sup>97</sup>

O fluxo migratório que desagua em Alfama, proveniente de várias regiões do país, representa uma modalidade específica, com características singulares, desses processos, destacando-se em particular, pelo menos nos últimos 50 anos, o processo de migração em cadeia com origem na Cordilheira Central. A concentração no bairro de migrantes dessa proveniência, a intensidade das ligações bipolares que eles estabelecem entre espaços urbanos e espaços rurais bem delimitados, as características muito especiais das estratégias e dos percursos migratórios que protagonizam e, ainda, o facto de ser em Alfama que sediaram a Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, são razões que justificam um exame um pouco mais pormenorizado.

Pode reconstruir-se o processo, do lado dos locais de partida, tomando como exemplo privilegiado precisamente o de Pampilhosa da Serra. Para o fazer, complementou-se a pesquisa de terreno em Alfama com vários períodos de estadia, observação directa e realização de entrevistas em muitos dos lugares desse concelho — bem como, aliás, noutros da Cordilheira Central atrás referenciados.

Da vila e das aldeias de Pampilhosa da Serra foram partindo para Lisboa, fixando em grande parte residência no bairro de Alfama, gerações sucessivas de familiares e conterrâneos. Nas primeiras décadas deste século partiam sobretudo os homens. As mulheres, regra geral, ficavam na aldeia, com

---

vindos de outras regiões de Espanha para a Catalunha, em “Identidad étnica y asociacionismo en los barrios periféricos de Tarragona”, in AA.VV., *Identidades Colectivas: Etnicidad y Sociabilidad en la Península Ibérica*, Valencia, Generalitat Valenciana, 1990. Numa perspectiva mais geral, das relações entre as cidades e os campos nas sociedades mediterrânicas, são sempre de relembrar os contributos de clássicos como Orlando Ribeiro, por exemplo em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, op. cit., pp. 35-36, 96-97 e 154-156 ou em *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1968, pp. 173-197 ou como Julio Caro Baroja, em *La Ciudad y el Campo*, Madrid e Barcelona, Ediciones Alfaguara, 1966; ou ainda, entre as obras de síntese, os de John Davis, *People of Mediterranean: An Essay in Comparative Social Anthropology*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1977, por exemplo as observações da p. 32 sobre os laços entre cidades e campos estabelecidos através dos fluxos migratórios.

97 São processos conhecidos, objecto de variadíssimos estudos, uns mais bem documentados do que outros. Para uma síntese, veja-se João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, op. cit., pp. 309-313.

os filhos, a cuidar do pedaço de terra. Os homens, na maior parte sem escolaridade, desenvolviam na cidade actividades profissionais pouco qualificadas. Trabalhavam na carga e na descarga de carvão, na estiva, como “moços de fretes” (transporte braçal, às costas, de mobílias e outras cargas). Uma ou outra vez por ano deslocavam-se à terra, o que representava tempo e esforço consideráveis. O concelho não era ainda atravessado por estradas, tendo por isso de percorrer a pé grandes distâncias.

A partir dos anos 30, com a construção das primeiras escolas, alguma desta população vai já para a cidade com a instrução primária. Com frequência pelas vias das relações de patrocínio uma parte destes migrantes teve acesso a lugares subalternos do funcionalismo público e dos corpos de polícia. Outros lançaram-se em pequenas actividades comerciais e artesanais por conta própria: ferro-velho, sacarias, tabernas, alfaiatarias, entre outras. Mantinham quase sempre laços com os lugares de origem.

Tendo entretanto conquistado alguns nichos de actividades profissionais, iam para elas chamando familiares e conterrâneos. Caso destacado é o da estiva, no qual os naturais de Pampilhosa da Serra, e em particular de determinadas aldeias, ganharam posição hegemónica, partilhada com certos lugares de outros concelhos da Cordilheira Central, como o da Lousã. De modo mais geral, através destes processos de migração em cadeia, cada pequeno lugar tendeu a especializar-se em determinados tipos de actividade — nem sempre, aliás, correspondentes a migrações para Lisboa e, por vezes, um tanto insólitas, como o de uma aldeia que se especializou no comércio ambulante de gravuras religiosas ou aquela em que os seus habitantes alternam uma época de trabalho rural na aldeia como uma outra de itinerância pelo país levando consigo equipamentos de diversões que vão instalando em feiras e arraiais.

Entretanto, no caso das migrações para Lisboa, as actividades desenvolvidas, possibilitando a sobrevivência, impunham em muitos casos uma vida penosa. Mulheres e filhos permaneciam ainda, em grande parte, na aldeia e, em conjunto com outros familiares, aí cultivavam os seus pedaços de terra. As estratégias de reprodução das famílias induziram esta inserção bipolar e esta pluriactividade familiar urbano-rural. A actividade agrícola não se afigurava nem suficiente nem dispensável. O que implicava não só a migração mas também a permanência de uma parte da família na terra.

No entanto, as aldeias não tinham ligação por estrada. A própria sede do concelho só é ligada por estrada a Coimbra e a Castelo Branco — as duas cidades mais próximas, a partir das quais se podia apanhar o comboio para Lisboa — em 1932 e em 1949, respectivamente. Quem trabalhava na estiva, em geral no regime precário de contratação ao dia, aproveitava tempos de inactividade ou arranjava períodos de ausência para ir à terra realizar certas tarefas agrícolas. Iam também, sempre que podiam, por alturas do Natal, da Páscoa, da festa da aldeia, ou nas férias de Verão, quando passaram a usufruir delas.

Gradualmente, a migração começa a incluir, cada vez mais, as mulheres e os filhos. O que não quer dizer que se tenham quebrado os laços com as aldeias. Mantém-se a casa, vai-se tratar de determinadas actividades agrícolas e recolher os seus produtos nas épocas respectivas. Avolumam-se, com o passar dos anos, os grupos oriundos da vila e dos diversos lugares. O contacto com a cidade suscita novas referências e desencadeia aspirações a bens colectivos e domésticos como as estradas, a electricidade, a água canalizada, o telefone. É neste contexto que os naturais de cada localidade formam as respectivas “ligas de amigos” ou “ligas de melhoramentos”.

As *ligas de melhoramentos* são associações voluntárias, com estatutos que regulamentam a pertença — em princípio de naturais ou de familiares de naturais da aldeia — e o funcionamento, com pagamento de quotas, definição de objectivos e promoção de actividades. As ligas começaram a surgir nos anos 30, multiplicaram-se nos anos 40 e 50, tendo continuado a surgir nas décadas seguintes, às vezes por reactivação de anteriores, outras por cisões a partir de uma que englobava anteriormente lugares vizinhos, outras ainda porque pura e simplesmente não havia até então uma associação desse tipo no lugar. Preocuparam-se, à partida, em particular com a melhoria dos acessos às suas aldeias, bem como com a instalação nelas de outros equipamentos colectivos.<sup>98</sup>

Em ligação mais directa com a vila, fundou-se em 1927 uma associação com âmbito de referência concelhio, o Grémio Regionalista Pampilhosense. Após uma fase de declínio, transformou-se, em 1941, na Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra — significativamente, como se assinalou, com sede no bairro de Alfama —, na qual se tem vindo a filiar grande parte das ligas locais. Já dos anos 70 para cá dá-se a filiação de dezenas de ligas, umas com existência prévia, outras por altura da respectiva fundação, o que é sintomático da continuidade dos processos que se têm estado a analisar, com as diversas fases por que têm passado, acompanhando a transformação dos fluxos migratórios, das gerações e do contexto social envolvente.

No salão principal das instalações de Alfama da Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra podem ver-se, dispostas ao longo da parede, fotografias das várias aldeias do concelho. Aí realizam-se festas, almoços, bailes, leilões, organizados por cada uma das ligas, com finalidades de convívio, de comunicação interpessoal, de reactivação de redes, de delineamento de projectos e

---

98 Sobre estas ligas de melhoramentos encontra-se análise mais desenvolvida, no quadro de uma pesquisa sobre a problemática do papel dos *media* no desenvolvimento dos meios rurais, em Joaquim Pais de Brito, António Firmino da Costa e José M. Paquete de Oliveira, “Au Portugal: villages et agents médiateurs de communication”, in Michel Bassand e Jean-Marie Moeckli (org.), *Villages: Quels Espoirs?*, Berne, Peter Lang, 1989. Ver também Maria Beatriz Rocha-Trindade, “Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência”, *Análise Social*, n.º 91, 1986 e “As micropátrias do interior português”, *Análise Social*, n.º 98, 1987.

angariação de fundos para “melhoramentos” nas aldeias respectivas. A Casa do Concelho é, além disso, uma instituição que funciona como grupo de pressão e interlocutor fundamental da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, em variados domínios e iniciativas.

Como se referiu, as ligas de melhoramentos constituem-se em Lisboa com o objectivo explícito de dotar as aldeias de infraestruturas. Numa primeira fase, a partir dos anos 40, a principal preocupação foi a de construir estradas de acesso às aldeias. Moviam-se influências, promovia-se a recolha de fundos entre associados. Nesta fase algumas das estradas, de terra e pedra, foram feitas à picareta pela população da aldeia, constituída em equipas. Em quase todos os casos aquela participava na obra, dando dias de trabalho ou quantias em dinheiro. Também em muitos lugares se fizeram fontanários e lavadouros, se construíram escolas e se instalaram os primeiros telefones, nos anos 50 e 60, com a participação e a influência das ligas.

Da instalação destas redes de estradas resultou uma possibilidade de intensificação tanto do fluxo migratório para Lisboa como da frequência das deslocações da cidade às aldeias. Se se acentua a tendência para a diminuição da população residente nos espaços rurais, assiste-se também a uma intensificação destas ligações bipolares. Para se ver como algumas das dinâmicas em causa têm desenvolvimentos recentes basta apontar dois exemplos.

Um tem a ver com a electrificação. Só nos anos 60, mas sobretudo na década de 70 e, em parte, já na de 80, é que a energia eléctrica chega às aldeias. A iluminação pública e das casas pôde então ser secundada rapidamente pelos electrodomésticos de utilização corrente. Em muitas casas já existia o frigorífico, o ferro de engomar, o televisor, incorporados como elementos normais do quotidiano na vida urbana, a aguardar a chegada da rede eléctrica.

Outro exemplo diz respeito ainda às estradas e aos transportes rodoviários. Após o 25 de Abril de 1974 segue-se uma nova fase de melhoramento das estradas de acesso às aldeias. Muitas são alargadas, procede-se ao alcatroamento de praticamente todas elas. Intervém aqui, por um lado, como se referiu atrás, o novo estatuto e as novas possibilidades financeiras das autarquias locais. Intervém também, por outro lado, a melhoria do nível de vida destas populações, associada à maior institucionalização das condições de trabalho, ao aumento de salários, à generalização das reformas. Acentuou-se assim o fluxo migratório e, ao mesmo tempo, intensificou-se a frequência de idas à terra, por autocarro, ligação comboio-autocarro, ou mesmo por automóvel próprio, o qual começa então a difundir-se. Note-se que a primeira “carreira expresso” de Lisboa para a Pampilhosa da Serra só começa em 1983 e só em 1986 se iniciam as paragens nalgumas das aldeias.

Uma das consequências de todos estes processos é a reconstrução das casas ou a construção de casas novas por parte das famílias migrantes. Muitas das aldeias têm actualmente uma fracção importante das casas reconstruídas ou mesmo uma boa quantidade de novas edificações. Nos casos

em que este tipo de migração interna predomina, os estilos arquitectónicos tendem a ser mais sóbrios do que os praticados pelos emigrantes, os quais existem também em grande número na região, às vezes nas mesmas aldeias dos migrantes internos, outras vezes notando-se claro predomínio de uma dessas estratégias migratórias por parte dos naturais de certos lugares.<sup>99</sup>

Esta renovação das casas de habitação e de alguns edifícios colectivos — igrejas, casas de convívio — adquire particular intensidade e generalização a partir dos anos 70, havendo aldeias inteiras completamente refeitas. Os efeitos, quer do sucesso económico diferencial, quer do desigual capital cultural adquirido, manifestam-se na variedade de dimensões, materiais e estilos das casas construídas ou renovadas. Importa ainda referir a importância que, já a partir da década de 80, passou a assumir a construção, na zona do país que se tem estado a analisar, de lares de idosos, onde se instalam, depois da idade da reforma, muitos antigos migrantes em Lisboa.

Vale a pena salientar alguns aspectos de índole mais geral relativos às *ligas de melhoramentos*. Hoje em dia, praticamente todas as aldeias possuem este tipo de associações que, como se referiu, intensificaram a sua filiação na Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra nas últimas décadas. Forma de organização social antes desconhecida nas aldeias, vêm substituir regras e mecanismos tradicionais que asseguravam a regulação colectiva da vida aldeã e que se tinham em grande parte, se bem que não completamente, desagregado com o fluxo migratório. Nas novas circunstâncias, a reunião de recursos, a junção de esforços e a realização conjunta de actividades colectivas conduziu à adopção destas novas formas de organização, com o carácter de relação associativa, contrato mútuo explicitamente regulamentado, filiação voluntária e âmbito específico dos objectivos manifestos.

No entanto, na medida em que as ligas são constituídas por conterrâneos e familiares, unidos por densas redes de relações sociais interpessoais, aquela substituição dos mecanismos de relacionamento tradicional aldeão pelas associações não tem nada de simples corte radical. Antes consiste em sobreposições parciais e formas mistas, utilizando, reproduzindo e prolongando algumas das lógicas relacionais anteriores. É mais uma ilustração de que, como se discutiu com algum desenvolvimento em capítulo anterior, as relações sociais de tipo “comunitário” e “associativo”, mais do que tenderem a excluir-se mutuamente, constituem dimensões, com frequência entrelaçadas, de grande parte das formas de relacionamento social actuais.

No decurso da sua existência e actuação, estas associações têm acompanhado os processos de recomposição social da vila e das aldeias, bem como

---

99 Sobre processos que têm como local de partida a serra da Lousã e destino emigratório dominante, com abandono populacional total dos lugares de origem, pode consultar-se Paulo Monteiro, *Terra Que Já Foi Terra: Análise Sociológica de Nove Lugares Agro-Pastoris da Serra da Lousã*, Lisboa, Edições Salamandra, 1985.

dos grupos sociais envolvidos no movimento migratório bipolar. Resultando, como se viu, da desarticulação da anterior estrutura social rural e das estratégias de reprodução e reconversão social seguidas pelas populações de origem aldeã, têm vindo a desempenhar papel decisivo — nomeadamente através de intervenção directa e da influência movida para a instalação de redes de transportes, comunicações e outras infraestruturas — no desenvolvimento desse feixe de estratégias e na modificação das estruturas sociais dos contextos e grupos envolvidos.

Emergindo como “grupos de interesse” associativos, as ligas enquanto tais e, em particular, os seus dirigentes, passaram a constituir sedes de poder e influência fundamentais nestes conjuntos populacionais, nas aldeias e no concelho. Um exemplo disto é a importância que as ligas têm na gestão autárquica. E, embora permaneçam ainda preocupadas com assuntos como, por exemplo, os arruamentos internos das aldeias, a verdade é que, instaladas a água e a luz, disseminados os telefones, alcatroadas as estradas, e tendo-se tornado expectativa normal que os organismos camarários e estatais se encarreguem das infraestruturas, algumas ligas parecem cada vez mais empenhadas na afirmação simbólica da aldeia, nomeadamente através das festas, bem como na construção e animação de casas de convívio e mesmo, em certos casos, para já com contornos vagos e resultados imprecisos, na implementação de actuações que têm por referência os temas do desenvolvimento económico e cultural do concelho.

Vistos do lado de Alfama, estes processos migratórios revelam facetas complementares. Perante a estruturação social particular do bairro, as redes de relações sociais, as formas de dominação, o conjunto integrado e específico de práticas culturais que ali se articulam e a forte presença de uma identidade cultural alfamista, os migrantes rurais têm sido protagonistas de dois tipos de estratégias. Ou a de uma integração rápida nas formas de sociabilidade e nos códigos de comunicação próprios do bairro, apresentando a curto trecho, na interacção quotidiana local, as maneiras de ser e de agir tidas por caracteristicamente “populares lisboetas”. Ou uma estratégia de maior isolamento, de trabalho árduo, de importante esforço de poupança e de uma permanente referência cultural explícita à região de origem.

Estes últimos vivem polarizados pelas associações regionais, como as referidas ligas de melhoramentos e a Casa do Concelho de Pampilhosa da Serra, a qual, instalada num grande edifício de Alfama, na Rua das Escolas Gerais, surge, por assim dizer, como a materialização institucional da presença local dos migrantes daquela zona da Beira, enquanto relativamente afastados das práticas culturais específicas da vida colectiva do bairro. Espaço de constituição e exercício de redes de influência projectadas sobre a região de origem, é ponto de encontro daqueles que, nas suas referências culturais e nos seus interesses, mantêm ligações fortes à terra. São eles os principais promotores e financiadores das ligas de melhoramentos das suas terras natais e

os mordomos das respectivas festas anuais que, para poderem contar com a presença de emigrantes e migrantes internos, ajustaram as datas, realizando-se agora sistematicamente em Agosto ou Setembro.

Os dois tipos referidos de estratégias raramente existem no estado puro. É verdade que, a um certo nível da configuração cultural do bairro, nível esse dificilmente perceptível do exterior, as pessoas podem ser, na interacção local, alvo de uma categorização em que se contrapõem dois estereótipos: os “da província” e os “do bairro”. Mas esta dicotomia não recobre de maneira linear as reais origens geográficas. Antes rotula, precisamente, os grandes tipos de formas de inserção nas relações sociais locais e nas práticas do quotidiano alfamista, em particular no que respeita às práticas culturais e às dimensões culturais das práticas sociais, incluindo os estilos relacionais. É notório, por exemplo, que muitos dos migrantes se encaixam com rapidez na imagem dos “competentemente urbanos” e “verdadeiros alfamistas”. Além disso, as situações empíricas encontradas correspondem em geral a formas mistas, combinações de estratégias e de práticas, com eventuais dominâncias de um ou outro dos tipos-ideais acima esboçados. Por último, nas trajetórias plurigeracionais podem suceder-se e mesmo alternar-se os tipos de inserção e o sentido dominante das orientações estratégicas.

Os exemplos são os mais variados. É fácil encontrar casos de três ou quatro gerações em que um elemento da primeira veio trabalhar para Lisboa como guarda, estivador, empregado do comércio, taberneiro, pequeno comerciante. Com mais ou menos sucesso económico e cultural, e com maior ou menor mobilidade profissional, casou-se, muitas vezes com uma mulher da terra que, ora lá ficou, ou acabou por vir também para Alfama. Quer através da mulher que tenha permanecido na terra, quer de irmãos ou outros parentes, manteve ligações com o local de origem e uma complementaridade dos recursos conseguidos em meio urbano com os obtidos em meio rural. Eventualmente terá comprado mais terras. Mas é quase certo que começou a remodelar a casa ou a construir uma nova. Finalmente, tendo-se o homem reformado, ou o casal, voltaram à terra, em permanência ou por períodos prolongados.

É possível identificar casos de estivadores, funcionários, pequenos comerciantes que, às vezes após quarenta anos ou mais de residência e actividade profissional em Lisboa, se retiram para a casa da aldeia, cultivam um pequeno bocado de terra, recebem as suas pensões de reforma, deslocam-se à cidade em visita eventual ou periódica aos filhos e netos, recebem-nos nas deslocações à terra.

As mulheres migrantes vieram na senda de pais ou irmãos, de outros familiares e conterrâneos, ou casadas com um homem da terra. Vieram trabalhar como empregadas domésticas, em serviços de limpeza, na costura, empregar-se numa repartição ou numa loja, desenvolver actividade permanente ou eventual numa pequena unidade comercial familiar. Ou então ficaram em exclusivo em casa, a cuidar do homem, dos filhos e de outros parentes.

Os filhos cresceram em Alfama ou então, no caso de o casal estar dividido entre o campo e a cidade, só a partir de certa altura se transferiram para esta última. Têm, em geral, maior escolaridade. Empregaram-se no bairro ou noutra área de Lisboa. Alguns prolongaram profissões dos pais, nomeadamente na estiva ou no pequeno comércio, mas muitos tenderam a ocupar lugares nos despachantes, nos transitários, na alfândega, no funcionalismo, no comércio e nos serviços, em situações mais qualificadas.

Vão à terra — onde eles próprios ou os pais nasceram — com bastante frequência: duas ou três vezes por ano é relativamente vulgar. São membros das ligas de melhoramentos e das comissões de festas das aldeias. Participam na remodelação da casa dos pais ou constroem uma casa nova. E intervêm interessadamente nas estratégias de conservação e valorização patrimonial das terras, nas decisões quanto a compra, venda, cedência provisória a parentes, substituição da utilização agrícola dessas terras por plantação silvícola, gestão dos pinhais, e por aí fora.

A terceira ou quarta gerações, já nascidas em Lisboa, participam deste vaivém entre Alfama e os lugares da Beira. Passam lá as férias de Verão e outros períodos, e é nelas bem claro o desenvolvimento de uma dupla identidade referida ao urbano e ao rural, onde jogam componentes quer de identificação afectiva e cultural, muitas vezes já reinterpretada em termos de um discurso conceptualizado, por exemplo ecologista ou regionalista, quer de estratégias de interesses.

Num balanço do que ficou dito, parece poder defender-se a hipótese de que estes fluxos migratórios que passam por Alfama, provenientes na sua maioria de zonas delimitadas da Cordilheira Central, representam um conjunto específico de estratégias de reprodução e mobilidade de grupos sociais de origem rural. Este movimento migratório possibilitou-lhes uma reconversão profissional e cultural relativamente rápida, bem como uma certa acumulação de rendimentos em meio urbano susceptíveis, nalguns casos e em graus diversos, de serem reinvestidos material e simbolicamente na região de origem, com o que isso implicou também de processos de reprodução e transformação das relações sociais nos espaços rurais. Ao mesmo tempo, e em sentido inverso, esta “proximidade efectiva”, em termos sociais, entre cidade e campo, permite que este último funcione — em domínios como os da economia informal, das redes de poder ou da gestão familiar e individual dos ciclos de vida — como um componente importante das práticas, estratégias e trajectórias sociais dos habitantes de Alfama.

Ou seja, no contexto das estruturas e dos processos sociais que atravessam a sociedade portuguesa, um conjunto de grupos sociais tem vindo a desenvolver em grande parte as suas estratégias de vida jogando *um xadrez em dois tabuleiros*, Alfama e a aldeia. Particularmente assinalável parece ser a modalidade específica de flexibilidade social assim adquirida por estes grupos, podendo a ligação bipolar ser mobilizada de maneiras

diversificadas, reorientando-se conforme o tipo de trajectória, as fases do ciclo de vida e as pressões ou oportunidades das sucessivas conjunturas.

### Trajectórias sociais num entreposto de mobilidade social

Poder-se-ia pensar que a migração para Alfama tivesse sido, no essencial, um processo circunscrito no tempo, balizado em termos genéricos pelas décadas de 60 e 70, período do grande êxodo do interior rural português para as cidades e para a emigração. Mas não é o que se passa. Os processos de migração em cadeia, atrás analisados, com as suas gerações sucessivas a desdobram-se por arcos temporais muito mais alongados, anteriores e posteriores àquelas duas décadas, ou as próprias datas de constituição das ligas de melhoramentos, apontam para uma cronologia mais ampla.

Além disso, mesmo os naturais de Lisboa actualmente residentes no bairro não são todos, nem de perto nem de longe, oriundos de famílias já antes nele instaladas. Quer isto dizer que, no conjunto, a afluência de novos residentes a Alfama tem sido muito significativa ao longo do tempo. Ou, para restringir a afirmação a um período documentável por recolha directa de informação junto dos actuais moradores, essa contínua chegada ao bairro de novos habitantes ocorre pelo menos desde o início do século até ao presente.

Ora, como o bairro é um espaço residencial limitado e pouco modificado na sua estrutura urbanística, com um número de fogos aproximadamente constante, isso significa que, constituindo-se como lugar de absorção destes sucessivos recém-chegados, muitos deles migrantes, o bairro é também, paralela e simultaneamente, palco de continuados fluxos de saída. O crescimento que se verificou na população residente até aos anos 60 não tem dimensão comparável à dos intensos processos de recepção de migrantes; e, depois dessa data, tendo continuado os movimentos migratórios para o bairro, o número de pessoas que ali mora tem vindo a diminuir.<sup>100</sup>

O destino preferencial destas saídas têm sido as áreas residenciais das periferias de Lisboa e respectiva área metropolitana. É um movimento que, no caso dos que provêm das regiões rurais, se por vezes acontece ainda na geração migrante, é mais frequente na geração seguinte.

A *persistente identidade cultural* de Alfama coexiste, portanto, com uma *rotação demográfica* relativamente intensa dos seus habitantes. O que não deixa de colocar algumas interrogações sobre os processos como tal acontece.

Ao longo do presente trabalho procura-se carrear elementos observacionais e analíticos de resposta a tais interrogações. Alguns foram sendo avançados atrás, logo desde a evidenciação dos processos exógenos de construção

---

100 Ver quadro 2.1, no capítulo 2.

**Quadro 4.14** População residente em Alfama por época de fixação no bairro dos representantes das famílias, segundo a naturalidade, 1990 (em percentagem)

| Época de fixação no bairro | Distrito de Lisboa<br>(N=1443)<br>(48,8%) | Distrito de Coimbra<br>(N=335)<br>(11,3%) | Outras nacionalidades<br>(N=1177)<br>(39,8%) | Total<br>(N=2955)<br>(100,0%) |
|----------------------------|---|---|--|-------------------------------|
| 1980-89                    | 8,4                                       | 8,1                                       | 15,4   | 11,1                          |
| 1970-79                    | 7,2                                       | 18,2                                      | 14,9   | 11,5                          |
| 1960-69                    | 7,3                                       | 24,2                                      | 14,4   | 12,0                          |
| 1950-59                    | 13,0                                      | 19,9                                      | 13,8   | 14,1                          |
| 1940-49                    | 12,4                                      | 15,2                                      | 17,2   | 14,6                          |
| 1930-39                    | 18,4                                      | 9,1                                       | 13,1   | 15,2                          |
| 1920-29                    | 17,2                                      | 2,0                                       | 6,3  | 11,2                          |
| 1910-19                    | 11,1                                      | 1,0                                       | 2,1  | 6,4                           |
| Até 1909                   | 5,0                                       | 2,3                                       | 2,8  | 3,9                           |
| Total                      | 100,0                                     | 100,0                                     | 100,0  | 100,0                         |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

da identidade cultural de Alfama, os quais não têm relação directa e imediata, pelo menos nas suas dimensões histórico-patrimoniais, com os movimentos por que tem passado a população local. Mas mesmo esses processos, como se viu, não são em absoluto independentes da respectiva articulação com as práticas culturais das gentes do bairro e com as imagens identitárias que elas projectam ou que nelas se apoiam.

Outros elementos susceptíveis de contribuir para a análise da questão encontram-se nos desenvolvimentos que se expuseram depois, a respeito da sobreposição local de dimensões constitutivas da identidade cultural alfamita e, em particular, da produção no bairro de formas emblemáticas de cultura popular urbana. No capítulo seguinte retoma-se de maneira explícita o problema, procurando-se inventariar evidência empírica e desenvolver hipóteses interpretativas complementares a tal propósito.

Mas, para já, o que importa é proceder a um exame adicional de tais *movimentos populacionais* e das *trajectórias de mobilidade* que os constituem.

A migração para Alfama é um processo com continuidade. O quadro 4.14 confirma que a fixação de migrantes no bairro não aconteceu só nas décadas de 60 e 70. É um destino de migração muito anterior e, mesmo ficando pelo inquérito às pessoas residentes, encontram-se muitas que para lá se deslocaram bastante antes.

As percentagens indicadas tornam-se ainda mais significativas se se atender a que traçam, inevitavelmente, um quadro subavaliado da migração mais antiga. Isto devido às taxas de mortalidade mais elevadas que, como é normal, incidem sobre as gerações mais velhas. Mas devido também ao facto de, como se referiu, uma parte desses migrantes, após um período de permanência no bairro, ter dado continuidade aos seus trajectos migratórios mudando de residência para outros locais, nomeadamente para a periferia lisboeta, ou ter regressado à terra de origem em geral depois da reforma.

Por outro lado, a fixação de novos residentes no bairro tem continuado até ao presente. Mesmo não tomando em conta os anos 90, em que o processo de reabilitação urbana alterou um tanto a dinâmica populacional, assunto que será objecto de análise na terceira parte deste trabalho, o Inquérito Sociológico à Mobilidade em Alfama, atrás referenciado, revela que, dos anos 40 em diante, e em cada uma das décadas, cerca de três quartos das pessoas que vão fixando residência no bairro só o fazem com idades superiores a dez anos, registando-se de maneira consistente ao longo do tempo que a maioria dos recém-chegados, quando ali se instala, está na faixa etária entre os vinte e os quarenta anos.

Tal prolongamento recente dos fluxos de chegada inclui naturais de Lisboa mas também migrantes — embora com significativa quebra de intensidade, a partir dos anos 80, por parte da fileira proveniente da Cordilheira Central, referenciada no quadro 4.14, de maneira aproximativa, pela autonomização dos dados relativos ao distrito de Coimbra. É uma fileira, aliás, que revela uma particular concentração de residentes fixados no bairro entre as décadas de 40 e 70, o que tem a ver com a articulação, estabelecida através das estratégias migratórias, entre as dinâmicas sociais dos locais de saída e dos locais de destino, nestes últimos relacionadas, em especial, com a expansão da mão-de-obra ligada às actividades portuárias.

Esta migração dos campos para a cidade é paralela a uma outra mobilidade, no plano profissional e, mais globalmente, no das classes sociais. Em termos ideal-típicos, tal mobilidade pode caracterizar-se, basicamente, pela passagem da situação de trabalhador agrícola (camponês, semiproletário rural, assalariado agrícola) e, em menor escala, de artesão ou operário da construção civil, à de trabalhador portuário (estivador, trabalhador de tráfego, conferente), à de funcionário público ou empregado de escritórios, comércio e serviços, em geral nos escalões mais baixos, à de pequeno comerciante estabelecido num conjunto de ramos (restaurantes e tascas, sacaria e ferro-velho, entre outros) e, ainda, à de operário industrial. Nas mulheres verifica-se que o maior número passa da situação de doméstica colaboradora nos trabalhos agrícolas da unidade de produção familiar a prestadora assalariada de serviços domésticos e de limpezas, trabalhando outras nas pequenas unidades comerciais pertencentes ao grupo doméstico.

Em todo o caso, a análise quantificada da composição social do bairro não revela diferenças de grande monta entre os naturais da cidade e os migrantes, como se pode verificar pela análise do quadro 4.15. Pode assinalar-se que as mulheres migrantes tendem a ter maior presença relativa entre as trabalhadoras independentes (sobretudo no pequeno comércio) e as empregadas executantes (com grande número de empregadas de serviços pessoais e domésticos), enquanto que no operariado oficial e industrial o seu peso é menor. Nos homens, a única disparidade digna de registo, a este nível de agregação analítica da informação, é nos trabalhadores independentes, em

**Quadro 4.15** População residente em Alfama por classe social (Ispi), segundo a naturalidade e o sexo, 1990 (em percentagem)

| Classe (Ispi)                                    | Concelho de Lisboa |                      |                   | Outros concelhos  |                      |                   |
|--|--------------------|----------------------|-------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
|  | Homens<br>(N=1501) | Mulheres<br>(N=1378) | Total<br>(N=2879) | Homens<br>(N=879) | Mulheres<br>(N=1006) | Total<br>(N=1885) |
| Empresários, dirigentes e profissionais liberais | 1,4                | 1,4                  | 1,4               | 1,6               | 0,9                  | 1,2               |
| Profissionais técnicos e de enquadramento        | 7,8                | 5,7                  | 6,8               | 7,7               | 3,1                  | 5,4               |
| Trabalhadores independentes                      | 7,5                | 13,1                 | 10,2              | 11,7              | 19,3                 | 15,5              |
| Empregados executantes                           | 34,4               | 53,2                 | 43,6              | 32,0              | 58,5                 | 45,4              |
| Operários  | 48,9               | 26,6                 | 38,0              | 47,0              | 18,2                 | 32,5              |
| Total  | 100,0              | 100,0                | 100,0             | 100,0             | 100,0                | 100,0             |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

**Quadro 4.16** Mobilidade social intergeracional da população inquirida residente em Alfama, 1986 (em percentagem)

| Classe social (Ispi) | Classe social de origem (Ispfi) |      |         |         |      |      |      |      |       |
|----------------------|---------------------------------|------|---------|---------|------|------|------|------|-------|
|                      | EDL                             | PTE  | TI+TIpl | AI+AIpl | EE   | O    | AA   | AEpl | Total |
| EDL (0,9)            | 43,2                            | 31,8 | 13,6    | 11,4    | 0,0  | 0,0  | 0,0  | 0,0  | 100,0 |
| PTE (5,8)            | 5,2                             | 30,2 | 18,4    | 10,4    | 2,8  | 22,6 | 0,0  | 10,4 | 100,0 |
| TI (13,8)            | 0,0                             | 2,8  | 32,5    | 9,1     | 8,5  | 33,8 | 7,7  | 5,6  | 100,0 |
| EE (43,4)            | 0,0                             | 2,9  | 14,6    | 13,8    | 10,8 | 37,6 | 11,6 | 8,7  | 100,0 |
| O (36,1)             | 0,0                             | 2,8  | 15,0    | 9,2     | 9,4  | 44,5 | 9,7  | 9,4  | 100,0 |
| Total (100,0)        | 0,2                             | 3,6  | 16,6    | 11,5    | 9,8  | 39,4 | 10,2 | 8,7  | 100,0 |

EDL Empresários, dirigentes e profissionais liberais.  
 PTE Profissionais técnicos e de enquadramento.  
 TI Trabalhadores independentes.  
 TIpl Trabalhadores independentes pluriactivos.  
 AI Agricultores independentes.  
 AIpl Agricultores independentes pluriactivos.  
 EE Empregados executantes.  
 O Operários.  
 AA Assalariados agrícolas.  
 AEpl Assalariados executantes pluriactivos.

Fonte: ISMA, CIES-ISCTE.

que também os migrantes surgem com percentagens um tanto mais elevadas. Mas as diferenças não são de molde a infirmar, no conjunto, um perfil social de classe bastante semelhante entre os dois segmentos considerados.

Tal verificação constitui indício adicional de que, à não visibilidade externa e, em certa medida, ao reduzido significado interno da distinção entre lisboetas e migrantes nas imagens identitárias correntes relativas ao bairro, corresponde, no plano das condições estruturais de existência, um tecido social que tendencialmente não regista clivagens de classe associadas à origem geográfica.

Assim, apesar da sua forte marca identitária urbana, enquanto “bairro popular lisboeta”, supostamente depositário por excelência, segundo as representações correntes, das virtudes e dos defeitos, ou, em todo o caso, das maneiras de ser e dos estilos de agir tidos por “tipicamente alfacinhas”, Alfama constitui um meio social que tem vindo a propiciar a integração destes

migrantes. O que não quer dizer que, como se viu, muitos deles não tenham continuado a desenvolver estratégias bipolares e duplas referências identitárias envolvendo o bairro e a aldeia.

A análise pode prolongar-se à mobilidade intergeracional (quadro 4.16). Torna-se nítido que, pese embora o perfil social popular nela prevalecente, a actual população de Alfama não resulta de um simples processo de reprodução social estacionária. Muitos dos habitantes do bairro são protagonistas de trajetórias que implicam algum tipo de mobilidade social intergeracional.

Comparando os actuais residentes com a geração dos pais, verifica-se, antes de mais, o desaparecimento dos lugares sociais dos agricultores independentes e dos assalariados agrícolas — os quais, em conjunto ainda com parte dos assalariados executantes pluriactivos em meio rural, atingiam cerca de um quarto das famílias de origem. Trata-se de mais uma manifestação do envolvimento em fluxos migratórios de um segmento importante da população do bairro. A migração dos espaços rurais para a cidade representa aqui, como nas dinâmicas de conjunto da sociedade portuguesa no decurso das últimas décadas, não só um movimento geográfico mas também, para muitos, um processo de mudança intergeracional significativa quanto à inserção socioprofissional e aos lugares ocupados na estrutura das relações de classe.

Além disso, se o operariado não alterou muito a sua presença proporcional, o peso relativo de empregados executantes é agora muito maior do que na geração dos pais — mais de quatro vezes superior. E os profissionais técnicos e de enquadramento, continuando a ser poucos, aumentaram quase para o dobro em termos percentuais.

Estas mudanças de perfil estrutural correspondem a um feixe de trajetórias sociais intergeracionais no qual é possível identificar um padrão de tendências principais.

Os empresários, dirigentes e profissionais liberais, em número restrito no bairro, descendem em grande parte de famílias com situação social idêntica. Mas, por outro lado, mais de metade provém de outras origens sociais — em todo o caso, apenas de famílias com níveis de recursos culturais e económicos algo acima dos que, em geral, caracterizam os assalariados de base. Para este segundo conjunto pode falar-se de mobilidade social ascendente, embora de pequena ou média amplitude quanto à distância percorrida no espaço social das classes e abrangendo um fracção reduzida dos habitantes do bairro.

O perfil de recrutamento social dos profissionais técnicos e de enquadramento revela-se bastante mais diversificado, ocorrendo a partir de quase todos os lugares sociais, com alguma preponderância para as famílias de origem com o mesmo lugar social e para as de trabalhadores e proprietários independentes — agrícolas e, sobretudo, comerciais ou artesanais. Neste caso, a par de trajetórias estacionárias, encontra-se também um conjunto percentualmente mais alargado de trajetórias com inequívoca orientação ascendente. E se, para parte dos seus protagonistas, tais trajetórias terão podido

**Quadro 4.17** Mobilidade social intergeracional da população inquirida residente em Alfama por naturalidade e sexo, 1986 (em percentagem)

| Classe social (Ispl)        | Classe de origem (Isplf) |           |                |                |          |          |           |            |               |
|-----------------------------|--------------------------|-----------|----------------|----------------|----------|----------|-----------|------------|---------------|
|                             | EDL (0,2)                | PTE (3,6) | Ti+TiPl (16,6) | AI+AIPl (11,5) | EE (9,8) | O (39,4) | AA (10,2) | AEPl (8,7) | Total (100,0) |
| <b>Concelho de Lisboa</b>   |                          |           |                |                |          |          |           |            |               |
| <b>Homens</b>               |                          |           |                |                |          |          |           |            |               |
| EDL (0,9)                   | 50,0                     | 33,3      | 16,7           | 0,0            | 0,0      | 0,0      | 0,0       | 0,0        | 100,0         |
| PTE (7,3)                   | 7,7                      | 26,0      | 31,2           | 0,0            | 2,1      | 24,9     | 0,0       | 8,1        | 100,0         |
| TI (8,5)                    | 0,0                      | 0,0       | 52,6           | 0,0            | 2,3      | 29,3     | 0,0       | 15,8       | 100,0         |
| EE (34,4)                   | 0,0                      | 5,1       | 17,7           | 9,6            | 15,4     | 47,1     | 0,0       | 5,1        | 100,0         |
| O (48,9)                    | 0,0                      | 2,3       | 18,7           | 1,9            | 7,5      | 52,8     | 5,1       | 11,7       | 100,0         |
| Total (100,0)               | 0,2                      | 3,9       | 20,4           | 4,4            | 9,7      | 49,1     | 2,9       | 9,4        | 100,0         |
| <b>Mulheres</b>             |                          |           |                |                |          |          |           |            |               |
| EDL (0,8)                   | 45,5                     | 36,4      | 18,1           | 0,0            | 0,0      | 0,0      | 0,0       | 0,0        | 100,0         |
| PTE (4,8)                   | 3,8                      | 46,3      | 15,0           | 0,0            | 10,9     | 14,2     | 0,0       | 9,8        | 100,0         |
| TI (13,1)                   | 0,0                      | 4,4       | 35,6           | 2,2            | 13,3     | 40,1     | 0,0       | 4,4        | 100,0         |
| EE (53,4)                   | 0,0                      | 3,6       | 14,9           | 4,5            | 11,8     | 43,9     | 7,7       | 13,6       | 100,0         |
| O (27,9)                    | 0,0                      | 2,6       | 16,3           | 1,7            | 15,6     | 49,2     | 6,0       | 8,6        | 100,0         |
| Total (100,0)               | 0,2                      | 4,4       | 17,6           | 3,4            | 13,0     | 44,5     | 6,1       | 10,8       | 100,0         |
| <b>Outras naturalidades</b> |                          |           |                |                |          |          |           |            |               |
| <b>Homens</b>               |                          |           |                |                |          |          |           |            |               |
| EDL (1,2)                   | 41,6                     | 25,0      | 16,7           | 16,7           | 0,0      | 0,0      | 0,0       | 0,0        | 100,0         |
| PTE (7,2)                   | 5,6                      | 32,8      | 11,5           | 24,5           | 2,3      | 18,6     | 0,0       | 4,7        | 100,0         |
| TI (12,9)                   | 0,0                      | 2,6       | 28,3           | 17,9           | 5,1      | 28,2     | 12,8      | 5,1        | 100,0         |
| EE (32,1)                   | 0,0                      | 3,3       | 12,4           | 24,0           | 7,4      | 28,9     | 19,0      | 5,0        | 100,0         |
| O (46,6)                    | 0,0                      | 3,1       | 9,8            | 22,7           | 8,6      | 30,7     | 18,4      | 6,7        | 100,0         |
| Total (100,0)               | 0,3                      | 4,1       | 12,8           | 22,9           | 7,6      | 29,2     | 17,0      | 6,1        | 100,0         |
| <b>Mulheres</b>             |                          |           |                |                |          |          |           |            |               |
| EDL (0,8)                   | 33,3                     | 22,3      | 0,0            | 44,4           | 0,0      | 0,0      | 0,0       | 0,0        | 100,0         |
| PTE (3,4)                   | 5,6                      | 36,1      | 33,3           | 25,0           | 0,0      | 0,0      | 0,0       | 0,0        | 100,0         |
| TI (20,4)                   | 0,0                      | 2,6       | 23,1           | 12,8           | 10,3     | 33,2     | 15,4      | 2,6        | 100,0         |
| EE (58,1)                   | 0,0                      | 0,9       | 13,7           | 20,6           | 8,7      | 29,2     | 18,7      | 8,2        | 100,0         |
| O (17,3)                    | 0,0                      | 5,6       | 13,9           | 12,5           | 6,9      | 41,7     | 9,7       | 9,7        | 100,0         |
| Total (100,0)               | 0,1                      | 2,5       | 14,8           | 17,8           | 8,4      | 32,1     | 16,2      | 8,1        | 100,0         |

EDL Empresários, dirigentes e profissionais liberais.

PTE Profissionais técnicos e de enquadramento.

TI Trabalhadores independentes.

TiPl Trabalhadores independentes pluriactivos.

AI Agricultores independentes.

AIPl Agricultores independentes pluriactivos.

EE Empregados executantes.

O Operários.

AA Assalariados agrícolas.

AEPl Assalariados executantes pluriactivos.

Fonte: ISMA, CIES-ISCTE.

contar com a reconversão de alguns capitais económicos familiares, acumulados na pequena actividade independente, em capitais escolares-profissionais, para os descendentes das famílias de assalariados de base o percurso de ascensão social configura-se, em princípio, como de amplitude estrutural ainda mais acentuada.

Pelo seu lado, tanto os trabalhadores independentes como os empregados executantes e os operários, em muito poucos casos, ou nenhum, são oriundos de famílias das classes mais bem posicionadas no espaço das condições sociais de existência. Entre o bloco constituído pelos dois lugares de classe anteriores e este outro bloco, as experiências de mobilidade social descendente praticamente não têm ocorrido.

Acrescente-se que os trabalhadores independentes provêm em grande parte de famílias já com actividades por conta própria, embora algumas no sector agrícola, mas que muitos outros descendem de famílias operárias; que os empregados executantes são os que têm origens sociais mais variadas, se bem que quase só de dentro deste bloco, e aqueles em que são proporcionalmente maiores as fracções provenientes de famílias com inserção socioprofissional rural; e que os operários apresentam a maior taxa de auto-reprodução, provindo também em taxa significativa de famílias de trabalhadores e agricultores independentes, porém um tanto menor que a dos empregados executantes e bastante mais baixa que a dos próprios trabalhadores independentes actuais.

As variações neste padrão decorrentes das diferenças de sexo e de origem geográfica são as que se poderiam esperar depois do que se viu até agora.

Da informação constante do quadro 4.17 vale a pena destacar, acima de tudo, o peso que, entre os migrantes, qualquer que seja o lugar de classe em que individualmente se inserem, assumem as classes de origem de carácter especificamente rural — famílias de agricultores independentes e de campeonato parcial, bem como de assalariados agrícolas.

Assinale-se também, para os homens, as muito maiores percentagens tanto de operários como de empregados executantes naturais de Lisboa que são provenientes de famílias operárias, por comparação com os operários e os empregados executantes de outras naturalidades, em que a origem operária é bastante menos importante. Algo de semelhante acontece, aliás, para as mulheres, sobretudo entre as empregadas executantes, para as quais sobressaem também, nas naturais de Lisboa, famílias de origem classificáveis como de assalariados executantes pluriactivos.

Registe-se ainda, quanto aos trabalhadores independentes, que se, para os naturais de Lisboa, é entre os homens que as percentagens são mais elevadas, para os migrantes são as mulheres que, em proporção, mais se localizam nesta situação.

No conjunto, as distribuições de relações origem-destino que estas matrizes evidenciam (quadros 4.16 e 4.17) vêm corroborar algo de que já se tinham encontrado atrás outros indícios: a formação tendencial, no bairro, de um *meio social popular*, composto por protagonistas sociais inseridos num conjunto de situações sociais de classe: operários, empregados executantes e trabalhadores independentes. Situações essas que não seria assim despropositado designar, nesse meio local, por “classes populares”, tanto no sentido de um conjunto de práticas e representações de que ali são conjuntamente

protagonistas, como no da partilha de aspectos decisivos das condições sociais de existência e das trajetórias sociais.

Os dois planos articulam-se de maneira profunda no bairro. O primeiro é preenchido, com a configuração que anteriormente se procurou caracterizar, por padrões de conduta, estilos relacionais, práticas culturais e modos de relacionamento identitário com Alfama que incluem, de maneira fundamental, por parte desses protagonistas sociais, a representação de si mesmos enquanto encarnação por excelência da figura do “lisboeta popular”. Quanto ao segundo plano, a predominância de fracos recursos, nomeadamente escolares, atrás analisada, e o fechamento modal do leque de possibilidades de mobilidade social, agora evidenciado, são dois dos aspectos que os agentes sociais inseridos nos mencionados lugares de classe ali igualmente tendem a partilhar.

As matrizes de relações de classe intergeracionais vêm evidenciar também, por outro lado, o atravessamento desse meio por *trajetórias de mobilidade social*, de modalidades e amplitudes diversas. Quer quanto às condições sociais de existência objectivas, nos seus parâmetros estruturais basicamente constitutivos, quer do ponto de vista da experiência vivida pelos protagonistas sociais envolvidos, uma parte não menosprezável destes percursos sociais representa, como se ilustrou atrás, modificações significativas de situação social.

Neste sentido, a caracterização das suas trajetórias como de mobilidade social parece ser pertinente para vários conjuntos de residentes em Alfama — e não apenas para aqueles que, a partir de lugares sociais de origem menos dotados de recursos materiais e simbólicos, alcançaram posições de classe médias ou altas. Para referir apenas o caso mais notório, aplica-se também, nomeadamente, a muitos filhos de pequenos camponeses e, por maioria de razão, de assalariados agrícolas que, em Alfama, obtiveram um lugar social de operário industrial ou estivador, de empregado de escritório ou de comércio.

Note-se de passagem, no plano conceptual, que o facto de, na análise a que se tem vindo a proceder, não se adoptarem entendimentos lineares de mobilidade ascendente ou descendente, segundo uma hierarquia pretensamente inequívoca e na prática unidimensional, característicos das abordagens funcionalistas clássicas da estratificação, não significa que, em sentido inverso, se ignore a maneira como as trajetórias são experimentadas pelos próprios actores sociais envolvidos, muitas vezes com conotação hierarquizante.

Isso seria retroceder, na análise de classes, de uma perspectiva praxiológica a uma postura redutoramente objectivista. E seria voltar a perder de vista a vantagem analítica de articular, teórica e empiricamente, lugares e protagonistas, estruturas e práticas, dimensões materiais e dimensões simbólicas. Os significados sociais atribuídos pelos protagonistas às trajetórias sociais que percorrem fazem eles próprios parte dessas trajetórias e, como tal, requerem que a análise sociológica os tenha em conta.

Além disso, se bem que, em termos preliminares, seja útil distinguir os processos de mobilidade decorrentes das mudanças na estrutura social, a chamada “mobilidade estrutural”, dos que se reportam a trajectos de “mobilidade individual”, supostos independentes daquelas transformações estruturais, a verdade é que tal operação corre o risco de, se levada longe de mais, resvalar para a reificação de um artefacto conceptual.

No concreto, ambos os processos sociais ocorrem em conjunto e é na sua articulação que o respectivo significado social pode ser convenientemente aferido. A avaliação das probabilidades diferenciais de acesso a determinados lugares de classe consoante as origens sociais é, assim, algo de completamente pertinente do ponto de vista sociológico, mas não como se se pudesse pôr a hipótese de uma estrutura social imutável ou da irrelevância analítica, para o estudo da mobilidade social, dos seus processos de transformação global.<sup>101</sup>

Acresce que, num caso como o de Alfama, tanto as redes relacionais densas que formam o tecido social local como os processos de migração em cadeia que se têm vindo a referir invalidam que se tome como aceitável, para a análise das trajectórias sociais, um modelo de recrutamento social aleatório e atomizado para os diversos lugares de classe, sujeito apenas a efeitos descontextualizados de abertura ou fechamento de mobilidade relativamente à posse dos principais recursos genericamente estruturantes do espaço topológico das classes.

Como se tem vindo a analisar, as migrações internas para a área de Lisboa, se bem que, de um modo geral, se tenham fixado maioritariamente nos bairros e concelhos periféricos, utilizaram também percursos que desembocam, pelo menos num primeiro tempo, no núcleo histórico da cidade. Alfama é um exemplo notável de espaço receptor encaixado em pleno centro citadino.

---

101 Com recurso a indicadores de classe semelhantes aos utilizados neste trabalho, há disponíveis duas matrizes de análise da mobilidade social intergeracional para a sociedade portuguesa contemporânea, ou parte relevante dela, em João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, *op. cit.*, p. 328, e em Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, *op. cit.*, p. 39; e também cálculos de rácios de probabilidade diferencial de mobilidade intergeracional consoante as classes sociais, relativos a dois campos específicos, o dos estudantes universitários e o dos cientistas, em João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica”, *op. cit.*, pp. 42-43, e em Fernando Luís Machado, Patrícia Ávila e António Firmino da Costa, “Origens sociais e estratificação dos cientistas”, *op. cit.*, pp. 111-115. Pelo seu lado, Elíseo Estanque e José Manuel Mendes, em *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*, *op. cit.*, pp. 103-133, apresentam, com recurso a modelos log-lineares, análises de taxas de mobilidade social intergeracional e de permeabilidade intergeracional das fronteiras de classe, relativas à sociedade portuguesa contemporânea como um todo, mas utilizando a tipologia classificatória de lugares de classe de Erik Olin Wright.

Estes movimentos, com frequência, não têm apenas uma mas sim duas etapas. Do ponto de vista geográfico, o movimento desenha-se do seguinte modo: primeira etapa, de forma exemplificativa, da Pampilhosa da Serra para Alfama; segunda etapa, de Alfama para outros pontos da área metropolitana de Lisboa, de novo em termos ilustrativos, para Chelas, na capital, ou para Loures, Amadora ou Almada, nos concelhos envolventes. A segunda etapa passa-se ainda, por vezes, na geração migrante ou, com carácter muito mais alargado, na segunda geração. Alfama, durante muito tempo cais de mercadorias, constituiu-se também em escala de destinos pessoais em trânsito para outras zonas da metrópole.

Também do ponto de vista da reconversão profissional se constata o movimento em duas etapas. Ao longo de muitas e muitas décadas, Alfama funcionou, numa primeira etapa, como espaço de reconversão de camponeses em trabalhadores urbanos. As profissões desempenhadas foram sobretudo, em Alfama, as ligadas à actividade portuária, ao comércio e aos serviços, em empregos sem exigência de grandes qualificações — desde os estivadores, trabalhadores do tráfego, conferentes de mercadorias, ajudantes de despachante e todo um conjunto de outras actividades profissionais que se foram desenvolvendo em torno do cais, algumas sem definição oficial, até aos contínuos, guardas, funcionários, trabalhadores dos transportes públicos, empregados de balcão, trabalhadoras de limpezas e empregadas domésticas.

A segunda etapa, no sentido de melhores qualificações, é em geral apenas esboçada por parte da geração migrante. Onde o movimento é mais importante é na geração seguinte. Nesta, o que tende a verificar-se, numa fracção significativa de casos, é uma maior escolaridade, um conjunto de profissões que vai deixando o trabalho portuário, a maior incidência nas profissões de operários e de empregados, uns e outros com frequência mais qualificados do que na geração dos pais, e mesmo uma taxa crescente de acesso a profissões técnicas e a cargos de chefia, de nível médio ou superior.

Alfama surge, pois, como contexto de reconversão inicial de mão-de-obra de origem rural em trabalhadores urbanos dos transportes e armazéns, fábricas e oficinas, lojas e escritórios, serviços colectivos e domésticos da metrópole lisboeta, e, em seguida, como quadro de gestação de novas etapas das respectivas trajectórias individuais e familiares. Para que tal fosse possível contribuíram determinadas características específicas do bairro.

Por um lado, trata-se de um espaço urbano em que não só impera a proximidade de vizinhança e a densidade relacional, como as redes sociais que nele se estabelecem dão acesso a actividades pouco exigentes em termos de qualificações escolares e profissionais, susceptíveis de aprendizagem rápida, com recrutamento pouco formalizado e moldes de funcionamento em que muitas vezes importa mais a confiança interpessoal do que o conteúdo técnico das tarefas.

Por outro lado, integra-se, espacial e socialmente, no próprio núcleo da metrópole lisboeta, a dois passos dos empregos e das zonas residenciais, das instituições e das mentalidades, das formas culturais e das práticas sociais que constituem o horizonte de promessas de sobrevivência económica e de ascensão social que, de maneira mais ou menos explícita, fazem parte das imagens de referência que desencadearam e acompanharam o movimento migratório.

Alfama constituiu-se, pois, por assim dizer, num *entreposto de mobilidade social*, plataforma giratória de um movimento muitas vezes em duas etapas, movimento geográfico, profissional, cultural e de classe.

### **Modos de vida em meio social popular urbano**

Tem-se vindo, ao longo deste capítulo, a proceder à análise da composição de classe e das trajectórias sociais da população local ou, num enunciado mais especificamente reportado ao presente objecto de estudo, da composição de classe e das trajectórias sociais que caracterizam os protagonistas directos das redes relacionais, das práticas sociais, das formas culturais e das dinâmicas identitárias que se geram em Alfama.

No decurso da análise destacaram-se três atributos do bairro: um tecido social inigualitário, um entreposto de mobilidade social, um meio social popular. No entanto, desses três atributos, apenas o último faz parte, como se viu, das representações correntes acerca do bairro e das imagens que em geral se associam à identidade cultural de Alfama. A construção social das identidades culturais pode revelar-se um processo altamente selectivo quanto às referências simbólicas que mobiliza. É o que, como noutros aspectos analisados atrás, acontece também neste.

De forma sintética, e retomando formulações explicitadas e desenvolvidas no segundo capítulo, pode dizer-se que as representações simbólicas da identidade cultural de Alfama tendem a estruturar-se segundo várias dimensões de referência, fundamentalmente as dimensões *espacial*, *social* e *cultural*, e a ser constituídas por um feixe central de determinações — convocadas, aliás, em ponderações diversas e combinações variadas, embora com afinidades entre si, consoante as pessoas e as circunstâncias: as determinações de *bairro*, de *histórico* e de *popular*. Destas, a determinação que tem relação mais directa com a composição social da população local, mesmo que estabelecida apenas de maneira implícita pelos agentes sociais internos ou externos ao bairro, é, claro está, a de popular.

Constituir um meio social popular urbano é, pois, uma das principais imagens de marca identitárias de Alfama. Quando se diz, na expressão corrente, que ela é um dos bairros populares de Lisboa, embora também se veiculem assim alusões à localização geográfica, à forma urbana e à função

residencial, o sublinhado representacional é posto em geral no *popular*, tendo por referência, mesmo que vaga, o “tipo” de população residente, isto é, uma imagem mais ou menos estereotipada da composição social, do tecido relacional e dos padrões culturais que lhe correspondem.

Contudo, as representações simbólicas das identidades culturais revelam-se, com frequência, não só *selectivas* mas também *ambivalentes*. É o que se passa, de maneira muito particular, a respeito desta vertente da identidade cultural alfamista. Em conjugação com a da selectividade de referências que sobre ele incidem, a análise das ambivalências relativas ao carácter popular do bairro, tal como este traço se inscreve de maneira nuclear nas representações da identidade cultural de Alfama, nomeadamente nas representações correntes entre os habitantes locais, permite descortinar a respectiva articulação com determinados aspectos específicos da composição social do bairro, aspectos que importa aqui elucidar um pouco mais.<sup>102</sup>

Repare-se que as conotações de “popular” habitualmente atribuídas a esta população, inclusive por ela própria, não se ajustam com facilidade nem às do campesinato “rural e tradicional” nem às da classe operária “industrial e revolucionária” — duas das principais imagens de referência que têm preenchido o processo social, longo e diversificado, de construção e reconstrução simbólica das representações sociais dos grupos, meios, práticas e culturas a que se tem atribuído socialmente o adjectivo “popular”.

Não é necessário desenvolver aqui considerações adicionais sobre os processos históricos de construção social da categoria de “popular”, tal como foi aplicada quer a colectivos populacionais quer a formas culturais. Num importante trabalho, Augusto Santos Silva encarregou-se de o fazer, reelaborando ainda os conceitos de *classes populares* e *culturas populares* de modo a torná-los susceptíveis, não só de serem tomados como objectos de estudo enquanto categorias com curso social específico, mas também de serem utilizados como instrumentos de análise sociológica.<sup>103</sup>

De entre os elementos centrais da teorização desenvolvida e aplicada pelo autor, convirá sobretudo lembrar aqui, a este respeito, os seguintes. Em primeiro lugar, uma concepção das culturas populares como universos de sentido, padrões de conduta, práticas culturais e obras culturais; culturas

---

102 As ambivalências que permeiam as relações sociais e as configurações culturais são um tópico fundamental da análise sociológica, embora poucas vezes explicitado nestes termos. Uma teorização clássica a este respeito encontra-se em Robert K. Merton, *A Ambivalência Sociológica*, *op. cit.* Para uma proposta de generalização apoiada na pesquisa sobre o bairro, pode consultar-se António Firmino da Costa, “Ambivalências: formas sociais e culturais no bairro de Alfama”, *Povos e Culturas*, n.º 3, 1988.

103 Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994. Todo o livro é relevante para o assunto. Sobre os processos históricos de construção social das categorias de “povo” e “popular”, bem como sobre os conceitos sociológicos de culturas populares e classes populares, ver em especial as pp. 97-144.

nas quais é possível discernir as lógicas da dominação que sobre elas se exerce, da manipulação que elas próprias fazem de símbolos e significados provenientes das culturas eruditas, institucionais e mediáticas, e da afirmação de dinâmicas culturais próprias; culturas, ainda, que se constituem como universo plural, atravessado por dinâmicas e temporalidades cruzadas, endógenas e exógenas.

Em segundo lugar, uma conceptualização de classes populares como nebulosa heterogénea e mutável, em que se combinam tendencialmente dimensões de localização desfavorecida quanto às distribuições de recursos e poderes no espaço social, de posição dominada nos campos de relações de força e segundo os modos de dominação que estruturam esse espaço social, de referências ao passado reproduzidas e reconstruídas por uma memória social partilhada e, finalmente, de sentimentos de pertença, representações de identidade colectiva e formas de mobilização comuns.

Em terceiro lugar, a proposição de que, articulando ambos os conceitos, a pesquisa sociológica pode contribuir para, nas palavras de Augusto Santos Silva, “compreender e explicar os processos sociais objectivos e simbólicos através dos quais actores e práticas se representam e são representados por referência a movimentos de agrupamento e clivagem, de modo a assumirem uns — e não outros — a marca social do *popular*”.<sup>104</sup>

Regressando a Alfama, numa perspectiva convergente com esta, importa dar conta de que a conotação mais habitual de “popular”, neste caso, não é nenhuma das duas acima mencionadas, mas uma outra: precisamente a de *meios populares urbanos*. Estes são aqui associados tanto a um perfil social que vai dos pequenos comerciantes e dos funcionários subalternos aos trabalhadores portuários e ao subproletariado marginal, como a estilos de vida com sabor a expediente económico, desenvoltura relacional, disposição festiva, inventividade convivial e protagonismo cultural; e, ainda, a modos de inserção nas relações sociais urbanas que se desdobram entre um clientelismo polifacetado e uma marginalidade intersticial, enredados em meandros complexos, quando não mesmo um tanto obscuros, da malha social bairrista e cidadina.

Acontece que esta imagem, corrente no exterior e no próprio bairro, não é uma mera ficção ilusória. Há efectivamente em Alfama, tem-se vindo a verificá-lo, vários aspectos que lhe correspondem. Mas há ali igualmente muitos outros aspectos, como também foi possível ir constatando, que nela não aparecem — incluindo alguns reportáveis às outras conotações de “popular” referidas um pouco atrás, como as origens sociais rurais ou a inserção social operária de segmentos importantes da população local. A imagem corrente é, pois, uma representação a que não se pode negar um certo fundamento, mas

---

104 Idem, p. 140.

que é também parcial e estereotipada. Isto, quanto à selectividade das construções simbólicas identitárias.

Por outro lado, quanto à respectiva ambivalência, ela é bem ilustrável por uma curiosa e significativa relação da população local com essa imagem identitária. Com efeito, pode observar-se no bairro que as pessoas ali residentes ora se mostram de acordo com tal imagem e a afirmam de maneira ostensiva, e mesmo com certa vaidade, ora rejeitam a sua justeza com veemência e preocupação. Do mesmo modo, é frequente assistir-se, por parte delas, a tomadas de posição quer de valorização apreciativa, quer de condenação como negativo daquele conjunto de atributos da população local e de práticas por ela desenvolvidas, habitualmente tomado como emblemático do bairro.

É claro que nem sempre são as mesmas pessoas que tomam tais posições contrapostas. Mas muitas vezes são. O que varia é o interlocutor, a circunstância, a definição da situação, o quadro de sentido que se constitui como referencial na interação verbal. É também verdade, entretanto, que certas pessoas, ou categorias de pessoas, tendem a tomar mais um tipo de posições do que outro. No conjunto, o que ressalta são as ambivalências que a este respeito impregnam profundamente as representações e as práticas vigentes no bairro.

Exemplos concretos desta selectividade e desta ambivalência foram analisados atrás, com algum pormenor, a propósito da questão da “má fama de Alfama”.<sup>105</sup> Eles constituem, precisamente, manifestações bem ilustrativas dos processos de exibição e de ocultação da identidade alfamista, alternativa e complementarmente accionados pela população local consoante os contextos e as situações relacionais. São também manifestação exemplar das orientações valorativas, de sinais contrários, dessa população acerca de si própria, ou de uma sua parte específica, expressas ora enquanto identidade positiva, ora enquanto identidade negativa.

Sem retomar as diversas facetas da questão nem o conjunto intrincado de mecanismos nela implicados, interessa aqui sobretudo reexaminar determinados aspectos particulares em que tanto a selectividade como a ambivalência referidas têm como objecto uma dimensão decisiva da identidade cultural de Alfama: a sua dimensão “popular” — ou, de maneira mais precisa, de *meio social popular urbano*, com as conotações que, de um modo geral, lhe são associadas nas representações correntes, locais e exteriores.

Ora, essas conotações identitárias, se em muitas circunstâncias são reivindicadas pela generalidade dos residentes, nomeadamente quanto ao estilo desembaraçado, arguto e destemido, às capacidades conviviais, lúdicas e expressivas, às disposições críticas, solidárias e bairristas, já muitos deles, em ocasiões diferentes ou a respeito de outros aspectos, fazem questão de se

---

105 Veja-se, em especial, o capítulo 2.

demarcar de segmentos minoritários da população local que, esses sim, dariam pretexto à má imagem externa. São segmentos vistos como transportando consigo uma certa aura de marginalidade e aventura, ritmos de vida irregulares e prazeres excessivos, ligação errática às actividades profissionais e relações familiares instáveis, culto intenso dos grupos de pares e grande intimidade com certos círculos da boémia nocturna lisboeta.

Tais demarcações simbólicas correspondem, de facto, a fronteiras existenciais em muitos casos pouco nítidas. As oscilações de situação e de reputação são frequentes, as sobreposições parciais de atributos são a regra e não a excepção, há grande ambiguidade quanto ao apreço ou rejeição de que são alvo características como as referenciadas, os laços entre uns e outros estabelecem-se de forma densa e intrincada no quadro relacional local.

Em todo o caso, a selectividade e a ambivalência das representações identitárias manifestam-se aqui no facto de estes segmentos da população local, constituindo apenas uma parte dos residentes e tornando-se por vezes alvo de uma certa demarcação simbólica pelos outros, acabarem eles por ser vistos, em certo sentido, como os mais “típicos” representantes do carácter popular associado à identidade cultural bairrista.

Para o melhor e para o pior, isto é, nas dimensões identitárias ali valorizadas de forma positiva e negativa, com toda a ambiguidade e oscilação que essas valorações comportam, são eles os protagonistas sociais tidos como emblemáticos por excelência dos meios sociais populares urbanos, tais como estes tendem a ser objecto de representação estereotipada, não só no exterior mas também — e é o que está aqui sobretudo em causa — no interior do próprio bairro.

É possível localizar na bibliografia das ciências sociais algumas análises comparativas, pesquisas localizadas e propostas teóricas que ajudam à discussão problematizadora e à interpretação sociológica da situação que se tem vindo a expor. É suficiente mencionar dois conjuntos de referências essenciais, convocando apenas, para não alongar, um par de trabalhos de cada um.

Num primeiro conjunto relembrem-se, antes de mais, as análises de Eric Hobsbawm, já referidas atrás, sobre a plebe urbana, clientelista e conflitual, com práticas culturais e relacionais intensas, protagonista central dos movimentos sociais e dos processos identitários das cidades portuárias, muito em especial da Europa do Sul, ou da área mediterrânica, ou de influência sociocultural mediterrânica e localização geográfica atlântica.<sup>106</sup>

O autor refere casos como Marselha, Nápoles, Palermo, Atenas ou Istambul, a que se poderia acrescentar exemplos como a Baía ou o Rio de Janeiro, Buenos Aires ou Montevideu, com as suas conhecidas formas culturais

---

106 Eric Hobsbawm, *Rebeldes Primitivos: Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1959), pp. 112-128. O trabalho de Hobsbawm foi referido atrás a propósito dos fados de contraste, nos capítulos 2 e 3.

populares, dos carnavais ao tango, a que seria difícil negar afinidades com as das primeiras. Lisboa, e sobretudo os seus bairros populares, com a vizinhança portuária, a malha urbana apertada, o tecido social denso, o tipo de meios sociais e de formas culturais populares que aí se enraízam, se produzem e se manifestam, inscreve-se claramente neste quadro. Alfama é disso exemplar.

Acrescentem-se a estas, num registo convergente se bem que apresentado no âmbito de uma problemática diferente, as anotações de Daniel Bertaux sobre o que chama um “proletariado não fixado”, isto é, não completamente fixado na condição operária modal do capitalismo industrial, distinguindo-se dela, duplamente, por um trabalho e uma vida familiar “irregulares”.<sup>107</sup>

Segundo o autor, é essa não redução às duas faces regulares das categorias sociais estabilizadas dos assalariados de base contemporâneos que, entre outros aspectos, torna esses jovens, mulheres e homens receptivos tanto às ideias de revolta individual contra as forças da ordem e da propriedade como de adesão individual a essas mesmas forças. Oscilariam assim, dizendo por outras palavras, entre as figuras do “marginal” e do “segurança”. E é também essa situação que lhes dá um certo cunho de vida “aventurosa”, objecto do fascínio de escritores e investigadores, exemplificando Bertaux com os romances de Jorge Amado que têm por cenário a Baía e com os trabalhos de Stathis Damianakos sobre as *rebetika*, canções do subproletariado urbano de Atenas.

Se este primeiro conjunto de referências proporciona um quadro comparativo geral quanto ao perfil social e cultural de meios populares urbanos como o de Alfama, não adianta grande coisa acerca das segmentações internas de padrões de conduta e das ambiguidades identitárias correlativas encontradas no bairro. Quanto a este aspecto, no entanto, pode recorrer-se a dois estudos de caso em meio urbano que ficaram famosos como clássicos da bibliografia sociológica.

Um deles é o trabalho que Herbert Gans realizou nos finais dos anos 50 sobre o West End, um bairro de Boston com predominância de habitantes de baixos recursos, descendentes de imigrantes italianos.<sup>108</sup> O ponto que interessa aqui salientar é que, apesar de se tratar, no essencial, de um bairro de classes trabalhadoras, Gans viu-se na necessidade, para dar conta dos modos de vida e dos padrões de conduta locais, de estabelecer distinções internas. Para além de alguns elementos em trajectória ascendente para as classes médias (*middle-class mobiles*), o que Gans considera mais relevante é ter encontrado nessas classes populares, abrangendo a grande maioria dos residentes locais, dois estilos básicos de disposições e comportamentos, o dos “rotineiros” (*routine-seekers*) e o dos “aventureiros” (*action-seekers*), como optou por designá-los.

107 Daniel Bertaux, *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, op. cit., p. 227-228.

108 Herbert J. Gans, *The Urban Villagers: Group and Class in the Life of Italians-Americans*, Nova Iorque, The Free Press, 1982 (1962).

Os primeiros caracterizavam-se por um modo de vida estável, atribuição de importância à segurança material e emocional, relações interpessoais e práticas sociais pautadas por uma certa regularidade, tanto nas esferas profissional e familiar, como nos domínios da sociabilidade de grupo e local. Os segundos privilegiavam a procura dos momentos de intensidade emotiva, as situações de desafio, as práticas de excesso, jogo ou aventura, numa existência marcada pela alternância entre esses episódios de acção excitante e períodos de intervalo, vividos de maneira retraída ou taciturna.

É claro que estas caracterizações são ideal-típicas. De entre muitos outros aspectos de grande interesse na análise de Gans, o que importa destacar aqui é que estes padrões de conduta se encontravam ambos num mesmo bairro, num quadro urbano partilhado com forte interacção local e entre uma população com um mesmo perfil de classe básico. É certo que os “rotineiros” tendiam a ter inserções profissionais mais estáveis, um tanto mais qualificadas e melhor remuneradas, enquanto os “aventureiros” ocupavam em geral situações profissionais mais precarizadas, desqualificadas e mal pagas — numa relação que, aliás, tanto poderia ser de causa como de efeito. No entanto, além de os dois modos de vida acabarem por não representar níveis muito diferentes de recursos, aquela correspondência estava longe de ser sistemática e de impedir mudanças de um para outro, nomeadamente consoante as fases do ciclo de vida.

Um segundo caso de referência é o de Wiston Parva, nome fictício de uma pequena área residencial dos arredores de Leicester, analisada por Norbert Elias e John L. Scotson na sequência da pesquisa de terreno nela realizada nos finais dos anos 50 e princípios dos anos 60.<sup>109</sup> O local era constituído por três zonas distintas, reconhecidas enquanto tal pelos próprios habitantes. Uma delas tinha uma população de classe média e as outras duas de classe operária. A primeira e uma das últimas eram de povoamento mais antigo. A terceira, de construção recente, era ocupada por recém-chegados.

A questão que importa convocar é que, apesar de uma composição social semelhante, os habitantes das duas zonas operárias tendiam a distinguir-se entre si, de maneira acentuada, em termos de imagem recíproca. Em particular, as famílias operárias com implantação local mais antiga atribuíam a si próprias um status superior, conotado com padrões de conduta mais respeitáveis, estigmatizando os outros como gente sem qualidades e com estilo de vida desregrado.

Além disso, não sendo cada uma das zonas completamente homogénea, quer em termos de composição de classe, quer de padrões de conduta, as imagens sociais de cada uma tendiam a ser localmente construídas segundo

---

109 Norbert Elias e John L. Scotson, *The Established and the Outsiders: A Sociological Enquiry into Community Problems*, Londres, Sage Publications, 1994 (1965).

mecanismos simbólicos simétricos. Isto é, de acordo com uma fórmula heurística utilizada pelos autores, enquanto a imagem social de si próprios que os “estabelecidos” (*established*) construíam e divulgavam tomava como modelo as características da “minoría dos melhores” de entre eles, generalizando-as como se fossem aplicáveis a todos os habitantes da respectiva zona, a imagem estereotipada atribuída aos “forasteiros” (*outsiders*) era construída por extrapolação selectiva a partir de certos indivíduos que poderiam ser considerados uma “minoría dos piores” no seio desses últimos.

O próprio processo social de implantação residencial diferida no tempo dos dois conjuntos populacionais, com o domínio das redes sociais estabelecidas entre as famílias ali mais antigas, permitia que estas desenvolvessem mecanismos tanto simbólicos como relacionais de exclusão e estigmatização, propiciadores de autovalorização estatutária e de relativa monopolização de certas fontes locais de poder.

Cada um destes trabalhos aponta para certas dimensões de análise relevantes para o caso de Alfama. Todos eles se reportam a classes sociais populares em meio urbano. Os de Hobsbawm e de Bertaux, sendo de carácter mais genérico, dão no entanto contributos decisivos para a caracterização das relações entre meios sociais e configurações culturais, em contextos urbanos e sectores sociais para os quais é possível encontrar afinidades significativas com o que está aqui em análise.

Os estudos de caso de Gans e Elias, pelo seu lado, chamam a atenção para situações de coexistência, em meios sociais com um perfil de classe popular, de sistemas de disposições, padrões de conduta, estilos de existência quotidiana e modalidades de estratégias de vida com características mais ou menos nitidamente diferenciadas, o que também se encontra no presente objecto de estudo.

Mas o procedimento comparativo, em sociologia, tanto importa para estabelecer paralelismos como para, face a panoramas controladamente semelhantes em vários aspectos significativos do ponto de vista teórico, detectar e procurar interpretar, noutras aspectos, dimensões ou mecanismos diferenciados, susceptíveis de conduzir a elaborações conceptuais complementares ou a recolocar, em termos gerais, os parâmetros de teorização aplicáveis ao domínio em causa.

Deste ângulo, o ponto mais importante é que em Alfama não se encontra, com qualquer carácter de relevância análogo ao do último caso referido, a configuração de “estabelecidos e forasteiros” nele verificada e generalizada teoricamente por Norbert Elias.<sup>110</sup> Pelo contrário, o que é mais significativo

---

110 Em 1976 Norbert Elias escreveu, para a edição holandesa do livro referido, um ensaio teórico, que figura actualmente como introdução às edições mais recentes, com o título “A theoretical essay on established and outsider relations”, in Norbert Elias e John L. Scotson, op. cit., pp. xv-lii.

entre os meios sociais populares do caso aqui em estudo é a prevalência local de uma identidade cultural partilhada, de carácter bairrista e popular. Ela prevalece, de um modo geral, sobre referências não só a origens geográficas diversas e a antiguidades residenciais variadas, mas também a modos de vida mais estabilizados e rotineiros ou mais instabilizados e irregulares.

Mais ainda. Para além de serem frequentes as situações concretas de sobreposição parcial de dimensões destas duas modalidades ideal-típicas de relação com as condições de vida populares locais, ou as oscilações entre elas no decurso das trajetórias pessoais e familiares, verifica-se ainda que o segundo tipo de modo de vida é objecto no bairro, como se tem vindo a descrever, de uma profunda marca ambivalente, nuclearmente constitutiva da identidade cultural alfamista.

Por um lado, ele é desvalorizado, condenado ou rejeitado, enquanto indesejável nos planos das condições de existência, da normatividade social e das representações identitárias — deste último ponto de vista, nomeadamente, enquanto susceptível de produzir efeitos de estigmatização (“má fama”). Mas, por outro lado, usufrui da reputação apreciativa de ser ele, por excelência, que veicula e exprime alguns dos traços mais emblemáticos daquelas que os habitantes do bairro gostam de considerar as especiais capacidades relacionais, instrumentais e expressivas associadas aos meios sociais dos bairros populares lisboetas e, muito em especial, associadas à identidade alfamista.

Assim, em vez de classificar este segmento social do bairro — e muito menos todos os elementos de classes populares que nele vivem, e menos ainda o conjunto da população residente — como uma qualquer modalidade de “underclass”, parece ser pertinente complementar uma análise em termos de *composição de classe* com uma análise em termos de *modos de vida*.<sup>111</sup> O conteúdo analítico aqui atribuído a este último conceito, se bem que implícito no que fica dito, pode ser mais explicitado, o que se fará dentro em pouco. Mas, para já, importa concluir, no plano substantivo, o fio de argumentação que se vinha desenvolvendo.

Nesse sentido, onde a investigação realizada permitiu chegar foi à possibilidade de distinguir, entre os elementos de classes populares do bairro, modos de vida algo diferenciados, embora apenas de maneira ideal-típica e tendencial, incluindo efectivamente as interligações e oscilações referidas: *um modo de vida popular estabilizado e regular e um modo de vida popular instabilizado e irregular* (algumas analogias com os “rotineiros” e os “aventureiros”,

---

111 Apesar de se ter difundido na última década, em paralelo com o de exclusão social, o conceito de “underclass” é controverso a vários títulos, embora algumas utilizações que dele se façam possam ser mais justificadas que outras. Balanços recentes encontram-se, por exemplo, em John Westergaard, “About and beyond the ‘underclass’: some notes on influences of social climate on British sociology today”, *Sociology*, vol. 26, n.º 4, 1992, e em Enzo Mingione (org.), *Urban Poverty and the Underclass*, op. cit.

analisados por Gans, não estão completamente ausentes). Modos de vida esses que, no entanto, apesar das suas especificidades diferenciais, partilham ambos, com intensidade e ostensividade variáveis, inserção densa nas redes sociais locais, práticas de produção continuada de formas singulares de cultura popular urbana e fortes referências identitárias bairristas.

### **Estruturação social e identidade cultural**

Relembre-se que, no essencial, se pretendeu aqui analisar os protagonistas das práticas e dos processos sociais que se observam em Alfama, das redes sociais e dos padrões de conduta locais, das formas culturais que ali se produzem e das dinâmicas identitárias que atravessam o bairro e são veiculadas pelos alfamistas.

Procurou-se fazê-lo, antes de mais, numa óptica fundamental: a de reportar esses protagonistas sociais às suas posições relativas no espaço multidimensional das relações estruturais. São posições que se podem traduzir em conjuntos de propriedades intrínsecas e relacionais que caracterizam os agentes sociais em termos das suas condições sociais de existência, localizando-os no que se tem chamado o espaço das classes sociais.

De entre os objectivos que assim se podem atingir, destacam-se dois com importância específica para o presente trabalho. Formulando-os a um nível de grande generalidade teórica, dizem respeito à possibilidade de analisar algumas das principais relações que, através dos protagonistas sociais locais, se estabelecem: a) entre estruturas e práticas sociais; b) entre a sociedade envolvente e o bairro.

Procurou-se, por um lado, investigar os conjuntos estruturados de condições de existência, num espaço topológico e dinâmico de distribuições de recursos e de relações de poder, que influem tanto na formação de sistemas de disposições interiorizadas pelos agentes sociais como na aquisição dos meios e atributos objectivados que eles podem mobilizar. Tais propriedades incorporadas e objectivadas contribuem ambas, por sua vez, para a geração socialmente estruturada, por parte dos agentes sociais, de representações e julgamentos, de aspirações e expectativas, de estratégias de vida e projectos pessoais, de práticas quotidianas e acções colectivas, de estilos de conduta e produtos culturais — e, também, de construções sociais e simbólicas de tipo identitário.

De um ponto de vista complementar, a análise de classes possibilitou trazer para o estudo de caso, sem comprometer o indispensável fechamento do campo analítico, informação pertinente, elaborada teoricamente, sobre inserções sociais dos protagonistas locais que são externas ao bairro, em termos físicos, ou, mais importante do que isso, que remetem para outros níveis de estruturação social, sediados muito para além dele. Grande parte do que tem a ver com a inserção dos habitantes de Alfama no sistema

económico-profissional, no sistema educativo ou no sistema de segurança social, por exemplo, decorre sobretudo desses outros âmbitos e dessas outras sedes de estruturação social. O que não quer dizer, bem pelo contrário, que não tenha repercussões relevantes a nível local, nomeadamente as mediadas pelos protagonistas sociais que ali vivem.

Alguns dos aspectos mais importantes do bairro a que este tipo de análise deu acesso são susceptíveis de inventário sucinto: tecido social de composição classista heterogénea e relações sociais inigualitárias específicas; espaço urbano atravessado por significativa rotação demográfica; ponto de chegada de fluxos rural-urbanos de migração em cadeia, especializados geográfica e profissionalmente; pólo de estratégias bipolares de articulação entre esses dois espaços; plataforma de trajectórias de mobilidade geográfica e social, algumas em duas etapas.

Viu-se ainda como se constitui em Alfama um meio social popular urbano com composição socioprofissional em que se incluem, no essencial, as categorias de operários, de empregados executantes e de trabalhadores independentes, entrelaçados nas relações sociais locais e mesmo, com uma certa frequência, em grupos domésticos pluriactivos ali residentes. E verificou-se, por fim, como tendem a desenvolver-se ali modos de vida que, partilhando aspectos fundamentais quanto a níveis de recursos, padrões de conduta, práticas culturais e referências identitárias bairristas, são decomponíveis em duas modalidades ideal-típicas, uma mais estabilizada e regular, outra mais instabilizada e irregular, sendo que esta última é investida de maneira ambivalente por uma especial centralidade simbólica nas representações locais constitutivas da identidade cultural alfamista.

A este último respeito convém notar que, na utilização que lhe tem sido dada na bibliografia sociológica, modos de vida surge em geral como um conceito algo vago, da família terminológica de outros como estilos de vida e géneros de vida. Podem também mencionar-se afinidades com, de um lado do espectro teórico, conceitos como os de classes sociais e de meios sociais e, de outro, como os de vida quotidiana e de mundo vivido. Todos eles são conceitos com curso alargado e provas dadas na análise sociológica, embora sejam também, em parte por isso mesmo, objecto de polémicas recorrentes e alguns deles apresentem fronteiras algo indefinidas entre si.

Seja como for, para a análise das dinâmicas sociais da identidade cultural em Alfama, a pertinência e a utilidade do conceito de modos de vida está em servir para dar conta, não exactamente das condições de existência socialmente estruturadas, por um lado, nem da multiplicidade de situações, avaliações e condutas de que é feito o quotidiano social, por outro, mas sim das modalidades, variáveis mas também padronizáveis, em que os protagonistas sociais activamente articulam as primeiras com as segundas.

Entendidos desta maneira, os modos de vida não recobrem linearmente as situações e as trajectórias de classe. Indivíduos ou famílias com a mesma

inserção estrutural de classe podem, como se viu, manifestar modos de vida diferentes, nomeadamente quanto a estratégias de angariação de recursos, grupos de referência, projectos de vida e estilos de conduta — não obstante as homologias que se verificam em muitos aspectos.<sup>112</sup>

Ou seja, na constituição dos modos de vida não contam apenas as condições de existência, mas também as relações activas que os protagonistas sociais estabelecem com elas. Enquanto protagonistas sociais, os seres humanos não são apenas suportes de estruturas mas actores práticos e reflexivos, capazes de opções variadas e comportamentos diversos. Tais práticas e opções não deixam, no entanto, de estar enquadradas por campos de possíveis e condicionadas por capacidades diferenciadas de intervenção de cada um sobre a sua própria situação social, presente e futura.<sup>113</sup> Os modos de vida tendem, assim, a assumir eles próprios configurações mais ou menos padronizadas, como as duas que se referenciaram nos meios populares do bairro.

No plano operatório, o conceito de modos de vida necessita, pois, de englobar diversas dimensões. De maneira esquemática, podem enumerar-se dimensões “sociais” (classes e redes sociais), dimensões “culturais” (valores, padrões de conduta, formas simbólicas, identidades), dimensões “temporais” (trajectórias, orientações de vida, projectos pessoais) e dimensões “espaciais” (fenómenos de localidade e contextos de interacção).<sup>114</sup>

Resta acrescentar que, se a uma determinada situação de classe podem corresponder diversos modos de vida, os resultados da análise em Alfama mostram igualmente algo de sentido inverso. Num tecido social inigualitário, com uma população de composição social heterogénea e trajectórias diferenciadas, onde os modos de vida se desdobram em variantes tipificáveis, assiste-se, neste espaço local, a processos de estruturação de um meio social, de produção de formas culturais e de afirmação de uma vincada identidade colectiva que, numa espécie de “efeito de halo”, como que se propagam, a partir das fracções sociais a que são associadas em

---

112 Algo de semelhante, num outro bairro de Lisboa, o bairro da Ajuda, pôde ser objecto de investigação empírica e elaboração teórica em Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (1987), pp. 105-108, 111-114, 155-162.

113 Uma concepção deste tipo, mas recorrendo, para a distinguir de outras, à designação de “géneros de vida”, é desenvolvida por Salvador Juan em *Sociologie des Genres de Vie: Morphologie Culturelle et Dynamique des Positions Sociales*, Paris, Presses Universitaires de France, 1991. No prolongamento dessa análise ver também Salvador Juan, *Les Formes Élémentaires de la Vie Quotidienne*, Paris, Presses Universitaires de France, 1995.

114 Uma concepção e uma operacionalização convergentes com estas foram desenvolvidas, a respeito especificamente das situações de pobreza e exclusão social, em trabalhos como o de Luís Capucha, “Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 8, 1990 ou o de João Ferreira de Almeida, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Isabel Nicolau e Elizabeth Reis, *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, op. cit.

primeira instância as manifestações simbólicas mais emblemáticas de Alfama, ao conjunto do bairro, apondo-lhe uma imagem unificada de *bairro popular*.

Em suma, no contexto social do bairro, vários processos gerais de estruturação social, actuantes a níveis alargados de constituição das sociedades, convertem-se, através da mediação dos protagonistas sociais locais, num feixe de dinâmicas específicas, directamente articuladas com a identidade cultural de Alfama.



## Quadros de interacção e identidade de bairro

A análise desenvolvida nos dois capítulos anteriores deixa uma questão importante em aberto.

As formas culturais produzidas no bairro, embora articuladas a campos culturais mais abrangentes e inseridas nas permanentes dinâmicas de intersecção entre modos de cultura configurados em âmbitos mais vastos, constituem ali, como se viu, uma linguagem específica e um meio de expressão localmente partilhado, uma codificação simbólica das experiências de vida e um resultado de criação cultural própria. É nessa medida, aliás, que as referidas formas singulares de cultura popular urbana acabam por revelar-se um dos elementos-chave dos processos identitários locais.

Outro elemento-chave é a população residente, enquanto protagonista local de tais práticas culturais e de modos de vida conotados como populares. A respectiva composição de classe remete para vectores de estruturação social sediados, no essencial, em instâncias de constituição das sociedades que se situam para além do bairro. Tais vectores manifestam-se nele em boa parte através da mediação, precisamente, desses protagonistas sociais locais. Mas, ao fazê-lo, reconfiguram-se, gerando dinâmicas sociais específicas, com as quais se interligam alguns dos mais importantes processos e conteúdos da identidade cultural de Alfama.

A questão pendente tem a ver, pois, com a intervenção de outro tipo de parâmetros ou dimensões, a que se poderia chamar, em primeira aproximação, “parâmetros de localidade” ou “dimensões contextuais”. Não basta considerar as dimensões anteriores, culturais e de classe, quer nas suas determinações mais genéricas, quer na especificação de modalidades em que se pode decompô-las atendendo ao respectivo conteúdo conceptual próprio. Que elas são fundamentais, foi possível ir dando conta disso até agora. Mas, por si sós, não parecem ser suficientes.

Mesmo em formulações tão sintéticas quanto as dos parágrafos anteriores, as relações dos factores culturais e de classe com a produção local de

identidade cultural bairrista não se deixa captar sem a consideração da interferência, convergente com essas outras duas, de uma terceira dimensão, de algum modo relativa às características do quadro contextual em que se desenvolvem tais práticas e representações identitárias.

É uma dimensão que, no decurso da pesquisa, emergiu como tão decisiva quanto as já atrás examinadas com maior sistematicidade. Desde logo, as influências das estruturas de classes são reconvertidas, localmente, na constituição de um meio social popular de características específicas. E as influências dos modos de cultura que circulam a nível societal são recicladas na geração local de formas singulares de cultura popular urbana. Que parâmetros e mecanismos estão implicados nesta reconversão e nesta reciclagem locais?

Além disso, em termos mais gerais, que lógicas próprias e dinâmicas específicas relativas à identidade cultural alfamista decorrem de tal dimensão de estruturação social, enquanto analiticamente irreduzível às outras duas?

É claro que, em cada caso concreto, convergem múltiplos factores. O ponto está, justamente, em não deixar de convocar para a análise factores cruciais para o esclarecimento dos problemas que a pesquisa se propõe enfrentar.

O problema central de que se ocupa esta investigação é colocado pela identidade cultural de Alfama. Em que consiste essa identidade? Porque é que ela assume uma visibilidade social tão intensa? Como é que ela se gera e que efeitos desencadeia? Quais as principais dinâmicas sociais que lhe estão associadas, isto é, que convergem de modo significativo na sua produção e, em sentido inverso, na produção das quais ela aparece implicada de maneira relevante?

Todo o presente trabalho se desenvolve procurando fornecer contributos, de vários ângulos, para a análise deste problema de pesquisa. Uma hipótese central é a de que — atravessadas quer pelos processos gerais de relação entre exterior e interior ao bairro, quer pelos de relação entre permanência e mudança que nele se manifestam — a sociedade de bairro alfamista e as formas de identidade cultural que nela se geram e que ao mesmo tempo contribuem de modo decisivo para a constituir enquanto tal, são analisáveis, no essencial, em termos de três dimensões principais, irreduzíveis umas às outras no plano conceptual mas, no concreto, profundamente articuladas entre si: *cultura*, *classes* e *interacção*. O objectivo deste capítulo é complementar os anteriores com um desenvolvimento focado, de maneira específica, nesta última dimensão.

Quanto a ela, como para as outras, a hipótese referida tem fundamentos teóricos de ordem genérica, a que se fará referência adiante. Mas resulta também, nesta investigação, de inferências de tipo abduativo.<sup>1</sup> Isto é, a respectiva

---

1 Sobre as inferências de tipo abduativo — distintas das de tipo dedutivo e indutivo — enquanto formas de pensamento conjectural fundamentais em todos os processos de conhecimento e também, de maneira específica, na investigação científica, para além das propostas originais de Peirce, nomeadamente em Charles Sanders Peirce, “Dedução, indução e hipótese” (1878), in *Semiótica e Filosofia* (textos escolhidos), São Paulo, Editora Cultrix, 1975, são

formulação emergiu, no decurso da pesquisa, como conjectura teórica que, a ser pertinente, permite decifrar certos casos concretos, fenómenos empiricamente observados, os quais, de outro modo, permaneceriam intrigantes ou mal esclarecidos.<sup>2</sup> Pode ser útil, para abrir o fio de argumentos que se seguem, começar por um desses enigmas.

### Um enigma sociocultural?

Numa aproximação inicial, o aparente paradoxo pode colocar-se da seguinte maneira. Alfama, como se tem vindo a verificar, aparece nas representações correntes como um dos mais característicos bairros populares de Lisboa, situado no núcleo histórico da cidade, associado aos principais símbolos da cultura popular urbana lisboeta, do fado às festas dos santos populares, das marchas aos arraiais, das colectividades associativas à maneira de ser exemplarmente “alfacinha” dos seus habitantes: folgazões e desembaraçados, astutos e destemidos, rápidos e habilidosos no gesto, mordazes no dizer, inventivos no convívio e nas práticas lúdicas, afirmativos no bairrismo.

Como compreender então que grande parte destes homens e destas mulheres seja originária dos campos portugueses? Como se explica que muitos dos protagonistas de formas emblemáticas de cultura popular urbana sejam migrantes rurais? Mais ainda. Como é que a análise sociológica pode ajudar a tornar inteligível a produção intensa e continuada, em Alfama, dessas manifestações de cultura popular e de identidade colectiva bairrista, quando se verifica, afinal, que a rotação demográfica da população é

---

particularmente interessantes, e divertidas, as elaborações a esse propósito de Umberto Eco, por exemplo em *Os Limites da Interpretação*, Lisboa, Difel, 1992 (1990), em especial pp. 259-290. Uma referência, entre muitas outras possíveis, é também Nicholas Rescher, *Peirce Philosophy of Science*, Londres, University of Notre Dame Press, 1978, pp. 41-63.

- 2 Em alguns dos mais importantes textos metodológicos da sociologia em que se tematizam os modos de contribuição da pesquisa empírica para o desenvolvimento da teoria sociológica ou a geração de teoria a partir da investigação sociológica, a ideia de inferência abductiva integra, pelo menos de maneira implícita, a respectiva elaboração. É o caso, por exemplo, de Robert K. Merton, “Influência da pesquisa empírica sobre a teoria sociológica” (1948), in *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (1949, 1968), de C. Wright Mills, *The Sociological Imagination*, Harmondsworth, Penguin Books, 1977 (1959), com destaque para as pp. 133-146 e 215-248, de Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss, *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Nova Iorque, Aldine Publishing Company, 1967, de William Foote Whyte, *Learning From the Field. A Guide From Experience*, Beverly Hills (Cal.), Sage Publications, 1984, particularmente pp. 225-286, de Robert G. Burgess, *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1984), pp. 181-201, de Charles C. Ragin, *Constructing Social Research. The Unity and Diversity of Method*, Thousand Oaks (Cal.), Pine Forge Press, 1994, em especial, pp. 31-53 e 81-103 ou de José Madureira Pinto, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, nomeadamente pp. 82-83.

ali bastante significativa, que por ele passam importantes fluxos de mobilidade geográfica e social?

A primeira vista existem três explicações concorrentes. Uma delas consiste na afirmação de que é precisamente por serem migrantes rurais os seus habitantes que se manifestam em Alfama formas de cultura popular. Este tipo de interpretações parte do pressuposto de que só as “sociedades tradicionais” — sejam elas o que forem, a noção fica em geral a carecer de elucidação sociológica suficiente — produzem “cultura popular”.

Esta última expressão tem aqui o sentido de “sobrevivências culturais”, no contexto das modernas sociedades dominadas pela produção industrial e pós-industrial, pela economia de mercado e de empresa capitalista, pelos sistemas estatais modernos de enquadramento e regulação das pessoas e dos territórios, pelas tecnologias da informação e pela comunicação mediática, pela mundialização das relações sociais. Os meios urbanos são vistos como palco, apenas, das formas de cultura erudita e de cultura de massas. Provisória e intersticialmente sobreviveriam elementos de uma cultura camponesa importada para a cidade através das migrações.

Ora, se no plano teórico os pressupostos e o modelo de raciocínio desta tese não têm qualquer solidez, também o caso concreto em estudo não permite sustentar tal interpretação. De facto, o que está aqui em causa são formas de cultura popular *especificamente urbanas*, tomadas aliás, em geral, como manifestações por excelência de uma cultura popular lisboeta. O fado, as marchas, o tipo de festas, as colectividades de bairro, o estilo de conduta, a maneira de falar — tudo isso é emblemático do urbano, e do urbano lisboeta em particular.

Uma variante deste argumento “das sobrevivências” atribui as formas específicas de cultura observáveis no bairro ao seu hipotético carácter de “gueto” onde teriam sobrevivido em grande isolamento, fechadas sobre si próprias, em regime de reprodução autocontida, não menos hipotéticas linhagens milenares de populações de mítica origem árabe. De novo aqui a tese é teoricamente indefensável a vários títulos. Mas nem seria preciso invocá-los. A pesquisa empírica mostra de sobejo que Alfama é tudo menos um gueto social, sendo pelo contrário atravessada intensamente por relações com o exterior, muitas delas protagonizadas de maneira directa pelos seus habitantes. Estes, além disso, são em grande parte migrantes rurais. E, de modo mais geral, têm-se verificado entre a população residente, em fases sucessivas, importantes processos de rotação demográfica.

Pode conceber-se um segundo tipo de explicação, mais elaborado, recorrendo ao sistema teórico proposto por Pierre Bourdieu e, em particular, aos conceitos de habitus, trajectória e histerese.<sup>3</sup>

Segundo o autor, as condições sociais de existência, muito em especial enquanto posições relativas no espaço estruturado das distribuições desiguais de recursos e das relações de poder, produzem sistemas de disposições

incorporadas pelos agentes sociais, os *habitus*, os quais actuam como *princípios geradores* das práticas sociais, nos vários campos em que elas se desdobram, e como *esquemas classificatórios* dessas mesmas práticas, desenvolvidas pelos próprios e pelos outros. Os *habitus*, “estruturas estruturadas e estruturantes”, como diz Bourdieu, são deste modo geradores e organizadores das práticas culturais e, em geral, das práticas sociais desenvolvidas pela população do bairro, bem como dos seus estilos, gostos, julgamentos e representações.

Mas, acrescenta o autor, os agentes sociais estão envolvidos em *trajectórias* de vida, no decurso das quais podem ser colocados em condições sociais diferentes das que presidiram à inculcação anterior dessa “gramática geradora” de práticas e classificações que é o *habitus*. É o que Bourdieu designa por *histerese* do *habitus*, activação “retardada” das disposições incorporadas, situação que resulta do desfasamento entre as características sociais do espaço estrutural de inserção dos agentes em dois momentos da respectiva *trajectória*, o da aquisição das regras da prática social e o do seu accionamento efectivo.

A esta possível fonte de equívocos, má avaliação, inadequação de aspirações, práticas desajustadas — mas também, porque não, potencial base de astúcias, despoletador de ambições e criatividade, trampolim de realizações — Bourdieu chama por vezes, de maneira esclarecedora, *efeito Dom Quixote*.<sup>4</sup>

O efeito de *histerese* interessa aqui na medida em que constitua via explicativa para o aparente paradoxo acima equacionado. Em termos esquemáticos, poder-se-ia dizer que os migrantes rurais, colocados num contexto social diferente do de origem, ao accionarem em meio urbano um sistema de disposições incorporadas basicamente em meio rural, produziriam um estilo de práticas diferente do que desenvolveriam na aldeia. E diferente, também, do que tenderia a ser desenvolvido por urbanitas nativos.

Daí, por um lado, a produção de uma cultura popular urbana e não de uma cultura popular rural. Mas daí também, por outro lado, a produção de uma cultura popular urbana com maiores afinidades com as culturas populares rurais do que com outros modos de cultura urbana. Com efeito, dos princípios teóricos referidos é possível deduzir, como corolário, a hipótese de que exista uma *homologia estrutural* entre essas duas configurações culturais, geradas pelo mesmo *habitus* em contextos sociais diferentes.

Podem ainda tirar-se daqui várias consequências, em forma de hipóteses derivadas, a confrontar com a pesquisa empírica e a integrar, deste modo,

---

3 São conceitos desenvolvidos pelo autor em toda a sua obra. Ver, por exemplo, Pierre Bourdieu, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979, nomeadamente pp. 109-248.

4 A possibilidade de estes desfasamentos poderem conduzir não só à “adaptação” e à “resignação” mas também à “inadaptação” e à “revolta” é mencionada em textos mais recentes de Pierre Bourdieu, nomeadamente em “Les fins de la sociologie réflexive”, in Pierre Bourdieu e Loïc J. D. Wacquant, *Réponses*, Paris, Éditions du Seuil, 1992, p. 106.

no processo de “administração da prova” concernente à tese principal. Assim, este mesmo articulado conceptual permite abordar analiticamente a clivagem entre os migrantes rurais que são protagonistas efectivos das manifestações várias de cultura popular urbana constitutivas da face mais visível de Alfama e os que vivem no bairro um quotidiano de maior isolamento ou de distância em relação ao fado, às festas, às marchas, à frequência de colectividades, às práticas culturais pelas quais o bairro é conhecido.

Como se viu em capítulo anterior, esta é uma clivagem ideal-típica, remetendo para um universo cheio de gradações, ambiguidades, sobreposições e mudanças, não recobrando de maneira linear as reais origens geográficas, antes servindo localmente para rotular as principais modalidades de inserção nas redes sociais e no quotidiano alfamistas. Contudo, as distinções não deixam de ocorrer e certas relações preferenciais de se manifestar. Por exemplo, muitos dos migrantes do segundo modo referido de inserção local são aqueles que mais aparecem nos encontros da Casa da Pampilhosa, nos seus almoços, bailes e leilões para melhoramentos nas aldeias.

Curiosamente, poder-se-ia argumentar, ainda na linha que se tem vindo a expor, que um certo fecho relativo do espaço físico do bairro e a densificação de redes sociais a ele internas proporcionariam a manutenção de algum vigor destas duas formas de expressão cultural popular: a que é mais visível, associada à identidade cultural alfamista, e a que materializa aspectos de cultura popular rural, desafectos da identidade de bairro e pouco evidenciados perante o exterior.

Nestas condições contextuais, os sistemas de disposições incorporadas poderiam, pelo menos em alguns dos seus componentes, estar ao abrigo de intensas reformulações decorrentes da inserção no espaço urbano mais vasto. Deste modo, um habitus de origem rural mais preservado seria o melhor veículo quer da produção destas formas específicas de cultura urbana local, quer da sobrevivência na cidade de elementos de cultura camponesa. Por isso, em bairros de outro tipo não se manifestaria nem uma nem outra destas formas culturais.

Generalizando, se nem todos os bairros citadinos têm fortes manifestações de uma cultura popular urbana localmente enraizada e não apresentam uma vincada identidade cultural associada a formas culturais desse género, seria porque não oferecem condições contextuais de preservação, nalguns dos seus traços essenciais, de um habitus de origem camponesa.

Poder-se-ia avançar ainda mais no desdobramento das hipóteses e propor a interpretação de que, nos casos em que a mencionada preservação do habitus de origem tende, por qualquer motivo, a ocorrer, se podem verificar casos de preponderância de uma ou outra das duas versões homólogas de configurações culturais referidas. Assim, nuns casos ter-se-ia produção de formas de cultura popular urbana, como em Alfama. Noutros casos, ter-se-iam “sobrevivências” de culturas populares de origem camponesa, o que se passaria sobretudo em

certos núcleos de migrantes rurais estabelecidos directamente em zonas periféricas da metrópole lisboeta.

Esta segunda linha explicativa, por mais virtudes que possua — e algumas das suas potencialidades terão ficado suficientemente assinaladas — não deixa de despertar reticências. Os problemas provêm tanto de explicar demasiado como de explicar insuficientemente. De facto, ficam sempre em aberto a natureza e a importância das referidas *condições contextuais*, diferenciadas, onde são accionados os sistemas de disposições previamente incorporados, e que contribuem para os resultados culturais apontados, também eles distintos. Isto quanto à insuficiência da explicação.

Do mesmo modo, agora quanto ao excesso de determinação explicativa contido no argumento, importa notar que, apesar de tudo, nem todos os habitantes de Alfama são migrantes rurais. Muitos deles não são. Um número muito significativo nasceu no bairro. Outros foram para lá viver mas provenientes de outras áreas urbanas, designadamente de Lisboa. Boa parte dos mais relevantes intervenientes nas práticas económicas e simbólicas, nas redes de influências e nas relações de sociabilidade do bairro é constituída por alfamistas de origem. Esse é, aliás, o estereótipo dominante.

Além disso, encontram-se, relativamente a Alfama, referências variadíssimas à manifestação continuada ali, ao longo dos tempos, de formas específicas de cultura popular urbana. Formas essas que são, aliás, partilhadas, num conjunto de aspectos, por outros dos chamados “bairros populares” lisboetas.

Mas há uma terceira possibilidade explicativa, uma terceira linha de contributos para a elucidação do fenómeno em foco. Para a desenvolver impõe-se partir de uma estratégia analítica em certa medida simétrica em relação às duas anteriores.

A questão colocada era a de como compreender a produção de formas de cultura popular urbana e de forte identidade bairrista num contexto social em que os protagonistas dessas práticas e representações são, em número significativo, migrantes rurais. As duas hipóteses explicativas discutidas até agora podem resumir-se nisto: ou as manifestações culturais observadas são efectivamente de origem camponesa, importadas para meio urbano; ou o que é importado é o sistema gerador de práticas e representações, o *habitus*, produzido ele próprio, no essencial, em meio rural.

Mas porque é que a produção de modos de cultura popular urbana como os observados em Alfama deveria decorrer necessariamente, no fundamental, de algo “importado” de zonas rurais? Porque não convocar, logo na primeira linha de hipóteses, e a par de outras dimensões fundamentais como as atrás analisadas (lógicas simbólicas e padrões culturais, estrutura de classes e trajetórias sociais), as dimensões contextuais e interaccionais?

Porque não procurar analisar em que medida, e como, é que as formas culturais referidas, e em especial as práticas e representações identitárias, se

articulam com a configuração do quadro social local em que se produzem, re-produzem e transformam, neste caso o próprio contexto urbano do bairro?

### O bairro como quadro de interacção

Um desenvolvimento mais preciso destas questões pode conseguir-se recorrendo ao conceito de *quadros de interacção*. No imediato, uma definição auto-contida, em sentido convencional, seria necessariamente formalista. Importa sim, antes de mais, avaliar as respectivas potencialidades cognitivas na investigação empírica e no debate teórico, tendo em conta as articulações conceptuais pertinentes.<sup>5</sup>

Em todo o caso, é conveniente chamar desde já a atenção para que, com o conceito de quadros de interacção, se pretende dar espaço conceptual e elaboração teórica a aspectos como: a) a dimensão contextualizada das práticas sociais; b) a lógica específica dos processos de interacção; c) a formação de sistemas de relações sociais, relativamente integrados e delimitados, assentando na interacção em co-presença directa — ou por vezes, também, em certos dispositivos, sociais e tecnológicos, de alongamento e amplificação dos processos interaccionais; d) a estruturação social desses sistemas enquanto feixes multidimensionais, contextualmente densificados e interaccionalmente regulados, de regras e recursos, de condições e padrões da acção social; e) os modos como as condições estruturais, os sistemas institucionais, as configurações culturais e os processos sociais de âmbitos mais vastos se actualizam nesses contextos de interacção, e como parte significativa das influências dos primeiros nas práticas sociais é mediada pelos últimos ou é intersectada pela interferência específica deles.

A hipótese que se pode assim desenvolver, quanto ao problema concreto em análise, é a de que, se em Alfama se produzem as referidas formas de cultura popular urbana e de identidade bairrista, é, desde logo, porque as características do quadro de interacção que ali se estabelece possibilitam e induzem esse conjunto particular de práticas e representações. As modalidades de vincada identidade cultural que se geram no bairro não se podem perceber sem se atender, em primeira linha, a que é de um certo tipo o quadro de interacção constituído no bairro, e apesar de, ou melhor, um tanto indiferentemente a os agentes que compõem o meio social popular local serem de origem camponesa, urbana recente ou urbana antiga.

---

5 Um dos sociólogos que mais têm teorizado a recusa de definições conceptuais isoladas, no duplo sentido de isoladas de um quadro relacional de conceitos e de isoladas da utilização dos conceitos na investigação empírica é Pierre Bourdieu. Veja-se, por exemplo, Pierre Bourdieu, “Les fins de la sociologie réflexive”, in Pierre Bourdieu e Loic J.D. Wacquant, *Réponses*, Paris, *op. cit.*, pp. 71-72 ou “Espaço social e espaço simbólico”, in *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1994), pp. 3-4.

Impõe-se, no entanto, uma clarificação. Não se quer, de modo nenhum, subscrever com isto uma análise apenas situacional e sincrónica dos fenómenos sociais. Não é disso que se trata. É claro que para compreender o tecido social de Alfama, as práticas sociais que nos mais diversos campos ali se manifestam, os processos sociais que atravessam o bairro e, muito em especial, tudo o que tem a ver com a identidade cultural alfamista, é necessário analisar uma constelação de múltiplos factores, constituídos a diversos níveis. É decisivo ter em conta, nomeadamente, as estruturas sociais e os processos históricos envolventes bem como, mais em particular, a relação com essas estruturas e processos dos perfis e trajectórias sociais que caracterizam os protagonistas locais.

Mas trata-se de estruturas e processos que vão inscrevendo a sua presença, não só na constituição e no percurso social desses protagonistas, mas também no contexto relacional em que se geram as práticas sociais, as formas culturais e as dinâmicas identitárias de que se tem vindo a falar. Os efeitos de tais estruturas e processos na produção local de formas específicas de cultura popular urbana e de identidade de bairro não podem ser só interpretados como concretizando-se através dos agentes sociais (propriedades objectivadas e incorporadas) mas também como actuando através do quadro de interacção local. Quadro esse que contribuem para estabelecer e que, por sua vez, os refracta segundo a sua lógica própria, contextual e interaccional, reconfigurando-os nas incidências que ali têm.

Em Alfama o tecido social e a configuração cultural não seriam o que são sem a composição de classe, o meio social popular, os modos de vida e os tipos de trajectórias sociais que ali se observam.

Mas também não o seriam sem as características do quadro de interacção local, características de natureza *morfológica, relacional e simbólica*.

De maneira mais descritiva, avultam, na constituição deste quadro de interacção, os elementos seguintes: a especificidade da malha urbana, o carácter materialmente fechado do bairro, as escadinhas, becos e vielas apertadas; as relações que se estabelecem entre as habitações e a rua, com a intensa utilização desta última em regime de prolongamento da casa e espaço colectivo de vizinhança; a constituição de subunidades locais de relacionamento intenso polarizadas por um certo pátio, largo ou esquina e por outros elementos organizadores, tais como uma colectividade, uma tasca ou um café-leitaria; as densas redes de vizinhos, familiares, conterrâneos, amigos e membros das mesmas associações, de vários tipos; a configuração particular das relações de dominação e influência, de patrocínio e clientelismo, de poder e dependência ligadas aos círculos do trabalho portuário, às actividades turísticas, às colectividades associativas locais, às filiações sindicais e partidárias, a um certo mundo de marginalidade; a sobreposição, parcial mas significativa, que se verifica no bairro entre local de trabalho, de residência e de lazer; os códigos ali vigentes que organizam a conduta, sistematizam os gostos, fazem compartilhar estilos de

procedimento, delimitam o permitido e o interdito; a impregnação da vivência quotidiana pelas formas locais de cultura popular urbana e pela identidade colectiva bairrista.

São, todos estes aspectos, componentes importantes do quadro de interacção que o bairro constitui.

A propósito de outro contexto social, no caso inserido no espaço rural, José Madureira Pinto salienta a relevância de duas dimensões analíticas convergentes com as que aqui se procura retomar no conceito de quadros de interacção. Uma delas, no plano simbólico, tem a ver com a importância de processos que o autor descreve como de “manutenção de formas de regulação estrita das práticas sociais, apelando para um complexo e ritualizado processo de ratificação social em que a comunicação oral e a gestualidade desempenham um papel decisivo”, acrescentando logo a seguir que é a redundância de tais procedimentos simbólicos que garante a sua eficácia.<sup>6</sup> Outra, no plano relacional, reporta-se à “importância das relações de interconhecimento na configuração dos principais processos sociais locais”.<sup>7</sup>

O autor mostra como, no caso do contexto social rural que analisa, estes dois vectores articulados, em conjugação com os efeitos das estruturas sociais mais amplas, são decisivos na produção das práticas sociais da população local e, em particular, das práticas simbólico-ideológicas.

Ora Alfama é, pelo seu lado, um quadro social onde adquirem também grande importância estas duas dimensões. As relações de interconhecimento são altamente estruturantes da vida social da população residente, dos seus padrões de conduta e das formas culturais por ela produzidas. Alguns dos aspectos mais significativos em que as relações de interconhecimento ali se concretizam incluem a forte presença das práticas de vizinhança e da vida associativa, as densas redes de parentesco e de conterraneidade, as sobreposições entre círculos residenciais e profissionais, as formas de sociabilidade intensa ali verificadas.

Não menos significativa revela-se a existência, no bairro, de um conjunto de aspectos — entrelaçados, aliás, com os anteriores — que vão desde as formas culturais fadistas e festivas até aos padrões altamente codificados da interacção quotidiana, em domínios como os da sociabilidade e da sobrevivência, da competição e da solidariedade, do relacionamento sexual e da actividade associativa, da ocultação e da exibição face ao exterior. São exemplos da redundância de mecanismos simbólicos e comunicacionais que impregnam e regulam a vida social local.

Não surpreenderá que uma e outra dimensão contribuam também, de maneira decisiva, para a produção das práticas e representações identitárias que se podem observar em Alfama.

---

6 José Madureira Pinto, “Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em colectividades rurais”, *Análise Social*, n.º 66, 1981, p. 206.

7 *Idem*, p. 199.

Retomando então a exploração da terceira hipótese acima enunciada, pode dizer-se que a capacidade de emergência e afirmação de uma identidade cultural como a de Alfama decorre em larga medida do facto de aí se constituir um quadro de interacção que, no que respeita nomeadamente às dimensões referidas, não é muito dissemelhante dos que ocorrem ou ocorreram em muitas aldeias. Manifestam-se no bairro condições estruturais de enquadramento das interacções quotidianas a que parece poderem imputar-se efeitos homólogos aos desses contextos rurais, na quota-parte que lhes cabe na produção de práticas sociais, formas culturais e dinâmicas identitárias.

Simplificando ao máximo, apenas com o intuito de clarificação do raciocínio, quase se poderia dizer que existem em Alfama modalidades singulares de cultura popular urbana, constituintes da identidade cultural local, não tanto porque tal seja o resultado de alguma importação para a cidade de formas culturais ou disposições interiorizadas, mas porque o quadro de interacção do bairro tem uma configuração específica, parcialmente homóloga das que caracterizam aqueles contextos rurais, em alguns dos aspectos que também nas aldeias são importantes para a produção das suas práticas culturais. O que não significa, claro está, que todos os aspectos do quadro de interacção alfamista sejam homólogos aos das aldeias.

As proposições anteriores precisam de ser enquadradas, complementadas e relativizadas. Na linha geral de argumentação que se tem vindo a seguir, foram inventariadas três abordagens possíveis do aparente paradoxo que consiste em formas específicas de cultura popular urbana serem produzidas por protagonistas sociais em grande parte com origens rurais. A sequência expositiva exigiu apresentá-las uma de cada vez. Mas não se trata de vias de análise exclusivas em absoluto umas das outras, sobretudo as duas últimas. Na verdade, parece ser indispensável recorrer, em convergência articulada, aos conceitos de base utilizados em ambas.

Os processos de produção continuada das formas de cultura popular urbana e da identidade de bairro que se podem encontrar em Alfama decorrem das características do quadro de interacção que ali se constitui bem como das características de composição social da população residente, muito em especial dos sistemas de disposições interiorizadas de que os seus elementos são portadores. Ou, melhor dito, têm origem, em larga medida, na convergência local de dois princípios geradores, isto é, dos específicos sistemas de disposições incorporados pelos protagonistas sociais que ali vivem com o igualmente específico quadro de interacção em que essas práticas e representações ocorrem.

Num plano teórico mais geral, e numa formulação esquemática, poder-se-ia dizer que se procura aqui superar certas limitações da teoria da prática proposta por Pierre Bourdieu complementando o conceito de *sistemas de disposições*, nela central, com o conceito de *quadros de interacção*. Os quadros de interacção são também, como os sistemas de disposições, formas de mediação entre as estruturas sociais, em sentido amplo, e as práticas sociais. Tal como os sistemas

de disposições, os quadros de interacção podem conceber-se como *estruturados*, pelos espaços relacionais de condições de existência e pelas dinâmicas sociais globais, e *estruturantes*, das práticas e representações para cuja produção contribuem como princípios geradores fundamentais.

Mas o conceito de *quadros de interacção* chama a atenção para determinados aspectos específicos, em particular para a interferência efectiva, na produção das práticas e representações sociais, daquilo que, de maneira algo vaga mas sintética, se poderia chamar *contextos sociais*, e para que deles fazem parte intrínseca duas dimensões a não descurar conceptualmente.

Uma, reporta-se aos *processos de interacção*, com as suas dinâmicas constitutivas próprias, irredutíveis a outros planos de estruturação social — embora articulados com eles, em modalidades diversas, no decurso das práticas e processos sociais concretos. Outra, diz respeito aos *quadros contextuais* onde tais processos de interacção se desenrolam. São quadros cuja configuração — morfológica, social e cultural — influi nos padrões interaccionais das práticas que neles ocorrem e que, sendo por sua vez, em parte, resultado emergente dessas práticas locais e quotidianas, decorrem também, em facetas e graus variáveis, de outras instâncias e de outros processos de estruturação social, de âmbitos mais alargados. Entre estas instâncias e estes processos podem ser relevantes, nomeadamente, para continuar a um nível conceptual bastante genérico, os modos de organização territorial, os sistemas institucionais e os processos de acção colectiva.

No desenvolvimento do conceito de quadros de interacção estão implícitas referências teóricas centrais da sociologia. Há elementos conceptuais importantes que se podem ir buscar, desde logo, a clássicos como Durkheim e Simmel, bem como a fundadores do interaccionismo simbólico como Cooley, Thomas e Mead. Em contribuições posteriores, como as de Elias, Goffman ou Garfinkel, encontram-se também elementos decisivos a este respeito.

Quanto aos sociólogos contemporâneos, revela-se não menos importante, quer o recurso a aspectos gerais, embora de diversa índole, do trabalho de autores tão diferentes como Jurgen Habermas, Raymond Boudon ou Anthony Giddens, quer a abordagens mais especializadas, no domínio em causa, como as de Jonathan Turner ou Derek Layder.

A estes autores poder-se-ia acrescentar vários outros — não só da sociologia, aliás, mas também da antropologia e da psicologia social — susceptíveis de releitura e convocação selectiva de elementos teóricos, retrabalhados no sentido da fundamentação e elaboração de um conceito de quadros de interacção como o aqui proposto.

Retomar-se-á, no decurso do presente capítulo, a análise destas e doutras referências teóricas, procedendo a uma explicitação sintética dos contributos que delas é possível canalizar para o conceito de quadros de interacção. Mas procurar-se-á fazê-lo a par ou na sequência da apresentação e discussão de elementos empíricos pertinentes, recolhidos através da pesquisa de terreno.

Antes disso, importa completar o exame que se vinha fazendo, a propósito da tentativa de resposta a um problema concreto de pesquisa, das articulações entre o conceito de quadros de interacção e o conceito de sistemas de disposições, entendido este último segundo a teorização de Pierre Bourdieu. Os objectivos não são só de elucidação teórica geral. Procura-se, também, explorar o potencial analítico dessa articulação de conceitos quanto à produção de identidade cultural em Alfama.

Os quadros de interacção não são o mesmo que os *campos*, tais como conceptualizados por Bourdieu. O conceito de campo reporta-se a domínios específicos das práticas sociais (campo económico, campo mediático, campo científico, campo artístico, campo desportivo, etc.), domínios esses analisados segundo uma perspectiva privilegiada, a que salienta aquilo que neles releva das posições relativas desiguais, do confronto de interesses, das dinâmicas de concorrência, das relações de dominação. Na medida em que é essa a lógica dos campos, cada um, tendendo embora a dotar-se de uma certa autonomia relativa, a estruturar-se segundo as suas regras próprias — sem o que, aliás, não se poderia com propriedade falar de campo — não deixa de apresentar algumas homologias com os outros. E não deixa de haver alguma convertibilidade, se bem que variável, dos recursos valorizados num certo campo em recursos valorizados nos restantes.

Mas nada disto remete para os aspectos mais contextualizados e interactivos das práticas sociais que se pretende captar com o conceito de quadros de interacção. Para Bourdieu as práticas originam-se na convergência entre *habitus* (mais capitais objectivados) e campo, o que, sendo importante, é insuficiente, pelo menos em pesquisas do tipo da que aqui se empreende.

O conceito de quadro de interacção não é coextensivo do de campo. Por um lado será muitas vezes menos extenso do que um determinado campo. O quadro de interacção do bairro de Alfama não tem a amplitude, como é óbvio, de todo o campo das práticas culturais populares, por exemplo. Por outro lado, os espaços, as regras e os recursos que constituem os quadros de interacção relevam, em geral, de mais de um campo. Em Alfama, o quadro de interacção local organiza práticas que se situam tanto no campo das actividades e estratégias económicas como no dos estilos de vida, tanto no das formas de expressão cultural como no da concorrência interpartidária, tanto no dos modos de apropriação do espaço como no do associativismo popular, entre outros.

Não se trata também de *conjuntura* ou de *situação*, dois conceitos acerca dos quais, aliás, Bourdieu não elabora muito.<sup>8</sup> A questão é que os quadros de interacção não são mais “conjunturais” que os sistemas de disposições. Pelo contrário, são formas estruturadas, regularidades sedimentadas, cristalizações com flexibilidades diferenciadas. Se as práticas sociais ocorrem sempre em conjuntura, não é menos importante ter em conta que nelas se actualizam, conjunturalmente, quer os sistemas de disposições dos protagonistas, quer os quadros de interacção em que eles as desenvolvem.

Na obra do autor aparecem passagens como a seguinte: “falar de *habitus* de classe (ou de ‘cultura’, no sentido da competência cultural adquirida num grupo homogéneo) é, pois, lembrar, contra todas as formas da ilusão ocasionalista que consiste em relacionar directamente as práticas com propriedades inscritas na situação, que as relações ‘interpessoais’ nunca são senão em aparência relações *de indivíduo a indivíduo* e que a verdade da interacção nunca reside inteiramente na interacção: coisa que esquecem a psicologia social e o interaccionismo ou a etnometodologia quando, reduzindo a estrutura objectiva da relação entre os indivíduos reunidos à estrutura conjuntural da sua interacção numa situação e num grupo particulares, entendem explicar tudo o que se passa numa interacção experimental ou observada pelas características experimentalmente controladas da situação, como a posição relativa dos participantes no espaço ou a natureza dos canais utilizados”.<sup>9</sup>

Há muito de pertinente no que diz o autor. Mas afirmar que “a verdade da interacção nunca reside *inteiramente* na interacção” (s. n.) não pode vir a entender-se, num deslizamento de sentido involuntário ou deliberado, como querendo dizer que a verdade da interacção *nunca tem nada a ver* com interacção. E, se assim é, então o quadro conceptual e o dispositivo analítico têm de contemplar esses aspectos de maneira suficientemente desenvolvida e teoricamente explicitada. Não se pode ignorar o conjunto de efeitos específicos atribuíveis aos processos de interacção e aos quadros contextuais que para ela são directamente relevantes.

Além disso, a estrutura contextual da interacção (os quadros de interacção) não pode ser confundida com uma “estrutura conjuntural”. A singularidade conjuntural, com toda a constelação de dimensões e processos que nela convergem, é outra coisa. Se a estrutura dos quadros de interacção se actualiza nas diversas e sucessivas conjunturas, e se apenas existe efectivamente nas actualizações conjunturais em que se vai manifestando, o mesmo acontece, nem mais nem menos, com quaisquer estruturas sociais.

Assim, com todos os riscos de excessiva simplificação inerentes aos enunciados sintéticos, a hipótese que a partir destas considerações se pode formular relativamente a Alfama é que as práticas e representações sociais ali

---

8 Em Bourdieu, “conjuntura” aparece como a conjunção, num momento dado, de certas disposições incorporadas e de uma “situação” ou “acontecimento”. Veja-se, por exemplo, Pierre Bourdieu, *Esquisse d’une Théorie de la Pratique: Précédée de Trois Études d’Éthnologie Kabyle*, Genèbra, Librairie Droz, 1972, p. 185. Por sua vez, “situação” não é objecto de nenhuma elaboração conceptual particular pelo autor, nem mesmo em textos mais recentes em que a questão é abordada (veja-se, por exemplo, Pierre Bourdieu, “Les fins de la sociologie réflexive”, in Pierre Bourdieu e Loïc J. D. Wacquant, *Réponses, op. cit.*, pp. 107-110), em contraste com o estatuto teórico de primeira importância que lhe foi atribuído logo no primeiro interaccionismo simbólico, sobretudo através do conceito de “definição da situação”.

9 Pierre Bourdieu, *Esquisse d’une Théorie de la Pratique: Précédée de Trois Études d’Éthnologie Kabyle, op. cit.*, p. 184.

observáveis, muito em especial as directamente reportáveis à produção local de formas singulares de cultura popular urbana e de uma forte identidade bairrista, se geram, antes de mais, na *convergência* entre os *sistemas de disposições da população residente*, com as características próprias à composição de classe nela prevalecente e às respectivas trajectórias sociais, e o *quadro de interacção local*, com as não menos específicas características morfológicas, relacionais e simbólicas que o configuram.

Em Alfama, o carácter fechado da organização espacial, as relações de dominação e dependência e as redes de solidariedades, alianças e clientelas que atravessam o bairro, a sobreposição para muitos alfamistas das esferas do trabalho, da habitação e do lazer, a densidade, intensidade e repetição das interacções quotidianas, a natureza de muitas das actividades ali praticadas, como o pequeno comércio, os serviços pouco qualificados e o trabalho braçal, as fronteiras porosas e as intersecções ambíguas entre várias modalidades de economia formal e informal — tudo isto gera e solicita códigos de reconhecimento mútuo, sistemas de comunicação privativos, processos de controlo social e garantias de lealdade de que as práticas culturais e as representações identitárias são veículo e forma de expressão.

Para poder existir e desenvolver as suas estratégias de vida neste universo social hipercodificado, em que impera a redundância de mecanismos relacionais e simbólicos, qualquer um, seja lisboeta ou de outra região, precisa de se dotar rapidamente de um conhecimento, em parte consciente e reflexivo, em parte implícito e automático, das formas adequadas de proceder e interagir nas várias situações que o quotidiano social lhe impõe ou proporciona.

É um processo que se traduz, para os que sempre viveram no bairro, numa aquisição de sistemas de disposições sintonizados desde o início com os padrões culturais e relacionais da vida social local. E que produz, nos migrantes de origem rural que, em determinado momento dos seus percursos de vida, ali se instalaram, um efeito reconfigurador dos sistemas de disposições respectivos.

Esse efeito de ressocialização pode ser mais ou menos profundo e pode também, em bastantes casos, resultar como que numa sobreposição de novas competências e orientações a outras, anteriores, que não desaparecem pura e simplesmente. Reinserem-se, sim, num sistema de disposições em parte reconstruído, como um todo, mas que contém agora segmentos relativamente diferenciados, accionáveis de maneira selectiva em diversas circunstâncias.

O “xadrez em dois tabuleiros” de que se falava no capítulo anterior também passa por aqui. As disposições de origem rural não deixam de se manifestar com clareza, embora acompanhadas de outras facetas, nos contactos mantidos com a “terra” e nos períodos de regresso a ela, muito em especial por parte de reformados. Na pesquisa de terreno não foi incomum encontrar as mesmas pessoas no bairro e na aldeia, em alturas diferentes, agindo de maneiras consonantes com cada um dos contextos, às vezes segundo estilos de

comportamento que, à primeira vista, se diria incongruente poderem ser desenvolvidos por um mesmo protagonista social.

As dinâmicas sociais da identidade cultural de Alfama incluem, em ligação com todo o processo em análise, uma modalidade específica de um conjunto peculiar de mecanismos sociais e simbólicos que se podem observar no bairro, designáveis por *táticas de camuflagem*. Com efeito, como noutras passagens se tinha já assinalado, não faz parte da imagem corrente de Alfama serem muitos dos seus habitantes originários de espaços rurais. A ausência de menção a tal facto manteve-se por muito tempo, apesar do volume e continuidade desse fluxo migratório. Foi possível muitos estudiosos, eruditos e curiosos passarem inúmeras vezes pelo bairro, falarem das suas características urbanísticas e socioculturais, e não se aperceberem deste fenómeno.

É que a “maneira de ser” alfamista, com os traços que lhe costumam ser atribuídos, e o associado pressuposto de que quem a possui tem ali um enraizamento imemorial, de que sempre esteve intimamente familiarizado com os meandros, os recursos, os saberes e os procedimentos considerados como característicos deste espaço urbano — constituem um trunfo importante a ser jogado, de várias formas, no quotidiano do bairro, uma espécie de certificado de que se pode, sabe e quer participar nas suas actividades e relações; ou, na terminologia essencialista comum nas representações identitárias, uma comprovação de que a ele “genuinamente se pertence” ou dele “verdadeiramente se faz parte”.

Nas dinâmicas sociais constitutivas da identidade cultural de Alfama esta é, pois, uma faceta de valorização positiva acentuada, de certo modo simétrica às de sinal desvalorizador e conotação negativa congregadas pelo tema da “má fama”.

Jogar esse trunfo identitário é uma astúcia que, se começa por ser deliberada e desajeitada nos primeiros tempos de permanência dos migrantes rurais, depressa tende a tornar-se elemento incorporado, componente do sistema de disposições gerador de respostas práticas em variadas situações sociais. Trata-se, como se disse, de uma efectiva reconfiguração do habitus, no caso dos migrantes rurais, ou de algo dele constitutivo à partida para os que já na infância ali viveram. Em qualquer caso, é um instrumento importante para o relacionamento quotidiano entre os habitantes do bairro; e, não menos importante para o relacionamento com o exterior, nas circunstâncias em que, dando credibilidade à imagem, há que exhibir e fazer valer o conjunto de virtualidades atribuídas às “artes de ser e de fazer” do alfamista.<sup>10</sup>

Mas, talvez mais importante ainda para o problema central aqui em apreço, é a outra face, complementar, de todo este processo. Com efeito, este último é largamente responsável pela riqueza de aspectos simbólicos evidenciada nas formas locais de cultura popular urbana e, num duplo sentido, pelas modalidades singulares de identidade cultural protagonizadas pela população alfamista.

Isto é, não são só os sistemas de disposições dos residentes no bairro — pelo menos dos de perfil social popular, componentes maioritários da respectiva população — que, perante um quadro de interacção com as características do de Alfama, são conduzidos a configurar-se ou a reconfigurar-se segundo modelos reputados como emblemáticos dos meios populares lisboetas.

Para além disso, os modos de vida populares que se desenvolvem num quadro de interacção deste tipo, requerem e propiciam a geração, constantemente reproduzida e renovada, de reportórios e códigos simbólicos específicos, singulares nas suas formas e exuberantes nas respectivas manifestações. Deste ponto de vista, as formas de cultura popular urbana que ali impregnam em profundidade a vida de bairro são intensa e continuamente produzidas em Alfama porque se constituem em linguagem local própria, em meio ambivalente de expressão e de camuflagem, num conjunto de instrumentos simbólicos e relacionais de controlo social, de coordenação informal e de afirmação identitária. A redundância intensa e a codificação elaborada são características fundamentais destes dispositivos socioculturais.

De tudo isto decorrem dinâmicas identitárias de dois tipos, profundamente interligadas, mas analiticamente distinguíveis quanto ao nível a que se situam e aos mecanismos em que assentam.

Um, de “primeiro grau”, por assim dizer, estão directamente associadas à aprendizagem dos padrões de conduta locais, ao desenvolvimento de competências instrumentais e relacionais necessárias e eficazes nesse contexto, à interiorização de sentimentos de pertença ao bairro, ao desenvolvimento de estratégias de afirmação desse vínculo — ou então da respectiva ocultação cúmplice face ao exterior, em certas circunstâncias.

Outras, sobrepostas às anteriores no concreto do relacionamento quotidiano e da vivência local, surgem como dinâmicas identitárias de “segundo grau”, na medida em que, resultantes derivadas da específica criatividade sócio-simbólica local, passam pela singularidade expressiva das formas de cultura popular urbana que dela resultam, nas quais os alfamistas se revêem como obra cultural objectivada da sua autoria colectiva. A esse título, constituem manifestação por excelência da identidade cultural do bairro.

---

10 Expressão utilizada, para uma análise semelhante, mas num contexto organizacional industrial, em António Firmino da Costa, Maria das Dores Guerreiro, Francisco da Silva Freitas e Maria Helena Ferreira, *Artes de Ser e de Fazer no Quotidiano Operário: Uma Pesquisa Sociológica sobre Sistemas de Trabalho e Identidades Culturais Operárias*, Lisboa, CIES/ISCTE, 1984, e inspirada — na terminologia, embora apenas em parte na conceptualização — em Michel de Certeau, *L'Invention du Quotidien: Arts de Faire*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1980.

## Malha urbana, vizinhança e redes sociais

A consideração do bairro como quadro de interacção permite focar a análise num conjunto de parâmetros e processos que contribuem de maneira específica para a identidade cultural de Alfama.

Dois pilares em que assenta a configuração particular deste quadro de interacção são a *malha urbana* do bairro e as *redes sociais* em que está envolvida a população aí residente. Para além de outros aspectos, na intersecção entre esses dois parâmetros emergem processos de interacção de um tipo particular, de grande importância em Alfama, os *processos de vizinhança*, cujas repercussões são decisivas, localmente, nas práticas sociais, culturais e identitárias.

Sobre a morfologia física do bairro não será já necessário dizer muito mais, depois das diversas referências descritivas e analíticas que a esse respeito se foram apresentando, desde o primeiro capítulo até ao presente. A malha urbana é antiga, densa, irregular. As casas são, na sua maioria, bastante pequenas, com reduzido espaço interior, e só gradualmente muitas delas têm vindo a ser dotadas de cozinha e casa de banho. As ruas, na generalidade dos casos, são constituídas por escadinhas íngremes, vielas tortuosas e becos apertados, entrelaçando-se pela encosta abaixo num dédalo difícil de mapear mentalmente. No seu interior, é quase inevitável o forasteiro perder-se — embora a inclinação da encosta o faça, ao fim de mais ou menos tempo, desaguar, como as águas da chuva, na parte ribeirinha, junto ao centro de gravidade espacial e humano do bairro, o Largo do Chafariz de Dentro.

Visto de fora — seja de cima, dos miradouros, seja de baixo, do lado do Tejo — o bairro aparece como um aglomerado de casario impenetrável, onde os telhados encostados não deixam discernir o traçado das ruas. De dentro, subindo e descendo escadarias de pedra, dobrando esquinas abruptas, hesitando entre percursos cruzados, está-se sempre entre paredes estreitas que negam visão de conjunto. Quando se chega — e muitas vezes acontece — a um local onde se intercala uma abertura, avista-se o rio, mas o desenho das ruas permanece oculto. Tudo isto não pode deixar de suscitar fortemente, a quem percorre o bairro, a ideia de labirinto.

Um cenário urbano deste tipo, para além de interpelar o imaginário dos visitantes, acaba por ter, em convergência com outros factores, efeitos significativos nas práticas e nas representações dos moradores. Alguns desses efeitos têm a ver, aliás, com o facto de uma malha urbana deste género propiciar uma relação muito diferente com o espaço local por parte da população residente e por parte dos visitantes.

Mais do que em muitos outros contextos urbanos, com traçado mais facilmente “decifrável”, a assimetria nas capacidades de apropriação cognitiva, lúdica e instrumental do cenário urbanizado das interacções sociais tende aqui a ser muito grande entre pessoas do bairro e pessoas de fora. Quem cresceu a brincar pelos meandros do bairro ou se habituou a conhecer-lhe os

recantos no decurso da vida quotidiana, pode dizer-se que “domina” a vários títulos esse espaço local — onde, além do labirinto físico, conhece as pessoas, tem inventariadas as localizações de actividades, sabe decifrar os sinais do que se passa, pelas presenças e ausências, pelos gestos e pelos sons, pelos ritmos e pelos objectos.

Este carácter labiríntico do espaço local, na forma urbana e no ambiente sociocultural, contribui, assim, de maneira relevante, para os sentimentos de pertença colectiva que os residentes tendem a desenvolver para com o bairro: não só de que “lhes pertencem”, mas de que ele “lhes pertence”. Frequentam-no, percebem-no, sabem usá-lo.

Apesar da grande visibilidade externa do bairro e do seu contínuo atravessamento por visitantes, os moradores conseguem ter com ele uma relação de território bastante reservado, espaço de refúgio, palco de convívio, sede de estratégias, um local em que não só são bem conhecidos mas que também conhecem como ninguém, um contexto de interconhecimento denso e dominado, objecto de apropriação colectiva pela população local. É uma dimensão fundamental da configuração que ali assume a identidade bairrista. Mas há outras, ligadas de maneira muito íntima com esta.

A estreiteza das vielas, largos e escadinhas, o encavalitado das casas e a exiguidade das habitações tornam a rua uma espécie de espaço semi-público, de utilização corrente e interacção intensa entre vizinhos. É um local de presença quotidiana e diversificada, segundo ritmos diários, semanais e anuais bastante padronizados, por vezes com alguma especialização de frequentadores e actividades, consoante os sítios. Mas trata-se de uma padronização plástica, moldável, sempre em rearranjo e transformação ao longo do tempo, à medida que as pessoas vão elas próprias mudando, que aparecem ou desaparecem vizinhos, que certos grupos de pares se fazem e desfazem, que se vão sucedendo fases dos ciclos de vida, que as dinâmicas de interrelacionamento suscitam convívios e conflitos, amizades e inimizades.

As características inventariadas do quadro morfológico local são favoráveis a níveis elevados de intensidade relacional, a grande densidade de laços de vizinhança, à sobreposição de redes e interacções. O que estabelece condições particularmente propícias ao desenvolvimento de modos e estilos de sociabilidade específicos: focados de maneira privilegiada em círculos de interconhecimento local (mais alargados que o grupo doméstico, mas constituídos sobretudo na área de proximidade residencial) e pautados pela recorrência quotidiana, pela importância das colectividades associativas e por uma codificação simbólica própria, a dos padrões de conduta e das formas culturais que caracterizam o bairro.

Um ponto deveria ficar bem esclarecido. É certo que a morfologia física tem a sua eficácia própria nas relações sociais. Ela é aqui um dos factores favoráveis ao estabelecimento de laços de vizinhança e regimes de interacção como os que se têm desenvolvido em Alfama. Os quais contribuem, por sua

vez, em conjunto com outros factores, estruturais e simbólicos, para a emergência continuada no bairro de modos de vida, formas culturais e dinâmicas identitárias singulares. Mas essa eficácia não se manifesta só por si. Os efeitos sociais da forma urbana, para colocar a questão neste domínio concreto, podem ser bem diferentes, ou nem sequer adquirirem a mesma relevância, se as características sociais e culturais das pessoas, grupos e populações que interagem nesses contextos forem outras.

Um quadro urbano com este mesmo tipo de morfologia dificilmente seria palco de padrões interaccionais semelhantes e da produção de formas culturais com idêntico carácter de especificidade simbólica e intensidade expressiva se, por exemplo, a população residente tivesse um perfil social predominante de classes médias e altas, com elevada taxa de quadros superiores, profissionais liberais e empresários ou, talvez ainda menos, se se transformasse sobretudo num local de residência, principal ou secundária, de reformados abastados e cosmopolitas provenientes de diversas paragens do mundo.

Diga-se de passagem que estes cenários de recomposição social, utilizados de maneira hipotética como parte de um argumento contrafactual, não são completamente de excluir como eventualidades futuras, face a tendências e orientações de política urbana que, se até agora não prevaleceram, estão presentes de maneira latente ou fazem sentir parcialmente os seus efeitos. Mas também não é certo que ocorram sem mais, não só porque a história da última dúzia de anos mostra outras possibilidades, questão que se analisará com algum aprofundamento nos últimos capítulos, mas também porque um conjunto de aspectos de morfologia urbana e contexto interaccional não são de molde a tornar muito longa a permanência residencial de alguns elementos com os referidos perfis de classe que por ele têm passado.

A proximidade de vizinhança, a quase inevitabilidade daquilo que tocam por desagradáveis invasões da privacidade, para além da inexistência de acessos de automóvel e locais de estacionamento, de elevadores e outras comodidades, acabam por limitar em medida importante, apesar dos atractivos paisagísticos e simbólicos, a capacidade e a vontade de muitas destas pessoas e famílias de classes mais elevadas lá ficarem a morar muito tempo. Descontam-se certas excepções, as quais remetem em boa parte, se bem que nem sempre, para as relações de patrocínio e clientelismo que, embora renovadas, de há muito fazem parte do tecido social local.

Seja como for, o que importa de momento reter é que a maioria das pessoas com os referidos perfis de classe e passagem efémera pelo bairro, não são em geral elas próprias protagonistas das relações de interconhecimento, das modalidades de interacção, das práticas culturais e das formas de implicação bairrista que caracterizam a identidade cultural de Alfama. Os efeitos das morfologias espaciais não podem ser avaliados sem as pôr em relação com os atributos sociais e culturais de que os protagonistas sociais que nelas interagem são portadores.

Aliás, estas articulações entre morfologias contextuais, relações sociais e padrões culturais, com as suas interdependências recíprocas e os efeitos conjugados a que dão origem, têm sido, de várias maneiras, objecto de propostas conceptuais e desenvolvimentos analíticos em diversos domínios das ciências sociais.

Nos clássicos da sociologia, pode referir-se a relação estreita que Durkheim estabelecia entre o que chamava a “densidade material” (morfológica) e a “densidade dinâmica ou moral” (interactiva, relacional) das sociedades. Os acréscimos de concentração humana, nomeadamente em contextos urbanos, estão na base, segundo o autor, de processos fundamentais como os da crescente divisão social do trabalho e da passagem das sociedades de solidariedade mecânica para as de solidariedade orgânica, com tudo o que lhe vem associado.<sup>11</sup>

Também em obras posteriores, a morfologia social aparece como factor de primeira linha nos modelos explicativos desenvolvidos por Durkheim, por exemplo nas relações que estabelece entre formas segmentares de organização social e sistemas de classificações totémicas ou, mais em geral, entre morfologias sociais e representações colectivas, entre densificações relacionais (nomeadamente através de práticas rituais) e recriação dos laços sociais e das formas de consciência colectiva.<sup>12</sup> Aliás, ao ramo da sociologia encarregue de estudar o “substrato” das sociedades designava-o o autor por “morfologia social”.<sup>13</sup>

Apesar das diferenças entre ambos, também em Simmel se encontram referências decisivas acerca das articulações entre morfologia social, interacção e cultura. Bastaria mencionar o conhecidíssimo texto do autor sobre “a metrópole e a vida mental”, com todas as consequências aí atribuídas à intensificação interaccional no quadro urbano moderno.<sup>14</sup>

Mas o conjunto da obra sociológica de Simmel pode ser visto, em certo sentido, como uma elaboração teórica sobre aquela articulação, em termos mais gerais. As “formas de sociação” são, para Simmel indissociavelmente morfológicas, interactivas e culturais. Textos como os respeitantes à determinação numérica das relações sociais nos grupos, ao entrelaçamento de círculos sociais ou às relações entre espaço e sociedade são, neste plano, particularmente elucidativos.<sup>15</sup>

---

11 Émile Durkheim, *A Divisão do Trabalho Social*, vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 1977 (1893), pp. 35-65.

12 Émile Durkheim e Marcel Mauss, “De quelques formes primitives de classification. Contribution à l’étude de représentations collectives” (1903), in Marcel Mauss, *Oeuvres*, vol. 2, Paris, Les Éditions de Minuit, 1974; Émile Durkheim, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979 (1912).

13 Émile Durkheim, “Sociologia e ciências sociais” (1903), in *A Ciência Social e a Acção*, Amadora, Livraria Bertrand, 1975 (1970), pp. 125-141.

14 Georg Simmel, “A metrópole e a vida mental” (1902), in Otávio Guilherme Velho (org.), *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

A estes poder-se-ia acrescentar, entre outros, contributos posteriores tão importantes como, na sociologia, os da chamada Escola de Chicago de sociologia urbana, com a sua perspectiva socioecológica, ou as análises dos padrões e dos espaços da interacção social desenvolvidas por Erving Goffman.<sup>16</sup> Na antropologia refira-se, muito em especial, a elaboração por Edward Hall da análise proxémica, isto é, o estudo das utilizações sociais dos espaços, tais como elas são culturalmente construídas e padronizadas.<sup>17</sup> Na psicologia social podem mencionar-se as abordagens da psicologia do espaço ou da psicologia ambiental, em versões como as inspiradas por Abraham Moles ou por Roger Barker.<sup>18</sup> Quanto à geografia, entre vários contributos, assinalem-se os da geografia social urbana sobre as comunidades de bairro e aspectos conexos do contexto citadino.<sup>19</sup> Na arquitectura e no urbanismo encontram-se, por sua vez, análises de integração pluridisciplinar sobre as relações do desenho urbano com as dimensões sociais e culturais da cidade, como por exemplo a desenvolvida por Amos Rapoport.<sup>20</sup>

Apesar das diferenças de enfoque, é possível em todas estas abordagens encontrar referências relevantes para a elaboração teórica do tema e a todas se podem ir buscar conceitos operativos para a pesquisa empírica. Todas elas, também, têm como denominador comum uma concepção de interdependência entre morfologia, interacção e cultura, na sua constituição recíproca e nos seus efeitos conjugados.

Em particular, quanto a Alfama, importa registar que, se a forma urbana condiciona e informa ali, de maneira significativa, relações sociais e práticas culturais, os seus efeitos são mediados por outras dimensões, sociais e

- 
- 15 Georg Simmel, "La cantidad en los grupos sociales", "El cruce de los círculos sociales" e "El espacio y la sociedad", in *Sociología: Estudios sobre las Formas de Socialización* (2 vols.), Madrid, Alianza Editorial, 1986 (1908), pp. 57-146, 425-478, 643-740.
  - 16 Dois dos textos mais representativos da sociologia urbana da Escola de Chicago são, na primeira geração, o de Robert Ezra Park, "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano em meio urbano" (1916) e, na segunda geração, o de Louis Wirth, "O urbanismo como modo de vida" (1938), in Otávio Guilherme Velho (org.), *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979. Uma selecção dos principais textos desta Escola de Chicago encontra-se em Yves Grasmeyer e Isaac Joseph (org.), *L'École de Chicago*, Paris, Éditions du Champ Urbain, 1979. Quanto a Erving Goffman, para além do trabalho fundador que foi *The Presentation of Self in Everyday Life*, Harmondsworth, Penguin Books, 1980 (1959), pode referir-se, por exemplo, Erving Goffman, *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*, Harmondsworth, Penguin Books, 1972 (1971).
  - 17 Edward T. Hall, *The Hidden Dimension*, Nova Iorque, Doubleday and Company, 1966.
  - 18 Abraham Moles e Elisabeth Rohmer, *Labyrinthes du Vécu: L'Espace: Matière d'Actions*, Paris, Librairie des Méridiens, 1982; Roger G. Barker, *Ecological Psychology*, Stanford, Stanford University Press, 1968.
  - 19 Um exemplo recente é o de Wayne K. D. Davies e David T. Herbert, *Communities Within Cities: An Urban Social Geography*, Londres, Belhaven Press, 1993.
  - 20 Amos Rapoport, *Aspectos Humanos de la Forma Urbana: Hacia una Confrontación de las Ciencias Sociales con el Diseño de la Forma Urbana*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1978 (1977).

simbólicas. Mais em concreto, a natureza e a saliência desses efeitos dependem da população que interage em tal contexto, nomeadamente da composição social e das disposições culturais que a caracterizam.

A *morfologia urbana*, mediada pelos atributos sociais e culturais das pessoas que nela desenvolvem as suas práticas relacionais, revela-se, pois, uma dimensão importante de estruturação do quadro de interacção local. Mas há outras. As *redes sociais* não são menos decisivas.<sup>21</sup> Surgem, também elas, como uma dimensão crucial de estruturação do quadro de interacção que se constitui no bairro.

Não que as redes sociais que a população residente vai estabelecendo se confinem ao espaço físico de Alfama. Nem que, de maneira mais geral, haja uma sobreposição directa entre redes sociais e espaços sociais. Pelo contrário, as redes sociais representam um outro vector, analiticamente autonomizável, de enquadramento e suporte interaccional das práticas sociais — e, com frequência, de padronização das interacções.

Aliás, um dos aspectos que mais vêm sendo salientados pelas teorizações recentes a respeito das redes sociais nos contextos urbanos contemporâneos é precisamente o de que, ao invés do que teria sido mais característico das sociedades tradicionais, com os seus traços de pequenas comunidades relativamente autocontidas, as redes sociais tendem, hoje, a não se confinar, de maneira nenhuma, aos círculos de proximidade espacial imediata.

As análises sociológicas de Barry Wellman e as antropológicas de Ulf Hannerz, dois dos autores que mais têm desenvolvido a investigação das redes sociais nos contextos urbanos actuais, vão justamente nesse sentido.<sup>22</sup>

21 Embora precedidos por importantes sugestões sociológicas e antropológicas clássicas, como as de Georg Simmel (por exemplo, em “La cantidad en los grupos sociales” e “El cruce de los círculos sociales” in *Sociología: Estudios sobre las Formas de Socialización*, op. cit., pp. 57-146, 425-478) ou de A. R. Radcliffe-Brown (em especial “Sur la structure sociale” (1940), in *Structure et Fonction dans la Société Primitive*, Paris, Éditions de Minuit, 1968), o conceito de redes sociais começou a adquirir sentido conceptual mais preciso e a ser utilizado de maneira mais sistemática na pesquisa a partir de trabalhos como os de John A. Barnes, “Class and committees in a norwegian island parish”, *Human Relations*, n.º 7, 1954, Elizabeth Bott, *Família e Rede Social*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1976 (1957, 1971), J. Clyde Mitchell, “The concept and use of social networks”, in J. Clyde Mitchell (org.), *Social Networks in Urban Situations*, Manchester, Manchester University Press, 1969, Mark S. Granovetter, “The strenght of week ties”, *American Journal of Sociology*, vol. 78, n.º 6, 1973 ou Jeremy Boissevain, *Friends of Friends: Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Basil Blackwell, 1974. Uma sistematização operatória, de pendor formalista, é a de John Scott, *Social Network Analysis: A Handbook*, Londres, Sage Publications, 1991.

22 Por exemplo, Barry Wellman e Barry Leighton, “Réseau, quartier, communauté: préliminaire a l'étude de la question communautaire” (1979), *Espaces et Sociétés*, n.º 38-39, 1981 ou Barry Wellman, Peter J. Carrington e Alan Hall, “Networks as personal communities”, in Barry Wellman e S. D. Berkowitz (org.), *Social Structures: A Network Approach*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988; e Ulf Hannerz, *Explorer la Ville. Éléments d'Anthropologie Urbaine*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1983 (1980).

Mas ambos salientam, também, que não se trata de uma situação de tudo ou nada. É possível encontrar, nestes universos urbanizados, tanto redes espacialmente dispersas como redes de proximidade local. As mesmas pessoas interagem em redes sociais destes dois tipos genéricos, com todas as variantes que comportam.

Nas cidades e metrópoles actuais encontram-se, em coexistência sobreposta, redes sociais de dimensão e densidade variáveis, em que se processam interações de maior ou menor frequência, envolvendo papéis sociais diversos (tais como os laços entre familiares directos, parentes mais afastados, amigos, vizinhos, colegas de trabalho ou membros das mesmas associações), com graus diferentes de especialização, quanto aos respectivos conteúdos, e de assimetria, quanto às relações de poder e às trocas de recursos envolvidas. Essas redes estabelecem-se em contextos espaciais próximos (habitação, vizinhança, bairro), entre locais relativamente distantes (por exemplo, entre zonas diferentes da mesma área metropolitana) ou mesmo a escalas muito mais amplas, quer em co-presença directa, quer através de dispositivos tecnológicos, nomeadamente o telefone, ao qual se poderia juntar, mais recentemente, a *internet*.

Como mostram Wellman e os seus colaboradores, em geral não é possível optar, nas investigações empíricas sobre situações concretas, entre as teses abstractas, por eles mesmos enunciadas, da “comunidade perdida” (isolamento, atomização), da “comunidade protegida” (redes locais) ou da “comunidade emancipada” (redes estabelecidas para além do espaço local). Todas elas se aplicam, sobretudo as duas últimas, a certas vertentes das redes que efectivamente organizam, nas sociedades contemporâneas, as interações com um mínimo de durabilidade e às quais as pessoas atribuem significado minimamente relevante.<sup>23</sup>

O que é que se passa de particularmente assinalável em Alfama quanto ao modo como as redes sociais em que estão envolvidos os seus moradores contribuem para construir o quadro de interação local?

É possível inventariar de maneira breve alguns pontos. Antes de mais, convém desfazer eventuais equívocos. As redes sociais dos alfamistas estão longe de ser localmente confinadas. Uma parte importante deles está inserida em redes que, no que concerne à *distância* a que se estabelecem, se desdobram pela cidade ou por concelhos próximos. São redes diversificadas quanto ao *conteúdo* — das profissionais ou escolares às sindicais ou partidárias, passando pelas desportivas e de amizade, entre outras. Em termos de *dimensão*, envolvem em muitos casos um número substancial de pessoas. Além disso, quanto à *frequência* e quanto à *duração* dos contactos, várias delas traduzem-se em interações praticamente diárias e bastante prolongadas.

---

23 Barry Wellman, Peter J. Carrington e Alan Hall, “Networks as personal communities”, *op. cit.*, pp. 172-176.

Mas a outra face da questão é que a participação nessas redes não impede que, para a grande maioria dos residentes no bairro, as redes sociais de vizinhança adquiram ali uma *densidade* muito maior do que as atrás referidas, formando um tecido apertado de relações entrecruzadas. O que está longe de acontecer na maior parte dos contextos urbanos actuais e com as populações que neles habitam. Densidade essa que é reforçada pela proximidade espacial e pela repetição frequente das interacções. E, muito em especial, por outras duas propriedades das redes sociais que se estabelecem entre habitantes do bairro.

Uma é a *multiplicidade* das redes locais, isto é, o carácter múltiplo dos laços estabelecidos entre os alfamistas, neles se sobrepondo, em geral, diversas dimensões relacionais. Muitos deles são, em simultâneo, parentes, vizinhos, conterrâneos, parceiros de sociabilidade, associados comuns de colectividades locais, colegas de trabalho, membros do mesmo sindicato, militantes do mesmo partido, simpatizantes do mesmo clube desportivo.

A densidade e a multiplicidade referidas traduzem-se, aliás, no facto de, em numerosos casos, as redes estabelecidas em contextos externos se conectarem com redes locais, prolongando-as. Os mecanismos de interconhecimento levam vizinhos e parentes a conseguir empregos nos mesmos sítios, bem como a muitas outras pertenças comuns e frequentações conjuntas.

Poder-se-ia ainda relembrar, a propósito quer da extensão espacial, quer da densidade e da multiplicidade das redes sociais dos alfamistas, os laços que muitos deles mantêm com conterrâneos, nos espaços rurais de que eles próprios ou os ascendentes familiares directos são originários, bem como no bairro, onde as migrações em cadeia os tornaram vizinhos e, tantas vezes, colegas de trabalho. Dessas redes podem fazer também parte emigrantes, embora as fileiras de migração em cadeia tenham tido propensão para se especializarem entre aquelas que envolveram sobretudo migração interna e as que se orientaram mais para o estrangeiro.

Outra das características assinaláveis das redes sociais locais tem a ver com a *intensidade* emocional e comunicacional que, com facilidade, as interacções entre vizinhos ali ganham. É uma propriedade que, ligada às duas anteriores, envolve domínios de interesse partilhados, geradores tanto de solidariedades como de conflitualidades, em regra exaltadas, assim como implica códigos simbólicos, igualmente partilhados, geradores de práticas culturais com grande força expressiva e acentuada singularidade identitária.

Em todo o caso, como se viu, apesar da densidade, multiplicidade e intensidade dos laços interactivos que se estabelecem no bairro, não corresponderia de maneira nenhuma ao que ali se passa conceber as redes sociais dos alfamistas como estritamente confinadas ao local. Do mesmo modo, não seria menos equivocado pensar que as redes sociais que ligam interaccionalmente os residentes em Alfama sejam caracterizadas apenas por relações simétricas. Pelo contrário, em muitos casos o que as caracteriza são *assimetrias* de vários tipos.

Algumas das mais importantes dessas redes sociais atravessam as fronteiras de classe, colocam em interação indivíduos com diferente posição estrutural, organizam relações de poder, veiculam influências, estabelecem patrocínios e clientelismos, dominações e dependências diversas. Poder-se-iam mencionar, desde logo, as relações entre empregados e patrões — por exemplo nos restaurantes e estabelecimentos comerciais locais, nas empresas de operadores portuários, transportadores de mercadorias e despachantes alfandegários — ou, noutra esfera, entre empregadas domésticas e respectivas patroas.

Mas não são só estas. Têm também importância significativa as relações de patrocínio e clientelismo, mais ou menos difusas, de configuração plástica e variável, mas nem por isso menos presentes e persistentes no bairro, que se estabelecem em círculos de vizinhança próxima, envolvendo certas famílias de classe social mais elevada, algumas de linhagem aristocrática e ligação antiga ao bairro, outras de personalidades com notoriedade pública em domínios como o político, o intelectual e o artístico. Não é incomum estabelecerem-se no bairro, entre elas e as de outros residentes próximos, de classes populares, laços de troca e favor, de cumplicidade e protecção, laços recíprocos mas diferenciados quanto ao conteúdo do que circula em cada direcção e assimétricos quanto aos recursos, aos status e aos poderes.

Talvez ainda mais significativas sejam as assimetrias relacionais que se desenvolvem em torno de um certo tipo de personagens que adquirem o estatuto de influentes locais, mais ou menos poderosos. É um estatuto decorrente não só dos recursos formais que controlam ou das posições de autoridade formal de que estão investidos, mas também de perfis pessoais mais ou menos carismáticos e, sobretudo, das capacidades que têm de activar informalmente redes sociais relevantes, de as influenciar, de delas extrair recursos e obter decisões, de através delas conseguir alcançar resultados e atingir objectivos. Aspectos formais e informais estes que, aliás, não são por completo independentes entre si, antes se potenciam uns aos outros, embora com frequência de maneiras indirectas ou até sinuosas.

Alguns dos ocupantes de lugares de poder formal e privilégio social atrás referidos podem desenvolver também, de forma cumulativa, esta modalidade mais informal de influência nas redes sociais. Mas nem todos o fazem. E há outros que assumem essa figura de poder relacional sem suporte em lugares de classe ou status herdados à partida especialmente favoráveis. Tais personagens podem ser no bairro, por exemplo, despachantes de alfândega, encarregados de estiva ou dirigentes sindicais de trabalhadores portuários, figuras tutelares de uma ou outra colectividade associativa, mesmo que não sejam delas directores, fadistas conhecidos, líderes de grupos de pares, alguns deles envolvidos em actividades subterrâneas ou marginais, certas mulheres ligadas ao comércio local ou aos empréstimos informais, com perfil matriarcal e influências múltiplas, e, ainda, autarcas prestigiados das juntas de freguesia.

Retomando uma célebre tipologia proposta por Robert Merton, pode dizer-se que, se todos estes personagens são influentes “localistas”, dada a centralidade que possuem nas redes sociais locais, quase todos eles são também, nalgum grau, influentes “cosmopolitas”, na medida em que boa parte da sua capacidade de actuação tem a ver com o facto de se inserirem, não só naquelas, mas também em redes sociais que abrangem esferas institucionais de âmbito mais vasto e outros círculos sociais exteriores ao bairro — estatais e municipais, associativos e empresariais, partidários e intelectuais, jornalísticos e académicos.<sup>24</sup>

A densidade e a multiplicidade das redes sociais em que está envolvida a população local traduzem-se também no lugar relevante que aí assumem as redes familiares. No sentido restrito de grupo doméstico e no das relações de parentesco de âmbito mais vasto, elas revelam-se uma das malhas mais importantes no entrelaçamento do tecido social local, sobrepondo-se a muitas outras: de vizinhança, sociabilidade, conterraneidade, trabalho e associativismo.

Do ponto de vista das formas familiares assumidas pelos grupos domésticos, eles próprios constitutivos de um género particular de rede social e de contexto interaccional, o quadro 5.1 fornece um primeiro conjunto de indicações. Se se analisarem os valores percentuais nele apresentados em comparação com os relativos ao conjunto do país, as maiores diferenças vão, por um lado, para taxas bastante mais elevadas, no bairro, quer de pessoas que habitam isoladas (20,9%), quer dos agregados familiares com um núcleo e outras pessoas (16,3%). Para o país, como um todo, a primeira categoria situa-se na ordem dos 14% e a segunda por volta dos 10%, segundo os dados dos Censos 91. Por outro lado, em sentido contrário, a taxa de casais com filhos solteiros é em Alfama de 25,6%, significativamente mais baixa do que a do conjunto do país, a qual se situa, segundo a mesma fonte, um pouco acima dos 40%.

Tudo isto não surpreende perante a estrutura etária da população local, no contexto, aliás, das tendências gerais verificadas para Lisboa e, em particular, para o seu núcleo histórico, como analisado no capítulo anterior. As dinâmicas demográficas e residenciais que atravessam o bairro têm vindo a conduzir a uma certa polarização entre uma população idosa, reformada, viúva, sobretudo mulheres vivendo muitas vezes sós em habitações subocupadas, e outra faixa de residentes habitando com frequência casas pequenas em situação de sobrelotação. Nesta última, razões de vária ordem conduzem

---

24 Robert K. Merton, “Padrões de influência: influentes locais e cosmopolitas” (1949), in *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (1949, 1968). Ver também, numa abordagem recente particularmente interessante aqui na medida em que transpõe os conceitos de Merton para o domínio das dinâmicas culturais contemporâneas, Ulf Hannerz, “Cosmopolitans and locals in world culture”, in Mike Featherstone (org.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, Londres, Sage Publications, 1990.

**Quadro 5.1** População residente em Alfama por tipo de família, 1990

| Tipo de família                        | N    | %     |
|--|------|-------|
| Pessoa isolada                         | 618  | 20,9  |
| Família sem núcleos com outras pessoas | 163  | 5,5   |
| Casal sem filhos                       | 623  | 21,1  |
| Casal com filhos solteiros             | 756  | 25,6  |
| Pai com filhos solteiros               | 30   | 1,0   |
| Mãe com filhos solteiros               | 174  | 5,9   |
| Família com um núcleo e outras pessoas | 482  | 16,3  |
| Família com dois ou mais núcleos       | 109  | 3,7   |
| Total                                  | 2955 | 100,0 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

**Quadro 5.2** População residente em Alfama por redes familiares, 1990

| Redes familiares (cumulatividade possível)  | %<br>(n=2955) |
|---|---------------|
| Grupos domésticos com familiares que já nele residiram e actualmente residem noutros locais | 49,0          |
| Grupos domésticos com familiares directos vivendo noutras casas                             | 74,0          |
| — no bairro   | 49,5          |
| — noutras freguesias de Lisboa  | 49,8          |
| — noutros concelhos da AML  | 45,6          |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

à coabitação de familiares de várias gerações e graus de parentesco. De maneira sintomática, não se trata tanto de famílias com dois ou mais núcleos conjugais mas de outro conjunto de situações, mais heterogêneas e lateralizadas.

Em parte, tal tem a ver com os papéis femininos no bairro e com a correspondente forma de inserção das mulheres nas relações familiares.<sup>25</sup> Não são incomuns, por exemplo, situações em que os grupos domésticos incluem

25 Para uma análise mais desenvolvida destes aspectos, relativos às mulheres do bairro, nas suas actividades, papéis e padrões de conduta, bem como nas relações familiares, ver Maria das Dores Guerreiro, "Mulheres e relações familiares em Alfama", in AA.VV., *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (Actas do 1º Congresso Português de Sociologia), vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990. Comparáveis com esta, nomeadamente quanto ao papel charneira das mulheres na estruturação dos grupos domésticos e nas estratégias familiares, bem como quanto às entreajudas femininas intergeracionais, são situações analisadas por Ana Nunes de Almeida noutros contextos habitacionais populares da área de Lisboa (Ana Nunes de Almeida, *Do Campo à Cidade: O Impacto do Processo de Migração na Organização Interna da Família*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1984) ou as que se podem encontrar em certas pesquisas sobre meios populares de outros países, que se tornaram referências clássicas, como as de Michael Young e Peter Willmot, *Family and Kinship in East London*, Harmondsworth, Penguin Books, 1980 (1957), de Oscar Lewis, *Os Filhos de Sánchez*, Lisboa, Moraes Editores, 1979 (1961) ou de Herbert J. Gans, *The Urban Villagers: Group and Class in the Life of Italian-Americans*, Nova Iorque, The Free Press, 1982 (1962).

mulheres com filhos mas sem relação conjugal estável, as quais vivem com os respectivos pais. Nos meios populares do bairro, e muito em especial nos modos de vida que no capítulo anterior se caracterizaram como instabilizados e irregulares, as estratégias familiares assentam com muito mais frequência nas mulheres do que nos homens.

Um número significativo de agregados familiares, pelo menos em fases importantes dos ciclos de vida, são centrados nas mulheres, as quais assumem lugar charneira na organização da vida familiar e na sua reprodução, e em torno das quais circulam os homens, tendencialmente com ligação mais efémera e difusa ao grupo doméstico. Além disso, a maior parte das entreajudas familiares corresponde, de facto, a solidariedades femininas intergeracionais. E, no bairro, concretizam-se, num número substancial de casos, em contexto de vizinhança.

Com efeito, como o quadro 5.2 mostra, praticamente metade dos grupos domésticos residentes em Alfama tem familiares directos como vizinhos de bairro, o que é muito considerável. Mas do quadro retira-se também a confirmação de que, tal como outras redes sociais dos habitantes do bairro, as respectivas redes familiares prolongam-se para além dele, nomeadamente para outras zonas da cidade e da área metropolitana, em taxas não menos significativas. Ou seja, também perto de metade dos grupos domésticos de Alfama tem familiares directos a residir nessas áreas geográficas próximas, ao alcance de contactos quotidianos. No conjunto, cerca de três quartos dos agregados familiares do bairro insere-se em redes familiares com estas características.

Em muitos casos são situações que resultaram da deslocação para outros espaços residenciais de familiares que já moraram com os actuais habitantes do bairro. O que evidencia a proximidade relacional dos laços. Na sua grande maioria são filhos que, a determinada altura, procuraram residência autónoma, no bairro ou fora dele. Cerca de metade dos grupos domésticos de Alfama tem redes familiares deste tipo. A maior parte distribui-se geograficamente pelo bairro, por outras zonas da cidade e pelos concelhos da área metropolitana de Lisboa. Destes últimos, destacavam-se à data do inquérito, por ordem decrescente de importância, os de Loures, Sintra, Almada, Oeiras, Amadora, Cascais e Barreiro.

Reencontram-se pois, assim, os processos de rotação demográfica e os fluxos de mobilidade geográfica — às vezes também de mobilidade social — que atravessam o bairro. As redes sociais não são entidades estáticas. Concretizam-se em relações interactivas e estão associadas a processos sociais. A extensão e a composição das redes familiares tem largamente a ver, não só com os processos de mobilidade geográfica e social, mas também, para utilizar a terminologia antropológica, com os processos de “aliança conjugal” entre diferentes famílias. São de particular importância em Alfama as redes familiares que se constituem na intersecção desses dois tipos de processos.

**Quadro 5.3** População inquirida residente em Alfama por relação de naturalidades dos cônjuges, 1986 (em percentagem)

| Relação de naturalidades dos cônjuges | Grupos domésticos actuais | Grupos domésticos de origem |
|---------------------------------------|---------------------------|-----------------------------|
| Ambos de Lisboa (concelho)            | 35,8                      | 20,2                        |
| Ambos de um mesmo concelho (outro)    | 21,2                      | 54,4                        |
| Um de Lisboa e um de outro local      | 25,5                      | 10,6                        |
| Ambos de locais diferentes (outros)   | 17,5                      | 14,8                        |
| Total                                 | 100,0                     | 100,0                       |

Fonte: ISMA, CIES-ISCTE.

Viu-se atrás a importância das redes, em especial familiares, que ligam às terras de origem os migrantes rurais instalados no bairro. O quadro 5.3 permite analisar aspectos complementares. Dá indicações sobre o modo como os processos migratórios se articulam com a constituição de laços conjugais e, através deles, de redes familiares mais ou menos alargadas quanto às raízes geográficas.

Vê-se nomeadamente que, na geração dos pais dos actuais residentes em Alfama, a endogamia local, nas regiões do interior rural, era bastante maior, sendo no entanto ainda significativa entre os actuais casais migrantes. Todas as outras modalidades aumentaram de peso relativo, evidenciando um alargamento crescente nos espaços de escolha de cônjuge ou, do ponto de vista aqui focado, uma ampliação de âmbito geográfico e heterogeneidade social nas redes familiares formadas através do estabelecimento de laços conjugais.

Redes sociais e forma urbana constituem no bairro, como se procurou ilustrar com os elementos de informação e análise aqui brevemente apresentados, parâmetros decisivamente estruturadores do quadro de interacção local. São dimensões interligadas, de forma estreita, embora de modo algum redutíveis ou sobrepostas uma à outra. As redes sociais não se confinam ao local, embora adquiram ali densidade, multiplicidade e intensidade muito especiais. A malha urbana não isola o bairro do exterior, embora o carácter labiríntico da sua morfologia tenha, mediado por factores de outra ordem, efeitos decisivos nos padrões interaccionais que ali se observam.

### Sítios, colectividades e rivalidades

Mas há outras traves mestras estruturantes do quadro de interacção que se constitui no bairro de Alfama. Entre elas contam-se certos contextos de nucleação interaccional e certos processos de disputa interlocal ou interassociativa (às vezes as duas coisas em simultâneo), ambos com incidências identitárias muito especiais.

Enquanto quadro de interacção, o bairro não é um tecido uniforme. Nalguns locais as redes relacionais adensam-se, noutros tornam-se mais

rarefeitas. Formam-se subdivisões internas, entre as quais se desenvolvem rivalidades. Na paisagem social do bairro destacam-se, aqui e ali, determinados núcleos de aglomeração interaccional e ancoragem identitária. São, no essencial, de dois tipos: *sítios* de vizinhança e *colectividades* associativas.

Em termos analíticos, é possível distingui-los quanto à base em que, em princípio, assenta o estabelecimento das relações interactivas: pertença adscritiva e filiação voluntária, respectivamente. Mas, no concreto, a densidade e multiplicidade das redes sociais que ali se tecem, e a intensidade das interacções que ali tendem a ocorrer, são correlativas de situações de sobreposição, intermutabilidade ou ambivalência daquelas características.

Um quotidiano pessoal fortemente polarizado por uma determinada colectividade é, com frequência, algo que decorre de maneira bastante directa de se morar na sua esfera de influência espacial imediata, segundo um processo que é sobretudo de vizinhança. Mas nem sempre assim acontece. Podem observar-se casos de frequentadores, por vezes em regime diário, que não residem sequer no bairro, muito em especial alguns dos antigos moradores que, nos processos de mobilidade para urbanizações mais modernas da cidade ou da área metropolitana, atrás descritos, não deixam de manter uma sociabilidade centrada na “sua” colectividade.

Muito mais frequentes ainda são os associados desta ou daquela colectividade, inclusive frequentadores assíduos, que vêm de outros locais do bairro, em deslocações que, em qualquer caso, não demoram mais que uns minutos. As fases de vida das colectividades e as mudanças que vão ocorrendo nos respectivos dirigentes ou, de modo mais geral, nos grupos nelas dominantes, bem como os processos interpessoais de quebra de antigos relacionamentos preferenciais ou estabelecimento de novos, sempre em curso no fluxo da vida quotidiana do bairro, conduzem constantemente a reorganizações das redes relacionais polarizadas pelas colectividades. Muitos alfamistas são, aliás, sócios de várias colectividades e, consoante esta permanente reconstrução das afinidades relacionais, frequentam mais uma ou outra.

Não deixa de haver em geral, no entanto, uma continuidade significativa no núcleo de associados presentes de maneira habitual e reconhecidamente influentes em cada colectividade, processo no qual, se bem que não em exclusivo, a vizinhança próxima joga um papel de primeira importância.

O quadro de interacção alfamista é pontuado por um número considerável de colectividades, atendendo à dimensão do espaço e ao volume de população. Em Alfama, considerando apenas as duas freguesias nucleares, São Miguel e Santo Estêvão, há perto de uma dezena destas “colectividades de cultura e recreio”, como por regra são designadas. A vida quotidiana do bairro, nomeadamente em termos de redes sociais e práticas de sociabilidade, processa-se, em grande medida, em torno delas.

Entre os serviços fundamentais que prestam contam-se, por exemplo, os banhos. Muitas das casas do bairro, antigas e acanhadas, ainda não possuem

instalações sanitárias com chuveiro ou banheira. Há poucos anos atrás tal carência abrangia uma proporção enorme das habitações. Mas mesmo depois de se terem vindo a acrescentar casas de banho, ou simples instalações de duche, as casas permanecem pequenas e não são raros os moradores do bairro, muito em especial os jovens, por exemplo na sequência de actividades desportivas, que fazem uso das colectividades para esse fim.

Aliás, como já se assinalou, a dimensão exígua das casas é indutora, em combinação com factores de ordem sociocultural, da utilização intensa e polivalente dos espaços públicos — ou, talvez melhor, dos *espaços colectivos de vizinhança*, na prática mais parcialmente “reservados” do que genericamente “públicos”, dada a forma da malha urbana e os seus usos pelos moradores. Tais espaços colectivos de vizinhança incluem, justamente, tanto as ruas (áreas de esquina, becos, pequenos largos, troços de escadinhas) como as colectividades.

Mas muito mais do que para certos usos utilitários como os referidos, as colectividades são importantes no bairro como espaços de convívio, como locais de práticas lúdicas, culturais e desportivas, como sedes de estruturação de redes sociais, como núcleos de ancoragem identitária, isto é, de sedimentação interaccional de sentimentos e representações de pertença ao bairro. Os sócios encontram-se nelas no dia-a-dia. Durante a semana frequentam-nas sobretudo à noite, ou a partir do fim da tarde, embora nalguns casos a presença diária comece mais cedo, por exemplo por parte de reformados. Também aos fins-de-semana se alonga o arco temporal de frequência das colectividades. Nelas os sócios encontram-se, conversam, tomam a bica ou outras bebidas, vêem televisão, jogam cartas e dominó, bilhar e ténis de mesa.

Algumas das colectividades têm biblioteca, promovem teatro amador, palhaços para as crianças, projecções de filmes, conferências sobre temas diversos. Estas actividades foram mais frequentes em épocas anteriores, nomeadamente nos anos 30/40, associadas ao movimento de valorização cultural protagonizado por algumas fracções mais qualificadas e politizadas do operariado de então, ou então, noutros casos, nos anos 60/70, pela acção de novas camadas de assalariados do terciário, portadoras de aspirações de modernização dos respectivos estilos de vida. Actualmente as actividades principais, para além das de convívio quotidiano atrás referidas, incluem sobretudo festas, bailes, sessões de fados e práticas desportivas.

As colectividades foram sendo criadas ao longo de um período de mais de cem anos. A *Sociedade Boa União*, a mais antiga, data de 1870.<sup>26</sup> O *Clube Sportivo Adicense* foi fundado em 1916. Tanto o *Sport Lisboa Os Onze* como o *Clube Recreativo 21 de Março* são de 1927. Surgiram depois, em 1940, o *Ginásio Clube de Alfama* e o *Tejolense Atlético Clube*. O *Sport Benfica Corvoense* data de 1961. Finalmente, o *Centro Cultural Magalhães de Lima*, aberto pelas Juntas de Freguesia de São Miguel e Santo Estêvão em 1975, passou em 1976 a colectividade com estatuto semelhante às outras.

Como se vê, estas colectividades foram-se formando em diferentes conjunturas históricas. À respectiva criação presidiram também diversas finalidades explícitas, nomeadamente convívio, beneficência e desporto. Mas os conteúdos das respectivas actividades foram-se assemelhando, apesar de particularismos que sempre marcam uma ou outra, os quais aliás são tudo menos estáticos ou definitivos, sofrendo mutações periódicas ligadas às mudanças de grupos activistas e, em geral, à sucessão das gerações que vão assumindo posições dirigentes.

Em regra, as colectividades de Alfama têm atravessado ciclos de maior pujança e de declínio relativo. As suas fases de vida mais intensa dependem em grande parte de poderem contar, para a respectiva dinamização, com o entusiasmo das gerações fundadoras ou de outras que, a determinada altura, lhes vêm dar novo impulso, por vezes com objectivos renovados. No entanto, passado mais ou menos tempo, por uma razão ou por outra, em geral na convergência de mudanças nas condições envolventes com modificações internas aos próprios grupos de responsáveis e activistas, tais dinamismos acabam por se esgotar. E quase nunca é fácil seguir-se de imediato uma passagem de testemunho para gerações mais novas. Algumas colectividades, na sequência de crises por que passam, chegam a estar encerradas por períodos mais ou menos prolongados, o que reorienta uma parte dos frequentadores para outras colectividades vizinhas a atravessarem época mais favorável.

Apesar dos altos e baixos, as colectividades de cultura e recreio continuam a ser formas institucionais locais com grande importância na vida colectiva do bairro. Constituem núcleos de estruturação de redes sociais, sedes de condensação de interacções quotidianas, pontos de apoio para o desenvolvimento de estratégias sociais, em complementaridade ou rivalidade com outras fontes de poder e influência: círculos profissionais, afinidades de origem geográfica, pertenças partidárias, grupos de pares, entre outras.

E é em grande medida pela pertença a elas, pela participação nas suas actividades, pela inclusão nas redes que as têm como centro, pelo envolvimento denso nas dinâmicas interaccionais que por elas perpassam, pela socialização nos padrões relacionais e culturais que as impregnam — que os

---

26 Para uma análise sociológica da história, actividades e composição social dos associados e dirigentes da Sociedade Boa União, ver José Manuel Leite Viegas, *Associativismo e Dinâmica Cultural em Meios Populares: O Caso da Boa União de Alfama*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1985 (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica). Encontra-se aí, também, um enquadramento teórico e uma análise da principal bibliografia referente ao associativismo em geral e ao associativismo popular em particular. Um inventário sistemático das associações locais que, embora restrito a um conceito, ilustra bem as características e as modalidades deste tipo de associativismo na sociedade portuguesa contemporânea, encontra-se em Rui Banha, *O Associativismo em Loures: Retrato das Associações Voluntárias com Actividades Culturais, Recreativas e Desportivas*, Loures, Câmara Municipal de Loures, 1994.

habitantes do bairro, ou pelo menos uma parte importante deles, constroem e sedimentam a relação identitária com Alfama de que em geral são portadores, com a intensidade, os sentidos e as formas de manifestação que a caracterizam.

Mas, em Alfama, não são só as colectividades que se destacam como núcleos de aglomeração interaccional e ancoragem identitária. As redes sociais e as interações quotidianas condensam-se também em sítios de vizinhança, os quais constituem como que uma quadrícula de subzonas dentro do bairro.

Tais unidades de vizinhança formam-se em torno de um determinado troço de rua, com características específicas: uma esquina, um pequeno largo, um beco, um lanço de escadinhas. Estes sítios localizam-se, umas vezes, na intersecção de vários caminhos; outras vezes têm uma configuração mais fechada. Neles se articulam, em geral, um conjunto de elementos, para além dos espaços de rua e das casas adjacentes, um dos quais pode ser uma colectividade, e outros um café ou uma leitaria, uma tasca ou um restaurante.

No concreto, porém, os elementos componentes do sítio de vizinhança variam de unidade para unidade e, também, no decurso do tempo, uma vez que os estabelecimentos podem abrir e fechar, tornar-se locais de encontro mais ou menos importantes. Os próprios troços de rua podem ir variando quanto à respectiva intensidade de frequência ou quanto aos grupos que deles fazem locais preferidos de interacção.

Além disso, estabelecem-se relações tanto de conjugação como de rivalidade entre os elementos organizadores de um sítio de vizinhança. Por um lado, desenvolvem-se formas de entajuda, divisões de trabalho, diferenciação de utilizações entre esses diversos elementos, para cada um dos quais também tende a haver horas e momentos próprios. Por outro lado, não é rara a emergência de episódios de conflitualidade ou concorrência entre eles. Se nestes sítios se organizam, por exemplo, actividades pelas festas dos santos populares, o que é frequente, podem desenvolver-se formas de cooperação entre a colectividade, o café e o restaurante, mas também podem muito bem ocorrer disputas pela captação de visitantes, pela partilha de receitas, pela visibilidade do protagonismo festivo.

O certo, porém, é que, com os seus principais elementos constituintes e as dinâmicas que os interligam, todos estes sítios, nos quais as relações de vizinhança se adensam, aparecem investidos por uma grande intensidade de frequência, destacando-se no quadro de interacção do bairro como locais preferidos de encontro e de convívio, como espaços de contactos repetidos e redes entrecruzadas — e, também, como sítios preferenciais de ancoragem identitária, mediadores de uma mais ampla identidade alfamista.

Se, nos processos locais de produção e manifestação de identidade cultural, é sobretudo Alfama enquanto bairro a ser nomeada, a ser tomada por objecto explícito de representações simbólicas enquanto entidade colectiva, se é a ela, como conjunto, que são reportados os atributos socioculturais,

históricos e patrimoniais associados às particularidades da identidade alfamita, é antes de mais nos sítios de vizinhança, tal como nas colectividades, que enraízam os sentimentos de pertença e as práticas relacionais em que se apoiam, para a maioria dos alfamistas, a construção e a sedimentação da sua relação identitária com o bairro.

Falta acrescentar que, tal como a filiação voluntária nas colectividades associativas está impregnada de factores adscritivos decorrentes da proximidade residencial, também o estabelecimento de laços de vizinhança e a frequentação de determinados sítios têm algo de opcional e selectivo. Os locais de encontro preferidos, as principais amizades locais, os circuitos de entreatada e sociabilidade podem em certos casos não se formar, de maneira exclusiva ou sequer privilegiada, nos sítios mais próximos da residência. Aliás, está sempre a acontecer, por força das próprias dinâmicas relacionais, com as novas afinidades que se vão desenvolvendo ou com as zangas que se declaram e as hostilidades que se geram, uma reorganização das redes sociais e uma recomposição dos parceiros de interacção quotidiana.

Em todo o caso, o tecido social permanece ali, em geral, densamente enredado. E a continuidade da maior parte das redes locais revela-se bastante grande. Como se, no quadro de interacção do bairro, os processos referidos tendessem a traduzir-se em rearranjos finos de certos laços sociais, num permanente pulsar microscópico que não compromete, por si próprio, antes reproduz dinamicamente, uma trama social espessa e resistente.

Em síntese, verifica-se, pois, que o bairro, enquanto quadro de interacção, apesar dos padrões morfológicos, sociais e culturais que o caracterizam no conjunto, não é um espaço plano, homogeneamente raso — não só do ponto de vista geográfico, mas também do ponto de vista social. Pelo contrário, na paisagem social local destacam-se picos e vales de densidade relacional, bacias de atracção de redes e influências, cenários diferenciados de práticas, cumplicidades e rivalidades diversas.

Para além do mosaico de sítios e colectividades analisado, tem ali também importância significativa a divisão entre freguesias. Novamente neste plano, como no anterior, é Alfama que se sobrepõe como referência identitária, nas imagens e nos sentimentos, no vocabulário da identidade cultural e nas práticas relacionais com ela relacionadas. Mas as freguesias não deixam de constituir elementos decisivamente estruturadores do quadro de interacção local. E isto de duas maneiras diferentes, embora interligadas.

Um dos tipos de relação que os moradores desenvolvem com as freguesias situa-se na dimensão administrativa e institucional. Tal relação adquire no bairro carácter multifacetado e, não raramente, saliência bastante grande na vida das pessoas. Neste plano, a relação é, sobretudo, com as juntas de freguesia.

Num bairro com carências sociais e habitacionais como as que existem em Alfama, as juntas de freguesia são fundamentais para muita gente. Passam atestados, encaminham requerimentos, apoiam actividades, prestam

esclarecimentos, desenvolvem serviços de proximidade. É a elas que os moradores mais imediatamente se dirigem perante problemas de pobreza, de saúde, de mau estado das habitações, de insegurança, ou face a preocupações específicas quanto aos jovens e aos idosos, ou em situações de conflito que contrapõem senhorios a inquilinos, comerciantes a habitantes, vizinhos a vizinhos, entre muitas outras manifestações de necessidade e solicitações diversas.

As juntas de freguesia são as principais interlocutoras da população, desempenhando muitas vezes o papel de intermediários indispensáveis entre os moradores e as mais diversas instituições, por eles difíceis de abordar — da Câmara Municipal de Lisboa e dos seus diversos serviços, incluindo o Gabinete Técnico Local, até à Santa Casa da Misericórdia, passando pelas escolas e por muitos outros organismos. Fazem-no, quando é o caso, de maneira oficial. Mas fazem-no também, muito mais frequentemente, de modo informal, para além do âmbito restrito das competências obrigatórias. O que decorre das características do quadro relacional local e da lógica dos cargos ocupados mas, também, dos atributos pessoais dos autarcas.

Durante o período de pesquisa de terreno em que este trabalho se apoia, os autarcas locais, e muito em especial os presidentes das Juntas de Freguesia de Santo Estêvão e São Miguel, situados à esquerda do espectro partidário, foram vencedores folgados e repetidos das respectivas eleições. Eram figuras locais notáveis, em permanente interação com os residentes, profundamente conhecedores e conhecidos das populações residentes, actuando em estilo de contínua militância e adoptando uma postura de “advocacia social”, em defesa de causas, necessidades e interesses dos moradores.

Mas não é só sob este ângulo que as freguesias têm importância na estruturação do quadro de interação local e nas dinâmicas da identidade cultural alfamista. Nos processos interactivos com visitantes que, por um motivo ou outro, se deslocam ao bairro, não é raro, através de táticas de manipulação das fronteiras identitárias já atrás analisadas, os moradores de uma das freguesias reivindicarem para ela uma centralidade ou genuinidade alfamista preferencial, quando se alude a valorizações históricas, patrimoniais ou socioculturais. Mas também se pode ouvir alguns dizer, em sentido inverso, quando estão em causa más reputações, que ali já não é bem Alfama, ou que os atributos estigmatizantes encarnam em personagens que se encontram noutras paragens, algures na freguesia vizinha.

Processos equivalentes, de disputa e demarcação entre freguesias, também se podem observar na vida interna do bairro, nas relações entre elementos da população local. Às vezes, apesar da prevalência dos regimes de cooperação, das acções comuns, dos objectivos e procedimentos partilhados, tais rivalidades entre freguesias acabam por assomar, de modo mais ou menos subtil, ao próprio nível da acção institucional das juntas de freguesia. Ou então surgem como resultados emergentes de acções múltiplas, na aparência

não intencionais, ou melhor, em que considerações relativas a equilíbrios entre freguesias não parecem ter estado explícita e deliberadamente presentes.

Um exemplo ilustrativo, já abordado de passagem no terceiro capítulo, é o da colectividade mais recente em Alfama, o Centro Cultural Magalhães de Lima. Com o 25 de Abril de 1974, geraram-se no bairro, como por toda a sociedade portuguesa, dinâmicas de ruptura de vários tipos, o que afectou também a relação das pessoas com as colectividades, em particular por parte dos moradores envolvidos de maneira mais activa nas forças políticas com forte protagonismo local. Neste contexto, foi fundado em 1975 o Centro Cultural Magalhães de Lima, muito por iniciativa das juntas de freguesia, com um estatuto de forte ligação a elas, e entendido como equipamento comum ao bairro, de algum modo alternativo às colectividades pré-existentes.

O sintomático aqui é o local em que tal equipamento comum foi colocado. Entre várias localizações possíveis, as dinâmicas colectivas locais acabaram por conduzir a instalá-lo num edifício situado precisamente na fronteira entre as duas freguesias. Como se a configuração básica de padrões interactivos e culturais de Alfama de algum modo se tivesse feito sentir na resistência dos agentes sociais envolvidos a que uma nova instituição local com a importância instrumental e simbólica daquela — uma vez que na altura aparecia, em certa medida, como sucessora, segundo modelos renovados, das colectividades mais antigas — pudesse desequilibrar de maneira acentuada a posição relativa das duas freguesias no quadro de interacção local e nas representações identitárias do bairro.

Não é fácil avaliar o que é que, neste processo, foi ponderado de maneira consciente e o que é que nele decorreu de jogos de forças e de sintonizações implícitas com certas lógicas — espaciais, relacionais e culturais — organizadoras do quadro de interacção local. E não é fácil porque, se as rivalidades fazem parte efectiva da prática relacional, não têm de maneira nenhuma uma presença equivalente à da identidade cultural bairrista e da cooperação institucional local no discurso reflexivo que os moradores, os dirigentes de colectividades e os autarcas emitem sobre o bairro.

Nas representações simbólicas correntes em Alfama, ao menos nas elaboradas a nível discursivo, as rivalidades entre freguesias são não só “politicamente incorrectas” — afinal, além do mais, os eleitos autárquicos são da mesma área política, nas duas circunscrições — como “culturalmente ignoradas” pelo vocabulário ali usado na expressão de imagens identitárias sobre o bairro. O que não quer dizer, claro está, que estejam ausentes dos padrões culturais que, de modo latente, impregnam a vida social local e pautam as interacções dos residentes.

Passado cerca de um ano, já em 1976, o Centro Cultural Magalhães de Lima mudou de estatuto formal, tornando-se numa colectividade como as outras. Mas outro facto notável, também já mencionado no terceiro capítulo, reforça a hipótese anterior. Alguns anos depois, em 1983, punha-se a questão de, após

um interregno relativamente longo, Alfama voltar a participar no concurso das marchas populares. Dados os processos de nucleação interaccional, ancoragem identitária e rivalidade cruzada entre colectividades, acima descritos, a representação do bairro nas marchas é assunto potencialmente melindroso.

Antes do 25 de Abril, a colectividade organizadora da marcha de Alfama tinha sido a Sociedade Boa União. Atendendo a que era a mais antiga e a que tinha sido sempre ela, desde 1934, a representar o bairro nas marchas, o problema não se punha com acuidade. Mas depois da interrupção longa, da mudança de contexto envolvente e do desinteresse da Sociedade Boa União, na sequência de dinâmicas internas, em voltar a responsabilizar-se por essa representação, o problema colocava-se em novos termos. Que colectividade das várias outras existentes no bairro, algumas com numerosos sócios e cheias de vitalidade, iria passar a organizar a marcha de Alfama?

A resposta está dada, mas surge agora a uma nova luz. Parece, depois do que se disse, quase inevitável que tivesse de ser assim, atendendo às características do quadro de interacção local. Foi, claro, o Centro Cultural Magalhães de Lima, com as suas singularidades na sensível geometria identitária local. Se deixou de ser a colectividade mais antiga, como escolher outra que não a mais recente — e não só mais recente, em abstracto, mas de uma era diferente das anteriores? Como optar por alguma que não a que resultou de uma iniciativa abrangente a nível do bairro, pese embora o percurso posterior de particularização? E sobretudo, que melhor solução do que a que redundava na escolha da única colectividade que, pela sua localização, não pode ser reivindicada preferencialmente por uma só das freguesias?

### **Interacções locais e instituições supralocais**

Os processos de rivalidade e cumplicidade remetem, assim, para importantes dimensões estruturadoras do quadro de interacção local. São um dos aspectos em que, de maneira mais decisiva, as lógicas da interacção se articulam com as dinâmicas da identidade cultural. Mas não ocorrem apenas entre subunidades internas ao bairro. Destaque tão grande ou maior, com importantíssimas implicações identitárias, é o que assumem os processos de rivalidade entre Alfama e outros bairros, com a correlativa formação de cumplicidades relacionais e lealdades bairristas no seu interior.

Um dos exemplos mais reveladores, a que vale a pena voltar por momentos, é o das marchas populares, competição social interbairrista por excelência no âmbito da cidade de Lisboa. Para além dos mecanismos identitários gerais analisados a este propósito no terceiro capítulo, pode observar-se, em torno das marchas, a emergência de disputas com acentuada veemência entre Alfama e bairros geograficamente vizinhos, como o da Mouraria e o do Castelo.

Nas exibições das marchas, é em geral na interacção entre os apoiantes da de Alfama e os destas outras que a exaltação bairrista vem mais ao de cima, que os apupos recíprocos ganham particular intensidade e, até, que não é raro chegar-se a vias de facto. Mas as rivalidades transcendem os momentos exibicionais. Durante o período de preparação, por exemplo, acontece com alguma frequência, nos espaços fronteiriços entre Alfama e o Castelo, ouvirem-se discussões acaloradas a respeito de efectivos ou supostos recrutamentos, para marchantes, de jovens do bairro vizinho, com toda a panóplia de argumentos relativos a pujanças próprias e impotências do rival, a lealdades e traições dos envolvidos, entre outros de claro registo identitário.

Um episódio particularmente sintomático deu-se no início dos anos 90. Na segunda metade da década anterior tinham sido criados, pela Câmara Municipal de Lisboa, os primeiros gabinetes técnicos locais para a reabilitação urbana de bairros populares do centro histórico de Lisboa. Eram eles, precisamente, os de Alfama e da Mouraria. Tais gabinetes foram designados pelos nomes tradicionais dos bairros, o que não é menosprezável do ponto de vista identitário. Tal como não o é as áreas de intervenção dos gabinetes terem sido delimitadas, de início, de maneira circunscrita aos núcleos incontroversos dos respectivos bairros — o que, no caso de Alfama, significou abranger as freguesias de São Miguel e Santo Estêvão.

Na viragem para os anos 90, deu-se uma mudança política bastante drástica na Câmara, a qual passou a ser dirigida por uma coligação de esquerda. A orientação estratégica e o dispositivo organizacional da reabilitação urbana foram sensivelmente reformulados. Entre muitos outros aspectos, o âmbito espacial de intervenção dos referidos gabinetes foi alargado a áreas vizinhas com problemas semelhantes.

Como se poderá calcular, no decurso deste processo foram-se entrecruzando protagonistas de vários tipos, com diversificados interesses, culturas e estratégias. Um dos objectos de polémica era que áreas integrar na esfera de acção dos dois gabinetes alargados. Fora dos núcleos indiscutíveis, as fronteiras tornavam-se urbanística, histórica e culturalmente mais indeterminadas e arbitrárias. Com o alargamento, os referidos gabinetes viriam a abranger, no essencial, o conjunto das duas vertentes principais da mesma colina, encimada pelo Castelo de São Jorge. Em correspondência com a localização dos bairros a que se tinham visto inicialmente ligados, ao Gabinete Técnico Local de Alfama coube a encosta que dá para o rio e ao Gabinete Técnico Local da Mouraria foi atribuída a virada para o interior da cidade.

As implicações de tudo isto, na perspectiva da análise das dinâmicas sociais da identidade cultural, são muitas e interessantes, mas, de momento, o episódio que importa examinar tem a ver com a intersecção entre processo de reabilitação urbana e concurso das marchas populares, intersecção que só surgirá como inesperada se não se tiver reparado na importante dimensão identitária dos dois fenómenos.

Durante a fase que precedeu a decisão final sobre as novas áreas de intervenção dos gabinetes, esteve em dúvida, por um conjunto de razões, em qual deles incluir a freguesia da Sé. Ora, na mesma altura em que tudo isto ocorria, dava-se também uma revalorização das marchas populares, inseridas agora num novo modelo imprimido às Festas de Lisboa pela vereação recém-eleita.

As marchas pretendem representar bairros e um dos dispositivos simbólicos com que está previsto fazerem-no é incluir, nos arcos que transportam, imagens alusivas a locais ou edifícios emblemáticos do bairro respectivo. A freguesia da Sé tem elementos simbólicos de grande importância na cidade e, muito em especial, no seu imaginário popular, desde a própria Sé de Lisboa, que lhe dá o nome, até à respectiva associação à figura de Santo António. É nela, nomeadamente, que se situa a Igreja de Santo António.

As referências ao santo são centrais na cultura popular urbana lisboeta. Nas festas de Junho, o dia principal é o de Santo António, feriado municipal. As festas estão cheias de motivos, mais brejeiros do que religiosos, conotados com o santo popular lisboeta, desde os tronos de Santo António aos temas de muitas quadras populares inscritas nas tiras de papel que acompanham os manjericos vendidos na altura no Largo do Chafariz de Dentro, em Alfama. E, muito em particular, as marchas fazem-se sob a sua égide, desfilando na Avenida da Liberdade na noite de véspera de Santo António.

Acontece que a freguesia da Sé é contígua à de São Miguel, parte dela prolongando sem solução de continuidade o tecido urbano de Alfama. E, em Lisboa, a Sé não se constituiu, nas representações localmente prevalentes, como bairro autónomo. Nem há uma marcha da Sé. Sobretudo a zona ribeirinha desta freguesia, onde o tecido urbano se confunde com o de São Miguel e onde as referências a Santo António estão materializadas no edificado, é vulgarmente associada a Alfama. Não admira pois que, com todos os trunfos simbólicos que tal representa, a marcha de Alfama tenha por regra incluído nos seus arcos imagens da Sé de Lisboa, e que os moradores da freguesia, pelo menos os de meio social popular, se sintam representados pela marcha de Alfama.

No entanto, como se teve já oportunidade de analisar, sob vários ângulos, as fronteiras identitárias do bairro — e não só deste, claro está — são imprecisas e manipuláveis. O episódio cuja avaliação interpretativa exigiu este enquadramento preliminar consistiu no seguinte. Quando, a nível da Câmara de Lisboa, a delimitação da nova área alargada dos gabinetes estava a ser sobretudo discutida, em princípio, em círculos técnicos, administrativos e políticos, difunde-se nos bairros implicados, a certa altura, o rumor de que a freguesia da Sé estaria para ser incluída na esfera de intervenção do gabinete da Mouraria. E, caso nunca visto, a marcha da Mouraria aparece, precisamente nesse ano, com um arco alusivo à Sé — para grande indignação das gentes de Alfama.

Tanto a tentativa como o respectivo insucesso — afinal a freguesia da Sé acabou por ficar incluída na área de intervenção do Gabinete Técnico de Alfama, assim como a marcha da Mouraria não voltou a apresentar imagens da Sé — são sintomáticos das dinâmicas identitárias aqui analisadas. Entre outros aspectos, sugerem como os mecanismos culturais do ritual podem, na rivalidade interbairrista, ser estrategicamente utilizados na disputa pela apropriação de símbolos e de espaços relevantes. E mostram como a intervenção de instâncias institucionais supralocais — por exemplo de carácter político, administrativo ou técnico, ou com vários desses elementos — pode reforçar ou fragilizar construções identitárias locais, induzir processos de reconfiguração de identidades de bairro ou ser usada neles.

Além disso, ilustram até que ponto um quadro de interacção local como o de Alfama pode constituir também, em si mesmo, uma sede de poder, capaz tanto de cooperação como de resistência, em medida variável, face às interferências de instituições supralocais. Esta formulação retoma no essencial a teorização de Anthony Leeds sobre o que ele designa por “localidades” e sobre as respectivas relações com as “instituições supralocais”.<sup>27</sup>

Embora o recurso que aqui se faz ao conceito de quadro de interacção tenha algumas implicações conceptuais e analíticas não completamente coincidentes com as da abordagem de Leeds, em muitos aspectos são convergentes. Para o autor, as localidades constituem pontos nodais de interacção. São lugares de densificação e multiplicidade de comportamentos humanos, o que não significa que se possa considerá-las “comunidades” auto-contidas, no sentido reificante de certa tradição antropológica. Normalmente não o são. Constituem sim, nódulos de aglomeração de pessoas e de condensação de teias complexas de múltiplos tipos de relações.

O carácter caleidoscópico, plurifacetado e flexível da organização social das localidades está na base de um conjunto de propriedades relativas às dinâmicas de permanência e mudança e às relações entre interior e exterior.

De entre tais propriedades Anthony Leeds destaca, justamente, a capacidade tendencial de cada um destes complexos nodais de relações sociais e interacções múltiplas controlar vários tipos de recursos e constituir-se em *locus* de poder. Conseguem, assim, nas relações com outras sedes de poder e, em particular, perante as instituições supralocais, manter algumas margens de autonomia, amortecendo, filtrando, reorientando ou contrariando, em maior ou menor grau, os respectivos impactos locais.

Nas considerações que desenvolve sobre o tema, Leeds chama ainda a atenção para que, na maior parte dos estudos realizados por ciências sociais

---

27 Anthony Leeds, “Locality power in relation to supralocal power institutions”, in Aidan Southall (org.), *Urban Anthropology: Cross-Cultural Studies of Urbanization*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1973. Ver também Anthony Leeds e Elizabeth Leeds, *A Sociologia do Brasil Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1977).

como a economia, a história ou a ciência política — às quais se poderia acrescentar a sociologia — sobre o que os antropólogos designaram por “sociedades complexas”, as instituições supralocais têm sido tratadas, em geral, como se operassem de modo independente dos quadros locais de organização social. A análise resulta, assim, gravemente comprometida. Os respectivos modelos conceptuais não estão equipados, nomeadamente, para dar conta das relações de poder entre contextos sociais de localidade e instituições supralocais. São omitidos, por isso, processos decisivos na estruturação das sociedades contemporâneas.

Poder-se-ia acrescentar, aliás, que desenvolvimentos teóricos das últimas décadas, como os de Giddens sobre os processos de descontextualização das relações sociais, como os de Habermas sobre os processos de disjunção entre sistemas e mundo vivido, ou como os de Luhmann sobre os processos de diferenciação dos sistemas sociais entre sociedade e interacção — para recorrer a conceptualizações que se tornaram conhecidas a partir da obra de alguns dos mais importantes teorizadores da sociologia contemporânea —, não ajudaram muito a equacionar e elucidar a questão anterior, apesar dos seus importantíssimos outros méritos.<sup>28</sup> Na maioria das vezes, elas próprias ou, sobretudo, certas vulgarizações parcelares e apressadas por parte de terceiros, terão contribuído mesmo para a obscurecer e para a tratar de maneira bastante equivocada. Retomar-se-á, adiante, o exame destas posições teóricas.

Mas, voltando à proposição sugerida por Leeds, poder-se-ia ainda reformulá-la e complementá-la, tendo presente o caso aqui em estudo e a elaboração conceptual ensaiada a propósito dele. Se *as instituições supralocais não podem ser analisadas como se operassem independentemente dos quadros de interacção*, a proposição inversa também se verifica. Isto é, *os quadros de interacção não podem ser analisados como se neles não operassem instituições supralocais*. Nem como se não fossem constitutivamente atravessados por relações interlocais. Ou, ainda, por relações translocais.

O episódio evocado ilustra os dois primeiros aspectos. Transparecem nele relações interlocais entre bairros, protagonizadas pelas pessoas residentes em cada um, num tipo de interacção — de rivalidade — processado sob o signo da identidade bairrista. Do mesmo modo, surgem nele, também com importantes implicações identitárias, algumas das vertentes das relações entre o bairro e a Câmara Municipal, relações de influência recíproca, embora assimétrica, exemplificando a profunda imbricação desta instituição — a qual, face aos bairros da cidade, se pode qualificar de supralocal — nas dinâmicas de estruturação e reestruturação do quadro bairrista de interacção local.

---

28 Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (1990); Jurgen Habermas, *Théorie de l'Agir Communicationnel* (2 vols.), Paris, Fayard, 1987 (1981); Niklas Luhmann, *Social Systems*, Stanford, Stanford University Press, 1995 (1984).

Importa levar a análise um pouco mais longe. Neste tipo de dinâmicas entre o local e o supralocal, não são só os poderes e as acções da Câmara relativamente ao bairro, ou os poderes e as acções das pessoas do bairro relativamente àquela, que contam. No que respeita à constituição do bairro como quadro de interacção, algo de adicional e muito importante ocorre por a Câmara ter, no bairro, uma organização específica, o Gabinete Técnico Local, o qual possui o carácter de um prolongamento no local de uma instituição supralocal.

A este título, o Gabinete pertence à Câmara, como uma das suas dependências, mas também faz parte do bairro. É, ele próprio, um elemento estruturador do quadro de interacção local. É um elemento muito significativo, aliás, cuja instalação em Alfama teve como consequência a reorganização, numa medida importante, das redes, dos padrões, das lógicas e das estratégias de interacção no bairro. O episódio a que se aludiu ilustra-o com clareza, mas muitos outros exemplos se poderiam referir. Nos capítulos seguintes ter-se-á oportunidade de examinar alguns deles.

Claro está que o referido gabinete não é caso único no bairro. Há também, ali, departamentos da Alfândega de Lisboa, equipamentos da administração portuária, filiais de várias empresas, sedes de sindicatos, elementos fixos e móveis de companhias de transportes públicos, escolas do ensino básico, instalações de duas universidades, entre vários outros prolongamentos locais do que se tem vindo a chamar instituições supralocais.

O ponto importante, a sublinhar aqui, é que todos estes prolongamentos locais de instituições supralocais fazem parte, em sentido forte, do quadro de interacção local. São elementos dele estruturantes, em modalidades diversas. Muitas vezes estabelecem, em torno de cada um deles, o que se pode conceber, segundo Goran Ahrne, como espaços sociais semi-organizados.<sup>29</sup> Isto é, padronizam práticas e organizam relações de protagonistas sociais que não lhes pertencem, no sentido em que não são membros formais dessas organizações, mas que são abrangidos, enquanto utentes, frequentadores, clientes, ou noutra papel semelhante, pela sua esfera de influência, reguladora de ritmos, posturas e acções.

Seja como for, nesta ou noutras modalidades, são elementos constitutivos do quadro de interacção local, parâmetros da sua estruturação. Possuem atributos específicos que os diferenciam de outros componentes desse quadro de interacção, mas nem por isso estão nele menos presentes. Não faz sentido, pois, ignorá-los ou subestimá-los, na análise, com o argumento declarado ou o pressuposto implícito de que são elementos “exteriores”.

---

29 Goran Ahrne, *Agency and Organization: Towards an Organizational Theory of Society*, Londres, Sage Publications, 1990, em especial, pp. 51-65 e 69-73. Ver também Goran Ahrne, *Social Organizations: Interaction Inside, Outside and Between Organizations*, Londres, Sage Publications, 1994, pp. 71-86.

De facto, tais elementos não são, de modo nenhum, exteriores ao quadro de interacção. Estão fisicamente nele implantados, nele organizam relações e modulam práticas, constituem ali importantes sedes de recursos e fontes de poderes, estabelecem-se no local como nós de entrelaçamento de redes sociais, por eles circulam e neles interagem agentes sociais diversos, cujas interacções, justamente, são por eles padronizadas de maneira específica.

Se, como aqui se vem propondo, os *quadros de interacção* fazem parte, com as *relações de classe* em que as populações que neles interagem estão envolvidas e com os *padrões culturais* de que estas são portadoras e protagonistas, de um triângulo conceptual interdependente com o qual se podem balizar os mais importantes referenciais analíticos para a compreensão e explicação de um conjunto alargado de representações, práticas e dinâmicas sociais, nomeadamente as relativas às identidades culturais, então a respectiva investigação não pode remeter para o exterior do objecto de estudo tais prolongamentos locais de instituições supralocais.

Com frequência, na tradição sociológica e antropológica dos estudos de comunidade, ou noutras análises de contextos sociais e configurações culturais locais, tem-se procedido a uma delimitação selectiva do objecto de estudo que se traduz em não incluir no domínio de observação e análise sistemáticas tais prolongamentos locais de instituições supralocais. Num bairro como Alfama, isso corresponderia a ter conduzido a pesquisa de terreno — e procedido à elaboração analítica correspondente — sobre aspectos como as práticas quotidianas ou os rituais festivos, como as esquinas ou as colectividades, mas deixando de lado outros, do tipo dos gabinetes camarários ou das escolas. No entanto, desse modo, ter-se-ia caído numa construção arbitrária do objecto, enviesada por um pressuposto selectivo de cunho tradicionalista.

Quando é assim conduzida, a análise resulta, a um tempo, truncada de certos elementos e reificante de outros. Poder-se-ia argumentar que se trata apenas de uma selecção analítica de certas dimensões de um objecto, algo perfeitamente legítimo e, aliás, indispensável na investigação científica. Mas essa é outra questão. Precisamente, o que está aqui em causa é que a dimensão é a mesma: a interacção e os seus elementos estruturantes. O que se faz é eliminar, de modo arbitrário, por equívoco alicerçado em teorizações inadequadas, parcelas relevantes do campo de observáveis e componentes pertinentes do objecto teórico.

Das duas uma. Ou o objecto de análise é localizado ou não é. Se é — e deixando de momento em aberto as implicações da questão para objectos de estudo construídos a outro nível — a dimensão interaccional não pode ser descurada. Sendo assim, pôr de lado, em termos observacionais e interpretativos, componentes decisivos do quadro de interacção não conduz senão a análises distorcidas e equivocadas.

Tudo isto remete para uma folclorização do objecto, a qual, em geral, vem a par de uma naturalização dos respectivos limites. São dois efeitos

**Quadro 5.4** População residente em Alfama por local de trabalho, 1990

| Local de trabalho          | N    | %     |
|----------------------------|------|-------|
| Colina do Castelo          | 887  | 30,7  |
| Lisboa (outras freguesias) | 1742 | 60,2  |
| AML (outros concelhos)     | 197  | 6,8   |
| Resto do país              | 52   | 1,8   |
| Outros países              | 15   | 0,5   |
| Total                      | 2893 | 100,0 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

complementares, habituais nos estudos de comunidade do tipo referido. Começa-se por tomar como bons os limites empíricos do objecto tais como se encontram nas representações de senso comum. E depois retira-se do campo de observação e do objecto de análise tudo o que não corresponde a uma concepção apriorística e folclorizante de comunidade local. Em particular, tais efeitos traduzem concepções da identidade cultural de tipo essencialista e internalista.

A presença no local de instituições supralocais como as referidas não pode ser analisada apenas como um efeito externo. Ela constitui-se, também, num dos elementos de estruturação do bairro de Alfama enquanto quadro de interacção localizado. Considerações análogas são pertinentes para relações interlocais, entre as quais se destacam as rivalidades entre bairros vizinhos, atrás analisadas. Também elas contribuem para a estruturação, com as características específicas que nele é possível identificar, do quadro de interacção que se forma no bairro. E o mesmo se aplica, aliás, a um conjunto de relações que se podem designar por translocais.

Um exemplo destas últimas são as redes sociais que se prolongam do bairro para fora dele, alicerçando relações de carácter múltiplo e canalizando interacções repetidas. Alguns dos seus aspectos foram já examinados, nomeadamente a propósito das redes de parentesco, as quais se densificam no bairro mas se ramificam também, em taxas muito elevadas, a outras zonas da cidade e dos concelhos envolventes, o que resulta, com frequência, de processos de mobilidade geográfica e social em duas etapas.

Dois casos ilustrativos das relações translocais que assim se desenvolvem, dos vários já mencionados em passagens anteriores da presente análise, são a circulação de crianças entre a casa dos pais nas periferias suburbanas e a casa dos avós no bairro ou a frequência regular, às vezes quotidiana, de colectividades de Alfama por parte de antigos residentes.

Outra ilustração pode ser dada pelas redes profissionais. Uma das características de Alfama com importantes implicações relacionais e simbólicas é o facto de uma parte significativa dos seus residentes trabalhar no perímetro circunscrito do próprio bairro, como o quadro 5.4 corrobora. É um traço assinalável do quadro de interacção local, atendendo à sobreposição de

múltiplas dimensões relacionais que nele assim se estabelece, bem como à correlativa intensificação espacial de interações de natureza multifacetada que deste modo ali tende a ocorrer, o que não se passa na maioria dos contextos residenciais urbanos actuais.

Mas não é tudo. O quadro 5.4 mostra também que uma proporção ainda maior dos residentes trabalha noutros locais da cidade de Lisboa, em freguesias mais próximas ou mais distantes. Como se viu atrás, uma parte muito substancial das redes profissionais assim estabelecidas mantém, para a população do bairro, uma grande sobreposição com redes de parentesco, conterraneidade e vizinhança. O quadro de interacção local, do qual tais redes são dimensão constitutiva fundamental, vai-se assim configurando sob a influência, entre outras, destas relações translocais.

Mais ainda. Seja qual for o grau de sobreposição das redes em que cada morador de Alfama está envolvido, as interacções quotidianas da população local são, em múltiplos aspectos — dos ritmos diários aos percursos escolhidos, dos recursos e disposições decorrentes do trabalho às transposições para o bairro das redes nele estabelecidas — marcadas por este feixe de relações profissionais, as quais, em grande medida, têm uma dimensão translocal.

O inverso, porém, não é menos importante quanto aos parâmetros constitutivos do quadro de interacção que se forma no bairro. Não são só os residentes em Alfama que protagonizam deslocações quotidianas a áreas a ela exteriores, com consequências nas redes sociais e nos regimes de interacção que envolvem o bairro e a sua população. É tanto ou mais decisivo o conjunto de pessoas que, não residindo no bairro, a ele se deslocam, em modalidades variadas.

Alguns desses agentes sociais, como os turistas, são visitantes efémeros. No entanto, representam uma presença permanente no bairro, renovada dia a dia, de centenas de forasteiros, às vezes milhares, com impacto alargado e plurifacetado no quadro de interacção local. Foi possível evidenciar atrás, logo a partir do primeiro capítulo, os modos de relacionamento que se estabelecem no bairro entre residentes e turistas, tendo-se aludido, em particular, a certas dinâmicas relativas à identidade cultural associadas a tais interacções.

Além disso, passam pelo bairro diariamente alguns outros milhares de pessoas não residentes. Os contingentes principais são constituídos por trabalhadores portuários, por empregados de escritórios, serviços públicos e privados, estabelecimentos comerciais ali sediados, por utentes ou clientes da Alfândega, das empresas com instalações no local, dos restaurantes e do comércio do bairro, por estudantes das universidades que ali se estabeleceram. Tudo isto representa milhares de pessoas, as quais interagem no bairro quotidianamente. Algumas voltam a ele todos os dias, ou quase, e aí permanecem por largas horas. Outras frequentam-no menos tempo ou com menor frequência. Mas, no conjunto, interagem no bairro, inserem-se em redes translocais que o atravessam, desenvolvem aí práticas sociais de diversos tipos, estabelecem nele laços diversificados.

Em suma, tal como os prolongamentos locais de instituições supralocais, também estes agentes sociais não residentes influenciam com a sua presença o quadro de interacção que se forma no bairro. São dele elementos constitutivos, embora de maneira específica. E inserem-se, nesses moldes, nas dinâmicas sociais com incidência na identidade cultural de Alfama, nomeadamente na circulação alargada de imagens sobre o bairro, analisada no capítulo inicial.

### **Cultura, comunicação e interacção**

A terminar este breve percurso, em jeito de inventário sintético de alguns dos principais componentes do quadro de interacção que o bairro constitui, importa acrescentar ainda um aspecto decisivo: a cultura local. Não são só as dimensões morfológicas, relacionais e institucionais, atrás analisadas, que estruturam o bairro enquanto quadro de interacção. Nele estão também presentes, de maneira fundamental, as dimensões culturais — enquanto padrões culturais locais, mas também, muito em particular, enquanto dimensões comunicacionais da cultura.

Em termos teóricos gerais, os processos que ligam cultura e interacção são necessariamente, embora não em exclusivo, processos de comunicação. Um dos méritos do interaccionismo simbólico, logo desde os primeiros trabalhos, foi ter chamado a atenção para esta articulação tripla entre interacção, cultura e comunicação, neles conceptualizada como intrinsecamente constitutiva do relacionamento social humano. Na formulação de George Mead, por exemplo, a comunicação através de símbolos significativos, muito em especial nos processos de interacção verbal, está na base da emergência simultânea do eu reflexivo (self), do pensamento consciente e da organização social institucionalizada.<sup>30</sup> O elemento de base de tudo isto é o processo social interactivo e simbólico, quer dizer, envolvendo comunicação através de símbolos com significado partilhado pelos participantes no processo interaccional.

Trata-se, noutros termos, de processos de relacionamento social que se estabelecem recorrendo a padrões culturais partilhados, os quais se apresentam assim, ao mesmo tempo, como condição da interacção comunicacional e como produto dela, como seu ingrediente intrinsecamente constitutivo mas também como seu resultado emergente. A dimensão cultural das sociedades não se esgota, pois, nas obras culturais objectivadas e nos padrões culturais interiorizados e accionados pelos agentes sociais. Inclui também, de modo não menos decisivo, os processos de interacção comunicativa, com as correspondentes ligações aos

---

30 George H. Mead, *Mind, Self and Society*, Chicago, The University of Chicago Press, 1962 (1934).

outros dois aspectos referidos, mas também com a sua lógica própria irreductível a esses outros planos, isto é, com os seus parâmetros de estruturação e os seus mecanismos sócio-simbólicos específicos.

A omissão dos aspectos comunicativos e interaccionais da cultura em certas análises das ciências sociais, ou a não atribuição a esses aspectos de estatuto teórico pleno, tratando-os quando muito como meros elementos de especificação grupal, local ou conjuntural, é um dos factores responsáveis por concepções tanto reificadamente essencialistas como redutoramente legitimistas. Enviesamentos ou limitações de algum destes géneros, afectando trabalhos noutros sentidos tão ricos de contributos para a abordagem da cultura como os de Lévi-Strauss ou de Bourdieu, por exemplo, podem ser reportados, em certa medida, a esta não inclusão, nos respectivos quadros teóricos, de uma concepção interaccional da cultura como comunicação, no primeiro caso, ou das dimensões comunicacionais e interactivas da cultura, no segundo.

A análise das articulações entre cultura, comunicação e interacção foi objecto de desenvolvimentos posteriores aos do primeiro interaccionismo simbólico, em diversos domínios. Edward Hall na antropologia, Paul Watzlawick na psiquiatria ou Erving Goffman na sociologia são exemplos de referência a este respeito.<sup>31</sup>

Como salienta Yves Winkin, a despeito das especificidades de disciplina e de objecto, estes autores, e outros englobáveis no mesmo “colégio invisível”, debruçaram-se de maneiras variadas sobre tais articulações, elaborando um conjunto de ideias: a de que a comunicação humana em sociedade é melhor caracterizável por um modelo orquestral, supondo partilha de códigos culturais e processos interaccionais contextualizados, do que pelo modelo individualista e unilateral do emissor-receptor; a de que a interacção é, em simultâneo, produtora de códigos culturais e regulada comunicacionalmente por eles; a de que a cultura implica comunicação e, logo, contextos e processos de interacção, padronizando-os simbolicamente e emergindo deles como criação simbólica recorrente e contingente.<sup>32</sup>

- 
- 31 Para além de obras de Edward T. Hall já referidas, veja-se, por exemplo, *Au-delà de la Culture*, Paris, Éditions du Seuil, 1979 (1976) ou *La Danse de la Vie: Temps Culturel, Temps Vécu*, Paris, Éditions du Seuil, 1984 (1983); de Paul Watzlawick pode mencionar-se, designadamente, *How Real is Real? Communication, Disinformation, Confusion*, Nova Iorque, Random House, 1976, ou Paul Watzlawick, Janet Helmick Beavin e Don D. Jackson, *Pragmática da Comunicação Humana: Um Estudo dos Padrões, Patologias e Paradoxos da Interação Humana*, São Paulo, Editora Cultrix, 1981 (1967); quanto a Erving Goffman, de entre muitas outras obras do autor, algumas das mais importantes já atrás mencionadas, destaque-se, *The Presentation of Self in Everyday Life*, op. cit., *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*, Garden City (Nova Iorque), Anchor Books, 1967, *Frame Analysis*, Nova Iorque, Harper and Row, 1974 e *Forms of Talk*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1981.
- 32 Yves Winkin (org.), *La Nouvelle Communication*, Paris, Éditions du Seuil, 1981, pp. 13-109. Veja-se também Armand Mattelart e Michèle Mattelart, *História das Teorias da Comunicação*, Porto, Campo das Letras, 1997 (1995), pp. 56-59.

Em Alfama, a cultura de bairro aparece como componente intrínseca do quadro de interacção local, tanto na medida em que aí preside às práticas sociais naquilo que elas comportam de práticas de comunicação interactiva, como na medida em que tal conjunto de formas e padrões culturais se vai constituindo enquanto resultado emergente, em confluência com outros factores, de parâmetros contextuais e processos interaccionais. Uma série de exemplos já referidos, de observações e interpretações carreadas ao longo de toda a análise anterior, pode ser convocada a este respeito. Sendo dispensável voltar em pormenor a tais ilustrações e a tais análises, torna-se necessário tê-las presentes para delas retirar as devidas consequências conceptuais e interpretativas.

Relembre-se, por exemplo, o fado popular ou as marchas bairristas. Como se viu, estas formas culturais assumem, no bairro, o carácter de linguagens simbólicas cuja codificação e modo de accionamento os membros participantes do quadro de interacção local conhecem e dominam. Constituem, assim, neste quadro de interacção local, suportes localmente generalizados sobre os quais as pessoas que vivem no quotidiano em Alfama podem comunicar entre si, sintonizar emoções, exprimir-se esteticamente, partilhar sociabilidades, coordenar acções de maneira implícita, ou seja, interagir significativamente umas com as outras, em diversas circunstâncias e em variados planos do relacionamento social.

Generalizando, em Alfama os grupos de interesses e as redes de dominação, as rivalidades e as alianças, as lealdades e os conflitos de lealdade, as disputas e as solidariedades articulam-se segundo processos de interacção simbolicamente impregnados e regulados, recorrendo a padrões culturais implícitos.

Estes permitem enfrentar, em grande parte dos casos sem recurso a soluções organizativas formais, por vezes sem consciência explícita dos protagonistas, aquilo que Abner Cohen designa por “problemas operacionais básicos” dos grupos sociais, como os que vão da gestão das diferenciações sociais aos processos de comunicação, das tomadas de decisão aos exercícios de autoridade, dos processos de aprendizagem à coordenação de actividades.<sup>33</sup> Muitas das regras da cooperação, da concorrência e do conflito, das normas de lealdade, dos códigos de reconhecimento e das tácticas de camuflagem que fazem parte da vida quotidiana do bairro veiculam-se através de práticas culturais como as referidas.

Neste contexto, os padrões da interacção quotidiana local geram-se, reproduzem-se e transformam-se, em grande parte, de modo informal e defendido dos olhares exteriores. Formas de cultura popular locais como o fado

---

33 Abner Cohen, *O Homem Bidimensional: A Antropologia do Poder e do Simbolismo em Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1974), nomeadamente pp. 86-114.

amador e as marchas populares constituem, paradoxalmente, elementos através dos quais o bairro afirma de maneira mais ostensiva a sua identidade perante o exterior, ao mesmo tempo que difundem no domínio interno, para os protagonistas das relações sociais de bairro, códigos simbólicos organizadores das interações locais cujo significado é em boa parte oculto para os olhares estranhos, cuja natureza é em boa medida a da camuflagem e cuja eficácia depende precisamente desse carácter de invisibilidade externa.

Invisibilidade esta que é tanto mais conseguida quanto, em vez de um segredo explícito e organizado, se produz através de práticas culturais manifestas e exuberantes mas cuja chave de descodificação local, a vários níveis de sentido, só a adquire quem está inserido na trama social de Alfama e participa de maneira continuada na sua vida quotidiana.

As formas simbólicas especificamente integrantes da cultura local, de que o fado amador e as marchas populares surgem como exemplo privilegiado, são susceptíveis de, em regime de continuidade persistente, servir de veículo ao investimento de significados múltiplos e mutáveis. Constituem, assim, neste quadro de interação local, suportes comunicacionais comuns, meios de expressão partilhados, operadores de produção cultural própria. Por isso, aliás, como se verificou, aparecem, neste quadro relacional denso, como elementos fulcrais da geração continuada e pujante da identidade cultural do bairro.

Por isso, também, podem transportar, em simultâneo, significados em parte partilhados e em parte diferenciados para actores sociais diferentes. Gentes de Alfama nascidas no bairro e oriundas das Beiras, alfamistas jovens e idosos, artistas profissionais e artistas amadores, população local e turistas — podem todos participar intensamente numa sessão de fado, ou assistir com entusiasmo ao desfile da marcha. Formas simbólicas como estas constituem, como se viu atrás, instâncias possíveis de comunicação entre certos universos culturais diferenciados entre si, em maior ou menor grau.

Como assinala Gilberto Velho, recorrendo a autores como Simmel e Schutz, Geertz e Bakhtine, numa mesma sociedade coexistem e entrecruzam-se discursos simbólicos distintos e universos culturais diferenciados. Acresce que, como também salienta a propósito dos rituais de transe e possessão enquanto elementos culturais estruturantes na sociedade brasileira, neste sentido específico comparáveis com as formas simbólicas aqui em análise, não só a cultura de uma sociedade não exclui as diferenças como, em certa medida, alimenta-se delas, estabelecendo pontes, suscitando comunicação.<sup>34</sup>

O que se poderia aqui acrescentar é que elementos culturais como o fado amador ou as marchas populares podem operar em simultâneo a dois níveis complementares e subtilmente articulados. Por um lado, são capazes

---

34 Gilberto Velho, *Projecto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, em especial pp. 11-30.

de estabelecer interligação entre configurações culturais de enraizamento social diverso, surgindo como dispositivos comunicacionais abrangendo segmentos sociais diferenciados, nomeadamente em situações de contexto interaccional partilhado. Por outro lado, e em simultâneo, nos quadros de interacção de que Alfama é exemplo ilustrativo, constituem-se como linguagens privativas, não decifradas nesse plano de significados específico por terceiros presentes na situação interactiva. Linguagens privativas essas particularmente eficazes porque não se evidenciam enquanto tal.

Os que não estão familiarizados com os padrões da cultura local nem sequer se dão conta de que, nessas situações de expressão cultural, podem estar a ser veiculadas ao mesmo tempo mensagens de vários níveis. Algumas delas só são susceptíveis de ser decodificadas por quem aprendeu a ler no quadro interaccional os significados que circulam localmente, que ali são atribuídos a sinais diversos, que fazem parte do contexto cultural próprio do bairro. Significados esses que apelam, pois, não só para os significantes formais e explícitos dos enunciados culturais, mas também, de modo decisivo, para os contextos e para os modos contextualizados de enunciação: para os estilos, para as alusões, para os implícitos inscritos na situação interaccional e no seu quadro local de referências culturais.

A distinção tipológica estabelecida por Edward Hall entre culturas de baixo contexto (ou contexto pobre) e culturas de alto contexto (ou contexto rico), organizadora de um contínuo de possibilidades, pode ser aqui utilizada de forma elucidativa.<sup>35</sup> Nas primeiras, o significado das mensagens é sobretudo transmitido em regime formal e explícito pela linguagem especializada em causa, enquanto nas segundas se faz em grande medida apelo, de maneira implícita mas intensa, não só ao código mas também ao contexto. Isto é, a decifração das mensagens em culturas de alto contexto precisa de convocar, em geral de modo informal e implícito mas nem por isso menos sistemático, um vasto conjunto de referências inscritas no contexto cultural da interacção social comunicativa.

No caso em análise, as práticas culturais locais transportam significados para as gentes do bairro em regime de alto contexto, reportado ao quadro de interacção e aos padrões de cultura locais. Mas essas mesmas práticas, relativas aos estilos de conduta e, sobretudo, às formas simbólicas mais destacadas, como as marchas e o fado, são susceptíveis de, para agentes externos, ganhar significados em regime diferente, mais próximo do baixo contexto ou, talvez melhor, como se o contexto local fosse irrelevante.

É certo, segundo a fórmula popularizada por Watzlawick, que não se pode não comunicar.<sup>36</sup> Mas pode-se, com o mesmo enunciado, comunicar

---

35 Edward T. Hall, *Au-delà de la Culture*, op. cit., em especial pp. 87-116, e *La Danse de la Vie: Temps Culturel, Temps Vécu*, op. cit., pp. 73-94.

coisas diferentes a diferentes interlocutores — sem que em certos casos disso se apercebam, pelo menos alguns deles. A comunicação é também, em parte, incomunicação — com frequência decifração equivocada e, por vezes, de maneira mais espontânea ou mais intencional, manobra de diversão desinformativa, interacção ocultante ou tática de camuflagem.<sup>37</sup>

Metaforicamente, poder-se-ia dizer, em relação a configurações simbólicas com alguma consistência interna e identidade própria, como a que se observa em Alfama, que a cultura “serve” para comunicar mas também para ocultar, para defender do exterior; e, ainda, para exhibir identitariamente, ocultando. As práticas culturais com visibilidade exterior incluem uma variável mas incontornável expectativa interna de leitura externa. São, portanto, em modalidades diversas e em graus mais ou menos acentuados, conforme os agentes e as circunstâncias, accionadas tendo isso em conta. Trata-se de mecanismos intrínsecos a este tipo de dinâmicas de produção de formas de cultura popular urbana profundamente envolvidas nas expressões de identidade cultural.

Viu-se como, em Alfama, o carácter denso do quadro de interacção local gera e solicita códigos de reconhecimento mútuo, sistemas de comunicação privativos, processos de controle social e garantias de lealdade de que as práticas culturais e as representações identitárias são veículo e forma de expressão. Do ponto de vista da análise dos protagonistas sociais locais — em particular, da análise dos respectivos processos de socialização e ressocialização — o bairro surge como um universo social hipercodificado, nele imperando uma acentuada redundância de mecanismos relacionais e simbólicos.

Em Alfama, a vida quotidiana requer a aquisição de um conhecimento, em parte consciente e reflexivo, em parte implícito e automatizado, das maneiras adequadas de proceder e interagir nas situações diversificadas que a existência social suscita. Neste quadro de interacção isso significa, indissociavelmente, a aquisição de competências culturais específicas.

Os códigos vigentes no bairro — que balizam possibilidades e interdições, pautam a conduta, sistematizam os gostos, induzem estilos de procedimento, orientam estratégias de vida e organizam táticas interactivas — são veiculados e incorporados, de maneira decisiva, através da impregnação da vivência quotidiana pelas formas locais de cultura popular urbana e pela identidade colectiva bairrista.

O que ajuda também a perceber, agora do ponto de vista da análise dos mecanismos sociais responsáveis pela produção destas últimas, a riqueza de aspectos simbólicos por elas evidenciada. Os modos de vida populares, que se

---

36 Paul Watzlawick, Janet Helmick Beavin e Don D. Jackson, *Pragmática da Comunicação Humana: Um Estudo dos Padrões, Patologias e Paradoxos da Interacção Humana*, op. cit., pp. 44-47.

37 Veja-se em particular, a respeito deste tipo de processos, Paul Watzlawick, *How Real is Real? Communication, Disinformation, Confusion*, op. cit.

desenvolvem num quadro de interacção deste tipo, requerem e propiciam a geração, constantemente reproduzida e renovada, de formas culturais singulares e exuberantes nas suas manifestações, portadoras de reportórios e códigos específicos e, ao mesmo tempo, susceptíveis de investimentos polissémicos.

As formas de cultura popular urbana entranhadas em profundidade na vida do bairro assumem ali, como se pôde verificar, o carácter de linguagem própria local, meio ambivalente de expressão e de camuflagem, conjunto de instrumentos culturais e relacionais de controlo social, de coordenação informal e de afirmação identitária. Por isso, segundo o ângulo de análise aqui desenvolvido, tendem a ser produzidas em Alfama de maneira continuada e pujante. Por isso, também, tendem a assumir formas de acentuada redundância e elaborada codificação simbólicas, a constituir-se como configuração cultural com expressividade intensa e identidade saliente.

Se o quadro de interacção que o bairro forma é, como se viu, um dos elementos confluentes na produção local de cultura popular urbana, esta, por sua vez, inscreve-se nesse quadro de interacção — como uma das suas dimensões constitutivas básicas — fundamentalmente enquanto comunicação. Ou melhor, a cultura local faz parte do quadro de interacção de bairro na medida em que é ali accionada comunicacionalmente, enquanto suporte e emergência de processos interaccionais.

É também a este título, com o conjunto de mediações referidas e através dos mecanismos analisados, que o quadro de interacção surge como uma das vertentes constituintes decisivas das dinâmicas sociais associadas à identidade cultural alfamista, irredutível a outras vertentes fundamentais, com destaque para a configuração cultural e a composição social, mas com elas profundamente interligada.

### **Quadros de interacção e processos identitários**

Ao longo deste capítulo procurou-se, no essencial, discutir uma hipótese: a de que os processos sociais e simbólicos associados à identidade cultural de Alfama não ficam suficientemente esclarecidos apenas pelo recurso a duas séries de dimensões analíticas, polarizadas pelos conceitos de *cultura* e de *classes sociais*; requerem também, em articulação com estas, uma terceira, com estatuto teórico equivalente, sintetizada no conceito de *quadro de interacção*. Inclusive as relações entre interior e exterior e entre permanência e mudança, portadoras de dinâmicas identitárias fundamentais, solicitam, para a sua decifração, a mobilização deste triplo referencial conceptual.

A análise, a partir desta perspectiva, de conteúdos simbólicos e processos sociais relacionados com a identidade cultural de Alfama permitiu pôr em evidência os principais elementos especificamente constitutivos do quadro de interacção local. E permitiu, ao mesmo tempo, ilustrar um conjunto de

parâmetros teóricos gerais do conceito. Para tal, convocaram-se, sempre que possível, referências diversificadas a autores das ciências sociais com contributos susceptíveis de integração produtiva na elaboração teórica do conceito de quadros de interacção, no sentido aqui utilizado.

Em concreto, no quadro de interacção que o bairro constitui, destacam-se aspectos como o carácter labiríntico da malha urbana, a densidade, multiplicidade e intensidade das redes sociais locais, os sítios de vizinhança e as colectividades associativas como núcleos de aglomeração interaccional e ancoragem identitária, a dialéctica entre bairro e freguesias, as rivalidades intra e interbairristas, a presença no local de instituições supralocais, as redes e os processos de ordem interlocal e translocal, a importância das dimensões comunicacionais da cultura.

Pode acrescentar-se, como se foi evidenciando ao longo do texto, que tal conjunto de aspectos é agrupável, em termos teóricos mais generalizados, segundo três dimensões analíticas principais, interligadas entre si: as dimensões *morfológica*, *relacional* e *cultural* dos quadros de interacção. Mas importa ainda sublinhar dois pontos, um de natureza teórico-substantiva e outro de incidência teórico-metodológica.

Quanto ao primeiro, e como atrás se foi assinalando, o conceito de quadros de interacção remete para referências teóricas centrais das ciências sociais e, em particular, da sociologia. Nos clássicos, basta lembrar a importância atribuída por Durkheim à densidade relacional como parâmetro decisivo dos modos de organização social ou aos processos de efervescência colectiva gerados em situações de copresença, nomeadamente ritual ou festiva.<sup>38</sup> Ou ter presente a definição do objecto base da sociologia, proposta por Weber, o qual considera a acção como especificamente social quando, e na medida em que, o sentido que lhe é atribuído pelos indivíduos, e que a orienta, toma em conta as acções de outrem, efectivas ou potenciais.<sup>39</sup>

Pode relembra-se igualmente, em Simmel, a concepção de sociedade enquanto conjunto de formas de acção recíproca e a importância atribuída às relações de sociabilidade como ilustrativas por excelência das propriedades, em si mesma, da interacção social.<sup>40</sup> Ou, ainda, claro está, o quadro conceptual, no seu conjunto, do primeiro interaccionismo simbólico, de Cooley, Thomas e Mead, com a importância por ele dada à interacção face-a-face, aos grupos primários e à definição interactiva das situações pelos actores sociais, e, como se mencionou

38 Respectivamente, em Émile Durkheim, *A Divisão do Trabalho Social*, vol. II, *op. cit.*, pp. 35-65, e em *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, *op. cit.*, pp. 593-638.

39 Max Weber, *Economy and Society*, vol. 1, Berkeley, University of California Press, 1978 (1922), pp. 4-24.

40 Georg Simmel, "El problema de la sociología", in *Sociología: Estudios sobre las Formas de Socialización*, *op. cit.*, pp. 11-56 e "La sociabilité. Exemple de sociologie pure ou formale" (1918), in *Sociologie et Épistémologie*, Paris, Presses Universitaires de France, 1981, pp. 121-136.

pouco atrás, com a centralidade que atribuiu aos processos de interacção social simbolicamente mediada na constituição da mente humana, do eu reflexivo (self) e das formas institucionalizadas de organização social.<sup>41</sup>

A estas referências fundadoras poder-se-iam juntar outras, não menos importantes, de gerações seguintes de autores. É o caso, desde logo, do conceito de configurações sociais, central na obra teórica de Norbert Elias, por ele entendidas enquanto padrões plásticos e mutáveis de interdependências dinâmicas entre indivíduos.<sup>42</sup> Noutro plano, refira-se, na etnometodologia de Garfinkel, a sobrelevação do carácter contextual das práticas sociais, dos sentidos que lhes são atribuídos e das caracterizações simbólicas que os agentes envolvidos fazem tanto delas como das situações em que ocorrem, perspectiva condensada teoricamente no conceito de indexicalidade.<sup>43</sup>

Destaque muito particular merece, ainda, a obra de Goffman, toda ela focada no que ele próprio designa por ordem da interacção.<sup>44</sup> A importância do trabalho deste último autor não reside apenas na elaboração de conceitos e análises respeitantes a componentes e mecanismos fundamentais, constitutivos desse nível de estruturação social.<sup>45</sup> Decorre também de um conjunto de clarificações teóricas a que procede.<sup>46</sup> Goffman insiste na pertinência de entender a ordem da interacção como nível específico de constituição social, com as suas estruturas e processos próprios. Deste modo, não são redutíveis a outros níveis ou instâncias, respeitantes, por um lado, aos indivíduos e, por outro, às distribuições, instituições e dinâmicas sociais de macroescala.

Estas últimas, note-se, Erving Goffman também não considera que se possam reconduzir simplesmente às da ordem da interacção — ao contrário das tendências de reducionismo micro-sociológico de autores como Randall Collins ou Karin Knorr-Cetina, entre outros.<sup>47</sup> Por isso, aliás, as interferências

---

41 A obra geralmente considerada principal neste conjunto de contributos é a de George H. Mead, *Mind, Self and Society*, *op. cit.*

42 Uma sistematização geral do conceito pode encontrar-se em Norbert Elias, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70, 1980 (1970). Uma ilustração específica particularmente elucidativa do carácter interaccional atribuído pelo autor ao conceito de configuração é dada no texto de Norbert Elias e Eric Dunning, “A dinâmica dos grupos desportivos: uma referência especial ao futebol”, in Norbert Elias e Eric Dunning, *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992 (1985), pp. 279-297.

43 Harold Garfinkel, *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, Inc., 1967.

44 Erving Goffman, “The interaction order”, *American Sociological Review*, vol. 48, n.º 1, 1983.

45 É nisso que consiste, sobretudo, a sua vasta obra, desde o trabalho fundador, Erving Goffman, *The Presentation of Self in Everyday Life*, *op. cit.*

46 Sintetizadas e desenvolvidas em Erving Goffman, “The interaction order”, *op. cit.*

47 Nomeadamente Randall Collins, “Micro-translations as a theory-building strategy”, in Karin Knorr-Cetina e Aaron V. Cicourel (orgs.), *Advances in Social Theory and Methodology. Toward an Integration of Micro and Macro-Sociologies*, Boston, Routledge and Kegan Paul, 1981, ou “Interaction ritual chains, power and property: the micro-macro connection as an empirically based theoretical problem”, in Jeffrey C. Alexander, Bernhard Giesen, Richard Munch e Neil J. Smelser (orgs.), *The Micro-Macro Link*, Berkeley, University of

recíprocas desses diferentes planos de estruturação social, num e noutro dos sentidos, podem ser, como sublinha, objecto relevante de análise sociológica, sendo que, em geral, tendem a assumir mais o carácter de “articulação frouxa” (*loose coupling*) do que de determinação rígida.

Referências interessantes, embora muito diferenciadas entre si, mas susceptíveis de serem mobilizadas a este respeito, mesmo que nalguns casos de maneira indirecta, são também as de Habermas, de Boudon, de Crozier e Friedberg ou, ainda, de Giddens.

Em Habermas encontra-se, nos seus primeiros escritos, a teorização da esfera pública como espaço de interacção social e a teorização da interacção como conceito de base na análise sociológica, a par do de trabalho — concepções prolongadas e reelaboradas em desenvolvimentos posteriores centrados no conceito de acção comunicativa.<sup>48</sup>

Pelo seu lado, de Boudon, as contribuições para aqui mais interessantes são as que, partindo de uma concepção individualista metodológica, relevam das análises que faz dos sistemas de relações que se formam entre indivíduos agindo interactivamente, em especial dos que designa por sistemas funcionais e sistemas de interdependências.<sup>49</sup>

Relativamente a Crozier e Friedberg, importa sobretudo ter presente a elaboração analítica que desenvolvem em torno do conceito de sistema de acção concreto, contexto de interacção estratégica entre actores sociais interdependentes, em particular nos aspectos relativos à própria dinâmica da articulação dos actores com o sistema, às dimensões do poder e, ainda, aos processos de regulação e de conflito.<sup>50</sup>

Quanto a Giddens, o que se destaca, na presente linha de considerações, é o desenvolvimento de um quadro conceptual geral de análise sociológica em que pretende conjugar, em termos teóricos, o nível de análise institucional e o nível de análise interaccional.<sup>51</sup> Nesse sentido, assinala a importância do estudo dos contextos situados de interacção, envolvendo unidades temporal e

---

California Press, 1987; e Karin Knorr-Cetina, “The micro-sociological challenge of macro-sociology: towards a reconstruction of social theory and methodology”, in Karin Knorr-Cetina e Aaron V. Cicourel (orgs.), *Advances in Social Theory and Methodology. Toward an Integration of Micro—and Macro-Sociologies*, op. cit., ou “The micro-social order. Towards a reconception”, in Nigel G. Fielding (org.), *Actions and Structure. Research Methods and Social Theory*, Londres, Sage Publications, 1988.

48 Jürgen Habermas, *L'Éspace Public. Archéologie de la Publicité comme Dimension Constitutive de la Société Bourgeoise*, Paris, Payot, 1978 (1962), *La Reconstrucción del Materialismo Histórico*, Madrid, Taurus Ediciones, 1981 (1976), *Théorie de l'Agir Communicationnel*, op. cit.

49 Em especial, Raymond Boudon, *Effets Pervers et Ordre Social*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979 (1977), pp. 187-252. E também, Raymond Boudon, *La Lógica de lo Social. Introducción al Análisis Sociológico*, Madrid, Ediciones Rialp, 1981 (1979), pp. 66-129.

50 Michel Crozier e Erhard Friedberg, *L'Acteur et le Système: Les Contraintes de l'Action Collective*, Paris, Éditions du Seuil, 1977. Ver também Erhard Friedberg, *O Poder e a Regra: Dinâmicas da Acção Organizada*, Lisboa, Instituto Piaget, 1995 (1993).

especialmente delimitadas (“locais”), actores em copresença e processos de regulação reflexiva dos processos interactivos por parte destes, recorrendo nomeadamente à visibilidade recíproca de suportes verbais e não verbais, pessoais e contextuais, de comunicação entre eles.

Segundo o autor, de preferência às distinções habituais entre micro-sociologia e macro-sociologia, é mais esclarecedor conduzir a análise em termos de integração social e integração sistémica, e das articulações entre ambas, reportando-se a primeira às relações recíprocas entre agentes em situações de copresença e a segunda às relações entre agentes ou colectividades que se estabelecem para além das situações de interacção face-a-face.

Com contributos mais especializados, no âmbito da discussão do conceito de quadros de interacção, merecem referência alguns trabalhos, nomeadamente de Jonathan Turner e de Derek Layder. Ambos partem de extensas e cuidadosas reavaliações de fontes teóricas, entre as quais se incluem algumas das acima mencionadas, mas também outras, procedendo a aproveitamentos selectivos e a reequacionamentos parciais, como componentes ou pontos de partida para elaborações teóricas próprias.

Do primeiro interessa aqui destacar que, no seu modelo analítico das microdinâmicas sociais (nível de análise diferente do das macrodinâmicas sociais), distingue três elementos principais: as motivações da interacção, os processos interaccionais e as estruturas da interacção.<sup>52</sup> São estas últimas que remetem para algo que mais se aproxima do conceito de quadros de interacção. Turner decompõe-as nas seguintes dimensões analíticas: categorização, regionalização, normatização, ritualização, rotinização e estabilização das transferências de recursos. Segundo o autor, enquanto sistema de propriedades da interacção, distinguíveis de outras que se reportam às motivações ou aos processos, as estruturas da interacção são desdobráveis, no essencial, nesse conjunto de variáveis.

Se Turner parte das microdinâmicas sociais e chega, entre outros aspectos, a uma teorização das estruturas da interacção, Layder, pelo seu lado, propõe uma concepção plural, ou de múltiplos níveis, das estruturas sociais.<sup>53</sup> Assim, considera ser indispensável, à análise sociológica das práticas e dos processos sociais, começar por distinguir as estruturas contextuais formais (esferas institucionais, categorias sociais, sistemas culturais, etc.), as estruturas contextuais substantivas (locais, organizações, grupos, etc.) e as estruturas interaccionais

---

51 A sistematização mais completa destas propostas conceptuais do autor encontra-se em Anthony Giddens, *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984. Veja-se, nomeadamente, pp. 41-92 e 110-144.

52 Jonathan H. Turner, *A Theory of Social Interaction*, Stanford (Cal.), Stanford University Press, 1988, em especial, pp. 121-172.

53 Derek Layder, *Structure, Interaction and Social Theory*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1981, nomeadamente pp. 91-116.

(padrões de regulação reflexiva das relações face-a-face, situacionalmente específicos, indexicais). O conceito de quadros de interacção reporta-se, de algum modo, a estruturas destes dois últimos níveis — sobretudo do intermédio, se visto enquanto mediação entre os outros dois.

Este breve inventário inclui apenas alguns dos autores e dos conceitos que se poderiam convocar. Ilustra como, num vasto leque de paradigmas sociológicos diferenciados, é possível encontrar contributos afins ou complementares para enfrentar certos problemas analíticos, no caso vertente retrabalhando esses contributos na perspectiva da elucidação do conceito de quadros de interacção. O mesmo se foi fazendo ao longo de todo o capítulo, com alguns destes contributos conceptuais e com outros, reportáveis a diversas das principais dimensões integrantes dos quadros de interacção, nomeadamente do que se constitui no bairro de Alfama.

No essencial, do conjunto dos trabalhos referidos retira-se a importância de, na análise sociológica, reconhecer especificidade analítica e atribuir estatuto teórico a dois aspectos: aos contextos sociais e às relações de interacção. Alguns dos autores mencionados focam sobretudo um destes aspectos; outros tratam ambos, em si mesmos ou nas suas interligações.

Nesta última perspectiva, pode dizer-se que o conceito de quadros de interacção procura dar tradução, no plano teórico, a um nível específico de estruturação social, o dos quadros contextuais das relações de interacção. E que, no plano operativo, visa possibilitar a constituição dos diversos contextos que se configuram como quadros de interacção em objecto de estudo com estatuto conceptual próprio, permitindo também tomá-los como dimensão analiticamente autónoma, a relacionar com outras, na investigação sociológica de diversos fenómenos sociais — tal como, no presente caso, na investigação de certas formas de identidade cultural e das dinâmicas sociais com elas directamente relacionadas.

A pesquisa realizada mostra, com efeito, que boa parte dos processos relativos à identidade cultural de Alfama não teriam podido ser convenientemente esclarecidos sem recorrer a esse parâmetro analítico, o quadro de interacção local, constituído no bairro, com o conjunto integrado de dimensões que nele se incluem, examinadas no decurso deste capítulo.

Depois das referências teóricas anteriores, não restará dúvida sobre a pertinência que efectivamente tem conceptualizar-se o domínio da interacção enquanto nível específico de constituição do social. A análise sociológica não se pode dispensar de investigar as estruturas e os processos específicos da ordem da interacção. Eles não são redutíveis a outros níveis ou instâncias dos agentes, das relações e das dinâmicas sociais.

Não se trata de meras manifestações situadas e conjunturais de propriedades relativas aos indivíduos ou de propriedades relativas às estruturas sociais de macro-escala. Como diz Goffman, uma coisa é o meramente “situado”, outra, intrínseca ao plano da interacção, o “situacional”, ou

— poder-se-ia dizer, talvez de maneira mais precisa — o especificamente interaccional.<sup>54</sup>

Mas, se não se pode reduzir a ordem específica da interacção aos outros planos de estruturação social, também não faz sentido pretender que todos os aspectos de constituição das instituições, das distribuições sociais, dos sistemas sociais ou dos processos históricos se possam considerar como assentes em, ou retraduzíveis por, microprocessos interaccionais. Pertinente é, pelo contrário, dar conta da especificidade própria de cada um dos domínios de estruturação social relevantes para cada objecto de estudo, bem como analisar as influências recíprocas entre eles e os respectivos efeitos conjugados.

Em concreto, nesta pesquisa sobre a identidade cultural de Alfama e os processos sociais com ela relacionados, revelou-se indispensável desenvolver um modelo de análise centrado nas articulações entre quadro de interacção, classes sociais e padrões culturais.

Nas propostas teóricas acima mencionadas, interacção aparece com significados parcialmente diferentes. Resumindo: como interacção face-a-face, como interacção simbólica e como interacção estratégica. Alguns dos autores referidos trabalham com um deles. Outros combinam dois destes aspectos, ou os três. As duas últimas acepções não implicam necessariamente a copresença como elemento constitutivo da interacção. Todas elas implicam, sim, a lógica dos processos inerentes à referência recíproca entre actores sociais, a dinâmica do jogo cruzado de avaliações, expectativas e comportamentos em que a referência a outros significativos — e, de algum modo, a si próprios, em simultâneo — é inerentemente constitutiva do desenrolar das acções.

Analiticamente importa, pois, distinguir entre as dinâmicas da interacção, em sentido lato, e os quadros de interacção, enquanto contextos específicos de densificação interaccional. O segundo conceito reporta-se a pontos nodais de interacção, a certos contextos locais, organizacionais, grupais ou outros, de vários tipos e amplitudes, na medida em que se constituem como unidades delimitáveis, em termos quer de adensamento interno de relações interactivas, quer de configuração própria quanto a um conjunto de propriedades especificamente relevantes para a efectivação e a regulação de processos interaccionais.

Neste sentido, a menção de que os quadros de interacção constituem unidades sociais delimitáveis não se restringe conceptualmente ao aspecto espacial — nem se lhe refere em primeiro lugar, embora o inclua — mas sim a um conjunto de dimensões sociais, como as analisadas ao longo do capítulo, enquadradoras de regimes específicos de processos interaccionais, se bem que com características em parte variáveis de tipo para tipo de quadro de interacção. Em todo o caso, os quadros de interacção não só comportam

---

54 Erving Goffman, "The interaction order", *op. cit.*, p. 3 e p. 9.

aspectos de morfologia física como implicam, em geral, uma certa contiguidade espacial. Não necessariamente, contudo; vejam-se os círculos de teleconferência ou os grupos de conversação na internet.<sup>55</sup>

Grande parte da vida social passa-se em contextos de copresença e envolve interacções face-a-face. Isso não significa, evidentemente, que não haja muitos aspectos do relacionamento humano, da organização das sociedades e dos processos sociais — porventura mais decisivos, de alguns pontos de vista — que se estruturam e se desenrolam a outros níveis. Mas não se concretizam num vácuo interactivo-contextual. Pelo contrário, ao traduzirem-se em práticas sociais, são mediados, ou pelo menos intersectam e são intersectados, em permanência, por constrangimentos e dinâmicas do específico foro interaccional, inscrevendo-se em determinados, e variados, quadros de interacção.

Assim, quando se fala de descontextualização das relações sociais, nas condições da modernidade avançada, é um equívoco grosseiro tomar o alargamento de certas redes de interdependências a âmbitos temporal e espacialmente alargados, inclusive à escala planetária, bem como o carácter decisivo que adquiriram os grandes sistemas institucionais e os meios de comunicação generalizados, por um hipotético apagamento tendencial do plano interaccional do relacionamento humano ou da importância dos contextos de interacção.

Anthony Giddens, por exemplo, um dos sociólogos mais responsáveis pela elaboração teórica e pela colocação na agenda contemporânea do tema da descontextualização, consagra largos desenvolvimentos, na sua teoria geral do social, ao carácter decisivo, enquanto intrinsecamente constitutiva das sociedades, da interacção em contextos de copresença.<sup>56</sup> E salienta que, a par dos processos de descontextualização, importa dar conta dos de recontextualização.<sup>57</sup>

No entanto, mesmo no caso deste autor, a teorização não é isenta de potenciais enviesamentos. É significativo que, nas suas obras de análise mais substantiva, os contextos sociais não surjam como objecto de estudo específico nem tenham tratamento conceptual desenvolvido. Aspectos centrais da perspectiva sociológica geral desenvolvida por Giddens, tais como a sua concepção de dualidade da estrutura (e não dualismo), ou como as alusões que faz à estratégia analítica de parêntese metodológico (privilegiando ora a análise institucional, ora a análise da conduta estratégica), podem, em certo sentido, se bem que outras implicações estejam

55 Como o analisado por Gustavo Cardoso em “Contributos para uma sociologia do ciberespaço”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 25, 1997 e em *Para uma Sociologia do Ciberespaço: Comunidades Virtuais em Português*, Oeiras, Celta Editora, 1998. Veja-se também, por exemplo, Steven G. Jones (org.), *Cybersociety: Computer-Mediated Communication and Community*, Thousand Oaks (Cal.), Sage Publications, 1995.

56 Nomeadamente em Anthony Giddens, *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, *op. cit.*, em especial pp. 41-92 e 110-144.

57 Nomeadamente na obra referida na nota anterior ou, por exemplo, em Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, *op. cit.*, em particular pp. 61-86 e 106-115.

presentes e que outros entendimentos sejam possíveis, induzir em equívocos ou omissões do tipo referido.

Em contraposição, o que importa salientar é que o par conceptual instituições e interacções não se reporta apenas a dois níveis do social distinguíveis nominalmente por comodidade analítica. São também domínios de estruturação social própria, entre os quais se podem estabelecer relações de interferência recíproca e se podem constituir modos específicos de mediação, de que os quadros de interacção são um caso de particular importância. Vários objectos de estudo sociológico passam, exactamente, por estes efeitos recíprocos e por estas instâncias mediadoras. Também a análise das dinâmicas sociais da identidade cultural em Alfama solicitou, como se viu, o desenvolvimento de uma abordagem em boa medida focada nessas articulações.

As considerações anteriores têm igualmente implicações metodológicas. Deste ponto de vista, um dos méritos do conceito de quadros de interacção é fornecer critérios teóricos para a delimitação dos observáveis pertinentes. Como se foi assinalando, e se procurou ir concretizando no decurso da pesquisa, pode assim evitar-se, tanto a ilusão ingénua de exaustividade observacional, de todas as facetas possíveis do real, como os enviesamentos decorrentes de uma construção arbitrariamente selectiva, nos aspectos contemplados, do objecto de observação. Em especial, tem-se deste modo uma referência teórica para não cair em delimitações folclorizantes do campo observacional, ignorando selectivamente, por efeito de convicções apriorísticas, componentes decisivos dos quadros de interacção relevantes para a análise dos problemas em estudo.

Tudo isto se aplica com particular acuidade à investigação sociológica de identidades culturais. Estas são, desde logo e inerentemente, processos relacionais — e o conceito de quadro de interacção permite dar tradução analítica especificada a um conjunto de níveis, vias e modos de estruturação social através dos quais tais relações produtoras ou portadoras de referências identitárias se processam. E isto, tanto no seu interior como entre ele e o exterior.

Além disso, as identidades culturais, no sentido que aqui lhes tem sido dado, reportam-se a colectivos — grupais, locais, organizacionais — que, com frequência, embora nem sempre, assentam em algum tipo de densificação interaccional e remetem para representações simbólicas de circunscrição física ou espacial. São, de novo, duas dimensões que o conceito de quadros de interacção ajuda a tratar de maneira teoricamente especificada e controlada.

Por fim, muitos dos condicionamentos estruturais e dos processos sociais, de vários domínios, com âmbitos de estruturação mais vastos e descontextualizados, exercem a sua influência nas dinâmicas da identidade cultural através da respectiva inserção nos quadros de interacção em causa, sendo aí intersectados pelas suas lógicas específicas, reconfigurando-se e,

no que ao tema em análise sobretudo importa, actualizando-se aí em práticas de incidência identitária. Razão, ainda, para mobilizar, na respectiva análise, o conceito de quadros de interacção.

No caso concreto em estudo, e num enunciado de síntese, pode dizer-se que a sociedade de bairro que se forma em Alfama corresponde a uma sobreposição de parâmetros de composição social, configuração simbólica e contexto interaccional, redobrados de formas vincadas de identidade cultural, as quais, por sua vez, emergem daqueles factores, numa articulação complexa de dinâmicas endógenas e exógenas que atravessam o quadro de interacção local.

## **Parte III | PERMANÊNCIA E MUDANÇA**



## Processos endógenos e exógenos de reconfiguração sociocultural

Uma pesquisa sociológica com quase duas décadas de duração não poderia deixar de se defrontar com a questão da mudança social. Não apenas no sentido genérico aplicável a qualquer investigação em ciências sociais, faça ela disso, ou não, tema específico de análise: o de ter sempre pela frente um objecto histórico, permanentemente em processo. O que é aqui específico é tratar-se de uma pesquisa cujos episódios de trabalho de campo e de elaboração analítica se desenrolaram ao longo de um número considerável de anos, permitindo *acompanhar em tempo real e por observação directa* um conjunto significativo de dinâmicas de permanência e mudança social.

Tais dinâmicas acabaram, assim, por se constituir num dos aspectos nucleares do objecto de estudo. O respectivo exame foi-se tornando um dos objectivos principais da investigação. Se outras razões não houvesse, as próprias características da pesquisa, com presença prolongada no terreno, em contacto repetido com as pessoas e as situações, acompanhando acontecimentos sucessivos, levariam a não poder deixar de colocar, de maneira muito directa, a questão da permanência e da mudança social — na ocorrência a respeito, articuladamente, do problema central em análise (identidade cultural) e do contexto social tomado como plataforma de observação (bairro de Alfama).

Aliás, neste caso, a relação entre problema de pesquisa e contexto observacional, ou entre objecto teórico e objecto empírico, assume, com incidência particular, um carácter de implicação constitutiva recíproca. O bairro é não só espaço de relações sociais e quadro de práticas culturais mas, também, referente específico de representações identitárias — em cuja produção, como se viu, se intersectam dinâmicas endógenas e exógenas à população local.

A identidade cultural do bairro faz parte intrínseca do que o bairro socialmente é. Ou, dito de outro modo, tal identidade cultural emerge como elemento decisivamente constitutivo da sociedade de bairro local. Pelo seu lado, o bairro, na sua configuração espacial, social e cultural, revela-se referência incontornável de formas de identidade cultural aí observáveis. Ainda de outra maneira: o

elemento problematizado, a identidade cultural, é constituinte da unidade de observação, o bairro de Alfama; e este, enquanto contexto observacional, é delimitável, antes de mais, a partir das manifestações que nele assumem as dinâmicas identitárias, tema central de problematização.

Tudo isto foi examinado atrás, com algum pormenor. Mas agora torna-se possível recolocá-lo na perspectiva privilegiada da mudança social, ao mesmo tempo que se mantém, de maneira consistente, o centramento da análise naquilo que pode ser objecto de pesquisa de terreno — entendida esta em sentido específico, isto é, como estratégia de produção de informação interpretável através, sobretudo, embora não necessariamente em exclusivo, da presença directa, prolongada e intensiva do investigador nos contextos e processos sob observação.<sup>1</sup> As implicações são variadas, tanto nos planos teórico e descritivo, como nos da metodologia e da epistemologia. Procurar-se-á ir chamando a atenção para algumas delas no decurso desta última parte e da conclusão.

Para já, apesar de no decurso da investigação se ter regressado de maneira recorrente ao bairro em períodos sucessivos do prolongado arco temporal referido, registe-se a diferença da pesquisa aqui desenvolvida em relação à tradição dos “reestudos” etnográficos. Nos pressupostos desta esteve sempre presente, de algum modo, uma ambiguidade: entre a pretensão de aferir, através de um estudo posterior, a validade de abordagens precedentes e o objectivo de analisar as transformações sofridas, após um certo lapso de tempo, por determinada unidade social anteriormente estudada. Ambiguidade essa que se foi acentuando e que acabou por conduzir a outros modos de equacionamento da pesquisa, nomeadamente à medida que a historicidade das configurações sociais e culturais foi ganhando lugar incontornável na própria formulação dos objectos de análise.<sup>2</sup>

Algo distinta, no entanto, tinha já sido a perspectiva de um dos primeiros grandes conjuntos de estudos sociológicos de carácter monográfico, *Middletown* e *Middletown in Transition*.<sup>3</sup> A referência é desde logo aqui tanto mais pertinente quanto nestes trabalhos percursos, apesar das limitações teóricas, se procurava articular contexto urbano, classes sociais e padrões

1 Para maiores desenvolvimentos a este respeito, pode ver-se António Firmino da Costa, “A pesquisa de terreno em sociologia”, in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986, pp. 129-148. Duas referências fundamentais são William Foote Whyte, *Learning From the Field: A Guide From Experience*, Beverly Hills (Cal.), Sage Publications, 1984 e Robert G. Burgess, *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1984).

2 A tal propósito é particularmente esclarecedor consultar-se a introdução de Joaquim Pais de Brito ao seu trabalho *Retrato de Aldeia com Espelho: Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, pp. 13-24.

3 Robert S. Lynd e Helen Merrell Lynd, *Middletown: A Study in Modern American Culture*, Nova Iorque, Harcourt Brace Jovanovitch, 1956 (1929) e *Middletown in Transition: A Study in Cultural Conflicts*, Nova Iorque, Harcourt Brace Jovanovitch, 1965 (1937).

culturais. Mas, além disso, importa salientar que os autores, Robert Lynd e Helen Lynd, retomaram, em meados dos anos 30, a análise da mesma cidade norte-americana onde tinham desenvolvido pesquisa cerca de uma década antes, fazendo-o precisamente com o intuito, não só de estabelecer um balanço das transformações entretanto verificadas, mas também de investigar as dinâmicas em curso de permanência e mudança social. Apesar do grande número de diferenças, a vários títulos, é um exemplo que se aproxima mais da presente pesquisa.

Com outras características, mas também com maior proximidade da aqui apresentada, estão pesquisas antropológicas, como, em contexto rural, a de Joaquim Pais de Brito sobre Rio de Onor, apoiada em trabalho de campo de longa duração, ou como, em contexto urbano, a de Graça Índias Cordeiro sobre o bairro da Bica em Lisboa.<sup>4</sup> Ou investigações sociológicas como as de José Madureira Pinto, de João Ferreira de Almeida ou de Augusto Santos Silva, incidindo sobre espaços rurais em transformação do Noroeste do país.<sup>5</sup> Em todas elas tem lugar importante a análise de processos históricos que enquadraram a emergência das formas sociais e culturais por eles observadas e analisadas. De todas elas, também, fazem parte central do objecto de análise as dinâmicas de permanência e mudança que atravessavam, na altura, os respectivos terrenos de pesquisa.

Há, no entanto, algo de específico na abordagem aqui desenvolvida. Nesses outros estudos, acima referidos, reconstroem-se retrospectivamente os processos sociais antecedentes ao período de trabalho de campo e equacionam-se, como hipóteses prospectivas implícitas, certas tendências inscritas nas dinâmicas em curso ou alguns dos cenários possíveis delas emergentes.

Na presente investigação tal também acontece. Mas, além disso, esta caracteriza-se por se ter instalado, no terreno, *um dispositivo de observação continuada*: frequência regular de certos locais, associações e organismos, estabelecimento de contactos privilegiados duradouros, inserção em redes sociais locais, participação repetida e prolongada em actividades de vários tipos. E por, com base nele, se ter podido, logo desde o início da pesquisa, e ao longo de um período de tempo alargado a quase duas décadas, ir acompanhando directamente, nas suas sequências mais relevantes, o decurso de um conjunto de processos sociais. Estes foram sendo, assim, especificamente constituídos em objecto de estudo, seguidos a par e passo

---

4 Joaquim Pais de Brito, *Retrato de Aldeia com Espelho: Ensaio sobre Rio de Onor, op. cit.*; Graça Índias Cordeiro, *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

5 José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Edições Afrontamento, 1985; João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986; Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

do seu desenvolvimento, segundo uma *estratégia de pesquisa* que se poderia designar por *intensiva e processual*.

Na sequência do accionamento desta estratégia metodológica, um dos problemas substantivos que se foram colocando no decurso da investigação pode enunciar-se, pelo menos numa formulação preliminar, como um paradoxo intrigante. Antecipando em relação aos aprofundamentos seguintes, é possível resumir-se a questão em poucas palavras.

Desde o início dos anos 80 até ao momento actual, em finais dos anos 90, o bairro de Alfama tem vindo a passar por intensos processos de mudança social. No entanto, as formas culturais dele mais emblemáticas, como o fado amador ou as marchas populares, cruciais como se viu enquanto ingredientes da identidade cultural local, parecem persistir em grande medida iguais a si próprias. Quando se assiste a elas hoje, no seu quadro de produção local, a impressão geral mais saliente é a de que, enquanto formas simbólicas e enquanto práticas socioculturais, pouco se distinguem das observáveis perto de vinte anos atrás.

Como entender este aparente desfasamento entre mudança social e permanência cultural? A questão precisa de ser examinada com cuidado. Será que é isso que efectivamente acontece? Em que medida e em que aspectos? Noutra ordem de ideias: a ser o caso, por que razão surpreenderia? Poder-se-á pôr a questão nos termos enunciados? O presente capítulo debruça-se sobre estas perplexidades, quer as que se situam predominantemente no plano da verificação empírica, quer as que se reportam sobretudo à pertinência do equacionamento conceptual.

### **O mundo da estiva e as suas transformações**

Uma das dinâmicas mais significativas que se puderam observar no bairro ao longo do período em análise teve a ver com as profundas transformações entretanto sofridas pelo trabalho portuário.

As ligações de Alfama às actividades portuárias entretecem-se longamente na história e contribuíram, em larga medida e a múltiplos títulos, para a configuração sociocultural que o bairro veio a assumir. Nesta altura da exposição não será com certeza necessário voltar a evidenciá-lo detidamente.

Basta relembrar, em jeito de rápida recapitulação, aspectos como a localização de Alfama na zona ribeirinha de Lisboa e, mais especificamente, junto de um dos seus núcleos portuários, como a histórica centralidade, nos modos de vida locais, das actividades fluviais, marítimas e portuárias, e de um vasto leque de outras, de carácter administrativo, comercial ou lúdico, de alguma maneira articuladas às primeiras, e como a importância que as ocupações profissionais, e também paraprofissionais, envolvidas em tais actividades adquiriram para as populações residentes. Acrescem, ainda: as volumosas

migrações para o bairro verificadas neste século tendo sobretudo por destino o trabalho portuário; a constituição do mundo da estiva como cerne de redes sociais que se ramificam densamente no bairro e, correlativamente, como sede de alguns dos mais relevantes lugares de poder que se constituem e manifestam a nível local; e o universo portuário-marítimo enquanto referência simbólica destacada e, ao mesmo tempo, enquanto contexto social privilegiado da produção-recepção de formas culturais tão decisivas no bairro como o fado e as marchas populares.

Importará agora, sobretudo, em complemento, registar e analisar, mesmo que de forma muito sucinta, o que se passou de essencial no bairro em conexão com as mutações rápidas e acentuadas que se verificaram na actividade portuária, com as incidências multifacetadas que esta tem nele — em especial, mas não só, através dos mais directos protagonistas de tal actividade, os trabalhadores portuários.

Que houve fortes mudanças, um indicador muito simples mas crucial revela-o de imediato. Em princípios da década de 80 havia no porto de Lisboa mais de três mil trabalhadores portuários, enquanto actualmente não chegam a trezentos. Claro que nem todos moravam em Alfama. Mas era ali que tinha estabelecido residência um núcleo significativo deles, era junto a ela que se situava um dos troços da orla ribeirinha de Lisboa mais importantes na coordenação e realização de trabalho portuário, era ali que se encontravam durante o dia, fora dos turnos de actividade, grande parte dos efectivos desses trabalhadores. Era também em Alfama que se tinham instalado, no período de expansão quantitativa, estabilização contratual e consolidação profissional que culminou entre o 25 de Abril de 1974 e o início dos anos 80, algumas das sedes de sindicatos e organizações cooperativas dos trabalhadores portuários.

Assim sendo, não se podem minimizar os impactos no bairro da mudança referida, tanto mais que não se trata de uma simples diminuição de efectivos, em si própria já significativa, mas de toda uma série de transformações associadas entre si, em diversos domínios do relacionamento social, bem como da propagação em cadeia de todo um conjunto de efeitos no tecido social e na configuração cultural locais.

É claro que as dinâmicas aqui especificamente focadas, relativas ao bairro de Alfama, precisam de ser entendidas num enquadramento mais amplo. Elas inscrevem-se, de maneira directa, no cruzamento de dois processos: o da reconversão geral da actividade portuária, em cujos desenvolvimentos têm confluído tendências estruturais como as relativas à globalização da economia e à evolução tecnológica dos transportes; e o do reordenamento urbano das frentes ribeirinhas da cidade ou, em termos mais alargados, da respectiva metrópole.

São dois processos que se interligam de maneira específica em Lisboa, tendo por pano de fundo a importância fundamental da frente de água na constituição e na história da cidade, e desenvolvendo-se sob acção de um

leque de intervenientes principais, com frequência protagonistas de posições divergentes ou mesmo conflituais entre si.<sup>6</sup> Este conjunto de actores directamente relevantes inclui a Câmara Municipal de Lisboa e o estado central, em particular através de algumas das suas agências especializadas, como a Administração do Porto de Lisboa ou o Instituto do Trabalho Portuário, e inclui também os sindicatos de trabalhadores portuários e vários géneros de empresas ligadas ao sector.

A actividade portuária constitui um domínio socialmente complexo, com circuitos bastante fechados, códigos relacionais muito próprios, complexa articulação entre formalidade e informalidade, e com uma multiplicidade de actores sociais em presença, entre os quais se estabelecem redes densas, se confrontam e se associam interesses, se desenvolvem conivências e conflitualidades, ora subterrâneas, ora manifestas.

Os actores directamente envolvidos na actividade portuária vão desde as diversas categorias de utentes, em que se incluem armadores e agências de navegação, bem como as diversas entidades exportadoras e importadoras, carregadoras e recebedoras de mercadorias, até aos vários agentes públicos de gestão e fiscalização dos portos, como as administrações portuárias, as capitánias e as alfândegas, passando pelos prestadores indirectos de serviços portuários, tais como transitários e despachantes, bancos e seguradoras, e pelos prestadores directos de serviços nos portos.

Estes últimos, centrais na sua actividade diária, abrangem fundamentalmente os trabalhadores portuários (estivadores, trabalhadores do tráfego e conferentes) e os operadores portuários (empresas de prestação de serviços de cargas e descargas nos portos) — havendo ainda que referir as respectivas associações sindicais e patronais, assim como entidades reguladoras das relações entre ambos e dos serviços por eles prestados, tuteladas pelo estado, como o Instituto do Trabalho Portuário.

Estes diversos tipos de agentes sociais ligados à actividade portuária, inserem-se todos eles, de algum modo, na teia de relações que, como se viu, entrelaçam o funcionamento do cais com a vida do bairro. No entanto, destacam-se aí os trabalhadores portuários — pelo número dos residentes locais que se incluem ou se incluíram nesta categoria socioprofissional, pela respectiva presença na vida quotidiana do bairro, pela centralidade que assumem nas redes sociais que nele se foram estabelecendo e, ainda, pela importância simbólica que adquiriram ao longo do tempo nas representações culturais indubitárias que se reportam a Alfama.

---

6 Para uma análise aprofundada e actualizada destes aspectos, aqui tomados como enquadramento dos processos específicos em estudo, veja-se o recente trabalho de Vítor Matias Ferreira, Walter Rodrigues, José Luís Casanova, Alexandra Castro, Luís Wemans e Teresa Amor, *Lisboa, a Metrópole e o Rio: Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1997.

Em sentido genérico, poderiam ser considerados trabalhadores portuários todos aqueles que desenvolvem actividades profissionais nos portos. Num entendimento já mais restrito, a expressão abrange por vezes, além dos referidos a seguir, também os funcionários da administração portuária, nomeadamente os afectados a tarefas de manutenção, reparação e manuseamento de equipamentos instalados no porto. No entanto, na terminologia corrente no próprio meio portuário, a designação de *trabalhadores portuários* é sobretudo reservada aos directamente envolvidos na carga e descarga de navios. Neste sentido nuclear e especializado, os trabalhadores portuários compreendem três grupos profissionais: *estivadores*, *trabalhadores do tráfego* e *conferentes*.

Os estivadores desenvolvem a sua actividade no interior dos navios, aí acondicionando e movimentando as mercadorias, e transportando-as para dentro ou para fora deles (estiva e desestiva). Os trabalhadores do tráfego exercem actividade semelhante mas no cais, nomeadamente no acondicionamento das mercadorias e na respectiva circulação entre veículos de transporte terrestre, locais de armazenamento e navios. Os conferentes ocupam-se das diversas operações de controlo, quantitativo e qualitativo, das mercadorias transportadas.

Em cada uma destas áreas de actividade, os trabalhadores portuários distribuem-se segundo uma hierarquia profissional constituída essencialmente por três níveis: os superintendentes, os coordenadores (encarregados) e os trabalhadores de base. As tarefas são desenvolvidas por equipas, cuja dimensão varia consoante o volume e a natureza das operações, e em cuja divisão de trabalho se integram funções como a de grueiro, guincheiro, operador de pórtico, portaló, ferramenteiro, manobrador de máquinas, motorista, etc. Além disso, as equipas incluem trabalhadores pelo menos dos dois últimos níveis hierárquicos, sendo as respectivas composições e proporções objecto tanto de regulamentações minuciosas como de permanente disputa entre sindicatos de trabalhadores portuários e empresas operadoras portuárias.

Os processos mais recentes de reconversão do trabalho portuário e o significado das suas repercussões na estrutura social e no quotidiano de um bairro como Alfama não se podem avaliar sem se recuar um pouco mais ao passado.

Na segunda metade do século XIX foram feitas obras significativas no porto e na barra de Lisboa, ao mesmo tempo que com ele se ia articulando uma nova rede de transportes terrestres, nomeadamente ferroviários. Nessa altura, e já bem dentro do século XX, o trabalho de carga e descarga de navios era, no essencial, bastante indiferenciado, rudemente braçal e de estatuto precário.

O contingente dos trabalhadores portuários era constituído pelos chamados “homens da rua”. O recrutamento efectuava-se na rua, ou no próprio cais. Quem pretendesse carregar ou descarregar um navio, angariava trabalhadores no local, de maneira pontual e informalizada. As remunerações

eram baixas, o trabalho duro, as qualificações escassas, o recrutamento episódico, a situação profissional instável, o interconhecimento decisivo.

Têm aí raízes, pelo menos desde então, traços culturais e relacionais característicos dos trabalhadores portuários, os quais vieram a sedimentar-se e a tornar-se estruturantes, em profundidade, deste universo profissional. E que vieram, em simultâneo, a marcar decisivamente bairros como o de Alfama — interligado com a vida do porto pela proximidade física, pela composição socioprofissional da população, por redes sociais entrelaçando fortemente espaço residencial e espaço portuário, pelas múltiplas actividades, oficializadas e intersticiais, que ali se desenrolam, gravitando em torno da laboração do porto e do quotidiano dos trabalhadores portuários.

Entre esses atributos culturais e relacionais contam-se, como noutros meios populares, mas neste contexto em grau extremamente acentuado, o culto da força física e do destemor, os comportamentos de desafio e de agressividade, as manifestações de destreza corporal. Mas encontra-se aqui também, em simultâneo, apreço não menor pelo desembaraço nas interacções, pela astúcia nos relacionamentos, pelas habilidades conviviais e lúdicas, competências estas permanentemente exercitadas, comentadas e exibidas, não raro em atitudes de afirmação autoconfiante ou mesmo de uma certa bravata.

Neste meio, tende a vigorar uma concepção da sociedade envolvente — incluindo autoridades públicas ou patrões, meios sociais com mais recursos e estilos de vida diferentes ou meios populares doutros círculos profissionais e residenciais — como um mundo difícil e hostil, perante o qual há que desconfiar por princípio, estar atento a truques e golpes, aproveitar oportunidades e desenvolver expedientes.

Correlativamente, é atribuída uma importância decisiva ao interconhecimento, às relações de confiança pessoal, aos círculos fechados de cumplicidade e entreajuda, às redes de pares e de parentes, de conterrâneos e de vizinhos, de patrocínio e clientelismo. Verificou-se, assim, o desenvolvimento intenso de códigos internos, linguagens privadas, formas de sociabilidade e de expressão cultural específicas. E foram-se constituindo associações onde tenderam a combinar-se, de maneira ambivalente, aspectos tanto de socorros mútuos e defesa de interesses sindicais, como de filtragem do acesso à actividade e gestão da mão-de-obra.<sup>7</sup>

---

7 Numa perspectiva comparativa, de entre as diversas análises disponíveis sobre os sistemas de trabalho portuários, as culturas profissionais dos trabalhadores portuários e as relações que através destes se estabelecem entre espaços portuários e espaços urbanos, pode consultar-se, por exemplo, William W. Pilcher, "The Portland longshoreman", in Herbert Applebaum (org.), *Work in Market and Industrial Societies*, Albany, State of New York Press, 1984, pp. 120-129 e Aidan Southall, "The african port city: docks and suburbs", *Economic Development and Cultural Change*, vol. 38, n.º 1, 1989.

As primeiras associações de trabalhadores portuários, assentes em redes de parentesco e interconhecimento, das quais vêm a resultar os futuros sindicatos, datam dos finais do século XIX. Em 1935 surge a Caixa Auxiliar dos Estivadores do Porto de Lisboa. O recrutamento dos trabalhadores continua a ser feito na rua, por ajuste verbal directo com encarregados ao serviço dos armadores e agências de navegação. Nas relações de trabalho e nas organizações sindicais jogam-se influências e relações de poder complexas, enredadas e particularistas. Neste período, a gestão da mão-de-obra efectua-se através de processos de regulação que se poderiam caracterizar como de *dominante interpessoal*.

Os sindicatos vão-se afirmando progressivamente. Em 1945 é criada a primeira “Casa do Conto”, localizada precisamente em Alfama. Aí passaram a ter lugar, quotidianamente, os recrutamentos de trabalhadores para as actividades de carga e descarga dos navios. Nos finais dos anos 50 e inícios dos anos 60 são estabelecidos estatalmente regulamentos para o “conto”, relativos à colocação dos trabalhadores portuários. Estes são então classificados em três estatutos: os efectivos, os suplentes e os “homens da rua”. Os efectivos e suplentes eram membros dos sindicatos. Os primeiros tinham prioridade no recrutamento e na escolha das tarefas, só depois sendo colocados os segundos, nos postos remanescentes. Os “homens da rua”, de volume e composição mais flutuante, sem filiação sindical, constituíam um volante de recrutamento adicional e variável, para tarefas menos qualificadas, mais desagradáveis e pior remuneradas.

Nestas condições, os sindicatos vão ganhando importância central, assumindo um perfil específico, num misto de fechamento e reivindicação, combinando funções propriamente sindicais com funções de intermediário principal no recrutamento e controlo da mão-de-obra do sector. O acesso ao trabalho portuário passa agora pela mediação deles, a vários níveis: no recrutamento diário de trabalhadores, na distribuição dos postos e tarefas, na admissão de filiados, a qual foi sendo restringida praticamente só a filhos ou parentes próximos dos associados.

Neste segmento muito particular do sistema de emprego, a respectiva regulação tinha-se tornado *predominantemente sindical*, com um modelo de sindicatos de filiação bastante fechada e posição ambivalente nas relações entre patrões e trabalhadores (defesa de interesses dos associados e gestão da mão-de-obra), assente em redes interpessoais fortes e selectivas.<sup>8</sup>

Com a sua proximidade face ao porto, e dadas as suas características urbanísticas (malha densa de casas antigas e pequenas, de rendas baratas), o bairro de Alfama não só se tornou um dos pontos principais de estadia quotidiana dos trabalhadores portuários, nomeadamente nos períodos de espera por trabalho, como local de residência de muitos deles.

---

8 Sobre o sistema de emprego e suas decomposições, na sociedade portuguesa, ver Maria João Rodrigues, *O Sistema de Emprego em Portugal: Crise e Mutações*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.

Para além dos descendentes de famílias já antes moradoras no bairro, cadeias migratórias oriundas sobretudo de povoações da Cordilheira Central trouxeram para estas casas e para a actividade portuária contingentes importantes de população, em vagas sucessivas. Surgiram mesmo “casas de malta”, onde muitos destes migrantes dormiam, em condições precárias, até alcançarem situação económica mais favorável, trazerem a família e conseguirem alugar uma habitação para ela. Foram-se também estabelecendo, no bairro, escritórios e armazéns, agentes de navegação e transitários, serviços alfandegários e despachantes, bem como tabernas e restaurantes, cafés e leitarias, bares e casas de fado.

Nas redes sociais locais vieram assim sobrepor-se relações de parentesco, conterraneidade e vizinhança com situações de trabalho partilhado e filiação sindical comum no trabalho portuário e com laços múltiplos de prestação e utilização de serviços locais de variados tipos.

Com o 25 de Abril de 1974 registam-se alterações de grande alcance. Os “homens da rua” são integrados nos sindicatos dos trabalhadores portuários. Em 1975 é instituído no sector um regime de garantia salarial. Anteriormente, cada trabalhador, nos dias em que comparecia na “Casa do Conto” podia ser ou não contratado, sendo remunerado apenas quando tinha trabalho. Com o novo regime, os trabalhadores sindicalizados passaram a ter direito a um salário mínimo, ou subsídio de presença, correspondente a uma fracção das remunerações diárias auferidas pela prestação de trabalho efectivo.

Ao longo dos anos imediatamente seguintes é desenvolvido o sistema de garantias estatal, incluindo o direito a uma remuneração mínima mensal e a subsídios de férias e de Natal, a par da generalização do enquadramento na segurança social e do desenvolvimento de serviços destinados à melhoria das condições de trabalho, tais como balneários e vestiários, higiene, prevenção e segurança, medicina de trabalho e primeiros socorros. A carteira profissional passa a ser necessária para o exercício do trabalho portuário.

Desde finais dos anos 70 até ao início dos anos 80 são promulgados pacotes legislativos para o sector que definem o estatuto dos serviços portuários e dos trabalhadores portuários, que regulamentam a actividade em diversos aspectos e que, em substituição da “Casa do Conto”, a qual deixa de funcionar, criam organismos de gestão do trabalho portuário (de que são exemplo os “Centros Coordenadores do Trabalho Portuário”, como o de Lisboa), na altura de constituição tripartida, englobando representantes do estado, dos sindicatos e das empresas.

Nesta fase, apenas uma pequena fracção dos trabalhadores do porto de Lisboa é empregada privativa das empresas do sector, contando-se aí sobretudo alguns encarregados. A maioria — e quanto aos trabalhadores de base, a quase totalidade — integra-se num “contingente comum”, afecto ao centro coordenador, a quem as empresas de serviços portuários recorrem consoante as necessidades.

No conjunto, a gestão da mão-de-obra portuária passa a assumir formas de regulação cujos contornos se podem caracterizar como de *dominante institucional*. Os sindicatos não deixam de ter uma presença importante, bem pelo contrário. A sua intervenção no agenciamento, organização e administração do trabalho nos portos é formalmente institucionalizada. Mas vê-se partilhada com a das outras entidades que então integram, de maneira não menos formalizada, os organismos de coordenação do trabalho portuário — no âmbito dos quais a referida intervenção sindical ficava sujeita a regras muito mais especificadas de concertação e sob enquadramento estatal bastante mais sistemático e abrangente do que dantes.

O subsistema de emprego portuário continuou segmentar e particularista. Adquiriu, no entanto, nova configuração, na qual passa a destacar-se o referido regime de regulamentação e supervisão institucional do trabalho no sector.

Com a institucionalização decorrente da intervenção do estado — ela própria, numa medida importante, em resposta a pressões sobre ele dos parceiros sociais, nomeadamente dos sindicatos — os trabalhadores portuários ganham estabilidade contratual, regalias sociais e melhores níveis salariais. Passam, assim, de uma situação precária a um novo conjunto de condições de trabalho, económicas e sociais, as quais depressa se tornam mais favoráveis do que em muitos outros ramos de actividade.

Depois de alguma retracção, ligada a um período de decréscimo do tráfego marítimo subsequente à independência das antigas colónias, o crescimento do comércio internacional intensifica o trabalho portuário e é mesmo invocado, no princípio dos anos 80, para a admissão de mais cento e cinquenta trabalhadores no contingente comum. Por essa altura, havia mais de três mil trabalhadores no corpo de estivadores, operadores do tráfego e conferentes do porto de Lisboa. É uma fase em que, de algumas aldeias da Cordilheira Central, partem todas as semanas, no domingo à noite, camionetas especialmente fretadas para o efeito, ocupadas por inteiro com homens da povoação, os quais se deslocam à capital para trabalhar na estiva, regressando no fim da semana à casa onde deixaram os familiares.

Estes processos fazem sentir as suas repercussões no bairro de Alfama. Com a estabilidade contratual e o aumento das remunerações, uma fracção significativa da população local melhora as condições de vida. Começam a modificar-se os estilos de consumo. Difundem-se, por exemplo, os electrodomésticos, os fins-de-semana na Costa da Caparica, algumas idas festivas a restaurantes com a família ou em grupos de amigos.

Alguns fazem obras de reparação nas casas arrendadas em que habitam e introduzem eles próprios instalações e equipamentos que muitas não possuíam, nomeadamente de cozinha e casa de banho. Outros, ou às vezes os mesmos, compram casa própria, em regra em novas urbanizações de conceelhos dos arredores de Lisboa. Muitos dos migrantes rurais começam a arranjar ou a construir casas nas terras de origem e a deslocar-se lá com muito

maior frequência, em camionetas de empresas rodoviárias, cujas carreiras ganham novo impulso, ou em automóveis recém-adquiridos.

Em simultâneo, redefinem-se estratificações sociais locais. Os “estivadores” — designação corrente para todos estes trabalhadores portuários — ganham no bairro uma nova reputação de segmento privilegiado entre a população residente de perfil popular. Para além de uma situação profissional mais favorável, os trabalhadores portuários usufruem ainda de vantagens específicas, como a cooperativa de consumo que conseguem constituir, instalada por sinal na área de Alfama, onde obtêm toda a sorte de bens de consumo a preços significativamente mais económicos. Em especial, os encarregados de estiva, os dirigentes sindicais e certos líderes carismáticos do universo portuário solidificam a respectiva importância social local, enquanto detentores de prestígio, influentes em muitos aspectos da vida quotidiana e mediadores do acesso a empregos e recursos.

Era esta a situação no princípio dos anos 80, quando a pesquisa que serviu de base à presente análise começou a dar os primeiros passos. Ao longo das décadas de 80 e 90, algumas das principais dinâmicas assinaladas continuaram a fazer-se sentir, adquirindo o carácter de tendências instaladas. A institucionalização do trabalho portuário é disso exemplo, prolongando-se posteriormente a outros aspectos, tais como o desenvolvimento de cursos específicos de formação profissional dos trabalhadores portuários, tanto de formação inicial como de reconversão, actualização ou progressão. Para além da antiga socialização empírica e informal, as aprendizagens passaram a incluir cursos de formação geral e especializada, teórica e prática, com leques de competências alargados e actualizados, com enquadramento formal e orientação pedagógica profissionalizada.

Mas, ao mesmo tempo, em sobreposição com estas continuidades, foi-se assistindo também ao desenvolvimento de outras tendências, algumas de sentido completamente diferente das anteriores ou mesmo em violenta ruptura com elas. Mal se tinha estabilizado, expandido e institucionalizado, desencadeia-se um processo de profunda reconversão do trabalho portuário. Tal processo foi atravessado, aliás, por intensa dinâmica de actores, oscilando entre episódios de conflito aberto, disputa larvar, aliança táctica ou convergência negociada entre os principais tipos de agentes sociais directamente envolvidos, nomeadamente sindicatos, empresas e organismos estatais.

Logo em 1981, acabavam de ser admitidas mais algumas centenas de trabalhadores, a actividade portuária entra em crise acentuada. Para além dos efeitos de conjuntura, intensifica-se duradouramente a competitividade entre portos, a nível internacional, num contexto de desenvolvimento de possibilidades acrescidas de articulação intermodal. As tecnologias dos transportes marítimos sofrem igualmente grandes mutações. Implantam-se novos tipos de embalagens, de equipamentos e de navios — desde a paletização e a contentorização de mercadorias até aos sistemas *roll-on, roll-off* (nos

quais as mercadorias entram e saem dos navios transportadas por veículos automóveis) e aos diversos tipos de terminais especializados, passando pela vastíssima e crescente gama de modalidades de automatização, informatização e normalização. As formas de organização do trabalho portuário vêm-se sujeitas a correspondentes pressões para a respectiva transformação.<sup>9</sup>

No porto de Lisboa, como nos outros portos do país, as entidades empregadoras e coordenadoras do trabalho portuário insistem na existência de um número excessivo de trabalhadores face ao volume de trabalho existente. Em simultâneo, apontam a necessidade de rejuvenescimento dos efectivos, da sua formação ser mais elevada e actualizada e, ainda, de se ultrapassar a rigidez em vigor quanto à constituição das equipas e, mais em geral, quanto aos sistemas de trabalho implantados. Os sindicatos, pelo contrário, defendem com veemência a manutenção destes aspectos, em particular os respeitantes à composição das equipas, aos regimes de afectação dos trabalhadores às tarefas e à auto-regulação dos recrutamentos.<sup>10</sup>

Em consequência, ao longo dos anos 80, é implementada uma operação de grande envergadura visando a reforma compulsiva dos trabalhadores com mais de 55 anos e o congelamento de novas admissões. Mais de um milhão de trabalhadores portuários de Lisboa abandona, nesta sequência, a actividade no sector.<sup>11</sup> Mas o processo é ainda considerado insuficiente. Assim, no início dos anos 90 é lançada nova operação propondo licenciamentos com indemnização ou reformas antecipadas a partir dos 40 anos, o que originou, numa primeira fase, o afastamento de mais mil e duzentos trabalhadores portuários, aproximadamente. Já perto de meados da década de 90 retiram-se da actividade cerca de outros seiscentos. Ficaram deste modo no activo, no contingente do porto de Lisboa, para a estiva, o tráfego e a conferência, entre duzentos e trezentos trabalhadores.

Entretanto, ao longo desta década e meia de reconversão do trabalho portuário, ao mesmo tempo que se desenvolvem os dispositivos de formação profissional do sector, elabora-se e precisa-se juridicamente a definição do estatuto empresarial dos operadores portuários, cujo papel na coordenação do trabalho portuário e na negociação directa com os sindicatos passa a ser progressivamente maior. Correlativamente, o estado tende a afastar-se da gestão

---

9 Para uma análise realizada na altura, numa perspectiva económica, ver António Guerra e Victor Santos, "O funcionamento dos portos nacionais: um ensaio de interpretação", *Estudos de Economia*, vol. VII, n.º 2, 1987.

10 Para um enquadramento sistemático de conceitos utilizados neste ponto, tais como sistemas de trabalho, estruturas organizacionais, processos de automação e informatização ou dinâmicas de actores nas relações de trabalho, ver João Freire, *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.

11 Uma análise de alguns dos aspectos mais importantes das fases sucessivas do trabalho portuário atrás referidas encontra-se em Alda Teixeira e Vanda Neves, *Reconversão do Trabalho Portuário e Reabilitação do Bairro de Alfama* (relatório policopiado), Lisboa, CIES/ISCTE, 1990.

directa do trabalho portuário. Além disso, a proporção entre trabalhadores privativos das empresas de operadores portuários e trabalhadores do “contingente comum” vai-se invertendo, acabando os primeiros por se tornarem maioritários.<sup>12</sup> Tendo em atenção este conjunto de transformações, pode caracterizar-se a gestão da mão-de-obra no período em causa como de *dominante contratual*.<sup>13</sup>

Todo o processo se desenvolve no meio de grande controvérsia, formas de luta acesas e intensas pressões cruzadas por parte de empresas e sindicatos. Verificam-se movimentos oscilatórios em diversos aspectos. Por exemplo, enquanto se prossegue a política institucional de dispensa de trabalhadores, com a mobilização para o efeito de verbas volumosas, há operadores portuários que, com escassez de mão-de-obra, voltam a contratar alguma da entretanto afastada. Os principais agentes envolvidos no sector consideram as mudanças mal conduzidas, ou ainda insuficientes, ou a necessitar de novos ajustamentos.

Os processos aqui muito sucintamente analisados terão, como é evidente, sequências futuras. Sejam elas quais forem, importa deixar assinalados alguns dos impactos no bairro deste último ciclo de transformações do trabalho portuário, desde sobretudo meados dos anos 80 a meados dos anos 90. No essencial, à inclusão do trabalho portuário no sistema de garantias estatal e à sua consolidação económica e estatutária, atrás mencionadas, vem sobrepor-se o rápido afastamento da grande maioria dos trabalhadores deste sector de actividade.

As consequências a nível do bairro foram múltiplas e nem sempre lineares. Num primeiro momento, por paradoxal que pareça, um dos efeitos foi um crescimento rápido da liquidez financeira de bastantes indivíduos e famílias. As indemnizações atingiram com frequência vários milhares de contos por trabalhador. Alguns regressaram à terra de partida e aí montaram um pequeno negócio, ou, mais frequentemente, limitaram-se a melhorar a casa, a ocupar-se de actividades agrícolas, em regime mais de autoconsumo do que mercantil, ou a investir, com outros, numa casa de repouso para idosos,

---

12 Um autor que tem analisado processos análogos de reconversão do trabalho portuário e das transformações sofridas pelo colectivo dos trabalhadores portuários, no caso no Reino Unido, é Peter Turnbull, em textos como “Labour market deregulation and economic performance: the case of Britain’s docks”, *Work, Employment and Society*, vol. 5, n.º 1, 1991 ou “Dock strikes and the demise of the dockers’ ‘occupational culture’”, *The Sociological Review*, vol. 40, n.º 2, 1992.

13 A sucessão de modos de gestão da mão-de-obra portuária, nas duas últimas fases, não é alheia, evidentemente, ao panorama geral de inflexões principais nas relações do estado com a economia no período histórico do pós-25 de Abril até aos anos 90. Veja-se a este respeito José Manuel Leite Viegas, *Nacionalizações e Privatizações: Elites e Cultura Política na História Recente de Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1996, nomeadamente pp. 107-141 e 169-209, e Juan Mozzicafreddo, *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1997, em especial pp. 95-157.

instituições que por esta altura vão proliferando nas referidas regiões de origem. Um certo número deles fez melhoramentos nas casas de Alfama. Outros, ainda, aproveitaram para efectivar uma transferência residencial para algum dos concelhos limítrofes da capital.

Para alguns, também, o tempo foi de gastos quotidianos mais elevados, de uma certa euforia de consumos, por vezes mesmo ostentatórios, embora por períodos de duração limitada. Houve trabalhadores portuários que receberam indemnizações relativamente importantes, pelo menos se referenciadas aos padrões de vida locais, e que, além disso, se reinseriram profissionalmente com alguma facilidade, até mesmo no sector, apesar das restrições formais associadas à operação de reformas e licenciamentos. Mas houve também aqueles que, após alguma elevação transitória da capacidade de consumo corrente, ou de algum investimento residencial, se encontraram em dificuldades económicas, sem emprego nem outras fontes de rendimento suficientemente assegurados.

No conjunto, diminuiu o número trabalhadores portuários residentes no bairro, decresceu a população local profissionalmente activa, sentiu-se alguma retracção nas actividades económicas de que os trabalhadores portuários, ali moradores ou não, eram clientes. Tabernas, cafés e pastelarias, restaurantes e casas de pasto, unidades de comércio alimentar de vários tipos ressentiram-se de alguma redução da sua clientela habitual. A própria cooperativa de consumo dos trabalhadores portuários, detentora de um supermercado privativo em Alfama, viu drasticamente reduzido o seu volume de negócios.

Em paralelo, as redes sociais locais entrelaçadas com o mundo da estiva foram perdendo peso e amplitude. Mas apenas em certa medida, uma vez que bastantes pessoas continuam ali ligadas ao universo portuário e às actividades que se organizam em torno dele, algumas mesmo, como se viu, com melhoria duradoura das suas condições de vida. Além disso, as redes sociais englobando actuais ou antigos trabalhadores portuários mudaram por vezes de conteúdo profissional e de configuração geográfica, mas não deixaram de veicular fluxos económicos e sedimentar práticas de sociabilidade, de estabelecer relações múltiplas de parentesco e compadrio, de entreatajuda e cumplicidade, de vizinhança e associativismo, de lealdade e convívio preferenciais. Nomeadamente, alguns dos influentes locais ligados ao universo portuário continuaram a ocupar lugares decisivos nas redes sociais que cobrem o bairro com as suas ramificações.

Por efeito de processos situados em grande parte noutras domínios, noutras sedes e noutras escalas de estruturação social, o bairro viu-se envolvido, com a reconversão do trabalho portuário, em acentuadas transformações. As mudanças foram, efectivamente, intensas e com repercussões multifacetadas. Mas o que mudou acentuadamente nas situações profissionais não implicou mutações tão significativas nas redes sociais

locais. Estas evidenciam propriedades específicas de continuidade e persistência, bem como temporalidades próprias nos respectivos processos de constituição e reconstituição, de reconfiguração e ruptura.

Não que tais redes sociais estejam ao abrigo da interferência, mais ou menos acentuada, de factores de outra ordem, como os referidos neste ponto. Mas não deixam também de, em jogo permanente com eles, exercer a sua capacidade específica de estruturação social. Foi em grande medida com base nelas que os trabalhadores portuários apareceram nestes processos, não apenas como sujeitos passivos ou objectos inertes dos sucessivos ciclos de transformação do respectivo sector de actividade, mas como protagonistas activos e interferentes, às vezes teimosa e longamente persistentes, mas também capazes de reorientações adaptativas ou estratégicas da sua acção individual e colectiva.

O enraizamento de tais redes em bairros como o de Alfama tem nisso relevância não desprezável, enquanto suporte localizado e densificado de relações múltiplas, susceptíveis de se reconstituírem, em maior ou menor grau, com formas mais ou menos modificadas, mesmo quando alguns dos seus conteúdos especializados sofrem cortes abruptos.

Vendo ainda de outro ângulo, pode dizer-se que, nestes processos relacionados com a reconversão do trabalho portuário, o bairro não foi só alvo de forças exógenas mas também sede de capacidades causais endógenas que se intersectaram com as primeiras e que, se em sentido geral são reconhecida-mente menos poderosas do que elas, a outros níveis revelam-se surpreendentemente eficazes. Originaram-se, assim, em Alfama, dinâmicas complexas de permanência e mudança, em que os suportes relacionais da identidade cultural local se reconfiguraram mas, para já, não se desvaneceram, pelo menos no grau em que as transformações do trabalho portuário poderiam sugerir.

### **Oscilação de dinâmicas económicas**

As mudanças com origem predominante em vectores económicos externos não ficaram por aqui. Várias outras puderam ser observadas no período em análise, com incidências relevantes no bairro.

Convém antes de mais salientar que, apesar de Alfama ser um espaço urbano onde prevalece a função residencial, não deixa de existir ali um número relativamente elevado de unidades de actividade económica. Na área reduzida do bairro é possível encontrar, com efeito, várias centenas de estabelecimentos, em geral de pequena ou muito pequena dimensão. A antiguidade do povoamento, o carácter denso do tecido social local e os modos de vida populares explicam em larga medida a quantidade de pequenas unidades de comércio e serviços cuja clientela é constituída no essencial pela população ali residente.

Mas a localização na cidade também é importante. A proximidade dos equipamentos portuários e alfandegários, do centro institucional e de negócios que é a Baixa lisboeta e de um terminal ferroviário como a estação de Santa Apolónia, bem como a capacidade de atracção turística da zona, incluindo o próprio bairro e o vizinho Castelo de São Jorge, contribuíram também para a implantação local de escritórios e lojas, restaurantes e cafés, bares e casas de fado, trazendo diariamente ao bairro uma variedade de pessoas não residentes, sejam elas patrões ou empregados, visitantes ou clientes, frequentadores assíduos ou passantes esporádicos.

Para além de um número reduzido de filiais locais de instituições com outra lógica e dimensão — como algumas dependências bancárias e as universidades privadas a que já se fez referência — as actividades económicas com estabelecimentos no bairro entre os anos 80 e 90 podem ser agrupadas em vários subconjuntos principais, cada um deles com algumas dezenas de unidades, na maioria de tamanho relativamente pequeno. Em termos do volume de negócios, do número de pessoas envolvidas e, em especial, das transformações com impacto no bairro, um desses subconjuntos que se revelaram mais significativos no decurso da pesquisa foi o dos despachantes alfandegários e actividades conexas.

No auge da respectiva expansão, nos finais dos anos 80, chegaram a estar instaladas em Alfama mais de cinquenta empresas de despachantes alfandegários. As razões do estabelecimento no bairro tiveram a ver, neste caso com particular pertinência, com a proximidade simultânea da Alfândega, do porto de Lisboa e da Baixa. Os escritórios situaram-se, assim, preferencialmente, na orla mais ribeirinha de Alfama e em zonas com acesso mais fácil a transportes colectivos e estacionamento, em ruas como a do Jardim do Tabaco, do Terreiro do Trigo e dos Remédios, ou em largos como o do Terreiro do Trigo e o do Chafariz de Dentro.

Pesou também, a partir dos anos 70, uma conjuntura favorável à disponibilidade de instalações no bairro. O crescimento acentuado dos movimentos de importação e exportação, implicando na altura uma forte expansão das actividades dos despachantes, coincidiu com o começo de uma fase de decréscimo gradual da população residente no bairro, atrás analisada.

Entre os finais dos anos 70 e a segunda metade dos anos 80 instalaram-se em Alfama mais de trinta novos escritórios de despachantes, em casas anteriormente ocupadas como fogos residenciais. Para os senhorios, esta mudança de funções representou acréscimos de rendimentos significativos. Ao mesmo tempo, para os despachantes, além das referidas vantagens de proximidade, as rendas eram, ainda assim, comparativamente baratas face a outras localizações, se bem que, em contrapartida, as instalações fossem muitas vezes exíguas e envelhecidas, em geral com poucas condições de partida para tais actividades e em prédios a precisar de obras.

Do ponto de vista dos processos de mudança em análise, a presença dos despachantes alfandegários no bairro pode ser desdobrada em três fases. Uma fase *tradicional* até aos anos 60, altura em que teriam escritórios no bairro despachantes em número pouco superior a uma dezena. Uma fase de *expansão*, como foi atrás assinalado, nas décadas de 70 e 80. E uma fase de *retracção*, bastante abrupta, a partir do início dos anos 90.

Quando a actividade atingiu o crescimento máximo, na viragem dos anos 80 para os anos 90, as referidas empresas empregavam perto de mil trabalhadores. Cerca de dois terços eram do sexo masculino, a maioria situava-se na faixa etária dos 30 aos 50 anos, mais de metade não tinha escolaridade acima do ensino básico. Em todo o caso, uma parte significativa, perto de um quarto, era já detentora de níveis de ensino secundário ou superior.

As qualificações profissionais abrangiam um leque hierarquizado de profissões, desde os dirigentes e técnicos aos moços de recados e às empregadas das limpezas, passando por diversos tipos de ocupantes de postos administrativos. Alguns destes trabalhadores eram moradores do bairro, mas a maioria, na ordem dos oitenta por cento, tinha residência noutras concelhos da área metropolitana de Lisboa.<sup>14</sup>

A partir de meados dos anos 80, sobretudo com o processo de integração europeia, não só aumentou o comércio internacional do país, passando nomeadamente pela alfândega de Lisboa, como foi crescendo a complexidade da documentação aduaneira envolvida. A actividade dos despachantes alfandegários desenvolveu-se em consequência, o que se traduziu, a nível do bairro, no referido aumento dos escritórios nele instalados, dos empregados de despachantes recrutados entre os residentes e, em escala ainda muito maior, dos que aí se deslocavam diariamente para trabalhar.

Verificou-se igualmente um acréscimo da frequência quotidiana do bairro pelos clientes destes serviços, bem como, por arrastamento, a dinamização de outras actividades económicas, tais como transitários, empresas de transportes e dependências bancárias, pastelarias, cafés e restaurantes.

A aproximação do desmantelamento das barreiras alfandegárias entre os países da então Comunidade Económica Europeia, com os quais o comércio internacional português se faz em larguíssima percentagem, teve neste contexto consequências paradoxais. No imediato, isto é em finais de 80 e princípios de 90, o desenvolvimento das relações económicas de Portugal com os seus parceiros europeus, a complexidade da legislação aduaneira comunitária e as operações de preparação para o Mercado Único levavam a uma crescente solicitação dos despachantes. Neste sentido, a situação era de desafio económico e expansão de actividades. Em concomitância, tinham-se desencadeado tendências para a

---

14 Uma análise mais pormenorizada encontra-se em Cristina Saraiva e Elsa Agostinho, *Os Despachantes Oficiais e a Reabilitação Urbana no Bairro de Alfama* (relatório policopiado), Lisboa, CIES/ISCTE, 1991.

atualização de procedimentos, a informatização dos serviços e a requalificação dos recursos humanos.

Mas, ao mesmo tempo, tornava-se iminente, com a supressão das barreiras aduaneiras internas ao espaço da integração europeia, a quebra drástica da actividade neste sector. Em breve, no decurso dos anos 90, os serviços de despachante alfandegário passariam a só ser necessários para a fracção remanescente do comércio externo, com países não pertencentes à União Europeia.

Tanto a Câmara dos Despachantes Alfandegários como o Sindicato dos Trabalhadores Alfandegários desenvolveram alertas e reivindicações a este respeito. Contudo, uma fracção muito significativa das empresas viu-se em acentuadas dificuldades, em especial muitas das unidades mais recentes e mais pequenas, com menos de uma ou duas dezenas de trabalhadores, criadas na fase de expansão. Parte delas, no entanto, modernizou-se e reconverteu actividades, passando a prestar uma gama mais variada de serviços ligados ao transporte de mercadorias, nomeadamente como transitários.

Os trabalhadores alfandegários ficaram ainda pior. Alguns viram-se sujeitos a reformas antecipadas, outros a licenciamentos com indemnização, vários ainda reconverteram-se profissionalmente, com ou sem enquadramento em programas específicos de formação profissional, e outros pura e simplesmente perderam o emprego.

Tudo isto se passou no espaço de poucos anos. A inflexão da situação económica no bairro daqui decorrente foi bastante acentuada. Ela vinha sobrepor-se, aliás, às consequências da reconversão do trabalho portuário, acima analisadas. Mas, por maiores que tenham sido, no período em análise, os impactos das transformações sofridas por estes dois segmentos de actividade — portuário e alfandegário — no tecido económico local e nas condições materiais de vida da população do bairro, eles estão longe de constituir os únicos vectores relevantes no quadro de conjunto das dinâmicas económicas observadas em Alfama.

Desde logo, parte substancial da população residente no bairro não está empregada nas actividades económicas com implantação local. Mesmo não perdendo de vista a importância que em Alfama têm assumido, inclusive para muitos dos que trabalham noutros sítios, as ocupações complementares e as economias informais situadas de algum modo na órbita portuária e ribeirinha, os rendimentos desses moradores não dependem directamente, pelo menos em grande medida, do que ocorre no tecido económico local. Têm, pois, de se avaliar de outra maneira os processos de mudança socioeconómica, e também sociocultural, por que têm vindo a passar. Voltar-se-á a este aspecto nos pontos seguintes deste capítulo.

Além disso, importa considerar outros subconjuntos relevantes de unidades económicas locais. Antes de mais, encontram-se no bairro várias dezenas de cafés e leitarias, tabernas e casas de pasto, restaurantes, bares e casas

de fado. Alguns destes estabelecimentos, incrustados em espaços internos pouco acessíveis, são sobretudo frequentados por vizinhos, constituindo, em complemento ou rivalidade com as colectividades associativas, elementos fundamentais da microzonagem do bairro em núcleos de sociabilidade local.

Muitos outros, situados nomeadamente na faixa mais ribeirinha do bairro, mas também na orla superior dos miradouros, e ainda nalguns outros locais, tirando partido do enquadramento paisagístico-patrimonial, são frequentados diariamente por uma clientela na maioria não residente. Entre os clientes contam-se trabalhadores portuários, empregados de despachantes, funcionários alfandegários, clientes e utentes dos respectivos serviços, bem como muitos outros: empregados em zonas próximas, habitantes da área de Lisboa, viajantes chegados a Santa Apolónia ou em espera para aí apanharem o comboio, turistas nacionais ou estrangeiros.

Alguns destes estabelecimentos têm mais movimento diurno; outros, nomeadamente os bares e as casas de fado, são procurados sobretudo à noite. As clientelas tendem a apresentar perfis específicos, em larga medida diferenciados segundo a capacidade económica, o status social e o estilo de vida, mas também segundo círculos de sociabilidade preferencial e em função de contratos formais ou acordos informais estabelecidos com vários tipos de intermediários ou angariadores. Apesar disso, muitas vezes entrecruzam-se nos mesmos estabelecimentos diversos tipos de clientes, se bem que com diferentes regimes de frequência — o que, num certo número de casos, faz parte do atractivo procurado no respectivo ambiente.

Um segundo subconjunto é constituído pelas unidades de pequeno comércio locais. Para além de um certo número de lojas de artigos para turistas, antiguidades e relojoaria, papelarias e tabacarias, farmácias e drogeries, entre outras, encontram-se algumas dezenas de mercearias espalhadas pelo bairro, bem como alguns mini-mercados e unidades de comércio alimentar especializado (talhos, padarias).

Destaca-se, em particular, o núcleo das vendas de peixe e das vendas de frutas e legumes. Em quantidade significativa, tendo atingido cerca de 25 estabelecimentos na primeira metade dos anos 90, concentram-se sobretudo nas ruas de São Pedro e São Miguel, nas imediações do Largo do Chafariz de Dentro. Constituem aí um mercado de rua específico, com animação matinal intensa, com grande colorido visual e com uma expressividade verbal também muito característica por parte das vendedeiras, mercado esse frequentado não só pelos que residem na zona mas também pelos que ali trabalham, sendo ainda lugar de passagem praticamente obrigatória dos percursos turísticos.<sup>15</sup>

---

15 A respeito do comércio alimentar em Alfama, pode encontrar-se uma análise sistemática em Cristina Oliveira e João Realinho, *Reabilitação Urbana e Reconversão do Comércio de Bens Alimentares no Bairro de Alfama* (relatório policopiado), Lisboa, CIES/ISCTE, 1990.

Outro subconjunto, ainda, é constituído por actividades oficinais e artesanais. Foi possível encontrar em funcionamento no bairro unidades como as fábricas de colchões, de pão, de licores e xaropes, como as oficinas de serralharia, de esmaltagem, de material publicitário, de encadernação, de reparação de aparelhos eléctricos, como os estabelecimentos de carpintaria e de fotografia, como os alfaiates e os sapateiros. A estas podem juntar-se os armazéns e os serviços pessoais como, por exemplo, de lavandaria e tinturaria, ou como os barbeiros e as cabeleireiras.<sup>16</sup>

Alguns traços bem identificáveis caracterizam este leque de actividades económicas implantadas no bairro: restaurantes, cafés e similares; comércio local, nomeadamente alimentar; unidades oficinais, artesanais e de prestação de serviços pessoais. São estabelecimentos de pequena ou muito pequena dimensão, quase todos com estatuto jurídico de empresários em nome individual ou de sociedades por quotas. Situam-se um pouco por todo o espaço local, mas a maior aglomeração é na faixa ribeirinha (Terreiro do Trigo, Jardim do Tabaco), com centro de gravidade no Largo do Chafariz de Dentro, e penetrando no bairro, de um lado, pela Rua de São Pedro e, do outro, pela Rua dos Remédios.

A maioria destas unidades económicas, ou funciona apenas com base no agregado familiar do responsável pelo empreendimento, ou tem muito poucos empregados, raramente ultrapassando a dezena. No conjunto, o número de pessoas que no bairro trabalham nestas actividades tem oscilado à volta do meio milhar. Uma fracção significativa reside no bairro, mas muitos outros deslocam-se ali diariamente para trabalhar, habitando em locais diversos da cidade ou em concelhos próximos. Entre os patrões e trabalhadores por conta própria predominam os homens de meia idade ou já idosos, com pouca escolaridade. Mas há também pequenos empresários mais novos, enquanto a presença das mulheres se destaca nalgumas actividades, nomeadamente no comércio de peixe. Os empregados tendem a ser mais jovens e dos dois sexos.

Grande parte dos clientes reside ou trabalha no bairro, ou então nas imediações. Mas as casas de fado, os bares e muitos dos restaurantes são frequentados por turistas e visitantes diversos. O mesmo se passa com algumas lojas e oficinas. O mercado de peixe da Rua de São Pedro é igualmente procurado por uma clientela mais ampla do que a dos círculos de vizinhança próximos. As flutuações no volume de clientes, e nas respectivas disponibilidades financeiras, têm sido um dos factores responsáveis pelas fases de melhor e pior situação económica por que estas unidades têm passado.

---

16 Uma análise desenvolvida deste subconjunto económico encontra-se em Adelaide Carranca, Paula Duarte e Paula Rodrigues, *Estudo das Actividades Oficinais/Industriais Existentes na Área Crítica de Alfama* (relatório policopiado), Lisboa, Gabinete Técnico Local de Alfama (CML), 1989.

Um número importante das actividades económicas locais actualmente existentes estabeleceu-se dos anos 60 para cá, sobretudo depois de 1974. Tem havido uma certa rotação, com encerramento de algumas e abertura de outras. A tendência dos últimos anos é para um certo declínio. Para isso, no conjunto, contribuíram três tipos principais de factores.

Um deles tem a ver com mudanças nos sistemas de aspirações e nos estilos de vida das gerações mais novas descendentes de comerciantes e artesãos, as quais, em bastantes casos, não dão continuidade aos pequenos negócios familiares. A opção é a respectiva venda ou passagem a terceiros, mas nem sempre aparecem interessados. Por outro lado, verifica-se uma certa deslocação de clientes para outros modos e locais de abastecimento, nomeadamente as idas periódicas a grandes superfícies comerciais. Além disso, teve também impacto relevante a diminuição tanto dos trabalhadores portuários como dos empregados e clientes dos escritórios de despachantes. Uns e outros representam um contingente importante de frequentadores habituais de restaurantes e casas de pasto, cafés e leitarias, vendas de peixe e de outros bens alimentares, contingente esse que sofreu, como se viu, um decréscimo não negligenciável, sobretudo ao longo da década de 90.

Em todo o caso, nem a situação é homogénea, nem as dinâmicas são unidireccionais. A algumas das tendências apontadas contrapõem-se outras. Por exemplo, a lógica da vizinhança, os baixos níveis médios de recursos das famílias e os regimes de gestão dos gastos quotidianos culturalmente predominantes nos meios populares do bairro conduzem a que as compras correntes continuem a fazer-se em medida significativa no dia-a-dia, com frequência a fiado, nos pequenos estabelecimentos locais. Muitos dos restaurantes e similares, pelo seu lado, não dependem tanto das pessoas que residem ou trabalham no bairro, sendo frequentados principalmente por uma clientela externa, de lisboetas e turistas, porventura com maior tendência a crescer do que a diminuir.

Noutro domínio, não foram raros os despachantes que, em vez de encerrarem, se modernizaram e se reconverteram, incorporando ou expandindo actividades a que já antes tinham alguma ligação, como a de transitários ou outras afins. Além disso, as universidades e outras instituições de ensino superior que se instalaram no bairro, ou próximo dele, ao longo dos anos 80 e 90, trazem por dia a Alfama centenas de estudantes, pese embora o facto de, até agora, a sua presença tender a confinar-se aos próprios edifícios escolares e às vias circundantes, interligando-se pouco com os meandros mais internos do bairro e, com algumas excepções, também não se constituindo em frequentadores muito numerosos dos cafés e restaurantes da zona.

Acresce que o processo de reabilitação urbana, iniciado nos finais dos anos 80 e intensificado nos anos 90, implicou a deslocação diária ao bairro de um novo conjunto de técnicos e empregados administrativos, de empreiteiros e trabalhadores da construção civil, aumentando por esse lado a clientela solvente do comércio e serviços locais.

Em síntese, entre meados da década de 80 e meados dos anos 90, enquanto se iam prolongando no bairro dinâmicas de crescimento económico e de consolidação do sistema de garantias estatal, nomeadamente para os trabalhadores da carga e descarga de navios, desencadearam-se processos de mutação tecnológica e profissional, económica e institucional — como os que atingiram as actividades portuária, primeiro, e alfandegária, depois — com incidências extremamente relevantes em Alfama, actuando no sentido da instabilização do emprego e da desvitalização económica.

Ao longo deste período, o balanço entre as duas dinâmicas, com incidências no bairro de sentidos contrários, foi-se desequilibrando progressivamente para o lado da segunda. A estas, sobrepuseram-se outras dinâmicas, como as que se acaba de inventariar de maneira sumária, também elas frequentemente com efeitos locais opostos.

No conjunto, o que a pesquisa permitiu captar, ao longo do tempo de presença no terreno, foi menos uma tendência de sentido único do que uma oscilação de dinâmicas económicas.

Um exemplo adicional pode encontrar-se nos movimentos locais a respeito da reabilitação urbana. Na primeira metade dos anos 80, quando surgiram, uma das mais importantes ameaças por eles percebidas era a da progressiva invasão do bairro pelos escritórios de despachantes, com o risco de terciarização e desertificação nocturna, em particular da faixa ribeirinha. Reclamava-se uma regulamentação mais restritiva e uma fiscalização mais eficaz que impedisse a substituição galopante e descontrolada de funções, com passagem de habitações a escritórios.

Mas, menos de uma dezena de anos depois, a situação tinha-se invertido. Sem que a anterior tivesse desaparecido, a preocupação dominante, a este respeito, tinha passado a ser a desvitalização económica do bairro, resultante de processos como os atrás referidos.

É uma preocupação local que se mantém, alicerçada, como se viu, em múltiplos processos que afectaram e afectam o bairro. No entanto, outras dinâmicas e outras perspectivas não deixam de estar presentes. A par das anteriores, pode referir-se o alastramento do próprio processo de reabilitação urbana, a sedimentação da presença local das escolas de ensino superior, os novos escritórios de grandes empresas em vias de se instalarem em edifícios recuperados da parte baixa do bairro e, ainda, os projectos em discussão ou em curso, por parte da Câmara Municipal de Lisboa e da administração portuária, para a zona ribeirinha de Lisboa.

Deste modo, as tendências de futuro apresentam-se como tudo menos lineares. A sobreposição de dinâmicas e a oscilação de situações parecem continuar a perfilar-se no horizonte da vida económica do bairro.

## O processo de reabilitação urbana

Nas considerações que se acaba de fazer, ficou já implícito que, em paralelo com as transformações nas unidades económicas implantadas no bairro e na situação profissional de uma parte muito significativa da sua população, directa ou indirectamente ligada à actividade portuária, outro dos vectores fundamentais das mudanças observadas em Alfama foi o processo de reabilitação urbana.

Com efeito, desde os anos 80 que o bairro tem vindo a ser palco e cenário, sujeito e objecto de um processo visando, em primeiro plano, a reabilitação do seu parque habitacional, antigo e muito degradado. Outros objectivos, interligados com este, foram também defendidos ou combatidos, prosseguidos ou contrariados no decurso do processo. A respeito de tais objectivos, as posições assumidas, as estratégias desenvolvidas e as práticas efectivadas não têm sido de modo nenhum consensuais, dividindo interesses e sensibilidades, confrontando poderes e orientações.

No próximo capítulo procura-se proceder a uma análise mais específica e pormenorizada deste processo social. De momento o que importa é, tão-só, registar, num apanhado geral, as mudanças em que, deste modo, o bairro se viu envolvido.

No início dos anos 80, Alfama era um bairro fortemente degradado. Dos 700 e poucos edifícios, com cerca de 3.100 alojamentos residenciais, situados nas freguesias de São Miguel e Santo Estêvão, perto de 80% precisaria na altura de obras, de maior ou menor envergadura.<sup>17</sup> A antiguidade dos prédios, a exiguidade de grande parte das habitações, a ausência de cozinha em algumas delas e de casas de banho em muitas, as infiltrações de água das chuvas pelos telhados numa enorme quantidade de edifícios — eram estes alguns dos traços mais salientes de uma situação muito deteriorada.

Vários factores vinham somar-se, contribuindo para isso. Como pano de fundo estava a antiguidade das casas, algumas mesmo anteriores ao terramoto de 1755. A maioria tinha sido construída ou reconstruída depois dessa data, por e para gente pobre, segundo processos construtivos e formas de aproveitamento dos espaços exíguos de encosta que, com a passagem do tempo, as tornaram particularmente vulneráveis no plano físico e carenciadas no plano do conforto habitacional. A isto sobrepunha-se outro conjunto de factores, em especial: uma população maioritária de recursos escassos, habitando as casas como inquilinos; rendas que, com os anos, se tinham tornado baratas, desmotivando investimento dos senhorios; poucas ou nenhuma intervenções públicas no bairro durante décadas.

---

17 Para uma caracterização mais exaustiva do bairro no plano sócio-habitacional pode consultar-se António Firmino da Costa, Maria das Dores Guerreiro, Manuel João Ribeiro e Isabel Valente, *Alfama. Caracterização Sociológica da Habitação*, Lisboa, DMRU/Câmara Municipal de Lisboa, 1991.

A densidade populacional de Alfama era enorme — e, apesar de alguma diminuição do número de residentes, ainda é, dada a malha urbana medieval, extremamente apertada, e a pequena dimensão dos imóveis. Acresce que se encontrava ali uma grande quantidade de casos de sobreocupação, cerca de um terço dos fogos, com grupos domésticos relativamente numerosos a viver em casas com uma, duas ou três pequenas divisões. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, perto de outro terço correspondia a situações de subocupação, constituídas em especial por um grande número de mulheres idosas vivendo isoladas. Qualquer das situações revelava-se propícia a más condições habitacionais, com degradação de alojamentos já à partida vulneráveis, associada aos modos da respectiva utilização e à reduzida capacidade de investimento na sua manutenção ou modernização.

Um dos resultados contraditórios da situação, também foco de descontentamento entre a população local, era que, enquanto bastantes fogos iam ficando vazios, após o falecimento ou a saída de antigos inquilinos, os jovens das famílias ali moradoras, à medida que queriam ir constituindo residência própria, não conseguiam arranjar-lá no bairro. Dadas as condições vigentes, os senhorios, ou não arranjavam os fogos enquanto não pudessem dispor do imóvel no conjunto, para o transaccionar, ou voltavam a alugá-lo, com ou sem reparações de monta, com rendas muitíssimo mais elevadas, incomportáveis para os níveis de rendimento dos referidos jovens de origem popular local, e incompatíveis com os níveis de expectativas que se tinham habituado a considerar como razoáveis a este respeito.

Muitos desses jovens, chegada a fase do ciclo de vida por eles considerada apropriada para a autonomização residencial, prefeririam continuar a habitar no bairro. Para além de aspectos emocionais e simbólicos, de identificação com o bairro, contam muito razões instrumentais. Tendo crescido e aprendido a mover-se agilmente no quadro de interacção local, com a sua configuração relacional e cultural muito própria, sentem-se em condições de tirar partido, como ninguém, do conhecimento profundo dos meandros do tecido social local e das oportunidades nele inscritas em termos de modos de vida.

Os que conseguem arranjar casa no bairro podem também, mais facilmente, continuar a inserir-se nas redes sociais ali constituídas, de familiares e de amizade, de entajuda e sociabilidade, usufruindo dos apoios prático-materiais e das gratificações afectivo-simbólicas delas correlativas. Do mesmo modo, não são de desprezar as vantagens da proximidade ao centro de Lisboa, nomeadamente quanto a deslocações diárias, num espaço metropolitano em que a comutação entre os dormitórios das periferias suburbanas e os empregos e equipamentos da cidade se tornou extremamente pesada em custo, tempo e incómodo.

Tudo isto são aspectos que os jovens do bairro tomam em conta, levando muitos deles a preferirem continuar a habitar no local, mesmo em casas

sem as condições residenciais de alojamentos mais modernos. As aspirações a novos padrões de conforto habitacional não estão ausentes destas faixas etárias mais novas da população do bairro. Mas, nelas, a socialização no local condu-las a balancear este aspecto com os outros anteriormente referidos. A preferência por nova residência no bairro acaba por ser a resultante na maioria dos casos, incluindo disposições para a introdução de algumas melhorias no conforto habitacional dos fogos, mas desde que os custos não se revelem muito acima das suas posses ou acentuadamente desajustados da qualidade das habitações.

A toda a situação descrita acrescia, ainda, que os equipamentos colectivos locais eram deficitários, em diversos domínios e a vários títulos. Além disso, os espaços públicos mais importantes, em especial certos largos, estavam abandonados, decadentes, não cuidados e semidestruídos, nalguns casos transformados em estacionamento selvagens, com eliminação das suas funções estéticas e lúdicas, enquanto espaços de sociabilidade local e de recepção de visitantes. Estes e outros elementos de particular valia patrimonial, nomeadamente capelas, igrejas e conventos, bem como outros edifícios notáveis, encontravam-se também em estado de mais ou menos acentuada degradação. Por cima de tudo isto, a invasão desregrada e improvisada de escritórios, atrás referida, em particular na faixa mais ribeirinha do bairro, estava a conduzir a processos de desertificação nocturna da zona e à maior vulnerabilidade dos edifícios em causa.

Passada mais de uma década e meia, muitas destas circunstâncias ainda persistem. Mas também muita coisa mudou. Um dos vectores de mudança mais decisivos foi o processo social, visando a reabilitação urbana, que se iniciou no bairro na primeira metade dos anos 80, com prolongamentos no tempo e com repercussões, no local e fora dele, de alcance bastante significativo.

Por essa altura, perante um sentimento generalizado, entre população do bairro, de descontentamento com a situação descrita, as juntas de freguesia de São Miguel e Santo Estêvão polarizam um conjunto de debates, estudos e acções a tal respeito. Envolvem-se no movimento, por um lado, muitos moradores, desde os directamente afectados por problemas nas respectivas habitações até bastantes outros preocupados com o estado do bairro no seu conjunto. Várias das colectividades associativas locais aparecem também ligadas à movimentação.

Por outro lado, integram-se no processo professores e estudantes, activistas políticos e animadores culturais, arquitectos e engenheiros, técnicos e investigadores de diversas áreas das ciências sociais, todos eles de algum modo interessados no bairro e, ao mesmo tempo, em problemáticas como as do património, do ambiente, da identidade cultural, da reabilitação urbana e do desenvolvimento local, problemáticas estas com crescente adesão, desde os anos 70, entre os meios mais escolarizados das novas classes médias urbanas.

São realizadas reuniões alargadas no bairro, constituídas organizações locais especificamente dedicadas ao tema, realizados inventários de situações e balanços de problemas, elaborados documentos que se enviam a entidades camarárias e estatais, estabelecidos contactos com círculos partidários, divulgadas chamadas de atenção e tomadas de posição na comunicação social.

Em meados dos anos 80, quer o Governo, quer a Câmara Municipal de Lisboa começam a responder com algumas medidas. Em 1985 é criado pela Câmara um gabinete técnico local que, nos anos seguintes, se instala no bairro com o objectivo de vir a proceder à respectiva reabilitação. O processo é bastante lento e controverso, com enfrentamento de uma diversidade de interesses e posições, desenrolando-se daí para a frente em fases distintas, as quais decorrem em parte de factores externos, nomeadamente da viragem de orientação política da Câmara Municipal de Lisboa entre os anos 80 e 90, e, noutra parte, têm a ver com dinâmicas desenvolvidas localmente.

Deixando para o capítulo seguinte uma análise mais fina de sequências e protagonismos, é possível desde já traçar-se um panorama geral das mudanças que o processo de reabilitação urbana implicou.

A mudança mais evidente é nas próprias casas. Primeiro, muito lentamente, foram reabilitados alguns prédios. Depois, seguiram-se muitos outros, a ritmos crescentes. Em certo sentido, o bairro transformou-se num estaleiro. Quem passe pelo local vê obras um pouco por todo o lado. Foi um cenário que se tornou permanente ao longo dos anos 90. Está-se longe de ter todos os prédios recuperados, ou sequer a maior parte deles. O volume da intervenção era, à partida, de enorme envergadura e os problemas que se têm colocado à sua efectivação não têm sido poucos. Mas a transformação é muito substancial. Centenas de fogos foram reabilitados ou estão sob intervenção. Numerosos prédios estão a ser ou foram recuperados.

Mas as mudanças não se ficam pelas casas e pelas obras, em si. Há muitos outros aspectos associados. Um deles, dos mais relevantes, tem a ver com os realojamentos. Para se proceder às obras, nomeadamente nos muitos casos com necessidade de intervenção profunda, teve de se retirar provisoriamente as pessoas que lá viviam. Algumas recorreram a familiares com morada próxima. Muitas outras não tiveram possibilidade ou vontade de o fazer.

O gabinete técnico camarário local começou por providenciar um local de realojamento numa área de habitação social na zona oriental da cidade. Algumas dezenas de famílias mudaram-se para lá. Os impactos foram grandes e multifacetados. Pessoas com fracos recursos e quotidianos alicerçados em redes locais viram-se afastadas vários quilómetros do seu quadro de vida habitual. Muitas delas eram idosas. Bastantes tentaram reconstituir o quotidiano deslocando-se a Alfama diariamente, mas os custos económicos e os incómodos pessoais não facilitaram o prolongamento de tal regime.

Os problemas avolumaram-se. As obras foram em geral muito mais demoradas do que o previsto. Em variados casos estenderam-se por anos e

anos. Alguns dos antigos residentes, mais idosos, não chegaram a voltar por terem entretanto falecido. Por outro lado, sendo grande parte das obras realizadas pelos senhorios, estes, se bem que usufruindo de apoios financeiros cobrindo grande parte dos custos, prestados ao abrigo de programas públicos específicos, não deixaram de pretender aumentar as rendas. A legislação geral, e aquela que foi promulgada em particular para este tipo de operações, não lhes permite, em princípio, fazerem-no senão dentro de limites controlados. Mas mesmo assim, em bastantes casos, tal revelou-se de difícil acomodamento às capacidades económicas dos residentes, além de que, com frequência, surgiram ambiguidades de interpretação no tratamento casuístico das diversas situações, com dificuldades acrescidas para os moradores.

Para além do referido bairro de realojamento, expressamente construído para o efeito, foram adoptadas outras soluções, tais como o aluguer de quartos em pensões nas vizinhanças do bairro. Já na segunda metade da década de 90, a Câmara Municipal, através do gabinete técnico local, ensaiou outra política de realojamento, subsidiando directamente as famílias para que pudessem suportar o respectivo alojamento em casa de familiares e amigos, assim sobrecarregados na sua vida corrente, ou o aluguer de casas escolhidas por elas, de acordo com a sua própria avaliação de possibilidades e conveniências.

As repercussões de tudo isto não podiam deixar de se revelar muito significativas. Centenas de pessoas foram, e estão a ser, ao longo do processo, sucessivamente deslocadas das suas moradas habituais, às vezes por bastantes anos. Parte delas regressa, após a conclusão das obras, encontrando casas reabilitadas. Em geral, isso tem significado uma melhoria efectiva das condições de habitação, embora os processos sejam muito demorados, as relações entre técnicos e moradores estejam longe de correr sempre bem, não sejam raros os casos de obras deficientes e se coloquem problemas com as novas rendas.<sup>18</sup>

Algumas pessoas não chegam a regressar, por terem falecido entretanto ou por razões diversas, entre as quais terem feito a sua vida noutras locais, a que se afeioaram e de que não pretendem ser, de novo, afastadas. Um certo número delas, inclusivamente, para a sua recusa em abandonar o alojamento de habitação social, argumenta que comprou, para tais habitações supostamente provisórias, peças de mobiliário que não cabem nas antigas casas de Alfama, recuperadas e beneficiadas mas mantendo dimensões internas bastante reduzidas.

---

18 Sobre as dimensões de satisfação e não satisfação, tanto com as novas condições de habitação como com o processo de reabilitação, por parte dos moradores regressados a casas reabilitadas, foi realizado um trabalho de investigação avaliativa por Cristina Santos Silva, intitulado *Reabilitação Urbana e Satisfação Residencial em Alfama*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1994 (dissertação de licenciatura).

Entretanto, o arrastamento da operação tem deixado uma grande parte dos residentes sem obras nas respectivas casas, tendo vindo a agravar-se a situação de degradação de muitas delas. Ao mesmo tempo, o desencadeamento do processo de reabilitação gerou mudanças nas representações e nas expectativas da população local. As pessoas tornaram-se mais cientes das necessidades de intervenção no edificado, mais exigentes quanto aos modos da sua efectivação, mais precavidas em relação aos possíveis efeitos perversos da intervenção e mais atentas às oportunidades que a reabilitação urbana introduziu no bairro.

O facto de se ter vindo a desenrolar ali um processo de reabilitação urbana — justificado quanto à sua urgência pelas condições de degradação das habitações, mas justificado também, quanto à sua excepcionalidade enquanto área crítica de intervenção urbanística prioritária, bem como quanto às modalidades adoptadas nessa intervenção, pela valia histórico-patrimonial e sociocultural de Alfama — trouxe consigo importantes dinâmicas de mudança, designadamente nas representações da população local sobre o bairro e nos seus modos de relação identitária com ele.

A própria presença no bairro do gabinete técnico camarário local, com as suas dezenas de funcionários, arquitectos, engenheiros, assistentes sociais, desenhadores, fiscais de obras e outros técnicos, bem como a de empreiteiros e operários de construção civil, tudo isso alterou de maneira significativa o quotidiano de Alfama. Ao mesmo tempo que se tem mantido estranho, no essencial, ao tecido relacional e aos padrões culturais locais, o gabinete passou a polarizar, noutras dimensões, a vida do bairro, envolvendo-o na sua esfera de acção.

### **Dinâmicas de recomposição social**

Apesar de uma imagem corrente de permanência identitária, o bairro de Alfama tem estado, como se viu, sujeito a significativas dinâmicas de mudança, nalguns aspectos bastante intensas, nomeadamente nos planos económico e urbanístico. Para o argumento que se pretende salientar neste capítulo, é importante deixar registado o carácter acentuado das transformações ocorridas ao longo das últimas décadas. Mas, de uma maneira mais precisa, o que a análise permitiu verificar até agora foi a coexistência, nas diversas dimensões de estruturação social presentes no bairro, de dinâmicas de permanência e mudança, intimamente articuladas nos processos sociais localmente observáveis.

O mesmo se pode dizer de outro plano de estruturação social, o da recomposição social da população. Plano esse, aliás, que ocupa de algum modo um lugar de charneira nos processos sociais em estudo. Na verdade, os efeitos relevantes de tendências e inflexões estruturais de vária ordem decorrem,

**Quadro 6.1** População residente em Alfama por tempo de residência no bairro dos membros dos núcleos conjugais principais, 1990

| Tempo de residência no bairro (anos) | N    | %     |
|--------------------------------------|------|-------|
| Até 9                                | 516  | 12,2  |
| 10 a 19                              | 561  | 13,3  |
| 20 a 29                              | 587  | 13,9  |
| 30 a 39                              | 622  | 14,8  |
| 40 a 49                              | 592  | 14,0  |
| 50 ou mais                           | 1342 | 31,8  |
| Total                                | 4220 | 100,0 |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

em grande parte, da respectiva repercussão nas práticas sociais e nas representações simbólicas, não só ou não tanto directamente, mas sim através dos modos como contribuem para ir configurando, ou reconfigurando, as condições sociais de existência e a formação de disposições dos protagonistas da acção social. O assunto foi examinado detidamente no capítulo 4, tornando-se dispensável prolongar aqui considerações teóricas gerais a tal respeito. Em contrapartida, importa assinalar as principais dinâmicas de recomposição social concretamente observadas no bairro.

Entre essas dinâmicas de recomposição social contam-se as resultantes, de maneira mais directa e imediata, de processos como os acima referidos, relativos a transformações económicas e urbanísticas, em grande medida induzidas a partir de intervenções externas específicas. Mas contam-se também outras, de natureza diferente, porventura de importância ainda maior, que se poderiam caracterizar como, a um tempo, mais genericamente societais e mais localmente endógenas.

Por paradoxal que o enunciado anterior pareça, é esse efectivamente o carácter de um conjunto relevante de dinâmicas de recomposição social da população do bairro. Nele se incluem, em confluência com o decurso dos ciclos de vida e a sucessão das gerações, processos de mobilidade residencial (entrada e saída de residentes) e processos de transformação de atributos sociais tão decisivos como os respeitantes aos níveis de escolaridade ou às categorias socioprofissionais, às relações de classe ou aos estilos de vida.

São processos em que condicionantes e possibilidades estruturalmente constituídas a níveis societais amplos se articulam com o protagonismo activo e situado dos agentes sociais, no desenvolvimento, perante esses parâmetros estruturais, das suas estratégias de vida e das suas práticas quotidianas.

Deste ponto de vista, um indicador de antiguidade residencial como o utilizado no quadro 6.1 fornece indicações sintomáticas acerca das dinâmicas de permanência e mudança da população de Alfama, especificamente no que respeita aos processos de recomposição social do bairro. Por um lado, verifica-se que perto de três quartos dos habitantes (ou, com maior precisão, dos membros dos núcleos conjugais principais dos grupos domésticos ali residentes) moram

no bairro há mais de 20 anos. O que remete para um forte enraizamento residencial, ou, neste sentido específico, para uma dinâmica de permanência, abrangendo um segmento largamente maioritário da população local.

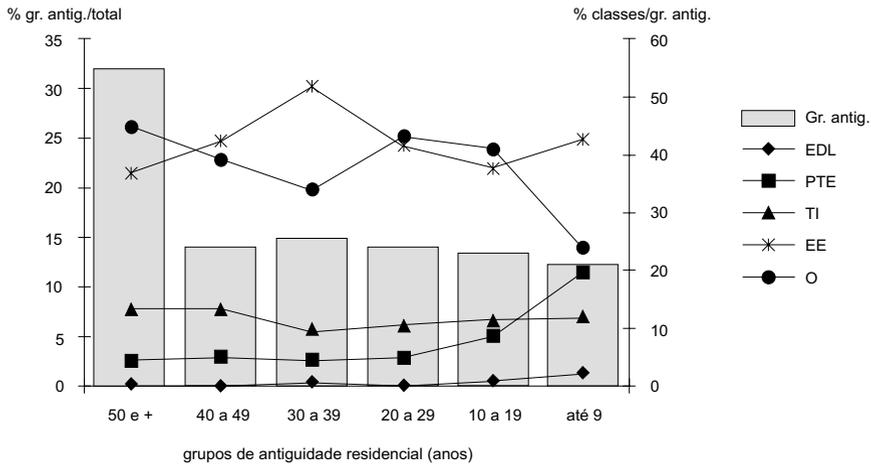
No entanto, por outro lado, não é menos notório que a Alfama têm chegado, todas as décadas, contingentes sucessivos de novos residentes. Aliás, como o quadro 6.1 mostra, a estes fluxos corresponde um volume de grupos domésticos bastante uniformemente distribuído pelos consecutivos escalões de antiguidade residencial local dos membros dos seus núcleos conjugais principais, isto no que se refere, pelo menos, aos últimos 50 anos. Ao mesmo tempo que chegam novos moradores, vai havendo — como se teve já oportunidade de analisar, nomeadamente no capítulo 4 — saídas de residentes, num processo de mobilidade geográfica e, por vezes, de mobilidade social, de que o bairro tem sido palco.

Por si só, tal representa uma dinâmica de mudança na composição populacional. Ou seja, não é a mesma população que, no bairro, se perpetua, de forma autocontida, de geração em geração. Há algumas famílias nessa situação. Mas, relativamente a muitos outros casos, ao que se assiste é a um processo continuado de rotação demográfica, de modo nenhum insignificante. É um processo no qual é possível distinguir analiticamente, embora no concreto se sobreponham de forma íntima, uma dinâmica de mudança (de pessoas e famílias, com os seus atributos sociais próprios) e uma dinâmica de permanência (de um regime de inserção residencial, misto de enraizamento e rotação, que tem vigorado no bairro).

Registe-se, de passagem, que a constatação de tais dinâmicas suscita problemas na análise da persistência das formas culturais mais emblemáticas do bairro e lança luz sobre os mecanismos sociais efectivamente presentes na produção local das formas de identidade cultural que se desenvolvem entre a população residente. A articulação entre três blocos de dimensões fundamentais — composição de classe e trajectórias sociais, formas simbólicas e padrões culturais, quadros de interacção e processos interaccionais — foi convocada atrás, em especial no capítulo 5, como núcleo de um modelo analítico pertinente a este respeito, o que dispensa retomá-la aqui com mais pormenor.

Mas, voltando à linha de considerações anterior, por mais importantes que sejam os aspectos referidos a propósito do quadro 6.1, os processos de recomposição social da população de Alfama implicam um conjunto de outras dimensões decisivas. Uma questão que, perante os dados acima examinados, se coloca de imediato, é a seguinte: terão os novos residentes um perfil social semelhante aos mais antigos? Ou assiste-se a um processo de recomposição de classe no bairro? A figura 6.1 fornece alguns elementos a este respeito.

Como se pode observar, parece verificar-se uma certa inflexão de composição social nos novos residentes, em concreto naqueles que se instalaram em Alfama no período mais recente registado. O facto de se continuar a



**Figura 6.1** População residente em Alfama, 1990: recomposição de classe segundo a antiguidade residencial (membros dos núcleos conjugais principais)

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

tomar aqui como referência os membros dos núcleos conjugais principais dos grupos domésticos permite que a análise comparativa, em termos diacrónicos, não seja obscurecida pelas trajetórias sociais das diversas gerações coabitantes em cada unidade residencial.

Nesses novos residentes, destaca-se uma diminuição importante do peso relativo do operariado, a par do crescimento acentuado da proporção de profissionais técnicos e de enquadramento. Trata-se, pois, de uma mudança significativa, uma certa recomposição social da população do bairro. Recomposição essa convergente, aliás, no seu sentido geral, com as tendências de conjunto verificadas na sociedade portuguesa nas últimas décadas, em particular na área metropolitana de Lisboa, e paralela ao que aconteceu também noutras cidades da Europa do Sul, nomeadamente em algumas das que atrás (em especial no capítulo 3) se referiram em termos comparativos num outro registo, o da articulação entre composição social dos bairros antigos de cidades portuárias e formas de cultura popular urbana.<sup>19</sup>

19 Para além de outras referências atrás citadas, ver Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, "Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social", in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998; Vítor Matias Ferreira e outros, *Lisboa, a Metrópole e o Rio: Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*, op. cit., em especial pp. 117-144; Lila Leontidou, *The Mediterranean City in Transition: Social Change and Urban Development*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

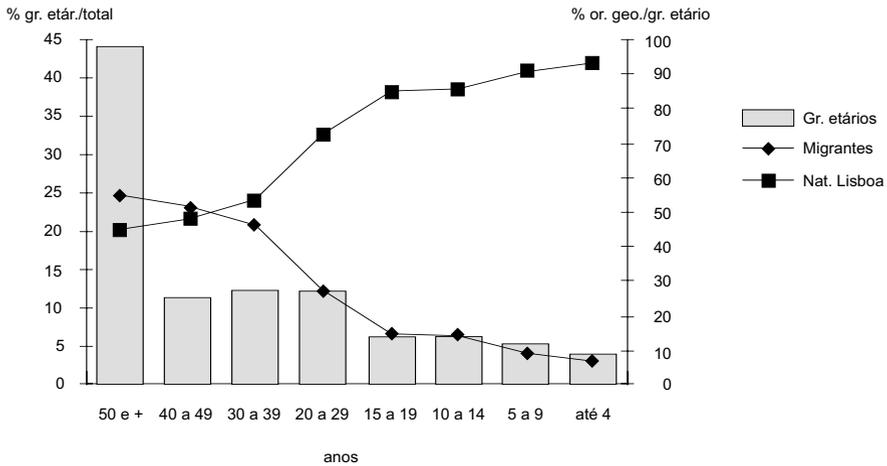
Mas convém não cair em interpretações excessivas ou unilaterais destas indicações de recomposição social. Se as referidas tendências se verificam, não é menos claro que as presenças percentuais de empregados executantes, de trabalhadores independentes, bem como de empresários, dirigentes e profissionais liberais, se mantêm aproximadamente as mesmas. Ou seja, no conjunto, mesmo para os grupos domésticos mais recentemente instalados em Alfama, a maioria dos membros dos respectivos núcleos conjugais principais permanece distribuída por um leque de lugares de classe semelhante ao das décadas anteriores, com larga predominância, embora um pouco menor, de classes populares.

Mais ainda. Os valores percentuais utilizados nas considerações anteriores são internos a cada escalão de antiguidade residencial. A figura 6.1 mostra igualmente o peso relativo, no total dos residentes considerados, de cada um daqueles escalões. Como o mais recente em pouco ultrapassa um décimo da população aqui tida em conta, fácil se torna concluir que a amplitude deste processo de recomposição social de origem exógena, correspondente à entrada no bairro de novos residentes, nada tem de esmagador, pelo menos por enquanto.

A questão da recomposição social do bairro através da instalação residencial nele de elementos de classes sociais de maiores níveis de recursos profissionais e escolares intersecta-se, aliás, com a da reabilitação urbana. Em que medida, e de que modo, estão os dois processos interligados? Poder-se-á falar, perante os dados anteriores, de um processo de gentrificação do bairro entrelaçado com a intervenção de reabilitação? Isto é, estar-se-á, com esta última, perante a substituição generalizada de uma população de perfil maioritário popular por novos habitantes, recém-chegados, de classes médias e altas? Ou o padrão de recomposição social a que se assiste no bairro tem outras características? E quais são as evoluções que se perfilam a este respeito? Deixar-se-á o tratamento destas questões, na sua articulação específica, para o capítulo seguinte, no qual a análise se concentra, precisamente, no processo de reabilitação urbana.

Seja como for, a recomposição social da população de Alfama possui outras vertentes, algumas mais de fundo, a cuja análise importa proceder, mesmo que de maneira sumária, na perspectiva que de momento se procura desenvolver, ou seja, a de inventariar as principais transformações por que o bairro tem passado nas últimas décadas, evidenciando dinâmicas de permanência e mudança, de carácter endógeno e exógeno, a elas associadas.

Um dos parâmetros de caracterização social da população de Alfama em que se têm vindo a verificar tendências de transformação bastante acentuadas tem sido o das origens geográficas. É uma variável com significado muito particular na análise do bairro enquanto tecido social e configuração cultural. Alguns dos pontos centrais de desenvolvimentos anteriores, designadamente dos capítulos 4 e 5, incluem a referência aos volumosos fluxos



**Figura 6.2** População residente em Alfama, 1990: mudança nas origens geográficas segundo as idades

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

migratórios que afluíram a este quadro urbano a partir de várias regiões do país, nomeadamente piscatórias e rurais, e sobretudo da Cordilheira Central.

Acontece que a proporção entre naturais de Lisboa e migrantes de outras origens, favorável a estes últimos na actual população mais idosa, inverte-se nos moradores na casa dos 40 anos, acentuando-se rapidamente, daí para cá, a fracção dos nascidos já em meio urbano lisboeta. Entre os habitantes de Alfama com menos de 20 anos, a quase totalidade passou a ser natural de Lisboa, segundo uma tendência que não se tem senão intensificado (figura 6.2).

Os fluxos migratórios anteriores esgotaram-se. As regiões rurais de partida estão bastante despovoadas e a população nelas remanescente muito envelhecida. Além disso, desde há duas ou três décadas que os movimentos de ida e vinda à terra de origem, por parte de muitas das famílias que vivem em Alfama, se tornaram mais fáceis, com a construção de estradas, o desenvolvimento das carreiras de camionetas e a generalização do automóvel particular. O que implicou que, mesmo aqueles que mantiveram ligações estreitas com as terras do interior e redes familiares directas com inserção geográfica bipolar (entre o bairro e a aldeia), mais depressa tivessem vindo a proceder à reunificação familiar no bairro, pelo menos por ocasião do nascimento dos filhos.

Pesou ainda, em simultâneo, uma progressiva transformação da relação da generalidade da população com os serviços de saúde profissionalizados, em concreto, neste caso, a crescente adesão ao parto medicamente acompanhado em instituição de saúde especializada. Isto é, hoje em dia a quase totalidade das crianças do bairro nasce nas maternidades da capital.

Em todo o caso, importa, também aqui, não perder de vista uma advertência anterior. O peso relativo dos diversos grupos etários no conjunto da população de Alfama, representado igualmente na figura 6.2, mostra que, apesar da tendência de mudança assinalada, permanece no bairro uma larga quantidade de migrantes internos. Acresce que, pelas razões acima expostas, o significado social do local de nascimento não é inequívoco nem linear. Hoje praticamente todos nascem em Lisboa, mas isso não impede que uns estejam inseridos em redes familiares bipolares, do tipo das referidas, e outros não, com consequências mais ou menos marcadas nas estratégias de vida, nas trajectórias sociais, nas práticas quotidianas e nas referências identitárias respectivas. Também neste aspecto as dinâmicas de continuidade e mutação estão mais imbricadas entre si do que poderia parecer à primeira vista.

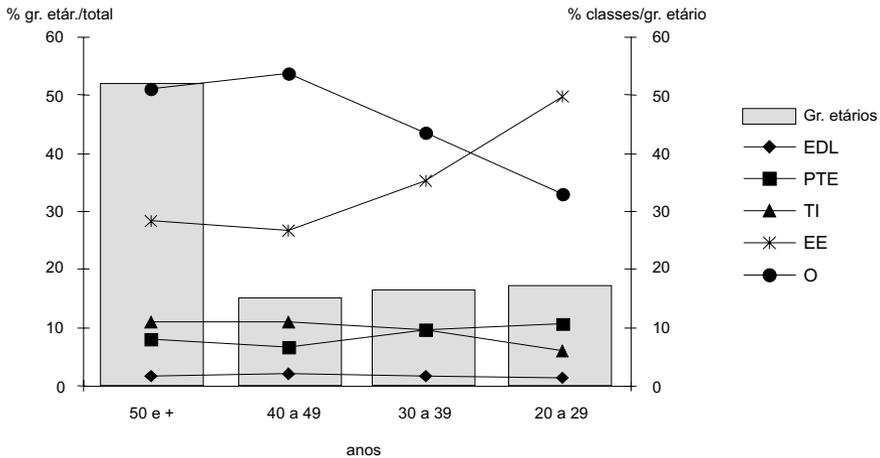
Algo de semelhante se pode afirmar a respeito de outras dimensões de recomposição social da população local, analiticamente ainda mais nucleares. Utilizando indicadores socioprofissionais e socioeducacionais como os construídos, justificados e aplicados no capítulo 4, é possível verificar a existência dessas dinâmicas de recomposição social, apreender os seus perfis diacrónicos e analisar algumas das facetas específicas em que elas se desdobram.

Logo numa primeira leitura, a figuras 6.3 e a figura 6.4 confirmam uma conclusão que a observação do bairro noutros aspectos e por outros meios indicava já com clareza: o bairro não é estático do ponto de vista da caracterização de classe dos residentes; pelo contrário, a população de Alfama tem vindo a protagonizar processos efectivos de mudança na respectiva composição social.

As alterações são significativas na componente masculina da população do bairro. O que mais se destaca é a inversão progressiva, a partir dos homens com menos de 40 anos, do peso relativo de operários e empregados executantes, com decréscimo dos primeiros e aumento dos segundos. Estes últimos, na faixa etária mais nova, são já claramente maioritários.

Observa-se também algum acréscimo dos profissionais técnicos e de enquadramento, bem como uma tendência de diminuição dos trabalhadores independentes. Mas, no conjunto do bairro, estas variações são relativamente residuais, uma vez que não apresentam inflexões abruptas, e dada a proporção não muito elevada de cada um destes segmentos, em comparação com os dois anteriores, na composição social local.

As transformações são ainda mais importantes na componente feminina da população do bairro — o que corresponde, aliás, à presença crescente das mulheres nos processos de mudança estrutural do conjunto da sociedade portuguesa nas últimas décadas.<sup>20</sup> Em Alfama, se se comparar a composição socioprofissional das mulheres de 50 ou mais anos com a da população feminina na casa dos 20 anos, encontram-se diferenças muito grandes. As operárias, que constituíam um contingente importante, praticamente desapareceram. Ao invés, as empregadas executantes, já antes maioritárias, aumentaram muito o respectivo peso percentual, passando agora dos 70% entre as mulheres mais novas.



**Figura 6.3** Homens residentes em Alfama com 20 ou mais anos, 1990: recomposição de classe segundo as idades

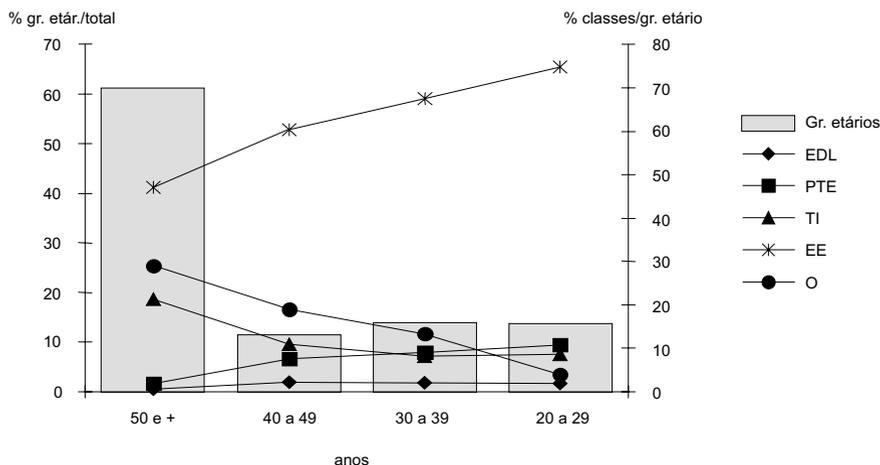
Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

Nos casos referidos, as tendências acentuaram-se regularmente de faixa etária para faixa etária. O mesmo se passa, de algum modo, mas a outra escala — isto é, em números muito mais reduzidos —, com o crescimento progressivo das profissionais técnicas e de enquadramento. Diferente é o processo relativo às trabalhadoras independentes, em que se deu uma queda acentuada nas mulheres logo abaixo dos 50 anos, mantendo-se aproximadamente o peso percentual nos escalões etários seguintes.

Em termos globais, está-se, pois, perante uma inequívoca dinâmica de mudança na composição de classe da população de Alfama. Mas importa chamar a atenção, no plano descritivo e no plano interpretativo, para alguns outros aspectos deste processo de recomposição social.

Desde logo, é uma dinâmica que, num entendimento específico, se pode considerar como fundamentalmente endógena. Isto no sentido em que é protagonizada, na sua maioria, pelas sucessivas gerações da população do bairro, à medida que os indivíduos que compõem as famílias que nele residem vão desenvolvendo as suas trajetórias sociais. Uma parte dos processos

20 Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, "Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social", *op. cit.*, em especial pp. 28-38; Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall, "Relações familiares: mudança e diversidade", in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998, designadamente pp. 46-58.



**Figura 6.4** Mulheres residentes em Alfama com 20 ou mais anos, 1990: recomposição de classe segundo as idades

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

de recomposição tem ocorrido no próprio percurso de vida profissional dos indivíduos (trajectórias intrageracionais), mas as mudanças mais significativas ocorrem de pais para filhos (trajectórias intergeracionais).

É certo que os novos residentes são responsáveis por alguma da recomposição social verificada. Mas, se se confrontar o perfil das curvas das figuras 6.3 e 6.4 com o das da figura 6.1, não custa concluir que as tendências de recomposição social do bairro enraízam, antes de mais, em dinâmicas que percorrem por dentro a população ali já instalada. Com efeito, como se vê pela figura 6.1, até há poucos anos as sucessivas vagas de recém-chegados não eram, de modo nenhum, as principais portadoras de tais tendências de recomposição social. Pelo contrário, teriam constituído um vector de reprodução de perfis socioprofissionais já não tão preenchidos pelas novas gerações das famílias ali previamente instaladas. O que quer dizer que as resultantes de mudança traduzidas nas curvas das figuras 6.3 e 6.4 ficam a dever-se, com grande intensidade, às trajectórias intergeracionais da população já residente no local.

As referidas tendências de recomposição social revelam também maior profundidade temporal e carácter mais continuado do que as efectivas alterações trazidas pelos moradores mais recentes (correspondentes à última década registada na figura 6.1), alterações estas cuja origem se pode, neste sentido, qualificar de exógena. Além de que, como atrás se viu, o peso relativo, no total da população de Alfama, desses recém-chegados com perfis sociais algo diferenciados, é demasiado diminuto para explicar grande parte das transformações de conjunto evidenciadas pelas figuras 6.3 e 6.4.

Claro está que só no entendimento específico aqui utilizado se pode considerar como “endógena” a recomposição social, intrageracional e intergeracional, protagonizada pelos já residentes — por contraposição aos efeitos de mudança de perfil social da população directa e imediatamente decorrentes da chegada de novos moradores vindos de fora, constituindo o que, no mesmo registo, é designável por recomposição social “exógena”.

No entanto, esse carácter endógeno, no sentido referido, não significa que tal dinâmica ocorra em regime de isolamento social ou de independência face ao que se passa na sociedade envolvente. Pelo contrário, como por diversas vezes se assinalou atrás, insere-se, se bem que de maneira específica, em processos gerais de mudança social de nível mais amplo, processos cujos fundamentos têm sede em domínios vastos e profundos de estruturação social. Mas é também verdade, por outro lado, que tais processos estruturantes de âmbito societal alargado ganham localmente uma configuração particular, mediados que são pelo quadro social local, com as suas características próprias, morfológicas, relacionais, culturais e identitárias — ou, noutros termos, pela sociedade de bairro alfamista.

Numa outra ordem de ideias, importa voltar ainda ao significado dos processos de recomposição social em análise. No conjunto, a mudança de longe mais importante é a que consiste num acentuado decréscimo, em peso relativo, de operários e, correlativamente, num importante aumento percentual de empregados executantes. No entanto, em ambos os casos, trata-se de lugares sociais de assalariados de base, sem qualificações muito elevadas nem poderes hierárquicos relevantes nas organizações.

Sem desprezar o conjunto de aspectos que os diferenciam, relativos quer aos respectivos lugares de inserção no espaço estruturado das relações sociais, quer aos estilos de vida que em geral lhes estão associados, o facto é que tais diferenciações e distinções não são estáticas nem absolutas. Com as tendências gerais contemporâneas de recomposição social das populações, os(as) empregados(as) executantes tornaram-se, ou estão em vias de se tornar, o maior contingente da base assalariada da estrutura de classes. Acresce que entre operários e empregados executantes tendem a constituir-se, hoje em dia, múltiplas redes sociais, nomeadamente familiares, o que esbate o significado social das diferenças estruturais.

Num contexto como o de Alfama, a tudo isto ainda se sobrepõem os efeitos de um quadro de interacção com as características analisadas, com a partilha quer de modos de vida, quer de uma identidade cultural local muito saliente.

Em suma, numa perspectiva que atenda ao enquadramento histórico e estrutural dos processos de recomposição social analisados e, ao mesmo tempo, às especificidades do contexto social local, a referida mudança entre operários e empregados executantes, mais do que uma transformação profunda de perfil social, parece consistir numa continuidade do carácter de Alfama enquanto bairro popular. O conteúdo substantivo da composição

socioprofissional alterou-se bastante. Mas, em termos de posição relativa no espaço social mais amplo em que a população do bairro se insere, ele próprio em permanente reformulação dinâmica, as mudanças talvez não tenham sido muitas.

Nestes termos diacronicamente relativos, mesmo o acréscimo percentual de profissionais técnicos e de enquadramento que se tem vindo a verificar é provável que não constitua, por ora, mais do que um acompanhamento moderado de tendências sociais gerais.

Considerações análogas poderiam ser desenvolvidas, aliás, a propósito de outros indicadores de recomposição social, especificamente de âmbito socioeducacional. As figuras 6.5 e 6.6 mostram, por um lado, a intensidade das mudanças verificadas no bairro, novamente mais acentuadas ainda na população feminina. Mas nada que não acompanhe as transformações gerais da sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas.<sup>21</sup>

Aliás, um dos aspectos interessantes para que aponta o exame destes indicadores de escolaridade, complementar dos apoiados na análise dos indicadores socioprofissionais, tem a ver com o carácter mais acentuado das mudanças registadas na primeira destas dimensões, comparativamente com a segunda. Em especial, destaca-se: o crescimento, em ambos os sexos, da percentagem de pessoas com frequência do que constituía, até há poucos anos, a escolaridade básica obrigatória (6º ano); e, em particular para o sexo feminino, num extremo, a quase eliminação do analfabetismo formal e, no outro, o crescimento da taxa de frequência do ensino superior.

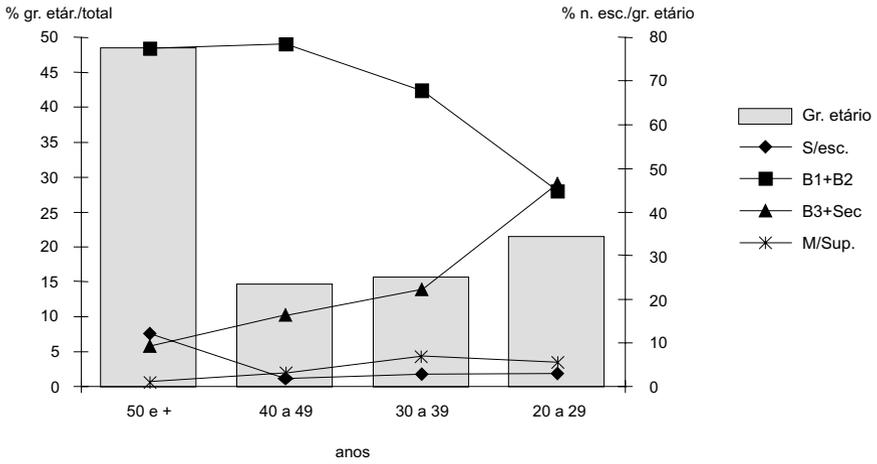
Este ritmo de mudança, mais acentuado no plano socioeducacional do que no plano socioprofissional, remete para vários fenómenos gerais de transformação das sociedades contemporâneas e para tendências específicas de desarticulação de dinâmicas sociais na sociedade portuguesa actual, aspectos que não cabe aqui desenvolver.<sup>22</sup> Importa referir, em todo o caso, que indicia o facto de as próprias categorias socioprofissionais irem mudando de conteúdo, nalgumas dimensões da sua constituição — neste caso, em concreto, quanto aos níveis de qualificação escolar a elas associados. O que recomenda, de novo, alguma ponderação na interpretação do significado social das mudanças observadas.

Em síntese, no que concerne à composição social da população, a posição relativa do bairro perante a sociedade envolvente não terá sofrido grandes

---

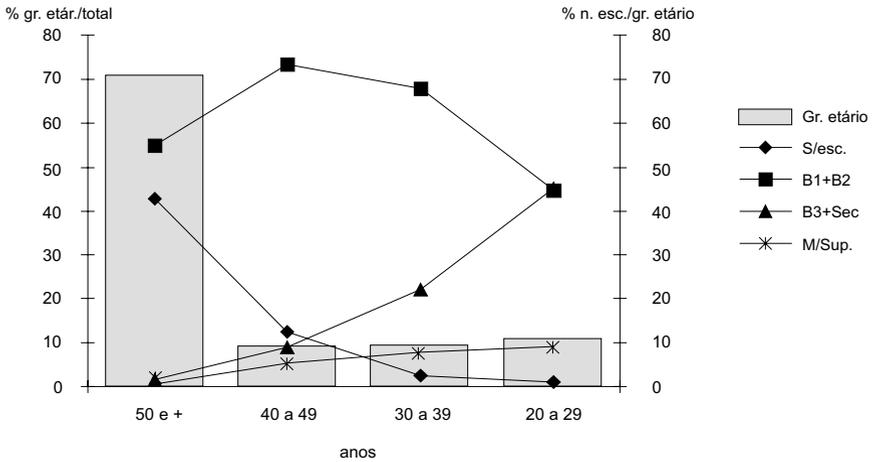
21 Pode consultar-se a este respeito, por exemplo, Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, "Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social", *op. cit.*

22 A este respeito pode consultar-se, por exemplo, Ana Benavente, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, nomeadamente pp. 141-166 e 395-410; ou, abarcando um conjunto mais vasto de questões, José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?, op. cit.*



**Figura 6.5** Homens residentes em Alfama com 20 ou mais anos, 1990: evolução geracional dos níveis de escolaridade

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.



**Figura 6.6** Mulheres residentes em Alfama com 20 ou mais anos, 1990: evolução geracional dos níveis de escolaridade

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

alterações. Isto, pelo menos até à data para a qual se pode dispor de informação pertinente quantificada. Mesmo já mais dentro da década de 90, tanto quanto foi possível aferir através da pesquisa de terreno, apesar de alguma acentuação de tendências anteriores, relativas a dinâmicas de recomposição social, quer endógenas, quer exógenas, o posicionamento social do bairro, em termos relativos, perante o espaço urbano envolvente, não terá tido mudanças decisivas.

No entanto, para além dos impactos específicos da reconversão de sectores económicos com especial incidência local, as trajectórias sociais percorridas pelos membros das famílias já residentes, combinadas com a afluência de novos moradores, não deixaram a população do bairro estacionária, como se se prolongasse no tempo reproduzindo-se igual a si própria. Pelo contrário, *continuando o bairro a apresentar um perfil predominante de meio social popular, a população de Alfama tem vindo a ser protagonista de processos de efectiva recomposição social.*

### Cultura mediática e estilos de vida

O bairro está, pois, em transformação. Ao conjunto de dinâmicas até agora referenciadas — reconversões económicas, intervenções urbanísticas, recomposições sociais — acrescem algumas mais que convém igualmente assinalar. Reportam-se estas a planos que, em termos genéricos, se podem considerar ligados de maneira mais directa à ordem do simbólico e do cultural.

Uma das vertentes principais das mutações observadas no bairro, a este nível, esteve associada, ao longo dos anos 80, à generalização da televisão, em especial da televisão a cores, e, depois, ao surgimento do vídeo doméstico.<sup>23</sup> Tal difusão trouxe consigo uma série de transformações, tanto nas sociabilidades de vizinhança e nas relações com as colectividades associativas como em alguns aspectos dos sistemas de referências e dos estilos de vida. A identidade de bairro, no entanto, não pareceu ser significativamente afectada.

O processo decorreu com um certo gradualismo, passando por várias etapas, mas, no conjunto, foi relativamente rápido. Numa primeira fase, as colectividades reactivaram-se, em certa medida, enquanto espaços de convívio diário, rotineiro, construído em torno da televisão. Familiares, amigos e vizinhos passaram a ver televisão em conjunto, em particular programas de divertimento, como as telenovelas, os concursos e os musicais. Algumas colectividades criaram mesmo, por essa altura, pequenas plateias de cadeiras com o aparelho de televisão no topo. Outras, instalaram o televisor num espaço mais informal de convívio, ao estilo de café ou ao estilo de sala de estar.

---

23 Sobre o “impacto recente” da televisão em Portugal, ver José Manuel Paquete de Oliveira, “A integração europeia e os meios de comunicação social”, *Análise Social*, n.º 118-119, 1992, em especial, pp. 1004-1006.

Em qualquer caso, o local da televisão passou a constituir um espaço relativamente especializado das instalações das colectividades, mais ou menos acentuadamente diferenciado de outros, como os bares ou as mesas de jogo.

A frequência regular, quotidiana, destas colectividades, no período depois do jantar, por mulheres e crianças, num universo até então mais vincadamente masculino, representou uma mudança nos estilos de vida que, apesar de enraizada em transformações sociais de ordem mais geral — em especial nas transformações no estatuto social das mulheres em Portugal nas últimas décadas —, passou aqui em boa parte por este desenvolvimento de práticas de sociabilidade televisiva.<sup>24</sup> Também por essa altura algumas colectividades foram mais procuradas por idosos pouco apreciadores de outras dimensões conviviais nelas praticadas, como as de ir beber com os pares, jogar às cartas ou ao dominó, discutir futebol e organizar festas.

A partir de meados da década de 80 o movimento começou a inverter-se. As colectividades mantêm a televisão ligada. Mas a generalização da posse doméstica de aparelhos a cores retirou-lhes uma parte dos frequentadores assíduos, sobretudo daqueles que a elas se deslocavam basicamente para assistir aos programas de televisão. A difusão dos aparelhos de gravação e leitura vídeo, não tão ampla quanto a dos televisores, mas também com significado no contexto local, acentuou a certa altura algum refluxo caseiro das sociabilidades nocturnas. Mas neste aspecto o fenómeno foi de curta duração. Após a exploração das potencialidades de visionamento de filmes, as pessoas saturaram-se, e tal prática passou a ter apenas uma presença ocasional no dia-a-dia.

Em todo o caso, as sociabilidades quotidianas entre vizinhos não deixaram de incluir encontros para em conjunto, trocando impressões, verem as telenovelas, os concursos, os programas musicais e, mais recentemente, os diversificados tipos de espectáculos da privacidade e das emoções, habitualmente classificados, de maneira algo inadequada, como *reality shows*. O mesmo se pode dizer, para um público mais masculino, embora não só, dos jogos de futebol e dos programas de debate sobre ele.

Tais encontros fazem-se agora mais em casa uns dos outros, mas também não deixaram de acontecer nas colectividades, embora de maneira mais atenuada do que na fase anterior, de assistência alargada à televisão nas instalações associativas, fase na qual, após o 25 de Abril de 1974, as telenovelas tiveram lugar preponderante.

---

24 Quanto às mudanças no estatuto social das mulheres na sociedade portuguesa contemporânea, remete-se, de novo, para Fernando Luís Machado e António Firmino da Costa, “Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social”, *op. cit.*, pp. 28-38 e, sobretudo, para Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall, “Relações familiares: mudança e diversidade”, *op. cit.*, quer nas diversas vertentes da questão aí directamente abordadas, quer nas referências aí incluídas a outros textos, nomeadamente resultantes de investigações das autoras.

Aliás, os efeitos da televisão não se registaram apenas nas oscilações entre formas mais domésticas ou mais associativas das práticas de sociabilidade. Foi também importante no plano dos valores e estilos de vida, designadamente pelas novas referências por ela veiculadas nestes domínios ao longo das décadas de 80 e 90. As telenovelas, precisamente, tiveram neste processo uma influência significativa.

Claro está que este tipo específico de mensagens televisivas não deixou, como outros, de ser filtrado pelos processos de recepção e códigos de reconhecimento da população local, códigos esses culturalmente configurados e socialmente diferenciados.<sup>25</sup> Mas os efeitos de mudança nos horizontes cognitivos, padrões valorativos e estilos de conduta ocorreram efectivamente, traduzidos por uma quantidade de pequenos indícios observáveis na vida social local, desde os temas das conversas quotidianas e dos nomes dados aos recém-nascidos até a enunciados de aspirações e manifestações de estratégias de vida, emergentes de inspiração telenovelesca, passando por práticas sociais diversas, nomeadamente nos planos da afectividade e da sexualidade, das maneiras de vestir ou dos gostos musicais.

Outros produtos televisivos não menos influentes foram os *video clips*, sobretudo de música popular de massas anglo-saxónica, acompanhados de maneira intensa pelos jovens de Alfama. Também por esta via foram incorporando, com rapidez, novas referências e novos gostos quanto à música e à dança convival, quanto à estética corporal e à indumentária, quanto às relações afectivas e aos modos de sociabilidade.

Sintoma da sobreposição e entrelaçamento de dinâmicas culturais ali verificadas ao longo das últimas décadas, as colectividades passaram a contar nas suas actividades com representações em *play-back* envolvendo adolescentes do bairro, enquanto actores e espectadores, simulando actuações de grupos conhecidos da área musical referida. Noutros casos, grupos de jovens locais constituíram eles próprios bandas de música desse género, ensaiando nas colectividades e tocando nelas ou noutros locais, em geral na animação de bailes.

Estes exemplos, entre vários outros que se poderiam convocar, são suficientes para mostrar que a população de Alfama não se manteve isolada, ao abrigo de dinâmicas de mudança sociocultural que, nas últimas décadas, foram atravessando o mundo contemporâneo e, em particular, a sociedade portuguesa. Mas não é menos interessante verificar que essas mudanças não implicaram o desaparecimento ou a eliminação de certos traços característicos da configuração simbólica observável no bairro, inscritos nomeadamente nos estilos de vida e nas práticas culturais locais.

---

25 Como bem mostrou a pesquisa de José Manuel Leite Viegas, "Telenovelas: do modelo de produção à diversidade de reconhecimento", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 2, 1987.

Concretizando, de maneira ilustrativa, continuam a ser atributos dos padrões culturais prevalecentes no bairro uma adesão forte às marchas populares e à prática fadista amadora, um quotidiano organizado de forma intensa pelas relações de vizinhança e pela pertença às colectividades associativas, um decurso do tempo muito acentuadamente pautado por festividades cíclicas em que se combinam referências rituais antigas (santos populares, carnaval e outras) com novas calendarizações associativas (programação anual de actividades) e cívicas (25 de Abril, 1º de Maio, dias de causas várias).

Persistem também, nessa configuração cultural local, os padrões de conduta, os estilos de comportamento, os modos de interacção assumidos como emblemáticos do “popular alfacinha”, com as suas características — reivindicadas e praticadas — de desembaraço relacional e habilidade lúdica, de expediente quotidiano e verbo fácil, de prontidão para a crítica e a ironia, para a solidariedade e o convívio, para a disputa e a festa. Permanece, a juntar a tudo isto, por parte da maioria da população local, uma vincada identidade bairrista.

A identidade alfamista não é menos acentuada nos jovens. Também eles partilham representações identitárias duradouramente prevalecentes no bairro, com as características que têm vindo a ser analisadas ao longo deste trabalho, entre as quais sobressaem o protagonismo cultural específico e o enraizamento nas redes sociais locais, o carácter simultaneamente localista e popular, as dinâmicas ambivalentes de relação com o exterior, em termos de visibilidade e ocultação, de rivalidade bairrista e exemplaridade lisboeta.

Mas este reportório de traços identitários tende agora a redobrar-se de novas dimensões reflexivas, em que as referências à importância da identidade cultural aparecem como parte de uma nova agenda de tematizações e de um complexo de novos valores em desenvolvimento nas sociedades contemporâneas nas últimas décadas, com focalização, também, em aspectos como o património, o ambiente e a qualidade de vida.<sup>26</sup>

Vários outros aspectos poderiam ser usados como ilustração. É o caso do consumo e tráfico de droga, com crescimento rápido no bairro ao longo, sobretudo, da segunda metade dos anos 80 e princípios dos anos 90, incidindo muito em especial nalguns círculos juvenis, mas com impactos muito

---

26 A quantidade e a diversidade das análises sociológicas a este respeito é enorme, sobretudo desde a década de 70. O principal trabalho de referência é provavelmente o de Ronald Inglehart, com a suas investigações empíricas e a sua tese, muito discutida, de que os valores “materialistas” das gerações do pós-Segunda Guerra Mundial tenderiam a ser substituídos por valores “pós-materialistas” nas gerações dos anos 60 em diante. Uma publicação recente, na qual se retomam e actualizam trabalhos anteriores, é o livro de Ronald Inglehart, *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press, 1997. Da análise sociológica desenvolvida tendo por principal referente a sociedade portuguesa actual refira-se, nomeadamente, João Ferreira de Almeida, *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990 e Manuel Villaverde Cabral, *Cidadania Política e Equidade Social*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

significativos em toda a vida local, e tanto em certas relações com o exterior como nas relações sociais internas.

Levou, nomeadamente, a reorganizações de redes sociais, a modificações na geografia vivida dos espaços permitidos e interditos, a novas práticas defensivas no quotidiano, a alterações de modo de funcionamento de algumas colectividades. E conduziu também, principalmente já nos anos 90, à dinamização por instituições locais, como as juntas de freguesia, as escolas, algumas colectividades e outras associações, de actividades para jovens, com resultados não menosprezáveis de prevenção e contenção da toxicodependência.

É o caso, também, da amplitude adquirida por sensibilidades estéticas e práticas lúdicas juvenis de perfil cosmopolita e difusão mediática, desde as novas experiências sobre o corpo aos estilos de indumentária, desde os desportos radicais aos consumos musicais diversificados e internacionalizados, desde a frequência de megaconcertos à dos centros lisboetas de aglomeração nocturna juvenil sucessivamente na moda.

O panorama da oferta cultural alterou-se substancialmente em Lisboa no decurso dos anos 90, com significativa expansão, diversificação e actualização de géneros e possibilidades, e os jovens de Alfama, sem se desligarem das práticas sedimentadas da cultura local, não deixaram de a acompanhar, inserindo-se nas tendências gerais actualmente observáveis relativas às práticas de lazeres culturais.<sup>27</sup> Fazem-no, no entanto, tal como noutros meios sociais, segundo modalidades e intensidades diferenciadas, diferenciação essa associada às desigualdades de condições sociais de existência e às segmentações de estilos de vida, decorram estas últimas mais de constrangimentos sociais intrínsecos ou apresentem-se como de carácter mais reflexivamente opcional.

A diversificação e a opcionalidade dos estilos de vida tem vindo a ser defendida por alguns autores como um dos traços sociais contemporâneos mais característicos da modernidade avançada ou da pós-modernidade, correlativo de outros como a fragmentação de referências valorativas e simbólicas, a dessacralização da ciência e das obras culturais eruditas, a diluição de géneros, a hibridização de formas, a esteticização do quotidiano.

Diga-se, de passagem, que alguma da literatura a este respeito, sobretudo da que se inscreve em correntes pós-modernistas, assume, por irónico que pareça, muito mais um registo ensaístico, ao estilo generalista e grandiloquente de “grande narrativa” ou, mesmo, de “metanarrativa” sobre a transição para a pós-modernidade, do que de análise sociológica em sentido estrito, duplamente apoiada, esta, na confrontação cruzada entre teoria

---

27 Para a sistematização, caracterização e análise destas tendências, ver Idalina Conde, “Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995)”, *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 23, 1997.

substantiva e observação controlada, incidindo sobre objectos de investigação mais amplos ou mais circunscritos.

Trata-se de uma ironia, uma vez que as teorizações sociais pós-modernistas, tomando como um dos seus principais lemas distintivos, pelo menos desde Lyotard, o fim das metanarrativas organizadoras da configuração ideológica da modernidade, a nada se dedicaram mais entretanto, salvo excepções, do que a procurar reorientar o discurso das ciências sociais para, precisamente, o ensaísmo metanarrativo.<sup>28</sup>

Por isso, não se sabe bem a que processos sociais — observáveis ou potenciais, consolidados ou emergentes, socialmente generalizados ou restritos a certos círculos sociais — muitas dessas considerações se poderão aplicar, quando se referem ao desenraizamento estrutural, ao carácter opcional e à construção reflexiva dos novos estilos de vida.

Uma das consequências é a possibilidade de coexistirem, a este propósito, teses diametralmente opostas, enunciadas como se de verdades universais se tratassem, como a do suposto triunfo contemporâneo, no plano dos estilos de vida, do mais extremado individualismo narcisista, aniquilador dos laços sociais, e a de que, pelo contrário, os estilos de vida actuais traduziriam um declínio do individualismo e tenderiam fundamentalmente a constituir-se segundo contornos neotribalistas.<sup>29</sup>

Seja como for, por mais que pareçam apressadas e sociologicamente ingénuas as declarações sobre o fim dos constrangimentos sociais, não deixa de ser interessante analisar o fogo que possa estar na origem de tal fumo “metanarrativo”. Assim como importa aproveitar o potencial heurístico de teses que, apesar de enunciadas em termos abusivamente absolutizantes, se inspiram em facetas relevantes das dinâmicas sociais contemporâneas. Trata-se, pois, de as reconduzir aos seus domínios de pertinência, em geral bem mais parcelar e relativo do que pretende dar a crer a retórica com que são propostas, o que se pode fazer através de pesquisa sociológica conjugadamente teórico-interpretativa e analítico-observacional.

Considerando ainda os mais directos protagonistas de mudança nos estilos de vida, os jovens de Alfama continuam a participar nas marchas populares, porventura com entusiasmo redobrado, enquanto apoiantes e enquanto marchantes, continuam a apreciar o fado, a aprendê-lo muito cedo, a

---

28 O próprio texto de Jean-François Lyotard, *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva, s/d (1979), porventura aquele que se tornou mais emblemático desta corrente, é exemplar, logo desde o início, desse tom “grande narrativo”, em geral de registo bastante genérico e recheado de considerações “metanarrativas”, que proliferou na bibliografia pós-modernista, pelo menos na área dos estudos sociais.

29 O primeiro tipo de teses é bem ilustrado por Gilles Lipovetsky, *A Era do Vazio: Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*, Lisboa, Relógio de Água, s/d (1983); quanto ao segundo, veja-se Michel Maffesoli, *Le Temps des Tribus: Le Déclin de L'Individualisme dans les Sociétés de Masse*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1988.

ouvi-lo e a cantá-lo, continuam a frequentar as colectividades, a inserir-se profundamente nas redes sociais locais, a viver o essencial do seu quotidiano com os grupos de pares constituídos no bairro, continuam a conhecer por dentro os meandros do tecido social local, a decifrar os seus sinais, a praticar os gestos e a desenvolver as astúcias que ali se cultivam, continuam a assumir uma forte identidade alfamista.

Isto, por um lado. Mas, por outro, não é só isto o que se passa com os jovens de Alfama. No decurso dos anos 80 e 90, verificaram-se também entre eles, como se viu, significativas dinâmicas de mudança a nível dos estilos de vida. É dispensável repetir o que já atrás se descreveu, relativamente a vários aspectos ilustrativos: a adesão a todo um conjunto de novas modalidades de condutas e de preferências, de opções relacionais e estéticas — e isto nas práticas de lazer e de convívio, nos consumos instrumentais e expressivos, nas maneiras de vestir e na decoração do corpo, nas relações afectivas e nas filiações grupais, nos valores e nas causas, nos gostos e práticas culturais. Estas novas dimensões e modalidades de estilos de vida, com as suas dinâmicas tanto de uniformização como de diversificação, foram em boa parte veiculadas mediaticamente, embora os contextos escolares, desportivos, lúdicos, profissionais e associativos tenham tido também influência relevante e variada.

Coloca-se, assim, um conjunto de questões. Quanto ao primeiro aspecto acima referido, por que razão não se poderia falar da continuidade, em Alfama, de um certo estilo de vida? Em concreto, de um estilo de vida popular urbano, com traços bastante bem definidos e claramente identificáveis? E, quanto ao segundo, o que impediria a sua caracterização como a da difusão no bairro de novos estilos de vida? Ou, pelo menos, de dimensões significativas de novos estilos de vida, de carácter simultaneamente mais massificado e diversificado?

São várias as análises sociológicas a salientar que os projectos reflexivos de estilos de vida, diversificados e opcionais, têm vindo a ganhar presença crescente na vida social contemporânea.<sup>30</sup> Mas, em termos mais amplos, como se sabe desde Weber, todos os indivíduos e grupos têm estilos de vida, isto é, certos tipos de gosto, sistemas de preferências, modos de conduta, afinidades electivas, círculos de convívio, padrões de consumo.<sup>31</sup> E, como mais tarde Bourdieu mostrou, a distribuição social dos distintos estilos de vida, tendo a sua lógica própria de formação e relação recíproca, não é de modo nenhum alheia à distribuição estrutural das diferentes condições de existência.<sup>32</sup>

---

30 Por exemplo, Anthony Giddens, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1991), em especial pp. 75-82, ou David Chaney, *Lifestyles*, Londres, Open University, 1996.

31 Max Weber, "Classes, status e partidos" (1922), in Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas: Os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 737-752.

Não faz sentido, pois, reservar o conceito de estilo de vida apenas para escolhas deliberadas, eventualmente respeitantes a segmentos temporais limitados das trajectórias biográficas, com o carácter de projectos intencionais reflexivamente construídos ou seleccionados de entre um leque amplo e mutável de modalidades em permanente reconfiguração nas sociedades contemporâneas.

Já talvez seja útil, em termos de primeira tipificação, distinguir entre estilos de vida inculcados e estilos de vida escolhidos — acrescentando que hoje o espaço para opções reflexivas de estilos de vida parece tender a alargar-se. No entanto, a um nível de aprofundamento analítico um pouco maior, torna-se indispensável ter em conta que as escolhas se fazem sempre dentro de leques de possibilidades socialmente viáveis e que na prática social não há uma fronteira simples entre o condicionado e o opcional, mas uma relação mais ou menos complexa entre ambos.

Os estilos de vida são sempre uma relação activa dos indivíduos com as condições sociais e culturais em que se inserem. Neste sentido, estilos de vida é um conceito da mesma ordem do de modos de vida.<sup>33</sup> Pode dizer-se, no entanto, que na utilização do primeiro se dá em geral mais ênfase às dimensões materiais e no segundo às dimensões simbólicas da existência social, que com o primeiro se centra mais a atenção nas formas de angariação de recursos e com o segundo nas maneiras de os gastar.

Mas, claro está, também estas dicotomias são bastante grosseiras, atendendo a que, na prática social, não há relação com elementos materiais que não seja mediada simbolicamente nem processo simbólico sem suporte material, e uma vez que toda a actividade profissional (ou paraprofissional) requer consumo de recursos e energias, a par de utilização de saberes e competências, e que todo o consumo é uma prática activa, nomeadamente de produção simbólica, manifestada nos estilos de vida.

Apesar da composição social predominantemente popular de Alfama, as diferenças de classe analisadas no capítulo 4 e os processos de recomposição social referidos pouco atrás não deixam de ter tradução efectiva em termos de diversidade dos estilos de vida — embora de maneira não linear, atendendo, nomeadamente, aos efeitos de halo a que o quadro de interacção local dá origem.<sup>34</sup>

Além disso, foi também possível identificar, em termos ideal-típicos, nos meios sociais populares maioritários no bairro, dois modos de vida neles prevaletentes, um mais estabilizado e regular, outro mais instável e boémio — com os denominadores comuns, os entrelaçamentos de trajectórias e as ambivalências identitárias que se manifestam em Alfama a tal respeito.<sup>35</sup>

---

32 Pierre Bourdieu, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979; Pierre Bourdieu, "Espaço social e espaço simbólico", in *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1994), pp. 1-14.

33 Relembrem-se as considerações a este propósito desenvolvidas no capítulo 4.

34 Conforme se verificou, em particular, no capítulo 5.

Não será por completo descabido associá-los a certas variantes encontradas em algumas das dimensões constitutivas dos estilos de vida. No entanto, a distinção referida, para além da nebulosidade e precariedade de fronteiras, tem mais a ver com os modos de angariação de recursos de indivíduos e famílias do que com os padrões simbólicos de conduta e as práticas culturais. Ou melhor, deste último ponto de vista, as eventuais diferenças são sobretudo de grau de envolvimento em práticas assumidas como representativas da cultura local, e não tanto de estilo diferenciado.

Acresce ainda, ao conjunto dos vectores potenciais de diversificação e mutação dos estilos de vida em Alfama, a intersecção dessa cultura local — isto é, dos padrões de conduta e práticas culturais que se produzem no bairro de maneira continuada e basicamente endógena — por dinâmicas de outra natureza, de origem sobretudo exógena, veiculadas por contextos de socialização como os escolares e, muito em especial, pelo que se pode designar por cultura mediática. É o que se tem vindo a examinar, num conjunto de manifestações.

Mas, também neste plano, o que se passa nos meios populares de Alfama, é mais, como se viu, uma diversificação de combinatórias entre dimensões heterogéneas dos padrões de conduta (ou, se se quiser, entre componentes variadas dos estilos de vida) — em regime de coexistência paralela, de sobreposição sincrética ou de articulação integradora — do que uma segmentação vincada de estilos de vida agregadamente demarcados.

Redescobrem-se aqui, no plano sócio-simbólico dos processos de permanência e mudança que têm vindo a atravessar Alfama, o pluralismo e a diversidade, os sincretismos, coexistências e sobreposições de formas e dinâmicas culturais que a análise sociológica tem vindo a encontrar, não só em meios populares urbanos, como o do bairro, mas também noutros contextos específicos, dos meios rurais às minorias étnicas, ou, numa escala mais ampla, na sociedade portuguesa como um todo.<sup>36</sup>

O mesmo se pode dizer, aliás, numa perspectiva ainda mais geral, acerca das configurações socioculturais contemporâneas.<sup>37</sup> É o que apontam, cada uma à sua maneira, diversas teorizações.

---

35 Ver capítulo 4.

36 Veja-se, por exemplo, respectivamente, Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, op. cit.; António Contador, "Consciência de geração e etnicidade: da 2.<sup>a</sup> geração aos novos luso-africanos", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 6, 1998; Idalina Conde, "Contextos, culturas, identidades", in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.

37 Bastará referir a este respeito, de entre uma vastíssima bibliografia, colectâneas representativas como a de Mike Featherstone (org.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, Londres, Sage Publications, 1990, a de Mike Featherstone, Scott Lash e Roland Robertson (orgs.), *Global Modernities*, Londres, Sage Publications, 1995, ou a de Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Cultura e Economia*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.

Entre muitas outras, susceptíveis de serem aqui convocadas, refira-se a de Hannerz, acerca das sobreposições e intersecções actuais entre culturas territorialmente sediadas e culturas apoiadas em redes translocais, e dos modos de relação complexos com umas e outras que tendem a ter os agentes sociais na actualidade caracterizáveis como “locais” e “cosmopolitas”.<sup>38</sup>

Registem-se, também, as propostas conceptuais de Appadurai, relativamente à tensão verificada hoje em dia entre homogeneização cultural e heterogeneização cultural, presente muito em especial nas disjunções entre algumas das principais vertentes — paisagens etno-sociais, mediáticas, tecnológicas, financeiras e ideológicas — em que o autor propõe desdobrar a análise dos fluxos culturais globais contemporâneos.<sup>39</sup>

Ou salientem-se, ainda, as análises críticas de Pieterse sobre a globalização enquanto processo não só, ou nem tanto, de uniformização, mas, em grande medida, nomeadamente no plano cultural, enquanto conjunto de processos de hibridização.<sup>40</sup> Processos estes que se referem quer aos cruzamentos e mestiçagens entre “culturas”, entendidas como atributos de grupos sociais territorializados (cultura 1), quer à ênfase contemporânea nos sincrismos e sínteses a nível da “cultura” concebida, de maneira mais generalizada, em termos da dimensão simbólica transversalmente constitutiva das relações sociais, como uma espécie de *software* social geral (cultura 2). Sublinha ainda o autor que tais processos de hibridização, para além de se manifestarem em modalidades de tipo muito diverso, ocorrem também, muitas vezes, em relação assimétrica de poderes.

Em Alfama foi possível observar, no decurso dos últimos quinze a vinte anos, processos de mudança cultural como os referidos por estas abordagens. Mas o que é relativamente específico, por comparação com muitas outras situações sociais contemporâneas, é que, a par dos vectores culturais partilhados com a sociedade envolvente, os membros da população local possuem algo bastante menos frequente: o domínio exímio de modos de produção e apreciação de formas culturais muito próprias, nitidamente configuradas e de elevada densidade simbólica, constituindo formas notáveis de cultura popular urbana. Competência cultural particular essa que é, além disso, redobrada de um sentido e um sentimento agudos de uma identidade singular, reportada de maneira específica ao bairro, às características sociais da sua população e às referidas formas culturais nele prevaletentes. Tal capacidade e tal identidade são atributos culturais que os alfamistas comungam entre eles,

---

38 Ulf Hannerz, “Cosmopolitans and locals in world culture”, in Mike Featherstone (org.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, op. cit., pp. 237-251.

39 Arjun Appadurai, “Disjuncture and difference in the global cultural economy”, in Mike Featherstone (org.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, op. cit., pp. 295-310.

40 Jan Nederveen Pieterse, “Globalization as hybridization”, in Mike Featherstone, Scott Lash e Roland Robertson (orgs.), *Global Modernities*, op. cit., pp. 45-68.

com os quais se distinguem de terceiros e que aos olhos destes outros efectivamente os diferenciam.

Tanto a coexistência de universos de sentido e domínios de práticas culturais diferenciados, por onde os habitantes do bairro, em particular os jovens, circulam física e simbolicamente, como a contaminação recíproca entre formas culturais e estilos de conduta com origens diversas, a que os alfamistas se reportam e se entregam, tudo isto faz parte das dinâmicas que vão moldando a configuração cultural do bairro. O que o torna singular, antes de mais, e o diferencia de muitos outros quadros de existência social contemporâneos, é a *autoprodução*, atravessada pelos processos de hibridação e contaminação referidos, *de formas culturais próprias*, as quais constituem, por sua vez, vector decisivo das modalidades de identidade cultural que a população de Alfama continuamente gera, vivencia e exhibe.

Resumindo o que se tem vindo a analisar neste ponto, pode dizer-se, embora de maneira simplificada, que as mudanças a nível cultural observadas no bairro nas últimas décadas se deram, no essencial, sob o efeito centrífugo da cultura mediática e o efeito centrípeta da cultura local.<sup>41</sup> Mas a síntese só é pertinente na condição de, ao adoptá-la, se tomarem em conta todas as articulações, hibridações e coexistências assinaladas, todos os entrecruzamentos de dinâmicas referidos. Apesar da vincada identidade de bairro, Alfama não se pode considerar, de maneira nenhuma, um “enclave cultural”, em estado de isolamento ou imobilismo.<sup>42</sup>

### Formas culturais e mudança social

Depois deste percurso, é possível retomar-se, agora com apoio mais sólido nos elementos substantivos de referência entretanto analisados, uma questão colocada no início do capítulo. A questão poderia ser enunciada, em termos ilustrativos, da maneira que se segue.

Quem assistisse, em finais dos anos 90, a uma sessão de fado numa colectividade de Alfama ou às marchas que os seus habitantes produzem e acompanham, às festas dos santos populares no bairro ou ao estilo relacional da população local, dificilmente encontraria grandes diferenças relativamente ao que teria podido observar dez, quinze ou vinte anos antes.

---

41 Na perspectiva da sociologia da cultura, veja-se, sobre o conceito de cultura mediática e sobre as respectivas diferenças e articulações com outros domínios culturais, Diana Crane, *The Production of Culture: Media and the Urban Arts*, Newbury Park (Cal.), Sage Publications, 1992. Na perspectiva da sociologia da comunicação, veja-se, por exemplo, Nick Stevenson, *Understanding Media Cultures: Social Theory and Mass Communication*, Londres, Sage Publications, 1995.

42 Sobre o conceito de enclave cultural, e a sua crítica, veja-se Wendy Griswold, *Cultures and Societies in a Changing World*, Thousand Oaks, Pine Forge Press, 1994, pp. 147-152.

Permanecem igualmente bem visíveis, por vezes mesmo exuberantes ou ostensivas, as múltiplas manifestações da forte identidade cultural alfamista que a população local assume.

E, no entanto, ao longo desse período, Alfama passou por processos de mudança social muito significativos. Relembrem-se as transformações profundas na actividade portuária e alfandegária e, em geral, em sectores económicos com importância central no bairro, as dinâmicas endógenas e exógenas de recomposição social da população, nomeadamente quanto às origens geográficas dos moradores, aos respectivos níveis de escolaridade ou à translação das categorias socioprofissionais predominantes entre eles, o processo de reabilitação urbana e os seus impactos múltiplos, a difusão no bairro de referências, estilos e práticas provenientes do que se chamou cultura mediática.

O carácter prolongado da pesquisa que serviu de base a este trabalho, possibilitando a repetição de observações em contextos e situações equivalentes, permitiu observar ambas as dinâmicas. Estar-se-á perante um paradoxo? Pode considerar-se uma incongruência esta aparente sobreposição entre mudança social e permanência cultural?

A formulação anterior poderá ser sugestiva e, na verdade, não deixa de remeter para aspectos interessantes das dinâmicas localmente observáveis. Mas pode também induzir equívocos factuais e simplismos interpretativos. Com efeito, após o que se tem vindo a descrever e analisar, tanto neste capítulo como nos anteriores, não custará concluir que os processos em causa não se podem caracterizar de maneira suficiente e adequada nos termos referidos.

Ficou claro que, no plano das estruturas e relações sociais, se verificaram, no período em estudo, não só tendências prolongadas de mudança e, por vezes, inflexões abruptas, mas também importantes vectores de continuidade. E que, em sentido inverso, no plano simbólico genericamente considerado, e mesmo nas formas culturais mais enraizadas no bairro, se observaram entretanto não apenas aspectos de permanência mas igualmente elementos de mudança de modo nenhum menosprezáveis. Boa parte das análises precedentes, neste capítulo e nos que o antecedem, preocupou-se, precisamente, em dar conta, com o pormenor possível e relevante para cada tema examinado, das interligações entre permanências e mudanças.

O caso em estudo não é, pois, favorável, ele próprio, a uma eventual adopção de posturas analíticas de carácter unilateral ou reducionista a este respeito. As quais, aliás, só se poderiam actualmente defender sob o efeito de alguma ingenuidade teórica. Efectivamente, não obstante recaídas pontuais por parte de alguns autores, sabe-se hoje bem na sociologia que permanência e mudança são dimensões sempre presentes em qualquer processo social. Assim como se sabe, embora de maneira talvez menos alargadamente adquirida, apesar da longa e respeitável genealogia da ideia nas ciências sociais, que tais dinâmicas de permanência e mudança não se manifestam da mesma maneira e de forma sincronizada em todos os aspectos da vida social. Pelo

contrário, o mais comum é a sobreposição e o entrecruzamento de dinâmicas de tipos diversos, com diferentes ritmos e intensidades.

O domínio cultural é porventura aquele em que esta última concepção tem tido mais dificuldade em fazer caminho, apesar da solidez dos respectivos fundamentos teóricos e a despeito da multiplicação das evidências empíricas. Um conjunto de obstáculos tem dificultado o reconhecimento de que, na esfera cultural, se desenrolam *tempos cruzados*.<sup>43</sup> Um dos mais fortes desses obstáculos tem sido, com toda a probabilidade, a difusão persistente nas ciências sociais do *mito da integração cultural*, nas suas diversas modalidades.<sup>44</sup> Mito esse que transporta consigo a presunção, explícita ou implícita, de que as configurações culturais são fabricadas de uma só peça, inerentemente consistentes e integradas, o que, entre outros equívocos conceptuais, induz a ideia de que as mudanças, quando ocorrem, as abrangem por inteiro, a todos os níveis e em todos os segmentos, do mesmo modo e à mesma velocidade.

As análises sob influência deste preconceito tendem, ou a ignorar arbitrariamente aspectos culturais relevantes ou, quando os desfasamentos de dinâmicas culturais se tornam empiricamente incontornáveis, a passar do registo analítico ao registo normativo, considerando por princípio que certos elementos das configurações culturais encontradas “não deveriam estar lá”. São então, por exemplo, condenados como “atrasos ultrapassados” ou “inovações indesejáveis” ou, noutras versões, acarinhados, em termos folclorizantes, enquanto “resíduos”, “sobrevivências” ou “memórias” de outros tempos, a preservar fora das dinâmicas culturais correntes.

Nesta investigação em Alfama procurou-se, pelo contrário, evidenciar a coexistência, sobreposição e entrecruzamento de dinâmicas sociais e culturais, dinâmicas que ali se apresentam com diferentes modalidades e amplitudes, com ritmos diversos e intensidades variadas. Tudo isto foi já suficientemente analisado. Vale a pena, em todo o caso, voltar ainda a prestar alguma atenção a um aspecto que se revelou central na pesquisa.

Tem ele a ver com o facto de, por comparação com outras dimensões da realidade social localmente observável, certas formas culturais, como o fado amador e as marchas populares, como os estilos relacionais alfamistas ou como as próprias manifestações de identidade cultural prevaletentes entre a população do bairro, parecerem possuidoras de particular durabilidade. De facto, elas continuam a emergir quotidianamente do tecido social local, a impregná-lo em profundidade e extensão, a ser produzidas pela população residente e a configurar-lhe, em parte significativa, as maneiras de pensar e de

---

43 Para usar a expressão de Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, op. cit.

44 Analisado e criticado por Margaret S. Archer, *Culture and Agency: The Place of Culture in Social Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, em especial pp. 1-21.

agir, apesar das acentuadas transformações por que o bairro tem vindo a passar, nalguns aspectos com grande rapidez e impacto assinalável.

A pesquisa realizada permitiu dar conta da importância que tem, na configuração cultural de Alfama, a interligação entre três elementos: formas notáveis de cultura popular urbana, estilo muito particular de conduta relacional e vincada identidade cultural alfamista. Mostrou também que esses elementos culturais, longe de permanecerem estáticos, são investidos e atravessados por processos de permanente reconstituição, incorporando nomeadamente influências diversas de referências simbólicas de outros géneros e provenientes de outras origens.

Sublinhe-se que se trata, de facto, de uma incorporação e não, em geral, de uma mera substituição por outras formas e referências culturais (que também aparecem, mas em coexistência paralela e sobreposta), muito menos de um aniquilamento. Mais ainda, tal incorporação tem vindo a ocorrer, no essencial, sob a égide dos moldes formais básicos que caracterizam os elementos culturais nucleares da cultura local, segundo a lógica própria das formas simbólicas que a configuram e são objecto de produção continuada pela população do bairro.

Refira-se, de passagem, que muitas vezes a percepção declarada das pessoas do bairro é ambígua a este respeito. É frequente ouvir-se dizer, em Alfama, que agora já não se tem a mesma qualidade na prática fadista, ou mesmo que ela está em extinção, que já não há a mesma participação nas marchas ou que as festas já não são tão animadas como dantes. Mas, por outro lado, a pesquisa de terreno permite verificar que essas formas culturais estão bem presentes no universo de referências dos habitantes do bairro e, mais do que isso, a respectiva prática continua alargada, quotidiana, impregnante dos padrões de conduta que ali se podem observar.

Além disso, a declaração de que “dantes é que havia” ou que “dantes é que era”, a respeito de fado, marchas e festas, ou de alguns dos seus aspectos mais marcantes, é ela própria uma prática continuada, com a particularidade de o “dantes” de referência tender a deslizar no tempo.

No início dos anos 80, quando a pesquisa principiou, foi logo das opiniões expressas que primeiro se conseguiram recolher. As práticas e formas culturais em causa, porém, encontravam-se facilmente no bairro, com as características e a vitalidade que se têm vindo a descrever e analisar. Nos finais dos anos 90, quem visite Alfama e converse com os seus habitantes, é de toda a probabilidade que, porventura em momentos não muito afastados no tempo e situações não muito distantes no espaço, consiga ouvir e observar as duas coisas: o desenvolvimento de práticas como as referidas e declarações sobre que dantes era melhor e mais intenso, ou que dantes é que tais práticas se verificavam.

Nestas conversas, o “dantes” tende a ser bastante vago. Mas, insistindo, toma em geral por referência o horizonte temporal de uma geração, isto é, cerca de duas décadas atrás. Ou seja, reporta-se a um intervalo de tempo para

o qual a observação sistemática e continuada possibilita constatar uma alteração bem menos significativa das formas e práticas culturais em causa do que aquelas declarações poderiam fazer crer.

Sem aprofundar muito mais aqui esta anotação lateral, pode no entanto avançar-se como hipótese a de que tal desfasamento esteja ligado pelo menos a três aspectos. Em primeiro lugar, relevará de um efeito bastante generalizado, o da tendência para a reconstrução das memórias pessoais em termos de maior valorização dos componentes lúdicos e afectivos da juventude face às fases seguintes dos ciclos de vida. Como muitos outros, afinal, os habitantes de Alfama tendem a relembrar o panorama sociocultural do bairro à luz de uma maior pujança de participação própria nessa altura. Em interligação com os contextos sociais e os percursos biográficos, os sentimentos reorganizam as memórias e as avaliações, o que é um processo humano de ordem geral.<sup>45</sup>

Em segundo lugar, noutra plano de considerações, a vida cultural do bairro decorre, na rede relacional densa que aí se constitui, de forma muito especial. Isto é, de um ponto de vista estrutural, atravessa-o transversalmente; mas, no concreto do quotidiano, não se materializa nele de maneira homogénea e constante. Por exemplo, numas alturas são certas colectividades, tabernas ou restaurantes em que se assiste a maior actividade na prática fadista, noutras ocasiões esta esmorece aí e reemerge em novas localizações, eventualmente com outros protagonistas.

O mesmo acontece com a organização de retiros pelos santos populares, com locais de realização de bailes, com sociabilidades festivas de vizinhança, entre outros exemplos possíveis. Há pessoas do bairro que circulam entre esses diversos microcontextos. Mas outras nem por isso. Mesmo que oiçam falar, ou por lá passem esporadicamente, podem muito bem não reatar ligações tão íntimas e experiências pessoais vividas de forma tão intensa como noutras fases da vida. Às vezes estas flutuações internas ao tecido social local são relativamente rápidas. Deste modo, é possível formar-se a ideia em muitas pessoas, sobretudo mais velhas, de que as práticas referidas perderam vigor e interesse, ou mesmo de que desapareceram.

Em terceiro lugar, tais declarações podem decorrer, sobretudo, de tácticas interaccionais, e isto tanto entre moradores, por exemplo quando esteja em causa uma disputa de méritos entre sítios ou entre gerações, como com interlocutores de fora, nomeadamente se estiver envolvida uma preocupação de contrariar supostas imagens negativas do bairro, conotadas com algumas daquelas práticas. Relembre-se o tema da “má fama” e as estratégias de ocultação, objectos de análise em capítulos anteriores.

---

45 António R. Damásio, *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994.

Fechado o parêntese e regressando ao fio condutor principal do argumento, relativo à continuidade de certas peças-chave da configuração cultural do bairro, importa acrescentar que, além da endogeneização de elementos formais de outras origens, num *sincretismo de incorporação* nas formas simbólicas da cultura local — paralelo ao *sincretismo de coexistência* com outros modos de cultura, nomeadamente mediática —, as formas simbólicas em questão vão sendo elas próprias, com os processos de mudança social, investidas de novos significados.

Seria excessivo retomar aqui com pormenor análises já desenvolvidas atrás, em especial no capítulo 3, acerca das relações entre formas simbólicas e significados culturais. Convém contudo salientar ter-se verificado que, no bairro, certas formas simbólicas têm vindo, de maneira duradoura e decisiva para a identidade cultural de Alfama, a ser tomadas localmente como suporte significante e veículo de expressão de significados diferentes e mutáveis.

Essas formas simbólicas, pelo seu lado, remetem para traços estruturantes da sociedade de bairro alfamista — do seu tecido social e da sua configuração cultural. Sociedade de bairro que, se bem que em transformação, não deixou de estar alicerçada num quadro de interacção denso e labiríntico, de ser predominantemente constituída por segmentos sociais de perfil popular, de produzir formas culturais e padrões de conduta com grande especificidade e elevada expressividade, de se redobrar reflexivamente de manifestações de identidade cultural.

Nada mais inadequado, pois, do que interpretar a persistência destas formas culturais — continuidade dinâmica, como se viu, e não cristalização inerte — como se correspondesse à existência de algum gueto social, sem potenciais internos de mudança e mantido à margem dos processos que atravessam a sociedade envolvente, ou, noutra versão, como se se tratasse da persistência de formas ocas, fossilizadas, já irremediavelmente desfasadas do tecido social em que, de maneira anacrónica, teriam sobrevivido.<sup>46</sup> Nem uma nem outra destas suposições adere ao que se pôde observar no bairro.

Em contrapartida, os processos ali encontrados corroboram um conjunto de enunciados teóricos que, a respeito do problema em causa, têm vindo a ser propostos no âmbito das ciências sociais.

Para ficar apenas por alguns exemplos, refira-se o sublinhado de Abner Cohen, apoiado na análise de um leque diversificado de casos, de que a ambiguidade e flexibilidade constitutivas dos símbolos estão na base do tempo de vida longo de certas formas simbólicas fundamentais, as quais, em sistemas socioculturais sujeitos a processos de mudança, tendem, no

---

46 “Formas ocas” é uma expressão a que aqui se faz apelo por analogia com o conceito de “ideologias ocas”, utilizado de maneira extremamente interessante, e polémica, por António José Saraiva em “Os Lusíadas, o Quixote e o problema da ideologia oca” (1961), in *Para a História da Cultura em Portugal*, vol. II, parte I, Lisboa, Gradiva, 1996, pp. 130-147.

conjunto, a persistir mais que outros dos componentes básicos desses sistemas, nomeadamente que as relações de poder.<sup>47</sup>

Ou registem-se os desenvolvimentos de Anthony Cohen, também eles suportados em extensa análise comparativa, acerca de como certas formas simbólicas, dada a sua relação frouxa com os significados que lhe são imputados pelos grupos sociais, proporcionam a reconfiguração de influências alheias nos termos dos padrões culturais por estes elaborados, revelando-se por vezes, em circunstâncias de acentuada mudança social, como instrumentos simbólicos de grande eficácia na persistência de identidades colectivas.<sup>48</sup>

Ou ainda, num registo algo diverso, recordem-se as considerações de Anthony Leeds sobre a flexibilidade caleidoscópica de tecidos sociais locais com relações densas e múltiplas, e sobre a sua capacidade, não só de se constituírem como sedes de poder específicas nas suas articulações com instituições supralocais, como de propiciarem a laços sociais e formas culturais que as integram características de durabilidade muitas vezes bastante superior à de formações sociais envolventes.<sup>49</sup>

Estes e outros desenvolvimentos analíticos, com eles convergentes, parecem bem mais ajustáveis ao que se tem vindo a passar em Alfama do que hipóteses explicativas sem consistência teórica nem suporte empírico, mas em todo o caso com alguma difusão, como a do isolamento social imobilista ou a das sobrevivências culturais anacrónicas.

### Dinâmicas identitárias num bairro em transformação

Toda a questão pode pois ser reformulada, na perspectiva que aqui se privilegia, como a da persistência de uma forte identidade cultural num bairro atravessado por significativos processos de mudança.

A pesquisa de terreno prolongada permitiu acompanhar, no bairro, processos de tipos e ritmos variados. Entre os principais contam-se, nomeadamente, transformações muito significativas, em certos casos bastante abruptas, como a reconversão do trabalho portuário, ou oscilações de dinâmicas económicas, como o progressivo aumento dos escritórios de despachantes e a crise que rapidamente lhe sucedeu, trazendo consigo a terciarização da faixa ribeirinha do bairro, primeiro, e ameaças de desvitalização económica, depois.

---

47 Abner Cohen, *O Homem Bidimensional: A Antropologia do Poder e do Simbolismo em Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1974).

48 Anthony P. Cohen, *The Symbolic Construction of Community*, Milton Keynes, The Open University, 1989 (1985).

49 Anthony Leeds, "Locality power in relation to supralocal power institutions", in Aidan Southall (org.), *Urban Anthropology: Cross-Cultural Studies of Urbanization*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1973.

Entre tais processos contam-se, do mesmo modo, tendências sustentadas de recomposição social endógena da população residente, sobretudo intergeracional, e, também, tendências de recomposição exógena, por chegada de residentes com outro perfil social, embora de menor incidência até agora, e de futuro impreciso. Incluem-se neles, em simultâneo, o desencadeamento de um processo de reabilitação urbana à escala do bairro, envolvendo importantes mobilizações sociais e intervenções institucionais, e gerando impactos ambivalentes. E, igualmente, sucessivas fases de relacionamento da população local com novas formas de cultura mediática, bem como a correlativa difusão, sobretudo entre os jovens, de estilos e práticas com o duplo cunho contemporâneo de massificação e opcionalidade.

Mas, ao mesmo tempo, a pesquisa no terreno permitiu ir verificando, durante o período de quase duas décadas em que foi realizada, que não se observavam alterações substanciais nas manifestações de identidade cultural alfamista por parte da população local.

Ou, dito de outro modo, a identidade cultural localmente partilhada manteve um conjunto de atributos fundamentais, quer na amplitude que tem no bairro e na intensidade com que ali é experimentada, quer nos conteúdos afectivos e cognitivos, disposicionais e relacionais nela investidos, quer ainda nas formas simbólicas e nas práticas sociais em que se exprime.

Alguns factores ajudam a perceber porquê. No decurso deste intervalo de tempo o bairro manteve a sua morfologia espacial de quadro urbano labiríntico e a configuração densa e múltipla das redes sociais que ali se estabelecem. Manteve também um perfil social predominantemente popular, é certo que com gradual e continuada recomposição de atributos sociais substantivos caracterizadores dos residentes, mas com uma muito menos nítida alteração da posição relativa ocupada pela maioria da população que ali vive no espaço social entendido como todo estruturado.

No bairro permaneceu, do mesmo modo, um conjunto de padrões de conduta específicos e de formas culturais singulares produzidas no local, intimamente integrantes da vida social do bairro. Assim como continuou a verificar-se um feixe de dinâmicas de relação entre o bairro e o exterior marcadas de maneira ambivalente pela rivalidade interlocal e pela inclusão lisboeta, pela demarcação bairrista e pelo acolhimento fácil dos forasteiros, pela ostentação de particularismos alfamistas e pela inserção alargada e fluida em redes sociais translocais. Perdurou, também, e porventura acentuou-se, uma grande visibilidade externa do bairro, enquanto espaço urbano considerado muito especial, quanto ao valor patrimonial e à imagem emblemática, visibilidade essa reconhecida, apreciada e utilizada pela população local.

Num estudo como este não estão em análise as origens da identidade cultural do bairro mas algumas das dinâmicas sociais a ela associadas no período em causa, dinâmicas que a constituem e a suportam, que a preservam e a modificam, que a alimentam e que ela induz. As formas de identidade

cultural resultam sobretudo de *processos sociais sem início*, ou sem início absoluto, para usar as expressões e a conceptualização de Norbert Elias.<sup>50</sup>

É deste tipo de processos, aliás, que emerge a maioria das configurações sociais mais relevantes — das linguagens naturais e dos padrões de conduta até a grande parte das cidades e das formações institucionais, passando por variados tipos de festividades, desportos e rituais, entre muitos outros exemplos. São processos sociais em geral longos, lentos e não planeados ou, pelo menos, com importantes componentes não previstas e resultantes decisivas não intencionais, envolvendo uma pluralidade de agentes e o encadeamento de múltiplas acções — processos nos quais, quando as configurações emergentes se tornam nitidamente discerníveis (e, do mesmo modo, quando se constata o desaparecimento efectivo de configurações declinantes), ficou em geral para trás um período mais ou menos alongado, relativamente ao qual se pode supor que estivesse já presente algo que prenunciava essas configurações, se bem que nele não se consiga ainda identificá-las com nitidez enquanto tais.

A identidade cultural de Alfama remete também, antes de mais, para processos sociais com este carácter, sendo difícil poder estabelecer acerca dela início ou fim absolutos. Tal não impede que se tenha assistido, no intervalo de tempo em que se realizou a pesquisa de terreno, a algumas mudanças relativamente aos significados nela investidos pela população local. Observaram-se, em particular, dinâmicas de dois tipos diferenciados, remetendo ambos, no entanto, para um redobramento reflexivo das relações identitárias que a população residente tende a estabelecer com o bairro.

Uma dessas dinâmicas está associada à difusão gradual atrás referida, sobretudo entre segmentos mais jovens e escolarizados, de novas agendas temáticas e novos valores, incluindo, designadamente, a valorização intensificada de tudo o que diz respeito ao património histórico e cultural. Nesses sectores da população local, os modos anteriores de relação identitária com o bairro têm vindo a ser pouco a pouco redobrados — em certos casos, reactivados — por uma nova modalidade de relação, na qual a identidade cultural é constituída, ela própria, em objecto explícito de interesse e valorização. Trata-se, pois, do processo de incorporação tendencial de uma relação identitária de segundo grau, ou do que se poderia chamar uma *dimensão reflexiva objectivante* da identidade cultural local.

A outra dinâmica, tendo embora ligações com a anterior, assume características de género diferente. Teve a ver com o desencadeamento súbito,

---

50 O conceito é desenvolvido e aplicado em toda a obra do autor. Para algumas referências específicas e explícitas, ver por exemplo, Norbert Elias, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987 (1969), pp. 200-213, ou *The Symbol Theory* Londres, Sage Publications, 1991, pp. 20-22, ou ainda “Introdução”, in Norbert Elias e Eric Dunning, *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992 (1985), pp. 39-99.

numa conjuntura específica, de uma mobilização da população local apelando à reabilitação urbana do bairro, processo no qual a identidade cultural de Alfama foi fortemente sublinhada e utilizada de maneira estratégica para dar legitimidade externa à reivindicação e consistência interna ao movimento.

Nesse sentido, apela para outras propostas de conceptualização, nomeadamente a de Marshall Sahlins sobre os episódios de mudança cultural que ocorrem em situações singulares de intersecção de determinadas *estruturas culturais* por certos *acontecimentos contingentes*.<sup>51</sup> Esses acontecimentos marcantes podem ter origem externa, ou componentes relevantes de desencadeamento exógeno, mas na análise da mudança cultural importa averiguar o significado que ganham ao ser reinterpretados localmente nos termos dos padrões de cultura aí vigentes.

No caso concreto, poder-se-á falar, também aqui, do redobramento das anteriores por uma relação identitária de segundo grau, mas desta vez de carácter estratégico, ou de uma *dimensão reflexiva instrumental* da identidade cultural local. Ela prolonga-se, aliás, nas repercussões posteriores que o próprio processo de reabilitação urbana teve nos conteúdos da relação identitária da população com o bairro.

No conjunto, para além da identidade cultural como “efeito”, pode-se pois analisá-la como “causa”; ou, dizendo de outra maneira, não só enquanto *consequência emergente*, resultante de um conjunto de condições e dinâmicas socialmente configuradas mas, também, enquanto *factor causal*, isto é, como componente de estratégias e como vector de desencadeamento e dinamização de processos sociais.

Nesta dupla perspectiva, o capítulo seguinte ocupa-se, precisamente, de uma análise mais pormenorizada das relações entre identidade cultural e processo de reabilitação urbana.

---

51 Marshall Sahlins, *Ilhas de História*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990 (1985), nomeadamente pp. 7-21 e 140-171.

## Reabilitação urbana: identidade cultural e acção colectiva

Um dos aspectos em que se revelou mais importante a realização de uma pesquisa com presença prolongada e recorrente no terreno, em contacto directo com as pessoas e as situações, foi o da possibilidade de acompanhar o surgimento e o desenrolar de um processo em que a *identidade cultural* de Alfama teve uma dupla presença extremamente significativa, enquanto *vector causal* e enquanto *efeito emergente*. O processo, como se disse atrás, foi o de reabilitação urbana.

Formulada de maneira tão sintética, a questão necessita de algumas qualificações preliminares.

Antes de mais, convém sublinhar que nem a identidade cultural foi o único factor presente no desencadeamento e no desenrolar do processo de reabilitação urbana, nem os efeitos deste processo se limitaram ao domínio identitário. Outros factores e outros aspectos figuram na análise que se segue. Em todo o caso, a dimensão identitária revelou-se crucial no processo, e é nessa óptica que ele é aqui privilegiadamente analisado. Isto, no plano substantivo.

No plano metodológico, não será de somenos assinalar que, quando o processo social e a posterior intervenção institucional relativos à reabilitação urbana do bairro começaram, já esta pesquisa se desenvolvia há alguns anos, com o investigador no terreno, em interacção próxima e directa com as pessoas e os contextos, os episódios ocorridos e os problemas sentidos no local. Inclusivamente, já tinham sido publicados alguns trabalhos acerca do bairro, resultantes dessa primeira fase da pesquisa.

Hoje em dia, as investigações sociológicas (e de outras ciências sociais) têm grande probabilidade de vir a ser conhecidas pelas pessoas pertencentes ou relacionadas com os meios sociais tomados de algum modo por objecto de análise, ou pelo menos por algumas delas, mesmo quando se trata de grupos, contextos ou processos bastante circunscritos. Tal facto coloca a uma nova luz as relações entre investigadores e objectos de investigação, tanto no plano

cognitivo como no plano deontológico.<sup>1</sup> É esta também uma das dimensões da dupla hermenêutica de que fala Giddens, inerente à reflexividade social constitutiva das sociedades actuais.<sup>2</sup>

Uma das consequências é que, em grau variável e segundo modalidades diversas, a presença e a acção do próprio investigador nesses contextos passam a estar incontornavelmente incluídas, em termos substantivos e não apenas num registo de reflexividade metodológica, nos processos sociais sob observação e em análise.

As implicações, no caso em estudo, são diversas. Uma delas é que um dos trabalhos publicados sobre o bairro, a que já se fez referência, tinha tido nele alguma visibilidade e repercussão, em diversos círculos locais, à altura em que o processo social relativo à reabilitação urbana ali se começou a desenvolver.<sup>3</sup> Além disso, o acompanhamento em tempo real e por observação directa das sequências de acontecimentos posteriores, permitindo a concretização de uma estratégia de pesquisa intensiva e processual, implicou um envolvimento controlado do investigador em diversas fases e dimensões da operação de reabilitação urbana e das dinâmicas sociais que a foram atravessando.

Uma última chamada de atenção preliminar situa-se no plano teórico. Tem a ver com os recursos conceptuais disponíveis para analisar fenómenos sociais como o que está aqui em causa. De forma mais concreta, embora esquemática, o problema está na necessidade de procurar articular teoricamente a análise de dois aspectos de grande destaque a respeito da identidade cultural de Alfama:

- a) o tecido social que a população residente estabelece no bairro e as formas culturais que ali produz, de maneira continuada, no decurso corrente da vida quotidiana, enquanto suportes locais da identidade cultural do bairro, em relação complexa com as imagens exteriormente construídas acerca dele;
- b) as dinâmicas sociais, e em particular as dinâmicas identitárias, implicadas num processo de reabilitação urbana à escala do bairro, processo de acções colectivas, intervenções institucionais, protagonismos políticos, técnicos e organizacionais.

---

1 Alguns apontamentos a este respeito encontram-se em António Firmino da Costa, "Prática sociológica e deontologia profissional dos sociólogos", in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993, pp. 785-792.

2 É um dos temas recorrentes do autor. Veja-se, por exemplo, "What do sociologists do?" ou "Nine theses on the future of sociology", in *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987.

3 Trata-se do livro de António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste: O Fado no Bairro de Alfama*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

Em termos gerais, a abordagem sociológica de objectos de análise de tipo análogo a cada um destes costuma ser feita recorrendo a perspectivas e instrumentos conceptuais bastante distintos entre si, escassamente comunicáveis e de articulação problemática. No primeiro caso, estudam-se as condições de existência e a composição social das populações, as suas práticas quotidianas e as suas representações simbólicas — podendo, é claro, privilegiar-se uma ou outra dimensão analítica e colorir a interpretação de tons mais estruturalistas, mais culturalistas ou mais fenomenológicos. No segundo caso, as análises são geralmente feitas em termos de estratégias, organizações e movimentos sociais — segundo perspectivas que podem dar mais atenção às tendências históricas ou aos jogos de actores.

Quando, a propósito de um determinado objecto de estudo, a pesquisa é confrontada com teorias substantivas sectoriais que parecem, a múltiplos títulos, bastante estanques entre si, é razoável subir alguns patamares no grau de abstracção, ou, talvez melhor, no nível de síntese, e procurar encontrar, em teorias do social de índole mais geral, vias de integração conceptual analiticamente produtivas. Este percurso pode levar, por sua vez, a questionar os quadros teóricos assim mobilizados, ou alguns dos seus aspectos, e à elaboração de propostas conceptuais que, apoiadas na pesquisa, sejam susceptíveis de utilização alargada. Uma das principais linhas da conclusão do presente trabalho procurará, precisamente, estabelecer um balanço deste duplo movimento entre teoria e observação.

Boa parte dos esforços despendidos no debate teórico em sociologia nas últimas décadas tem-se ocupado, de uma forma ou de outra, da análise das relações entre estrutura e acção, ou quaisquer dos seus equivalentes conceptuais aproximados. Autores como Bourdieu, Giddens, Habermas ou Alexander, para referir exemplos de diversos quadrantes paradigmáticos e nacionais, apesar das diferenças entre os respectivos quadros teóricos, são emblemáticos dessa focalização conceptual.<sup>4</sup> Mas, nos modelos teóricos de todos eles, como nos da maior parte da sociologia contemporânea, encontram-se muito mais orientações analíticas e instrumentos conceptuais para estudar objectos do primeiro tipo acima referido do que do segundo.

Ora, mesmo procurando adoptar uma perspectiva integradora, de articulação entre ambos, o presente capítulo ocupa-se sobretudo, de maneira específica, de um objecto do segundo tipo. Na análise do processo de

---

4 São temas presentes ao longo de toda a obra dos autores. Como exemplos de referência, podem assinalar-se, Pierre Bourdieu, *La Distinction: Critique Sociale de Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979; Anthony Giddens, *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984; Jurgen Habermas, *Théorie de l'Agir Communicationnel* (2 vols.), Paris, Fayard, 1987 (1981); Jeffrey C. Alexander, *Action and Its Environments: Towards a New Synthesis*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1988.

reabilitação urbana que a certa altura se desencadeou no bairro, as relações entre estrutura e acção aparecem a uma luz bastante distinta da que serviu até agora para analisar a produção continuada, em Alfama, de tecidos relacionais, padrões de conduta, formas de cultura popular e representações de identidade cultural.

O objecto de estudo apela, aqui, para análises cujo centro de gravidade incide mais na influência que certos processos de acção individual e colectiva têm num conjunto de aspectos das estruturas sociais pré-existentes do que nas condições que tais estruturas estabelecem à emergência e ao desenrolar da acção dos protagonistas sociais. Não que se despreze esta última dimensão do problema. Ela tem vindo a ser examinada, nos desenvolvimentos precedentes, e é também aqui retomada.

Mas a perspectiva conceptual em que se vem trabalhando procura estar atenta ao facto de que, estando ambos os tipos de relação entre estrutura e acção, os que se estabelecem em cada um dos sentidos acima referidos, intimamente articulados entre si, não se podem, no entanto, considerar simplesmente como em fusão recíproca, com diluição das respectivas especificidades causais e temporais — questão teórica geral a que se voltará após a discussão do caso concreto de momento em análise.

Não descurando a recursividade das relações mutuamente constitutivas entre estrutura e acção, já não é suficiente, relativamente a um processo como o que se desenrolou a respeito da reabilitação urbana do bairro, concentrar a atenção sobretudo nos encadeamentos de mediações que vão das condições estruturais às práticas sociais. O foco analítico tem agora de incidir também, e porventura de maneira privilegiada, sobre as instâncias e os processos que levam das práticas às estruturas, reproduzindo-as ou transformando-as, em maior ou menor escala.

Conceitos mediadores como os de acção colectiva e movimentos sociais, efeitos emergentes e consequências inesperadas da acção social, grupos de interesses e tipos de mudança, sistemas de acção e jogos de actores, construção social da realidade e políticas de identidade — podem ser aqui de grande utilidade. É possível recorrer a diversos filões teóricos das ciências sociais que elaboraram e aplicaram tais conceitos e que, embora mais ou menos distantes entre si nos fundamentos paradigmáticos e nas problemáticas privilegiadas, convergem na abordagem de objectos de análise do tipo do aqui em causa.

A título ilustrativo dessa diversidade de filões teóricos, podem referir-se abordagens como a de Robert K. Merton sobre consequências inesperadas da acção intencional ou, numa perspectiva algo diferente, a de Raymond Boudon sobre efeitos perversos da acção social, como a de Ralf Dahrendorf sobre grupos de interesse, conflito e mudança social, como as de Mancur Olson sobre grupos sociais e lógicas da acção colectiva e de James S. Coleman sobre estruturas de acção e actores colectivos, e também as de Michel Crozier

e Erhard Friedberg sobre sistemas de acção e jogos de actores, ou do segundo sobre as dinâmicas da acção organizada.<sup>5</sup>

Do mesmo modo, podem ainda aqui mencionar-se as diferentes conceptualizações sobre movimentos sociais, por exemplo de Alain Touraine ou de Klaus Eder, as propostas de Paul Watzlawick sobre o que chama mudanças de tipo 1 e mudanças de tipo 2, as teorizações de Peter L. Berger e Thomas Luckmann sobre construção social da realidade e as análises de Craig Calhoun sobre políticas de identidade.<sup>6</sup>

A partir destes contributos, e em diálogo com outras correntes, podem reconstruir-se instrumentos conceptuais e perspectivas analíticas susceptíveis de orientar a investigação de processos sociais como os de que o presente capítulo se ocupa — e susceptíveis, também, de enriquecerem uma reflexão de conjunto sobre os quadros teóricos da sociologia.

### Construção social de um objecto de reabilitação urbana

Mesmo antes de iniciadas as intervenções nas casas, equipamentos e espaços públicos do bairro, Alfama foi socialmente constituída como objecto de reabilitação urbana. Tal constituição ou reconstituição social prolongou-se no decurso de etapas posteriores do processo, à medida que as intervenções iam decorrendo, com mais ou menos dificuldades, com maior ou menor rapidez, acompanhadas umas vezes de controvérsia, outras de consensualidade.

Colocando a questão de maneira um pouco diferente, poder-se-ia dizer que, antes de ser alvo de reconstrução física, o bairro de Alfama foi reconstruído nas representações simbólicas vigentes acerca dele, no local e no

---

5 Robert K. Merton, "As consequências não antecipadas da acção social" (1936), in *A Ambivalência Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979 (1976) ou "A profecia que se cumpre por si mesma" (1948), in *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (1949, 1968); Raymond Boudon, *Effets Pervers et Ordre Social*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979 (1977); Ralf Dahrendorf, *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982 (1957, 1959); Mancur Olson, *A Lógica da Acção Colectiva: Bens Públicos e Teoria dos Grupos*, Oeiras, Celta Editora, 1998 (1965); James S. Coleman, *Foundations of Social Theory*, Cambridge (Mass.), The Belknap Press of Harvard University Press, 1990; Michel Crozier e Erhard Friedberg, *L'Acteur et le Système: Les Contraintes de l'Action Collective*, Paris, Les Éditions du Seuil, 1977; Erhard Friedberg, *O Poder e a Regra: Dinâmicas da Acção Organizada*, Lisboa, Instituto Piaget, 1995 (1993).

6 Alain Touraine, *Production de la Société*, Paris, Éditions du Seuil, 1973 e muitos outros trabalhos posteriores; Klaus Eder, *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, Londres, Sage Publications, 1993; Paul Watzlawick, John Weakland e Richard Fisch, *Change: Principles of Problem Formation and Problem Resolution*, Nova Iorque, Norton, 1974; Peter L. Berger e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Editora Vozes, 1976 (1966); Craig Calhoun, "Social theory and the politics of identity", in Craig Calhoun (org.), *Social Theory and the Politics of Identity*, Cambridge (Mass.), Blackwell Publishers, 1994.

exterior, passando a ser visto como, ou a conferir-se-lhe o carácter de, espaço citadino necessitado e merecedor — os dois atributos surgem neste caso em conjugação — de um tipo específico de intervenção urbanística visando, antes de mais, a recuperação e a requalificação do edificado nele existente.

É certo que as representações simbólicas relativas ao bairro, ou, se se preferir, as imagens identitárias que circulam acerca dele, podem assumir, como se viu, versões algo descoincidentes, bastante divergentes ou até conflituais. Mas, a certa altura, em concreto a partir da primeira metade dos anos 80, passou a fazer parte da maioria delas a concepção do bairro como espaço urbano a reabilitar.

Tal não impediu que os entendimentos de reabilitação urbana presentes no processo fossem tudo menos uniformes e pacíficos. Pelo contrário, diferiram consoante os actores sociais nele envolvidos, variaram com as sucessivas fases por que foi passando, deram origem a polémicas. A propósito deles confrontaram-se interesses, valores e estratégias.

Acresce que a construção social referida não ocorreu apenas no plano das representações simbólicas. Traduziu-se, igualmente, em articulação com elas, num conjunto específico de práticas sociais, em determinadas dinâmicas de acção individual e colectiva, bem como na reconfiguração, a certos níveis, da teia de relações sociais que permeia o bairro.

Em todo o caso, a constituição social de Alfama em objecto de reabilitação envolveu uma construção ou reconstrução simbólica colectiva. Dois elementos de referência fundamentais nesse processo foram, por um lado, a identidade cultural do bairro e, por outro, a degradação habitacional a que ele tinha chegado.

Quanto ao primeiro aspecto, a identidade cultural de Alfama, ela foi já suficientemente caracterizada num conjunto das suas vertentes mais relevantes, faltando agora analisar os modos como se interligou com o processo de reabilitação urbana. É sobretudo disso, afinal, que se ocupa este capítulo. Mas, antes de prosseguir nesse objectivo, importa acrescentar alguma informação quanto ao segundo aspecto, a degradação habitacional em que o bairro se encontrava.

Desde finais dos anos 80 e, sobretudo, ao longo dos anos 90, Alfama tem estado sujeita, um pouco por todo o lado, a obras de restauro, reconstrução e reabilitação de edifícios. Apesar de, em muitos casos, prevalecerem condições habitacionais acentuadamente deterioradas, bastantes outros foram já objecto de intervenção. Como se dizia no capítulo anterior, desde há alguns anos que o bairro parece um estaleiro de obras. Não era, no entanto, essa a situação no início da década de 80.

Por essa altura, o bairro tinha chegado a um estado crítico de degradação física do edificado, das habitações, dos equipamentos colectivos e dos espaços públicos. Nisso pesava, desde logo, a vulnerabilidade de base inerente a um tecido urbano deste tipo: de ocupação extremamente densa e espontânea do

espaço, malha urbana apertada de traçado medieval, construção predominantemente antiga e popular, pequena dimensão dos prédios e exiguidade dos alojamentos, uma maioria de edifícios reconstruídos, após o terramoto de 1755, com materiais pobres e tecnologias pouco elaboradas. Mas, com essa vulnerabilidade potencial, tinha vindo a convergir toda uma nova série de circunstâncias.

Pouco a pouco, proprietários e moradores tinham acrescentado pisos, escavado caves e divisões na encosta ou nas muralhas, ocupado logradouros e saguões e, por fim, erigido os telhados de antenas de televisão. Com o prolongado congelamento das rendas, desde os tempos da ditadura, grande parte dos senhorios tinha votado os prédios ao abandono, sem obras de conservação nem, menos ainda, de beneficiação. Boa parte dos inquilinos, pelo seu lado, manifestava uma orientação preferencial para investir recursos escassos mais na aquisição de habitação nova em concelhos limítrofes da cidade ou na construção de uma casa na aldeia de origem do que em obras de manutenção do fogo arrendado em Alfama. Acresce que, em particular nas zonas mais ribeirinhas, assistia-se, na viragem da década de 70 para a de 80, a uma reconversão funcional desregrada de habitações em escritórios e armazéns. Tudo isto tinha contribuído, e estava a contribuir, para as infiltrações constantes, o desgaste de materiais, o desequilíbrio das estruturas, a degradação acelerada, o risco de ruína.

Considerando apenas os fogos com função residencial, segundo um inquérito de carácter exaustivo, realizado em 1989/90, a cujos resultados já por várias vezes aqui se recorreu, em cerca de 1.300 fogos inventariados, um pouco mais de 6% não estavam ocupados (perto de duas centenas), o que contribuíra para acelerar a sua deterioração.<sup>7</sup> Nos anos seguintes, o número de fogos não habitados foi aumentando, principalmente por morte de inquilinos idosos e não realização de novos arrendamentos por parte dos senhorios, os quais preferiam deixá-los expectantes para futura realização de obras no conjunto do edifício, ou transacção vantajosa com esse fim, na perspectiva de consequentes vendas ou alugueres de apartamentos por preços muito mais elevados do que os até então vulgarmente praticados no bairro.

As casas são em geral pequenas, com reduzido número de divisões. A maioria, quase três quartas partes, tem apenas duas ou três divisões assoalhadas, muitas delas pequenos cubículos (quadro 7.1). Abaixo disso, há ainda mais de 6% dos fogos com apenas uma divisão. Do restante cerca

---

7 Trata-se do já referido *Inquérito Sociológico à População, Habitação e Actividades de Alfama (ISPAAA)*. A maior parte dos dados quantitativos aqui mencionados, e nos pontos seguintes, baseia-se nesse inquérito. Uma apresentação mais sistemática dos respectivos resultados encontra-se em António Firmino da Costa, Maria das Dores Guerreiro, Manuel João Ribeiro e Isabel Valente, *Alfama: Caracterização Sociológica da População*, bem como em *Alfama: Caracterização Sociológica da Habitação*, Lisboa, DMRU/Câmara Municipal de Lisboa, 1991.

**Quadro 7.1** Famílias residentes em Alfama por tipo de família, segundo o número de divisões do alojamento, 1990 (em percentagem)

| Tipo de família                       | 1<br>(6,4) | 2<br>(40,1) | 3<br>(31,5) | 4<br>(13,8) | 5<br>(4,8) | 6<br>(2,0) | 7 e +<br>(1,4) | Total<br>(100,0) |
|---------------------------------------|------------|-------------|-------------|-------------|------------|------------|----------------|------------------|
| Pessoa isolada                        | 42,2       | 23,7        | 15,6        | 18,1        | 18,4       | 18,9       | 8,1            | 20,9             |
| Família s/ núcleos c/ outras pessoas  | 4,8        | 5,0         | 5,8         | 5,6         | 8,0        | 9,4        | 2,7            | 5,5              |
| Casal sem filhos                      | 22,9       | 25,0        | 20,0        | 17,5        | 10,4       | 7,5        | 16,2           | 21,1             |
| Casal com filhos solteiros            | 15,1       | 24,6        | 28,9        | 26,1        | 24,0       | 17,0       | 35,1           | 25,6             |
| Pai com filhos solteiros              | 0,0        | 1,0         | 0,9         | 1,1         | 2,4        | 0,0        | 2,7            | 1,0              |
| Mãe com filhos solteiros              | 6,0        | 6,5         | 6,4         | 5,0         | 0,8        | 5,7        | 2,7            | 5,9              |
| Família c/ um núcleo e outras pessoas | 8,4        | 12,4        | 18,1        | 22,2        | 24,0       | 34,0       | 13,5           | 16,3             |
| Família com dois ou mais núcleos      | 0,6        | 1,8         | 4,3         | 4,4         | 12,0       | 7,5        | 19,0           | 3,7              |
| Total                                 | 100,0      | 100,0       | 100,0       | 100,0       | 100,0      | 100,0      | 100,0          | 100,0            |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

de um quinto, grande parte possui quatro divisões e umas tantas são bastante maiores.

Considerando o conjunto de casas efectivamente ocupadas, o número médio de pessoas por fogo era, segundo os resultados do inquérito referido, cerca de 2,6. Mas tal valor médio esconde grandes assimetrias.

Assim, por exemplo, se as casas com uma divisão são em grande parte ocupadas por pessoas isoladas, em muitas outras moram duas, três ou por vezes mais pessoas, nomeadamente casais sem filhos e casais com filhos, nalguns casos mesmo com outras pessoas. No outro extremo, nos alojamentos com maior número de divisões, ganham peso percentual mais elevado, como seria de esperar, as famílias numerosas, de estrutura mais alargada. Mas uma parcela muito significativa desses fogos é também habitada por pessoas isoladas. Entre essas situações polares, nos fogos com duas e três divisões, predominam os casais com e sem filhos, correspondendo na sua maioria a grupos domésticos com duas ou três pessoas. Mas há neles também muitas situações com mais e menos residentes, como se pode observar no quadro 7.1.

De maneira agregada é possível, a partir dos dados anteriores, avaliar em cerca de 40% os fogos nos quais, atendendo às características sócio-habitacionais específicas do bairro, reside um número de pessoas razoavelmente proporcionado ao espaço disponível. Cerca de 30% dos alojamentos encontram-se sobreocupados. Em contrapartida, à volta de outros 30% podem considerar-se subocupados.

A agravar as condições de habitabilidade no bairro, à data da realização do inquérito cerca de 15% das habitações não dispunha de cozinha autónoma e, mais significativo ainda, quase 50% não tinha casa de banho autónoma. Algumas casas tinham elementos sanitários noutras divisões, muitas só possuíam uma pia de despejos (cerca de 30%), e algumas nem isso. Paradoxalmente, acresce que, se as carências a este nível se revelavam muito grandes face aos actuais padrões correntes de conforto habitacional mínimo, a situação complicava-se pelo facto de, dada a estrutura da maioria dos prédios ser

antiga e de madeira, a introdução de tais equipamentos e respectivas canalizações ter, em muitos casos, provocado infiltrações e acentuado a degradação de edifícios não preparados para suportar tais alterações.

Também se verificou a ausência de outros equipamentos, hoje em dia considerados correntes, em muitas habitações. Nomeadamente, cerca de metade não tinha esquentador, mais de um quinto não possuía frigorífico e em quase outras tantas não existia mesmo água canalizada.

Apesar de entretanto, no decurso dos anos 90, as intervenções de reabilitação terem adquirido uma certa amplitude no bairro, uma boa parte das situações descritas ainda subsiste. Aliás, tais intervenções sucediam a outras que, de forma menos sistemática e menos orientada tecnicamente, tinham vindo a ocorrer nas décadas anteriores e que, nem por isso, tinham conseguido evitar a degradação física geral do bairro e as más condições de habitabilidade em grande parte dos fogos.

A nível dos alojamentos, tais obras tinham obedecido ao duplo intuito de fazer reparações mais urgentes em paredes, tectos e pavimentos ou de introduzir algumas beneficiações, sobretudo quanto a cozinhas e instalações sanitárias. Em grande parte dos casos, perto de 90%, foram realizadas pelos inquilinos. A própria construção de casas de banho tinha sido assumida pelos inquilinos em cerca de 80% das habitações nas quais vinham sendo instaladas, sobretudo desde os anos 70. Dois terços das famílias, aproximadamente, declararam ter passado até então por algum tipo de obras internas aos respectivos alojamentos.

Obras mais de fundo nos edifícios, em especial de conservação de telhados e paredes, tinham ocorrido muito menos. À altura do inquérito, apenas um terço das famílias residentes se lembrava de o respectivo prédio ter alguma vez beneficiado de obras — e quase metade destas tinham ocorrido nos dois anos anteriores, isto é, com o processo de reabilitação urbana já iniciado. A intervenção dos senhorios foi maior a este nível, mas ainda assim não terá ultrapassado os 65%.

Claro está que as situações referidas não se repartem de maneira uniforme pelos diferentes perfis sociais dos moradores. Desde logo, os residentes proprietários dos respectivos alojamentos incluem proporcionalmente muito mais famílias de empresários, quadros e técnicos superiores, bem como de trabalhadores independentes, ao contrário dos inquilinos arrendatários. Quanto às carências relativas a cozinha e casa de banho, elas surgem sobretudo entre as famílias de operários e empregados executantes. Mas também há casos entre as famílias de trabalhadores independentes.

Pelo seu lado, a sobreocupação tende a ser maior, proporcionalmente, nas famílias de operários, trabalhadores independentes e assalariados executantes pluriactivos. As famílias de empregados executantes situam-se em geral na situação de ocupação normal. E nas famílias de maiores recursos (profissionais técnicos e de enquadramento; empresários, dirigentes e profissionais liberais),

bem assim como nas de trabalhadores independentes pluriactivos, a sobreocupação é menos frequente, e a subocupação ganha maior peso percentual.

No conjunto, no entanto, o estado de degradação geral do edificado tinha atingido, nos inícios dos anos 80, grau particularmente acentuado. Embora parte significativa dos problemas ainda persista, na altura eles eram ainda muito mais abrangentes e agudos, com infiltrações das chuvas nos telhados de grande parte das casas, abatimento de tectos e pavimentos, mau estado de escadas interiores, inúmeras situações de insalubridade, exiguidade extrema de espaço habitacional, carência de instalações de casa de banho e de outros equipamentos domésticos, eminência de ruína de vários prédios.

E, sobretudo, problemas prementes como estes pareciam acentuar-se de dia para dia, sem solução à vista. Os senhorios não se ocupavam das casas, alegando rendimentos insuficientes com rendas antigas e baixas. Os inquilinos tinham esgotado capacidades próprias de investimento de recursos em geral escassos e, além disso, contestavam a necessidade de o fazer em propriedade de outrem. O estado e a Câmara Municipal de Lisboa não intervinham, nem sequer nos edifícios do património desta última, parte deles incluídos no rol dos que se encontravam em pior estado.

### **Identidade cultural e tematização social**

Todo um conjunto de factores tinha conduzido, pois, a um acentuado agravamento da degradação do edificado local. Em simultâneo, a renovação das gerações e a divulgação de novas aspirações e estilos de vida, tinham vindo, em finais de 70 e princípios de 80, a introduzir na população local, ou pelo menos nos seus segmentos mais jovens, novos padrões de aferição da qualidade residencial. Passaram a sentir-se, assim, com redobrada premência, problemas de exiguidade dos espaços interiores, de insegurança, insalubridade e desconforto das habitações, de carência de instalações sanitárias ou outras.

Mas o agravamento da degradação das condições residenciais e a elevação do nível de aspirações ao conforto na habitação não foram responsáveis, só por si, pela tematização de Alfama como objecto de reabilitação urbana. Tais condições e aspirações originavam, é certo, formas de acção variadas por parte dos moradores, mas de carácter sobretudo individual e com resultados em geral precários.

Em esquema, nestas respostas dos residentes à situação, podem inventariar-se estratégias dos seguintes tipos principais: *estratégias de reivindicação* de obras junto dos senhorios ou da Câmara Municipal, utilizando por vezes a mediação das juntas de freguesia ou de instituições de assistência social; *estratégias de clientelismo*, procurando mobilizar redes de conhecimentos pessoais e trocas de favores, em relação quer a senhorios, quer a instâncias oficiais; *estratégias de substituição* dos encargos que caberiam aos senhorios por parte

de inquilinos, financiando eles próprios as obras; *estratégias de melhoramento* da qualidade das habitações, tendencialmente associadas a trajectórias sociais ascendentes, ou pelo menos a projectos de vida nesse sentido, e a dinâmicas de renovação dos estilos de vida; *estratégias de mobilidade* residencial para fora do bairro, envolvendo muitas vezes factores semelhantes aos presentes nas anteriores, e concretizadas com frequência em períodos de mudança de fase nos ciclos de vida familiares; e, por último, *estratégias de conformismo*, de resignação impotente perante uma continuada degradação da habitação e da qualidade de vida, e perante as dificuldades, experimentadas ou pressentidas, em conseguir qualquer melhoria.

A estes modos de orientação da acção dos residentes, na sua maioria inquilinos, correspondia, em geral, uma série de habituais e conhecidas formas de actuação dos proprietários dos prédios e dos serviços camarários: tradicionalmente relutantes, morosas, dispersas e pouco eficazes.

Se a degradação habitacional não desencadeou, por si só, os processos sociais de constituição simbólica do bairro em quadro urbano a reabilitar, de mobilização colectiva local com esse intuito e de posterior intervenção reabilitadora de cariz técnico e institucional, pelo seu lado a identidade cultural de Alfama, à partida, também não tematizava o bairro como objecto de reabilitação urbana.

Como se descreveu e analisou ao longo de todo este trabalho, Alfama tem vindo a ser palco da estruturação prolongada de um tecido social e de uma configuração cultural com características claramente identificáveis.

A especificidade socioecológica do bairro, com o traçado apertado e labiríntico da sua malha urbana, a composição social da população de perfil predominantemente popular, as actividades locais ligadas ao porto, ao pequeno comércio e a expedientes vários de precária sobrevivência diária, a densidade das redes de parentesco, vizinhança, associativismo e solidariedade que ali se estabelecem, são alguns dos principais eixos estruturantes da sociedade de bairro alfamista.

Nela assume configuração nítida e singular todo um conjunto de aspectos: a exuberância das práticas de sociabilidade quotidiana e festiva, os códigos de comunicação e de interacção face-a-face, as regras do interconhecimento e do relacionamento local, os modos de utilização dos espaços, os mapas cognitivos e os sistemas de disposições, as estratégias de vida, as maneiras de sentir, de agir e de dizer. Tal configuração ancora em torno de certas formas, muito próprias, de cultura popular urbana, de elaboração simbólica notável e intensa capacidade expressiva, como o fado amador e as marchas populares, produzidas de maneira continuada neste quadro social que, por sua vez, integram como peça fundamental.

Acresce ainda que, neste contexto sociocultural de características muito particulares, a pertença ao bairro se constitui em referência decisiva dos sentimentos e das representações de identidade dos seus habitantes, e que

muitas práticas sociais destes, rotineiramente quotidianas ou de carácter excepcional, são impregnadas de sentido identitário que a ele se reportam de maneira privilegiada. A identidade cultural alfamista redobra, de maneira decisivamente constitutiva, a sociedade de bairro de que emerge.

Mas nem Alfama é um gueto social nem a identidade cultural do bairro resulta de uma mera emergência endógena. Pelo contrário, tal identidade forma-se, reproduz-se e reconfigura-se no jogo complexo das relações que se estabelecem entre ele e dinâmicas exteriores que o investem — desde os discursos de promoção turística e cunho folclorizante até às preocupações patrimonialistas, nas versões mais tradicionais ou mais recentes, e às novas perspectivas de revalorização dos centros urbanos, passando pelas relações interlocais em que o bairro participa e pelos interesses fundiários, comerciais, clientelares e políticos que ali se projectam.

Perante o quadro descrito, os habitantes de Alfama desenvolvem múltiplas estratégias sociais que procuram, de maneira mais intencional ou mais implícita, tirar o partido possível da conjugação de uma forte integração bairrista e das competências socioculturais a ela associadas com uma proximidade espacial da frente de água e do centro urbano e, ao mesmo tempo, com um conjunto de meandros relacionais que os põem em contacto com vários tipos de entidades e recursos exteriores ao bairro e aos grupos sociais que nele predominam.

É assim que desenvolvem, de modos profundamente impregnados de ambivalência, *estratégias de exibição* do carácter singular do bairro e *estratégias de camuflagem* de algumas das suas facetas, dos seus códigos e das suas dinâmicas, que combinam *estratégias de clientelismo* com *estratégias de conflitualidade* face a poderes ou interesses exteriores, que alternam *estratégias de receptividade* de visitantes, turistas, novos moradores ou pessoas que ali vão trabalhar com *estratégias de rejeição* ou, ainda, que jogam tanto em *estratégias de afirmação* como em *estratégias de diluição* da identidade alfamista.

À partida, pois, a identidade cultural de Alfama, por mais intensa e sedimentada que fosse, não tematizava o bairro como objecto de reabilitação urbana; nem desencadeava por si só, por mais que servisse como fundamento e instrumento de variadas estratégias sociais desenvolvidas pelos residentes, movimentos sociais específicos com essa orientação explícita. No entanto, no quadro de um conjunto preciso de circunstâncias, constituiu um importante potencial de recursos simbólicos, mobilizáveis nos planos relacional e da acção colectiva, capazes de integrar de forma específica a questão da degradação habitacional e das aspirações a maior qualidade residencial, reformulando-a e reformulando-se, conjugadamente, no tema da reabilitação urbana.

A especificidade do tecido social local e as competências muito particulares accionadas pela população de Alfama na produção de estilos de sociabilidade e de práticas culturais acentuadamente identitárias, com a forte carga

simbólica que projectam bem para além do perímetro do bairro, foram condição para que o enfrentamento da degradação habitacional tendesse a definir-se preferencialmente em termos de reabilitação urbana, integrando vectores urbanísticos, sociais e culturais.

Pelo seu lado, a reabilitação dos edifícios e do quadro habitacional no seu conjunto surge equacionada, desde início do processo, como condição de possibilidade para a manutenção do potencial de criatividade cultural e de relacionamento social intenso de uma população partilhando formas singulares de identidade cultural mas, ao mesmo tempo, com carências pesadas, nomeadamente do ponto de vista da qualidade residencial, e protagonista de processos de mudança geradores de novas necessidades e aspirações.

O ponto que importa aqui sublinhar é, precisamente, o do carácter socialmente construído da *definição* de Alfama como objecto de reabilitação.

Ao contrário do que é habitual afirmarem ou subentenderem algumas noções correntes sobre o assunto, tal definição não estava pré-inscrita, de modo natural e inevitável, num qualquer conjunto de características habitacionais, urbanísticas, históricas ou socioculturais do bairro. Essa definição não foi independente da acção classificatória exercida por actores sociais directa ou indirectamente envolvidos no processo.

O que de facto se passou foi o surgimento de uma convergência específica de factores, circunstâncias, processos e agentes sociais, a partir da qual estes últimos começaram a *tematizar* o bairro como alvo desejável, pertinente ou indispensável de intervenção reabilitadora. Alfama é um exemplo de como um espaço social é, a partir de determinada altura, activamente constituído em objecto de reabilitação urbana.

Se as intenções de restauro, reconstrução ou reabilitação se concretizaram ou não, se as acções adquiriram maior ou menor envergadura, se a participação dos habitantes foi incentivada ou bloqueada, se a intervenção institucional se foi pautando por diferentes orientações, em suma, se o processo tomou uma ou outra feição, é questão diferente, a analisar complementarmente.

O que se pretende de momento salientar é que, acabando por se desenvolver ou não acções significativas de reabilitação, tenham elas vindo a ser de um ou outro tipo, houve, antes de mais, algo de novo que surgiu, através da acção de protagonistas sociais diferentes e mutuamente interferentes, no quadro da confluência de determinado conjunto de condições e acontecimentos.

Antes de ser fisicamente recuperado, e mesmo que tal recuperação não tivesse começado ou que viesse a ter um carácter limitado, o bairro foi socialmente reconstruído nas representações simbólicas que circulam acerca dele, no próprio bairro e no exterior.

Mesmo que em vários aspectos possam ser divergentes ou conflituais, passou a fazer parte dessas representações a concepção da Alfama como espaço urbano a reabilitar. E essa reconstrução social da realidade simbólica do bairro é, por sua vez, produtora ou mediadora de efeitos — deliberados uns,

imprevistos outros — em vários níveis de estruturação dele próprio, enquanto espaço urbano, tecido social e configuração cultural, e em diversas modalidades de práticas sociais e formas de acção colectiva que nele, ou a propósito dele, se desencadearam.

### **Actores em presença e processo de reabilitação**

Mas a tematização de Alfama como objecto de reabilitação urbana não surge de forma abstracta, pairando desenraizadamente num qualquer limbo simbólico dos discursos sociais. Pelo contrário, é produto de um conjunto de actores sociais e das relações que se foram estabelecendo entre eles, no quadro de uma combinação de condições e processos sociais estruturantes, de nível local e de âmbito mais global.

É possível fazer um breve apanhado dos principais actores envolvidos — directos ou indirectos, interiores ou exteriores ao bairro — e dos processos sociais que os têm posto em interacção.

A convergência tematizadora inicial a respeito da reabilitação urbana do bairro foi, no fundamental, protagonizada por duas séries de actores. Uma delas era constituída por autarcas das juntas de freguesia e activistas das associações locais, com conhecimento próximo e relacionamento estreito com a população ali residente. A outra incluía um conjunto de quadros científicos e técnicos — arquitectos, sociólogos, engenheiros, psicólogos, professores e outros — com estudos, actividades profissionais ou interesses de ordem cultural, científica ou política de algum modo relacionados com Alfama.

Num processo que se desenrola entre 1983 e 1984, as Assembleias de Freguesia de Santo Estêvão e São Miguel aprovam, por proposta dos executivos das respectivas juntas de freguesia, a constituição de um Gabinete Local para a Recuperação de Alfama (GLRA), integrando todo aquele conjunto de elementos. Em 1984, o GLRA prepara e divulga no bairro, nos meios de comunicação social e junto dos poderes públicos, o documento “Alfama — Morte ou Recuperação?”, o qual se viria a tornar no principal texto de referência no debate e na movimentação colectiva constitutivos de Alfama em objecto de reabilitação.

Nesse documento chamava-se precisamente a atenção para a importância histórica e patrimonial de Alfama e, muito em especial, para a sua importância sociocultural, como quadro de vida de uma população produtora de destacadas manifestações de cultura popular urbana, nomeadamente de grande valia emblemática para a cidade. E, ao mesmo tempo, alertava-se para o risco iminente de tudo isso se perder dado o estado de degradação a que o bairro tinha chegado e as carências graves a que, correlativamente, a referida população estava sujeita. Apelava-se, em consequência, a uma intervenção pública urgente.

Importa realçar que são assim postos em contacto, na mesma cena local e num processo comum, dois conjuntos de actores sociais que se poderiam caracterizar, retomando em sentido particular uma tipologia clássica, como sendo uns de carácter mais localista e outros de pendor mais cosmopolita.<sup>8</sup> Desse encontro resulta a veiculação para o processo de reabilitação urbana, tanto de preocupações e interesses enraizados na população, no tecido social e nos padrões de cultura locais, como de problemáticas ligadas às sensibilidades e valores culturais emergentes, ao longo das últimas décadas, principalmente entre camadas sociais jovens e com elevados capitais escolares. Incluem-se, nestas últimas, temas como os da qualidade de vida urbana, do património, da participação cívica e das relações entre cultura e desenvolvimento.<sup>9</sup>

Estas problemáticas tinham vindo, aliás, a ser incorporadas nos programas de formação escolar de um vasto conjunto de técnicos, quadros, investigadores e professores como os que se envolveram no processo. A premência das circunstâncias locais combinava-se, pois, deste modo, com a actualidade de questões gerais de ordem cultural, com a disponibilidade de recursos conceptuais específicos de base profissional e científica, e com a referência a exemplos de experiências comparáveis, estrangeiras e nacionais — vectores estes todos eles propícios à tematização referida.<sup>10</sup>

Convém entretanto precisar que o localismo ou o cosmopolitismo dos protagonistas directos desta primeira convergência tematizadora não são atributos absolutos mas sim relativos. Tanto os técnicos e investigadores mencionados possuíam, de um modo ou de outro, laços de cunho mais localizado no relacionamento com o bairro, como os autarcas e outros líderes locais se inseriam em organizações supralocais (como os partidos políticos, nomeadamente) e em redes de relações translocais com outros espaços e entidades.

- 
- 8 Esta tipologia de actores sociais retoma, adaptando-a, a de Robert K. Merton, “Padrões de influência: influentes locais e cosmopolitas” (1949), in *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (1949, 1968).
- 9 Veja-se, nomeadamente, João Ferreira de Almeida, *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, Paul Ester, Loek Halman e Ruud de Moor (orgs.), *The Individualizing Society: Value Change in Europe and North America*, Tilburg, Tilburg University Press, 1994 (1993), Ruud de Moor (org.), *Values in Western Societies*, Tilburg, Tilburg University Press, 1995, Ronald Inglehart, *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press, 1997.
- 10 Estiveram presentes na altura, tanto nos aspectos a tentar reter como naqueles a procurar evitar, por exemplo trabalhos teóricos pioneiros como os de Alain Bourdin, “Restauration/réhabilitation: l’ordre symbolique de l’espace neo-bourgeois”, *Espaces et Sociétés*, n.º 30-31, 1979 e “Réhabilitation des vieux quartiers et nouveaux modes de vie”, *Recherches Sociologiques*, vol. XI, n.º 3, 1980, análises de determinadas experiências precursoras no estrangeiro, como em Pier Luigi Cervellati, Roberto Scannavini e Carlo de Angelis, *La Nouvelle Culture Urbaine: Bologne Face à son Patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1981 (1977), ou precursoras no país, como a apresentada por José Gomes Fernandes, *Centro Histórico do Porto: Dar Futuro ao Nosso Passado*, Porto, Edição da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1983.

Se o duplo conjunto de actores sociais referido protagoniza a primeira convergência tematizadora, a redefinição social do bairro ganha rapidamente âmbito mais vasto através de outros actores colectivos: os meios de comunicação social. Surge de facto, a breve trecho, grande quantidade de notícias, reportagens e entrevistas na imprensa e na rádio (a televisão, na época, está ausente) que amplificam e divulgam a problemática do significado sociocultural e patrimonial de Alfama e do estado de ruína a que o bairro tinha chegado. A questão adquire assim dimensão pública e repercussão política. Além disso, as redes científico-profissionais internacionalizadas de arquitectos e urbanistas, historiadores e jornalistas, sociólogos e animadores culturais começam a veicular o tema, colocando pressão adicional sobre as instituições camarária e estatal.

Em certo sentido, assistiu-se a algo que começa a ser bastante comum nas sociedades contemporâneas: o estabelecimento de laços directos entre um espaço local e universos sociais de escala muito mais vasta, nacionais e supranacionais, de algum modo curto-circuitando níveis intermédios de organização hierárquica do território, tradicionalmente mediadores entre comunidades locais e grandes domínios de estruturação social.<sup>11</sup> Mas verificou-se também que o clima de opinião favorável assim conseguido não dispensou, para se traduzir em acção institucional, a intervenção directa de agentes políticos actuando a nível autárquico, parlamentar e governamental.

Inicia-se precisamente nova fase do processo com a entrada em cena dos poderes públicos estatal e camarário, interpelados de maneira directa e indirecta pelos outros actores sociais referidos, e por eles considerados desde o início imprescindíveis à viabilização legislativa, financeira e técnica da reabilitação urbana.

As juntas de freguesia locais tinham, e continuaram a ter, executivos partilhados entre o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Socialista (PS), sendo presididas por autarcas do primeiro, personalidades com grande capacidade de actuação, profundas ligações ao tecido social popular do bairro e prestígio local projectando-se bem para além das respectivas bases partidárias. A sua importância foi decisiva desde o início, e ao longo de todo este processo. De referir também a política de alianças concretas com eles, no processo relativo à reabilitação urbana, seguida a nível local pelos elementos mais importantes do PS nessas juntas de freguesia, contribuindo assim para a eficácia política da intervenção destas em fases diversas do processo referido.

---

11 Entre muitas outras referências possíveis, veja-se, por exemplo, Chadwick F. Alger, "Le local et le mondial: comment percevoir, analyser et assumer leurs interconnexions?", *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n.º 117, 1988, Jonathan Friedmann, *Cultural Identity and Global Process*, Londres, Sage Publications, 1994, Barrie Axford, *The Global System: Economics, Politics and Culture*, Cambridge, Polity Press, 1995 ou Mike Featherstone, Scott Lasch e Roland Robertson (orgs.), *Global Modernities*, Londres, Sage Publications, 1995.

Os vereadores do PCP, então na oposição a uma câmara municipal dirigida por uma aliança de direita entre o Centro Democrático Social (CDS) e o Partido Social Democrata (PSD), desenvolveram nos respectivos âmbitos de intervenção diversas iniciativas visando promover respostas institucionais aos problemas levantados pelo movimento colectivo emergente no local a partir da convergência de protagonistas directos referida.

Por sua vez, a nível governamental, o Ministério do Equipamento Social, e a respectiva Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, na altura com responsáveis do PS, manifestam-se sensíveis à questão. Em 1985, a referida Secretaria de Estado cria, por despacho, um Programa de Reabilitação Urbana prevendo a possibilidade de as câmaras municipais se candidatarem a apoio técnico e financeiro específico com esse fim.<sup>12</sup> O despacho fazia ainda referência à particular gravidade que assumiam certas situações de elevada degradação do parque habitacional nos núcleos históricos de Lisboa e do Porto, levando à consideração da necessidade de medidas especiais a elas aplicáveis, contempladas nomeadamente em novo despacho complementar do anterior.<sup>13</sup>

Sob a pressão social, mediática e política que se tem vindo a referenciar, a Câmara Municipal de Lisboa candidata-se, no âmbito do programa acima mencionado, a um contrato de assistência técnica e de colaboração financeira para a reabilitação urbana de Alfama e da Mouraria. A celebração do contrato conduz à criação, ainda em 1985, de um Gabinete Técnico Local (GTL), algum tempo depois instalado no bairro, gabinete esse que vem dar dimensão institucionalizada ao processo de reabilitação urbana de Alfama.<sup>14</sup>

A nova definição simbólica do bairro oficializa-se, ganha consagração jurídica. O GTL passa a constituir a materialização institucional dessa definição oficializada. E a sua presença no bairro contribui para a sedimentação no local, e fora dele, da nova imagem de Alfama como objecto de reabilitação.

Ao mesmo tempo que o GTL era criado, definia-se a “área crítica de recuperação e reconversão urbanística” — são esses os termos legais utilizados — sobre a qual o gabinete tinha responsabilidades de intervenção e a que podiam ser aplicados certos regimes específicos e alguns instrumentos de excepção destinados a contribuir para viabilizar a operação.<sup>15</sup>

No caso de Alfama, tal área veio a ser definida, inicialmente, coincidindo com a delimitação das freguesias de Santo Estêvão e São Miguel. Tal facto tem claramente raízes tanto na sobreposição privilegiada de referências identitárias que esses limites administrativos englobam — questão que se

---

12 Despacho n.º 4/SEHU/85.

13 Despacho n.º 7/SEHU/85.

14 Em paralelo é criado o GTL da Mouraria.

15 A declaração oficial da “área crítica” de Alfama acabaria por só ser concretizada no final do ano seguinte, pelo Decreto Regulamentar n.º 60/86.

examinou com pormenor no capítulo 2 — como no carácter determinante da acção das respectivas juntas de freguesia no desencadeamento do processo. Mas contribuiu por sua vez para, até certo ponto, reforçar esses contornos no mapa cognitivo da identidade alfamista localmente predominante, quer pelo efeito de consagração institucional de um certo entendimento dos limites de Alfama que o gabinete trazia consigo, quer ainda, e talvez sobretudo, pelos impactos práticos, isto é, pelo novo interesse instrumental que a pertença ao bairro, enquanto área de estatuto especial para a intervenção urbanística, podia agora ter para os residentes e, ao mesmo tempo, mas em sentido inverso, pelos novos problemas para a vida corrente que ela passava a colocar-lhes.

Através do gabinete são canalizados os fundos disponíveis, no início bastante reduzidos, assim como as competências e os instrumentos julgados necessários pela Câmara. Esta é assim levada a assumir o reconhecimento da pertinência — e da urgência — de estancar a degradação física do bairro, recuperando o edificado com manutenção da respectiva população. Outros aspectos são por essa altura menos tidos em conta nas declarações e nas práticas de responsáveis políticos e técnicos.

Mas estes dois objectivos conjugados — recuperação das habitações e manutenção da população nelas residente — eram já, por si sós, eixos decisivos de um programa de acção bastante complicado.

Por um lado, a sua conjugação resultava evidente para os protagonistas directos do processo social desencadeado. Um movimento social emergente no bairro, envolvendo em profundidade a população local e liderado pelos seus representantes autárquicos mais próximos, dificilmente aceitaria outra orientação.

Note-se, de passagem, que o conceito de movimento social, nas diversas maneiras como tem sido entendido nas ciências sociais, pode reportar-se a processos muito variáveis, por exemplo, quanto a escala e centralidade social, quanto a protagonistas e formas de acção. Tal como é aqui utilizado pretende remeter, antes de mais, para a emergência de formas não rotineiras de acção colectiva, envolvendo a mobilização de um conjunto de actores sociais em torno de um objectivo ou de uma causa — focando-se, no caso vertente, nas relações entre identidade cultural, reabilitação urbana e desenvolvimento social. Dele não estão ausentes, porém, como se tem vindo a procurar evidenciar, outras vertentes que diversos quadros teóricos têm privilegiado, nomeadamente as das interligações dos movimentos sociais com as relações de classe, com as instituições políticas e com as correntes culturais.<sup>16</sup>

Se as posições dos protagonistas do movimento social estabelecido no local tinham o carácter acima referido, por outro lado os interesses e as concepções prevaletentes entre certos actores sociais de tipo diferente daqueles, mas também relacionados de perto com o processo, apontavam noutras direcções. Era o que acontecia, em especial, quer com orientações em sintonia preferencial com os interesses de proprietários de prédios e de operadores

imobiliários, quer com perspectivas inscritas nas culturas profissionais predominantes entre técnicos de diversas áreas ligados à problemática urbanística. De um modo geral, tais concepções acabavam por perfilhar, de forma mais declarada ou mais implícita, alguma modalidade de gentrificação como solução a promover para o bairro ou como tendência a não valer a pena tentar contrariar.

Convergiam aqui justificações de diferentes ordens, por exemplo a da defesa em exclusivo do jogo do mercado ou a do apelo não menos redutor a uma racionalidade de larga escala no planeamento urbanístico. Ou, ainda, a da identificação, mais uma vez exclusivista, de estilos de vida característicos das novas classes médias mais intelectualizadas ou cosmopolitas como os únicos modelos possíveis e desejáveis para resultado de qualquer processo de requalificação urbana — postura esta em geral associada à manifestação, mais explícita ou mais involuntária, de um certo fascínio simbólico perante esses estilos de vida.

Praticamente desde o início da sua actividade, o GTL começa a estabelecer, sobretudo de maneira informal, contactos diversos com outros actores em presença, desde logo com as juntas de freguesia, mas também com moradores e senhorios, com colectividades associativas e comerciantes locais. No entanto, vai inserir-se nesse jogo de relações sob a influência de uma Câmara Municipal nessa época dirigida por uma vereação e um presidente de orientação política contrária à dos autarcas localmente eleitos e, portanto, contrária também à da maioria da população residente no bairro.

Os dirigentes camarários de então entram no processo possuídos por uma extrema desconfiança em relação às dinâmicas sociais previamente desencadeadas no bairro, e na altura ainda em plena pujança, bem como em relação aos actores sociais delas protagonistas. Fazem por isso, à partida, o possível por levar os técnicos do GTL a adoptar uma atitude de dupla face: por um lado, a assunção, pelo menos nominal, de certos objectivos que aquele movimento colectivo tinha formulado (em termos genéricos, a reabilitação do edificado e a manutenção da população); por outro lado, o evitamento, tanto quanto possível, de o fazer de modo cooperante com o conjunto de actores sociais até aí envolvidos de maneira mais directa no processo.

Facto disto sintomático, entre muitos, é a obstinação com que procuram ignorar o outro gabinete local pré-existente — o atrás referido GLRA, constituído

---

16 Duas colectâneas que fazem o balanço actualizado do conceito de movimentos sociais, das suas versões e aplicações, e das controvérsias mais importantes a seu respeito, incluindo além disso contributos de grande parte dos autores de referência mais importantes na área, são a de Stanford M. Lyman (org.), *Social Movements: Critiques, Concepts, Case-Studies*, Londres, MacMillan Press, 1995, e a de Louis Maheu (org.), *Social Movements and Social Classes: The Future of Collective Action*, Londres, Sage Publications e International Sociological Association, 1995.

desde 1984 como órgão de consulta e apoio às juntas de freguesia de Santo Estêvão e São Miguel — e com que rejeitam o acervo de estudos, competências técnicas e capacidades relacionais benevolmente postas à disposição, nesse âmbito, tanto por residentes locais como por especialistas de diversas áreas pertinentes para uma intervenção do tipo da em causa, possuidores de conhecimentos e experiência em alguns dos seus aspectos cruciais: arquitectónicos, urbanísticos, históricos, económicos, sociais e culturais. Às próprias juntas de freguesia é sistematicamente recusada qualquer participação institucionalizada na orientação ou no acompanhamento da intervenção.

Acontece que, na prática quotidiana, as coisas acabaram por não se passar bem assim. A direcção do GTL e uma parte dos seus quadros técnicos, quer por concepções próprias mais ou menos divergentes das que presidiam à orientação política camarária, quer por força da adaptação às circunstâncias concretas do processo — isto é, pela necessidade incontornável de recorrer aos actores sociais referidos, e muito em especial aos autarcas locais, para inúmeras facetas da intervenção — muito cedo começaram a aceitar, ou mesmo a cultivar, múltiplas e frequentes modalidades de contactos informais.

A pouco e pouco, o gabinete começou a proceder a alguns estudos e, também, ao lançamento de algumas primeiras obras num conjunto de edifícios em situação particularmente difícil. A orientação imprimida oscilava entre uma perspectiva de planeamento prévio de carácter global e uma postura de intervenção imediata e casuística, qualquer delas condicionada na respectiva concretização por recursos técnicos, jurídicos e financeiros bastante limitados face à complexidade e à amplitude da operação.

As obras realizadas resolveram um pequeno número de casos graves e melhoraram as condições habitacionais de algumas famílias. Mas a intervenção ia-se realizando a ritmo lento e com problemas diversos, nomeadamente a nível de projecto, de construção e de realojamento dos moradores durante obras que se arrastavam.

Os projectos nem sempre tomaram em conta a especificidade do bairro, em termos físicos e em termos socioculturais. Certas soluções tradicionais — como por exemplo a preocupação de, mesmo em casas pequenas e modestas, procurar ter alguma janela com visibilidade para o rio — foram, em vários casos, pura e simplesmente ignoradas nos projectos de reconstrução, com prejuízos claros e escusados para os respectivos moradores. De um modo mais geral, a ausência de diálogo de alguns arquitectos com os habitantes das casas intervencionadas redundou em soluções desajustadas que poderiam ter sido evitadas com facilidade.

Além disso, os processos de construção por vezes não correram bem. Entre as razões para isso contava-se a dificuldade técnica específica em intervir neste tipo de prédios pobres e antigos, situados em encostas e edificadas muitas vezes sobre ruínas anteriores, sucessivamente acrescentados e modificados, das mais diversas maneiras, ao longo das décadas ou mesmo dos

séculos. Mas contava-se também a inexperiência neste género de obras, de reabilitação de prédios antigos, entre boa parte dos arquitectos, engenheiros, empreiteiros e operários intervenientes. Os aspectos construtivos da reabilitação urbana não tinham ainda sido, pela maioria deles, objecto de análise técnica, aprendizagem prática e experiência consolidada. Os materiais utilizados também nem sempre foram de qualidade suficiente.

Acresce que, com frequência, as obras se arrastaram muito para além do previsto e do razoável, devido a bloqueamentos de natureza burocrática, a atrasos nos pagamentos aos construtores ou a práticas seguidas por alguns empreiteiros de reafectar a outras obras, durante largos períodos, trabalhadores e equipamentos que, nos termos acordados, deveriam estar a trabalhar nas do bairro. Os realojamentos provisórios, necessários para que, em certas situações, obras de carácter mais de fundo pudessem ser efectuadas, tornaram-se assim, num número significativo de casos, muito mais demorados do que o anunciado às pessoas envolvidas.

Tal facto, pelo seu lado, tendia a agravar os efeitos de problemas diversos suscitados por tais realojamentos, nomeadamente quando realizados em casas construídas pela Câmara para o efeito num local relativamente distante situado na zona oriental da cidade. De entre esses problemas, e para além do referido prolongamento de prazos, os mais sentidos foram o afastamento de contextos relacionais e profissionais correntes, a ruptura de rotinas quotidianas sedimentadas por parte de população idosa, as dificuldades de adaptação a novos locais de residência e, noutro plano, o modo brusco, pouco informativo e pouco pedagógico, de pendor burocrático e algo autoritário com que bastantes dos processos de realojamento foram executados.

A operação ia-se pois desenrolando, mas com morosidade. O pequeno conjunto de intervenções realizado, embora incidindo sobre situações de considerável gravidade e urgência, contribuindo para o início da reabilitação do bairro e melhorando a qualidade habitacional de algumas famílias, também comportava problemas significativos. Mais importante ainda, não evitava deixar em estado de acentuada degradação, ou mesmo em progressivo agravamento de condições, muitíssimos mais fogos e prédios, muitos deles tão ou mais carenciados do que os primeiros. Isto para já não falar da ausência quase total de intervenção nos espaços públicos e nos equipamentos colectivos, em situação tão má quanto a das habitações.

As juntas de freguesia sugeriam repetidamente outras maneiras de enfrentar situações concretas específicas e de conduzir a intervenção no seu conjunto. Mas se, em casos pontuais, conseguiram obviar erros, ultrapassar bloqueios, suscitar cooperações e resolver problemas localizados, nos aspectos gerais nunca foram atendidas.

Por exemplo, cedo se tornou evidente que só pouco a pouco, na melhor das hipóteses, as intervenções de fundo nos edifícios poderiam ir abrangendo o conjunto das situações de degradação acentuada ou grave, uma vez que

estas atingiam grande parte do bairro. A proposta de, em paralelo com tais intervenções de fundo, em número limitado, proceder no curto prazo a pequenas reparações na generalidade dos outros prédios, designadamente nos telhados, para estancar infiltrações, evitar a progressão da degradação e os riscos de acidentes, e permitir que os residentes pudessem esperar porventura mais alguns anos pelas obras de reabilitação efectiva da sua casa com um mínimo de condições de habitabilidade, tal proposta das juntas de freguesia, reiterada várias vezes, nunca obteve qualquer assentimento ou concretização por parte do GTL.

Passado o período de expectativa inicial em relação às virtualidades de uma intervenção pela qual a população do bairro, as instituições locais e um conjunto de especialistas de diversas áreas se tinham empenhado, e com a qual tinham procurado colaborar, a crescente insatisfação com os resultados obtidos, com a ausência de participação institucionalizada e com o rumo geral do processo, levou a nova fase de intensificação do movimento social pela reabilitação urbana do bairro.

Do ponto de vista da dinâmica de protagonistas envolvidos, o ponto mais saliente deste período é a constituição, em 1987, de um novo actor colectivo com presença directa no processo, a Associação do Património e da População de Alfama (APPA). Perante a evolução do processo acima descrita e, em particular, perante a inviabilização sistemática da sua participação institucionalizada na intervenção, os protagonistas da primeira convergência tematizadora do bairro como objecto de reabilitação — juntas de freguesia, colectividades recreativas e população local com técnicos, investigadores e professores de diversas especialidades — procuram novos modos de intervenção.

Tinham sido acabados de promulgar dois diplomas legislativos, a Lei das Associações de Defesa do Ambiente e a Lei de Bases do Ambiente.<sup>17</sup> Esta legislação, embora com um âmbito muito mais vasto, incluía referências ao património construído, histórico e cultural, à respectiva defesa, salvaguarda e valorização, à especificidade dos centros históricos de áreas urbanas, à constituição de associações de defesa do património e aos seus direitos de participação institucionalizada (nomeadamente de consulta, informação, proposta, acompanhamento e representação) relativa aos seus domínios de interesse e, consoante os casos, junto quer das Câmaras Municipais, ou organismos a elas ligados, quer da administração central e regional.

É pois perante esta legislação que é criada a APPA, na procura de formas de superação dos bloqueios a uma participação no processo reconhecida e eficaz no plano institucional, bloqueios esses impostos pelos responsáveis camarários de então e repercutidos na actuação do GTL. Nesse contexto, a designação da associação, algo incomum, traduzia um compromisso. Chamava-se “do

---

17 Respectivamente, Lei n.º 10/87 e Lei n.º 11/87.

património” porque estavam efectivamente em causa aspectos patrimoniais, em sentido lato e em múltiplas vertentes (histórica, arquitectónica, paisagística e, também, sociocultural), e porque era esse o âmbito da legislação a que se recorria. Mas chamava-se também “da população” para consagrar a importância reivindicada para esta, enquanto destinatário primeiro da intervenção e enquanto protagonista interveniente do processo.

Esta tentativa de consagração emblemática de uma certa orientação decorria da constatação de uma possibilidade, muito real, que o decurso do processo já tinha evidenciado. Era ela a tendência para prevalecer, nos actores externos de algum modo postos em relação com a intervenção no bairro, uma perspectiva de valorização do património entendido apenas como histórico e físico — saindo a população local largamente a perder do processo, numa eventualidade de reabilitação que redundasse na expulsão dessa população e na sua substituição mais ou menos rápida por moradores com outro perfil social, de sectores mais abastados, com o argumento de que só eles poderiam propiciar os recursos financeiros necessários à reabilitação desse património histórico edificado.

Logo de início associa-se à APPA grande quantidade de pessoas, na sua larga maioria residentes no bairro, mas também algumas outras, em concreto pertencentes ao leque de especialistas envolvidos desde início da movimentação ou que a ela tinham aderido em fases subsequentes. A associação realiza assembleias, promove debates, prepara documentos, difunde tomadas de posição, estabelece contactos, suscita renovado interesse da comunicação social.

Algum tempo depois, no entanto, a APPA perde em grande medida a sua actividade. Razão de relevo pode encontrar-se nas mudanças muito significativas de contexto político e organizacional, a nível municipal, ocorridas na viragem dos anos 80 para os anos 90. As eleições autárquicas redundam, nessa altura (Dezembro de 1989), numa substituição dos responsáveis políticos da Câmara Municipal de Lisboa. O novo presidente e os novos vereadores pertencem agora a uma coligação PS-PCP. Nas eleições autárquicas seguintes, em 1993 e em 1997, esta coligação volta a ser vencedora.

Depois da primeira fase do processo de reabilitação urbana em Alfama, fase de constituição simbólica do bairro em objecto de reabilitação, por acção de uma convergência específica de actores sociais locais e não locais, e da segunda, correspondente à instalação e começo de actividade do GTL, por pressão desse movimento social mas num enquadramento político camarário que lhe era adverso, os anos 90 vão surgir como uma terceira grande fase, com características gerais que a distinguem da anterior. Terceira fase essa, no entanto, susceptível de ser subdividida em períodos diferenciados, de acordo com desenvolvimentos específicos que durante eles se registaram.

Algo que distingue de forma decisiva o processo de reabilitação urbana de Alfama durante os anos 90, logo desde o início e até agora, é que os dirigentes camarários eleitos passam a estar em sintonia política com as juntas de

freguesia do bairro. A facilidade de comunicação torna-se muito maior. A reabilitação urbana é enunciada como um eixo estratégico da actividade da autarquia. Passa a haver um pelouro próprio para a reabilitação urbana, muito em especial dos “bairros históricos”, com um vereador por ele especificamente responsável.

Do ponto de vista organizacional, é criada logo em 1990 uma nova Direcção Municipal de Reabilitação Urbana. Os gabinetes técnicos locais já existentes — os dois primeiros já referidos, de Alfama e da Mouraria, e o do Bairro Alto, constituído alguns anos mais tarde, mas ainda na década de 80, se bem que com um enquadramento orgânico e uma filosofia algo diferentes dos anteriores — são integrados na dependência dessa Direcção Municipal. Esta assume funções de coordenação geral da reabilitação urbana, desdobrando-se numa estrutura central, em serviços especializados transversais e em gabinetes locais, os já existentes e outros criados posteriormente.

Nos primeiros anos da década de 90, em simultâneo com a progressiva implementação desta nova estrutura organizacional, a escala da reabilitação urbana em Lisboa é bastante alargada. São criados novos gabinetes ocupando-se tanto de outros bairros históricos do centro de Lisboa, caso da Madragoa, como de certos pequenos núcleos históricos localizados na coroa periférica interior do concelho, como ainda dos pátios e vilas dispersos pela cidade. Mas o maior crescimento vem da expansão das áreas de intervenção dos três gabinetes previamente existentes, Alfama, Mouraria e Bairro Alto. A área de intervenção deste último é estendida ao bairro da Bica. E as dos dois primeiros passam a abranger toda a Colina do Castelo.

Em concreto, no que aqui interessa de maneira mais directa, acabam por ficar sob a responsabilidade de intervenção do Gabinete Técnico de Alfama, mais tarde designado por Gabinete Local de Alfama e Castelo, para além das freguesias de Santo Estêvão e de São Miguel, as do Castelo, de Santiago, da Sé, e parte da de São Vicente.

Os recursos financeiros atribuídos à acção do gabinete e o número de técnicos a trabalhar nele crescem substancialmente, em comparação com a década anterior. Mas perante o aumento da área de intervenção e perante a dimensão do problema, revelam-se ainda bastante insuficientes. Além disso, a reorganização operada começava a manifestar efeitos de sinal contrário.

Por um lado, acrescentava presença organizacional e peso específico à reabilitação urbana no contexto camarário, bem como coerência administrativa aos procedimentos e, ainda, recursos técnicos especializados ao planeamento e às intervenções. Mas, por outro lado, tendia a retirar funções e agilidade aos gabinetes locais, afastando-os dos centros de decisão, intercalando estruturas burocráticas e níveis hierárquicos intermédios entre a condução das operações, reenviada em grande medida para a estrutura central, e o contacto directo com as situações no terreno, que permaneceu a cargo dos gabinetes.

Ora, a integração de funções, a estrutura leve, a agilidade de actuação, o contacto directo com os problemas e a acessibilidade mútua entre técnicos e moradores que a presença nos locais de intervenção proporcionariam, pelo menos em princípio, tinham sido, precisamente, as principais vantagens, reconhecidas por todas as partes envolvidas, de não atribuir a reabilitação urbana ao funcionamento corrente dos diversos departamentos camarários habituais, mas a “estruturas de missão” especiais, bastante autónomas, os gabinetes técnicos locais.

Perante tensões como esta, situáveis no plano organizacional e noutros afins, e perante as geradas pela discrepância entre o volume da intervenção necessária e os escassos meios financeiros da Câmara para a realizar, com as implicações de um possível arrastamento do processo por décadas, desencadeia-se por meados da década de 90, a partir da direcção autárquica do pelouro responsável pela reabilitação urbana, um conjunto de redefinições. Destacam-se duas prioridades: a de obter financiamentos para as intervenções, aumentando volumes e diversificando fontes; e a de recentrar as operações e redinamizar os modos de actuação, através de projectos integrados exemplares.

Adiante retomam-se alguns dos aspectos mais importantes do processo, relativos sobretudo a estes últimos ciclos. Mas o que interessa aqui salientar é que ele se vai desenvolvendo através de um relacionamento entre os actores sociais implicados, relacionamento no qual se combinam conflitualidades e convergências.

As contraposições de interesses entre inquilinos e senhorios, as divergências políticas entre Câmara Municipal e juntas de freguesia, nas primeiras fases, o choque de sensibilidades e perspectivas entre os autarcas locais e o aparelho camarário encarregado da reabilitação urbana, prolongando-se aos períodos posteriores, as diferenças entre culturas profissionais dos vários tipos de técnicos do GTL e as dificuldades de comunicação entre a generalidade dessas culturas profissionais e a cultura local das populações residentes, são algumas das razões para que a discordância, a rivalidade e a conflitualidade sejam dados intrínsecos do processo. Dado intrínseco esse que é, afinal, correlativo da pluralidade de actores sociais em presença.

Mas não é menos verdade que, ao protagonizarem interactivamente a constituição de Alfama em objecto de reabilitação, assim como as várias configurações que o processo vai assumindo ao longo do tempo, estes actores delimitam, do mesmo passo, *um novo terreno social de relacionamento recíproco*.

De cada vez que se disputam sobre definições, objectivos, prioridades, soluções ou procedimentos a propósito da reabilitação do bairro, os actores sociais em presença consolidam o entendimento comum de que Alfama é um objecto de reabilitação. Acrescentam-lhe, assim, um novo traço de caracterização identitária, traço esse que se redobra sobre atributos prévios em geral associados à identidade cultural do bairro — e sobre os quais, como se viu, de algum modo se apoiou esta recente tematização —, incidindo sobre eles,

podendo reforçar uns e fragilizar outros, mas, no conjunto, retribalhando-os e reconstruindo-os enquanto componentes de uma representação saliente de identidade cultural, neste caso reportada ao bairro de Alfama.

A reconstrução social de Alfama como objecto de reabilitação surge, pois, não só como nova dimensão simbólica das representações identitárias a ela associadas mas, também, como resultado da convergência interactiva dos actores sociais envolvidos. E é nesse quadro relacional que se vão estabelecendo formas múltiplas tanto de concorrência como de cooperação, tanto de disputa como de aliança, é nesse sistema de acção concreto que ganham sentido as várias opções, as diferentes orientações, as ênfases diversificadas num ou noutro aspecto da reabilitação.<sup>18</sup>

Colocando a questão numa perspectiva algo diferente, mas complementar, pode dizer-se que o encadeamento dinâmico de relações entre actores sociais analisado se revela como um *processo identitário*, a vários títulos.

É processo identitário, por um lado, porque ancora, em grande medida, na identidade cultural do bairro, ou talvez melhor, porque esta é tomada como recurso fundamental de tematização e mobilização pelos protagonistas que o desencadeiam. Tem o carácter de processo identitário, também, porque é no espaço de referência das representações de identidade cultural em causa que se vai constituir e delimitar o quadro de relacionamento interactivo dos vários tipos de actores nesse processo implicados.

Surge como processo identitário, por outro lado, porque reorganiza a identidade cultural do bairro, sobretudo no sentido em que lhe acrescenta uma dimensão adicional, dimensão essa que surge também como condição para o não aniquilamento de outras pré-existentes, contribuindo para a respectiva continuidade, embora em termos renovados. Assume o cunho de processo identitário, ainda, porque repõe a identidade cultural do bairro, agora reconstruída, como objecto e como alavanca de novas dinâmicas sociais com relevância local e não local.

### **Intervenção, técnicos e organização**

Desde que é criado e começa a intervir no bairro, e sobretudo a partir do momento em que ali se instala fisicamente, o GTL passa a constituir um actor social nele decisivo — em particular, claro está, no que respeita ao processo de reabilitação urbana, mas também quanto a outros aspectos, tais como as actividades económicas, as redes sociais e as dinâmicas identitárias locais.

---

18 Uma reflexão analítica, desenvolvida numa perspectiva semelhante, a propósito da realização de obras em edifícios antigos, encontra-se em Alain Bourdin, "Négocié ou coopérer: les conditions d'un choix", in Maurice Blanc (org.), *Pour une Sociologie de la Transaction Sociale*, Paris, Éditions de l'Harmattan, 1992, pp. 151-166.

A intenção era criar uma pequena unidade organizacional que conduzir a operação no bairro com bastante autonomia e funcionamento integrado, assumindo muitas das competências habitualmente dispersas por múltiplos serviços camarários. Deste modo, o gabinete veio a incluir, no seu âmbito de intervenção, atribuições que vão desde a realização de estudos, a emissão de pareceres e a elaboração de projectos, até à realização de vistorias, ao acompanhamento das obras e à gestão de realojamentos.

O seu quadro de pessoal cifra-se em poucas dezenas de membros, incluindo técnicos de várias especialidades. O núcleo principal é constituído por arquitectos e engenheiros. Com estes, na vertente mais directamente relativa ao edificado, trabalham desenhadores e fiscais de obras. Não tão numeroso, mas com alguma importância numérica, conta-se o grupo das técnicas de serviço social. Quanto a sociólogos, juristas, economistas e historiadores, em regra o gabinete, no decurso da sua existência, não tem tido mais do que um elemento de cada uma dessas especialidades, e por vezes nem isso. Refira-se ainda um pequeno número de trabalhadores administrativos.

O gabinete intervém directamente nas obras em edifícios municipais, no arranjo de espaços públicos e equipamentos colectivos e, ainda, nas obras coercivas em prédios que, encontrando-se em muito mau estado, exigem reparações que os respectivos proprietários se recusam a realizar, mesmo tendo sido para tal intimados pela Câmara. Em tais circunstâncias, esta pode tomar posse administrativa do prédio, apresentando ao senhorio, uma vez as obras terminadas, a conta dos encargos correspondentes.

Mas boa parte da reabilitação, abrangendo cerca de dois terços dos fogos intervencionados, tem sido realizada através do programa Recria — Regime Especial de Participação para Recuperação de Imóveis Arrendados. Nesses casos, quem promove as obras são os senhorios. No entanto, os custos são suportados, em fracção variável mas muito significativa, pelo estado e pela Câmara. E a intervenção do GTL, nos planos técnico, administrativo, social e fiscalizador, assume também com frequência grande importância e intensidade, em todo o decurso da obra e até, por vezes, no seu próprio desencadeamento. O gabinete tem ainda intervenção nas obras puramente particulares, embora, no essencial, apenas regulamentadora e fiscalizadora.

A acção do GTL nas operações concretas de reabilitação urbana apoiou-se, desde o início, em dois instrumentos de excepção fundamentais, já referidos. Um deles é relativo aos contratos de apoio técnico e financeiro, ao abrigo dos quais o próprio gabinete se constituiu e obteve alguns meios para começar a trabalhar.

O outro é a declaração de “área crítica”. Tal declaração vinha permitir, designadamente, a expropriação expedita e a tomada de posse administrativa de prédios com necessidade de intervenção urgente, em especial perante situações de ruína iminente, de manifesta incapacidade ou recusa em

proceder a obras por parte dos proprietários ou de particular importância de certos prédios para o prosseguimento da operação. Entre outros aspectos, possibilitava-se assim, também, a protecção dos direitos de arrendamento dos inquilinos na eventualidade de derrocada dos edifícios.

Estes instrumentos são formalizados jurídica e contratualmente entre 1985 e 1987.<sup>19</sup> Em 1988 é promulgado um outro, com importância significativa para a acção do GTL. É ele a concessão à Câmara do direito de preferência nas compras e vendas entre particulares de terrenos ou edifícios situados nas áreas críticas, isto é, no caso vertente, pertencentes ao bairro de Alfama.<sup>20</sup> Tornou-se assim possível ao gabinete intervir para estabelecer alguma contenção de dinâmicas especulativas e, sobretudo, para evitar, ou pelo menos para colocar limites a certas transacções visando induzir a saída dos moradores mediante indemnização, com intuítos de, após a reabilitação do prédio, proceder à venda ou ao arrendamento a preços muito mais elevados.

Dentro do leque dos instrumentos jurídicos e medidas de política de carácter decisivo para o processo de reabilitação urbana surgidos nesta fase, e continuando em sequência cronológica, importa ainda destacar o já acima mencionado programa Recria, de 1988.<sup>21</sup> Visando promover obras de conservação e beneficiação que permitissem a recuperação de imóveis degradados, o seu âmbito de aplicação não se limitava às áreas críticas. Mas foi nestas, nomeadamente em Alfama, um instrumento importante para que senhorios de prédios velhos, com rendas antigas, comesçassem eles próprios a proceder à reabilitação dos seus imóveis com casas arrendadas a terceiros. Tanto mais que, aqui, para além das participações públicas no custo das obras, o gabinete proporcionava também apoios de ordem arquitectónica, técnica e burocrática, complementando-os ainda, em certos casos, com apoios ao realojamento provisório de inquilinos.

A inflexão política camarária a partir de 1990 traduziu-se, como se disse, em alterações de carácter estratégico, relacional, organizativo e financeiro. A reabilitação urbana ganhou outra importância explícita enquanto eixo de acção municipal. Das relações tensas, desconfiança recíproca e bloqueio quer de comunicação, quer de cooperação entre os responsáveis políticos da CML e os actores sociais locais, passou-se a uma sintonização de perspectivas, pelo menos em linhas gerais, e a uma muito maior facilidade de interlocução. Foi criada a Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, de cuja coordenação o Gabinete Técnico Local de Alfama passou a depender. Expandiu-se a área de

---

19 Para além dos diplomas atrás referidos, refira-se o Edital n.º 9/87 da Câmara Municipal de Lisboa, o qual, de acordo com a legislação concernente à declaração de "áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística", concretiza as possibilidades de expropriação urgente e de tomada de posse administrativa de imóveis.

20 Decreto Regulamentar n.º 13/88.

21 Decreto-Lei n.º 4/88.

intervenção e o nível de financiamento atribuído à reabilitação urbana foi multiplicado de modo significativo.<sup>22</sup>

Com os novos meios financeiros e com o progressivo recurso ao Recria, a escala da intervenção começou a mudar. O número de prédios em obras, apesar de minoritário e largamente insuficiente face às necessidades, foi adquirindo, com gradualidade, alguma expressão. As verbas disponíveis permaneciam, contudo, a enorme distância do requerido por uma operação com o volume e a complexidade da que estava em causa. Do mesmo modo, o Recria tinha várias limitações de partida, nomeadamente no âmbito de aplicabilidade e no grau da contribuição financeira estabelecida. Os moradores em casa própria, por exemplo, não podiam recorrer a ele. Quanto aos senhorios, em muitos casos os encargos remanescentes não eram por eles considerados como viáveis ou motivadores, atendendo nomeadamente à profundidade das obras que o estado de degradação atingido impunha em bastantes situações.

Por outro lado, cedo começaram a surgir também diversos problemas de aplicação, manifestando-se com alguma frequência na forma de consequências perversas para moradores vivendo em casas arrendadas. Entre elas contavam-se o desajustamento de certas soluções adoptadas a nível de projecto ou a má qualidade das obras efectuadas por alguns empreiteiros — aspectos a que já se fez referência mais desenvolvida. Além disso, perfilavam-se situações de subidas de renda inesperadamente acentuadas, na sequência de obras de reparação e de beneficiação efectuadas ao abrigo do programa, apesar das regras de contenção que ele previa.

Em todos estes aspectos de aplicação, e noutros, o gabinete camarário local, como actor colectivo organizado, e os seus técnicos, como actores sociais portadores de pericialidades técnicas e culturas profissionais específicas, acabaram por encontrar zonas de incerteza e margens de indefinição que tanto impõem como propiciam coeficientes de actuação próprios, com importância variada mas não negligenciável.<sup>23</sup>

---

22 Sobre os principais instrumentos de intervenção então disponíveis, a nova estrutura orgânica e a perspectiva de gestão urbana preconizada pelos seus responsáveis políticos e técnicos, ver Filipe Mário Lopes, "Reabilitação urbana em Lisboa", *Sociedade e Território*, n.º 14-15, 1991.

23 A análise referente às zonas de incerteza dos sistemas de acção e aos consequentes poderes estratégicos dos actores remete para formulações que remontam a Michel Crozier e Erhard Friedberg, *L'Acteur et le Système: Les Contraintes de l'Action Collective*, op. cit. Quanto aos profissionais de elevadas qualificações, à centralidade dos peritos na constituição da modernidade e às respectivas culturas profissionais, a produção sociológica é vastíssima, tendo-se iniciado já na primeira metade do século XX. Para um balanço de correntes teóricas acerca do primeiro aspecto, veja-se Maria de Lurdes Rodrigues, *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta Editora, 1997. Quanto ao segundo, um texto de referência actual é Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (1990). A respeito do terceiro pode consultar-se, para uma ilustração com remissões à bibliografia fundamental, António Firmino da Costa, "Cultura profissional dos sociólogos", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 5, 1988.

Por outras palavras, muitas vezes depende deles, em medida significativa, dar ou não andamento, atribuir ou não prioridade, optar por uma ou outra via, proceder a este ou àquele encaminhamento das questões, adoptar um ou outro estilo de actuação. E isto, por sua vez, tem a ver tanto com os contextos organizacionais e interactivos, incluindo as relações de trabalho, de poder e de comunicação neles vigentes, como com as sensibilidades pessoais, as orientações ideológicas e os modelos de cultura profissional.

Sistematizando, a presença do gabinete técnico no processo de reabilitação urbana do bairro pode analisar-se segundo três dimensões interrelacionadas: a) *como actor colectivo*, isto é, como sede de estratégias, de decisões e de actos relevantes no âmbito do sistema de acção que se vai estruturando em torno da reabilitação do bairro, e de que é ele próprio elemento constitutivo nuclear; b) *como unidade organizacional*, com os seus regimes de divisão de trabalho, de coordenação e de autoridade, com a sua morfologia estrutural e o seu sistema relacional, com as suas culturas profissionais e organizacionais, com os seus processos de decisão e as suas actividades operacionais, com as suas relações com os principais contextos sociais que o envolvem, nomeadamente o aparelho camarário e o bairro; c) *como elemento do quadro de interacção local*, dimensão em que se inclui toda a multiplicidade de contactos reiterados entre o pessoal do gabinete e as populações ou as instituições locais.

Não cabe nos objectivos deste trabalho proceder a uma análise desenvolvida deste conjunto de dimensões.<sup>24</sup> Mas importa continuar a percorrer alguns dos aspectos que se reportam de maneira directa ao fio condutor de questões aqui em exame.

O gabinete técnico é a organização especializada envolvida de maneira mais directa nas intervenções de reabilitação urbana a nível local. O seu âmbito local de intervenção não significa, porém, como é evidente, que tenha o carácter de uma “instituição local”, no sentido de Anthony Leeds, como discutido no capítulo 5. Trata-se, antes, de acordo com a mesma perspectiva, de um prolongamento local da Câmara Municipal de Lisboa, a qual, dada a escala privilegiada a que se constitui o objecto da presente análise, a escala do bairro, se pode considerar neste contexto como uma “instituição supralocal”.

Mas, ainda na mesma ordem de ideias, a inserção local do GTL, assim como a importância que assumiu para o bairro o processo de reabilitação urbana, do qual por sua vez o gabinete é protagonista destacado, colocam-no bem no interior do quadro de interacção local. Com ele interagem inquilinos, senhorios, comerciantes, colectividades e juntas de freguesia, na apresentação de propostas e sugestões, no pedido de apoio e na procura de soluções, no

---

24 Veja-se a este respeito, de Manuel João Ribeiro, “Reabilitação urbana: estratégia e organização”, *Sociedade e Território*, n.º 14-15, 1991.

protesto perante o que consideram inoperância, actuação errada ou serviço indevido a outros interesses.

A inserção do GTL nesse quadro de interacção significa, entre outras coisas, que os seus técnicos e funcionários não podem deixar de estar, em maior ou menor medida, sujeitos a observação constante e a interpelação reiterada pelos actores sociais locais, de com eles interagirem em regime quotidiano, de ali estabelecerem relações de cooperação ou conflito, de amizade ou hostilidade, ou mesmo de poderem ver-se envolvidos em redes relacionais de base local.

A localização material do GTL no interior do espaço físico do bairro foi factor decisivo da construção desse regime relacional. E este, por sua vez, contribuiu para que as razões e as necessidades dos residentes não fossem facilmente descuradas e para que — pese embora o conjunto de oscilações nos critérios e de incongruências na aplicação — a intervenção fosse conduzida até agora, em termos de resultante geral, de acordo com a perspectiva de considerar a população local como sua destinatária primeira. E isto apesar do peso de interesses económicos ligados aos operadores imobiliários, bem como de disposições ideológicas e concepções técnicas contrárias prevalentes entre certos dirigentes políticos e a maioria dos quadros técnicos da Câmara Municipal.

Se os interesses de proprietários e operadores imobiliários se mantiveram, ao longo do processo, basicamente os mesmos e bastante homogéneos, o mesmo não se pode dizer dos dois últimos conjuntos de actores sociais referidos.

Quanto aos dirigentes políticos camarários, o que se observou foi, por um lado, uma certa continuidade discursiva quanto a pretender-se conduzir a intervenção de reabilitação urbana recuperando os edifícios e melhorando a qualidade dos fogos, mas de modo a salvaguardar as possibilidades de opção dos moradores pela permanência residencial no bairro. No entanto, por outro lado, com a passagem de uma vereação de direita para uma vereação de esquerda, ocorrida na transição da década de 80 para a de 90, verificou-se ao mesmo tempo um conjunto de mudanças bastante drásticas, já referenciadas.

Algumas das mais importantes dessas mudanças situaram-se no plano do reforço de prioridade, de financiamento e de enquadramento organizacional às intervenções de reabilitação urbana. Mas, porventura mais decisivas ainda para o aspecto de momento aqui em foco, relativo aos jogos de actores que se vão constituindo e refazendo no desenrolar do processo, foram as mudanças de relacionamento entre os autarcas camarários directamente responsáveis pela operação e os actores sociais locais, muito em especial as juntas de freguesia. Passou a haver uma sintonia forte no modo de entender a referida orientação para os moradores enquanto destinatários primeiros da intervenção, uma comunicação fácil com as populações e as instituições do bairro e, ainda, uma manifesta disponibilidade de princípio para articular a intervenção técnica com o protagonismo local.

Acontece que foi justamente neste último conjunto de aspectos que mais se fez sentir a interferência específica dos técnicos do gabinete e que maior importância assumiram os respectivos modos de estar no processo e de nele intervirem. Fizeram-no frequentemente com entusiasmo e com esforço pessoal não habituais nos serviços camarários mais rotineiros. Mas, em muitos casos, estiveram no processo transportando consigo disposições profissionais, inclinações ideológicas e sensibilidades culturais de pendor contrário ao dos enunciados políticos acerca do sentido a dar à operação de reabilitação urbana no bairro.

Apesar da importância assumida por um perfil genérico prevalecente entre os técnicos a este respeito, torna-se necessário salientar, antes de mais, que não formam, longe disso, um bloco homogêneo. Algumas diferenças decorrem, desde logo, da diversidade de áreas de especialidade e das culturas profissionais predominantes em cada uma delas. São diferenças de carácter geral, que têm a ver com os domínios privilegiados por cada uma (arquitectónicos, técnico-construtivos, jurídicos, económicos, histórico-patrimoniais, assistenciais, socioculturais) e com as configurações cognitivas, operatórias e deontológicas que tendem a ser veiculadas pelas respectivas socializações escolares e profissionais.

Mas, mesmo deste ponto de vista, não há homogeneidades absolutas. Em qualquer dos domínios de especialidade referidos, os técnicos que passaram pelo gabinete não deixaram de evidenciar versões diferentes das respectivas culturas profissionais e variados estilos de prática profissional, às vezes mesmo bastante divergentes, pelo menos nalgumas das suas dimensões. Além disso, com estas diferenças intersectam-se outras, tais como as associadas à antiguidade na área da reabilitação urbana, e em particular naquele gabinete, como as preferências político-ideológicas ou, ainda, como a postura relacional de cada um no contacto com os actores sociais locais.

Tudo isto, em todo o caso, não invalida a presença continuada, através das fases que o processo atravessou até agora, de alguns traços salientes nas perspectivas e nas práticas adoptadas pelos técnicos do GTL (e, em geral, da Direcção Municipal de que ele depende), relativamente transversais às diversas especialidades, embora mais característicos de algumas delas. Vale a pena destacar dois desses traços, particularmente contrastantes com as expectativas locais e com as perspectivas preconizadas pelos políticos camarários da década de 90 com responsabilidade directa no pelouro da reabilitação urbana.

Um deles tem, em primeira mão, incidências relacionais, mas repercute-se em variadíssimos aspectos, por exemplo nos projectos de arquitectura e nos processos de realojamento. Em concreto, entre os técnicos do gabinete tem prevalecido, com algumas excepções minoritárias, um traço de cultura profissional que tende a considerar como inútil, para não dizer mesmo prejudicial, o diálogo das competências técnicas e das perspectivas profissionalmente construídas com os

saberes práticos, as expressões de interesse e os sistemas de preferências próprios da cultura popular local.

Tal prevalência, reproduzindo aliás algo que é corrente entre funcionários e técnicos, nomeadamente na organização camarária, reforçou-se com o aumento de dimensão e com a subsunção numa estrutura mais pesada, funcionalizada e hierarquizada, a Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, tendo vindo a acentuar-se ao longo do tempo.

O outro traço, que estabelece com o anterior uma dinâmica de reforço recíproco, situa-se logo à partida no plano das orientações substantivas ou das perspectivas sobre a reabilitação urbana, em particular da reabilitação urbana de espaços sociais habitados. Especificando ainda mais, a questão tem a ver com as políticas de reabilitação a seguir a respeito de certos espaços urbanos degradados com duas características sobrepostas: serem habitados por populações de perfil social popular, por um lado; e, pelo menos a partir de determinada altura, passarem a ser objecto de valorização potencial significativa, de carácter simbólico e fundiário, por outro.

Em termos de orientações de fundo para a intervenção, a alternativa fundamental que se coloca é, pois, *transformar o processo de reabilitação urbana num processo de gentrificação*, promovendo-o activamente ou deixando actuar, sem entraves de maior, tendências nesse sentido, ou então *fazer do processo de reabilitação urbana um processo de desenvolvimento social de um determinado meio popular*, fazendo contenção àquelas tendências e procurando apoio noutras. Entre estas últimas podem incluir-se quer a renovada atenção institucional ao combate à exclusão social que atinge ou ameaça segmentos importantes da população, quer as dinâmicas próprias de recomposição social qualificante de outros segmentos, tanto a existência local de formas de mobilização colectiva como o actual interesse generalizado pelas identidades culturais.

Desde pelo menos os anos 70 que se desenrola, em cidades dos Estados Unidos da América e da Europa, o que foi designado como processos de “gentrificação”. Com a expressão, de origem anglo-saxónica (*gentrification*), pretendeu-se designar o movimento de reocupação por elementos das classes altas e médias — sobretudo por jovens adultos das novas classes médias de profissionais com níveis elevados de capital escolar — de áreas centrais das cidades, nomeadamente centros históricos e zonas portuárias, anteriormente desvalorizadas, degradadas e habitadas por populações de fracos recursos, com baixo status ou em situação de exclusão social. Nesses processos, estas populações, entre as quais se incluem, de forma paradigmática, embora variando conforme os contextos, desde meios envelhecidos do operariado e outros segmentos das classes populares urbanas até franjas de subproletariado e minorias étnicas, foram em geral desalojadas, com frequência de maneira bastante abrupta.<sup>25</sup>

Pela mesma altura verificava-se uma mudança de ênfase, entre urbanistas, da renovação urbana para a reabilitação urbana, como política urbanística por

excelência para lidar com a “cidade existente”, pelo menos nas áreas urbanas com centralidade e carga simbólica valorizável.<sup>26</sup> Neste quadro, processos de reabilitação desencadeados em diversas cidades dos países mais avançados tornaram-se processos de gentrificação. A controvérsia a este respeito, nos meios científicos e artísticos, técnicos e políticos de algum modo especialistas nas questões urbanas, cedo localizou este efeito, com alguma frequência denunciou-o em termos teóricos e, por vezes, procurou contrapor-se-lhe em termos de políticas efectivas.<sup>27</sup>

Tanto o movimento social emergente no bairro nos inícios dos anos 80 como as orientações assumidas pelos principais responsáveis políticos envolvidos adoptaram posições contrárias à reabilitação como gentrificação. Porém, entre os técnicos, passou-se algo diferente. A maioria dos que vieram a integrar o GTL e as estruturas camarárias de que ele depende mostrou-se em geral muito mais sensível aos interesses e direitos dos senhorios do que dos inquilinos, aderiu muito mais à deseabilidade, ou pelo menos à viabilidade, de um cenário futuro de novas classes médias recém-chegadas do que de requalificação social predominantemente endógena.

Não que tenha sido essa, até agora, a resultante principal da intervenção. Outros factores, como os que se têm vindo a analisar, cruzaram-se com este, dando ao conjunto do processo uma feição geral não gentrificadora, se bem que recheada de contra-exemplos e soluções ambivalentes, e mantendo, também, uma grande margem de indeterminação quanto ao futuro.

Mas a posição dos técnicos, salvo excepções, inclina-se nesse sentido. Nuns casos por convicção expressa, em sintonia com o clima ideológico neo-liberal dominante entre meados da década de 80 e meados da de 90. Noutros por inclinação implicitamente inscrita na acção prática — mesmo que acompanhada por um misto de ideal antigentrificador abstracto, de

25 Uma das principais obras colectivas de análise, balanço e crítica sobre o assunto é a organizada por Neil Smith e Peter Williams (orgs.), *Gentrification of the City*, Boston, Allen and Unwin, 1986.

26 Um dos textos mais emblemáticos dessa viragem terá sido, entre nós, o de Nuno Portas, “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, *Sociedade e Território*, n.º 2, 1985. Todo esse número da revista, aliás, era dedicado ao tema, incluindo artigos sobre o Bairro Alto, em Lisboa, sobre o centro histórico de Beja e sobre casos como os da Sé, da Ribeira-Barredo e das “ilhas”, no Porto.

27 Para além de contributos como os referenciados nas notas anteriores, podem acrescentar-se, de entre os inúmeros possíveis, três interessantes estudos sobre casos espanhóis inseridos no n.º 14-15 da revista *Sociedade e Território*, número temático sobre “Património, Ambiente e Reabilitação Urbana”, em concreto de Carmen Gavira, “Efectos sociales de las intervenciones en los Centros Históricos de las ciudades españolas”, de Anxel Viña Carregal e Juan Luís Dalda Escudero, “Las perspectivas de la rehabilitación en el Plan Especial de Protección de la Ciudad Histórica de Santiago de Compostela”, e de Mercedes Tatjer Mir, “Grupos sociales, agentes urbanos, estrategias y conflictos en ciutat vella de Barcelona”. Um balanço recente sobre Portugal encontra-se em AA.VV., *Regionalização e Identidades Locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

sentimento de impotência perante as dificuldades no terreno e de crença na inevitabilidade da gentrificação, induzida por referência generalizante a certos exemplos estrangeiros. Pesarão ainda, mas em medida variável e sem carácter de relação determinista com as posições adoptadas, as maiores afinidades electivas com os estilos de vida das novas classes médias do que com os de um meio popular como o até à data existente em Alfama.<sup>28</sup>

Tudo isto, aliás, acrescido de um argumento adicional, a que é frequente vê-los recorrer para efeitos de legitimação de posições com tonalidade gentrificadora: o de que, afinal, os próprios moradores de Alfama prefeririam mudar-se para outros locais de residência, eventualmente em modernas zonas-dormitório das periferias da metrópole.

### Disposições em relação à casa e ao bairro

As manifestações e implicações da identidade cultural, tal como é vivida pela população do bairro, reaparecem assim, por outra via, no centro do processo.

Nos debates públicos e nos diversos confrontos de opiniões entre os actores sociais em presença, muito em especial ao longo das suas primeiras fases, foram esgrimidas com grande frequência hipóteses de sinal contrário acerca das relações subjectivas mantidas pelos habitantes de Alfama com as casas e com o bairro.

Os técnicos do GTL, de um modo geral, mostram-se cépticos em relação ao apego ao bairro por parte dos alfamistas. Propendem a considerar que, se se lhes der uma indemnização vantajosa, não terão grandes objecções em mudar de casa para outro local, e que as novas gerações, sobretudo, estarão desejosas de o fazer. Quanto a estas últimas, a ideia subjacente é de que, por um lado, estarão já bastante afastadas das gerações anteriores, em termos de aspirações e estilos de vida, voltando-se assim, como referência privilegiada, para o modo de vida suburbano das periferias metropolitanas; por outro lado, não seriam ainda possuidoras dos capitais culturais sofisticados e actualizados que as pudessem levar a apreciar o valor simbólico de uma nova vivência cosmopolita de centros históricos renovados.

Pelo contrário, os protagonistas locais intervindo de maneira directa no processo, como os autarcas das juntas de freguesia, desde o início que insistiam na vontade largamente partilhada pela população local de continuar a residir no bairro. Não só apontavam a violência material e emocional que

---

28 É elucidativa a este respeito, acerca das influências referidas nas posições de analistas e técnicos de intervenção, por referência a outros espaços urbanos envolvidos em processos de gentrificação, a consulta do texto de Justin O'Connor e Derek Whyte, "Das margens para o centro: produção e consumo de cultura em Manchester", in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 1997.

representaria o afastamento compulsivo dos moradores em geral e dos mais idosos em particular, como salientavam ser também desejo de muitos dos jovens continuar a viver ali. Assinalavam mesmo, como questão crucial a ser enfrentada, devendo ser incluída na agenda do processo de reabilitação urbana, a dificuldade de os jovens do bairro em transição para a vida adulta nele conseguirem encontrar residência autónoma.

Nessa preferência pelo bairro como quadro de vida, observável também nos contactos directos estabelecidos no decurso da pesquisa de terreno, pesam diversos tipos de vantagens e de sentimentos, apresentados de forma explícita ou captáveis nos implícitos das declarações e dos comportamentos. Situam-se em variados planos: no das redes sociais de apoio à vida quotidiana ali estabelecidas entre familiares de várias gerações, no da acessibilidade aos locais de trabalho e ao centro da cidade, no da fruição dos regimes de sociabilidade constituídos no bairro desde a infância, no do partido susceptível de ser tirado do conhecimento profundo só por eles possuído dos meandros labirínticos do espaço físico e social local, no dos sentimentos de pertença ao bairro e da afectividade construída em relação a ele.

Tal orientação preferencial das novas gerações para o bairro como local de residência não é contudo universal e tinha sido porventura algo menor anos antes, numa conjuntura em que as expectativas de mobilidade social tendiam a estar mais linearmente associadas a referências habitacionais suburbanas. Mas os aspectos acima referidos não deixavam de ser ponderados no outro prato da balança e, além disso, mais recentemente, a preferência pelo bairro voltou a reforçar-se perante o tempo cada vez maior gasto nos transportes de comutação diária entre o centro e as periferias do espaço metropolitano e, noutra ordem de considerações, perante a revalorização simbólica dos centros históricos, ela própria já a passar por via escolar e mediática para os quadros de valores de parte, pelo menos, dos jovens de Alfama.

O próprio processo de reabilitação urbana contribuiu, por sua vez, para esta revalorização. Dela são sintoma, aliás, não só estratégias individuais de jovens locais para a permanência habitacional no bairro, mas também a participação de alguns deles em iniciativas de carácter colectivo, de diversos tipos. Refiram-se, como exemplos, a presença de vários em actividades da Associação do Património e da População de Alfama ou a tentativa de constituição em meados da década de 90, por um conjunto deles, de uma cooperativa de habitação, a qual visaria especificamente a reabilitação de edifícios da zona com fogos devolutos para virem a servir de futura habitação aos jovens cooperantes.

No Inquérito Sociológico à População, Habitação e Actividades de Alfama, realizado em 1989/90 e já aqui por diversas vezes referido, foi possível acordar com o GTL a inclusão de um conjunto de indicadores acerca das disposições dos residentes em relação à casa e ao bairro. Procurava-se assim obter base informativa mais sólida, ou pelo menos mais sistemática e quantificada, a propósito

deste tema de controvérsia permanentemente reactivada na interacção entre os actores sociais envolvidos de forma directa no processo.

O questionário foi construído de modo a integrar quatro indicadores simples, mas que se revelaram bastantes eficazes, agrupados em dois blocos, um referente à casa e outro respeitante ao bairro. Os resultados das respostas por parte dos membros dos núcleos conjugais principais dos grupos domésticos, incluindo pessoas isoladas, permitem um conjunto de conclusões interessantes.

As conclusões mais imediatas que se podem retirar dos dados apresentados no quadro 7.2 são que, quanto à identificação afectiva com a casa, a posição largamente maioritária é a dos que gostam dela, representando mais de quatro quintos dos inquiridos. Os que declaram não gostar da casa em que residem não chegam a um quinto. Já quanto à avaliação cognitiva das condições materiais que o alojamento possui, os resultados são bastante diferentes. Se um pouco mais de metade acha que a casa é satisfatória, a quantidade dos que consideram que o alojamento em que residem não tem condições aceitáveis atinge quase outra metade.

Gostar da casa não é, evidentemente, o mesmo que considerar que ela está em boas condições. Estes dois eixos das apreciações dos moradores sobre a habitação remetem para questões diferenciadas e para ordens avaliativas claramente distintas, embora com maiores ou menores influências recíprocas. Por outro lado, as apreciações em causa dependem dos critérios culturais de que a população residente é portadora. Os critérios de gosto não são iguais aos de qualquer outro meio urbano, o que pesa na identificação afectiva com a casa. E os critérios de avaliação da qualidade material e funcional do alojamento também não são independentes das características socioculturais de cada meio social, o que influencia o julgamento das condições consideradas satisfatórias ou não.

Este carácter social e culturalmente relativo das apreciações ajuda a compreender, por exemplo, que, numa população maioritariamente idosa, com escolaridades baixas e profissões pouco qualificadas, o julgamento das condições de habitação como insatisfatórias não seja ainda mais elevado. Em todo o caso, a difusão de novos padrões de vida, a sucessão de gerações e as dinâmicas de gradual transformação das qualificações escolares e profissionais jogam no sentido da acentuação da tendência para avaliações mais exigentes.

Como o quadro 7.2 procura evidenciar, é possível decompor em quatro modalidades básicas as avaliações afectivas e cognitivas dos habitantes de Alfama a respeito das suas casas. O peso relativo de cada um desses tipos de relações dos moradores com os respectivos alojamentos não é uniforme.

Uma primeira modalidade que assumem as disposições dos moradores em relação à casa é a dos que gostam dela e acham que tem condições satisfatórias. Pode designar-se esta modalidade por *identificação habitacional satisfatória*. É a mais numerosa, com cerca de metade das declarações. Mas o facto de

**Quadro 7.2** Tipos de disposições em relação à casa dos núcleos conjugais principais residentes em Alfama, 1990 (em percentagem)

| Relação afectiva com a casa | Avaliação cognitiva das condições da casa               |   |
|-----------------------------|---|---|
|                             | Considera que a casa tem condições satisfatórias (51,7) | Considera que a casa não tem condições satisfatórias (48,3) |
| Gosta da casa (81,3)        | Identificação habitacional satisfatória<br>49,2         | Identificação habitacional dissonante<br>32,1               |
| Não gosta da casa (18,7)    | Desenraizamento habitacional<br>2,5                     | Dupla carência habitacional<br>16,2                         |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

surgir em primeiro lugar não deve dar azo a uma subavaliação do volume da intervenção necessária no bairro. Muitas das casas a que estas respostas se reportam precisavam efectivamente de obras. Seja como for, para além dos cuidados que, como acima assinalado, é preciso pôr na interpretação dos dados, em virtude do carácter social e culturalmente contextualizado das disposições expressas e das tendências de mudança que nelas se perfilam, aquele valor implica que, mesmo do ponto de vista subjectivo dos residentes, a outra metade, ou mesmo um pouco mais, não se encontrava na situação que, em princípio, deveria abranger todos os grupos domésticos.

Um segundo tipo é o dos que gostam da casa mas acham que ela não tem condições satisfatórias. Corresponde a famílias que, por um lado, se identificam com um espaço habitacional que apropriaram e no qual investiram afectivamente. É uma casa que lhes agrada, que faz parte das suas vidas enquanto importante referência positiva. Tal como os do tipo anterior, provavelmente só a abandonariam de maneira forçada, e essa ruptura seria vivida como uma violência e uma perda. Mas, por outro lado, essa componente essencial da qualidade de vida que consiste numa relação gratificadora com a habitação é ameaçada e contrariada pelas más condições do alojamento.

Encontra-se aqui grande quantidade de casas em muito mau estado, ou sem determinados equipamentos essenciais, ou excessivamente acanhadas e incómodas, em resultado quer da respectiva degradação física, quer do crescimento da família, quer ainda do desenvolvimento de novas necessidades e aspirações. Trata-se, portanto, de situações de discrepância entre o posicionamento dos moradores nos dois parâmetros avaliativos considerados, entre um gosto efectivo pela casa e um julgamento negativo sobre as suas condições. Este perfil de disposições, designável por *identificação habitacional dissonante*, atingia uma percentagem muito significativa da população, cerca de um terço dos inquiridos.

Um terceiro tipo é, de algum modo, diametralmente oposto ao anterior. Isto é, agrupa as pessoas que não gostam da casa em que residem, apesar de

acharem que ela possui condições satisfatórias. A esta modalidade de disposições em relação ao alojamento pode chamar-se, pois, *desenraizamento habitacional*. Representava apenas 2,5% dos membros nucleares dos grupos domésticos.

Por último, um quarto tipo corresponde aos que nem gostam da casa nem acham que ela tenha condições satisfatórias. Traduz um perfil de relação com o alojamento que se pode apelidar de *dupla carência habitacional*. A quantidade de famílias abrangidas, apesar de substancialmente menor do que a de qualquer dos dois tipos de identificação com a casa (satisfatória e dissonante) é, ainda assim, bastante significativa, passando dos 15%.

As relações de identificação afectiva e avaliação cognitiva dos moradores acerca do espaço em que residem não se reportam apenas à casa mas abrangem também o bairro. O próprio gosto pela casa terá de interpretar-se no quadro da relação afectiva com o bairro enquanto território, tecido social e referente de identidade cultural. A configuração sociocultural local e a composição social da população ajudam igualmente a compreender a avaliação que os moradores fazem das condições tanto da casa como do bairro.

Uma população com outro perfil social, composta por uma maioria de grupos domésticos de classes médias e altas, com padrões de referência residenciais incluindo aspectos como, designadamente, grau acentuado de privacidade individual e familiar, desafogo nos espaços interiores e nos arruamentos, acesso de automóvel e possibilidades de estacionamento — aspectos todos eles quase impossíveis de concretizar no local —, não revelaria, com toda a probabilidade, uma experiência vivida de ajustamento ao bairro tão conseguida como a que, apesar de tudo, os habitantes de Alfama apresentam. Este é, aliás, outro dos factores que contribuem para fazer alguma contenção, ali, a um processo generalizado de gentrificação.

Os que gostam do bairro são ainda mais do que os que gostam da casa, constituindo uma larguíssima maioria, na ordem dos 85% (quadro 7.3). Importa notar no entanto que, tratando-se de uma relação negativa com incidência tão presente no quotidiano e potencialmente tão prolongada no tempo, a fracção dos outros cerca de 15% que não gostam do bairro não se pode considerar insignificante. Também aqueles que acham ter o bairro, no conjunto, condições satisfatórias são mais numerosos do que os que manifestam uma opinião desse género acerca da casa. Mas, tal como acontece em relação ao alojamento, os descontentes com as condições do bairro são bastante mais do que os que não gostam dele — mais do dobro.

Também as disposições em relação ao bairro por parte da população inquirida se podem decompor, esquematicamente, em quatro modalidades básicas, combinando as duas dimensões consideradas. Assim, o tipo mais numeroso é, de longe, o dos que gostam do bairro e acham que ele tem condições satisfatórias. Retomando uma terminologia análoga à utilizada atrás, verifica-se que a *identificação residencial satisfatória* atinge mesmo valores de cerca de 60%, significativamente superiores aos da sua equivalente

**Quadro 7.3** Tipos de disposições em relação ao bairro dos núcleos conjugais principais residentes em Alfama, 1990 (em percentagem)

| Relação afectiva com o bairro | Avaliação cognitiva das condições do bairro               |   |
|-------------------------------|---|---|
|                               | Considera que o bairro tem condições satisfatórias (62,2) | Considera que o bairro não tem condições satisfatórias (37,8) |
| Gosta do bairro (84,9)        | Identificação residencial satisfatória 59,5               | Identificação residencial dissonante 25,4                     |
| Não gosta do bairro (15,1)    | Desenraizamento residencial 2,7                           | Dupla carência residencial 12,4                               |

Fonte: ISPHAA, CIES-ISCTE.

relativa à casa. Prolongando a mesma lógica classificatória, pode observar-se que a *identificação residencial dissonante* abrange à volta de um quarto dos casos, que o *desenraizamento residencial* tem, como o habitacional, expressão ínfima, e que a *dupla carência residencial* atinge pouco mais de um em cada dez núcleos familiares.

Comparando os dois quadros, confirma-se que a relação com o bairro, como contexto de residência, de vivência e de referência, é bastante melhor do que a relação com a casa, ao contrário do que tende a acontecer, por exemplo, em bairros sociais.<sup>29</sup> Também por aqui ganha pertinência, em articulação com a importância evidenciada pela identidade colectiva local, o conceito de *sociedade de bairro*.

As distribuições destes modos de relação dos moradores com a casa e o bairro não variam muito consoante a classe social. As categorias que apresentam maiores desvios à média são as de recursos mais elevados, precisamente aonde os efectivos reduzidos não autorizam conclusões estatísticas seguras.<sup>30</sup>

Mas talvez mais importante, do ponto de vista analítico, é que tais modos de relação dependem tanto dos recursos materiais disponíveis para investir no quadro de vida como das perspectivas culturais accionáveis pelos moradores na vivência e apreciação daquele. Daí que não surpreenda que, dos encaixes específicos — entre estes termos materiais e simbólicos da relação analisada — que ocorrem em cada patamar da hierarquia social, resultem, quanto aos modos referidos dessa relação, distribuições estatísticas semelhantes para categorias sociais diferentes.

29 Como mostra Teresa Costa Pinto, em “A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro”, *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994.

30 Embora não tenha significado analítico para aqui relevante, pelas razões expostas, pode encontrar-se informação quantitativa mais pormenorizada a este respeito em António Firmino da Costa, Maria das Dores Guerreiro, Manuel João Ribeiro e Isabel Valente, *Alfama: Caracterização Sociológica da Habitação*, Lisboa, DMRU/Câmara Municipal de Lisboa, 1991.

O que quer dizer também, por um lado, que “gostos” e “satisfações” não remetem, em todos os casos, para situações com conteúdos substantivos idênticos. Mas não deixam, por outro lado, para cada uma das modalidades, de traduzir disposições homólogas, do mesmo tipo quanto à localização relativa no quadro de possibilidades em causa.

No plano da condução do processo de reabilitação, os resultados apresentados nos quadros 7.2 e 7.3 vinham recolocar a controvérsia referida, acerca do apego ou não ao local por parte da população residente e das implicações daí retiradas relativas às políticas de reabilitação urbana. Tornava-se possível ter termos de referência mais precisos e mais elaborados, tanto do ponto de vista da quantificação das predominâncias como do da caracterização tipológica das diferenças, perante uma realidade abordada em geral através de generalizações apressadas ou superficiais.

A análise poderia ter ainda tradução operatória. Numa intervenção como a que está aqui em causa, não se pode fazer tudo ao mesmo tempo nem todos os casos têm de ser tratados da mesma maneira. As disposições dos moradores em relação à casa e ao bairro poderiam ser usadas como um parâmetro útil de sistematização de políticas e prioridades.

Prefiguram-se como prioritárias as políticas de resposta às situações de identificação dissonante e de dupla carência, aquelas em que a avaliação das condições, designadamente da casa, é negativa. Mas trata-se de prioridades de carácter bastante diferente uma da outra, apontando para a mobilização de recursos distintos e para procedimentos de natureza diversa.

As situações de identificação dissonante apelam para uma política de intervenção prioritária, de reparação, reconstrução e beneficiação de edifícios e alojamentos, com manutenção dos moradores. Já para as situações de dupla carência parece mais aconselhável uma política de realojamento prioritário, de preferência definitivo, em espaços urbanos de características diferentes das do bairro.

A resposta às situações de desenraizamento não se apresenta como prioritária, dado o pequeno contingente de moradores envolvidos e uma vez que as próprias características desse tipo de situações levam a crer na hipótese provável de saída espontânea. Quando muito, poderiam ser alvo de uma política de *transferência negociada*, se conveniente para a intervenção.

As situações de identificação satisfatória requerem e possibilitam uma política de *consolidação e requalificação* mais alongada no tempo. Não visando enfrentar situações tão prementes quanto as das duas primeiras, acabaria por abranger o maior número de casos, embora nem sempre exigindo obras de tanta envergadura como as incluídas na intervenção prioritária. Mas muitas outras vezes corresponderia a intervenções de algum vulto, por duas séries de razões: para reparar ou reconstruir o edificado dotando-o de maior solidez e qualidade; e para corresponder aos processos de recomposição social e renovação das aspirações, dos estilos de vida

e dos padrões de conforto residencial por que está a passar a própria população do bairro.

As disposições dos moradores em relação à casa e ao bairro não são certamente as únicas variáveis a tomar em conta na intervenção. Mas que nunca tenham sido incluídas de maneira explícita e formalizada nos critérios de intervenção técnica, quando muito marcando apenas presença pontual na actuação casuística por parte de alguns dos profissionais do GTL, é sintomático de que uma coisa são as orientações de política, neste caso definidas a nível camarário, em aliança ou não com os movimentos sociais de base local, outra é a execução técnica das operações, tal como prosseguida quotidianamente no terreno.

Reencontra-se, assim, o peso específico dos formatos organizacionais e das culturas profissionais, em concreto aqui relativos ao GTL e aos seus técnicos, nas dinâmicas de actores sociais envolvidos no processo de reabilitação urbana do bairro.

### **Políticas, projectos, avaliações**

Alguns anos após o início da fase da política camarária para a reabilitação urbana que tem vindo a caracterizar, em termos gerais, a década de 90, a situação tinha-se tornado ambivalente.

A relação dos dirigentes municipais com os actores sociais locais tinha passado de distanciamento a afinidade ideológica, os financiamentos tinham crescido, a estrutura organizacional tinha sido objecto de formalização e ampliação, a operação tinha ganho envergadura, abrangendo já centenas de alojamentos.

No entanto, os recursos disponíveis para a intervenção revelavam-se severamente limitados, desde logo nos planos jurídico e financeiro. Beneficiava-se, é certo, como se viu, da declaração de área crítica, do direito de preferência e do programa Recria. Mas permanecia em aberto um conjunto de aspectos decisivos. As verbas atribuídas, apesar da sua multiplicação, continuavam muito reduzidas face ao volume da intervenção necessária. As obras, ao ritmo até então conseguido, prolongar-se-iam por várias décadas. Outro aspecto limitativo era a insuficiência das contribuições públicas do Recria para muitas das situações concretas de prédios antigos habitados a precisar de obras profundas, ou a não aplicabilidade do programa a casos de moradores em casa própria.

Além disso, os organismos técnicos encarregados da concretização da operação no terreno tendiam a desenvolver modos de actuação com frequência não ajustados quer às orientações de fundo enunciadas pelos responsáveis camarários, quer às sensibilidades e perspectivas das juntas de freguesia e da população local, e às múltiplas solicitações, propostas e sugestões por elas reiteradamente apresentadas. O Gabinete Técnico Local (GTL), assim

como os serviços centrais da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana (DMRU), foram sedimentando, como se referia acima, lógicas próprias de acção, em grande medida decorrentes das características específicas deste tipo de estruturas organizacionais e das culturas profissionais prevaletentes entre os seus quadros técnicos.

Ilustrativos da dupla face que o processo vinha assumindo são os resultados obtidos por um inquérito de avaliação da satisfação residencial aplicado aos inquilinos de fogos nessa altura já reabilitados, realizado em 1993. Os inquiridos consideravam positiva, no conjunto, a reabilitação efectuada, mostrando-se satisfeitos com as novas condições de habitação. Mas, quanto ao modo de condução do processo, muitos deles realçavam não lhes ter sido perguntada opinião sobre as obras pretendidas e não terem sido informados previamente sobre a intervenção a executar. Uma parte significativa achava, também, que as obras poderiam ter sido mais bem feitas.<sup>31</sup>

Acrescia ainda aos aspectos anteriores o facto de não só os espaços públicos e os equipamentos colectivos terem sido muito pouco intervencionados, como muitos deles terem passado a ser utilizados, de maneira em geral descuidada, como estaleiros improvisados e depósitos de entulho, acentuando o aspecto degradado de becos, ruas, largos e escadinhas.

Perante esta situação, por volta de meados dos anos 90, mais em concreto a partir de 1994, o processo passa por um novo conjunto de desenvolvimentos.

Por parte dos responsáveis camarários foram desencadeados diversos tipos de iniciativas. Nos planos económico e jurídico procuraram mobilizar novas fontes de financiamento, obter volumes de recursos mais consentâneos com a dimensão do problema, criar novos programas de apoio à reabilitação urbana. Refiram-se, como linhas de acção, a pressão política junto do estado central, o reforço dos orçamentos municipais, a negociação de acordos específicos com departamentos da administração pública particularmente interessados em áreas afins à da reabilitação urbana (a do turismo, por exemplo), a exploração de possibilidades de acesso a fundos europeus, o recurso ao mecenato de empresas.

A dinâmica deste processo teve repercussão específica, designadamente, na aprovação pelo governo, já em 1996, de dois programas que vinham complementar o Recria. Um deles é o programa Rehabita (Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas), no qual se prevê o

---

31 Os resultados pormenorizados do inquérito e a respectiva análise encontram-se em Cristina Santos Silva, *Reabilitação Urbana e Satisfação Residencial em Alfama*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1994 (dissertação de licenciatura). O inquérito obteve respostas de perto de duzentos grupos domésticos, de entre os cerca de trezentos fogos então já reabilitados. A diferença ficou a dever-se basicamente a alguns dos alojamentos restantes estarem na altura sem moradores e a outros, menos numerosos, serem habitados por novos residentes, os quais não tinham passado pessoalmente pelo processo de reabilitação.

reforço do nível de participações a fundo perdido nas obras de reabilitação feitas por senhorios em conjuntos urbanos antigos classificados como áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, bem como o apoio aos municípios para a instituição de meios de financiamento bonificado complementar relativamente à parte do valor das obras não participada, para a reconstrução de imóveis não recuperáveis e para a aquisição ou construção de fogos para realojamento de agregados familiares desalojados por operações de reabilitação urbana.<sup>32</sup> O outro é o programa Recriph (Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal), em que se estendem as possibilidades de atribuição de participações a fundo perdido e de empréstimos bonificados a obras de condóminos em edifícios antigos em regime de propriedade horizontal.<sup>33</sup>

Também no plano dos modos de intervenção se pode inventariar um conjunto de iniciativas através das quais se procurava, entre outros objectivos, superar a rotinização burocrática dos gabinetes técnicos e a falta de articulação institucionalizada destes com os actores sociais locais. Inspirados tanto no balanço reflexivo sobre o processo tal como tinha vindo a decorrer em Alfama e noutros bairros de Lisboa, como em análises, propostas e experiências em desenvolvimento em diversas cidades europeias, foram lançados cinco “projectos integrados” visando constituir formas exemplares de intervenção.<sup>34</sup> Cada um deles situava-se num bairro histórico da cidade, em concreto em Alfama, no Castelo, na Mouraria, na Madragoa e no Bairro Alto.<sup>35</sup>

O primeiro desses projectos integrados a ser posto em marcha situava-se precisamente em Alfama. Centrava-se no Largo do Chafariz de Dentro, espaço público nuclear de Alfama, em termos físicos, sociais e culturais, situado na zona ribeirinha, na confluência das duas freguesias e das principais ruas de penetração no bairro, e na confluência também dos encontros diários, das actividades económicas, das visitas turísticas, das casas de fado, com um lugar muito especial nas referências afectivas e simbólicas dos alfamistas, mas também muito degradado, obstruído pelo estacionamento selvagem de automóveis, invadido por diversas formas de marginalidade.

---

32 Decreto-Lei n.º 105/96.

33 Decreto-Lei n.º 106/96.

34 Quanto às experiências europeias referidas pode referir-se, por exemplo, Claude Jaquier, *Voyage dans Dix Quartiers Européens en Crise*, Paris, Éditions de l’Harmattan, 1991 ou John Dawson, Rolf Froessler, Claude Jaquier e Jaime Alberto Perez, *Quartiers en Crise, Laboratoires de la Citoyenneté Européenne?*, Bruxelas, Commission des Communautés Européennes, 1993.

35 Sobre estes desenvolvimentos pode consultar-se Filipe Mário Lopes, “Reabilitação urbana de Lisboa”, in AA.VV., *Regionalização e Identidades Locais. Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*, op. cit.

Para os actores sociais locais, que sobre isso insistiam sem resultados desde o início do processo, e agora também para os responsáveis camarários, era fundamental que a reabilitação urbana de Alfama desse prioridade à intervenção neste espaço emblemático do bairro, a necessitar de ser repavimentado, libertado dos automóveis, valorizado quanto ao património arqueológico, reparado nos edifícios que o cercam, animado por actividades culturais e de lazer.

Mas o Projecto Integrado do Chafariz de Dentro não envolvia só o largo propriamente dito. Foi concebido de modo a incluir as casas dos troços adjacentes das ruas próximas nele convergentes, assim como um grande edifício desocupado e arruinado, localizado na extremidade do largo mais virada ao rio, o edifício actualmente chamado Recinto da Praia, antiga estação elevatória de águas, da segunda metade do século XIX, e instalação local de um partido político durante alguns anos após 1974.<sup>36</sup>

A intervenção, aliás, começou pelo Recinto da Praia. Antes de ser incluído no referido ciclo de projectos integrados tinha sido já objecto de propostas várias, nomeadamente por parte das juntas de freguesia locais, com a colaboração de um grupo de historiadores e arqueólogos, e a Câmara Municipal tinha-se candidatado a apoios financeiros europeus para a respectiva reabilitação. No desenrolar do projecto integrado, um dos pontos de controvérsia prolongada, na qual se entrecruzaram posições de diversos tipos de actores sociais, foi o destino a dar ao Recinto da Praia. De maneira esquemática, encontraram-se em presença três tipos de posições.

Uma era de carácter mais histórico-arquelógico, veiculada sobretudo por especialistas das correspondentes áreas disciplinares com presença continuada no bairro, em particular em actividades benévolas dedicadas quer à ocupação dos tempos livres das crianças locais, quer à valorização e difusão do património histórico do bairro.

Na primeira destas vertentes contribuíram largamente, em conjunto com alguns elementos do corpo docente do ISPA, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, instalado num edifício reabilitado do bairro, para a dinamização da ATLA — Associação dos Tempos Livres de Alfama. Na segunda, foram os principais protagonistas da reanimação, a partir de 1995, da APPA — Associação do Património e da População de Alfama, a qual ressurgia, assim, neste novo ciclo, já não tanto como manifestação de um movimento colectivo local pela reabilitação urbana, mas como sede de acções didácticas relativas ao património histórico de Alfama junto de públicos internos e externos ao bairro, principalmente jovens em idade escolar.

Para estes historiadores e arqueólogos, primeiros responsáveis por estudos do edifício do ponto de vista das respectivas especialidades, o Recinto

---

36 Veja-se Pedro Moreira, “O projecto integrado do Largo do Chafariz de Dentro (Lisboa)”, in AA.VV., *Regionalização e Identidades Locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*, op. cit.

da Praia deveria, antes de mais, constituir um espaço museológico tendo como objecto a história do sítio e da sua envolvente urbana.

Um outro tipo de posição, emanado sobretudo de instâncias camarárias ligadas à reabilitação urbana, via o edifício não só como um equipamento para o bairro e a respectiva população, mas como um equipamento para a cidade. Dadas as conotações simbólicas do lugar, e numa perspectiva de diversificação temática para os vários edifícios alvo de projectos integrados nos bairros históricos em reabilitação, o conteúdo finalmente avançado, depois da ponderação de outras possibilidades, foi o correspondente à designação de Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa, como espaço museológico e escola de música, mas também com outras valências complementares.

Um terceiro tipo de posição, prevalecente nas sensibilidades dos actores sociais locais, não deixando de aderir a qualquer das propostas anteriores, preocupava-se em que a concretização encontrada para qualquer delas não acabasse por se traduzir num equipamento inacessível à população local, com actividades muito demarcadamente destinadas a públicos exteriores. Era como se aos riscos de gentrificação das residências privadas viesse somar-se a ameaça de uma espécie de gentrificação de equipamentos colectivos, ainda por cima num espaço com a carga simbólica identitária para os alfamistas como o Largo do Chafariz de Dentro, e na sequência de um processo pelo qual tinham sido eles, e em particular os seus representantes locais, a bater-se de maneira tão persistente e afinçada.

Em todo o caso, no decurso do processo, tais divergências manifestaram-se sempre mais como diferenças de ênfase e de sensibilidade do que como antagonismos acesos. Não surpreenderá pois que, com as formas de interlocução entre actores sociais em presença postas em vigor no âmbito dos projectos integrados, se tenha vindo a chegar a alguma compatibilização de preocupações. O programa acordado para a Casa do Fado e da Guitarra, para além dos componentes centrais referidos — núcleo museológico e base de dados sobre o fado; escola de guitarra, de viola e de canto — não deixa de conter elementos relativos à história do próprio edifício e de incluir, para além de uma livraria e de uma loja de discos, um auditório, um espaço de exposições temporárias, um bar-cafeteria e uma esplanada, perspectivando modalidades de uso variadas e formas de relação com a envolvente, muito em especial com o Largo do Chafariz de Dentro.

A par do conteúdos, os projectos integrados visavam inovar nos procedimentos. Dois aspectos a salientar foram a criação de “grupos de pilotagem” para cada projecto e a tentativa da sua articulação com um dispositivo de “avaliação processual”, continuada e participada.<sup>37</sup>

Os grupos de pilotagem incluíam os actores sociais mais relevantes em cada caso. No projecto integrado do Chafariz de Dentro/Recinto da Praia, concretizaram-se, a partir de 1994, diversas reuniões de um grupo de

pilotagem com uma composição genérica tripartida, de actores políticos, actores técnicos e actores locais.

O grupo de pilotagem integrava, por um lado, o vereador do pelouro e alguns dos seus assessores. Incluía, por outro lado, quadros dirigentes da DMRU, técnicos da sua recém-criada Divisão de Projectos Integrados, com o encargo específico de desenvolverem esses projectos, técnicos do GTL de Alfama e, eventualmente, técnicos de outros sectores camarários chamados consoante os temas em agenda. Dele faziam ainda parte membros das juntas de freguesia, em regra os respectivos presidentes, e, de novo conforme os temas, representantes de associações, comerciantes e outras entidades locais. Sobretudo durante o primeiro ano, quando estava em jogo a definição do programa do Recinto da Praia ou a intervenção no largo, sucessivamente protelada pelos serviços técnicos, o grupo de pilotagem, reunindo com frequência, teve uma importância significativa na condução do processo.

Como se referiu, os projectos integrados tinham sido concebidos como acções exemplares onde, em espaços circunscritos, seleccionados dentro do conjunto de toda a área de reabilitação, se pudessem ensaiar modos de pôr em prática, de maneira mais efectiva do que até então, uma concepção integrada de reabilitação urbana, com intervenção não só nas habitações mas também nos equipamentos, e com articulação das vertentes de recuperação do edificado, de valorização patrimonial, de revitalização económica e de animação sociocultural, segundo uma perspectiva de desenvolvimento social local. Em consonância com essa perspectiva, procurava-se também dotar os projectos de dispositivos de participação alargada e de regulação interactiva, bem como meios de os testar e melhorar no decurso do processo.

Ao contrário do que tinha acontecido anos atrás, a importância dos aspectos sociais da reabilitação urbana tinha-se tornado objecto de reconhecimento declarado nos meios profissionais e políticos que de algum modo se relacionam com o tema. No entanto, como se tem vindo a analisar, na prática esse reconhecimento de princípio muitas vezes não se traduziu nos modos de actuação.

---

37 Para além de outras referências anteriores, a perspectiva que presidiu a estes desenvolvimentos converge com contributos tão diversificados como, por exemplo, os de François Ascher, "Vers un urbanisme stratégique, décisionnel et heuristique", *Sociedade e Território*, n.º 13, 1991, Michel Bonetti, "Revalorisation des quartiers en crise: de la réhabilitation à la gestion urbaine intégrée", *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994 ou Isabel Guerra, "As pessoas não são coisas que se metam em gavetas", *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994. Quanto, mais especificamente, à avaliação processual em reabilitação urbana, pode consultar-se, António Firmino da Costa e Maria das Dores Guerreiro, "Avaliação dos impactos sociais da reabilitação urbana", in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993, João Emílio Alves, *Projectos Integrados de Desenvolvimento Social Local: Investigação-Ação e Avaliação Processual*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1995 (dissertação de licenciatura), e António Firmino da Costa e João Emílio Alves, "Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 22, 1996.

As intervenções de reabilitação urbana como a que tem estado em curso em Alfama são processos sociais longos e complexos, compreendendo uma série de dimensões estruturantes e envolvendo a interacção de uma pluralidade de actores sociais. São processos com objectivos múltiplos, relativos a diversos sectores e âmbitos de actuação, e com repercussões simultâneas a diferentes níveis, objectivos esses com frequência difíceis de compatibilizar entre si ou mesmo de carácter mutuamente contraditório.

Tais objectivos tendem a ser definidos ou redefinidos no decurso dos próprios processos, no quadro da duração alargada das operações e em relação com as mudanças que vão ocorrendo tanto nos contextos locais e envolventes como nos posicionamentos dos actores sociais directa ou indirectamente implicados. Além disso, muitas das variáveis influentes não são controláveis pelos intervenientes imediatos. Pelo seu lado, a acção sobre as variáveis alteráveis depende de complexos jogos relacionais dos actores sociais em presença. Verifica-se, não raramente, a emergência de efeitos inesperados ao longo das sucessivas fases do processo. O próprio desenrolar deste vai alterando, interna e externamente, as condições do seu desenvolvimento subsequente.

Deste modo, a finalidade primeira da avaliação processual, com os seus instrumentos e procedimentos, é focar a atenção dos actores sociais em presença na reabilitação urbana como processo social. Nesse sentido, o objectivo principal do grupo de pilotagem consistia, em termos gerais, em proporcionar um dispositivo de auto-regulação alargada do projecto, tendo em conta os diversos tipos de actores sociais e o conjunto das dimensões pertinentes. Especificando, visava: a) dotar os intervenientes no projecto integrado de capacidades de aprendizagem com e sobre o próprio processo; b) melhorar a qualidade das decisões; c) potenciar a participação dos vários tipos de protagonistas sociais envolvidos.

Em termos mais operatórios, as reuniões do grupo de pilotagem e um conjunto de instrumentos simples de registo e análise para ele desenvolvidos, proporcionavam a monitorização das dinâmicas relacionais entre actores sociais e evidenciavam perante todos eles as respectivas avaliações cruzadas, possibilitando a reincorporação dessas avaliações, feitas “em tempo real”, na condução do processo.

A observação das dinâmicas do grupo de pilotagem do projecto integrado do Chafariz de Dentro permitiu, do ponto de vista analítico, uma ilustração fina e intensiva das relações triangulares entre dirigentes políticos camarários, técnicos do GTL (e da Direcção Municipal em que ele se integra) e actores sociais locais. A nível geral, essas relações triangulares acabaram por constituir, no decurso dos anos 90, um sistema de acção bem definido, no centro do processo de reabilitação urbana de Alfama.

Partilhando entre si um envolvimento comum no processo, estes três tipos de actores sociais não deixaram de evidenciar posicionamentos específicos,

nalguns aspectos bem diferenciados ou mesmo contrapostos. E vieram também a estabelecer importantes alianças dois a dois — muito características, precisamente, das relações sociais triangulares, cujo *locus* clássico de teorização é a sociologia das formas sociais produzida por Simmel.<sup>38</sup>

Ocorrem alianças entre actores sociais locais e técnicos do GTL face à superestrutura camarária, por exemplo quando a proximidade das interacções e o funcionamento das redes sociais a nível do bairro permitem actuações expeditas que conseguem desbloquear entraves burocráticos. Verificam-se também alianças entre dirigentes políticos camarários e técnicos de reabilitação urbana perante os actores sociais locais, designadamente em muito do que concerne à partilha pelos dois primeiros de regras de procedimento e de sensibilidade aos constrangimentos financeiros, jurídicos, administrativos e técnicos limitadores ou reguladores da intervenção camarária, com frequência não tidos em conta ou mal aceites pelos terceiros.

No decurso dos anos 90 foi igualmente muito importante a aliança que se constituiu entre os políticos camarários do pelouro e os actores sociais locais, aliança que se estabeleceu em face da actuação crescentemente rotinizada do GTL e dos serviços centrais da DMRU, e perante as inclinações presentes em muitos dos técnicos que integram estes organismos, em boa parte inscritas nas suas culturas profissionais, quanto a políticas de reabilitação e quanto a modos de actuação no terreno.

Trata-se, no primeiro aspecto, de inclinações para políticas de reabilitação explícita ou implicitamente gentrificadoras, e, no segundo, para modos de actuação em que, mais do que a procura de interlocução com os moradores ou com os seus representantes locais, prevalece a dificuldade de comunicação, a incapacidade ou o evitamento da construção conjunta de soluções, ou mesmo, para alguns, a objecção frontal a que seja pertinente falar com eles, e menos ainda tomar em conta as respectivas opiniões.

Esta terceira aliança terá sido, porventura, ainda mais importante que as outras duas, uma vez que representou a alteração mais significativa por comparação com as fases anteriores do processo e, também, porque foi ela que deu a tónica dominante à orientação geral da reabilitação urbana no bairro ao longo desta década. Mas já na concretização da intervenção, as lógicas organizacionais e as culturas profissionais referidas fizeram sentir fortemente o seu peso específico, com frequência traduzido nas demoras, nos desajustes em relação às expectativas da população local, na redução quase exclusiva da intervenção ao edificado, nos problemas relacionais.

Os próprios projectos integrados, incluindo o do Chafariz de Dentro, acabaram, já no último terço da década de 90, por ser reabsorvidos em

---

38 Georg Simmel, "La cantidad en los grupos sociales", in *Sociología: Estudios sobre las Formas de Socialización* (2 vols.), Madrid, Alianza Editorial, 1986 (1908).

|                                    |                                      | Critério estratégico principal |                  |
|------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------|------------------|
|                                    |                                      | Desenvolvimento                | Valorização      |
| Dinâmica populacional privilegiada | Recomposição endógena                | Participativa                  | Conservacionista |
|                                    | Recomposição exógena (gentrificação) | Tecnocrática                   | Liberal          |

**Figura 7.1** Perspectivas sobre a reabilitação urbana do bairro

grande medida por uma empresa municipal criada para coordenar a gestão futura dos equipamentos sob intervenção, a EBAHL — Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa. É a abertura de um novo ciclo, já fora do alcance deste trabalho.

É claro, entretanto, que muito se jogará, como se jogou até agora, nas sobreposições dessas alianças, nas oscilações de importância entre elas, no peso relativo assumido sucessivamente por cada uma. Assim como muito dependerá das perspectivas gerais, ou orientações de política, transportadas por cada um dos actores sociais relevantes no processo.

Essas perspectivas, tal como se foram manifestando ao longo do processo, desde o seu desencadeamento até à data, podem ser sintetizadas em termos ideal-típicos. É o que se procura fazer na figura 7.1.

Um eixo fundamental de distinção tem a ver com o lugar atribuído à recomposição social endógena ou à gentrificação nas dinâmicas sociais privilegiadas para o processo de reabilitação urbana do bairro. O outro eixo contrapõe concepções de desenvolvimento a concepções de valorização, qualquer delas susceptível de variantes — tal como, aliás, as categorias da polaridade anterior.

À recomposição endógena pode ser atribuída uma importância crucial, tanto em termos de opção ético-política, como de racionalidade na mobilização de recursos e na optimização de soluções, mas considerando-a ao mesmo tempo como uma questão de peso relativo, de composição equilibrada, tendo em conta uma análise tão esclarecida quanto possível da complexidade de parâmetros envolvidos, não excluindo componentes de recomposição social exógena, embora procurando que ela não aniquile a outra pela força pura e simples do encontro das desigualdades sociais com o funcionamento do mercado imobiliário.

Mas também pode ser encarada de maneira fixista e radicalizada, vendo a população local como um grupo social em reprodução autocontida e o bairro como um gueto, e equacionando a reabilitação como se fizesse sentido rejeitar ou impedir qualquer dinâmica de mobilidade geográfica, intrageracional ou intergeracional — afinal, pelo contrário, sempre presentes na história do bairro.

A preferência pela recomposição exógena — ou, o que neste caso é o mesmo, por uma ou outra modalidade de gentrificação — também pode ser vista de maneiras diversas, consoante se confie sobretudo num ordenamento do território metropolitano planeado e conduzido por algum aparelho tecnoburocrático, seja ele municipal ou supramunicipal, ou se aposte mais nos efeitos emergentes do funcionamento livre do mercado.

No outro eixo, o desenvolvimento pode ser entendido em termos de construção participada, envolvendo dinâmicas de encontro entre actores sociais locais e actores sociais institucionais, ou então como resultante de uma intervenção de agências institucionais externas sobre um local e uma população tomada apenas como objecto e não, também, como sujeito importante desses processos de desenvolvimento. Num caso o coprotagonismo dos actores sociais locais é critério e condição de desenvolvimento, no outro não.

Para outros, o critério de base é o da valorização e não o do desenvolvimento, sendo que essa valorização pode assumir conteúdos predominantes de ordem simbólica (valorização essencialista do património histórico, estético ou etnográfico) ou de ordem económica (valorização fundiária e imobiliária).

A combinação destas possibilidades, se bem que esquemática, ou melhor, ideal-típica, permite dar conta das quatro principais perspectivas que se têm defrontado ao longo do processo, como indicado na figura 7.1, as perspectivas *participativa*, *conservacionista*, *tecnocrática* e *liberal*. Muitas vezes têm estado presentes de forma sobreposta e entrelaçada, com frequência sem que os actores sociais envolvidos tenham uma percepção nítida das distinções. Mas nem por isso têm sido menos orientadoras das tomadas de posição desses actores sociais, nem têm deixado de marcar muitas das tendências e das inflexões do processo.

Os dirigentes camarários da década de 80 entraram na reabilitação urbana combinando basicamente uma perspectiva conservacionista com uma perspectiva liberal — o que, além do mais, ocasionava frequentes problemas de consistência. Os da década de 90, pelo contrário, tendem a sobrepor elementos da perspectiva participativa e elementos da perspectiva tecnocrática, com pesos relativos variáveis. Nos técnicos do GTL e outros, a diversidade é maior. Todas as perspectivas têm os seus adeptos e as combinatórias são múltiplas. Mas a dominante é a que junta a perspectiva tecnocrática à perspectiva liberal. Pelo seu lado, prevalece nos actores sociais locais uma mistura de perspectiva participativa e de perspectiva conservacionista.

Perspectivas gerais, dos principais actores sociais em presença, sobre a reabilitação urbana de um espaço social habitado como Alfama, um bairro popular do núcleo histórico da cidade de Lisboa, e alianças estabelecidas, mesmo que apenas implicitamente, entre esses actores sociais: são dois dos parâmetros relacionais de que as orientações, os episódios e os resultados do processo têm dependido, e muito provavelmente, continuarão a depender.

### Estratégias identitárias, estrutura e acção

O processo de reabilitação urbana de Alfama está ainda em pleno decurso, longe de conclusão, objecto de controvérsia, sujeito a inflexões. Que futuro se prefigura para ele? É algo que depende tanto de uma variedade de parâmetros estruturais enquadrantes, de natureza económica, política, social e cultural, como das dinâmicas relacionais entre os actores sociais nele envolvidos, directa e indirectamente.

Estas dinâmicas de actores são condicionadas, com toda a certeza, quer pelas referidas variáveis estruturais enquadrantes, quer pelas sucessivas situações a que vão conduzindo as sequências de acontecimentos em que o processo se traduz. Mas são também, a cada momento, dinâmicas de resultados parcialmente indeterminados, em maior ou menor grau.

Dizendo de outro modo, o processo de reabilitação urbana de Alfama configura-se como consequência sempre contingente da acção entrecruzada de um conjunto de actores sociais. Actores esses com capacidade efectiva, embora condicionada e desigual, de desenvolver cursos de acção alternativos, no quadro de relacionamento recíproco que o processo de reabilitação urbana do bairro para eles constitui.

Cai fora dos objectivos do presente trabalho tentar estabelecer aqui cenários prospectivos fundamentados para o processo, integrando todo o conjunto de parâmetros, níveis e tipos de análise pertinentes.<sup>39</sup> Mas é possível, no entanto, a partir dos aspectos abordados ao longo deste capítulo, sumariar algumas das principais questões com incidência significativa nos futuros possíveis que para o bairro se desenham.

Uma primeira questão tem a ver com a *lógica relacional e cultural própria* do quadro sócio-urbanístico diferenciado e específico que é o bairro de Alfama. Trata-se do facto fundamental de Alfama ser um espaço urbano construído e habitado, com um tecido social articulado de maneira densa, com uma população protagonista de padrões culturais singulares localmente enraizados e produtora de formas notáveis de cultura popular urbana, com uma forte identidade cultural bairrista partilhada por essa população, com modalidades interaccionalmente mediadas de estruturação social local dotadas de grau relevante de autonomia relativa. É, assim, um quadro social capaz de, em medida significativa, filtrar, digerir e reconverter influências e intervenções de origem exterior, incorporando-as, reconfigurando-as e, do mesmo passo, reconfigurando-se, sem com isso perder dinâmica própria e especificidade identitária.

---

39 Diversas propostas operatórias a este respeito, apoiando-se numa concepção analítica que articula a análise estrutural com a análise de actores, encontram-se em Michel Godet, *Manual de Prospectiva Estratégica: Da Antecipação à Acção*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993 (1991).

Mas pode sempre ocorrer um nível de interferência externa a partir do qual a capacidade de regeneração e assimilação de qualquer tecido social, por mais rico de redundância relacional que seja, atinge os seus limites.<sup>40</sup> Uma intervenção visando a reabilitação urbana que não ponha um cuidado muito especial na tomada em consideração — nos planos e nos projectos, bem como na execução de obras e na acção relacional — de que Alfama é um quadro socioecológico específico, profundamente investido por uma população que no quotidiano ali produz modos de vida, redes de relacionamento, práticas culturais e formas de habitar muito particulares, não só não poderá aproveitar as potencialidades contidas nas dinâmicas endógenas de reprodução e transformação dessa população e desse tecido social, como se arrisca a originar efeitos perversos irreparáveis de desarticulação e aniquilamento da sociedade de bairro ali constituída e das formas de identidade cultural que a redobram.

O que coloca, de imediato, uma segunda questão, respeitante ao *protagonismo activo das populações locais* no processo de reabilitação. Face ao anteriormente assinalado, ela parece crucial. Mas, apesar do papel desencadeador que a população do bairro teve na constituição de Alfama em objecto de reabilitação, está longe de ser algo de adquirido.

É possível enumerar um conjunto de factores desfavoráveis a tal protagonismo. Entre eles destaca-se a lógica de interesses económicos, políticos e burocráticos externos que procuram reduzir ao mínimo a compatibilização com os interesses das populações locais e com a dinâmica própria dos processos endógenos de estruturação social. A isto acresce a tendência muitas vezes evidenciada por técnicos de planeamento e de intervenção urbanística para resistirem à aceitação de que os seus saberes não são absolutos e inquestionáveis, e de que não podem, para chegar a soluções ajustadas e aceitáveis por aqueles que são afinal os destinatários mais directos da sua intervenção, dispensar o diálogo com esses utentes primeiros das casas e do bairro e, de modo mais geral, com os outros actores sociais envolvidos. Por outro lado, revela-se também desfavorável ao protagonismo colectivo da população do bairro no processo de reabilitação a postura autocentrada e as tácticas de aproveitamento unilateral e imediatista que, a respeito da habitação, não é raro encontrar em moradores do bairro.

Em contrapartida, há um conjunto de factores favoráveis ao referido protagonismo. Um deles consiste, desde logo, no facto de a população do bairro ter estado envolvida em larga medida, desde início, na convergência tematizadora que constituiu o bairro em objecto de reabilitação. A ele associam-se vários outros factores favoráveis, de natureza diversa: a grande densidade relacional e a

---

40 Veja-se, por exemplo, O. Soubeyran e V. Barnier, “Le paradoxe du local et de la planification: éléments théoriques et application à l’aménagement touristique”, *Espaces et Sociétés*, n.º 51, 1987.

acentuada dinâmica interactiva do quadro social constituído no bairro; a existência de instituições e personalidades locais com importante capacidade de intervenção e mobilização, muito em especial no âmbito das juntas de freguesia; a sensibilidade às vantagens da participação social das populações e seus representantes locais demonstrada por uma parte, se bem que minoritária, dos técnicos camarários ali intervenientes, embora em tensão com outras dimensões da respectiva cultura profissional; a actualidade do debate cívico e político acerca da participação activa dos indivíduos e dos grupos na vida social.

Neste contexto, não admira que se tenham multiplicado as declarações, de diversos quadrantes, sobre a participação das populações nos processos de reabilitação urbana. Mas, com frequência, tais declarações correspondem mais a concepções de *participação como legitimação* de uma intervenção basicamente imposta de fora, ou de *participação como concessão* pontual perante pressões dos actores sociais do bairro, do que a uma concepção de *participação enquanto exercício de direitos e mobilização de recursos locais*, potenciadora de empenhamentos alargados e de eficácias acrescidas, tendo como base o ajustamento das soluções à especificidade das situações ali realmente existentes, consideradas em toda a sua espessura de dimensões pertinentes.<sup>41</sup>

No seguimento da anterior, uma terceira questão tem a ver com a *manutenção, ou não, da população*. Noutros termos, a questão consiste em saber se a reabilitação urbana de um bairro popular implica que ele deixe de ser um bairro popular.

Em Alfama, sem manutenção da população não pode haver, por parte dela, protagonismo activo no processo de reabilitação. Não se garantiria, como é evidente, continuidade em relação ao seu protagonismo anterior no desencadeamento desse processo, o qual visava muito claramente a melhoria das respectivas condições de habitação no bairro, e não noutra local qualquer. Aspectos relativos quer às afinidades afectivas, cognitivas e identitárias com o espaço físico, o meio social e a configuração cultural locais, quer a vantagens relacionais e de localização para a prossecução dos respectivos modos de vida, estão na base dessa orientação predominante. Preferência essa que se prolonga, ainda, na aspiração a maiores oportunidades de permanência no local, com acesso a habitação autónoma nele, por parte de uma fracção significativa dos jovens do bairro em transição para a vida adulta.

Muito menos uma reabilitação urbana que se concretizasse através de uma substituição generalizada ou maioritária da população até aí residente no bairro por elementos de outros meios sociais, num qualquer processo de gentrificação, potenciaría o desenvolvimento das modalidades e dos graus de participação dessa população no processo. Nem no bairro se verificaria a

---

41 Embora com outra lógica classificatória, veja-se David L. Uzzell, "Four perspectives on political participation in the city", *Psicologia*, vol. VI, n.º 3, 1988.

continuidade da lógica relacional e das formas de cultura popular urbana produzidas nele por habitantes de perfil social popular, atributos em que se alicerça um tecido social com capacidades endógenas para desenvolver, em parte limitada mas relevante, as suas próprias dinâmicas de adaptação e de transformação. Atributos esses, aliás, que contribuem também, em boa medida, para o tornar culturalmente interessante no exterior.

Mas de novo aqui há que distinguir. Nas tomadas de posição correntes sobre a reabilitação urbana, o tema da manutenção da população pode assumir o significado de um *discurso de justificação*, sem tradução real no planeamento e nas intervenções concretas, ou pode corresponder a uma *visão tradicionalista* (e irrealista) de congelamento no tempo e enclausuramento no espaço de uma população supostamente susceptível de subsistir mumificada, como peça de museu.

No entanto, a manutenção da população pode ser também entendida como *manutenção de uma população que se transforma*, de acordo com as suas próprias dinâmicas de reprodução e mudança, em particular com novas gerações ligadas, por um lado, às formas culturais e às redes sociais locais e, por outro lado, com maiores qualificações escolares e profissionais do que as precedentes. O processo de reabilitação urbana de Alfama pode traduzir-se, assim, não na gentrificação do bairro, mas numa *requalificação endógena* predominante, associada a uma *requalificação exógena* importante mas minoritária.<sup>42</sup>

Em Alfama, os movimentos de mobilidade geográfica que por ela têm passado, a sucessão de gerações e, mesmo, a incorporação de elementos de classes médias e altas, com recursos culturais e económicos relativamente elevados, têm sido componentes da manutenção e reconversão dinâmicas de uma população protagonista da vivência social e da expressividade cultural em que, numa medida significativa, assenta a muito especial identidade do bairro. Mas a continuidade deste processo depende de não se verificar uma elevação desmesurada e generalizada das rendas, ou qualquer outro encaideamento perverso de efeitos de especulação imobiliária e de intervenção tecnocrática — eventualmente despoletados, numa espécie de ironia trágica, pelo próprio processo de reabilitação —, em consequência do qual viesse a ultrapassar-se o ponto de ruptura dos mecanismos endogenamente estruturados de reprodução e transformação da realidade sociocultural de Alfama.

Surge, em continuidade, uma quarta questão, relativa à inclusão da *intervenção reabilitadora*, de carácter técnico e institucional, num *processo de reabilitação* alargado e participado.

A reabilitação de um bairro como Alfama dificilmente pode deixar de contar, como um dos seus componentes principais, com a intervenção de um

---

42 Sobre o conceito genérico de requalificação social e urbana, ver Vítor Matias Ferreira e Maria Teresa Craveiro, "Reabilitar ou requalificar a cidade?", *Sociedade e Território*, n.º 10-11, 1989.

conjunto de instituições e agentes exteriores. Foi o que aconteceu, de algum modo, logo desde o início do processo e, muito em especial, a partir da instalação no bairro de um gabinete técnico municipal com a incumbência, precisamente, de desenvolver as acções de reabilitação. É, aliás, o reconhecimento da indispensabilidade de agentes de intervenção reabilitadora com competências profissionais específicas, a par de enquadramento institucional e recursos ao seu dispor, que levou a que a tematização produzida em torno da reabilitação urbana de Alfama formulasse, desde o respectivo desencadeamento, um apelo à intervenção de entidades externas, designadamente camarária e estatal.

Esses agentes, nomeadamente os técnicos e funcionários do gabinete camarário instalado no bairro, tal como acontece na generalidade de outras situações de intervenção institucional, na sua maioria não pertenciam previamente ao contexto social local nem nele se integraram do ponto de vista residencial. Têm vindo, sim, a relacionar-se com ele sobretudo no desempenho de papéis profissionais, durante um período de tempo limitado, findo o qual se retiraram ou se retirarão, deixando no terreno um conjunto de consequências das suas acções, consequências essas que poderão ser melhores ou piores, mas com as quais, em todo o caso, não serão eles a viver mas sim a população local.

Tal facto, aliás, coloca os interventores sob evidentes exigências de carácter simultaneamente deontológico e técnico, exigências essas que obtêm dos referidos agentes graus de reconhecimento e formas de comportamento bastante variáveis, em parte ligadas a culturas profissionais diferenciadas — dos arquitectos e engenheiros aos juristas e assistentes sociais, passando por historiadores e sociólogos — mas, também, a diversos outros factores, nomeadamente relativos a trajectos sociais percorridos, experiências vividas, ideologias perfilhadas, estilos relacionais cultivados.<sup>43</sup>

Por outro lado, toda a série de aspectos atrás analisados deixa claro que a pertinência e a eficácia da referida intervenção técnica e institucional dependem largamente do modo como ela se vai inscrevendo, como um componente entre outros, num bem mais vasto e complexo processo de reabilitação, articulando um conjunto alargado de condições, mecanismos e agentes envolvidos de maneira directa e indirecta nesse processo. É nesse sentido que pode ser decisivo tomar-se efectivamente em conta, na definição e na execução das políticas de reabilitação, tanto as condições locais como os contextos enquadrantes, tanto os perfis socioculturais das populações residentes como as tendências

---

43 A este respeito pode consultar-se uma reflexão dirigida sobretudo à participação de especialistas das ciências sociais em projectos de investigação-acção, mas generalizável, de Ana Benavente, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Práticas de mudança e de investigação: conhecimento e intervenção na escola primária", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 29, 1990, em especial pp. 59-66.

socioculturais em afirmação a nível global, tanto os jogos de actores sociais em presença como as variáveis arquitectónicas e técnicas ligadas à construção.

É nesse sentido, também, que se tornam claras as insuficiências quer de uma intervenção de cunho imediatista e casuístico, sem grande fundamento nem rumo definido, quer as de um planeamento tecnoburocrático sem atenção à pluralidade dos agentes implicados e dos respectivos interesses e valores, ao facto de as dimensões socioculturais serem inerentemente constitutivas da situação, à mutabilidade das circunstâncias no horizonte temporal previsível para intervenções deste tipo, à possibilidade permanente do surgimento de efeitos inesperados, em suma, à complexidade específica dos parâmetros e ao carácter relacional dos processos de reabilitação urbana que envolvem tecidos urbanos habitados, pessoas e organizações. Por comparação, ganham pertinência e acuidade conceitos como os de planeamento interactivo e de avaliação processual.

No prolongamento desta pode formular-se uma quinta questão, a das relações entre *reabilitação urbana* e *desenvolvimento social local*.

A *dimensão habitacional* constituiu-se em ponto de partida, foco das atenções e principal objectivo manifesto da intervenção, até à data. A reabilitação urbana, em sentido estrito, tornou-se condição premente para a reparação e requalificação de um quadro habitacional que permita a reprodução dinâmica do tecido social e da identidade cultural alfamistas, bem como a geração de processos de desenvolvimento social local, com expressão, nomeadamente, nos planos socioeconómico e sociocultural.

Mas, é provável que a recuperação das casas e do bairro só possa ser acompanhada, do ponto de vista económico, pela população que aí habita, que só possa haver uma participação sustentada por parte dela na melhoria das condições de habitação e da qualidade residencial do bairro, se nele se desenvolverem mecanismos dinamizadores das competências profissionais, das actividades económicas e dos níveis de rendimentos.

Alguns desses mecanismos estão em curso, decorrentes da sucessão de gerações, da tendencial maior escolarização dos jovens e de outros fenómenos de mudança geral na sociedade envolvente, traduzindo-se nas acima referidas dinâmicas de requalificação endógena e exógena da população residente. Outros, por enquanto mais indeterminados nos seus contornos e nos seus efeitos, têm a ver com a emergência de novas oportunidades económicas ligadas à reconversão da faixa ribeirinha, à promoção turística, à animação cultural e à instalação no bairro, recente ou em perspectiva, de algumas unidades de serviços financeiros, comerciais e educacionais. Ou, ainda, com as implicações locais directas e indirectas, no plano das actividades económicas e do emprego, das próprias operações de reabilitação urbana — até ao presente, em todo o caso, implicações relativamente limitadas.

Na perspectiva de Alfama não perder, com a operação de reabilitação urbana, o seu perfil social predominante de bairro popular — embora nos

sentidos renovados a que as dinâmicas sociais envolventes e os processos de recomposição social local atrás registados podem conduzir — a recuperação e modernização das casas só terá probabilidades fortes de não redundar, talvez até a prazo pouco dilatado, em nova fase de degradação habitacional generalizada se, durante e após a intervenção, se consolidarem no bairro mecanismos revitalizadores e qualificadores nos planos da formação, do emprego e das actividades económicas.<sup>44</sup>

A *dimensão económica e profissional* aparece, pois, como uma outra vertente fundamental do sucesso e da sustentabilidade do processo de reabilitação urbana.

Por sua vez, será dificilmente contestável afirmar — ou pelo menos não é habitual vê-lo contestado nas declarações a tal respeito de especialistas técnicos e responsáveis políticos — que a concretização de um efectivo processo de reabilitação urbana, por contraposição a uma intervenção socialmente desarticuladora e urbanisticamente desequilibrada, depende em larga medida de se encontrarem soluções arquitectónicas e modos de gestão do processo que atendam quer às características socioculturais do tecido social e das populações em causa (nesse caso, do bairro de Alfama), quer ao jogo de actores sociais em presença, com a sua complexidade e a suas dinâmicas próprias. Tal concretização depende, muito em especial, da capacidade de implicar no processo reabilitador grande parte das instituições, das personalidades e dos grupos locais.

A *dimensão sociocultural* surge, deste modo, como um dos pilares decisivos do processo de reabilitação.

A reabilitação urbana de Alfama poderá, assim, adquirir viabilidade global, no sentido equacionado, se levada a cabo no contexto de um *processo integrado de desenvolvimento social local*. Processo esse que incorpore, de maneira mutuamente ajustada, dimensões habitacionais, económicas e socioculturais. E que, em simultâneo, potencie os resultados de uma articulação efectiva entre os indispensáveis vectores de intervenção conduzidos a partir do exterior — desde a iniciativa política às competências técnicas, passando pelo enquadramento jurídico e pelos recursos financeiros — e os recursos, dinâmicas e protagonismos endógenos, não menos imprescindíveis para a concretização de um processo deste tipo.<sup>45</sup>

Se, na primeira fase do processo, o bairro de Alfama foi constituído em objecto de reabilitação urbana, muito se joga actualmente na possibilidade de o constituir em objecto de desenvolvimento social.

Como se viu ao longo deste capítulo, as iniciativas nesse sentido, protagonizadas por vários tipos de agentes e assumindo facetas variadas, não têm sido de modo nenhum partilhadas nem predominantes. E, perante os

---

44 A respeito da dimensão económica do desenvolvimento local, veja-se José Arocena, *Le Développement par l'Initiative Locale: Le Cas Français*, Paris, Éditions de l'Harmattan, 1986.

resultados até agora obtidos, apesar de relevantes, está-se longe de se poder dar por adquirido que o processo de reabilitação urbana tenda a concretizar-se, de maneira duradoura e sustentada, como um processo de desenvolvimento social. Isto, pelo menos, na medida em que este tipo de processos seja entendido, antes de mais, por referência, precisamente, a um conjunto específico de *características processuais*, entre as quais se destacam, como referido a propósito do caso em análise, as de articulação efectiva entre as dimensões materiais e simbólicas, entre dinâmicas endógenas e exógenas, entre protagonismos internos e externos, entre intervenção técnica e reflexividade relacional institucionalizada.<sup>46</sup>

Chega-se deste modo, por fim, a uma sexta deste conjunto de questões com as quais se pretendeu propor um quadro de parâmetros susceptível de balizar tanto o equacionamento prospectivo de futuros possíveis como o acompanhamento avaliativo de fases subsequentes do processo de reabilitação urbana em Alfama. Trata-se da questão da *identidade cultural* como *instrumento de protagonismo colectivo*, por parte da população que ali vive, no processo de reabilitação urbana e desenvolvimento social do bairro.

A cultura popular alfamista manifesta-se, como foi analisado, através de um conjunto de formas simbólicas de grande carga estética, emocional e lúdica, de que são exemplos bem conhecidos as festas dos santos populares e o fado amador. Mas estas são apenas algumas das manifestações mais visíveis, alguns dos produtos mais formalizados dos operadores simbólicos que estruturam a cultura local. Tais operadores organizam, igualmente, os padrões de conduta ali prevaletentes no quotidiano, presidem às formas de sociabilidade, aos estilos relacionais e aos modos de comunicação ali praticados, impregnam a formação de redes sociais, de colectividades associativas, de laços grupais, de movimentos colectivos.

---

45 Sobre os vários paradigmas relativos ao desenvolvimento regional e local, enunciados ao longo das últimas décadas, e nomeadamente sobre o destaque atribuído e as formas de articulação propostas entre os parâmetros, dinâmicas e agentes endógenos e exógenos, é elucidativo consultar-se, por exemplo, embora tomem sobretudo como referente as regiões rurais, João Ferreira de Almeida, João Ferreira do Amaral, Alexandre Borrego, Luís Capucha e João Ferrão, *Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento? Uma Experiência no Concelho de Almeida*, Lisboa, CAIS e CIES, 1994; Luís Manuel Antunes Capucha, "Fazer render o belo: questões à volta do turismo e do desenvolvimento em zonas rurais recuadas", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 21, 1996; José Palma Rita e Luís Filipe Mergulhão, "Inovação organizacional e desenvolvimento nas regiões pobres", *Sociologia : Problemas e Práticas*, n.º 25, 1997; Paulo Pedroso, *Formação e Desenvolvimento Rural*, Oeiras, Celta Editora, 1998; Manuela Reis e Aida Valadas de Lima, "Desenvolvimento, território e ambiente", in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 329-363.

46 Abordagens parcialmente convergentes com esta são, nomeadamente, a de James Midgley, *Social Development: The Development Perspective in Social Welfare*, Londres, Sage Publications, 1995 ou a de John Friedmann, *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Celta Editora, 1996 (1992).

São também estes os operadores simbólicos através dos quais a população de Alfama constrói representações partilhadas de identidade colectiva que traduzem, sedimentam e reproduzem a pertença a um tecido social e a um quadro urbano — o bairro — por ela intensamente apropriado na vida quotidiana.

Mas esse tecido social e essa vida quotidiana, como se viu sobejamente, nada têm de isolado nem de estático. E a identidade cultural não é sinónimo de sobrevivência folclórica anacrónica. Pelo contrário, é factor — senão mesmo condição — de protagonismo social activo.

É-o, desde logo, no que tal protagonismo significa, entre outras coisas, capacidade relativa de incorporar sucessivas influências e interferências externas, reinterpretando-as, reutilizando-as e reconstruindo-as segundo a lógica cultural própria dos grupos sociais e dos quadros de interacção locais. Em termos mais gerais, a cultura local, com o seu perfil identitário específico, comporta a capacidade, condicionada mas efectiva, de ir reinventando maneiras de ser e de viver, modos de sentir, de pensar, de agir e de expressar, lógicas de relacionamento interactivo, formas simbólicas, estratégias de vida, projectos de futuro.<sup>47</sup>

Mas, no que se reporta directamente ao processo de reabilitação urbana, as relações entre identidade cultural e protagonismo social colocam-se ainda a outros níveis. A identidade cultural local representou, representa e poderá representar no futuro um trunfo valioso da população do bairro para a respectiva possibilidade de intervir, com algum grau de efectividade, na reconstrução simbólica e material de aspectos significativos das suas condições de existência.

Os resultados poderão ser mais ou menos decisivos, mais ou menos conseguidos, mais esperados ou inesperados. Mas isso é uma outra questão, dependente da conjugação desta com muitas outras variáveis, boa parte delas fora do alcance de intervenção dos habitantes do bairro. O que está aqui em causa são as condições ou, talvez melhor, os factores de viabilização e potenciação da própria possibilidade de se verificar esse protagonismo social da população local, e de ele se constituir num dos parâmetros relevantes do processo.

Ora, no caso de Alfama, a identidade cultural local revelou-se um dos factores principais dessa possibilidade de protagonismo colectivo. Isso deu-se de

---

47 Veja-se, numa teorização geral, Augusto Santos Silva, "Produto nacional vivo: uma cultura para o desenvolvimento", in AA.VV., *Atitudes, Valores Culturais, Desenvolvimento*, Lisboa, Sedes, 1988. Um conjunto de importantes análises a este respeito encontra-se numa obra colectiva, já clássica: Geneviève Poujol e Raymond Labourie (orgs.), *Les Cultures Populaires: Permanence et Émergences des Cultures Minoritaires Locales, Ethniques, Sociales et Religieuses*, Toulouse, Edouard Privat, 1979. Uma síntese relativamente recente produzida em sede institucional, a um tempo analítica e programática, encontra-se em AA.VV., *Our Creative Diversity: Report of the World Commission on Culture and Development*, UNESCO, 1995.

dois modos, por um lado na *capacidade de tematização* e, por outro, na *capacidade de mobilização*.

Situando-se a população local, na sua larga maioria, numa posição estrutural do espaço social caracterizada por recursos escassos e poderes restritos, e encontrando-se sujeita a uma conjuntura a vários títulos desfavorável quanto às lógicas prevalentes nos contextos económico, jurídico e político enquadrantes, foi precisamente no tema da identidade cultural de Alfama que encontrou o ângulo estratégico para colocar na agenda pública a reabilitação urbana do bairro. E para que esta fosse institucionalmente assumida nas modalidades em que o foi, pelo menos nos termos das orientações expressas.

Combinado de maneira específica com a evidenciação do estado de degradação física verificado no bairro, o argumento da identidade cultural de Alfama esteve em boa medida na base da possibilidade de o movimento social localmente gerado ter obtido reconhecimento institucional da pertinência, da urgência e do carácter de algum modo excepcional da intervenção. Além do mais, no caso vertente, era um argumento que, em certa medida, tirava partido das sobreposições e ambivalências de sentido que têm estado presentes nas representações sociais correntes acerca da identidade cultural de Alfama. Esta revelou-se, assim, um terreno simbólico partilhável, susceptível de sustentar a constituição de uma espécie de “consenso suposto” propiciador de alianças alargadas e legitimizações decisórias.<sup>48</sup>

A referida assunção institucional, em todo o caso, nunca deixou de ser atravessada por múltiplas controvérsias e ambiguidades. Mas teve alguma tradução quer na prioridade concedida à intervenção no bairro, quer na especificidade dos instrumentos jurídicos, financeiros, técnicos e organizacionais mobilizados, quer ainda na orientação explícita de proceder à reabilitação tendo como destinatário primeiro justamente a população local, ou, noutros termos, procurar não fazer da reabilitação urbana do bairro um processo de expulsão economicamente induzida dos habitantes que solicitavam a recuperação das suas casas.

Numa ou noutra variante, tal orientação de política urbanística — com importantes incidências económicas, sociais e culturais — tem prevalecido, apesar de se ter encontrado, ao longo de todo o período em causa, em relativa contracorrente face às lógicas preponderantes no mercado imobiliário, no

---

48 Apesar de inspirado na teorização de Niklas Luhmann, em particular na sua *Sociologia do Direito* (2 vols.), Rio de Janeiro, Edições do Tempo Brasileiro, 1983 (1972), o conceito de “consenso suposto” aqui utilizado reporta-se menos às lógicas da institucionalização normativa do que às da emergência de resultantes convergentes, nos planos do entendimento cognitivo e da acção comum, por parte de múltiplos actores sociais, à partida diferenciados a vários títulos nas concepções e interesses de que são portadores. Ver também Liliane Voyé, “Transaction et consensus supposé”, in Maurice Blanc (org.), *Pour une Sociologie de la Transaction Sociale*, Paris, Éditions de l’Harmattan, 1992.

sistema jurídico e nas culturas profissionais dos diversos tipos de técnicos envolvidos na intervenção. No entanto, os desfasamentos entre as declarações de orientação geral e as realizações efectivamente concretizadas são elucidativos quanto ao peso exercido por essas lógicas sociais instaladas.

Relativamente à capacidade de mobilização, a identidade cultural alfamista revelou-se também factor decisivo. Os fortes sentimentos de pertença e de apropriação colectivas que a população residente mantém com o local, os padrões culturais singulares por ela partilhados no bairro e os laços relacionais densos ali desenvolvidos foram fundamentais, tanto no plano da elaboração do conteúdo do movimento como no da intensidade das disposições para o protagonizar, tanto na circulação de informações, na comunicação de opiniões e no ajustamento de perspectivas como na manifestação de solidariedades, na concertação de estratégias e na organização de modos de acção colectiva.

Deste ponto de vista, o essencial é o facto de, diferentemente do que acontece em muitos outros casos, a população do bairro ter acentuado pendor para se ver a si própria como um colectivo social específico, bem como possuir meios relacionais e simbólicos para se constituir em actor colectivo, muito em especial quando estão em causa aspectos centrais dessa sua identidade partilhada.

A identidade cultural alfamista surge, assim, quer como factor de propensão disposicional para o protagonismo da população local no processo de reabilitação urbana do bairro, quer como factor de viabilização instrumental desse protagonismo.

Poder-se-á, pois, falar aqui de *estratégias identitárias*, no triplo sentido de estratégias sociais que encontram na identidade cultural do bairro as condições da sua emergência, de estratégias sociais que recorrem de maneira explícita à identidade cultural de Alfama como referência privilegiada e argumento de legitimação dos processos desencadeados e, ainda, de estratégias sociais que utilizam os ingredientes relacionais e simbólicos dessa identidade cultural como instrumentos nucleares dos modos concretos de acção colectiva desenvolvidos.

Em casos como este, para além da *produção social da identidade cultural*, impõe-se analisar *a identidade cultural como produtora de efeitos sociais*. Em particular — e para isso os processos examinados no presente capítulo podem precisamente servir de ilustração — as identidades culturais são, muitas vezes, elementos decisivos de *formação de protagonismos colectivos*.

A esse título, e em termos teóricos gerais, as identidades culturais inscrevem-se como uma das categorias sociais mais relevantes de mediação entre estrutura e acção. Mas, quanto a processos como os que têm vindo a ser analisados, mediação sobretudo no sentido dos encadeamentos que levam da acção colectiva aos respectivos efeitos nas condições estruturais da existência social.

De facto, do que se trata aqui é, em primeiro plano, da prossecução de estratégias sociais, identitariamente constituídas e colectivamente protagonizadas, que visam, de maneira explícita, sustentar ou provocar transformações em determinados aspectos das condições que estruturam a vida social dos agentes envolvidos; estratégias essas que, com maior ou menor gama de efeitos inesperados, acabam efectivamente por, em graus variáveis, contribuir para reproduzi-las e transformá-las.



## Conclusão

A conclusão de uma investigação é também base possível de partida para outras. Não se pretende aqui, como é evidente, começar essas eventuais novas linhas de trabalho. Mas poderá ser útil estabelecer pontes, recolocar alguns dos pontos de chegada desta pesquisa — provisórios como em qualquer outra — na perspectiva dos problemas de investigação sociológica para que abrem. Mais precisamente, trata-se de assinalar um pequeno número destes problemas, de entre um leque vasto de possibilidades.

Ou, ainda noutros termos, procura-se retomar brevemente, a concluir, um determinado conjunto de temas abordados ao longo do texto precedente, situando-os perante áreas de questionamento sociológico a cujos limiares a pesquisa permitiu chegar.

### Debates teóricos e modelos de análise

No decurso da investigação, ao longo das duas últimas décadas, não foi só o bairro de Alfama e a sociedade envolvente que se foram transformando. Também as ciências sociais passaram por múltiplos debates e evoluções diversas.

Num plano muito geral, boa parte dos esforços de elaboração teórica em sociologia no decurso deste período estiveram relacionados, de uma forma ou de outra, com a análise das relações entre estrutura e acção, ou qualquer dos seus equivalentes conceptuais aproximados.

A terminologia utilizada pelos vários autores está longe de ser homogénea. Tal como não são sempre completamente sobreponíveis os conceitos nucleares implicados, nem as problemáticas teóricas em causa. No entanto, emergiu destes trabalhos um conjunto de questões e perspectivas suficientemente convergentes para se poder falar de uma nova configuração da sociologia, a qual se foi impondo desde os anos 70 aos anos 90.

A sociologia sempre foi uma ciência pluriparadigmática. Mesmo o chamado “consenso ortodoxo”, de dominante estrutural-funcionalista, nunca foi tão completamente hegemônico, nem sequer na sociologia norte-americana, como é sugerido por algumas análises retrospectivas um tanto simplificadoras. Outras matrizes teóricas de formação anterior ou contemporânea daquela — das marxistas às weberianas, das formalistas às interacionistas ou às fenomenológicas — coexistiram com ela e tiveram, aliás, um papel importante nos desenvolvimentos posteriores do campo sociológico.

Em todo o caso, nas décadas de 60 e 70, a situação passou a caracterizar-se por uma muito maior diversificação de abordagens e, sobretudo, pela afirmação de um vasto leque de paradigmas profundamente críticos da sociologia positivista e funcionalista, e igualmente antagonistas entre si. O tom prevalecente do debate teórico era, na altura, o de adesão exaltada, e ferozmente exclusivista, a uma ou outra das orientações adversárias.

A proposta bachelardiana da ruptura epistemológica e a ideia kuhniiana da incomensurabilidade dos paradigmas, retomadas de diversas maneiras, foram entendidas como argumentos a favor da desqualificação global e sistemática dos quadros teóricos rivais. Na maioria dos casos as sociologias compreensivas e as estruturais, as abordagens micro-sociológicas e as macro-sociológicas, negavam-se mutuamente qualquer pertinência.

Ao longo do período de realização da pesquisa que serviu de base a este trabalho, assistiu-se a uma viragem significativa.

É certo que a pluralidade paradigmática continua a caracterizar a sociologia, e é duvidoso que seja possível, ou desejável, que deixe de ser assim. É certo, também, que algumas correntes continuam a adoptar o modo exclusivista, realimentado de tempos a tempos pela emergência de nova vaga de dogmatismos, alguns deles proclamando-se, paradoxalmente, de hiper-relativistas — com o empobrecimento de referências, de lucidez analítica e de capacidade reflexiva que os diversos sectarismos intelectuais sempre originam.

Mas a orientação predominante em grande parte dos principais autores da teoria sociológica contemporânea caracteriza-se por uma postura de articulação entre contributos oriundos de tradições paradigmáticas diversas, de integração de perspectivas e níveis de análise, de tentativa de novas sínteses.

Em certo sentido pode dizer-se que, mais ainda do que o conteúdo substantivo das teorias, o que tem vindo sobretudo a mudar é a relação com as teorias. Um dos aspectos dessa nova relação, apesar das contratendências assinaladas, é a dessacralização das adesões de escola, a passagem do exclusivismo militante à convivência transparadigmática desdramatizada e exploratória. Como diz João Ferreira de Almeida, nas ciências sociais “está a passar-se do pluriparadigmatismo de combate ao pluriparadigmatismo de convivência com incursões num transparadigmatismo operacional”.<sup>1</sup>

Assiste-se, assim, à busca de complementaridades e à elaboração de novas propostas integradoras, em torno de problemas de grande cen-

tralidade para a análise sociológica e abrindo para renovados programas de investigação.

Este “novo movimento teórico”, como lhe chamou Alexander, é localizável em trabalhos que, diferindo substancialmente entre si em muitos aspectos, convergem no tratamento de um conjunto de questões conexas de ordem teórica.<sup>2</sup>

Um dos seus eixos transversais mais importantes é, justamente, uma preocupação comum, formulada de diversas maneiras, em procurar superar as insuficiências das abordagens redutoramente macro-sociológicas ou micro-sociológicas, estruturalistas ou hermenêuticas. Ou, colocando a questão em termos afirmativos, tem procurado desenvolver quadros conceptuais que colocam no foco da atenção analítica questões como as das articulações entre sistemas e actores, entre estruturas e práticas, entre a realidade das condições sociais de existência e a construção social da realidade, entre reprodução social e produção da sociedade.

Refiram-se, como exemplos ilustrativos, as propostas teóricas de quatro autores que contribuíram de maneira significativa para esta configuração central da sociologia contemporânea: o inglês Anthony Giddens, o francês Pierre Bourdieu, o alemão Jurgen Habermas e o norte-americano Jeffrey Alexander.

A teoria de estruturação de Giddens é apresentada pelo autor como constituindo um esforço para reconstruir algumas das premissas básicas da análise sociológica.<sup>3</sup> O principal elemento da teoria, o teorema da dualidade da estrutura, sublinha o carácter recursivo das relações entre estrutura e acção, num processo de permanente constituição recíproca. A estrutura é, ao mesmo tempo, meio e resultado das práticas sociais que continuamente constituem os sistemas sociais.

O autor insiste na vantagem da distinção conceptual entre estrutura e sistema. A estrutura teria apenas existência virtual, enquanto conjunto de regras e recursos cronicamente mobilizado e actualizado na acção social e na reprodução dos sistemas sociais.

A interacção social é entendida, nesta ordem de ideias, como realização contingente de actores sociais dotados de competências cognitivas e reflexivas. E os sistemas sociais são conceptualizados como constituídos por pa-drões institucionalizados de práticas e relações sociais desdobrando-se no espaço-tempo.

---

1 João Ferreira de Almeida, “Ciências sociais”, in José Mariano Gago (coord.), *Ciência em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991, p. 81.

2 Jeffrey C. Alexander, “The new theoretical movement in sociology”, in *Neofunctionalism and After*, Malden (Mass.), Blackwell Publishers, 1998 (1987).

3 Anthony Giddens, *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984.

A dualidade da estrutura articula, assim, os processos de integração social (a nível das interacções) e os processos de integração de sistema (a nível das instituições).

O quadro teórico proposto por Bourdieu assenta também numa concepção de constituição recíproca entre estruturas e práticas sociais.<sup>4</sup> Mas, enquanto o esquema conceptual de Giddens sugere fortemente uma ideia de simetria de princípio entre os dois ramos da circularidade de determinações que ligam estrutura e acção, em Bourdieu a elaboração teórica e a estratégia analítica acentuam muito mais o sentido da determinação que vai das estruturas às práticas.

É aqui, aliás, que introduz alguns dos conceitos que, numa avaliação global da sua própria obra, o autor considera mais importantes na arquitectura da abordagem sociológica que propõe: os conceitos de habitus e de campo.<sup>5</sup>

Os campos designam domínios específicos de relações sociais de poder e competição, historicamente constituídos como dotados de autonomia relativa. Os habitus, ou sistemas de disposições incorporadas nos agentes sociais, gramáticas geradoras de acções e apreciações, constituem uma estrutura mediadora fundamental, estruturada pelo espaço relacional das condições sociais de existência e estruturante dos sistemas de práticas e representações.

Resultado da intersecção entre, por um lado, o duplo conjunto de operadores constituído pelas disposições incorporadas nos agentes sociais e pelos capitais objectivados que eles transportam e, por outro, os diferentes campos específicos de relações sociais, a produção de práticas sociais é, do mesmo passo, reprodução das estruturas sociais que, mediatizadamente, governam essas práticas.

Para Habermas, a modernidade resultou de um processo evolutivo de diferenciação social, o qual pode ser analisado, do ponto de vista interno dos participantes, como racionalização do mundo vivido, e, do ponto de vista externo do observador, como complexificação do sistema.<sup>6</sup>

As relações entre sistema e mundo vivido são, na obra deste autor, objecto de uma teoria da sociedade que pretende articular as duas perspectivas. A abordagem de Habermas consiste em procurar desenvolver instrumentos conceptuais para analisar o processo de “abstracção real” que se produz na própria sociedade, o processo de disjunção entre sistema e mundo vivido ocorrente na modernidade.

O mundo vivido, assente na acção comunicativa, evolui no sentido da diferenciação de três componentes estruturais — cultura, sociedade e personalidade —, a que correspondem os processos de reprodução cultural, integração

---

4 Pierre Bourdieu, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979.

5 Pierre Bourdieu e Loïc J. D. Wacquant, *Réponses*, Paris, Éditions du Seuil, 1992.

6 Jürgen Habermas, *Théorie de l'Agir Communicationnel* (2 vols.), Paris, Fayard, 1987 (1981).

social e socialização. A evolução do sistema historicamente observada traduz-se, no essencial, na diferenciação de dois subsistemas, a economia e o estado, cujo funcionamento é possibilitado pela generalização de meios reguladores não linguísticos, o dinheiro e o poder. Os novos mecanismos de coordenação da acção incluem também formas generalizadas de comunicação, nomeadamente os meios de comunicação de massas, tornando possível a formação de espaços públicos.

No processo de disjunção entre sistema e mundo vivido, o sistema autonomiza-se e sobrepõe-se a um mundo vivido que lhe está na base e cujos processos de racionalização, permitindo a diferenciação do sistema, conduziram, paradoxalmente, à “colonização” do mundo vivido pelos imperativos funcionais dos subsistemas tornados autónomos. No entanto, o processo comporta profundas ambivalências e nele estão inscritas potencialidades de emancipação.

A teoria sociológica desenvolvida por Alexander toma por tema central o que designa por ligações micro-macro.<sup>7</sup> O projecto do autor visa superar os reducionismos quer da sociologia parsoniana, quer das micro-sociologias norte-americanas críticas do funcionalismo, designadamente as teorias da troca, o segundo interaccionismo simbólico e a etnometodologia.

Com esse intuito, propõe uma teoria social multidimensional que procura dar conta das relações entre uma acção social sempre contingente e as envolventes na qual ela ocorre. A ordem social é conceptualizada segundo um modelo que inclui três sistemas: cultura, sociedade e personalidade. A acção, por sua vez, decompõem-se numa dimensão interpretativa e numa dimensão estratégica. As envolventes sistémicas são vistas como produtos da acção, mas sem se lhes reduzirem. E a acção é entendida como inspirada e constrangida por essas envolventes, sem no entanto deixar de conter um elemento irreduzível de contingência, analisável em dimensões distintas das que estruturam os sistemas.

O programa teórico proposto por Alexander engloba, por conseguinte, não só a análise das relações entre as várias dimensões da acção ou entre os diversos sistemas envolventes, mas também, e de maneira central, o exame das relações entre sistema e acção.

Este breve apanhado não faz justiça, naturalmente, à amplitude e à complexidade dos quadros conceptuais construídos por alguns dos mais importantes “clássicos recentes” da teoria sociológica. Mas será suficiente para anotar brevemente alguns dos problemas por eles não resolvidos, colocados a partir da pesquisa que aqui se apresentou.

Refira-se, em primeiro lugar, o problema das dualidades e dos dualismos. Nas teorizações sociológicas actuais tornou-se corrente salientar a

---

7 Jeffrey C. Alexander, *Action and Its Environments: Towards a New Synthesis*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1988.

qualidade recursiva, mutuamente constituinte, das relações entre estrutura e acção. Anthony Giddens é porventura o porta-voz mais veemente desta concepção, insistindo em que tais relações têm o carácter de uma dualidade e não de um dualismo.

É inegável a vantagem de procurar ultrapassar dicotomias redutoras e reificantes que têm empobrecido a análise sociológica. Mas uma perspectiva deste tipo também pode apresentar fragilidades.

Para retomar a questão nos termos em que Margaret Archer a coloca, a ideia de que estrutura e acção se constituem de maneira recíproca e recursiva surge na sociologia contemporânea como contraponto à polarização do debate teórico anterior entre paradigmas holistas e individualistas, nas diferentes modalidades que eles assumiram na história das ciências sociais.<sup>8</sup> Tais paradigmas, mesmo quando estabeleciam distinções de princípio entre estruturas e práticas, era para logo a seguir subordinarem drasticamente umas às outras. Podem, pois, ser vistos como versões opostas de um mesmo modo reducionista de produção teórica, a que a autora chama “conflacionista”.

As teorias holistas praticam a “conflação descendente”, subsumindo nas estruturas tudo o que consideram relevante nas acções. E as abordagens individualistas correspondem a uma “conflação ascendente”, rebatendo toda a análise sociológica sobre a acção individual, em moldes seja explicativos seja compreensivos, e negando qualquer autonomia causal às estruturas ou mesmo pertinência teórica a tal conceito.

O ponto, para a autora, é que, se elaborações teóricas como as de Giddens — ou, de algum modo, como as de Berger e Luckmann, ou como as de Bauman, entre outras — se contrapõem às anteriores, acentuando o carácter mutuamente constituinte de estruturas e acções, tal acaba por redundar, em casos como os destes autores, na assunção teórica da sua concomitância absoluta e profunda indistinção substantiva.<sup>9</sup> Neste tipo de teorizações só se pode distinguir analiticamente estrutura e acção se do mesmo passo se afirmar que ambas são manifestações intrínsecas uma da outra. Tratar-se-ia, recorrendo ainda à terminologia acima utilizada, de teorias de “conflação central”, ou de “elisão” dos poderes causais próprios e das propriedades emergentes específicas de cada um dos diferentes níveis de constituição das sociedades.

Conceptualizações como essas não permitem, assim, um tratamento teórico satisfatório das *descoincidências* ou *assimetrias* que são, também elas, constitutivas das relações entre estrutura e acção. Nomeadamente, não atendem de

---

8 Margaret S. Archer, *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

9 Para além de Giddens, cuja obra fundamental a este respeito foi acima citada, refira-se Peter L. Berger e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Editora Vozes, 1976 (1966) e Zygmunt Bauman, *Culture as Praxis*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1973.

maneira suficiente a que, em muitos casos, há uma desproporção significativa entre as capacidades de acção quotidiana dos agentes sociais e os efeitos causais das estruturas sociais, com a inércia própria que as caracteriza. Ou, o que é um outro aspecto da mesma questão geral, não dão efectiva tradução analítica ao facto de que, na maioria da vezes, os tempos da estrutura são diferentes dos tempos da acção.

É difícil, por consequência, perfilarem-se como guias adequados para a pesquisa empírica, pelo menos quando os objectos de estudo remetem para processos sociais em que tais assimetrias são acentuadas. A possibilidade de ir além do enunciado, em registo teórico, de que estrutura e acção se constituem de forma recíproca, passando à investigação empírica das relações entre ambas, requer que se lhes conceda algo de conceptualmente irreduzível entre si, para que se possam de facto analisar as influências de uma sobre a outra.

Um aspecto adicional deste problema é que os quadros teóricos de autores como Giddens, Bourdieu, Habermas ou Alexander, por exemplo, não dão espaço conceptual suficiente à *acção colectiva*. Nada a ela especificamente relativo aparece nos reportórios de conceitos e proposições de base de tais elaborações teóricas. E, no entanto, a acção colectiva, nas suas diversas modalidades, mais efémeras ou mais continuadas, mais inorgânicas ou mais organizadas, é componente decisivo dos processos de constituição das sociedades e de mudança social.

A diferença de regimes em que normalmente se processam as práticas rotinizadas da vida quotidiana, mais ou menos dispersas e atomizadas, e a actividade de actores colectivos visando a manutenção ou a transformação de determinadas configurações estruturadas dos sistemas sociais, tal diferença requer tradução teórica e operacionalização na pesquisa empírica.

Como se viu no caso estudado, as relações entre estrutura e acção apresentam-se de maneira muito diversa quando se referem, não à reprodução corrente de práticas sociais e padrões culturais, mas a processos de acção colectiva em que os actores sociais envolvidos — indivíduos e grupos, organizações e instituições — procuram intervir de maneira deliberada nos quadros de vida próprios ou de outros, isto é, em determinados aspectos dos sistemas sociais a que estão ligados. Numa e noutra vertente encontram-se combinatórias variáveis de processos em que impera a dualidade e de processos onde o dualismo está muito mais presente.

Lacuna conexas com as anteriores é a que se pode observar, em alguns dos quadros teóricos assinalados, quanto à *pluralidade possível de orientações da acção*. Neste aspecto, o mais deficitário será talvez o de Bourdieu, com a sua remissão unívoca à lógica do interesse, ou, o que é o mesmo noutra terminologia adoptada pelo autor, à *illusio*, enquanto princípio orientador das práticas dos agentes sociais.<sup>10</sup>

De novo aqui as questões são mais complexas e as possibilidades mais diversificadas, como procuram mostrar variadíssimas elaborações analíticas

— por exemplo sobre as relações entre cultura e razão prática, tal como Sahlins as discutiu, ou sobre as lógicas de integração, estratégia e subjectivação na acção social, segundo a proposta de Dubet, ou sobre a pluralidade de regimes de acção analisados por Boltanski, entre muitos outros contributos.<sup>11</sup> Isto para já não falar da célebre tipologia geral da acção social, de Max Weber, decomposta, segundo o respectivo sentido, em acção tradicional, acção afectiva, acção racional em relação a valores e acção racional em relação a fins.<sup>12</sup>

Refira-se ainda um outro exemplo, o de Nicos Mouzelis, cujo último ciclo de trabalhos sublinha, a respeito da relação que os agentes desenvolvem perante a reprodução das estruturas sociais, a variação possível entre modalidades de maior implicação prática e modalidades de mais acentuado distanciamento crítico, teórico ou estratégico, sendo que estas últimas modalidades tendem a aumentar de importância relativa, precisamente, na acção colectiva organizada.<sup>13</sup>

O que a investigação realizada foi tornando claro é que, em vez de se optar de maneira apriorística pela dualidade ou pelo dualismo, se revela cognitivamente mais adequado e produtivo pensar estes dois modos de relação entre estrutura e acção como variáveis. Torna-se possível, assim, constituir em problema de pesquisa, teórica e empírica, a determinação de quando é que um prevalece sobre o outro, e quais as respectivas ponderações e articulações em cada caso.

A dificuldade que alguns dos quadros conceptuais referidos têm em dar o devido tratamento teórico à análise de questões como a do maior ou menor grau segundo o qual certas sequências de relações estruturas/práticas e práticas/estruturas são mais conducentes à replicação relativamente estabilizada dos quadros sociais de existência ou à emergência de novas configurações sociais, poderá encontrar também aqui vias de superação.

Outro conjunto de questões coloca-se em torno do problema das *mediações*. Para que se possa passar de enunciados muito gerais acerca das relações entre estrutura e acção à investigação substantiva dessas relações, é necessário recorrer a conceitos que especifiquem dimensões, elementos e mecanismos através dos quais elas se processam.

10 Por exemplo, Pierre Bourdieu, “Será possível um acto desinteressado?”, in *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1994).

11 Marshall Sahlins, *Cultura e Razão Prática*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979 (1976); François Dubet, *Sociologia da Experiência*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996 (1994); Luc Boltanski, *L'Amour et la Justice comme Compétences: Trois Essais de Sociologie de l'Action*, Paris, Éditions Métailié, 1990.

12 Max Weber, *Economy and Society*, Berkeley, University of California Press, 1978 (1922, 1956), vol. I, pp. 24-26.

13 Veja-se, nomeadamente, Nicos Mouzelis, “Restructuring structuration theory”, *The Sociological Review*, vol. 37, n.º 4, 1989, ou *Sociological Theory: What Went Wrong? Diagnosis and Remedies*, Londres, Routledge, 1995.

Mas não basta ficar por aqui. Importa igualmente distinguir as diversas modalidades de mediação, bem como os diferentes regimes de intervenção dessas instâncias mediadoras, consoante o sentido principal das relações entre estrutura e acção, e conforme os processos em causa tenham uma tonalidade mais forte de permanência ou de transformação.

No caso estudado, recorreu-se a um modelo de análise envolvendo, no essencial, a articulação de três conceitos, os quais remetem para outras tantas sedes específicas e modalidades principais de mediação entre estrutura e acção, entendidas estas em sentido bastante geral. São eles os conceitos de *padrões culturais*, *classes sociais* e *quadros de interacção*.

Claro que, nestas designações genéricas, apenas balizam determinadas áreas de problematização e conceptualização, susceptíveis de abranger, por sua vez, leques relativamente vastos de proposições teóricas específicas e conceitos de carácter mais especializado.

Ao longo dos capítulos anteriores discutiram-se e utilizaram-se vários destes conceitos, muitos dos quais estabelecem relações entre os três domínios conceptuais referidos. É o caso, por exemplo, dos conceitos de formas culturais e dimensões comunicacionais da cultura, de relações de classe, trajetórias de mobilidade e dinâmicas de recomposição social, de modos de vida e estilos de vida, de redes sociais e instituições supralocais, de sistemas de acção e dinâmicas de actores sociais, de processos de construção social da realidade e movimentos de acção colectiva.

Procurou-se ainda evidenciar a utilidade analítica diferenciada destes conceitos mediadores, segundo se esteja a focar, predominantemente, aspectos da produção rotineira de práticas quotidianas ou, então, da acção colectiva visando mudanças sociais.

Refira-se ainda o problema do *meso-social*. Nenhum dos autores aqui tomados como figuras ilustrativas do “novo movimento teórico”, figuras de referência da sociologia actual, como Giddens, Bourdieu, Habermas ou Alexander, parece dar estatuto teórico adequado, ou suficientemente elaborado, a fenómenos sociais como os de localidade ou rede social, quadro de interacção ou colectivo social organizado — para referir apenas alguns dos mais presentes nesta pesquisa.

Não se trata só de uma questão de escalas de análise, embora também o seja. Na conotação mais comum, ao longo do que se poderia definir como um eixo “vertical”, o meso-social designa efectivamente uma escala intermédia de constituição de relações e processos sociais, entre a dos indivíduos e a dos sistemas societais.

Mas, por outro lado, agora segundo um eixo “horizontal”, por assim dizer, o meso-social refere-se a fenómenos sociais contextualizados e interacionais — por contraposição a objectos de análise sociológica definidos quer em termos de práticas e representações individuais, envolvendo conjuntos mais ou menos alargados de indivíduos, quer em termos de sistemas sociais e

culturais, quer ainda em termos de relações entre ambos os níveis, mas em qualquer caso considerados de forma descontextualizada. Ou, dizendo de outra maneira, por contraposição a objectos de estudo construídos sem lugar conceptual para os contextos e os processos de interacção, tidos como teoricamente irrelevantes para a análise.

Esta última situação é a que se verifica, por exemplo, em variadíssimas pesquisas sobre valores sociais, práticas de consumo ou estilos de vida, realizadas através dos procedimentos conjugados do inquérito extensivo por questionário e da análise estatística de dados. É o que acontece, também, em muitas análises de carácter globalizante não apoiadas em procedimentos específicos de pesquisa observacional mas apenas no exame bibliográfico e na reconstrução conceptual.

Quer umas, quer outras, omitem com frequência, nos respectivos objectos de estudo, a consideração teoricamente elaborada das dimensões contextuais e interaccionais, as quais surgem referenciadas, quando muito, como meros particularismos acessórios ou como estritos elementos de caracterização casuística. Não apresentam, pois, nem a elaboração conceptual genérica nem o tratamento analítico sistemático que conceitos como o de quadros de interacção ou, a outro nível de concretude, o de sociedade de bairro, aqui utilizados, podem ajudar a conseguir.

Tal não impede que vários desses trabalhos de pesquisa empírica ou ensaísmo teórico e, por maioria de razão, os quadros teóricos dos clássicos recentes da sociologia contemporânea atrás brevemente recenseados, possuam importantes méritos sociológicos. O que se pretende sublinhar é que há questões de teoria sociológica e problemas de investigação que podem ter melhor abordagem na confluência das escalas intermédias com objectos de análise que incorporem, na sua concepção teórica e nos respectivos protocolos de observação, os efeitos de contexto e as lógicas da interacção.

Aliás, a importância de contemplar, logo na teoria sociológica de âmbito mais geral, a ideia de que as sociedades se constituem a vários níveis de integração das relações sociais, requerendo concepções mais elaboradas, a vários títulos, do que as redutoras dicotomias “micro-macro”, é algo que se encontra presente em teorizações sociológicas de diversa índole.<sup>14</sup>

Tomando apenas em consideração algumas daquelas que defendem de maneira explícita teorias desse tipo, refiram-se, por exemplo, as configurações sociais a vários níveis conceptualizadas por Norbert Elias, ou a diversidade de contextos substantivos situados entre as estruturas formais e as interacções, tal como propostos por Derek Layder, ou os sistemas organizacionais situados entre as sociedades e as interacções, segundo a elaboração conceptual de Niklas

---

14 Para uma sistematização acerca de formas de “teorização meso” em diversas correntes de teoria sociológica, veja-se Jonathan H. Turner, *The Structure of Sociological Theory*, Belmont (Cal.), Wadsworth Publishing, 1991 (1974), pp. 628-639.

Luhmann, ou as hierarquias de relações sociais analisadas por Nicos Mouzelis, ou ainda as estruturas de meso-nível — grupos, organizações, movimentos sociais e instituições — de que se ocupa uma recente sistematização teórica de Neil Smelser.<sup>15</sup>

### **Sociedade de bairro: problemas de contextualização e descontextualização**

A crer, porém, em várias outras teorizações e análises sobre as sociedades contemporâneas, um trabalho como o aqui apresentado não poderia ter sido feito. Uma investigação sociológica deste tipo, realizada através da pesquisa de terreno, não deveria ter objecto observável. As “sociedades de bairro”, no sentido que se atribuiu à expressão, já não existiriam. Pertenceriam quando muito ao passado, mas não às configurações sociais da actualidade.

E, no entanto, foi mesmo isso que se encontrou — não como relíquia de outros tempos nem como objecto anacrónico, mas como configuração social existente, atravessada por dinâmicas de continuidade e transformação, a exemplo do que vai acontecendo noutras e, a escalas mais amplas, no contexto social envolvente.

Aliás, um dos aspectos mais significativos de que a investigação pôde dar conta foi, justamente, o das múltiplas, profundas e permanentes interligações do bairro de Alfama e da sua população, das suas actividades e das imagens acerca dele, com outros espaços sociais, com níveis mais abrangentes de constituição das relações sociais e com processos gerados a partir de origens externas ao bairro ou de instâncias que o ultrapassam. Tudo isso, no entanto, sem que deixasse de se verificar ali um tipo específico de configuração social, a que se chamou *sociedade de bairro*.

Com este conceito não se pretendeu retomar simplesmente a noção de “bairro”, tal como ela aparece nas representações sociais correntes. Nem se quis usá-la da maneira empirista como muitas vezes surge na bibliografia das ciências sociais, quando é assumida como noção auto-evidente, enquanto designação de uma unidade urbana não problemática em si própria para a análise sociológica. E também não se recorreu a ela apenas como noção descritiva e preliminar, a partir da qual se procederia à análise propriamente dita dos aspectos sociais envolvidos.

---

15 Norbert Elias, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70, 1980 (1970); Derek Layder, *Structure, Interaction and Social Theory*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1981; Niklas Luhmann, “The evolutionary differentiation between society and interaction”, in Jeffrey C. Alexander, Bernhard Giesen, Richard Munch e Neil S. Smelser (orgs.), *The Micro-Macro Link*, Berkeley (Cal.), The University of California Press, 1987; Nicos Mouzelis, *Sociological Theory: What Went Wrong? Diagnosis and Remedies*, op. cit.; Neil J. Smelser, *Problematics of Sociology*, Berkeley (Cal.), The University of California Press, 1997.

O conceito de sociedade de bairro não constituiu um ponto de partida mas um ponto de chegada da pesquisa. Refere-se a um tipo específico de configuração social, observável em Alfama, e cujas características se procurou examinar. Corresponde a uma forte sobreposição de parâmetros de estruturação social — morfológicos e simbólicos, de composição social e de contexto interaccional — redobrados de uma vincada identidade cultural. Identidade cultural essa emergente, nas formas que ali assume, da configuração social específica referida, segundo uma articulação complexa de dinâmicas endógenas e exógenas, e, por sua vez, factor decisivo da sua constituição enquanto, precisamente, sociedade de bairro.

A terminologia é discutível, evidentemente. Mas tem as suas justificações. Tratava-se de designar, como se disse, um tipo específico de configuração social, no qual o bairro aparece não só como unidade territorial urbana mas também como quadro social denso e multifacetado e, ainda, como categoria simbólica de referência social identitária, muito em especial para a população local, mas também para o exterior, embora segundo modalidades distintas.

Por outro lado, a designação foi influenciada por uma tradição terminológica em que é possível localizar conceitos como o de “sociedade de esquina” e de “sociedade de corte”, utilizados em duas das mais interessantes obras sociológicas deste século, respectivamente de William Foote Whyte e de Norbert Elias.<sup>16</sup>

Tanto num caso como no outro, tais conceitos visavam dar conta, como no presente estudo, de configurações sociais específicas, com laços densos, mecanismos particulares de estruturação e lógicas próprias de âmbitos relacional, cultural e identitário. Além disso, foram elaborados e desenvolvidos sempre numa perspectiva de análise das articulações relevantes dessas configurações com os contextos sociais envolventes, em termos sincrónicos e diacrónicos, como aqui se procurou fazer.

A sociedade de bairro em Alfama não é nenhum gueto social, pretensamente isolado, e aliás nunca o terá sido. Mas nem por isso deixa de constituir um quadro social local de tipo específico, no qual se sobrepõem, num entrelaçado espesso, múltiplas dimensões de relacionamento humano, onde se geram estilos de conduta característicos e formas simbólicas singulares, e que se redobra, numa relação em simultâneo expressiva e constitutiva, de uma identidade cultural muito vincada, reportada pela sua população ao bairro, como entidade colectiva preeminente e como círculo particularmente relevante de pertença pessoal e grupal.

Muitas das teses sobre a descontextualização das relações sociais em época de globalização, da deslocalização das redes de interconhecimento, do

---

16 William Foote Whyte, *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum*, Chicago, The University of Chicago Press, 1981 (1943); Norbert Elias, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987 (1969).

fim dos espaços locais enquanto quadros relevantes de estruturação social, do confinamento da interação aos “não-lugares” de passagem efémera e aos regimes relacionais de acentuado anonimato, dão conta de processos importantes das sociedades contemporâneas, mas fazem-no em modo reificante e unilateral. Tendem a absolutizar, como exclusivo, aquilo que são dimensões ou formas sociais emergentes, ou de presença actual mais destacada, mas que efectivamente coexistem, em articulações a investigar, com outras dimensões do relacionamento social e com formas recorrentes que ele assume.

Nesse sentido, fazem lembrar fases anteriores do pensamento sociológico, por exemplo quando se contrapunha, em finais do século XIX, “sociedade” a “comunidade”, como se de entidades mutuamente exclusivas se tratasse, a primeira desalojando a segunda de acordo com uma concepção evolucionista linear; ou como quando, nas décadas de 60 e 70 do século XX, se decretou o fim dos “estudos de comunidade”, confundindo as limitações teórico-metodológicas de certas abordagens com uma suposta falta de pertinência e relevância dos objectos de estudo e das unidades de observação de carácter localizado.

De novo, agora, as redes sociais múltiplas, os quadros de interação locais e as formas simbólicas persistentes, ou recorrentes, teriam desaparecido — sob uma onda arrasadora de laços especializados, relacionamentos descontextualizados e estilos efémeros. É uma notícia que tem sido dada um número excessivo de vezes, ao longo de demasiado tempo, para não levar a interrogação mais aprofundada. Trata-se, de facto, de um caso de “concretização equivocada”, em que a uma dimensão social, ou a uma certa gama delas, sobretudo se relativas a tendências emergentes importantes, se atribui o carácter de totalidade reificada e exclusivista.

É claro que boa parte das ciências sociais não tem aderido a tais modelos analíticos redutores, muitas vezes ingénuos ou panfletários. Pelo contrário, as melhores versões têm praticado uma análise multidimensional e contextualizante que contribui para evitar, ou minorar, os efeitos de moda intelectual simplificadora. Aliás, um volume considerável do trabalho actual das ciências sociais tem consistido em reconduzir os elementos de pertinência de hipóteses genéricas acerca de certas tendências sociais contemporâneas, por vezes formuladas no modo absolutizante e reducionista referido, à análise ponderada das articulações dessas tendências com variadíssimos outros vectores de estruturação social.

Numa situação como a descrita, torna-se menos surpreendente encontrar em textos recentes de diversos autores, todos eles respeitáveis, enuncia-dos de ênfases bastante diferenciadas, ou mesmo contrastantes.

Poderia lembrar-se, por exemplo, o sublinhado feito por François Ascher acerca da perda da importância do bairro como quadro social de pertença e de referência nas “metápoles” actuais.<sup>17</sup> Mas também seria possível fazer-se referência, pelo contrário, à insistência de Clemente Navarro Yañez na relevância persistente, ou mesmo renovada, das vizinhanças e das identidades locais,

nomeadamente em contextos citadinos, nas sociedades contemporâneas em globalização.<sup>18</sup>

Ou então, num registo mais matizado, seria susceptível de convocação a proposta de Jean Rémy e Liliane Voyé acerca não só do modelo de vida urbana actualmente dominante nas cidades europeias e norte-americanas, modelo caracterizado pelos autores como de classe média, mobilidade espacial e projectos de individualização pessoal, mas também da sua coexistência com vários tipos de bairros — bairros tradicionais, bairros comunidades de transição, centros urbanos abandonados, bairros de lata e bairros suporte de modos de vida alternativos.<sup>19</sup>

A respeito de toda esta problemática, a investigação sociológica, no sentido aqui utilizado, e talvez em particular a apoiada em pesquisa de terreno, poderá fornecer as suas contribuições. Deste ponto de vista, os resultados da pesquisa acerca da sociedade de bairro alfamista constituem uma infirmação das teses sobre “o fim do contexto local”, pelo menos na generalização absolutizante e redutora com que por vezes são enunciadas.

### Sentidos da identidade cultural

Mas os resultados referidos não se esgotam, “popperianamente”, na mera infirmação. Do desenvolvimento analítico que se realizou acerca da sociedade de bairro em Alfama terá sido possível retirar-se, sobretudo, a elaboração de um conjunto de parâmetros conceptuais, hipóteses teóricas, modelos de análise e soluções operatórias. Elementos estes eventualmente susceptíveis de, para além da caracterização do caso singular em estudo, fornecerem contributos para o debate teórico e para a prática da investigação empírica.

Sem nenhuma pretensão de exaustividade, vários desses aspectos, de índole bastante geral, foram já relembrados e reequacionados nesta conclusão. Mas importa ainda assinalar alguns que têm a ver, mais especificamente, com o conceito de identidade cultural, também ele sujeito a bastantes equívocos, tal como a problemática da contextualidade das relações sociais, embora no caso da problemática identitária, se se pode dizer assim, não por défice de atenção mas por excesso de utilização.

Com efeito, nas últimas décadas, o uso da terminologia da identidade cultural e o recurso à noção como argumento analítico, critério de compreensão,

---

17 François Ascher, *Metapolis: Acerca do Futuro da Cidade*, Oeiras, Celta Editora, 1998 (1995), em particular pp. 77-100.

18 Clemente J. Navarro Yañez, “Globalização e socialismo: novas oportunidades para o desenvolvimento”, *Análise Social*, n.º 143-144, 1997.

19 Jean Rémy e Liliane Voyé, *A Cidade: Rumo a Uma Nova Definição?*, Porto, Edições Afrontamento, 1994 (1992), nomeadamente pp. 98-111.

fundamento de orientações ou justificação de comportamentos, tornaram-se moeda corrente, ou mesmo práticas sobreabundantes, numa variedade de círculos e circunstâncias sociais. Mais ainda se se considerar não só a noção de identidade cultural, com a sua especificidade própria, se bem que de âmbito variável e algo impreciso, mas também a de identidade em geral, sem mais, ou com diversas adjectivações: identidade pessoal, identidade social, identidade nacional, identidade regional, identidade local, identidade geracional, identidade de género sexual, identidade étnica, e por aí fora.

Também nas ciências sociais, e designadamente na sociologia, se tem assistido, desde há alguns anos, a um crescimento explosivo de obras que abordam o tema, ou que pelo menos o incluem de forma destacada, e, em maior grau ainda, a uma utilização proliferante do conceito, muitas vezes mesmo de maneira indiscriminada, nos mais diversos enunciados e nas mais variadas análises.

Haverá razões, quer sociais, quer teóricas, para a influência actual do tema nas ciências sociais. Numa reflexão recente, Augusto Santos Silva aponta algumas delas, destacando, nomeadamente: a intensificação ou a reemergência de laços particularistas e sentimentos comunitários, no quadro das tensões, constitutivas da modernidade, entre dinâmicas de uniformização e dinâmicas de diferenciação, entre processos de globalização e processos de formação de localismos; o recrudescimento de processos de afirmação colectiva com expressão identitária, utilizada como recurso estratégico pelos mais diversos grupos sociais, que procuram, assim, intervir activamente na alteração das relações de força existentes, em variados campos; uma reorientação interpretativa de parte relevante das ciências sociais, caracterizada por uma atenção renovada às dimensões simbólicas dos processos sociais e à reflexividade intrínseca da acção humana.<sup>20</sup>

O mesmo autor, no entanto, considera fundamental, para a utilização sociológica do conceito, demarcar-se de formas de tematização das identidades correntes em discursos quotidianos, institucionais e ideológicos variados, e também em muitas das versões que circulam nas ciências sociais. A mesma preocupação havia já sido demonstrada, nomeadamente, por José Madureira Pinto, noutro dos mais importantes ensaios teóricos produzidos por sociólogos portugueses sobre a questão das identidades.<sup>21</sup>

Em ambos os autores, e noutros que com eles convergem a este respeito, o que está no fundamental em causa, e é objecto de crítica, são as concepções essencialistas e reificantes das identidades, nas diversas modalidades que assumem e nas variadas implicações que transportam consigo.

---

20 Augusto Santos Silva, "Identidades sociais: continuidade e mudança", in AA.VV., *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, vol. I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.

21 José Madureira Pinto, "Considerações sobre a produção social de identidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, 1991.

Também a presente pesquisa se insere nessa perspectiva, tendo podido evidenciar, através de um conjunto de ângulos de abordagem, como a identidade cultural de Alfama não é uma essência ontológica nem um atributo estático, mas uma construção social, ou melhor, antes de mais, um conjunto de representações simbólicas socialmente construídas, e em permanente processo de reconstrução, por diversos tipos de protagonistas sociais.

Isso traduz-se, como se viu, numa diversidade de aspectos, alguns de grande generalidade, atributos comuns de quaisquer formas de identidade e de quaisquer processos identitários, outros de carácter mais específico, o que mesmo assim não quer dizer que sejam exclusivos, pelo menos todos eles, deste caso singular.

As formas de identidade cultural relativas a Alfama revelaram-se, desde logo, múltiplas, e não uma única, incluindo quer as construídas sobretudo no bairro, pela população local, quer as geradas no exterior, a partir de diferentes instâncias sociais. Confrontando umas e outras, as relativas a cada um dos dois conjuntos e mesmo as várias versões de qualquer deles, verifica-se que muitas vezes não coincidem entre si, ou que se sobrepõem apenas de maneira parcial e desfocada, quando não desencadeiam mesmo fenómenos de ocultação recíproca ou põem em evidência traços mutuamente contraditórios. Além disso não são estáticas, apresentando-se continuamente em processo, segundo dinâmicas entrelaçadas de permanência e mudança.

Outros aspectos salientes são as dimensões afectivas e cognitivas, relacionais e simbólicas das formas de identidade cultural de Alfama — características decisivas, nas suas diversas vertentes, dessas formas identitárias, delas intrinsecamente constitutivas e dos processos sociais que as produzem e que a elas recorrem. E destacam-se também mais alguns aspectos, como a selectividade das referências mobilizadas nas manifestações de identidade do bairro, a ambivalência das conotações positivas e negativas associadas a essa referência identitária, o entrelaçamento das dinâmicas das respectivas exibição e ocultação, ou ainda o carácter situacional, contextualizado, interactivo e estratégico que muitas vezes assume o accionamento da identidade cultural alfamista.

Num plano mais específico, as formas de identidade cultural relativas a Alfama tendem a organizar-se em torno de três conjuntos de dimensões estruturantes, dimensões espaciais, sociais e culturais, e a incluir, como conteúdos principais dos significados a ela associados, também três determinações, as de “bairro”, “histórico” e “popular” — num e noutro aspecto segundo combinatórias variáveis.

Apesar do que se disse atrás acerca da difusão que hoje em dia tem a noção de identidade (sem ou com adjectivações, incluindo a de cultural) nos mais variados discursos, e nas próprias ciências sociais, a verdade é que a sua presença é recente no glossário destas disciplinas. Perante a omnipresença actual referida, não deixa de ser surpreendente reparar que nos clássicos da

sociologia, nomeadamente, o conceito não aparece, pelo menos assim designado. Mais ainda, a maior parte dos manuais de sociologia hoje em dia em uso, de entre os de maior reputação ou divulgação, ainda não inclui o tema na estrutura dos capítulos nem a palavra nos índices de conceitos, ou então a questão passou a ser referida apenas nas edições mais recentes, mencionada quando muito de passagem.<sup>22</sup> E se, num registo algo mais específico, o que estiver em causa for, em particular, o conceito de identidade cultural, então verifica-se que ele está praticamente ausente desta bibliografia sociológica de referência geral.

Poderá contrapor-se que, tanto nos principais autores clássicos da história da sociologia como nas mencionadas obras de referência actuais da disciplina, são tratados temas conexos ou sobrepostos com o que está aqui em causa. Assim como são propostos e usados conceitos que convergem com os de identidade pessoal, identidade social e identidade cultural, ou que os intersectam em algumas das suas versões ou em alguns dos seus componentes.

Desde os conceitos de consciência de classe, em Marx, e de consciência colectiva, em Durkheim, de sentimentos de pertença de carácter comunitário e correlativas formas de acção social, em Weber, e de formação do self na interacção social por referência ao eu-espelho ou ao outro generalizado, em Cooley e em Mead — os exemplos são variados. Prolongam-se, designadamente, nas teorizações sobre papel e status, ou sobre grupos de pertença e grupos de referência, quer nas versões interaccionistas simbólicas, quer nas funcionalistas; ou em diversos tipos de estudos de comunidade praticados ao longo do século XX; ou ainda em variadas análises sobre a constituição de colectivos de algum modo culturalmente unificados, tenham eles sido apresentados como possuindo características de classe, grupo de status, movimento social, minoria étnica, população local, seita religiosa, sector profissional, organização, entidade associativa, ou outras.

É só na segunda metade do século XX, no entanto, que a terminologia identitária começa a ser usada nas ciências sociais de maneira conceptualmente elaborada e que a problemática da identidade, ou, talvez melhor, o conjunto de problemáticas recobertas sob o termo, começa a ser objecto de tratamento sistematizado. Costumam referir-se, por exemplo, o trabalho fundador de Erik Erikson, na psicologia social, e o célebre seminário interdisciplinar dirigido por Claude Lévi-Strauss, onde se cruzaram sobretudo as problematizações antropológicas e filosóficas.<sup>23</sup>

---

22 Podem referir-se, como exemplos ilustrativos, desde Neil J. Smelser (org.), *Handbook of Sociology*, Newbury Park (Cal.), Sage Publications, 1988 ou Raymond Boudon (org.), *Tratado de Sociologia*, Porto, Edições Asa, 1995 (1992), passando por Jonathan Turner, *The Structure of Sociological Theory*, op. cit., ou George Ritzer, *Sociological Theory*, Nova Iorque, MacGraw-Hill, 1992 (1988), até Anthony Giddens, *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1997 (1993) ou Claude Javeau, *Lições de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 1998 (1997).

Em paralelo, no quadro da sociologia, autores como Erving Goffman e Peter Berger, entre outros, vinham apresentando importantes propostas conceituais e desenvolvimentos analíticos acerca dos contornos e dinâmicas sociais da identidade.<sup>24</sup> A ideia de que as identidades são construídas em sociedade, através dos processos de interação social, assentando numa dupla série de mecanismos, simbólicos e relacionais, nos quais são decisivas as atribuições categorizadoras e classificatórias cruzadas de terceiros sobre o próprio e deste sobre si mesmo face aos outros, é uma linha de teorização que está já completamente contida nestes trabalhos. Ela prolonga, aliás, elementos conceituais nucleares do primeiro interaccionismo simbólico, combinando-os com contribuições de inspiração durkheimiana e weberiana.<sup>25</sup>

Num certo sentido, o conceito de identidade social aparece nestes autores como alternativo e preferível ao de status, tal como este último foi adoptado pelo funcionalismo no âmbito das teorizações sobre o par papel-status. Goffman, além disso, teve a preocupação de distinguir os conceitos de identidade do eu (sentido subjectivo de si resultante das sucessivas experiências vividas), identidade pessoal (traços individualizantes socialmente reconhecidos pelos parceiros de interação) e identidade social (atributos tipificados de reconhecimento social da pertença a certas categorias sociais).

O conceito de identidade cultural, reportado a colectivos sociais de amplitude variável caracterizados por traços culturais específicos, expandiu-se sobretudo na história, na antropologia e na sociologia, com frequência associado aos de identidade nacional e de identidade étnica, bem como aos de identidade regional e local, grupal e profissional, de classe e de estilo de vida.

Pelo seu lado, os conceitos de identidade pessoal e de identidade social desenvolveram-se muito em especial na psicologia social e na sociologia, principalmente segundo as perspectivas da constituição de grupos e das relações

23 Quanto ao primeiro, refira-se, nomeadamente, Erik H. Erikson, *Identidade: Juventude e Crise*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976 (1968), sendo que a sua primeira obra importante, *Childhood and Society*, Nova Iorque, Norton, data de 1950. Quanto ao segundo, as actas respectivas encontram-se em Claude Lévi-Strauss (org.), *L'Identité* (Seminário no Collège de France, 1974-75), Paris, Bernard Grasset, 1977.

24 Erving Goffman, *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1963); Peter L. Berger, *Perspectivas Sociológicas: Uma Visão Humanística*, Petrópolis, Editora Vozes, 1980 (1963).

25 Para um breve apanhado histórico do desenvolvimento do conceito de identidade, se bem que praticamente apenas no âmbito circunscrito pela sociologia e pela psicologia social norte-americanas, veja-se Andrew J. Weigert, J. Smith Teitge e Denis W. Teitge, *Society and Identity: Towards a Sociological Psychology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986. Desenvolvimentos complementares, relativos principalmente à abordagem da psicologia social, podem encontrar-se, por exemplo, em Dominic Abrams e Michael A. Hogg (orgs.), *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances*, Londres, Harvester Wheatsheaf, 1990 e em Lígia Amâncio, "Identidade social e relações intergrupais", in Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (coords.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

intergrupais, das articulações entre indivíduo e categorias sociais, ou ainda na abordagem do tema da construção reflexiva de projectos identitários, quer individuais, expressos por exemplo através da elaboração de estilos de vida, quer colectivos, nas estratégias do que se passou a chamar a política das identidades, ou, o que é o mesmo de um ponto de vista complementar, as políticas de identidade.

As quatro ciências sociais referidas, a sociologia, a antropologia, a psicologia social e a história, com as suas especificidades disciplinares próprias, mas também com as permanentes influências entre si, têm constituído o campo por excelência de desenvolvimento das análises sobre os fenómenos sociais identitários. Alguns trabalhos de investigação realizados entre nós, provenientes destas áreas, constituem, aliás, exemplo de tal localização disciplinar e das interinfluências referidas.<sup>26</sup>

Não se pode falar, no entanto, de unificação teórica ou mesmo terminológica. Com frequência, por exemplo, não ficam claras as distinções e as articulações entre identidade pessoal, por um lado, e identidade social ou identidade cultural, por outro. Muitas vezes, também, identidade social e identidade cultural remetem para conteúdos conceptuais semelhantes, designados por terminologias diferentes. Outras vezes são usadas como expressões equivalentes. Noutros casos ainda as ênfases analíticas, embora inscrevendo-se no círculo alargado das problemáticas identitárias, são bastante diversas entre si.<sup>27</sup>

Fazendo o balanço da investigação realizada é possível retirar dela um conjunto de conclusões a este respeito. A pesquisa empírica e a reflexão analítica conduziram a elas, mas o registo no qual se pretende colocá-las em evidência,

---

26 Para além de trabalhos anteriores do autor, como António Firmino da Costa, "Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido social inigualitário", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 14, 1984 e António Firmino da Costa, Maria das Dores Guerreiro, Francisco da Silva Freitas e Maria Helena Ferreira, *Artes de Ser e de Fazer no Quotidiano Operário: Uma Pesquisa Sociológica sobre Sistemas de Trabalho e Identidades Culturais Operárias*, Lisboa, CIES/ISCTE, 1984, podem referir-se, nomeadamente, de Lígia Amâncio, *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, de Filomena Silvano, *Territórios da Identidade: Representações do Espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Oeiras, Celta Editora, 1997, de Ana de Saint-Maurice, *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1997, ou de José Mattoso, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998.

27 Um pequeno conjunto de obras recentes, que constituem referências importantes no domínio em causa, basta para ilustrar esta ambiguidade conceptual e terminológica. Veja-se, por exemplo, em pólos quase diametralmente opostos quanto ao objecto de análise, Anthony Giddens, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1991) e Anthony D. Smith, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997 (1991), ou então a diversidade de temas e perspectivas em Craig Calhoun (org.), *Social Theory and the Politics of Identity*, Cambridge (Mass.), Blackwell Publishers, 1994, em Jonathan Friedman, *Cultural Identity and Global Process*, Londres, Sage Publications, 1994, em Stuart Hall e Paul du Gay (orgs.), *Questions of Cultural Identity*, Londres, Sage Publications, 1996, ou em Kathryn Woodward (org.), *Identity and Difference*, Londres, Sage Publications, 1997.

ainda uma vez, é o da conclusão provisória, ou da conjectura fundamentada mas aberta, a submeter ao debate, mais do que o da certeza fechada.

Assim, e desde logo, o caso de Alfama ilustra que as identidades são construções simbólicas. Chamar-lhes identidades culturais, em sentido genérico, poderia servir para lembrar sempre isso, que não são essências de natureza ou origem extra-social e que se constituem por acção simbólica e classificatória de agentes sociais.<sup>28</sup>

Num sentido mais restrito e especializado poderia reservar-se o conceito de identidade cultural para a análise de identidades colectivas caracterizadas sobretudo, ou em medida significativa, por atributos culturais específicos. O que comporta pelo menos três acepções de identidades colectivas, coexistentes e interligadas entre si no caso concreto de Alfama.

Uma é a de representações simbólicas de atributos identitários pessoais partilhadas por um conjunto de indivíduos, independentemente de eles se verem ou não a si próprios como pertencentes a algum grupo, comunidade, instituição ou outro colectivo social. Outra acepção refere-se já, precisamente, não só a atributos identitários individuais comuns, mas também a representações e sentimentos de pertença a algum colectivo social específico. E uma terceira reporta-se a um tipo particular de representações sociais, as relativas a algo que é concebido nelas como uma entidade colectiva singular, no caso vertente o bairro de Alfama, sem que tal implique necessariamente as significações quer de partilha de atributos pessoais, quer de pertença colectiva inerentes às acepções anteriores.

Nesta última vertente, aliás, as representações simbólicas da identidade cultural de Alfama não se geram e difundem apenas entre a população do bairro, mas também a partir do exterior, noutros meios sociais, segundo modalidades em parte diferenciadas das que se inscrevem nos padrões culturais locais.

Não menos importante do que realçar o seu carácter de construções simbólicas é sublinhar que, passe o aparente jogo de palavras, as identidades culturais são sociais. Isto é, constituindo-se como representações, não se geram, não se mantêm nem se transformam por si próprias, num qualquer universo simbólico desenraizado e autoconstituinte, mas são socialmente produzidas, divulgadas, transmitidas, modificadas, aniquiladas, reconstruídas, utilizadas e accionadas — tudo isto por agentes sociais, no quadro de relações sociais, no desenrolar de processos sociais e com variados efeitos sociais. A pesquisa debruçou-se sobre a identidade cultural de Alfama sobretudo, precisamente, do ponto de vista de um conjunto de dinâmicas sociais que a suportam e a envolvem, que nela estão implicadas e dela decorrem.

---

28 Sobre as relações entre classificações e identidades veja-se, por exemplo, Kathryn Woodward, "Concepts of identity and difference", in Kathryn Woodward (org.), *Identity and Difference*, op. cit., pp. 7-50. Pode ver-se também, a partir de outra problematização, António Firmino da Costa, "Classificações sociais", *Leituras* (Revista da Biblioteca Nacional), n.º 2, 1998.

As dimensões simbólica e social constituem, pois, dois atributos fundamentais das identidades culturais.<sup>29</sup> Estabelecem o quadro de referência de base de uma concepção não-essencialista a seu respeito. A um outro nível de análise, porém, importa dar conta de que a maior parte das representações sociais correntes relativas a identidades culturais é composta por concepções identitárias de carácter essencialista, numa ou noutra versão.

Quanto a Alfama, em concreto, viu-se como as representações externas sobre a identidade cultural do bairro são em geral essencialistas, segundo concepções de cariz folclorizante e, sobretudo, patrimonialista. De maneiras diferentes, embora em parte sobrepostas às anteriores, pelo menos em alguns dos seus conteúdos, as representações identitárias locais também se configuram simbolicamente segundo moldes essencialistas, se bem que contrabalançados por outros aspectos, de plasticidade e selectividade, contextualidade interaccional e utilização estratégica.

É discutível que o conteúdo essencialista da maioria das representações identitárias referidas seja um dado necessário e imutável. Em todo o caso, na situação actual, parece ser prevalecente. O que implica que, numa análise sociológica das identidades culturais, como aqui entendida, não se possa deixar de lado o facto de tais representações tenderem a incluir importantes elementos essencialistas, ou mesmo a configurar-se globalmente nesses moldes, nos meios sociais em estudo, onde elas são partilhadas.

As concepções essencialistas são, pois, muitas vezes, elementos constituintes, entre outros, das identidades culturais. Fazem parte, assim, do objecto de estudo. Este aspecto poderá até vir a ser um dos mais decisivos na investigação, como aconteceu a respeito da identidade cultural de Alfama. Seria talvez mesmo possível dizer-se que o caso escolhido se revelou particularmente propício à desmontagem das concepções essencialistas e reificantes da identidade cultural, dado o bairro de Alfama se ter tornado, por razões atrás analisadas, um referente por excelência de processos sociais de construção de versões de identidade cultural em que predominam concepções desse tipo.

O que remete para uma questão mais ampla. Qual o estatuto epistemológico do conceito de identidade cultural? Para colocar o problema em termos simples e directos, será de tomar o conceito de identidade cultural, na investigação sociológica, como objecto de estudo ou como instrumento de análise?

É claro que a formulação anterior é excessivamente simplificadora, pretendendo apenas produzir efeitos heurísticos, numa primeira aproximação. As questões são mais complicadas do que isso.

---

29 Uma sistematização convergente com esta, a propósito dos processos de formação de identidades socioculturais como processos simbólicos e relacionais, da articulação destas identidades com os sistemas de posições sociais, e do seu carácter plural, selectivo, contextual e estratégico, encontra-se em António Firmino da Costa, *Sociologia*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992, pp. 52-57.

As construções simbólicas socialmente elaboradas que se organizam como reportando-se a determinadas entidades colectivas, caracterizadas nessas elaborações simbólicas correntes por um conjunto qualquer de traços culturais, numa acepção lata de cultural, e a formação de sentimentos e representações cognitivas de pertença e distinção, auto e hetero-atribuídas, são fenómenos sociais existentes, observáveis “no terreno”. O conceito de identidades culturais pode ser usado pela sociologia para os designar.

Ao fazê-lo, não ficam elaboradas todas as análises interpretativas nem dadas todas as respostas explicativas. Pelo contrário, em geral não se trata senão de um primeiro passo, uma construção de objecto de estudo, a explorar pela investigação. Por mais importante que seja, enquanto focalização de interrogações teóricas, reagenciamento de dimensões analíticas e sugestão de directrizes à pesquisa observacional, fica por desenvolver a seguir a maior parte do trabalho sociológico, o de elucidar os suportes, causas, modalidades, mecanismos e efeitos sociais de tais fenómenos de identidade cultural.

Mas, a este nível de aplicação do conceito, vem sobrepor-se um outro, o da utilização social alargada, hoje em dia relativamente comum e recorrente, da terminologia e da noção de identidade, e em particular de identidade cultural. Trata-se, pois, já não só de uma ferramenta conceptual utilizada em sociologia para enquadrar analiticamente determinadas configurações e dinâmicas sócio-simbólicas, mas de processos de tematização social explícita, em variados meios e por múltiplos tipos de protagonistas, de certos casos e certas situações como sendo “de identidade cultural”.

Colocam-se a este respeito inúmeras questões relativas à circulação de conceitos e terminologias, nas condições sociais da modernidade, entre os discursos científicos e os da vida social quotidiana. É um processo abordado de diversas maneiras nas ciências sociais, desde a ênfase das sociologias de orientação ou influência fenomenológica na maneira como os conceitos teóricos emergem dos das linguagens do quotidiano, passando pelas análises da psicologia social, sobretudo na esteira de Moscovici, acerca da formação de representações sociais correntes a partir de conceitos de origem científica, com as mudanças de propriedades caracteristicamente sofridas no percurso, até, por exemplo, às teorizações de Giddens sobre a dupla hermenêutica envolvendo ambas as dinâmicas.

Fica em aberto a realização de uma análise histórica e sociológica deste tipo de processos relativamente ao conceito de identidade. Mas é possível aqui adiantar que, sejam quais forem os meandros da história social do conceito, se observa hoje em dia, com particular difusão e veemência, este segundo nível de constituição das identidades — o das “identidades tematizadas”, socialmente reflexivas e explicitadas, redobrando as do nível anterior, embora com frequência de maneiras desfocadas, e transportando com elas tanto concepções reificantes e essencialistas como estratégias de acção social, individual e colectiva, como se viu a respeito de Alfama. Este segundo nível

integra-se, assim, em muitos dos objectos de estudo de investigações que incluem temas identitários, nomeadamente nos daquelas que de algum modo abordam as identidades culturais contemporâneas.

O segundo nível de referentes do conceito de identidade cultural insinua-se, pois, no campo de abrangência do primeiro. As identidades tematizadas tendem a fazer hoje parte das representações simbólicas identitárias. Em qualquer caso, na utilização sociológica do conceito de identidade cultural — mais para delimitar objectos de estudo e colocar problemas de investigação do que para encontrar respostas suficientes na mera convocação do conceito em si próprio —, o que ele designa é sobretudo um certo tipo de construções simbólicas.

Poder-se-ia fazer ainda recurso sociológico ao conceito de identidade num outro sentido, por assim dizer mais “objectivista”. Decorreria ele de determinadas operações cognitivas, de foro sociológico, quer de delimitação de entidades sociais colectivas (grupos, organizações ou outras), quer de caracterização de indivíduos segundo certos atributos sociais, operações estas, aliás, muitas vezes — embora nem sempre, nem de maneira necessária — analiticamente associadas uma à outra, quando os referidos atributos de indivíduos são reportados à definição conceptual de pertenças grupais ou categoriais. Na sociologia tem-se usado por vezes a expressão “identidades sociais” nesta acepção.

Seja como for, nesse sentido “objectivista”, tais operações cognitivas seriam orientadas por critérios emanados de sede teórica, mas alheios às construções simbólicas acerca de entidades colectivas, pertenças e distinções, vigentes no próprio universo social sob investigação — isto pelo menos em princípio, já que poderia circunstancialmente ocorrer alguma sobreposição entre ambas, ou as primeiras poderiam vir a integrar as segundas por efeito dos processos de dupla hermenêutica acima referidos.

Ora, esse tipo de classificações analíticas tem toda a pertinência sociológica, se realizado de um ponto de vista teoricamente informado. Mas é duvidoso que convenha usar também nesses casos a terminologia das identidades. Aumentar-se-ia a possibilidade de confusão conceptual, não se atendendo a que os processos identitários, tal como aqui têm vindo a ser entendidos, implicam sempre algo de adicional em relação às diversas propriedades e características sociais de indivíduos, grupos ou quaisquer outros elementos integrantes da paisagem social.

Esse adicional é decisivo. Consiste em, de entre aquelas inúmeras propriedades e características sociais, serem atribuídos significados de identificação e distinção a algumas, e não a outras, *pelos próprios protagonistas sociais* — seja a respeito de si mesmos, seja relativamente a outros elementos dos universos sociais em que se inserem. Dito de outro modo, as “identidades” implicam um tipo específico de redobramento simbólico das “propriedades” — e isto quer os agentes sociais implicados façam ou não uso explícito de terminologia identitária.

Na óptica aqui defendida, os conceitos de identidade ganhariam em ficar reservados para tais situações. Até porque há muitos outros conceitos susceptíveis de serem utilizados quando esse tipo de construções simbólicas não está presente, ou não está analiticamente em causa, por exemplo conceitos como os de propriedades, características ou atributos sociais, como em certa medida os de status e papéis sociais, e ainda como os de grupos, colectivos, organizações, categorias e classes sociais, para mencionar apenas alguns, de carácter bastante genérico, a par dos quais seria possível registar muitos outros mais específicos.

É, pois, problemático emprestar ao conceito de identidade significado teórico de outra ordem que não a das representações e dos sentimentos de identidade, socioculturalmente constituídos. Identidade é sempre, neste sentido, reflexividade e reconhecimento.

Colocando a questão ainda de outra maneira, do ponto de vista sociológico aqui subscrito pode falar-se com pertinência em identidade quando certos atributos sociais são destacados nas representações cognitivas e nos sentimentos de pertença e distinção, quer relativamente aos próprios sujeitos produtores dessa atribuição, quer acerca de outras entidades sociais com as quais de algum modo eles se relacionam. Nesta perspectiva, as identidades culturais são sempre representações de identidade cultural.

Mas, ao mesmo tempo, como se evidenciou ao longo da exposição, elas só se podem elucidar sociologicamente se reportadas às condições, aos agentes, aos mecanismos e aos efeitos sociais que as constituem, que as atravessam e que delas decorrem. O que implica, como neste trabalho se procurou fazer acerca da sociedade de bairro constituída em Alfama, investigar as dinâmicas sociais da identidade cultural.

## Referências bibliográficas

- AA.VV., *Our Creative Diversity: Report of the World Commission on Culture and Development*, UNESCO, 1995.
- AA.VV., *Regionalização e Identidades Culturais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- Abrams, Dominic e Michael A. Hogg (orgs.), *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances*, Londres, Harvester Wheatsheaf, 1990.
- Adorno, Theodor W., *The Culture Industry*, Londres, Routledge, 1991 (1941).
- Ahrne, Goran, *Agency and Organization: Towards an Organizational Theory of Society*, Londres, Sage Publications, 1990.
- Ahrne, Goran, *Social Organizations: Interaction Inside, Outside and Between Organizations*, Londres, Sage Publications, 1994.
- Alexander, Jeffrey C., *Action and Its Environments: Towards a New Synthesis*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1988.
- Alexander, Jeffrey C., "Analytic debates: understanding the relative autonomy of culture", in Jeffrey C. Alexander e Steven Seidman (orgs.), *Culture and Society: Contemporary Debates*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- Alexander, Jeffrey C., "The new theoretical movement in sociology", in *Neofunctionalism and After*, Malden (Mass.), Blackwell Publishers, 1998 (1987).
- Alexander, Jeffrey C. e Steven Seidman (orgs.), *Culture and Society: Contemporary Debates*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- Alger, Chadwick F., "Le local et le mondial: comment percevoir, analyser et assumer leurs interconnexions?", *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n.º 117, 1988.
- Almeida, Ana Nunes de, *Do Campo à Cidade: O Impacto do Processo de Migração na Organização Interna da Família*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1984.
- Almeida, Ana Nunes de, "Meio social, família e classe operária", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 11, 1992.
- Almeida, Ana Nunes de, *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, 1993.

- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall, "Relações familiares: mudança e diversidade", in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- Almeida, João Ferreira de, "Sobre a monografia rural", *Análise Social*, n.º 52, 1977.
- Almeida, João Ferreira de, "'Quem faz o arraial é o povo': mudança social e mudança cultural", *Análise Social*, n.º 64, 1980.
- Almeida, João Ferreira de, "Alguns problemas de teoria das classes sociais", *Análise Social*, n.º 66, 1981.
- Almeida, João Ferreira de, "Temas e conceitos nas teorias da estratificação social", *Análise Social*, n.º 81-82, 1984.
- Almeida, João Ferreira de, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.
- Almeida, João Ferreira de, *Valores e Representações Sociais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- Almeida, João Ferreira de, "Ciências sociais", in José Mariano Gago (coord.), *Ciência em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1991.
- Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1976.
- Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto, "Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais", in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 4, 1988.
- Almeida, João Ferreira de, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Isabel Nicolau e Elizabeth Reis, *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1994 (1992).
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", in António Reis (coord.), *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Almeida, João Ferreira de, João Ferreira do Amaral, Alexandre Borrego, Luís Capucha e João Ferrão, *Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento? Uma Experiência no Concelho de Almeida*, Lisboa, CAIS e CIES, 1994.
- Alves, João Emílio, *Projectos Integrados de Desenvolvimento Social Local: Investigação-Ação e Avaliação Processual*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1995 (dissertação de licenciatura).
- Amâncio, Lígia, "Identidade social e relações intergrupais", in Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (coords.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- Amâncio, Lígia, *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

- Appadurai, Ajun, "Disjuncture and difference in the global cultural economy", in Mike Featherstone (org.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, Londres, Sage Publications, 1990.
- Araújo, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa* (2.<sup>a</sup> ed.) (livros I, II, VIII, X e XV), Lisboa, Vega, 1992-93 (1938-39).
- Araújo, Norberto de, "Alfama como eu não a vejo", *Olisipo*, n.º 29, 1945.
- Archer, Margaret S., *Culture and Agency: The Place of Culture in Social Theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- Archer, Margaret S., *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- Arocena, José, *Le Développement par l'Initiative Locale: Le Cas Français*, Paris, Éditions de l'Harmattan, 1986.
- Ascher, François, "Vers un urbanisme stratégique, décisionnel et heuristique", *Société e Território*, n.º 13, 1991.
- Ascher, François, *Metapolis: Acerca do Futuro da Cidade*, Oeiras, Celta Editora, 1998 (1995).
- Atlas de Lisboa: A Cidade no Espaço e no Tempo*, Lisboa, Contexto Editora, 1993.
- Augé, Marc, *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1994 (1992).
- Axford, Barrie, *The Global System: Economics, Politics and Culture*, Cambridge, Polity Press, 1995.
- Bakhtine, Mikhail, *L' Oeuvre de François Rabelais et la Culture Populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*, Paris, Éditions Gallimard, 1970.
- Balandier, George, "Culture plurielle, culture en mouvement", in Daniel Mercure (org.), *La Culture en Mouvement: Nouvelles Valeurs et Organisations*, Sainte-Foy (Quebec), Les Presses de l'Université Laval, 1992.
- Bandeira, Mário Leston, *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1996.
- Banha, Rui, *O Associativismo em Loures: Retrato das Associações Voluntárias com Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas*, Loures, Câmara Municipal de Loures, 1994.
- Barbier, Patrick, "La musique, le tragique et le comique", in Colette Vallat (org.), *Naples: Le Paradis et les Diables*, Paris, Autrement, 1994.
- Barker, Roger G., *Ecological Psychology*, Stanford, Stanford University Press, 1968.
- Barnes, John A., "Class and committees in a norwegian island parish", *Human Relations*, n.º 7, 1954.
- Baroja, Julio Caro, *La Ciudad y el Campo*, Madrid e Barcelona, Ediciones Alfaguara, 1966.
- Baroja, Julio Caro, *El Carnaval: Análisis Histórico-Cultural*, Madrid, Taurus Ediciones, 1983 (1965).
- Barros, Afonso de, *Do Latifundismo à Reforma Agrária: O Caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- Batista, Luís V., "Os tempos da cidade, as gerações do edificado local", in AA.VV., *Viver (n) a Cidade*, Lisboa, GEC/LNEC e CET/ISCTE, 1990.

- Bauman, Zygmunt, *Culture as Praxis*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1973.
- Baxter, Janeen, "Is husband class enough? Class location and class identity in the United States, Sweden, Norway, and Australia", *American Sociological Review*, vol. 59, n.º 2, 1994.
- Beck, Ulrich, *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications, 1992 (1986).
- Becker, Howard S., "Mundos artísticos e tipos sociais", in Gilberto Velho (org.), *Arte e Sociedade: Ensaios de Sociologia da Arte*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- Becker, Howard S., *Outsiders: Études de la Sociologie de la Déviance*, Paris, Éditions A. M. Métailié, 1985 (1963).
- Bédarida, François, "La vie de quartier en Angleterre: enquêtes empiriques et approches théoriques", *Le Mouvement Social*, n.º 118, 1982.
- Bell, Colin e Howard Newby (orgs.), *The Sociology of Community*, Londres, Frank Cass and Co., Ltd., 1974.
- Benavente, Ana, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Práticas de mudança e de investigação: conhecimento e intervenção na escola primária", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 29, 1990.
- Benavente, Ana, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *Do Outro Lado da Escola*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992 (1987).
- Benavente, Ana, Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- Benjamin, Walter, "A obra de arte na era da sua reprodução técnica" (1936), in Eduardo Geadá (org.), *Estéticas do Cinema*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985.
- Benko, Georges e Alain Lipietz (orgs.), *As Regiões Ganadoras: Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*, Oeiras, Celta Editora, 1994 (1992).
- Berger, Peter L., *Perspectivas Sociológicas: Uma Visão Humanística*, Petrópolis, Editora Vozes, 1980 (1963).
- Berger, Peter L. e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Editora Vozes, 1976 (1966).
- Bertaux, Daniel, *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes Editores, 1978 (1977).
- Bertaux, Daniel e Paul Thompson, *Pathways to Social Class: A Qualitative Approach to Social Mobility*, Oxford, Clarendon Press, 1997.
- Bethencourt, Francisco, "A sociogénese do sentimento nacional", in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (orgs.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1991.
- Bidart, Claire, "Sociabilités: quelques variables", *Revue Française de Sociologie*, vol. XXIX, n.º 4, 1988.
- Blau, Peter M. e Otis Dudley Duncan, *The American Occupational Structure*, Nova Iorque, Wiley, 1967.
- Boissevain, Jeremy, *Friends of Friends: Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Basil Blackwell, 1974.

- Boltanski, Luc, *L'Amour et la Justice comme Compétences: Trois Essais de Sociologie de l'Action*, Paris, Éditions Métailié, 1990.
- Bonetti, Michel, "Revalorisation des quartiers en crise: de la réhabilitation à la gestion urbaine intégrée", *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994.
- Bott, Elizabeth, *Família e Rede Social*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1976 (1957, 1971).
- Boudon, Raymond, *Effets Pervers et Ordre Social*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979 (1977).
- Boudon, Raymond, *La Lógica de lo Social: Introducción al Análisis Sociológico*, Madrid, Ediciones Rialp, 1981 (1979).
- Boudon, Raymond (org.), *Tratado de Sociologia*, Porto, Edições Asa, 1995 (1992).
- Bourdieu, Pierre, *Esquisse d'une Théorie de la Pratique: Précédée de Trois Études d'Éthnologie Kabyle*, Genebra, Librairie Droz, 1972.
- Bourdieu, Pierre, "Avenir de classe et causalité du probable", *Revue Française de Sociologie*, vol. XV, n.º 1, 1974.
- Bourdieu, Pierre, *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979.
- Bourdieu, Pierre, *Le Sens Pratique*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1980.
- Bourdieu, Pierre, "L'identité et la représentation: éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 35, 1980.
- Bourdieu, Pierre, "Les rites comme actes d'institution", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 43, 1982.
- Bourdieu, Pierre, "Vous avez dit 'populaire'?", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 46, 1983.
- Bourdieu, Pierre, "Espace social et pouvoir symbolique", in *Choses Dites*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1987.
- Bourdieu, Pierre, "Sobre o poder simbólico" (1977), in *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- Bourdieu, Pierre, "Espaço social e gênese das 'classes'" (1984), in *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- Bourdieu, Pierre, "A gênese dos conceitos de *habitus* e de *campo*" (1985), in *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- Bourdieu, Pierre, "*Le mort saisit le vif*. As relações entre a história reificada e a história incorporada" (1980), in *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- Bourdieu, Pierre, "Les fins de la sociologie réflexive", in Pierre Bourdieu e Loïc J. D. Wacquant, *Réponses*, Paris, Éditions du Seuil, 1992.
- Bourdieu Pierre (org.), *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil, 1993.
- Bourdieu, Pierre, *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*, Lisboa, Editorial Presença, 1996 (1992).
- Bourdieu, Pierre, "Espaço social e espaço simbólico", in *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1994).
- Bourdieu, Pierre, "Será possível um acto desinteressado?", in *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1994).

- Bourdieu, Pierre, *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1994).
- Bourdieu, Pierre, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron, *Le Métier de Sociologue: Préalables Épistémologiques*, Paris, Mouton Éditeur, 1983 (1968).
- Bourdin, Alain, "Restauration/réhabilitation: l'ordre symbolique de l'espace neo-bourgeois", *Espaces et Sociétés*, n.º 30-31, 1979.
- Bourdin, Alain, "Réhabilitation des vieux quartiers et nouveaux modes de vie", *Recherches Sociologiques*, vol. XI, n.º 3, 1980.
- Bourdin, Alain, "Négociier ou coopérer: les conditions d'un choix", in Maurice Blanc (org.), *Pour une Sociologie de la Transaction Sociale*, Paris, Éditions de l'Harmattan, 1992.
- Braudel, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II* (2 vols.), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983-84 (1949, 1966).
- Braudel, Fernand, *L'Identité de la France* (3 vols.), Paris, Arthaud-Flammarion, 1986.
- Brito, Joaquim Pais de, "Sobre o fado e a *História do Fado*", introdução à reedição da obra de Pinto de Carvalho (Tinop), *História do Fado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982 (1903).
- Brito, Joaquim Pais de, "O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal", in AA.VV., *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.
- Brito, Joaquim Pais de, "Fado: vozes e sombras", in Joaquim Pais de Brito (org.), *Fado: Vozes e Sombras*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia / Lisboa 94, 1994.
- Brito, Joaquim Pais de (org.), *Fado: Vozes e Sombras*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia / Lisboa 94, 1994.
- Brito, Joaquim Pais de, *Retrato de Aldeia com Espelho: Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996.
- Brito, Joaquim Pais de, António Firmino da Costa e José M. Paquete de Oliveira, "Au Portugal: villages et agents médiateurs de communication", in Michel Bassand e Jean-Marie Moeckli (orgs.), *Villages: Quels Espoirs?*, Berne, Peter Lang, 1989.
- Buechler, Hans, "Spanish urbanization from a grass-roots perspective", in Michael Kenny e David Kertzer (orgs.), *Urban Life in Mediterranean Europe: Anthropological Perspectives*, Urbana, University of Illinois Press, 1983.
- Burgess, Robert G., *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1984).
- Burke, Peter, *Popular Culture in Early Modern Europe*, Londres, Temple Smith, 1979 (1978).
- Burke, Peter, "French historians and their cultural identities", in Elizabeth Tonkin, Maryon McDonald e Malcom Chapman (org.), *History and Ethnicity*, Londres, Routledge, 1989.
- Cabral, Manuel Villaverde, "A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização", *Análise Social*, n.º 76, 1983.
- Cabral, Manuel Villaverde, *Cidadania Política e Equidade Social*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- Calado, Maria e Vítor Matias Ferreira, *Lisboa: Freguesia de S. Miguel (Alfama)*, Lisboa, Contexto, 1992.

- Calado, Maria e Vítor Matias Ferreira, *Lisboa: Freguesia de Santo Estêvão (Alfama)*, Lisboa, Contexto, 1992.
- Calhoun, Craig, "Social theory and the politics of identity", in Craig Calhoun (org.), *Social Theory and the Politics of Identity*, Cambridge (Mass.), Blackwell Publishers, 1994.
- Calhoun, Craig (org.), *Social Theory and the Politics of Identity*, Cambridge (Mass.), Blackwell Publishers, 1994.
- Calvet, Louis-Jean, *Chanson et Société*, Paris, Payot, 1981.
- Canton, Darío, "El mundo de los tangos de Gardel", *Revista Latinoamericana de Sociología*, n.º 63-3, 1968.
- Capucha, Luís, "Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 8, 1990.
- Capucha, Luís, *Problemas da Pobreza: Conceitos, Contextos e Modos de Vida*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1992 (tese de mestrado).
- Capucha, Luís Manuel Antunes, "Fazer render o belo: questões à volta do turismo e do desenvolvimento em zonas rurais recuadas", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 21, 1996.
- Cardoso, Ana e Manuel Pimenta, "A pobreza nos bairros degradados de Lisboa: alguns elementos de caracterização", *Sociedade e Território*, n.º 10-11, 1989.
- Cardoso, Gustavo, "Contributos para uma sociologia do ciberespaço", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 25, 1997.
- Cardoso, Gustavo, *Para uma Sociologia do Ciberespaço: Comunidades Virtuais em Português*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- Carranca, Adelaide, Paula Duarte e Paula Rodrigues, *Estudo das Actividades Oficiais/Industriais Existentes na Área Crítica de Alfama* (relatório policopiado), Lisboa, Gabinete Técnico Local de Alfama (CML), 1989.
- Carregal, Anxel Viña e Juan Luís Dalda Escudero, "Las perspectivas de la rehabilitación en el Plan Especial de Protección de la Ciudad Histórica de Santiago de Compostela", *Sociedade e Território*, n.º 14-15, 1991.
- Carvalho, Pinto de (Tinop), *História do Fado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982 (1903).
- Carvalho, Ruben de, "A vertente política e a vertente popular das Festas de Lisboa", in AA.VV., *Festas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- Carvalho, Ruben de, "A festa, a música, o rock e a cidade", in AA.VV., *Festas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- Carvalho, Ruben de, *As Músicas do Fado*, Porto, Campo das Letras, 1994.
- Casanova, José Luís, "Turismo e território. Alguns apontamentos", *Sociedade e Território*, n.º 13, 1991.
- Casanova, José Luís, Isabel Valente e António Firmino da Costa, *Caracterização Social do Concelho de Lisboa: Problemas Sociais: Incidências e Acções nas Freguesias*, Lisboa, CIES/ISCTE e SCML, 1995 (policopiado).
- Caseneuve, Jean, *Sociologie du Rite*, Paris, Presses Universitaires de France, 1971.

- Castelo-Branco, Salwa El-Shawan, "Vozes e guitarras na prática interpretativa do fado", in Joaquim Pais de Brito (org.), *Fado: Vozes e Sombras*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia / Lisboa 94, 1994.
- Castilho, Júlio de, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais* (2.<sup>a</sup> ed.) (vols. I, II, III, IV, VII e VIII), Lisboa, CML, 1935-39 (1884-89).
- Castilho, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa* (3.<sup>a</sup> ed.) (vols. I e II), Lisboa, CML, 1948 (1893).
- Cathelat, Bernard, *Styles de Vie* (2 vols.), Paris, Les Éditions d'Organisation, 1985-86.
- Certeau, Michel de, *L'Invention du Quotidien: Arts de Faire*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1980.
- Cervellati, Pier Luigi, Roberto Scannavini e Carlo de Angelis, *La Nouvelle Culture Urbaine: Bologne Face à son Patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1981 (1977).
- Chaney, David, *Lifestyles*, Londres, Open University, 1996.
- Charles, Nicola, "Women and class: a problematic relationship?", *The Sociological Review*, vol. 38, n.º 1, 1990.
- Chartier, Roger, "Cultura política e cultura popular no Antigo Regime" (1986), in Roger Chartier, *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988.
- Chartier, Roger, *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988.
- Chaves, Luís, "Alfama de ontem e Alfama de hoje: aspectos históricos e etnográficos" (1936), in *Lisboa nas Auras do Povo e da História* (vol. I), Lisboa, CML, 1961.
- Chaves, Luís, "Os Chafarizes de Lisboa" (1943), in *Lisboa nas Auras do Povo e da História* (vol. I), Lisboa, CML, 1961.
- Choay, Françoise, *L'Allégorie du Patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1996 (1992).
- Cohen, Abner, *O Homem Bidimensional: A Antropologia do Poder e do Simbolismo em Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1974).
- Cohen, Anthony P., *The Symbolic Construction of Community*, Milton Keynes, The Open University, 1989 (1985).
- Coleman, James S., *Foundations of Social Theory*, Cambridge (Mass.), The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.
- Collard, Ana, "Investigating 'social memory' in a greek context", in Elizabeth Tonkin, Maryon McDonald e Malcom Chapman (orgs.), *History and Ethnicity*, Londres, Routledge, 1989.
- Collins, Randall, "Micro-translations as a theory-building strategy", in Karin Knorr-Cetina e Aaron V. Cicourel (orgs.), *Advances in Social Theory and Methodology: Toward an Integration of Micro- and Macro-Sociologies*, Boston, Routledge and Kegan Paul, 1981.
- Collins, Randall, "Interaction ritual chains, power and property: the micro-macro connection as an empirically based theoretical problem", in Jeffrey C. Alexander, Bernhard Giesen, Richard Munch e Neil J. Smelser (orgs.), *The Micro-Macro Link*, Berkeley, University of California Press, 1987.
- Collins, Richard e outros (orgs.), *Media, Culture and Society: A Critical Reader*, Londres, Sage Publications, 1986.
- Conde, Idalina, "O sentido do desentendimento. Nas Bienais de Cerveira: arte, artistas e público", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 2, 1987.

- Conde, Idalina, "Percepção estética e públicos da cultura: perplexidade e redundância", in Idalina Conde (coord.), *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- Conde, Idalina, "Artistas. Indivíduo, ilusão óptica e contra-ilusão", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 19, 1996.
- Conde, Idalina, "Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995)", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 23, 1997.
- Conde, Idalina, "Contextos, culturas, identidades", in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- Connerton, Paul, *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993 (1989).
- Contador, António, "Consciência de geração e etnicidade: da 2.ª geração aos novos luso-africanos", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 26, 1998.
- Cooley, Charles H., "The looking-glass self" (1902), in Charles Lemert (org.), *Social Theory: The Multicultural and Classical Readings*, Boulder, Westview Press, 1993.
- Cordeiro, Graça Índias, *Um Bairro no Coração da Cidade: Um Estudo Antropológico sobre a Construção Social de um "Bairro Típico" de Lisboa*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1995 (tese de doutoramento).
- Cordeiro, Graça Índias, *Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.
- Costa, António Firmino da, "Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido social inigualitário", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 14, 1984.
- Costa, António Firmino da, "Alfama: entreposto de mobilidade social", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 2, 1984.
- Costa, António Firmino da, "Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros", *Análise Social*, n.º 87-88-89, 1985.
- Costa, António Firmino da, "A pesquisa de terreno em sociologia", in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986.
- Costa, António Firmino da, "Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais", *Análise Social*, n.º 98, 1987.
- Costa, António Firmino da, "Ambivalências: formas sociais e culturais no bairro de Alfama", *Povos e Culturas*, n.º 3, 1988.
- Costa, António Firmino da, "Cultura profissional dos sociólogos", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 5, 1988.
- Costa, António Firmino da, *Sociologia* (coleção "O que é?"), Lisboa, Difusão Cultural, 1992.
- Costa, António Firmino da, "Prática sociológica e deontologia profissional dos sociólogos", in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.
- Costa, António Firmino da, "Classificações sociais", *Leituras* (Revista da Biblioteca Nacional), n.º 2, 1998.
- Costa, António Firmino da e Maria das Dores Guerreiro, *O Trágico e o Contraste: O Fado no Bairro de Alfama*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

- Costa, António Firmino da, Maria das Dores Guerreiro, Francisco da Silva Freitas e Maria Helena Ferreira, *Artes de Ser e e Fazer no Quotidiano Operário: Uma Pesquisa Sociológica sobre Sistemas de Trabalho e Identidades Culturais Operárias*, Lisboa, CIES/ISCTE, 1984.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida, "Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, n.º 105-106, 1990.
- Costa, António Firmino da, Maria das Dores Guerreiro, Manuel João Ribeiro e Isabel Valente, *Alfama: Caracterização Sociológica da População*, Lisboa, DMRU/Câmara Municipal de Lisboa, 1991.
- Costa, António Firmino da, Maria das Dores Guerreiro, Manuel João Ribeiro e Isabel Valente, *Alfama: Caracterização Sociológica da Habitação*, Lisboa, DMRU/Câmara Municipal de Lisboa, 1991.
- Costa, António Firmino da e Maria das Dores Guerreiro, "Avaliação dos impactos sociais da reabilitação urbana", in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia), vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.
- Costa, António Firmino da e João Emílio Alves, "Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 22, 1996.
- Costa, António Firmino da e José Luís Casanova, "Classes sociais (bibliografia)", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 19, 1996.
- Costa, Catarina Alves, "A Grande Noite do Fado", in Joaquim Pais de Brito (org.), *Fado: Vozes e Sombras*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia / Lisboa 94, 1994.
- Coxon, A. P. M. e P. M. Davies (com C. L. Jones), *Images of Social Stratification: Occupational Structures and Class*, Londres, Sage Publications, 1986.
- Crane, Diana, *The Production of Culture: Media and the Urban Arts*, Newbury Park (Cal.), Sage Publications, 1992.
- Crane, Diana, "Introduction: the challenge of the sociology of culture to sociology as a discipline", in Diana Crane (org.), *The Sociology of Culture: Emerging Theoretical Perspectives*, Oxford (UK) e Cambridge (USA), Basil Blackwell, 1994.
- Crane, Diana (org.), *The Sociology of Culture: Emerging Theoretical Perspectives*, Oxford (UK) e Cambridge (USA), Basil Blackwell, 1994.
- Craveiro, João Lutas e Marlucci Menezes, "Ecologia social de um bairro degradado de Lisboa: a Quinta da Casquinha nas vésperas da mudança", in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.
- Crompton, Rosemary, *Class and Stratification: An Introduction to Current Debates*, Cambridge, Polity Press, 1993.
- Crompton, Rosemary e Michael Mann (orgs.), *Gender and Stratification*, Cambridge, Polity Press, 1986.
- Crow, Graham e Graham Allan, *Community Life: An Introduction to Local Social Relations*, Hemel Hempstead, Harvester Wheatsheaf, 1994.
- Crozier, Michel e Erhard Friedberg, *L'Acteur et le Système: Les Contraintes de l'Action Collective*, Paris, Éditions du Seuil, 1977.

- Cruzeiro, Maria Eduarda, *Action Symbolique et Formation Scolaire: L'Université de Coimbra et sa Faculté de Droit dans la Seconde Moitié du XIX Siècle*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990 (tese de doutoramento).
- Cutileiro, José, *Ricos e Pobres no Alentejo: Uma Sociedade Rural Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1977 (1971).
- Dahrendorf, Ralf, *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982 (1957, 1959).
- Damásio, António R., *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994.
- Damianakos, Stathis, "Culture populaire et groupes marginaux. A propos des rébética grecs", *Les Temps Modernes*, n.º 331, 1974.
- Davies, Wayne K. D. e David T. Herbert, *Communities Within Cities: An Urban Social Geography*, Londres, Belhaven Press, 1993.
- Davis, John, *People of Mediterranean: An Essay in Comparative Social Anthropology*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1977.
- Dawson, John, Rolf Froessler, Claude Jacquier e Jaime Alberto Perez, *Quartiers en Crise, Laboratoires de la Citoyenneté Européenne?*, Bruxelas, Commission des Communautés Européennes, 1993.
- Day, Graham e Jonathan Murdoch, "Locality and community: coming to terms with place", *The Sociological Review*, vol. 41, n.º 1, 1993.
- Desrosières, Alain, Alain Goy e Laurent Thévenot, "L'identité sociale dans le travail statistique. La nouvelle nomenclature des professions et catégories socioprofessionnelles", *Économie et Statistique*, n.º 152, 1983.
- Díaz, Amparo Lasén, "Nota de introducción al texto de Maurice Halbwachs ('Memoria colectiva y memoria histórica')", *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n.º 69, 1995.
- DiMaggio, Paul, "Cultural entrepreneurship in nineteenth-century Boston: the creation of an organizational base for high culture in America", in Richard Collins e outros (orgs.), *Media, Culture and Society: A Critical Reader*, Londres, Sage Publications, 1986.
- DiMaggio, Paul, "Social structure, institutions and cultural goods: the case of the United States", in Pierre Bourdieu e James S. Coleman (orgs.), *Social Theory for a Changing Society*, Boulder (Col.), Westview Press, 1991.
- Doise, Willem, "Les représentations sociales: définition d'un concept", in Willem Doise e Augusto Palmonari (orgs.), *L'Étude de Représentations Sociales*, Neuchâtel, Delachaux & Niestlé, 1986.
- Domenach, Jean-Marie, *O Retorno do Trágico*, Lisboa, Moraes Editores, 1968 (1967).
- Douglass, William A., "Migration in Italy", in Michael Kenny e David Kertzer (orgs.), *Urban Life in Mediterranean Europe: Anthropological Perspectives*, Urbana, University of Illinois Press, 1983.
- Dubet, François, *Sociologia da Experiência*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996 (1994).
- Dufour, Stéphane, Dominic Fortin e Jacques Hamel, *L'Enquête de Terrain en Sciences Sociales: L'Approche Monographique et les Méthodes Qualitatives*, Montréal, Les Éditions Saint-Martin, 1991.

- Duke, Vic e Stephen Edgell, "The operationalisation of class in British sociology: theoretical and empirical considerations", *The British Journal of Sociology*, vol. XXXVIII, n.º 4, 1987.
- Durkheim, Émile, "Sociologia e ciências sociais" (1903), in *A Ciência Social e a Acção*, Amadora, Livraria Bertrand, 1975 (1970).
- Durkheim, Émile, *A Divisão do Trabalho Social* (2 vols.), Lisboa, Editorial Presença, 1977 (1893).
- Durkheim, Émile, *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979 (1912).
- Durkheim, Émile e Marcel Mauss, "De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives" (1903), in Marcel Mauss, *Oeuvres*, vol. 2, Paris, Les Éditions de Minuit, 1974.
- Duvignaud, Jean, *Fêtes et Civilisations*, Genebra, Weber, 1973.
- Duvignaud, Jean, "La fête: essai de sociologie", *Cultures*, vol. 3, 1976.
- Eco, Umberto, *O Signo*, Lisboa, Editorial Presença, 1977 (1973).
- Eco, Umberto, *Apocalípticos e Integrados*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1979 (1964).
- Eco, Umberto, *Os Limites da Interpretação*, Lisboa, Difel, 1992 (1990).
- Eder, Klaus, *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*, Londres, Sage Publications, 1993.
- Elias, Norbert, *O Processo Civilizacional* (2 vols.), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989-90 (1939).
- Elias, Norbert, "Towards a theory of communities", in Colin Bell e Howard Newby (orgs.), *The Sociology of Community*, Londres, Frank Cass and Co., Ltd., 1974.
- Elias, Norbert, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Edições 70, 1980 (1970).
- Elias, Norbert, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987 (1969).
- Elias, Norbert, *La Société des Individus*, Paris, Fayard, 1991 (1987).
- Elias, Norbert, *The Symbol Theory*, Londres, Sage Publications, 1991 (ed. portuguesa: *Teoria Simbólica*, Oeiras, Celta Editora, 1994).
- Elias, Norbert, "Introdução", in Norbert Elias e Eric Dunning, *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992 (1985).
- Elias, Norbert e Eric Dunning, "A dinâmica dos grupos desportivos: uma referência especial ao futebol", in Norbert Elias e Eric Dunning, *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992 (1985).
- Elias, Norbert e John L. Scotson, *The Established and the Outsiders: A Sociological Enquiry into Community Problems*, Londres, Sage Publications, 1994 (1965).
- Erickson, Bonnie H., "Culture, class, and connections", *American Journal of Sociology*, vol. 102, n.º 1, 1996.
- Erikson, Erik H., *Childhood and Society*, Nova Iorque, Norton, 1950.
- Erikson, Erik H., *Identidade: Juventude e Crise*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976 (1968).
- Erikson, Robert, "Social class of men, women and families", *Sociology*, vol. 18, n.º 4, 1984
- Erikson, Robert e John H. Goldthorpe, *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press, 1993.

- Esping-Anderson, Gosta (org.), *Changing Classes: Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, Londres, Sage Publications, 1993.
- Estanque, Elísio e José Manuel Mendes, *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: Um Estudo Comparativo*, Porto, Edições Afrontamento, 1997.
- Ester, Paul, Loek Halman e Ruud de Moor (orgs.), *The Individualizing Society: Value Change in Europe and North America*, Tilburg, Tilburg University Press, 1994 (1993).
- Featherstone, Mike (org.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, Londres, Sage Publications, 1990.
- Featherstone, Mike, Scott Lash e Roland Robertson (orgs.), *Global Modernities*, Londres, Sage Publications, 1995.
- Fentress, James e Chris Wickham, *Memória Social*, Lisboa, Editorial Teorema, 1994 (1992).
- Fernandes, António Teixeira, *O Conhecimento Sociológico: A Espiral Teórica*, Porto, Brasília Editora, 1983.
- Fernandes, António Teixeira, "Espaço social e suas representações", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.º 2, 1992.
- Fernandes, José Gomes, *Centro Histórico do Porto: Dar Futuro ao Nosso Passado*, Porto, Edição da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1983.
- Ferrão, João, "Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-70)", *Finisterra*, n.º 34, 1982.
- Ferrão, João, "Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-1981)", *Análise Social*, n.º 87-88-89, 1985.
- Ferrão, João e Chris Jensen-Butler, "Existem 'regiões periféricas' em Portugal?", *Análise Social*, n.º 100, 1988.
- Ferreira, António Fonseca, "Uso e apropriação do alojamento em Telheiras", in AA.VV., *Viver (n) a Cidade*, Lisboa, GEC/LNEC e CET/ISCTE, 1990.
- Ferreira, Vítor Matias, *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.
- Ferreira, Vítor Matias e Maria Teresa Craveiro, "Reabilitar ou requalificar a cidade?", *Sociedade e Território*, n.º 10-11, 1989.
- Ferreira, Vítor Matias e Isabel Guerra, "Identidades sociais e estratégias locais", in AA.VV., *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (Actas do Encontro de Vila do Conde), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- Ferreira, Vítor Matias, Walter Rodrigues, José Luís Casanova, Alexandra Castro, Luís Wemans e Teresa Amor, *Lisboa, a Metrópole e o Rio: Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1997.
- Fiske, John, *Understanding Popular Culture*, Londres, Unwin Hyman, 1989.
- Fitoussi, Jean-Paul e Pierre Ronsavallon, *A Nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1996).
- Fortuna, Carlos, "As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais", in Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Cultura e Economia*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.

- Fortuna, Carlos, "Turismo, autenticidade e cultura urbana: percurso teórico com breves paragens por Évora e Coimbra", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 43, 1995.
- Fowler, Bridget, *Pierre Bourdieu and Cultural Theory: Critical Investigations*, Londres, Sage Publications, 1997.
- França, José Augusto, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.
- Freire, João, *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*, Porto, Edições Afrontamento, 1993.
- Freitas, Maria João e Paula Castro, "Vale do Areeiro: reflexões acerca de uma realidade multiétnica", in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.
- Friedberg, Erhard, *O Poder e a Regra: Dinâmicas da Acção Organizada*, Lisboa, Instituto Piaget, 1995 (1993).
- Friedman, Jonathan, *Cultural Identity and Global Process*, Londres, Sage Publications, 1994.
- Friedmann, John, *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Celta Editora, 1996 (1992).
- Frith, Simon, "Towards an aesthetic of popular music", in Richard Leppert e Susan McClary (orgs.), *Music and Society: The Politics of Composition, Performance and Reception*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- Frith, Simon, "Music and identity", in Stuart Hall e Paul du Gay (orgs.), *Questions of Cultural Identity*, Londres, Sage Publications, 1996.
- Frow, John, *Cultural Studies and Cultural Value*, Oxford, Clarendon Press, 1995.
- Gans, Herbert J., *Popular Culture and High Culture: An Analysis and Evaluation of Taste*, Nova Iorque, Basic Books, 1974.
- Gans, Herbert J., *The Urban Villagers: Group and Class in the Life of Italian-Americans*, Nova Iorque, The Free Press, 1982 (1962).
- GANZEBOOM, Harry B. G. e Henk Flap (orgs.), *New Social Movements and Value Change*, Amsterdão, SISWO, 1989.
- Garfinkel, Harold, *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, Inc., 1967.
- Gaspar, Jorge, *Ocupação e Organização do Espaço*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- Gaspar, Jorge, *As Regiões Portuguesas*, Lisboa, Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1993.
- Gaspar, Jorge, "O desenvolvimento do sítio de Lisboa", in Irisalva Moita (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Expo 98 / Lisboa 94 / Livros Horizonte, 1994.
- Gavira, Carmen, "Efectos sociales de las intervenciones en los Centros Históricos de las ciudades españolas", *Sociedade e Território*, n.º14-15, 1991.
- Geertz, Clifford, "Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa", in Clifford Geertz, *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1973).
- Geertz, Clifford, *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1973).
- Gellner, Ernest (org.), *Patronos y Clientes en las Sociedades Mediterráneas*, Madrid, Ediciones Jucar, 1986 (1977).
- Gennep, Arnold Van, *Os Ritos de Passagem*, Petrópolis, Editora Vozes, 1978 (1909).

- Giddens, Anthony, *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975 (1973).
- Giddens, Anthony, *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*, Londres, The MacMillan Press, 1979.
- Giddens, Anthony, *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984.
- Giddens, Anthony, "What do sociologists do?", in *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987.
- Giddens, Anthony, "Nine theses on the future of sociology", in *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987.
- Giddens, Anthony, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (1990).
- Giddens, Anthony, *New Rules of Sociological Method* (2.ª ed.), Cambridge, Polity Press, 1993 (1976).
- Giddens, Anthony, *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1997 (1993).
- Giddens, Anthony, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1991).
- Giddens, Anthony, *Para Além da Esquerda e da Direita: O Futuro da Política Radical*, Oeiras, Celta Editora, 1997 (1994).
- Gil, Fernando, *Mimésis e Negação*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.
- Gillis, John R. (org.), *Commemorations: The Politics of National Identity*, Princeton, Princeton University Press, 1994.
- Ginzburg, Carlo, *O Queijo e os Vermes: O Quotidiano e as Ideias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987 (1976).
- Glaser, Barney G. e Anselm L. Strauss, *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Nova Iorque, Aldine Publishing Company, 1967.
- Godet, Michel, *Manual de Prospectiva Estratégica: Da Antecipação à Acção*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993 (1991).
- Goffman, Erving, *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*, Garden City (Nova Iorque), Anchor Books, 1967.
- Goffman, Erving, *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*, Harmondsworth, Penguin Books, 1972 (1971).
- Goffman, Erving, *Frame Analysis*, Nova Iorque, Harper and Row, 1974.
- Goffman, Erving, *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1963).
- Goffman, Erving, *The Presentation of Self in Everyday Life*, Harmondsworth, Penguin Books, 1980 (1959).
- Goffman, Erving, *Forms of Talk*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1981.
- Goffman, Erving, "The interaction order", *American Sociological Review*, vol. 48, n.º 1, 1983.
- Gois, Damião de, *Descrição da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988 (1554).
- Goldthorpe, John H., "Women and class analysis: in defense of the conventional view", *Sociology*, vol. 17, n.º 4, 1983.
- Goldthorpe, John H. (com Catriona Llewellyn e Clive Payne), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford, Clarendon Press, 1980.

- Goldthorpe, John H. e Clive Payne, "On the class mobility of women: results from different approaches to the analysis of recent British data", *Sociology*, vol. 20, n.º 4, 1986.
- Goldthorpe, John H. e Gordon Marshall, "The promising future of class analysis: a response to recent critics", *Sociology*, vol. 26, n.º 3, 1992.
- Gonçalves, Helena Seita, "Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 19, 1994.
- Goody, Jack, *Domesticação do Pensamento Selvagem*, Lisboa, Editorial Presença, 1988 (1977).
- Grácio, Sérgio, *Destinos do Ensino Técnico em Portugal (1910-1990)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1992 (tese de doutoramento).
- Grácio, Sérgio, "A mobilidade social revisitada", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 24, 1997.
- Graetz, Brian, "The class location of families: a refined classification and analysis", *Sociology*, vol. 25, n.º 1, 1991.
- Grameyer, Yves e Isaac Joseph (orgs.), *L'École de Chicago*, Paris, Éditions du Champ Urban, 1979.
- Granovetter, Mark S., "The strength of weak ties", *American Journal of Sociology*, vol. 78, n.º 6, 1973.
- Greimas, Algirdas J., *Semântica Estrutural*, São Paulo, Editora Cultrix, 1976 (1966).
- Grignon, Claude e Jean-Claude Passeron, *Le Savant et le Populaire: Misérabilisme et Populisme en Sociologie et Littérature*, Paris, Éditions du Seuil, 1989.
- Griswold, Wendy, *Cultures and Societies in a Changing World*, Thousand Oaks (Cal.), Pine Forge Press, 1994.
- Gross, Marielle Christine, "Estratégias identitárias num território desqualificado", in AA.VV., *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- Guerra, António e Víctor Santos, "O funcionamento dos portos nacionais: um ensaio de interpretação", *Estudos de Economia*, vol. VII, n.º 2, 1987.
- Guerra, Isabel, "As pessoas não são coisas que se metam em gavetas", *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994.
- Guerra, Paula, "Tecido urbano actual: continuidade ou descontinuidade?", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.º 2, 1992.
- Guerreiro, Maria das Dores, *Mulheres do Fado, Fados de Mulher: Alfama: o Tecido Social, as Práticas Culturais e as suas Protagonistas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1986 (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica).
- Guerreiro, Maria das Dores, "Mulheres e relações familiares em Alfama", in AA.VV., *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (Actas do 1º Congresso Português de Sociologia), vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990.
- Guerreiro, Maria das Dores, *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1996.
- Gurvitch, Georges (org.), *Tratado de Sociologia* (2 vols.), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.
- Habermas, Jurgen, *L'Éspace Public: Archéologie de la Publicité comme Dimension Constitutive de la Société Bourgeoise*, Paris, Payot, 1978 (1962).

- Habermas, Jürgen, *La Reconstrucción del Materialismo Histórico*, Madrid, Taurus Ediciones, 1981 (1976).
- Habermas, Jürgen, *Théorie de l'Agir Communicationnel* (2 vols.), Paris, Fayard, 1987 (1981).
- Hagstrom, Warren O., *The Scientific Community*, Nova Iorque, Basic Books, 1965.
- Halbwachs, Maurice, *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994 (1925).
- Halbwachs, Maurice, *La Mémoire Collective*, Paris, Albin Michel, 1997 (1950).
- Hall, Edward T., *The Silent Language*, Nova Iorque, Doubleday and Company, 1959.
- Hall, Edward T., *The Hidden Dimension*, Nova Iorque, Doubleday and Company, 1966.
- Hall, Edward T., *Au-delà de la Culture*, Paris, Éditions du Seuil, 1979 (1976).
- Hall, Edward T., *La Danse de la Vie: Temps Culturel, Temps Vécu*, Paris, Éditions du Seuil, 1984 (1983).
- Hall, Stuart, "Gramsci's relevance for the study of race and ethnicity", in David Morley e Kuan-Hsing Chen (orgs.), *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*, Londres, Routledge, 1996.
- Hall, Stuart, "What is 'black' in black popular culture?", in David Morley e Kuan-Hsing Chen (orgs.), *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*, Londres, Routledge, 1996.
- Hall, Stuart, "The work of representation", in Stuart Hall (org.), *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, Londres, Sage Publications, 1997.
- Hall, Stuart (org.), *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, Londres, Sage Publications, 1997.
- Hall, Stuart e Tony Jefferson (orgs.), *Resistance Through Rituals: Youth Subcultures in Post-War Britain*, Londres, Hutchinson, 1976.
- Hall, Stuart e Paul du Gay (orgs.), *Questions of Cultural Identity*, Londres, Sage Publications, 1996.
- Hamel, Jacques (org.), *The Case Method in Sociology*, Londres, International Sociological Association e Sage Publications, 1992 (n.º temático da revista *Current Sociology*, vol. 40, n.º 1, 1992).
- Hannerz, Ulf, *Explorer la Ville: Éléments d'Anthropologie Urbaine*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1983 (1980).
- Hannerz, Ulf, "Cosmopolitans and locals in world culture", in Mike Featherstone (org.), *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*, Londres, Sage Publications, 1990.
- Havelock, Eric A., *A Musa Aprende a Escrever: Reflexões sobre a Oralidade e a Literacia da Antiguidade ao Presente*, Lisboa, Gradiva, 1996 (1988).
- Heers, Jacques, *Festas de Loucos e Carnavais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987 (1983).
- Henion, Antoine, "Les médiateurs modernes de la musique: l'instrument, la partition, l'enregistrement", in Idalina Conde (coord.), *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- Herculano, Alexandre, *O Monge de Cister*, Lisboa, Bertrand, 22.ª edição, s/d (1848).
- Hjeltenslev, Louis, *Prologomènes à une Théorie du Langage*, Paris, Éditions de Minuit, 1971 (1943).

- Hobsbawm, Eric, *Rebeldes Primitivos: Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1959).
- Hobsbawm, Eric e Terence Ranger (orgs.), *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1984 (1983).
- Hoggart, Richard, *The Uses of Literacy: Aspects of Working-Class Life with Special Reference to Publications and Entertainments*, Harmondsworth, Penguin Books, 1981 (1957).
- Host, Gail, *Road to Rebetika: Music of a Greek Subculture, Songs of Love, Sorrow and Hashish*, Atenas, Anglo-Hellenic Publishing, 1975.
- Hout, Mike, Clem Brooks e Jeff Manza, "The persistence of classes in post-industrial societies", *International Sociology*, vol. 8, n.º 3, 1993.
- Inglehart, Ronald, *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, Princeton, Princeton University Press, 1997.
- Isambert, François-André, *Le Sens du Sacré: Fête et Religion Populaire*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1982.
- Iturra, Raul, *A Construção Social do Insucesso Escolar: Memória e Aprendizagem em Vila Ruiva*, Lisboa, Escher, 1990.
- Janowitz, Morris, *The Community Press in an Urban Setting*, Chicago, Chicago University Press, 1967 (1952).
- Jacquier, Claude, *Voyage dans Dix Quartiers Européens en Crise*, Paris, Éditions de l'Harmattan, 1991.
- Javeau, Claude, *Lições de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 1998 (1997).
- Jesuíno, Jorge Correia, "Comunidade científica: dinâmicas e fronteiras", in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.
- Jesuíno, Jorge Correia, Lígia Amâncio, Patrícia Ávila, Graça Carapinheiro, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Maria Teresa Patrício, Alan Stoleiroff e Jorge Vala, *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX: Comportamentos, Atitudes e Expectativas*, Oeiras, Celta Editora, 1995.
- Jodelet, Denise, "Représentations sociales: un domaine en expansion", in Denise Jodelet (org.), *Les Représentations Sociales*, Paris, Presses Universitaires de France, 1989 (1984).
- Jones, Steve, *Rock Formation: Music, Technology and Mass Communication*, Newbury Park (Cal.), Sage Publications, 1992.
- Jones, Steven G. (org.), *Cybersociety: Computer-Mediated Communication and Community*, Thousand Oaks (Cal.), Sage Publications, 1995.
- Juan, Salvador, *Sociologie des Genres de Vie: Morphologie Culturelle et Dynamique des Positions Sociales*, Paris, Presses Universitaires de France, 1991.
- Juan, Salvador, *Les Formes Élémentaires de la Vie Quotidienne*, Paris, Presses Universitaires de France, 1995.
- Kelley, Jonathan e M. D. R. Evans, "Class and class conflict in six western nations", *American Sociological Review*, vol. 60, n.º 2, 1995.
- Klein, Alexandra Naia e Vera Marques Alves, "Casas do Fado", in Joaquim Pais de Brito (org.), *Fado: Vozes e Sombras*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia / Lisboa 94, 1994.

- Knorr-Cetina, Karin, "The micro-sociological challenge of macro-sociology: towards a reconstruction of social theory and methodology", in Karin Knorr-Cetina e Aaron V. Cicourel (orgs.), *Advances in Social Theory and Methodology: Toward an Integration of Micro and Macro-Sociologies*, Boston, Routledge and Kegan Paul, 1981.
- Knorr-Cetina, Karin, "The micro-social order. Towards a reconception", in Nigel G. Fielding (org.), *Actions and Structure: Research Methods and Social Theory*, Londres, Sage Publications, 1988.
- Ladurie, Emmanuel Le Roy, *Montaillou: Cátaros e Católicos numa Aldeia Francesa, 1294-1324*, Lisboa, Edições 70, s/d (1975).
- Lalive d'Épinay, Christian, *Viellir ou la Vie à Inventer*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1991.
- Lamont, Michèle, *Money, Morals, and Manners: The Culture of the French and the American Upper-Middle Class*, Chicago, University of Chicago Press, 1992.
- Lash, Scott e John Urry, *Economies of Signs and Space* Londres, Sage Publications, 1994.
- Layder, Derek, *Structure, Interaction and Social Theory*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1981.
- Leach, Edmund, *Cultura e Comunicação*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1976).
- Lee, David J., "Class as a social fact", *Sociology*, vol. 28, n.º 2, 1994.
- Lee, David J. e Bryan S. Turner (org.), *Conflicts About Class: Debating Inequality in Late Industrialism*, Harlow (UK), Longman, 1996.
- Leeds, Anthony, "Locality power in relation to supralocal power institutions", in Aidan Southall (org.), *Urban Anthropology: Cross-Cultural Studies of Urbanization*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1973.
- Leeds, Anthony e Elizabeth Leeds, *A Sociologia do Brasil Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978 (1977).
- Lehmann, Bernard, "L'envers de l'harmonie", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 110, 1995.
- Leontidou, Lila, *The Mediterranean City in Transition: Social Change and Urban Development*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- Leopoldi, José Sávio, *Escola de Samba, Ritual e Sociedade*, Petrópolis, Editora Vozes, 1978.
- Leppert, Richard e Susan McClary (orgs.), *Music and Society: The Politics of Composition, Performance and Reception*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- Lévi-Strauss, Claude, *Le Cru et le Cuit*, Paris, Plon, 1964.
- Lévi-Strauss, Claude, "Rapports de symétrie entre rites et mythes de peuples voisins" (1971), in Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie Structurale Deux*, Paris, Plon, 1973.
- Lévi-Strauss, Claude, *Anthropologie Structurale Deux*, Paris, Plon, 1973.
- Lévi-Strauss, Claude, *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon, 1974 (1958).
- Lévi-Strauss, Claude (org.), *L'Identité* (Seminário no Collège de France, 1974-75), Paris, Bernard Grasset, 1977.
- Levy, René, Dominique Joye, Olivier Guye e Vincent Kaufmann, *Tous Égaux? De la Stratification aux Représentations*, Zurique, Éditions Seismo, 1997.
- Lewis, Oscar, *Os Filhos de Sánchez*, Lisboa, Moraes Editores, 1979 (1961).

- Lima, Pedro, António Pedro Dores e António Firmino da Costa, "Classificações de profissões nos Censos 91", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 10, 1991.
- Lipovetsky, Gilles, *A Era do Vazio: Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*, Lisboa, Relógio de Água, s/d, (1983).
- Lison-Tolosana, Carmelo, *Belmonte de los Caballeros: A Sociological Study of a Spanish Town*, Oxford, Clarendon Press, 1966.
- Lopes, Filipe Mário, "Reabilitação urbana em Lisboa", *Sociedade e Território*, n.º 14-15, 1991.
- Lopes, Filipe Mário, "Reabilitação urbana de Lisboa", in AA.VV., *Regionalização e Identidades Locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- Lourenço, Nelson, *Família Rural e Indústria: Mudança Social na Região de Leiria*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1991.
- Luhmann, Niklas, *Sociologia do Direito* (2 vols.), Rio de Janeiro, Edições do Tempo Brasileiro, 1983 (1972).
- Luhmann, Niklas, "The evolutionary differentiation between society and interaction", in Jeffrey C. Alexander, Bernhard Giesen, Richard Munch e Neil S. Smelser (orgs.), *The Micro-Macro Link*, Berkeley (Cal.), The University of California Press, 1987.
- Luhmann, Niklas, *Social Systems*, Stanford, Stanford University Press, 1995 (1984).
- Lyman, Stanford M. (org.), *Social Movements: Critiques, Concepts, Case-Studies*, Londres, MacMillan Press, 1995.
- Lynd, Robert S. e Helen Merrell Lynd, *Middletown: A Study in Modern American Culture*, Nova Iorque, Harcourt Brace Jovanovitch, 1956 (1929).
- Lynd, Robert S. e Helen Merrell Lynd, *Middletown in Transition: A Study in Cultural Conflicts*, Nova Iorque, Harcourt Brace Jovanovitch, 1965 (1937).
- Lyon, David, *A Sociedade da Informação: Questões e Ilusões*, Oeiras, Celta Editora, 1992 (1988).
- Lyotard, Jean-François, *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva, s/d (1979).
- MacDonald, Keith M., *The Sociology of Professions*, Londres, Sage Publications, 1995.
- Machado, Fernando Luís, "Práticas de sociabilidade em Queluz Ocidental", *Sociedade e Território*, n.º 3, 1985.
- Machado, Fernando Luís, *Etnicidade em Portugal: Aproximação ao Caso Guineense*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1991 (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica).
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa e João Ferreira de Almeida, "Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 27-28, 1989.
- Machado, Fernando Luís, Patrícia Ávila e António Firmino da Costa, "Origens sociais e estratificação dos cientistas", in Jorge Correia Jesuino et al., *A Comunidade Científica Portuguesa nos Finais do Século XX*, Oeiras, Celta Editora, 1995.
- Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa, "Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social", in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.

- Machado, Paulo, "A (c)idade maior: para uma sociologia da velhice na cidade de Lisboa", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 15, 1994.
- Maffesoli, Michel, *Le Temps des Tribus: Le Déclin de L'Individualisme dans les Sociétés de Masse*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1988.
- Maheu, Louis (org.), *Social Movements and Social Classes: The Future of Collective Action*, Londres, Sage Publications e International Sociological Association, 1995.
- Marshall, Gordon, *Repositioning Class: Social Inequality in Industrial Societies*, Londres, Sage Publications, 1997.
- Marshall, T. H., *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967 (1963).
- Matta, Roberto da, *Ensaios de Antropologia Estrutural*, Petrópolis, Editora Vozes, 1977 (1973).
- Matta, Roberto da, *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980 (1978).
- Mattelart, Armand e Michèle Mattelart, *História das Teorias da Comunicação*, Porto, Campo das Letras, 1997 (1995).
- Mattoso, José, *Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)* (2 vols.), Lisboa, Editorial Estampa, 1985.
- Mattoso, José, "Apresentação", in *História de Portugal* (1º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.
- Mattoso, José, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998.
- Mauss, Marcel, "Esboço de uma teoria geral da magia" (1902-1903), in Marcel Mauss, *Sociologia e Antropologia*, vol. I, São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1974 (1950).
- Mead, George H., *Mind, Self and Society*, Chicago, The University of Chicago Press, 1962 (1934).
- Medick, Hans, "Plebeian culture in transition to capitalism", in Raphael Samuel e Gareth S. Jones (orgs.), *Culture, Ideology and Politics*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1982.
- Menezes, Marlucci, "Casal Ventoso: apropriação do espaço e cenários comportamentais", in AA.VV., *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- Mercure, Daniel (org.), *La Culture en Mouvement: Nouvelles Valeurs et Organisations*, Sainte-Foy (Quebec), Les Presses de l'Université Laval, 1992.
- Merton, Robert K., "A profecia que se cumpre por si mesma" (1948), in *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (1949, 1968).
- Merton, Robert K., "Influência da pesquisa empírica sobre a teoria sociológica" (1948), in *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (1949, 1968).
- Merton, Robert K., "Padrões de influência: influentes locais e cosmopolitas" (1949), in *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (1949, 1968)
- Merton, Robert K., *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970 (1949, 1968).

- Merton, Robert K., "As consequências não antecipadas da acção social" (1936), in *A Ambivalência Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979 (1976).
- Merton, Robert K., *A Ambivalência Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979 (1976).
- Merton, Robert K., "Three fragments from a sociologist's notebooks: establishing the phenomenon, specified ignorance, and strategic research materials", *Annual Review of Sociology*, XIII, 1987.
- Midgley, James, *Social Development: The Development Perspective in Social Welfare*, Londres, Sage Publications, 1995.
- Mignon, Patrick e Antoine Henion (org.), *Rock: de l'Histoire au Mythe*, Paris, Anthropos, 1991.
- Mills, C. Wright, *The Sociological Imagination*, Harmondsworth, Penguin Books, 1977 (1959).
- Mingione, Enzo (org.), *Urban Poverty and the Underclass*, Cambridge (Mass.), Blackwell Publishers, 1996.
- Mir, Mercedes Tatjer, "Grupos sociales, agentes urbanos, estrategias y conflictos en ciudad vella de Barcelona", *Sociedade e Território*, n.º 14-15, 1991.
- Mitchell, J. Clyde, "The concept and use of social networks", in J. Clyde Mitchell (org.), *Social Networks in Urban Situations*, Manchester, Manchester University Press, 1969.
- Moita, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Expo 98 / Lisboa 94 / Livros Horizonte, 1994.
- Moita, Luís, *O Fado, Canção de Vencidos*, s/l, s/ed, 1936.
- Moles, Abraham e Elisabeth Rohmer, *Labyrinthes du Vécu: L'Espace: Matière d'Actions*, Paris, Librairie des Méridiens, 1982.
- Mons, Alain, *La Métaphore Sociale: Image, Territoire, Communication*, Paris, Presses Universitaires de France, 1992.
- Monteiro, Paulo, *Terra Que Já Foi Terra: Análise Sociológica de Nove Lugares Agro-Pastoris da Serra da Lousã*, Lisboa, Edições Salamandra, 1985.
- Moor, Ruud de (org.), *Values in Western Societies*, Tilburg, Tilburg University Press, 1995.
- Morawska, Ewa e Willfried Spohn, "'Cultural pluralism' in historical sociology: recent theoretical directions", in Diana Crane (org.), *The Sociology of Culture: Emerging Theoretical Perspectives*, Oxford (UK) e Cambridge (USA), Basil Blackwell, 1994.
- Moreira, Pedro, "O projecto integrado do Largo do Chafariz de Dentro (Lisboa)", in AA.VV., *Regionalização e Identidades Locais: Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- Moscovici, Serge, *La Psychanalyse, son Image et son Public*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976 (1961).
- Moscovici, Serge, "Des représentations collectives aux représentations sociales", in Denise Jodelet (org.), *Les Représentations Sociales*, Paris, Presses Universitaires de France, 1989 (1984).
- Moscovici, Serge e Miles Hewstone, "De la science au sens commun", in Serge Moscovici (org.), *Psychologie Sociale*, Paris, Presses Universitaires de France, 1984.
- Mouzelis, Nicos, "Restructuring structuration theory", *The Sociological Review*, vol. 37, n.º 4, 1989.

- Mouzelis, Nicos, *Sociological Theory: What Went Wrong? Diagnosis and Remedies*, Londres, Routledge, 1995.
- Mozzicafreddo, Juan, "Sobre a teoria das classes sociais: as contribuições de Erik Olin Wright e Nicos Poulantzas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 6, 1981.
- Mozzicafreddo, Juan, *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1997
- Mozzicafreddo, Juan, Isabel Guerra, Margarida A. Fernandes e João G. P. Quintela, *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*, Lisboa, Escher, 1991.
- Nattiez, Jean-Jacques, Umberto Eco, Nicolas Ruwet e Jean Molino, *Semiologia da Música*, Lisboa, Vega, s/d.
- Nazareth, J. Manuel (com Maria Filomena Mendes), *Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- Newby, Howard, "Foreword", in Graham Crow e Graham Allan, *Community Life: An Introduction to Local Social Relations*, Hemel Hempstead, Harvester Wheatsheaf, 1994.
- Nietzsche, Friedrich, *A Origem da Tragédia*, Lisboa, Guimarães Editores, 1978 (1892).
- Nogueira, Adriano Zilhão e Maria Isabel Duarte, "Bairro Alto: contribuição para o estudo de uma comunidade em transformação", *Sociedade e Território*, n.º 2, 1985.
- Nora, Tia de, "The musical composition of social reality? Music, action and reflexivity", *The Sociological Review*, vol. 43, n.º 2, 1995.
- Noschis, Kaj, *Signification Affective du Quartier*, Paris, Librairie des Méridiens, 1984.
- Nunes, A. Sedas, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1977 (1972).
- O'Connor, Justin e Derek Whyte, "Das margens para o centro: produção e consumo de cultura em Manchester", in Carlos Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- Offe, Claus, "New social movements: challenging the boundaries of institutional politics", *Social Research*, vol. 52, n.º 4, 1985.
- Oliveira, Cristina e João Realinho, *Reabilitação Urbana e Reconversão do Comércio de Bens Alimentares no Bairro de Alfama* (relatório policopiado), Lisboa, CIES/ISCTE, 1990.
- Oliveira, José Manuel Paquete de, "A integração europeia e os meios de comunicação social", *Análise Social*, n.º 118-119, 1992.
- Oliven, Ruben George, "Man/woman relations and the construction of brazilian identity in popular music", *Social Science Information*, vol. 27, n.º 1, 1988.
- Olson, Mancur, *A Lógica da Acção Colectiva: Bens Públicos e Teoria dos Grupos*, Oeiras, Celta Editora, 1998 (1965).
- Os Números de Lisboa*, Lisboa, Ambelis / Agência para a Modernização Económica de Lisboa, 1995.
- Osório, António, *A Mitologia Fadista*, Lisboa, Livros Horizonte 1974.
- Pais, José Machado, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1993.
- Pais, José Machado, João Sedas Nunes, Maria Paula Duarte e Fernando Luís Mendes, *Práticas Culturais dos Lisboaetas: Resultados do Inquérito Realizado em 1994 aos Habitantes da Grande Lisboa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994.

- Paixão, Maria José de Carvalho, *Alfama: Contribuição para o Estudo de uma Área Natural de Lisboa*, Lisboa, ISCSPU, 1972.
- Pakulski, Jan e Malcom Waters, *The Death of Class*, Londres, Sage Publications, 1996.
- Park, Robert Ezra, "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano em meio urbano" (1916), in Otávio Guilherme Velho (org.), *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- Parkin, Frank, *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*, Londres, Tavistock Publications, 1981 (1979).
- Parsons, Talcott, "Uma abordagem analítica para a teoria da estratificação social" (1940), in Neuma Aguiar (org.), *Hierarquias em Classes*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.
- Paugam, Serge, *La Disqualification Sociale: Essai sur la Nouvelle Pauvreté*, Paris, Presses Universitaires de France, 1991.
- Pawson, Ray, *A Measure for Measures: A Manifesto for Empirical Sociology*, Londres, Routledge, 1989.
- Pedroso, Paulo, *Formação e Desenvolvimento Rural*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- Peirce, Charles Sanders, "Dedução, indução e hipótese" (1878), in *Semiótica e Filosofia*, (textos escolhidos) São Paulo, Editora Cultrix, 1975.
- Pellegrino, P., "Epistémologie de l'espace et sociologie des lieux. Espace social, représentations des lieux et transformations contemporaines de l'espace", *Espaces et Sociétés*, n.º 48-49, 1987.
- Pereira, Nuno Teotónio e José Manuel Fernandes, "A arquitectura do fascismo em Portugal", in AA.VV., *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.
- Pereira, Virgílio Borges, "Os índios e a vida selvagem: modalidades de (re) produção de sociabilidades no núcleo antigo da freguesia da Vitória", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.º 4, 1994.
- Peterson, Richard A., "Culture studies through the production perspective: progress and prospects", in Diana Crane (org.), *The Sociology of Culture: Emerging Theoretical Perspectives*, Oxford (UK) e Cambridge (USA), Basil Blackwell, 1994.
- Pieterse, Jan Nederveen, "Globalization as hybridization", in Mike Featherstone, Scott Lash e Roland Robertson (orgs.), *Global Modernities*, Londres, Sage Publications, 1995.
- Pilcher, William W., "The Portland longshoreman", in Herbert Applebaum (org.), *Work in Market and Industrial Societies*, Albany, State of New York Press, 1984.
- Pinto, José Madureira, "Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em colectividades rurais", *Análise Social*, n.º 66, 1981.
- Pinto, José Madureira, "Questões de metodologia sociológica (I), (II) e (III)", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.ºs 1, 2 e 3, 1984-85.
- Pinto, José Madureira, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Edições Afrontamento, 1985.
- Pinto, José Madureira, "Considerações sobre a produção social de identidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, 1991.

- Pinto, José Madureira, "Uma reflexão sobre políticas culturais", in AA.VV., *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (Actas do Encontro de Vila do Conde), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
- Pinto, José Madureira, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- Pinto, José Madureira, "Tópicos para uma análise da produção de saberes sobre o social", in AA.VV., *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares* (Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais), vol. I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.
- Pinto, José Madureira e Maria Cidália Queiroz, "Lugares de classe e contextos de aprendizagem social", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 8-9, 1990.
- Pinto, José Madureira e Maria Cidália Queiroz, "Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na construção civil", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 19, 1996.
- Pinto, Teresa Costa, "A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro", *Sociedade e Território*, n.º 20, 1994.
- Plano Estratégico de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1992.
- Portas, Nuno, "Notas sobre a intervenção na cidade existente", *Sociedade e Território*, n.º 2, 1985.
- Poujol, Geneviève e Raymond Labourie (orgs.), *Les Cultures Populaires: Permanence et Émergences des Cultures Minoritaires Locales, Ethniques, Sociales et Religieuses*, Toulouse, Edouard Privat, 1979.
- Poulantzas, Nicos, *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*, Paris, Seuil, 1974.
- Pujadas, Joan J., "Identidad étnica y asociacionismo en los barrios periféricos de Tarragona", in AA.VV., *Identidades Colectivas: Etnicidad y Sociabilidad en la Península Ibérica*, Valência, Generalitat Valenciana, 1990.
- Queiroz, Maria Cidália, "O problema da medida em ciências sociais. Considerações sobre a construção de nomenclaturas socioprofissionais", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 10-11, 1991.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de, "Carnaval urbano em Portugal", in AA.VV., *Estudos Portugueses: Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de, *Carnaval Brésilien: Le Vécu et le Mythe*, Paris, Éditions Gallimard, 1992.
- Radcliffe-Brown, A. R., "Sur la structure sociale" (1940), in *Structure et Fonction dans la Société Primitive*, Paris, Éditions de Minuit, 1968.
- Ragin, Charles C., *Constructing Social Research: The Unity and Diversity of Method*, Thousand Oaks (Cal.), Pine Forge Press, 1994.
- Ragin, Charles C., e Howard S. Becker (orgs.), *What is a Case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995 (1992).
- Ramalho, José, *ABC das Marchas Populares*, Lisboa, edição do autor, 1996.

- Rapoport, Amos, *Aspectos Humanos de la Forma Urbana: Hacia una Confrontación de las Ciencias Sociales con el Diseño de la Forma Urbana*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1978 (1977).
- Reich, Robert B., *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993 (1991).
- Reis, Manuela e Aida Valadas de Lima, "Desenvolvimento, território e ambiente", in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- Rémy, Jean e Liliane Voyé, *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?*, Porto, Edições Afrontamento, 1994 (1992).
- Rescher, Nicholas, *Peirce Philosophy of Science*, Londres, University of Notre Dame Press, 1978.
- Revel, Jacques, "A beleza do morto: o conceito de cultura popular" (com Michel de Certeau e Dominique Julia) (1970), in Jacques Revel, *A Invenção da Sociedade*, Lisboa, Difel, 1990.
- Revel, Jacques, "Formas de especialização: os intelectuais e a cultura 'popular' em França (1650-1800)" (1984), in Jacques Revel, *A Invenção da Sociedade*, Lisboa, Difel, 1990.
- Revel, Jacques, *A Invenção da Sociedade*, Lisboa, Difel, 1990.
- Ribeiro, Manuel João, "Reabilitação urbana: estratégia e organização", *Sociedade e Território*, n.º 14-15, 1991.
- Ribeiro, Orlando, *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1968.
- Ribeiro, Orlando, *Le Portugal Central*, Lisboa, Congrès International de Géographie, 1982 (1949).
- Ribeiro, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1986 (1945).
- Rita, José Palma e Luís Filipe Mergulhão, "Inovação organizacional e desenvolvimento nas regiões pobres", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 25, 1997.
- Ritzer, George, *Sociological Theory*, Nova Iorque, MacGraw-Hill, 1992 (1998).
- Rivière, Claude, "Le rite enchantant la concorde", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XCII, 1992.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz, "Sobrevivência e progresso de uma aldeia despovoada", *Geographica*, n.º 35, 1973.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz, "Comunidades migrantes em situação dipolar", *Análise Social*, n.º 48, 1976.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz, "Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência", *Análise Social*, n.º 91, 1986.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz, "As micropátrias do interior português", *Análise Social*, n.º 98, 1987.
- Rodrigues, Maria João, *O Sistema de Emprego em Portugal: Crise e Mutações*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- Rodrigues, Teresa, "Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos", *Ler História*, n.º 26, 1994.

- Rodrigues, Teresa, *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.
- Rosas, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)* (7º volume da *História de Portugal*, dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Sahlins, Marshall, *Cultura e Razão Prática*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979 (1976).
- Sahlins, Marshall, *Ilhas de História*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990 (1985).
- Saint-Maurice, Ana de, *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- Santana, Francisco e Eduardo Sucena (orgs.), *Dicionário da História de Lisboa*, Sacavém, Carlos Quintas e Associados, 1994.
- Santos, Boaventura de Sousa, *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1989.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, "Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular e a cultura de massas)", *Análise Social*, n.º 101-102, 1988.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, "Reprodutibilidade/raridade: o jogo dos contrários na produção cultural" in AA.VV., *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (Actas do 1º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, " 'Cultura dos ócios' e utopia", in Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), *Economia e Cultura*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), *Economia e Cultura*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.
- Saraiva, António José, "Os Lusíadas, o Quixote e o problema da ideologia oca" (1961), in *Para a História da Cultura em Portugal*, vol. II, parte I, Lisboa, Gradiva, 1966.
- Saraiva, Cristina e Elsa Agostinho, *Os Despachantes Oficiais e a Reabilitação Urbana no Bairro de Alfama* (relatório policopiado), Lisboa, CIES/ISCTE, 1991.
- Saussure, Ferdinand de, *Curso de Linguística Geral*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978 (1916).
- Schutz, Alfred, *Fenomenologia e Relações Sociais* (colect. org. por Helmut R. Wagner), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- Scott, John, *Social Network Analysis: A Handbook*, Londres, Sage Publications, 1991.
- Scott, John, *Stratification and Power: Structures of Class, Status and Command*, Cambridge, Polity Press, 1996.
- Seeger, Anthony, "Por que os índios Suya cantam para as suas irmãs?", in Gilberto Velho (org.), *Arte e Sociedade: Ensaios de Sociologia da Arte*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
- Seixo, Maria Alzira, "Por uma semiologia da música", in Jean-Jacques Nattiez, Umberto Eco, Nicolas Ruwet e Jean Molino, *Semiologia da Música*, Lisboa, Vega, s/d.
- Silva, Augusto Santos, "A ruptura com o senso comum nas ciências sociais", in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986.

- Silva, Augusto Santos, "Produto nacional vivo: uma cultura para o desenvolvimento", in AA.VV., *Atitudes, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, Sedes, 1988.
- Silva, Augusto Santos, "Uma arte do povo, e que tem a sua ciência: representações sociais do artesanato", in AA. VV., *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (Actas do 1º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990.
- Silva, Augusto Santos, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- Silva, Augusto Santos, "Identidades sociais: continuidade e mudança", in AA.VV., *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, vol. I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986.
- Silva, Augusto Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa* (3.ª ed.), Lisboa, CML, 1987 (1899).
- Silva, Augusto Vieira da, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa* (3.ª ed.) (2 vols.), Lisboa, CML, 1987 (1900).
- Silva, Augusto Vieira da, *As Freguesias de Lisboa: Estudo Histórico*, Lisboa, CML, 1943.
- Silva, Augusto Vieira da, *A Cerca Fernandina de Lisboa* (2.ª ed.) (2 vols.), Lisboa, CML, 1987 (1948-49).
- Silva, Cristina Santos, *Reabilitação Urbana e Satisfação Residencial em Alfama*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1994 (dissertação de licenciatura).
- Silvano, Filomena, "Os lugares da cidade: multiplicidade de escalas de representação do espaço e papel da cidade nas estratégias de organização do espaço local", in AA.VV., *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século* (Actas do 1º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990.
- Silvano, Filomena, "Gérer la distance: les sauts d'échelle dans les relations sociales", *Espaces et Sociétés*, n.º 79, 1995.
- Silvano, Filomena, *Territórios da Identidade: Representações do Espaço em Guimarães, Vizeira e Santa Eulália*, Oeiras, Celta Editora, 1997.
- Simic, Andrei, "Urbanization and modernization in Yugoslavia: adaptative and maladaptative aspects of traditional culture", in Michael Kenny e David Kertzer (orgs.), *Urban Life in Mediterranean Europe: Anthropological Perspectives*, Urbana, University of Illinois Press, 1983.
- Simmel, Georg, "Sociability" (1917), in Kurt H. Wolff (org.), *The Sociology of Georg Simmel*, Londres, The Free Press of Glencoe, 1964.
- Simmel, Georg, "A metrópole e a vida mental" (1902), in Otávio Guilherme Velho (org.), *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- Simmel, Georg, "La sociabilité. Exemple de sociologie pure ou formelle" (1918), in *Sociologie et Épistémologie*, Paris, Presses Universitaires de France, 1981.
- Simmel, Georg, "El problema de la sociología", in *Sociología: Estudios sobre las Formas de Socialización* (2 vols.), Madrid, Alianza Editorial, 1986 (1908).
- Simmel, Georg, "La cantidad en los grupos sociales", in *Sociología: Estudios sobre las Formas de Socialización* (2 vols.), Madrid, Alianza Editorial, 1986 (1908).

- Simmel, Georg, "El cruce de los círculos sociales", in *Sociología: Estudios sobre las Formas de Socialización* (2 vols.), Madrid, Alianza Editorial, 1986 (1908).
- Simmel, Georg, "El espacio y la sociedad", in *Sociología: Estudios sobre las Formas de Socialización* (2 vols.), Madrid, Alianza Editorial, 1986 (1908).
- Simmel, Georg, *Sociología: Estudios sobre las Formas de Socialización* (2 vols.), Madrid, Alianza Editorial, 1986 (1908).
- Simmel, Georg, "Le concept et la tragédie de la culture" (1911), in *La Tragédie de la Culture et Autres Essais*, Paris, Éditions Rivage, 1988.
- Singly, François de e Claude Thélot, *Gens du Privé, Gens du Public*, Paris, Dunod, 1988.
- Skeggs, Beverley, *Formations of Class and Gender*, Londres, Sage Publications, 1997.
- Smelser, Neil J. (org.), *Handbook of Sociology*, Newbury Park (Cal.), Sage Publications, 1988.
- Smelser, Neil J., *Problematics of Sociology*, Berkeley (Cal.), The University of California Press, 1997.
- Smith, Anthony D., *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997 (1991).
- Smith, Neil e Peter Williams (orgs.), *Gentrification of the City*, Boston, Allen and Unwin, 1986.
- Sobral, José Manuel, "Mentalidade, acção, racionalidade: uma leitura crítica da história das mentalidades", *Análise Social*, n.º 95, 1987.
- Sobral, José Manuel, "Memória e identidades sociais: dados de um estudo de caso num espaço rural", *Análise Social*, n.º 131-132, 1995.
- Soubeyran, O. e V. Barnier, "Le paradoxe du local et de la planification: éléments théoriques et application à l'aménagement touristique", *Espaces et Sociétés*, n.º 51, 1987.
- Sousa, Avelino de, *O Fado e os seus Censores*, Lisboa, edição do autor, 1912.
- Sousa, José Paulo de, "O caso da rua do Cruzeiro (antiga): contribuições para um projecto de intervenção na cidade existente", in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.
- Southall, Aidan, "The african port city: docks and suburbs", *Economic Development and Cultural Change*, vol. 38, n.º 1, 1989.
- Stacey, Margaret, "The myth of community studies" (1969), in Colin Bell e Howard Newby (org.), *The Sociology of Community*, Londres, Frank Cass and Co, Ltd, 1974.
- Stevenson, Nick, *Understanding Media Cultures: Social Theory and Mass Communications*, Londres, Sage Publications, 1995.
- Sucena, Eduardo, "Alfama (bairro de)", in Francisco Santana e Eduardo Sucena (org.), *Dicionário da História de Lisboa*, Sacavém, Carlos Quintas e Associados, 1994.
- Suttles, Gerald D., *The Social Construction of Communities*, Chicago, The University of Chicago Press, 1972.
- Sutton, Susan Buck, "Rural-urban migration in Greece", in Michael Kenny e David Kertzer (orgs.), *Urban Life in Mediterranean Europe: Anthropological Perspectives*, Urbana, University of Illinois Press, 1983.
- Swingewood, Alan, *O Mito da Cultura de Massa*, Rio de Janeiro, Editora Interciência, 1978 (1977).

- Tajfel, Henri, *Grupos Humanos e Categorias Sociais* (2 vols.), Lisboa, Livros Horizonte, 1982 (1981).
- Tavares, David e Graça Joaquim, "Identidade cultural e relações de sociabilidade na área do Castelo", in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Actas do 2º Congresso Português de Sociologia), vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.
- Teixeira, Alda e Vanda Neves, *Reconversão do Trabalho Portuário e Reabilitação do Bairro de Alfama* (relatório policopiado), Lisboa, CIES/ISCTE, 1990.
- Teixeira, Manuel C., "A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes", *Análise Social*, n.º 121, 1993.
- Thomas, William I. e Florian Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America*, Nova Iorque, Octagon Books, 1974 (1918-20).
- Thornton, Sarah, *Club Cultures: Music, Media and Subcultural Capital*, Cambridge, Polity Press, 1995.
- Tiévant, Sophie, "Les études de 'communauté' et la ville: héritage et problèmes", *Sociologie du Travail*, n.º 2, 1983.
- Tinhorão, José Ramos, *História Social da Música Popular Brasileira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1990.
- Tinhorão, José Ramos, *Fado: Dança do Brasil, Cantar de Lisboa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994.
- Tinhorão, José Ramos, *As Origens da Canção Urbana*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997.
- Tonnies, Ferdinand, *Community and Society*, East Lansing, Michigan State University Press, 1957 (1887).
- Torres, Anália, *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos: Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora, 1996.
- Touraine, Alain, *Production de la Société*, Paris, Éditions du Seuil, 1973.
- Turnbull, Peter, "Labour market deregulation and economic performance: the case of Britain's docks", *Work, Employment and Society*, vol. 5, n.º 1, 1991.
- Turnbull, Peter, "Dock strikes and the demise of the dockers' 'occupational culture'", *The Sociological Review*, vol. 40, n.º 2, 1992.
- Turner, Bryan S., *Status*, Milton Keynes, The Open University Press, 1988.
- Turner, Jonathan H., *A Theory of Social Interaction*, Stanford (Cal.), Stanford University Press, 1988.
- Turner, Jonathan H., *The Structure of Sociological Theory*, Belmont (Cal.), Wadsworth Publishing, 1991 (1974).
- Turner, Victor W., *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*, Petrópolis, Editora Vozes, 1974 (1969).
- Uzzell, David L., "Four perspectives on political participation in the city", *Psicologia*, vol. VI, n.º 3, 1988.
- Vala, Jorge, "Representações sociais: para uma psicologia do pensamento social", in Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (coords.), *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- Velho, Gilberto (org.), *Arte e Sociedade: Ensaios de Sociologia da Arte*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

- Velho, Gilberto, "Observando o familiar", in *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- Velho, Gilberto, *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- Velho, Gilberto, *Projecto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
- Velho, Yvonne Maggie Alves, *Guerra de Orixá: Um Estudo de Ritual e Conflito*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.
- Vernant, Jean-Pierre, "Tensions et ambiguïtés dans la tragédie grecque", in Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, *Mythe et Tragédie en Grèce Ancienne*, Paris, François Maspero, 1982.
- Verón, Eliseo, *Ideologia, Estrutura, Comunicação*, São Paulo, Editora Cultrix, 1977.
- Verón, Eliseo, *A Produção de Sentido*, São Paulo, Editora Cultrix, 1981.
- Viegas, José Manuel Leite, *Associativismo e Dinâmica Cultural em Meios Populares: O Caso da Boa União de Alfama*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1985 (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica).
- Viegas, José Manuel Leite, "Associativismo e dinâmica cultural", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 1, 1986.
- Viegas, José Manuel Leite, "Telenovelas: do modelo de produção à diversidade de reconhecimento", *Sociologia: Problemas e Práticas*, n.º 2, 1987.
- Viegas, José Manuel Leite, *Nacionalizações e Privatizações: Cultura Política na História Recente de Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1996.
- Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- Vovelle, Michel, *Idéologies et Mentalités*, Paris, Gallimard, 1992 (1982).
- Voyé, Liliane, "Transaction et consensus supposé", in Maurice Blanc (org.), *Pour une Sociologie de la Transaction Sociale*, Paris, Éditions de l'Harmattan, 1992.
- Wall, Karin, *La Fabrication de la Vie Familiale: Changement Social et Dynamique Familiale chez les Paysans du Bas-Minho*, Genebra, Université de Genève, 1994 (tese de doutoramento).
- Warner, W. Lloyd, M. Meeker e Kenneth Eells, *Social Class in America*, Chicago, Science Research Associates, 1949.
- Watzlawick, Paul, John Weakland e Richard Fisch, *Change: Principles of Problem Formation and Problem Resolution*, Nova Iorque, Norton, 1974.
- Watzlawick, Paul, *How Real is Real? Communication, Disinformation, Confusion*, Nova Iorque, Random House, 1976.
- Watzlawick, Paul, Janet Helmick Beavin e Don D. Jackson, *Pragmática da Comunicação Humana: Um Estudo dos Padrões, Patologias e Paradoxos da Interação Humana*, São Paulo, Editora Cultrix, 1981 (1967).
- Weber, Max, *Economy and Society* (2 vols.), Berkeley, University of California Press, 1978 (1922, 1956).
- Weber, Max, "Classes, status e partidos" (1922) e "Status e classes" (1922), in Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas: Os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

- Weigert, Andrew J., J. Smith Teitge e Denis W. Teitge, *Society and Identity: Towards a Sociological Psychology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- Wellman, Barry e Barry Leighton, "Réseau, quartier et communauté: préliminaire à l'étude de la question communautaire" (1979), *Espaces et Sociétés*, n.º 38-39, 1981.
- Wellman, Barry, Peter J. Carrington e Alan Hall, "Networks as personal communities", in Barry Wellman e S. D. Berkowitz (org.), *Social Structures: A Network Approach*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- Westergaard, John, "About and beyond the 'underclass': some notes on influences of social climate on British sociology today", *Sociology*, vol. 26, n.º 4, 1992.
- Whyte, William Foote, *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum*, Chicago, The University of Chicago Press, 1981 (1943).
- Whyte, William Foote, *Learning From the Field: A Guide From Experience*, Beverly Hills (Cal.), Sage Publications, 1984.
- Williams, Raymond, *Culture and Society, 1780-1950*, Harmondsworth, Penguin Books, 1985 (1958).
- Willis, Paul, *Common Culture: Symbolic Work at Play in the Everyday Cultures of the Young*, Milton Keynes, Open University Press, 1990.
- Winkin, Yves (org.), *La Nouvelle Communication*, Paris, Éditions du Seuil, 1981.
- Wirth, Louis, "O urbanismo como modo de vida" (1938), in Otávio Guilherme Velho (org.), *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- Wolf, Eric R., "Kinship, friendship, and patron-client relations in complex societies", in Michael Banton (org.), *The Social Anthropology of Complex Societies*, Londres, Tavistock Publications, 1966.
- Woodward, Kathryn, "Concepts of identity and difference", in Woodward, Kathryn (org.), *Identity and Difference*, Londres, Sage Publications, 1997.
- Woodward, Kathryn (org.), *Identity and Difference*, Londres, Sage Publications, 1997.
- Wright, Erik Olin, *Class, Crisis and the State*, Londres, Verso Editions, 1983 (1978).
- Wright, Erik Olin, *Classes*, Londres, Verso Editions, 1985.
- Wright, Erik Olin, *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- Wright, Erik Olin e Kwang-Yeong Shin, "Temporality and class analysis: a comparative study of the effects of class trajectory and class structure on class consciousness in Sweden and the United States", *Sociological Theory*, vol. 6, n.º 1, 1988.
- Yañez, Clemente J. Navarro, "Globalização e socialismo: novas oportunidades para o desenvolvimento", *Análise Social*, n.º 143-144, 1997.
- Young, Michael e Peter Willmott, *Family and Kinship in East London*, Harmondsworth, Penguin Books, 1980 (1957).